

REVISTA
BRASILEIRA
DE

SEGURANÇA PÚBLICA

ISSN versão impressa 1981-1659
ISSN versão eletrônica 2595-0258

Volume 19 Nº 1 Fev/Mar 2025

www.forumseguranca.org.br



REVISTA
BRASILEIRA
DE

SEGURANÇA PÚBLICA

ISSN versão impressa 1981-1659
ISSN versão eletrônica 2595-0258

Volume 18 Nº 2 Ago/Set 2024

www.forumseguranca.org.br

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação semestral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

ISSN (versão impressa): 1981-1659

ISSN (versão eletrônica): 2595-0258

Rev. bras. segur. pública vol. 19 n. 1 São Paulo fev/mar 2025

COMITÊ EDITORIAL

Paula Ferreira Poncioni (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - *Editora-chefe*

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Pereira da Rocha, Secretaria de Segurança Pública do DF - Brasília / DF, Brasil

Alan Fernandes, Polícia Militar de São Paulo - São Paulo / SP, Brasil

Cristiane do Socorro Loureiro Lima, Polícia Militar do Pará e Universidade Federal do Pará - Belém / PA, Brasil

Christopher Stone, University of Oxford - Oxford/ Inglaterra

Desmond Arias, Baruch College - Nova Iorque/ NY, Estados Unidos

Elizabeth R. Leeds, Centro para Estudos Internacionais (MIT) e Washington Office on Latin America (WOLA), Estados Unidos

Fiona Macaulay, University of Bradford - Bradford / West Yorkshire, Reino Unido

Lucia Dammert, University of Santiago / Santiago, Chile

Luiz Henrique Proença Soares, Fundação Seade - São Paulo / São Paulo, Brasil

Manuel Monteiro Guedes Valente, Universidade Autónoma de Lisboa/ Lisboa, Portugal

Marcelo Fabián Sain, Universidade de Quilmes e Núcleo de Estudios sobre Gobierno y Seguridad en la Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo (UMET) - Buenos Aires / Argentina

Marlene Inês Spaniol, Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Porto Alegre / RS, Brasil

Michel Misse, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro / RJ, Brasil

Renato Sérgio de Lima - Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP) - São Paulo/SP, Brasil

Samira Bueno - Fórum Brasileiro de Segurança Pública - São Paulo/SP, Brasil

Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo - São Paulo / SP, Brasil

ASSISTENTES EDITORIAIS

Caio Morais Sena e Lorraine Kelly Ribeiro Moia

REVISÃO DE TEXTOS

Denise Malta de Andrade

CAPA E PRODUÇÃO EDITORIAL

Oficina22

TELEFONE

+55 11 94120-2226

E-MAIL

revista@forumseguranca.org.br

APOIO

Open Society Foundations e Ford Foundation

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Juliana Lemes da Cruz
Presidente de Honra: Elizabeth Leeds

CONSELHEIROS

Alan Fernandes
Batira Macedo de Miranda
Cássio Thyone A. de Rosa
Denice Santiago
Edson Ramos
Marlene Inês Spaniol
Roberto Uchôa
Daniel Cerqueira
Arthur Trindade M. Costa
Paula Ferreira Poncioni
Juliana Lemes da Cruz

CONSELHO FISCAL

Lívio José Lima e Rocha
Renato de Alcino Vieira
Sandoval Bittencourt

DIRETOR PRESIDENTE

Renato Sérgio de Lima

DIRETORA EXECUTIVA

Samira Bueno

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

David Marques

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

Juliana Martins

SUPERVISÃO DO NÚCLEO DE DADOS

Isabela Sobral

PESQUISADORES SÊNIORES

Aiala Couto
Juliana Brandão
Rodrigo Chagas
Leonardo Carvalho
Manoela Miklos

ASSESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nívio Nascimento

EQUIPE TÉCNICA

Dennis Pacheco
Marina Bohnenberger
Thaís Carvalho
Isabella Matosinhos
Cauê Martins
Beatriz Schroeder (estagiária)

SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Débora Lopes

ASSISTENTE DE DIRETORIA

Letícia Conceição

EQUIPE ADMINISTRATIVA

Elaine Rosa
Sueli Bueno
Antônia de Araujo

SUMÁRIO

Apresentação	8
<i>Editora e equipe técnica da RBSP</i>	

ARTIGOS

Desempenho em organizações policiais: formas de abordagem do tema a partir da revisão de literatura	12
<i>Performance in police organizations: approaches from the literature review</i>	
<i>Felipe Haleson Ribeiro dos Santos e Edson Ronaldo Guarido Filho</i>	

Escala de desafios dos profissionais de segurança pública: construção e validação.....	32
<i>Scale of challenges of public safety professionals: construction and validation</i>	
<i>Jonathan Saidelles Corrêa, Luis Felipe Dias Lopes, Damiana Machado de Almeida e Maria Emilia Camargo</i>	

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE.....	56
<i>Impact of social isolation and the coronavirus pandemic (covid - 19) on attendances at the institute of forensic medicine in Petrolina/PE</i>	
<i>Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Tagllyanna Renata Da Silva Sa e Izabella Carvalho de Oliveira</i>	

Registros de crimes de ódio no Estado de Goiás de 2017 a 2022	76
<i>Hate crime records in the State of Goiás from 2017 to 2022</i>	
<i>Brenda Capinã Botelho Costa, Angelita Pereira de Lima e Elson Santos Silva</i>	

A governança da ordem interna nas prisões brasileiras: o caso da Penitenciária Nelson Hungria em Minas Gerais.....	100
<i>The governance of the internal order in brazilian prisons: the case of the Nelson Hungria Penitentiary in Minas Gerais</i>	
<i>Luís Flavio Saporì e Eduardo Lucas de Almeida</i>	

Depressão, ansiedade e estresse: um enfoque sobre as condições de saúde mental dos guardas civis municipais.....	122
<i>Depression, anxiety and stress: a focus on the mental health condition of municipal civil guards</i>	
<i>Claudia da Cruz Gomes e Adriano de Lemos Alves Peixoto</i>	

Aspetos históricos da educação no sistema penitenciário moçambicano: do período colonial até o presente	146
<i>Historical aspects of education in the mozambican penitentiary system: from the colonial period to the present day</i>	
<i>Jose Henriques Mutemba</i>	

Liderança implícita: o protótipo do líder militar para diferentes gerações	168
<i>Implicit leadership: the prototype military leader for different generations</i>	
<i>Ana Paula Grillo Rodrigues, Cristiano José Castro de Almeida Cunha e Solange Maria da Silva</i>	

A mídia como agente securitizador da segurança pública	190
<i>The media as a securitizing agent of public security</i>	
<i>Gabriela Schneider, Ada Cristina Machado Silveira e Igor Castellano da Silva</i>	

Direção e planejamento de inteligência policial no enfrentamento às organizações criminosas: um estudo de caso sobre o Rio Grande do Norte.....	226
<i>Direction and planning of police intelligence in the confrontation of criminal organizations: a case study on Rio Grande do Norte</i>	
<i>Gentilli Anderson Lima da Silveira e Marcos Alan Ferreira</i>	

Guerra ao crime: percepção do método <i>Find, Fix, Finish, Exploit, Analyze and Disseminate</i> adaptado às operações da Polícia Federal, mediante visão dos delegados da Polícia Federal 250 <i>War against crime: perception of the Find, Fix, Finish, Exploit, Analyze and Disseminate method, adapted to the operations of the Federal Police, according to the vision of the delegates of the Federal Police</i> Bruno Benassuly Maués Pereira e José Gracildo de Carvalho Júnior	250
Reincidência criminal: revisão sistemática da literatura de avaliação de programas 276 <i>Criminal recidivism: systematic literature review on program evaluation</i> Pedro Reis Lima, Georgeana Amaral Maciel da Silveira, Guilherme Irffi e Walacy Maciel de Oliveira	276
Faces do juvenicídio: análise dos dados de mortalidade juvenil em Porto Alegre/RS 300 <i>Dimensions of juvenicide: an analyzes of youth mortality data in Porto Alegre/RS</i> Laís Silva Staats e Giovane Antonio Scherer	300
Plano de defesa contra ataques do Novo Cangaço: aplicação do <i>Design Sprint</i> como ferramenta de gestão pela PM/RN 318 <i>Defense plan against new cangaço attacks: application of the Sprint Design as a management tool by PM/RN</i> Flávio Valdez Martins da Silva Filho, Aline Virgínia Medeiros Nelson e Maria Teresa Pires Costa	318
Qualidade metodológica das pesquisas documentais sobre controle disciplinar interno da Polícia Militar: revisão sistemática da literatura 342 <i>Methodological quality of documentary research on internal disciplinary control of the Military Police: systematic literature review</i> Edvaldo Marques de Araújo, Raquel Rocha da Silva Oliveira e Angelo Augusto Silva Sampaio	342
Violência doméstica: a influência das representações sociais de policiais militares no atendimento às mulheres 358 <i>Domestic violence: the influence of the social representations of military police in the assistance to women</i> Aldina de Santana Lago, Nadirlene Pereira Gomes, Jeane Freitas de Oliveira, Cleuma Sueli Santos Suto e Ionara da Rocha Virgens	358
A "Pirataria Fluvial" na Amazônia: rastros para a segurança pública fluvial 376 <i>"River Piracy" in the Amazon: traces to river public safety</i> Arthur do Rosário Braga, Emmanuelle Pantoja Silva, Clay Anderson Nunes Chagas e Silvia dos Santos de Almeida	376

NOTA TÉCNICA

Efeitos do uso do cinto de segurança em viaturas policiais sobre os tempos de resposta de policiais em casos de emboscadas: um estudo com delineamento experimental de caso único 394 <i>Effects of seat belt use in police vehicles on police response times in ambush cases: a single-case experimental design study</i> José Eleuterio da Rocha Neto, Vinícius Noé Millani Agostinho e Talissa Palma Müller	394
--	-----

APRESENTAÇÃO

Neste número da Revista Brasileira de Segurança Pública, apresentamos dezessete artigos e uma nota técnica, compondo uma edição que apresenta reflexões sobre os principais assuntos que trata nosso periódico: políticas públicas de segurança, governança, direitos humanos, cultura organizacional, criminalidade, sistema prisional e racismo. Nesta edição, chamamos a atenção, ainda, para os artigos cujos temas têm obtido crescente interesse nas pesquisas realizadas por acadêmicos e por policiais – dentro e fora do Brasil –, relacionados ao exame do crime e da violência nas Regiões Norte e Nordeste do país, das condições do desenvolvimento do trabalho policial, em particular das organizações policiais militares, incluindo-se ainda estudos acerca do Corpo de Bombeiros Militares, da Polícia Científica e da Guarda Municipal, sobre a saúde de profissionais da segurança pública, como também no que se refere ao sistema prisional no Brasil e na realidade moçambicana.

Recomendamos a leitura dos artigos desta edição, que certamente poderão contribuir para a ampliação e consolidação do debate de temas candentes do campo da segurança pública.

As equipes da Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública gostariam de expressar seus sinceros agradecimentos à Lorraine Moia por sua dedicação e contribuição ao longo de sua trajetória na RBSP. Lorraine ingressou na equipe em 2021 como estagiária e, a partir de 2022, assumiu novas responsabilidades ao ser promovida ao cargo de Assistente Editorial.

Nesse novo papel, Lorraine continuou a desempenhar uma função fundamental no fluxo editorial e nas publicações da RBSP, participando ativamente da produção de nove edições da Revista. Seu profissionalismo, comprometimento e atenção aos detalhes foram essenciais para garantir a qualidade e a excelência que a RBSP busca oferecer aos seus leitores.

A equipe reconhece e valoriza não apenas suas habilidades técnicas, mas também seu entusiasmo e dedicação, que contribuíram significativamente para o crescimento e fortalecimento da revista.

Além disso, gostaríamos de agradecer imensamente a todos os avaliadores que colaboraram desde a publicação da nossa última edição e convidar a todos para atuarem como pareceristas da Revista Brasileira de Segurança Pública, com o intuito de colaborar na consolidação do campo da segurança pública.

Por fim, agradecemos a todos os leitores e outros contribuintes da RBSP!

Boa leitura!

Atenciosamente,

AGRADECIMENTO ÀS PARECERISTAS - EDIÇÃO 36

Aproveitamos para agradecer todos os pareceristas que colaboraram conosco desde a realização da última edição regular até o fechamento deste trabalho. A atividade é de grande importância para o trabalho realizado pela Revista Brasileira de Segurança Pública.

Adriano Ribeiro
 Ailton Vieira da Cunha
 Alan Fernandes
 Albino Massimaculo
 Alecrides Alencar
 Alexandre Souza
 Alexandre Rocha
 Almir Oliveira Júnior
 Amélia Fadul Bitar
 Ana Carla Pinheiro
 Anderson Santos
 André Zanetic
 Andrea Chaves
 Andrija Almeida
 Arnaldo Vieira Sousa
 Betina Barros
 Bruna Gisi
 Bruno Pantaleão
 Carlos Oliveira Nunes
 Carlos Eduardo Malinowski
 Celeste Dias Moreira
 Cida Maria Casagrande
 Clara Polycarpo
 Cláudia Mauch
 Claudia da Cruz Gomes
 Cristiano Corrêa
 Cylvianne Freire
 Dahniell de Azevedo
 Daniel Edler Duarte
 Daniel de Azevedo
 Davi Mendes Málaga
 Davi Santos
 Denis Viana
 Denize Amorim
 Diego Moura de Araújo
 Edson Ramos
 Edson Pacheco
 Eduardo Motta
 Eduardo Batitucci
 Elisangela Oliveira dos Santos
 Fabiana Amaro de Brito
 Fábio Gomes de França

Felipe De Oliveira Carvalho
 Fernanda Gallo
 Fiona Macaulay
 Francisca Sousa Vale Ferreira da Silva
 Frederico Fagundes Soares
 Gabriel Patriarca
 Gustavo Meneghetti
 Gustavo Fondevila
 Gustavo Carvalho Moreira
 Henrique Jeske
 Henrique Geaquinto Herkenhoff
 Ignácio Cano Gestoso
 Ione Grace do Nascimento Cidade Konzen
 Isabel Fontgalland
 Izabele da Silva Jatene
 João Trajano Sento-Sé
 Joaquim Miranda Maloa
 Joice de Souza Soares
 Jonathan Bazoni da Motta
 Jonis Cardoso Régis
 José Diógenes
 José Gracildo Carvalho Júnior
 José Luiz Gonçalves da Silveira
 José Maria Nóbrega Júnior
 Joseli do Nascimento Pinto
 Jovanil Pereira Oliveira
 Juliana Lemes da Cruz
 Juliana Ribeiro Brandão
 Karola Oliveira de Amorim-Silva
 Laura Talho Ribeiro
 Leilane Grubba
 Leonardo Mazzurana
 Letícia Maria Schabbach
 Ligia Mori Madeira
 Liliam Ferraresi Brighente
 Lillian Lages Lino
 Lívio Lima e Rocha
 Lucas Pereira Silva
 Luís Flávio Saporì
 Luiz Antônio Bogo Chies
 Marcelo Castelo Branco Ismael
 Márcia Silva Pereira Leite

Márcio Basilio
Marcus Cruz
Marlene Spaniol
Monica de Melo Freitas
Natália Negretti
Nilson Almeida de Sousa Filho
Nilson De Jesus Oliveira Leite Júnior
Odizilda Lines de Almeida
Patricia Silveira da Silva
Patricia Rodrigues
Patrícia Silveira da Silva
Pedro Ferro
Rafael Oliveira
Rafaelle Souza
Ricardo Gonçalves Vaz de Oliveira
Robson Ferreira Polito
Ronivaldo Steingraber
Rosângela Guimarães Rosa
Rosânia Rodrigues de Sousa
Rose dos Santos Maia
Salette da Silva
Samira Safadi Bastos
Sandro Gomes
Saulo Marimon
Sonia Oliveira
Tânia Zimmermann
Teresa Pires Costa
Thaís Battibugli

Thiago Drumond Moraes
Vanessa Schinke
Veronice Camargo da Silva
Wander Matos de Aguiar
Wania Pasinato
Anderson Duarte Barboza
Frederico Castelo Branco Teixeira
Jonathan Cardoso Régis
André Braz Golgher
Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
Martim Cabeleira Moraes Jr
Carlos Artur Gallo
João Fernando Finazzi
Aparecido Batista de Almeida
Gabriella De Moraes
Sandoval Bittencourt De Oliveira Neto
Marta Bramuci de Freitas
Izaura Rodrigues Nascimento
Otoniel Rodrigues dos Anjos Júnior
Rafael Gomes Sentone
Christian Carlos Souza Mendes
Camilla Cristina Silva
Andréa Maria Silveira
Andréa Mazurok Schactae
Candido Gomes
Camila de Macedo Braga
Rogério Turella

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

DESEMPENHO EM ORGANIZAÇÕES POLICIAIS: FORMAS DE ABORDAGEM DO TEMA A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA

FELIPE HALEYSON RIBEIRO DOS SANTOS¹

Oficial da PMPR. Doutor em Gestão da Informação pela Universidade Federal do Paraná. Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina.

País: Brasil **Estado:** Paraná **Cidade:** Curitiba

Email: fehaleyson@yahoo.com.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1810-4126>

EDSON RONALDO GUARIDO FILHO

Doutor em Administração. Docente do Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná e do Programa de Pós-graduação Profissional em Administração Pública. Pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais (IBEPES), do Núcleo de Pesquisa e Informação, Direito e Sociedade (InfoJus/UFPR) e do Grupo de Pesquisa em Administração da Justiça (AJUS/Unb).

País: Brasil **Estado:** Paraná **Cidade:** Curitiba

Email: edson.guarido@ufpr.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-7905-1596>

Contribuições dos(as) autores(as): O artigo foi realizado em conjunto por ambos os autores. O trabalho foi desenvolvido a partir da tese de doutorado do Felipe, que realizou a pesquisa de campo. O Prof. Dr. Edson atuou em todas as partes do processo, em especial na definição da concepção, orientou o delineamento buscando qual método poderia ser implementado, e por fim na revisão crítica do trabalho. O trabalho não foi realizado de forma isolada, mas com a participação conjunta dos dois pesquisadores, os quais concordaram com a versão final do presente artigo.

Data de Recebimento: 23/05/2023 – **Data de Aprovação:** 04/06/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1927

RESUMO

Este artigo tem como objetivo revisar a literatura sobre desempenho em organizações policiais. A pesquisa foi realizada em bases de dados de artigos científicos, que foram catalogados e, posteriormente, por meio do método inOrdinatio, foram classificados e selecionados para análise. O escopo teórico pretendido é identificar como tem sido estudado o desempenho nas organizações policiais. Após aprofundar a análise, e com foco na gestão, foi possível classificar os artigos em três níveis: individual, que trata o desempenho sob a perspectiva do indivíduo policial (incluindo fatores atrelados à satisfação, iniciativa, motivação, liderança e ao sentimento de justiça); organizacional, que considera o desempenho sob a perspectiva de indicadores supraindividuais; e institucional, que está ancorado na legitimidade como forma de avaliar o desempenho. Não foram encontrados estudos que abordassem a relação de desempenho entre os níveis, o que pode ser visto como sugestão para novas pesquisas.

Palavras-Chave: Organizações policiais. Desempenho. Gestão. Níveis.

¹ Agradeço ao PPGGI pela oportunidade e apoio na pesquisa.

PERFORMANCE IN POLICE ORGANIZATIONS: APPROACHES FROM THE LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

This article aims to review the literature on performance in police organizations. The research took place in databases of scientific articles, which were cataloged and later classified and selected for analysis using the inOrdinatio method. The intended theoretical scope is to identify how studies have been examining performance in police organizations. After deepening the analysis and focusing on management, it was possible to classify the articles into three levels: individual, which addresses performance from the perspective of the individual police officer (including factors tied to satisfaction, initiative, motivation, leadership, and sense of justice), organizational, which considers performance from the perspective of supra-individual indicators, and institutional, which is anchored in legitimacy as a way to evaluate performance. Notably, no studies were found that addressed the performance relationship between the levels, a novel suggestion for new research that could potentially open new avenues of research.

Keywords: Police organizations. Performance. Management. Levels.

INTRODUÇÃO

Sob o ponto de vista da gestão, o desempenho pode ser visto como o objetivo final a ser alcançado pelas organizações. Existem diversas formas de se avaliar o desempenho. Para organizações privadas, ele pode ser medido por meio do lucro aferido, produtos desenvolvidos, entre outros. Já em organizações públicas, o desempenho é aferido pelo cumprimento das atividades definidas pela lei.

As organizações policiais atuam na sociedade na preservação da ordem pública por meio de atividades próprias da segurança pública, como o policiamento ostensivo. Mas, além disso, organizações policiais possuem estrutura hierarquizada e são orientadas por princípios e valores, tais como lealdade, honestidade, dedicação, entre outros (Manning, 2003). Essa complexidade torna a medição de desempenho igualmente difícil, sendo apontados por Freitas Jr. *et al.* (2020) diversos fatores que afetam o desempenho, em especial a quantidade de policiais, recursos disponíveis e fatores demográficos.

No caso de organizações policiais, o desempenho é avaliado constantemente por meio da ação policial em decorrência da inter-relação contínua com o cidadão. Este tipo de organização Lipsky (2010) classifica como burocracia a nível de rua, que possui por características a escassez contínua de recursos, a alta demanda e a discricionariedade.

Alguns estudos nessa área tentaram estabelecer diferentes formas de abordar a questão. Entretanto, é necessário analisar isso sob uma perspectiva maior, já que compreender o estado da arte da pesquisa em desempenho organizacional em organizações policiais permite visualizar a evolução de tais estudos e, por meio de meta-análise, estruturar o avanço do conhecimento (Kuhn, 1998).

Apesar de Santos e Gomes (2021) adotarem uma abordagem semelhante, a diferença decorre do conceito de dimensões, pois o que naquele estudo se considera dimensão, no presente trabalho, é considerado como parâmetro de avaliação. A dimensão abordada no presente estudo se situa ao nível da pesquisa realizada e em linha com a abordagem teórica adotada, o que representa um avanço na estruturação do estado da arte, além de auxiliar novas pesquisas a se localizarem no nível desejado acerca da temática.

A fim de estabelecer um olhar aprofundado sobre o tema, o presente artigo apresenta o resultado de revisão de literatura realizada sobre o desempenho em organizações policiais.

A pesquisa foi realizada em diversas bases de dados e os artigos coletados foram agrupados de acordo com os níveis individual, organizacional e institucional. A partir dessa organização da literatura sobre o assunto, foi possível apontar a necessidade de aprofundamento dos estudos nos respectivos níveis, ainda que os resultados da análise empírica tenham constatado avanços na abordagem do tema.

Por fim, ao permitir compreender como o tema tem sido abordado por pesquisas nacionais e internacionais, o retrato da literatura apresentado nesta pesquisa também contribui com o direcionamento de futuros pesquisadores interessados no fenômeno do desempenho em organizações policiais.

Nas próximas seções, são apresentados os procedimentos de pesquisa empírica, seguidos da introdução de conceitos obtidos por meio da análise dos resultados obtidos decorrentes da configuração dos diferentes níveis, cada qual com seus componentes analisados de forma particularizada.

DESEMPENHO ORGANIZACIONAL EM ORGANIZAÇÕES POLICIAIS

A questão do desempenho em organizações policiais é algo mais complexo de ser visualizado, pois não se estrutura como uma disciplina ou um campo de estudo. Diante disso, foi realizada revisão de literatura acerca do tema para produzir este trabalho.

Para esse processo, foram adotados os procedimentos propostos por Pagani, Kovaleski e Resende (2015), sendo realizada a pesquisa em 8 bases de dados: Scopus, Web of Science, Library, Information Science & Technology, IStA, Business Source Premier, Academic Search Premier e Scielo. Para a pesquisa, foram utilizados operadores booleanos, sendo realizada a busca por “((POLICING) OR (POLICE)) AND PERFORMANCE AND ORGANIZATIONS”.

A partir dos documentos recuperados pelo procedimento de busca, foi conduzida a seleção dos documentos para análise. Na etapa de identificação, 619 documentos foram obtidos nas bases de dados consultadas, reduzidos a 248 após eliminados os repetidos. Depois, em nova triagem, outros 121 documentos foram excluídos por não serem resultantes de pesquisa empírica, por não se enquadrarem na categoria artigo em periódico ou, ainda, por terem escapado da primeira rodada de identificação de duplicações. Na etapa de elegibilidade, 59 foram excluídos por não estarem aderentes ao tema, ou seja, consideravam o desempenho apenas como algo a ser atingido, mas não como variável a ser explicada, sem ser abordado nem pela fundamentação teórica nem pela metodologia, ou não tratavam do estudo de organizações policiais. Ao final, os 101 trabalhos remanescentes foram devidamente planilhados e ranqueados segundo o método inOrdinatio e os 68 melhores classificados foram utilizados no processo de análise de dados.

Nessa planilha, foram coletados dados dos artigos, sendo: o ano de publicação; o indicador SJR, como fator de impacto; e, por fim, o número de citações, obtido por meio de consulta à base de dados Scopus. Para atender ao método inOrdinatio, foi necessário estabelecer peso para o ano de publicação. A critério dos autores, admitindo-se que a recentidade das pesquisas tem moderado efeito sobre a relevância do trabalho e, portanto, em sua priorização para fins de análise, foi adotado peso 7.

Por fim, após o ranqueamento dos trabalhos, o procedimento para a análise escolhido foi a saturação dos dados, semelhante ao utilizado por Stake (2009) para análise de dados em estudos de caso. Foi realizada uma primeira leitura flutuante dos artigos selecionados e os 68 artigos primeiro colocados foram selecionados para análise de modo aprofundado, fundamentando a presente pesquisa sobre o desempenho organizacional em organizações policiais.

Ao analisar os artigos, foi possível identificar que o desempenho organizacional pode ser visualizado em três dimensões: individual, organizacional e institucional. A seguir, é feita a análise de cada uma das dimensões. Para obter essa classificação, foram utilizados como base os conceitos apontados por Matitz e Bulgacov (2011), que definem um modelo multidimensional de desempenho.

DIMENSÕES DO DESEMPENHO – NÍVEL INDIVIDUAL

A dimensão individual sustenta-se em pesquisas orientadas para a compreensão da influência de fatores associados aos conhecimentos práticos e às experiências subjetivas do agente policial sobre o desempenho das organizações policiais. Nesse sentido, concentra-se em aspectos atrelados à ação do indivíduo policial e seus efeitos sobre o desempenho organizacional.

Em razão disso, não foram considerados na análise trabalhos centrados, prioritariamente, na capacidade física do policial (Koedijk *et al.*, 2020; Renden; Savelsbergh; Oudejans, 2017; Zwingmann *et al.*, 2021) e aqueles interessados nas condições psíquicas dos policiais (Bakker; Heuven, 2006; Lauriks *et al.*, 2018), quando desconexos das implicações da subjetividade do indivíduo policial sobre o desempenho. Esses estudos foram excluídos da análise por não possuírem correlação com o objeto de estudo desta tese.

Os demais estudos que foram incluídos na análise apontam para o desempenho sob a perspectiva da atividade que é realizada pelo policial. Assim, o conceito de desempenho na dimensão do indivíduo pode ser definido como: “o nível de sucesso adquirido por um empregado no seu trabalho, o qual é mensurável sobre um período de tempo, no qual a quantidade e a qualidade do empregado em realizar o trabalho podem ser analisados” (Alexandri; Pragiwani; Yuswardi, 2019, p. 4, tradução nossa).

Existem alguns elementos que são importantes de serem considerados nesta análise. O primeiro elemento é a questão da estrutura da atividade policial. Utilizando os conceitos de Lipsky (2010), é possível afirmar que o policial é um burocrata de nível de rua. Burocrata, porque pertence a uma organização que possui hierarquia, regras formais e estrutura de comando rígidas e muito bem definidas, mas se localizam ao nível de rua porque os policiais interagem com os cidadãos de forma direta (Lipsky, 2010).

Além disso, a atividade do policial possui o elemento da discricionariedade, a qual pode ser definida como a liberdade legal que pode ser conferida ao agente público para atuar. Assim, dentro de determinados limites, ele pode decidir se deve atuar ou não (Battibugli, 2006).

Desse modo, a perspectiva individual do desempenho organizacional precisa considerar os elementos que definem a sua ação na atividade-fim. Portanto, o desempenho não é visto como algo a ser entregue ou uma meta a ser batida, mas sim pelo comportamento do policial ao auxiliar a sua comunidade, isso cumprindo ainda os objetivos organizacionais.

Cumpra registrar ainda que a análise dos trabalhos selecionados possibilitou identificar fatores que afetam e se relacionam ao desempenho ao nível individual.

Para identificar tais fatores, os artigos foram agrupados de acordo com sua ênfase, e os fatores principais abordados são analisados a seguir: iniciativa e motivação, liderança, satisfação e socialização organizacional. É importante notar que, em nenhum trabalho, o conhecimento foi apontado como fator relevante.

INICIATIVA E MOTIVAÇÃO PARA AGIR

O primeiro deles trata da questão da iniciativa e da motivação do policial em agir. Van Gelderen, Konijn e Bakker (2017) adotam a perspectiva de que o desempenho é visto pelos serviços que são realizados com o objetivo de atingir os objetivos das organizações. Assim, a ação do policial é vista como uma forma de prestação de serviço. Eles identificam que no desempenho da atividade policial há uma dissonância emocional e, portanto, antes de iniciar o serviço, é necessário que o policial realize uma preparação psicológica. Desta forma, o início da qualidade do desempenho da atividade policial se inicia muito antes do momento em que ele começa a atividade.

Isso vai ao encontro do estudo realizado por Audenaert *et al.* (2021). Eles também adotam a perspectiva de Lipsky (2010), mas também acrescentam que a atividade policial é cercada por objetivos ambíguos e que há um compromisso emocional do policial com a atividade que afeta o desempenho organizacional.

Porém, os autores afirmam que, ao longo do tempo, mediante repetidos resultados infrutíferos da atividade policial, pode ter por resultado o cinismo organizacional, que pode ser compreendido como a perda da confiança na organização. Assim, cinismo organizacional pode ser definido como: "(1) uma crença de que a organização perdeu a integridade; (2) afeição negativa pela organização; e (3) tendências a depreciar e criticar comportamentos da organização que são consistentes com estas crenças afeições" (Dean; Brandes; Dharwadkar, 1998, p. 345, tradução nossa).

Por fim, eles concluem que, apesar da necessidade de o policial se preparar psicologicamente para executar sua atividade, é necessário que ele receba *feedback* de suas atividades. Caso contrário, o efeito negativo de resultados infrutíferos pode resultar em cinismo organizacional (Audenaert *et al.*, 2021).

Outro ponto importante que afeta a iniciativa e a motivação do policial são os traços de sua personalidade. Akca e Eastwood (2021) apontam que elementos como extroversão, amabilidade e intelecto impactam a ação de policiais na realização de entrevistas de indivíduos suspeitos do cometimento de crimes, o que demonstra que a atividade policial necessita de preparo psicológico.

Essa questão dos traços de personalidade é tão importante que Maanen (1975) aponta que nos processos de socialização dos policiais há mudança nos elementos da própria identidade desses indivíduos.

Assim, o policial necessita possuir condições psicológicas suficientes para executar a sua atividade, mas, além disso, é preciso que ele tenha iniciativa para que as ações sejam realizadas. Strauss e Parker (2018) apontam que a proatividade do policial tem por resultado a melhoria no desempenho organizacional. O raciocínio aqui é de que a proatividade representa a iniciativa de agir em determinadas circunstâncias, e quanto mais ações o policial realizar, maior será o seu desempenho.

Para melhorar o desempenho organizacional, Strauss e Parker (2018) identificaram que quanto maior o comprometimento com os objetivos, a melhoria na qualidade do conhecimento e da informação e a qualidade dos planos de execução, maior será a proatividade e, por consequência, o desempenho organizacional.

Portanto, mesmo que os indivíduos estejam preparados psicologicamente e com traços de personalidade adequados, o policial pode não ter interesse em agir, caso não se sinta envolvido. Isso é semelhante ao que foi apresentado por Audenaert *et al.* (2021), quando tratam do compromisso afetivo, ao afirmarem que o desempenho depende do compromisso afetivo do policial.

Por fim, vale apontar que a motivação é elemento importante nesse processo. Bodziany, Ścibiorek e Ślusarczyk (2021) apontam que motivar subordinados é uma das funções de comando em organizações policiais. Entretanto, eles apontam que a motivação depende não somente da cultura, da estrutura funcional e legal da organização, mas também de necessidades individuais, do sistema individual de valores e fatores sociais, como a condição social e material de sua família (Bodziany; Ścibiorek; Ślusarczyk, 2021).

Esses autores identificaram que em organizações policiais o fator financeiro é o principal motivador, mas em organizações policiais de caráter militar, como é o caso da Polícia Militar do Paraná, a motivação ocorre por meio de processos de promoção, pois é por meio dela que o indivíduo avança na carreira e obtém reconhecimento de suas tarefas. Portanto, o papel do comandante é fornecer meios para que a promoção do policial possa acontecer.

LIDERANÇA

Outra questão importante é o papel do líder. Hassan e Jiang (2021) apontam que a atividade policial é realizada em grupo e que a liderança emerge com o papel de orientar a ação dos policiais, ainda mais quando se considera a liderança participativa.

Na execução da atividade policial existem os grupos formais, definidos pela organização, e os grupos informais, que são estabelecidos entre os policiais. A título de exemplo da Polícia Militar do Paraná, existe o Oficial, que compreende policiais militares com responsabilidade de comando e chefia, e os Praças, com responsabilidade de execução. Por outro lado, existem grupos informais, os quais são estabelecidos por outros meios e que, no caso de organizações policiais, criam uma cultura própria e por vezes diferente daquela definida/desejada pelas estruturas organizacionais.

Hassan e Jiang (2021) apontam que nos grupos informais podem ocorrer fortes relações de confiança interpessoal e, por vezes, o cometimento de erros por parte de policiais pertencentes a esses grupos pode deixar de ser relatado devido a essa relação. Os autores apontam que subordinados tendem a ter maior confiança naqueles superiores que são mais abertos a ouvir suas ideias, escutar suas proposições e compreender as diferentes perspectivas do problema, o que por consequência tem impacto na cultura informal estabelecida. O resultado é que o policial tenderá para uma melhor participação na aprendizagem, o que impacta o desempenho organizacional.

Assim, é possível afirmar que o policial também se sentirá mais interessado em ser mais proativo na execução da atividade. Isso porque a liderança inclusiva executa um importante papel no sentimento de segurança do indivíduo dentro do grupo (Hassan; Jiang, 2021).

Por outro lado, a liderança destrutiva possui um efeito negativo no desempenho organizacional. Fors Brandebo (2021) classifica a liderança destrutiva como o sistemático e repetido comportamento do líder que viola os interesses legítimos da organização e/ou sabota os objetivos da organização.

Quando o indivíduo se depara com esse tipo de liderança, ou ele adota uma postura passiva ou acaba por resultar em excesso de trabalho; mas quando é com um subordinado, este pode utilizar medidas contraproduzidas para lidar com esse processo. Fors Brandebo (2021) ainda aponta que não há diferença nas expectativas dos subordinados mediante líderes destrutivos em situações de crise, pois eles já conhecem o comportamento daqueles líderes em momentos usuais.

Diante disso, é possível concluir que o líder desempenha um papel essencial em organizações policiais, pois é por meio de suas orientações e ações que o policial definirá a forma da sua atividade e, por consequência, o seu nível de desempenho.

Hassan, Park e Raadschelders (2019) apontam que o papel da liderança pode ocorrer por meio do empoderamento, que pode ser definido como o compartilhamento de poder de seu detentor com outros menos poderosos. Assim, eles expressam que o processo de empoderamento possui impacto no desempenho organizacional, pois o empoderamento possui impacto nas necessidades psicológicas do subordinado, decorrente do aumento da sensação de pertencimento, comprometimento organizacional e vontade de inovar.

Diante disso, o líder não se torna somente aquele que motiva e influencia as pessoas a executarem determinadas tarefas, mas também pode compartilhar o seu poder e empoderar os subordinados, o que trará como resultado o comprometimento organizacional e o desempenho organizacional.

SATISFAÇÃO COM O TRABALHO

A satisfação com o trabalho é um ponto comum encontrado nos trabalhos que foram localizados. De acordo com Van Thielen *et al.* (2018), a satisfação com o trabalho pode ser definida como os julgamentos subjetivos feitos pelo indivíduo sobre a sua situação de trabalho. E organizações que buscam a melhoria do desempenho organizacional não priorizam o bem-estar de seus indivíduos.

Nesse caso, os autores utilizam a perspectiva de burocrata de nível de rua (Lipsky, 2010), mas a abordagem é pela análise da estrutura que circunda o indivíduo, pois além disso utilizam os conceitos da gestão de recursos humanos para compreender os mecanismos que trazem o bem-estar e a satisfação com o trabalho.

Esses autores obtiveram por resultado a correlação positiva entre bem-estar e satisfação com o trabalho, indicando que sistemas de avaliação de desempenho que priorizam o bem-estar incrementam a satisfação com o trabalho e, por consequência, provocam melhora no desempenho.

Por outro lado, Helfers, Reynolds e Maskály (2020) apontam que a sensação de justiça organizacional também é um elemento que interfere na satisfação com o trabalho, e por isso impacta o desempenho organizacional.

Nesse artigo, o desempenho é visto por meio da ação do indivíduo, dividida em três conceitos distintos:

O desempenho da tarefa descreve as tarefas relacionadas ao trabalho que os funcionários devem realizar que são consistentes com sua posição na organização, que geralmente são as principais atividades usadas para avaliar o desempenho do trabalho dos funcionários, enquanto as atividades extra-função são frequentemente proativas ou não explicitamente exigidos e esperados, mas de outra forma beneficiam a organização. Em essência, são aquelas coisas que excedem as expectativas organizacionais. Por outro lado, atividades negativas relacionadas ao trabalho são atos intencionais que prejudicam os objetivos organizacionais ou prejudicam a organização (Helfers; Reynolds; Maskály, 2020, p. 2, tradução nossa).

Assim, o foco na tarefa divide-se nas três dimensões. Porém, os autores apontam que na prática elas coexistem no meio organizacional. Por outro lado, quando eles pontuam o desempenho organizacional, apontam dificuldades para identificar quais atividades são qualitativamente ou efetivamente de polícia.

Analisando esses três tipos de desempenho por tarefa, os autores concluíram que o sentimento de justiça possui impacto na satisfação do policial com o trabalho, pois quanto maior a sensação de justiça, maior o engajamento, o que por resultado leva à melhoria do desempenho organizacional.

SOCIALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL

Este tópico adota o pressuposto de que a organização se materializa nos indivíduos que a compõem com seus subjetivismos (nível individual) e se materializa por meio das práticas adotadas por eles (nível organizacional), as quais podem ocorrer por meio de processos de socialização (Maanen, 1975).

Marcos, Pérez-Llantada e Topa (2019) realizaram um estudo quantitativo no qual conseguiram identificar que o processo de socialização fornece recursos para o policial poder desenvolver a sua atividade: suporte social e eficácia coletiva. Assim, a ação policial não é somente desenvolvida em grupo, mas também a relação social que é estabelecida entre os policiais se torna parte importante do processo (Marcos; Pérez-Llantada; Topa, 2019).

Nesse mesmo sentido, Ingsih e Astuti (2019) analisaram o impacto de quatro variáveis sobre o desempenho organizacional e sobre a satisfação com o trabalho. Essas quatro variáveis são: remuneração, conflito, reputação e motivação. A conclusão dos autores é de que a reputação é o principal fator que afeta o desempenho, que o conflito funcional apresenta impacto no desempenho e que recompensa financeira e motivação também possuem impacto, mas ocorrem por meio da satisfação com o trabalho.

Ainda no contexto das relações sociais, Su *et al.* (2020) apontam que a confiança é positivamente relacionada com o desempenho organizacional. Para esses autores, o conceito de desempenho organizacional pode ser dividido em três níveis: individual, em grupo e performance.

Para ser específico, o desempenho individual é dividido em 3 tipos, incluindo tarefa individual, desempenho contextual e inovador. O desempenho da equipe é dividido em 4 grupos, incluindo tarefa de equipe, inovação, desenvolvimento de novos produtos e desempenho de tomada de decisão. O desempenho organizacional é dividido em três tipos, incluindo o cooperativo organizacional, o desempenho inovador e o financeiro (Su *et al.*, 2020, p. 542, tradução nossa).

Na análise de Su *et al.* (2020), a confiança pode ser compreendida em duas dimensões: intraorganizacional e interorganizacional. A primeira pode ser dividida em confiança nos líderes e confiança cognitiva e afetiva. Assim, nesta perspectiva, e adotando métodos quantitativos, os autores concluem que a confiança promove o desempenho organizacional, e não somente no ambiente interno, mas entre organizações.

Portanto, as relações sociais que são estabelecidas em grupo são fundamentais para obter o desempenho organizacional de organizações policiais. Fatores como suporte social, eficácia coletiva, reputação e confiança emergem como elementos sociais responsáveis por atuar, principalmente, na motivação de agir do policial e, por consequência, levam à melhora do desempenho.

DIMENSÕES DO DESEMPENHO – NÍVEL ORGANIZACIONAL

Com relação ao nível organizacional, foram identificados 33 estudos, dos quais 23 foram lidos e analisados. Ao realizar o agrupamento, foi possível identificar quatro tópicos: avaliação do desempenho organizacional, ferramentas de gestão, novas formas de policiamento e planejamento estratégico. A seguir, são destacados aspectos concernentes à avaliação do desempenho, em razão de sua dominância sobre os demais tópicos encontrados.

PERSPECTIVAS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

A ação do indivíduo não ocorre fora de contexto, e existe a ação organizacional, que busca orientar a forma como ele deve ou deveria agir. Entretanto, os estudos apontam que a ação organizacional possui, por um lado, efeitos positivos e, por outro lado, efeitos negativos. Isso fica evidente no debate acerca da avaliação do desempenho.

A avaliação de desempenho é uma atividade que vem sendo desenvolvida recentemente em organizações policiais. A emergência da Nova Gestão Pública (NGP) fez as organizações policiais buscarem a profissionalização e em consequência disso foram implementadas ferramentas de gestão com o intuito de gerenciar a atividade policial (Manning, 2003). O resultado é que isso afastou a polícia de sua atividade central e a converteu em uma organização voltada para o paradigma gerencial, com ênfase na produtividade e no desempenho (McIntyre *et al.*, 2021).

Eterno, Silverman e Berlin (2021) realizaram um estudo em que analisam a implementação de gestão de desempenho no Departamento de Polícia da cidade de Nova Iorque. O Compstat foi um sistema de informática desenvolvido pela Polícia de Nova Iorque para gerenciar o desempenho daquela unidade policial. A partir de indicadores criminais, análises estatísticas e estudos científicos, a unidade define prioridades e estabelece metas de ação. Ele faz parte de um processo de profissionalização que ocorreu com a atividade policial no século XX e decorrente do movimento da Nova Gestão Pública em vários países.

Ocorre que o Compstat possui um lado negativo, porque exclui:

aspectos-chave da verdadeira missão da polícia, como proteger os direitos constitucionais, prestação de serviços críticos não focados na fiscalização, prevenção da corrupção interna, trabalho sob a autoridade do povo (o contrato social) e desenvolvimento de parcerias comunitárias (Eterno; Silverman; Berlin, 2021, p. 2, tradução nossa).

O problema do Compstat é que, ao definir a meta, ele restringe a discricionariedade da atividade policial e orienta a ação do policial somente para algumas ações. Eterno, Silverman e Berlin (2021) apontam que, ao definir a meta, por exemplo, pela quantidade de prisões, em alguns departamentos foi identificado o aumento de detenções, mas também do excesso por parte de alguns policiais. Isso decorre do fato de que a pressão pelo cumprimento da meta fez os policiais não cumprirem alguns requisitos legais, gerando o excesso.

Por outro lado, Lee e Kim (2020) apontam que o uso de indicadores é bom para aumentar a produtividade, o que possui impacto positivo no desempenho. Entretanto, afeta negativamente o esforço no trabalho, que impacta a motivação do policial e a sua proatividade, o que, conforme visto anteriormente, possui impacto no desempenho. Diante desse paradoxo, Lee e Kim (2000) apontam que o resultado nesse processo é a rotatividade do policial, pois ele não consegue permanecer muito tempo trabalhando sem ter autonomia no trabalho.

Maillard (2018) realizou um estudo comparativo analisando a implantação do Compstat nas cidades de Paris e de Londres. Nesse estudo, o autor define Compstat como:

Sistemas tecnológicos e de gestão desenhados sob quatro dimensões complementares (i) *scoreboards*, indicadores de desempenho e metas; (ii) sessões coletivas de atuação, onde as atividades das unidades são revisadas publicamente; (iii) unidades encarregadas de coletar, analisar e divulgar dados de desempenho dentro da organização; (iv) a existência de esquemas de processamento de informações que requerem o uso de dados de crimes (Maillard, 2018, p. 2, tradução nossa).

Na comparação das duas organizações, Maillard (2018) aponta que ambas adotaram objetivos de controle de violência. Então, o desempenho é visto por meio de indicadores de criminalidade, e a capacidade da organização em diminuir tais índices. Assim, o processo é realizado pela alta gestão da organização, que define os índices criminais, estabelece as metas e métricas para acompanhamento e realiza processos de revisão contínua, tanto dos indicadores quanto da atividade dos policiais.

Entretanto, por ter um foco nos índices criminais, o Compstat deixa de lado outros objetivos organizacionais, como a aproximação com a comunidade (Maillard, 2018). A atividade policial não se reduz tão somente ao combate à criminalidade, mas também se realiza por meio da aproximação com a comunidade e do fornecimento da sensação de segurança, ainda mais quando se trata de policial militar, que realiza policiamento ostensivo e é prontamente reconhecido por sua vestimenta (Valla, 2004).

Por outro lado, Maillard (2018) aponta que, por vezes, tanto a chefia quanto os policiais podem adotar comportamentos de modo a jogar com o sistema (Gassner; Gofen; Raaphorst, 2020). O autor identificou que, com o objetivo de melhorar os seus índices de desempenho, policiais eram cobrados a executar prisões, não importando os meios, e que eles adotavam procedimentos incorretos a fim de cumprir os objetivos. De acordo com Maillard e Savage (2018), isso pode gerar um processo de cinismo organizacional.

No caso de Paris, esse processo levou ao aumento do registro de crimes definidos como indicadores pelo Compstat e à diminuição do registro de outros crimes não definidos como indicadores. Entretanto, o que estava acontecendo é que os policiais estavam manipulando o registro dos dados, realizando o registro incorreto de crimes e ações policiais para aumentar seu nível de desempenho, e inclusive não fazendo o registro de certas ocorrências para não terem seu desempenho diminuído (Maillard, 2018).

Apesar de tais críticas, na revisão de literatura foi identificado que a aplicação do Compstat teve impactos significativos na gestão do desempenho de organizações policiais. Entretanto, alguns sugerem a adoção de outros tipos de indicadores na análise.

McIntyre *et al.* (2021) apontam que o uso de sistemas de gestão de desempenho se tornou uma ferramenta essencial na atividade policial. Isso fez com que as organizações policiais mudassem as suas ações do foco de prestação de serviço para um paradigma gerencial voltado para produtividade e desempenho.

Entretanto, esses autores expressam a necessidade de serem adotados indicadores qualitativos, e que é necessário também:

- (a) identificar melhores medidas e indicadores;
- (b) medir fatores adicionais, como atributos em nível de cidade; e,
- (c) usando pesquisas com cidadãos para avaliar os encontros policiais-cidadãos e a satisfação do público (McIntyre *et al.*, 2021, p. 3, tradução nossa).

Ainda nessa mesma perspectiva de necessidade de incrementar o Compstat, Zeffane e Bani Melhem (2017) afirmam que é necessário incluir a perspectiva do policial, pois eles são ativos essenciais na organização. Ademais, isso afeta a percepção do desempenho organizacional por parte dos policiais. Os autores indicam que tal percepção negativa, aliada à insatisfação com o trabalho, aumenta os efeitos na intenção de demissão dos policiais. E quando um policial pede demissão, todo o conhecimento que ele possui é levado embora com ele, representando um custo para a organização, pois houve um investimento em toda a sua formação e preparação para a atividade policial (Santos, 2018).

Por outro lado, a gestão de desempenho também precisa incluir a gestão das relações (Van Thielen *et al.*, 2020). A atividade policial é realizada em grupos e a fração mínima indicada é uma dupla (Manoel, 2004). Isso decorre do fato de que por vezes é necessário o uso da força, e uma dupla possui melhores condições de ação. Assim, os policiais desenvolvem confiança no seu colega de trabalho, muitas vezes maior do que a confiança na sua chefia.

Caso isso não seja levado em consideração, a gestão do desempenho pode resultar em efeitos indesejados, por exemplo a insatisfação com o trabalho, comportamentos antiéticos e frustração com a gestão do desempenho (Van Thielen *et al.*, 2020).

Van Thielen *et al.* (2020) consideram a gestão do desempenho sob a perspectiva da ação em grupo e apontam três tipos de desempenho dentro do grupo: desempenho de tarefas em nível individual, desempenho de equipe e desempenho contextual em nível individual, os quais podem ser definidos como: “objetivos da gestão do desempenho grupo-relacionados para enfatizar o relacionamento dentro do grupo” (Van Thielen *et al.*, 2020, p. 3, tradução nossa).

Por meio de dois estudos quantitativos, os autores concluem que mecanismos da gestão do desempenho que incorporam objetivos grupo-relacionados afetam a relação do grupo, o que por consequência afeta o desempenho do grupo e da organização.

DIMENSÕES DO DESEMPENHO – NÍVEL INSTITUCIONAL

Quanto ao nível institucional, foram analisados 18 artigos e foi possível identificar a preponderância de estudos que analisam o desempenho sob a perspectiva da legitimidade.

Legitimidade pode ser definida como a “percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejadas, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (Suchman, 1995, p. 574, tradução nossa).

Assim, é possível identificar que existem ao menos duas partes envolvidas quando se fala em legitimidade: uma entidade e uma audiência. A entidade é aquela que executa a ação, no caso as organizações policiais, e a audiência é aquela que analisa as ações realizadas pela entidade e que as qualifica como desejada, adequada ou apropriada, no nosso caso, à sociedade.

Entretanto, existem dois modelos para analisar a legitimidade organizacional em organizações policiais:

O modelo instrumental, que privilegia as estratégias de policiamento coercitivo e orientado para a dissuasão, assume que as pessoas pesam os potenciais custos e benefícios da cooperação com a polícia e que cooperam quando os benefícios tangíveis (individuais ou comunitários) superam quaisquer custos. O modelo normativo, por outro lado, vincula a legitimidade à equidade e à justiça processual dos procedimentos policiais. Assumindo que a cooperação pública com a polícia e o cumprimento voluntário da lei são impulsionados principalmente pela imparcialidade e justiça processual experimentada e/ou percebida dos procedimentos policiais (Karakus, 2017, p. 26, tradução nossa).

O modelo instrumental analisa os recursos que a comunidade confia à polícia, de modo que a organização atue na decisão da distribuição de recursos, combate ao crime e ações policiais. Nesta perspectiva, a comunidade é sujeita à coerção da atividade policial (Karakus, 2017).

O modelo normativo, por outro lado, considera a atividade policial por meio da adoção de procedimentos corretos, os quais somente são alcançados quando ocorrem em colaboração com a comunidade. Assim, a comunidade participa na tomada de decisão das ações da polícia (Karakus, 2017).

A consequência para o conceito de desempenho organizacional em ambas as perspectivas também muda. Apesar de ambos considerarem a sensação de segurança como elemento-chave, no modelo instrumental o desempenho é visto pela aplicação de recursos, e no modelo normativo analisa-se o desempenho por meio da colaboração da comunidade com a polícia.

O estudo de Crow *et al.* (2017) apresenta uma perspectiva diferenciada sobre o uso de câmeras corporais, por meio das quais é possível observar a aplicação do conceito de legitimidade. Essas câmeras são utilizadas por policiais americanos penduradas no colete, de forma visível e com o objetivo de filmar toda e qualquer ação do policial.

Os autores apontam em sua revisão de literatura que encontraram estudos apontando que as agências policiais são inefetivas sem a cooperação e o suporte da comunidade. Eles também apontam que há uma relação entre o medo do crime e o desempenho de organizações policiais, e isso também é baseado no nível de legitimidade que a comunidade concede para as organizações policiais.

Assim, para esses autores, o desempenho de organizações policiais é visto pela perspectiva da legitimidade, concedida a partir da percepção da comunidade, bem como dependente dos elementos que constroem tal percepção.

Os autores concluem, então, que a sua pesquisa está alinhada com um conjunto crescente de literatura que “indica que as opiniões da comunidade sobre a legitimidade policial e o desempenho da polícia é moldado tanto pela justiça/presença processual como pela preocupação com o crime, que, por sua vez, são afetados pelas características demográficas” (Crow *et al.*, 2017, p. 604, tradução nossa).

Nesse mesmo sentido, Cohen e Hertz (2020) consideram o desempenho organizacional sob a perspectiva da legitimidade da ação policial e a percepção da comunidade sobre este tema. Esses autores ainda se baseiam no conceito de burocratas a nível de rua para definir a estrutura da organização policial (Lipsky, 2010). Eles apontam que essas organizações se encontram fortemente influenciadas pelos princípios da Nova Gestão Pública (NGP).

Nesse estudo, Cohen e Hertz (2020) buscam compreender se os policiais possuem maior interesse em cumprir com suas atividades fora ou em serviço, considerando aqui os valores sociais da atividade policial. Assim, desempenho organizacional é visto como resultado da satisfação dos clientes da atividade policial.

Desai (2018) assinala, por outro lado, que organizações que enfrentam problemas de desempenho buscam informações no ambiente em que se encontram, em busca de aumentarem o seu repositório de conhecimento, ou seja, aprendizagem organizacional. Por vezes, ocorrem parcerias entre as organizações, e nem sempre tais parcerias visam atender o desempenho organizacional, mas sim aumentar, corrigir ou reparar a sua legitimidade. Para esse autor, o desempenho organizacional é visto pelo alcance da legitimidade da organização.

Por meio de um estudo quantitativo sobre policiamento comunitário, Desai (2018) constrói 4 hipóteses que são testadas por meio da análise de relatórios, nos quais a unidade de análise é a agência-ano. O autor conclui o artigo apontando que a relação entre a aprendizagem e a busca que as organizações realizam possui implicação na teoria de legitimidade organizacional.

Seguindo na mesma linha de Desai (2018), Ali e Nicholson-Crotty (2020) também observam o desempenho de organizações policiais por meio da eficiência policial, ou seja, o alcance de seus objetivos. Entretanto, também incluem o *Accountability Model* na sua análise, pois analisam que a atividade policial pode ser supervisionada pelos cidadãos. O resultado de tal supervisão é o aumento da legitimidade da polícia e, por consequência, o aumento da sua eficiência e, por fim, o aumento de seu desempenho organizacional.

Por fim, o ensaio teórico de Hodgkinson, Caputo e McIntyre (2019) consegue realizar uma visão geral sobre o conceito de desempenho organizacional de organizações policiais. Os autores pontuam que a medição de desempenho de organizações policiais deve ser realizada por meio de princípios de governança, priorizando a legitimidade das organizações policiais e o *Accountability*.

Ao contrário dos demais autores, Hodgkinson, Caputo e McIntyre (2019) criticam o modelo derivado da Nova Gestão Pública e apontam que esse modelo apresenta uma metodologia insensata, como o fato de que aumentar o número de policiais na rua pode levar ao aumento da taxa criminal, porque quanto mais policiais na rua, maior a quantidade de prisões realizadas, mas não, necessariamente, pelo aumento do crime em si.

Em segundo lugar, os autores apontam que os objetivos são restritos e tendem a focar em determinado tipo de crime, sem considerar a complexidade da atividade policial.

Além disso, o foco desse modelo baseado na NGP é excessivo no policiamento repressivo, em vez de focar na prevenção e em medidas que aumentem a sensação de segurança.

Por outro lado, os autores afirmam que adotar um modelo baseado em indicadores pode apresentar mais efeitos negativos na atividade policial em si, pois isso pode levar os policiais a “jogarem com o sistema”, deixando por exemplo de relatar ações que podem prejudicar o seu desempenho ou então manipular os dados para fazerem parecer que o seu desempenho está adequado.

Por fim, a definição de métrica não permite avaliar o que a polícia está fazendo atualmente ou quanto bem a organização policial tem desenvolvido suas atividades. O resultado disso é que aqueles que desenvolvem políticas públicas e os *stakeholders* de organizações policiais não conseguem obter informações claras da atividade policial.

Para resolver essas questões, os autores sugerem que as métricas de desempenho de organizações policiais sejam repensadas, de modo a se alinharem com as expectativas dos *stakeholders* locais, bem como com os membros da comunidade. Assim, as métricas devem adotar métodos qualitativos de avaliação.

CONCLUSÃO

Diante da complexidade do tema e considerando que o desempenho em organizações policiais pode ser considerado como um processo multinível, semelhante ao processo adotado por Su *et al.* (2020), os quais analisaram o desempenho considerando os níveis do indivíduo, do grupo e organizacional, é possível extrair dos trabalhos encontrados conceitos de desempenho organizacional para cada um dos níveis acima apresentados.

Para o nível individual é possível utilizar o conceito de Alexandri, Pragiwani e Yuswardi (2019), que adotam o conceito de desempenho a nível individual da mesma forma que analisam o desempenho pela perspectiva da satisfação do policial. Assim, o desempenho da tarefa refere-se à execução do trabalho conforme a descrição do trabalho definido para o empregado.

Para o nível organizacional, o desempenho organizacional tem sido visto como a utilização do Compstat, que representa a adoção do estabelecimento de metas tendo em vista a diminuição do índice de criminalidade (Maillard, 2018; Faull, 2016). Entretanto, esse sistema de medição recebe muitas críticas, por limitar o escopo de trabalho da atividade policial à redução do número de crimes, e por ter a tendência de permitir que o policial jogue com os dados (Gassner; Gofen; Raaphorst, 2020).

Diante disso, o conceito de desempenho organizacional é aquele que considera o cumprimento dos objetivos organizacionais de modo efetivo, adquirido por meio da implementação de práticas organizacionais (Alosani; Yusoff; Al-Dhaafri, 2019).

Por fim, para o nível institucional, o conceito de legitimidade aparenta ser aquele mais comum para a atividade policial. Entretanto, existem dois modelos para medir a legitimidade organizacional em organizações policiais: o modelo normativo e o modelo instrumental (Karakus, 2017).

Assim, ao final desta análise, é possível identificar que o assunto ainda não foi abordado de acordo com a sua complexidade, sendo realizado de forma parcial, aspecto corroborado por não terem sido encontrados estudos empíricos que abordassem o tema por meio da perspectiva multinível, realizando por completo as análises incluindo as correlações entre os níveis. Todas as abordagens encontradas apresentam limitações que poderiam ser exploradas por meio da análise multinível.

Faz-se necessário incluir também neste processo de avaliação de desempenho o papel das políticas públicas, observando ainda o processo que vai desde a sua formulação até o seu monitoramento, pois é por meio delas que as atividades e ações públicas voltadas para o cidadão se concretizam (Secchi, 2014).

Diante do exposto, sugere-se para pesquisas futuras abordagens que estabeleçam correlações entre os níveis, estabelecendo novas formas de definir e também avaliar o desempenho organizacional. Além disso, também se sugere como tema de pesquisa a correlação com estrutura organizacional, por exemplo corregedoria, mecanismos de gestão, relações com a comunidade, e externalidades como a política, o crime e a violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKCA, Davut; EASTWOOD, Joseph. The impact of individual differences on investigative interviewing performance: a test of the police interviewing competencies inventory and the five factor model. **Police Practice and Research**, v. 22, n. 1, p. 1027-1045, 2021. DOI: 10.1080/15614263.2019.1644177.

ALEXANDRI, Mohammad Benny; PRAGIWANI, Meita; YUSWARDI. The effect of competence and discipline of work on motivation and its impact on performance of forensic checkers at puslabfor bareskrim Indonesia national police (POLRI). **Academy of Strategic Management Journal**, v. 18, n. 4, p. 1-13, 2019.

ALI, Mir Usman; NICHOLSON-CROTTY, Sean. Examining the Accountability-Performance Link: The Case of Citizen Oversight of Police. **Public Performance and Management Review**, v. 44, n. 3, p. 523-559, 2020. DOI: 10.1080/15309576.2020.1806086.

ALOSANI, Mohammed Saleh; YUSOFF, Rushami; AL-DHAAFRI, Hassan. The effect of innovation and strategic planning on enhancing organizational performance of Dubai Police. **Innovation & Management Review**, v. 17, n. 1, p. 2-24, 2019. DOI: 10.1108/INMR-06-2018-0039.

AUDENAERT, Mieke; VAN DER HEIJDEN, Beatrice; ROMBAUT, Tim; VAN THIELEN, Tine. The role of feedback quality and organizational cynicism for affective commitment through leader-member exchange. **Review of Public Personnel Administration**, v. 41, n. 3, p. 593-615, 2021. DOI: 10.1177/0734371X20923010.

BAKKER, Arnold; HEUVEN, Ellen. Emotional dissonance, burnout, and in-role performance among nurses and police officers. **International Journal of Stress Management**, v. 13, n. 4, p. 423-440, 2006. DOI: 10.1037/1072-5245.13.4.423.

BATTIBUGLI, Thaís. **Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)**. 2006. 317 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BODZIANY, Marek; ŚCIBIOREK, Zbigniew; ŚLUSARCZYK, Stanisław. Motivating in theory and practice of command – case study of the Polish armed forces, the police and the fire service. **International Journal of Organizational Analysis**, v. 29, n. 2, p. 474-492, 2021. DOI: 10.1108/IJOA-02-2020-2044.

COHEN, Nissim; HERTZ, Uri. Street level bureaucrats' social value orientation on and off duty. **Public Administration Review**, v. 80, n. 3, p. 442-453, 2020. DOI: 10.1111/puar.13190.

CROW, Matthew; SNYDER, Jamie; CRICHLLOW, Vaughn; SMYKLA, John Ortiz. Community perceptions of police body-worn cameras: the impact of views on fairness, fear, performance, and privacy. **Criminal Justice and Behavior**, v. 44, n. 4, p. 589-610, 2017. DOI: 10.1177/0093854816688037.

DEAN, James; BRANDES, Pamela; DHARWADKAR, Ravi. Organizational Cynicism. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 2, p. 341-352, 1998. DOI: 10.5465/amr.1998.533230.

DESAI, Vinit. Collaborative stakeholder engagement: an integration between theories of organizational legitimacy and learning. **Academy of Management Journal**, v. 61, n. 1, p. 220-244, 2018. DOI: 10.5465/amj.2016.0315.

ETERNO, John; SILVERMAN, Eli; BERLIN, Michael. Police leadership of tomorrow: comprehensive compstat performance management moving from stagnation to innovation. **Police Practice and Research**, v. 22, n. 1, p. 886-902, 2021. DOI: 10.1080/15614263.2020.1725273.

FAULL, Andrew. Measured Governance? Policing and Performance Management in South Africa. **Public Administration and Development**, v. 36, n. 2, p. 157-168, 2016. DOI: 10.1002/pad.1750.

FORS BRANDEBO, Maria. How contextual is destructive leadership? A comparison of how destructive leadership is perceived in usual circumstances versus crisis. **International Journal of Organizational Analysis**, v. 29, n. 1, p. 220-239, 2021. DOI: 10.1108/IJOA-11-2019-1924.

FREITAS JR., Francisco Lopes de; ARAÚJO, Ronaldo José do Rego de; SILVA, Pablo Eduardo Nikolais Teixeira Bonifácio da; LINS, Daniel Coutinho. Segurança Pública Estadual Brasileira: O que Influencia seu Desempenho?. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. 89-99, 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/56815/seguranca-publica-estadual-brasileira--o-que-influencia-seu-desempenho->. Acesso em: 7 fev. 2025.

GASSNER, Drorit; GOFEN, Anat; RAAPHORST, Nadine. Performance management from the bottom up. **Public Management Review**, v. 24, n. 1, p. 1-18, 2020. DOI: 10.1080/14719037.2020.1795232.

GUTSHALL, Charles; HAMPTON, David; SEBETAN, Ismail; STEIN, Paul; BROXTERMANN, Thomas. The effects of occupational stress on cognitive performance in police officers. **Police Practice and Research**, v. 18, n. 5, p. 463-477, 2017. DOI: 10.1080/15614263.2017.1288120.

HASSAN, Shahidul; JIANG, Zhongnan. Facilitating learning to improve performance of law enforcement workgroups: the role of inclusive leadership behavior. **International Public Management Journal**, v. 24, n. 1, p. 106-130, 2021. DOI: 10.1080/10967494.2019.1680465.

HASSAN, Shahidul; PARK, Jongsoo; RAADSCHELDERS, Jos. Taking a closer look at the empowerment performance relationship: evidence from law enforcement organizations. **Public Administration Review**, v. 79, n. 3, p. 427-438, 2019. DOI: 10.1111/puar.12978.

HELPER, Richard; REYNOLDS, Paul; MASKÁLY, Jon. Prior Discipline and Performance among Police Officers: Does Organizational Fairness Matter? **Criminology, Criminal Justice, Law and Society**, v. 21, n. 3, p. 1-16, 2020.

HODGKINSON, Tarah; CAPUTO, Tullio; MCINTYRE, Michael. Beyond crime rates and community surveys: a new approach to police accountability and performance measurement. **Crime Science**, v. 8, n. 1, 2019. DOI: 10.1186/s40163-019-0108-x.

INGSIH, Kusni; ASTUTI, Sih Darmi. Determinant factors of police performance. **International Journal of Innovation, Creativity and Change**, v. 9, n. 2, p. 262-273, 2019.

JAMES, Lois; GOLDSTEIN, Michael; LECY, Peter; MASE, Stephen. Testing the impact of physiological stress response on police performance during critical job tasks. **Policing**, v. 44, n. 3, p. 405-417, 2020. DOI: 10.1108/PIJPSM-04-2020-0060.

KARAKUS, Onder. Instrumental and normative pathways to legitimacy and public cooperation with the police in Turkey: considering perceived neighborhood characteristics and local government performance. **Justice Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 25-54, 2017. DOI: 10.1080/07418825.2015.1095346.

KOEDIJK, Matthijs; STUURMAN, Hessel; RENDEN, Peter; HUTTER, Vana; STRATING, Marian; OUDEJANS, Raoul. The physical competence test of the Dutch National Police: the effects of wearing a police uniform on test performance. **Police Practice and Research**, v. 21, n. 3, p. 264-278, 2020. DOI: 10.1080/15614263.2019.1658583.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAURIKS, S.; BUSTER, M. C. A. A.; DE WIT, M. A. S. S.; ARAH, O. A.; LAURIKS, Steve; BUSTER, MARCEL; WIT, Matty de; ARAH, Onyebuchi; HOOGENDOORN, Adriaan; PEEN, Jaap; KLAZINGA, Niek. Validity of police contacts as a performance indicator for the public mental health care system in Amsterdam: an open cohort study. **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, v. 53, n. 6, p. 577-586, 2018. DOI: 10.1007/s00127-018-1499-9.

LEE, Hyung-Woo; KIM, Kitai. Determinants of job attitudes in the FBI: A multidimensional comparison. **International Journal of Law Crime and Justice**, South Korea, v. 63, 2020. DOI: 10.1016/j.ijlcrj.2020.100418.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services**. updated ed. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

MAANEN, John Van. Police socialization: a longitudinal examination of job attitudes in an urban police department. **Administrative Science Quarterly**, v. 20, n. 2, p. 207-228, 1975. DOI: 10.2307/2391695.

MAILLARD, Jacques de. Police performance regimes and police activity: Compstat in Paris and London compared. **European Journal of Criminology**, v. 15, n. 5, p. 589-608, 2018. DOI: 10.1177/1477370817749497.

MAILLARD, Jacques de; SAVAGE, Stephen. Policing as a performing art? The contradictory nature of contemporary police performance management. **Criminology and Criminal Justice**, v. 18, n. 3, p. 314-331, 2018. DOI: 10.1177/1748895817718589.

MANNING, Peter. **Policing Contingencies**. New York: University of Chicago Press, 2003. DOI: 10.7208/chicago/9780226503523.001.0001.

MANOEL, Élio de Oliveira. **Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado**. Curitiba: AVM, 2004.

MARCOS, Alexandra; PÉREZ-LLANTADA, María del Carmen; TOPA, Gabriela. Integration in the organizational environment of the Spanish national police. **Sustainability**, Switzerland, v. 11, n. 17, 2019. DOI: 10.3390/su11174706.

MATITZ, Queila Regina Souza; BULGACOV, Sergio. O conceito desempenho em estudos organizacionais e estratégia: um modelo de análise multidimensional. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 580-607, 2011. DOI: 10.1590/S1415-65552011000400003.

MCINTYRE, Michael; CAPUTO, Tullio; HODGKINSON, Tarah; WANG, Lucy; DAVIDSON, Robert. Using organizational performance assessment to improve service to the community. **Police Practice and Research**, v. 22, n. 1, p. 711-726, 2021. DOI: 10.1080/15614263.2020.1795859.

NISAR, Sehran Khan; RASHEED, Muhammad Imran. Stress and performance: Investigating relationship between occupational stress, career satisfaction, and job performance of police employees. **Journal of Public Affairs**, v. 20, n. 1, 2020. DOI: 10.1002/pa.1986.

PAGANI, Regina Negri; KOVALESKI, João Luiz; RESENDE, Luis Mauricio. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. **Scientometrics**, v. 105, n. 3, p. 2109-2135, 2015. DOI: 10.1007/s11192-015-1744-x.

RENDEN, Peter; SAVELSBERGH, Geert; OUDEJANS, Raoul. Effects of reflex-based self-defence training on police performance in simulated high-pressure arrest situations. **Ergonomics**, v. 60, n. 5, p. 669-679, 2017. DOI: 10.1080/00140139.2016.1205222.

SANTOS, Felipe Haleyson Ribeiro Dos. Lógicas Institucionais Polícias Militares: organizações híbridas e suas relações com o nível individual. **Gestão de Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, v. 9, n. 1, 2018. Doi: 10.51359/2177-1243.2018.234507.

SANTOS, Anderson Pereira dos; GOMES, Adalmir de Oliveira. Desempenho de organizações policiais: revisão sistemática da literatura. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 72, n. 1, p. 262-291, 2021. DOI: 10.21874/rsp.v72i01.4881.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

STAKE, Robert. **A Arte da Investigação com Estudos de Caso**. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

STRAUSS, Karoline; PARKER, Sharon. Intervening to enhance proactivity in organizations: improving the present or changing the future. **Journal of Management**, v. 44, n. 3, p. 1250-1278, 2018. DOI: 10.1177/0149206315602531.

SU, Tao Scofield; CHEN, Chunhua; CUI, Xiaoyu; YANG, Chunsheng; MA, Weimo. Consistency at different levels: a meta-analytic examination of organizational trust and performance. **Nankai Business Review International**, v. 11, n. 4, p. 537-567, 2020. DOI: 10.1108/nbri-01-2020-0005.

SUCHMAN, Mark. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995. DOI: 10.2307/258788.

VALLA, Wilson Odirley. **Doutrina de Emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar**. 2 ed. rev. Curitiba: AVM, 2004.

VAN GELDEREN, Benjamin; KONIJN, Elly; BAKKER, Arnold. Emotional labor among police officers: a diary study relating strain, emotional labor, and service performance. **International Journal of Human Resource Management**, v. 28, n. 6, p. 852-879, 2017. DOI: 10.1080/09585192.2016.1138500.

VAN THIELEN, Tine; BAUWENS, Robin; AUDENAERT, Mieke; VAN WAEYENBERG, Thomas; DECRAMER, Adeliën. How to foster the well-being of police officers: The role of the employee performance management system. **Evaluation and Program Planning**, v. 70, p. 90-98, 2018. DOI: 10.1016/j.evalprogplan.2018.07.003.

VAN THIELEN, Tine; DECRAMER, Adeliën; VANDERSTRAETEN, Alex; AUDENAERT, Mieke. The effects of performance management on relational coordination in policing: the roles of content and process. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 33, n. 7, p. 1377-1402, 2020. DOI: 10.1080/09585192.2020.1779779.

ZEFFANE, Rachid; BANI MELHEM, Shaker Jamal Bani. Trust, job satisfaction, perceived organizational performance and turnover intention: A public-private sector comparison in the United Arab Emirates. **Employee Relations**, v. 39, n. 7, p. 1148-1167, 2017. DOI: 10.1108/ER-06-2017-0135.

ZWINGMANN, Lukas; HOPPSTOCK, Marco; GOLDMANN, Jan Peter; WAHL, Patrick. The effect of physical training modality on exercise performance with police-related personal protective equipment. **Applied Ergonomics**, v. 93, 2021. DOI: 10.1016/j.apergo.2021.103371.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

ESCALA DE DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO¹

JONATHAN SAIDELLES CORRÊA

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Bacharel em Administração pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES).

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Sul **Cidade:** Santa Maria

Email: jonathan.saidelles@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-3705-2886>

LUIS FELIPE DIAS LOPES

Professor Titular do Depto. de Ciências Administrativas. Pesquisador do CNPq e FAPERGS. Pós-doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Sul **Cidade:** Santa Maria

Email: luis.lopes@ufsm.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-2438-0226>

DAMIANA MACHADO DE ALMEIDA

Doutora e Mestra em Administração pelo PPGA da UFSM, Administradora e Educadora Especial, Coordenadora de Cursos de Gestão e Docente da Faculdade Sobresp.

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Sul **Cidade:** Santa Maria

Email: adm.damiana@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6433-9212>

MARIA EMILIA CAMARGO

Mestre e Doutora em Engenharia de Produção. Pesquisadora do Cnpq. Pesquisadora do Govcopp-Universidade de Aveiro, Portugal. Prof aposentada da UFSM.

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Sul **Cidade:** Santa Maria

Email: mariaemiliappga@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3800-2342>

Contribuições dos(as) autores(as): todos(as) contribuíram com concepção e delineamento do estudo, com planejamento, escolha de metodologias e coleta de dados e revisão e aprovação final. Jonathan, autor principal, contribuiu com análise e interpretação dos dados, quantitativos ou qualitativos, dos resultados e discussão dos achados. Jonathan, Damiana e Maria contribuíram com revisão crítica do estudo, participando ativamente na revisão de versões preliminares e fornecimento de insights intelectuais importantes; revisão e aprovação final.

Data de Recebimento: 16/06/2023 – **Data de Aprovação:** 11/10/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1937

RESUMO

O presente estudo tem como propósito identificar quais são os desafios dos profissionais de segurança pública no Brasil e compreender como esses desafios se relacionam entre si. Para isso, optou-se por

1 Artigo oriundo da tese de doutorado "Os desafios de profissionais de segurança pública e suas relações com o bem-estar social e o bem-estar social no trabalho" do Programa de pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria.

construir uma escala psicométrica capaz de mensurar esses desafios, tendo sido empregada uma pesquisa exploratória e descritiva, do tipo *survey*. A amostra final foi constituída por 1.292 integrantes, vinculados à Polícia Militar, à Polícia Civil e à Polícia Penal. A análise dos dados ocorreu por meio de modelagem de equações estruturais. Os resultados permitem identificar os desafios dos profissionais de segurança pública, os quais apresentaram índices psicométricos adequados. Por fim, conclui-se que melhorias em infraestrutura, equipamentos, treinamentos e outros aspectos institucionais tendem a diminuir os desafios institucionais e, conseqüentemente, também diminuem-se os desafios de saúde, os desafios profissionais e os desafios sociais dos profissionais de segurança pública.

Palavras-chaves: Desafios dos profissionais de segurança pública. Profissionais de segurança. Polícia.

SCALE OF CHALLENGES OF PUBLIC SAFETY PROFESSIONALS: CONSTRUCTION AND VALIDATION

ABSTRACT

This study aims to identify what are the challenges of public security professionals in Brazil and understand how these challenges relate to each other. For this, it was decided to build a psychometric scale capable of measuring these challenges, using an exploratory and descriptive research, of the survey type. The final sample consisted of 1,292 members, linked to the Military Police, the Civil Police and the Criminal Police. Data analysis was performed using structural equation modeling. The results made it possible to identify the challenges faced by public security professionals, who presented adequate psychometric indices. Finally, it was concluded that improvements in infrastructure, equipment, training and other institutional aspects tend to reduce institutional challenges, and, consequently, also reduce health challenges, professional challenges and social challenges for public safety professionals.

Keywords: Challenges for public safety professionals. Security professionals. Police.

INTRODUÇÃO

O trabalho proporciona meios para que cada indivíduo tente suprir suas necessidades e conquistar seus desejos, porém, também coloca em nossos caminhos alguns desafios que podem impactar a saúde física e mental. A intensidade desses desafios varia conforme as características das profissões. Alguns contextos de trabalho apresentam desafios mais severos se comparados com outras profissões, principalmente devido ao elevado nível de tensão que a rotina proporciona. É o caso, por exemplo, de profissionais de saúde, profissionais de educação e profissionais de segurança.

No presente estudo, focamos, especificamente, em profissionais de segurança pública vinculados aos estados do Brasil, como policiais militares, policiais civis e policiais penais. Uma das características dessa atividade é o transbordamento da rotina profissional para a vida pessoal, ou seja, um policial segue com responsabilidades de seu trabalho até mesmo quando não está em serviço. Essas severas peculiaridades da rotina do profissional de segurança têm sido apontadas como prejudiciais para a sua saúde (Territo; Vetter, 1981; McCreary; Thompson, 2006; Santos, 2009; Back, 2021).

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é identificar quais são os desafios dos profissionais de segurança pública e compreender como esses desafios se relacionam entre si. Para isso, optou-se por construir a Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública (EDPSP), composta por dimensões que

representam os desafios enfrentados por esses profissionais no Brasil. Como métrica, foi adotada uma escala *likert* de concordância com 7 pontos.

A construção desse instrumento foi baseada em relevantes achados teóricos e em considerações apontadas pelos próprios profissionais de segurança durante as etapas de construção da escala. Essa medida foi adotada em razão das peculiaridades que cada país apresenta em suas estruturas de segurança pública, além de permitir a inclusão de desafios específicos que talvez ainda não tenham sido mensurados pela literatura. A constante presença do risco de morte e a (in)segurança social (Minayo; Souza; Constantino, 2008; Back, 2021) são exemplos de aspectos presentes na profissão e que não são mensurados nas escalas atualmente disponíveis.

Um dos intuitos desta pesquisa é que a escala possa embasar decisões de gestores de organizações policiais, uma vez que os resultados de sua aplicação criarão um panorama sobre a percepção dos policiais diante dos desafios enfrentados na profissão. Além de possibilitar avaliação em grandes grupos, também viabilizará analisar casos individuais. Inclusive, é possível utilizar a escala como uma espécie de filtro, identificando os profissionais de segurança mais impactados negativamente pela profissão e encaminhá-los para avaliações psicológicas e médicas.

Portanto, a Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública pode ser uma ferramenta preventiva a ser utilizada em programas institucionais de promoção da saúde de policiais, pois o número de psicólogos e médicos ainda é pequeno se comparado ao contingente policial. Back (2021, p. 221) reforça a relevância do apoio psicológico preventivo, pois pode contribuir “efetivamente para a melhoria de qualidade de vida, já que promove a saúde mental e previne o surgimento ou, ao menos, o agravamento de transtornos mentais nesses profissionais”.

Ainda, convém salientar a relevância da presente pesquisa por abordar um contexto laboral tão relevante para a sociedade, mas tão pouco explorado no âmbito científico. Souza e Minayo (2005) defendem que pesquisas sobre saúde do trabalhador precisam pensar nas categorias que atuam na segurança pública, pois é um dos segmentos mais vulneráveis a acidentes e morte no trabalho.

OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

As profissões de segurança pública têm características que tendem a tornar a rotina dos trabalhadores mais severa se comparadas com outras atividades profissionais (Selokar *et al.*, 2011). Territo e Vetter (1981), McCreary e Thompson (2006) e Santos (2009) abordam que o trabalho policial é uma das poucas ocupações em que os funcionários enfrentam perigos físicos continuamente, colocando suas próprias vidas em risco a qualquer momento. Embora outras profissões também apresentem riscos, estes normalmente são vinculados a falhas técnicas de equipamentos ou a azares ambientais. No caso do policial, o risco decorre do simples convívio com outras pessoas (Muniz, 1999).

Minayo, Souza e Constantino (2008) estudaram os focos de satisfação e de insatisfação que policiais do Rio de Janeiro tinham em relação à qualidade de vida, destacando-se: a questão salarial; a falta de reconhecimento por parte da sociedade e dos governantes; a centralidade do trabalho, que se apossa da vida pessoal e social; e a vivência com perdas de colegas em serviços. Em consonância, Derenusson e Jablonski (2010) mencionam o risco, o horário de trabalho, a mudança de identidade em decorrência

da vivência laboral e o estresse. Além desses fatores, o próprio salário e a carreira podem ser objetos de insatisfação (Derenusson; Jablonski, 2010; Gumani, 2019). Segundo Gumani (2019), outro aspecto que tende a desanimar o profissional de segurança é ter que enfrentar situações difíceis e traumáticas sem a possibilidade de progressão na carreira.

No estudo de Basinska e Wiciak (2013), realizado com policiais, os problemas operacionais e organizacionais mais significativos foram a burocracia, a falta de pessoal e o critério de avaliação dos oficiais (favoritismo). Ao realizar uma recente revisão sistemática relacionando estressores organizacionais e bem-estar em relação a policiais, Purba e Demou (2019) evidenciam associações relevantes, como falta de apoio, elevada demanda, pressão no trabalho, pressão administrativa/organizacional e longas horas de trabalho.

McCreary e Thompson (2006) abordaram alguns estressores que vão ao encontro desses achados, a exemplo de: risco de ser ferido no trabalho, eventos traumáticos, gerenciamento da vida social fora do trabalho, falta de compreensão da família e dos amigos sobre o trabalho, comentários negativos do público e outros itens correlatos. Usando os preceitos teóricos desses autores, Almeida (2019) encontrou o risco de ser ferido como a principal variável que conduziu o estresse de policiais do estado do Rio Grande do Sul ao nível médio.

É comum que criminosos sejam detidos e postos em liberdade por inúmeras vezes seguidas. Situações como essa não só representam um retrabalho para o policial como aumentam o risco à sua segurança, pois o criminoso pode querer vingança contra os responsáveis por sua prisão. Dessa forma, verifica-se uma vinculação da vida profissional com a vida privada, pois, mesmo em folga, o policial pode atuar pela segurança social ou sofrer ataques em decorrência do seu labor.

No entanto, a insegurança social do policial nem sempre é ocasionada diretamente por criminosos, podendo decorrer da própria sociedade. Frequentemente, operações policiais são criticadas devido ao uso da força e ao abuso de poder, principalmente por moradores de periferias (Minayo; Souza; Constantino, 2008). Segundo Oliveira e Faiman (2019, p. 608), a sociedade formula opiniões “às vezes positivas, vendo-se o profissional como uma figura de autoridade e respeito, às vezes negativas, quando ele é associado ao poder abusivo”. Essa avaliação da sociedade sobre o trabalho dos policiais costuma ser realizada com base nos níveis de efetividade das operações policiais (Zilli; Couto, 2017).

Minayo, Souza e Constantino (2008) e Oliveira e Faiman (2019) apontam que a falta de reconhecimento da sociedade é um dos fatores que os profissionais apontam como negativos, pois eles se sentem injustiçados por serem hostilizados, mesmo atuando como garantidores da segurança social. Esse contexto faz com que o reconhecimento social seja um desafio para profissões de segurança pública, as quais, muitas vezes, acabam sendo alvo de críticas em decorrência de suas atuações. A imagem negativa que a segurança pública tem diante da sociedade pode fazer com que o profissional oculte sua identidade policial, pois até mesmo sua família pode ser alvo de discriminações e ataques (Minayo; Souza; Constantino, 2008). As situações que esses profissionais vivenciam podem ser entendidas como desafios da profissão de segurança pública, os quais impactam cada indivíduo de maneira distinta.

Outros desafios enfrentados por policiais estão vinculados a aspectos institucionais, como infraestrutura e suporte organizacional. É o caso da questão salarial (Minayo; Souza; Constantino, 2008; Derenusson; Jablonski, 2010; Gumani, 2019), da centralidade do trabalho (Minayo; Souza; Constantino, 2008), do horário de trabalho (Derenusson; Jablonski, 2010), da falta de apoio, da elevada demanda, da pressão no

trabalho, da pressão administrativa/organizacional, das longas horas de trabalho (Purba; Demou, 2019) e da insuficiência de investimentos do Estado em corporações de segurança (Minayo, Adorno, 2013). Também se enquadram aspectos vinculados à disponibilização de equipamentos (Souza; Minayo, 2005) e à realização de treinamentos (Minayo; Souza; Constantino, 2008).

Nesse sentido, é fundamental que as instituições de segurança pública viabilizem meios de proporcionar uma rotina de trabalho que seja adequada. Neves, Oliveira e Alves (2014) mencionam que a estrutura e os recursos disponibilizados pelas organizações impactam no bom desenvolvimento das atividades dos profissionais. Anchieta *et al.* (2011) e Purba e Demou (2019) defendem, inclusive, que policiais tendem a vincular a possibilidade de adoecimento a problemas existentes nas condições e na organização do trabalho.

É comum que, durante a rotina profissional, o policial conviva com situações que podem causar traumas psicológicos. Nesse sentido, Amador *et al.* (2002) e Back (2021) defendem que as instituições de segurança falham ao não manterem programas institucionais de apoio à saúde dos policiais; programas que visem minimizar os impactos da profissão na vida pessoal e social. Em um estudo realizado na Índia, treinamentos de promoção de resiliência contribuíram para que policiais enfrentassem proativamente a exposição ao estresse, melhorando seu bem-estar e sua satisfação no trabalho (Chitra; Karunanidhi, 2021).

Em determinados casos, ao invés de encaminharem um policial para avaliações psicológicas, algumas chefias simplesmente realocam o profissional para atividades administrativas. Em outros casos, o próprio profissional tem receio de procurar ajuda, mesmo havendo psicólogos em suas instituições, pois a procura por algum tipo de atendimento pode ser vista como fraqueza (Minayo; Souza; Constantino, 2008; Martins; Lima, 2018; Back, 2021). Esses aspectos acabam contribuindo para o adoecimento de um maior número de policiais.

Outra categoria de desafios que os profissionais de segurança pública enfrentam diz respeito à saúde, pois as características da profissão podem causar impactos negativos sobre a saúde do policial – tanto física quanto mental. Entre os desafios, destacam-se o risco de ser ferido no trabalho (McCreary; Thompson, 2006; Almeida, 2019), o peso dos equipamentos (Minayo; Souza; Constantino, 2008), os eventos traumáticos (McCreary; Thompson, 2006; Minayo, Souza; Constantino, 2008; Gumani, 2019), a mudança de identidade em decorrência da vivência laboral e o estresse (Derenusson; Jablonski, 2010). Minayo, Souza e Constantino (2008) e Santos (2009) e Back (2021) ratificam esses impactos quando indicam que os policiais podem demonstrar comportamentos que conduzem a níveis significativos de depressão e estresse, bem como ao aumento de irritabilidade e ansiedade.

Penalba, McGuire e Leite (2008) reforçam essa teoria ao argumentarem que o ambiente policial tende a aumentar os riscos de que a saúde mental seja afetada, em razão da exposição a estressores característicos da profissão. Embora o estresse possa ser benéfico, quando ele excede a capacidade de enfrentamento do indivíduo, as consequências são negativas. Elas podem se manifestar em doenças cardiovasculares, esgotamento e desenvolvimento da síndrome de *burnout* (Minayo; Souza; Constantino, 2008).

Além dos impactos na saúde física e mental, a profissão de segurança causa impactos na convivência social do policial. Alguns impactos sociais já citados se referem ao gerenciamento da vida social fora do trabalho, à falta de compreensão da família e dos amigos sobre o trabalho, aos comentários negativos do público e a outros itens correlatos (McCreary; Thompson, 2006). Isso porque os riscos da profissão não estão presentes apenas durante o trabalho: eles invadem os aspectos relacionais da vida em geral. Ou seja, ser policial pressupõe uma constante sensação de estar em perigo (Oliveira; Faiman, 2019).

Souza e Minayo (2005) e Minayo e Adorno (2013) corroboram esse pensamento ao referirem que, dentro e fora do ambiente de trabalho, esses profissionais estão sujeitos a sofrer lesões, traumas e até mesmo morte, como demonstra a elevada taxa de mortalidade de policiais por violência. Um estudo sobre vitimização de policiais no estado do Rio de Janeiro, ainda no ano de 1998, demonstrou que mortes de policiais aconteciam tanto em atividades operacionais como administrativas. Em alguns anos, o número de policiais vitimados em folga superava o número de policiais vitimados em serviço (Muniz; Soares, 1998). Esse cenário ainda se mantém, já que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, 190 policiais foram mortos em 2021, demonstrando uma redução de 12% em relação ao ano anterior. Desses policiais, 77,4% morreram enquanto estavam de folga (FBSP, 2022).

A vitimização mesmo em momentos de folga demonstra uma vinculação da profissão com a vida privada, uma vez que, mesmo em momentos de lazer, é possível que o policial precise atuar pela segurança social ou sofra ataques pelo fato de ser policial. Essa vitimização também está relacionada à necessidade que muitos policiais têm de complementar sua renda trabalhando na segurança de estabelecimentos privados. No estudo de Arroyo, Borges e Lourenção (2019), os policiais relatam que essas atividades informais, além de trazerem maior risco, diminuem o tempo para o convívio social, pois o policial acaba trabalhando em momentos que seriam destinados para o seu descanso.

Esse convívio, segundo Muniz (1999), Minayo, Souza e Constantino (2008) e Oliveira e Faiman (2019), também acaba sendo prejudicado pelo fato de os policiais nutrirem uma cotidiana percepção de ameaça, em razão da possibilidade de haver encontros circunstanciais que resultem em confrontos. Até mesmo o simples ato de caminhar em locais públicos pode representar um risco não só à segurança pessoal do policial, como à segurança de sua família. Muniz (1999), Minayo, Souza e Constantino (2008) e Oliveira e Faiman (2019) ratificam que a probabilidade de ocorrer agressões ou mortes se estende à família dos servidores.

Esse sentimento de suspeita faz com que o profissional de segurança pública avalie seus vínculos de amizade, sempre buscando verificar se as pessoas do seu círculo de amizades não têm outros interesses naquele vínculo. O trabalho policial pode fazer com que o indivíduo se isole da comunidade à qual pertence, passando a compreender a rua como um lugar onde estão os criminosos, ou seja, um lugar perigoso de frequentar, mesmo quando não está trabalhando (Muniz, 1999; Santos, 2009).

Mesmo quando um policial tem um círculo de amizade confiável, ele encontra dificuldade de ter um elevado relacionamento social, pois compartilhar histórias sobre o trabalho (algo comum para qualquer pessoa) nem sempre é uma tarefa fácil para o policial. Conforme Oliveira e Faiman (2019, p. 614): “não poder comentar com familiares e amigos mais próximos sobre a vida no trabalho, que os afeta tanto, é um fator de distanciamento que prejudica os relacionamentos, colaborando para o isolamento emocional”.

No caso dos familiares, as influências são ainda mais profundas. Muitas vezes, o policial transfere para sua vida pessoal algumas características que deveriam ser empregadas apenas em serviço. As relações mais próximas dos policiais, em especial as conjugais, parecem ser prejudicadas pelo que se denomina frieza emocional, desenvolvida como característica para suportar a profissão (Oliveira; Faiman, 2019). Os autores mencionam que, talvez, essa frieza esteja relacionada ao grande número de horas trabalhadas. São comuns os relatos de cônjuge de policiais apontando um comportamento mais rígido e frio com familiares após o ingresso no ramo de segurança pública (Derenusson; Jablonski, 2010). Em 2019, no estudo de Oliveira e Faiman (2019), os próprios policiais reconheceram que se tornaram mais frios com familiares e amigos após ingressarem nas instituições de segurança.

Com base na organização teórica apresentada, é possível agrupar os desafios enfrentados pelos profissionais de segurança em quatro categorias: desafios institucionais; desafios profissionais; desafios de saúde; e desafios sociais. Os desafios institucionais englobam os decorrentes da estrutura física, da estrutura organizacional e de outros aspectos relacionados à gestão da instituição (infraestrutura ruim, equipamentos inadequados, treinamento insuficiente, etc.). Por sua vez, os desafios profissionais se referem aos desafios que normalmente um profissional de segurança enfrenta simplesmente por desempenhar essa atividade (risco de morte, insegurança pessoal e familiar, etc.). Já os desafios de saúde incluem os que podem impactar de maneira significativa a saúde física e psicológica desse profissional (adoecimento mental, mudanças de comportamento, etc.). Por fim, os desafios sociais se referem aos desafios de convivência social que a profissão de segurança pública impõe aos indivíduos que desempenham essa atividade (desconfiança social, dificuldade de se relacionar, etc.).

Embora se espere do profissional de segurança, como parte do seu trabalho, a capacidade de gerenciar esses desafios e controlar as suas emoções (Ballard; McGlone, 2017; Back, 2021), muitas vezes esse controle emocional não é efetivo. Gershon, Lin e Li (2002) afirmam que, nesses casos, conforme os anos passam, os problemas tendem a se acumular, influenciando cada vez mais na vida pessoal, familiar e social. Portanto, torna-se essencial identificar e monitorar esses desafios de forma eficiente, a fim de evitar o adoecimento dos profissionais e aumentar a qualidade dos serviços prestados à população.

MÉTODO

A fim de atingir o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva. Quanto à abordagem, a pesquisa pode ser classificada tanto como qualitativa quanto quantitativa. A abordagem qualitativa se refere às análises de conteúdo nas etapas que compuseram a elaboração da Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública. Já a abordagem quantitativa esteve presente nas análises estatísticas a partir do pré-teste dos instrumentos, as quais possibilitaram a validação das escalas e embasaram a discussão dos resultados. Todas as etapas da pesquisa estão em conformidade com a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, a qual dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, sendo que o estudo foi cadastrado no Sistema Nacional de Ética em Pesquisa (Sisnep), obtendo o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética.

Para a construção da escala, foram levados em consideração os conceitos de Pasquali (2010), no que tange aos procedimentos que permitem a validade do processo de construção. Foram realizadas adaptações que permitiram articular um método capaz de identificar um número maior e melhor de variáveis para compor a escala. Pasquali (2010) menciona que o primeiro procedimento para a construção de escalas seria a fundamentação teórica sobre o tema, da qual derivariam os atributos, como definições de propriedade, dimensionalidade, construção de itens e validação de conteúdo.

A revisão teórica foi essencial para que fosse possível montar uma categorização dos desafios enfrentados pelos profissionais de segurança, com destaque para os achados de Muniz (1999), McCreary e Thompson (2006), Minayo, Souza e Constantino (2008), Penalba, McGuire e Leite (2008), Santos (2009), Derenusson e Jablonski (2010), Anchieta *et al.* (2011), Oliveira e Faiman (2019), Purba e Demou (2019) e Back (2021). Essas leituras, apoiadas em outros estudiosos já evidenciados no referencial teórico, permitem concluir que os desafios dos profissionais de segurança podem ser divididos em quatro categorias: desafios institucionais; desafios profissionais; desafios de saúde; e desafios sociais. Todavia, para confirmar essa

categorização, foram implementadas três etapas complementares, as quais trouxeram a percepção de profissionais de segurança pública para dentro da construção da escala.

O levantamento se concentrou em profissões com características semelhantes, como policiais militares, civis e penais. Para que a pesquisa fosse realizada, foram solicitadas autorizações dos órgãos de polícias militares, civis e penais de todos os 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. Durante a construção da Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública, 714 policiais participaram da etapa de levantamento dos critérios, estando distribuídos nos estados de Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Rio Grande do Norte. Já na etapa de concordância com os critérios, participaram 413 policiais militares, civis e/ou penais, provenientes dos estados de Santa Catarina, Goiás e Rondônia.

Já na coleta final dos dados utilizados para a validação estatística da escala construída, a amostra da pesquisa foi constituída por 1.292 policiais que desempenham suas funções no Brasil. Na Figura 1, está exposta a distribuição dos participantes da coleta de dados final de acordo com os estados do Brasil, sendo que, do total de participantes, 467 eram da região Sul, 67 da região Sudeste, 98 da região Centro-Oeste, 555 da região Nordeste e 105 da região Norte.

FIGURA 1

Amostra da coleta de dados final



Fonte: Elaboração própria, com base na amostra da pesquisa (2024).

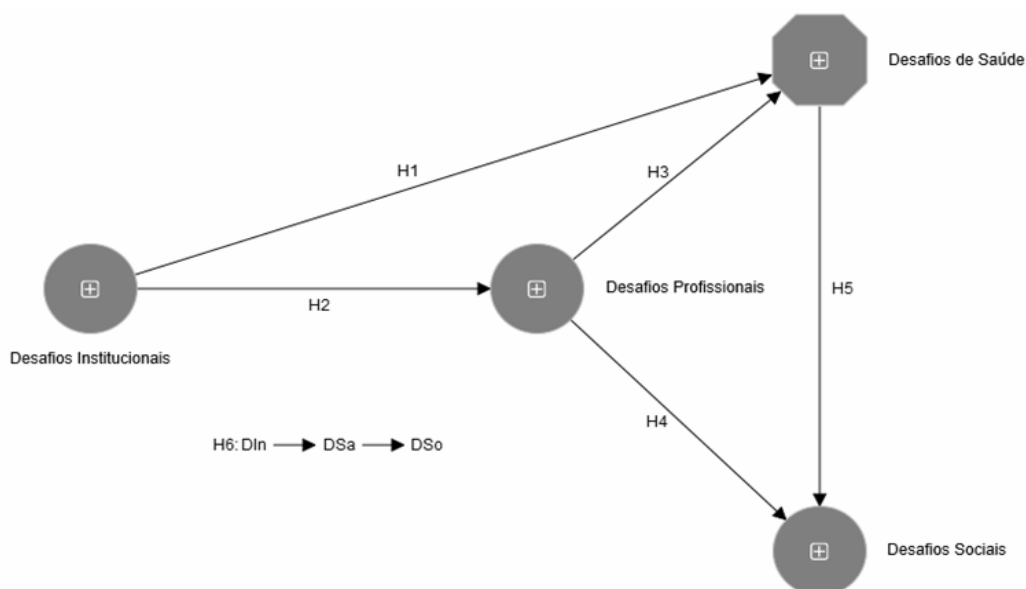
Ao todo, além da revisão teórica, foram implementadas sete etapas para que fosse possível construir e validar a Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública, as quais foram adaptadas de Pasquali (2010): (1) levantamento de critérios, com objetivo de identificar, junto à população-alvo, quais seriam os desafios da profissão; (2) concordância com os critérios, para aferir a concordância da população-alvo com os critérios levantados na Etapa 1; (3) criação e categorização dos itens, visando criar os itens e organizá-los em dimensões conforme o referencial teórico; (4) validade de conteúdo, visando verificar a coesão, a coerência e a compreensão semântica, bem como verificar a necessidade de inclusão ou exclusão de itens; (5) revisão por comitê de especialistas, com o intuito de avaliar o rigor metodológico e atestar a equivalência semântica, linguística, experimental e conceitual; (6) pré-teste, visando verificar se o instrumento de pesquisa está compreensível para a população-alvo da pesquisa; (7) validade de constructo, a fim de avaliar as propriedades psicométricas do instrumento.

Para realizar a validação de constructo, foi empregada a Modelagem de Equação Estrutural de Mínimos Quadrados Parciais (PLS-SEM), utilizando o algoritmo do *software SmartPLS®*, versão 4.0.8.5, configurado para 7 critérios de paragem. Vários critérios para avaliar o ajuste do modelo PLS-SEM foram utilizados, incluindo a Raiz Quadrada Média dos Resíduos Padronizados (SRMR), a Distância Euclidiana Quadrada (dULS), a Distância Geodésica (dG) e o Índice de Ajuste Normativo (NFI) (Henseler; Hubona; Ray, 2016; Henseler; Ringle; Sarstedt, 2015).

Foram usados testes para avaliar o modelo de mensuração, analisar a validade discriminante do modelo e avaliar o modelo estrutural, conforme pressupostos de autores como Hensler, Ringle e Sinkovics (2009), Hair *et al.* (2017) e Lopes *et al.* (2020). Ademais, foi usada a ponderação parametrizada com base no modelo de caminho, o qual tem por finalidade proporcionar valores mais elevados para os coeficientes de explicação (R²). O número de iterações foi definido para 300, e os pesos iniciais para os indicadores externos foram definidos para 1,0 (Hair *et al.*, 2017). O modelo de caminho foi definido de acordo com as hipóteses da pesquisa, as quais foram elaboradas com base na revisão de literatura, conforme pode ser verificado na Figura 2.

FIGURA 2

Modelo de caminho



Fonte: Elaboração própria, com base na amostra da pesquisa (2024).

Na Figura 2, foram propostas 6 hipóteses que indicam relações diretamente proporcionais entre algumas dimensões. O modelo pressupõe que os desafios institucionais tendem a se relacionar diretamente com os desafios profissionais e com os desafios de saúde dos profissionais de segurança pública. Do mesmo modo, os desafios profissionais tendem a se relacionar diretamente com os desafios de saúde e com os desafios sociais. Também há uma tendência de relação direta entre os desafios de saúde e os desafios sociais, uma vez que os problemas de saúde podem prejudicar os relacionamentos sociais. Por fim, pressupõe-se uma relação entre os desafios institucionais e os desafios sociais, a qual ocorreria por intermédio dos desafios de saúde.

RESULTADOS

O processo de construção e validação da Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública envolveu inúmeras atividades, as quais permitiram alcançar um rigor metodológico capaz de criar uma escala compreensível para população-alvo e com índices psicométricos adequados. Nesse tópico, é possível compreender como o caminho metodológico se desenrolou.

LEVANTAMENTO DE CRITÉRIOS

Na Etapa 1, foi realizado o levantamento dos desafios (riscos, receios, medos, etc.) da profissão de segurança pública. Para isso, foi disponibilizado um formulário *on-line* para profissionais vinculados a instituições de segurança que autorizaram a pesquisa. Nesse formulário, cada participante pôde colocar os desafios que identificava no seu dia a dia. Foram consultadas 81 instituições dos 26 estados brasileiros por meio de e-SIC, e-mail e ouvidorias, sendo que participaram sete instituições. Essa etapa iniciou-se em 02/07/2020, sendo finalizada apenas em 31/12/2020, quando as novas respostas do formulário *on-line* apresentavam apenas desafios repetidos. Ao todo, 714 profissionais de segurança participaram dessa etapa, sendo que suas respostas geraram 1.892 desafios. Após o tratamento dos termos repetidos e congêneres, esses desafios foram agrupados em 33 critérios (desafios unificados).

CONCORDÂNCIA COM OS CRITÉRIOS

Na Etapa 2, ocorreu a verificação da concordância da população-alvo sobre os critérios levantados na Etapa 1. Para isso, foi disponibilizado um formulário *on-line*, em que cada participante pôde assinalar critérios com os quais concordavam. Foram consultadas 81 instituições dos 26 estados brasileiros por meio de e-SIC, e-mail e ouvidorias, sendo que participaram cinco instituições. Essa etapa iniciou-se em 12/01/2021 e terminou apenas em 10/03/2021, quando as novas respostas já não eram registradas no formulário. Ao todo, 415 profissionais de segurança participaram dessa etapa, demonstrando índice de concordância satisfatório com os 33 critérios.

CRIAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DOS ITENS

Na Etapa 3, um grupo de quatro pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Comportamento, Estresse e Trabalho (GPCET), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criou os itens com base nos critérios

estabelecidos nas Etapas 1 e 2. Além disso, esses pesquisadores agruparam os itens em dimensões, observando a categorização presumida no referencial teórico (desafios institucionais, desafios profissionais, desafios de saúde e desafios sociais). Essa etapa foi operacionalizada com o uso da Técnica Delphi, que visa possibilitar a análise de conteúdo por meio da avaliação de um formulário em repetidas rodadas de análise por um grupo de juízes, a fim de chegar a um consenso sobre a construção de determinado instrumento de pesquisa (Hasson; Keeney, 2011). Essa etapa iniciou-se em 29/03/2021 e foi finalizada em 16/05/2021, sendo necessárias três rodadas para que os pesquisadores chegassem a um consenso. Ao todo, foram criados 62 itens.

VALIDADE DE CONTEÚDO

Na Etapa 4, um grupo de 14 especialistas em segurança pública analisou os 62 itens elaborados na Etapa 3, visando verificar a coesão, a coerência e a compreensão semântica, bem como verificar a necessidade de inclusão ou exclusão de itens. Essa etapa também foi operacionalizada por meio de rodadas da Técnica Delphi, tendo início em 30/06/2021 e encerramento apenas em 29/11/2021, sendo necessárias três rodadas para que os especialistas chegassem a um consenso. A duração da etapa foi maior do que a estimada inicialmente, devido ao elevado número de especialistas e às agendas pessoais dos integrantes. Após ajustes, inclusões e exclusões de alguns itens, o número de itens aumentou para 67.

REVISÃO POR COMITÊ DE ESPECIALISTAS

Na Etapa 5, um comitê constituído por cinco especialistas em escalas psicométricas e em segurança pública realizou a revisão de todos os relatórios das etapas anteriores, visando avaliar o rigor metodológico e atestar a equivalência semântica, linguística, experimental e conceitual da escala. Essa etapa iniciou-se em 31/01/2022, com a disponibilização de toda a documentação das etapas anteriores, e foi finalizada em 09/02/2022, com a realização da reunião do comitê. Na reunião, realizada por videoconferência, além da análise da documentação, todos os itens da escala foram analisados utilizando o Coeficiente de Validação de Conteúdo (CVC). Segundo Hernandez-Nieto (2002), o CVC visa avaliar a clareza de linguagem, a relevância prática e a pertinência teórica, sendo operacionalizado por meio de índices que demonstram a aceitação de cada item na percepção dos juízes. Quanto mais próximo de 1, melhor é o CVC. Ao final da etapa, o comitê atestou o rigor metodológico empregado nas etapas de construção da escala, bem como manifestou concordância com seus 67 itens e suas quatro dimensões, pois os CVCs dos itens e dimensões variaram entre 0,9 e 1.

PRÉ-TESTE

Na Etapa 6, a versão final da escala foi encaminhada para 31 indivíduos da população-alvo para que eles avaliassem a clareza e a adequação da linguagem. O objetivo do pré-teste é verificar se o instrumento de pesquisa está compreensível para a população-alvo da pesquisa. A Etapa 6 foi iniciada em 22/02/2022, com o encaminhamento da escala em forma de planilha, de modo que cada participante pôde analisar as respostas por meio da técnica do Coeficiente de Validação de Conteúdo (CVC), sendo finalizada em 22/03/2022. Alguns itens da escala tiveram pequenos refinamentos, sendo que um item foi excluído porque sua redação era semelhante à de outro item. Os CVCs variaram entre 0,97 e 1, o que indica um

nível alto de compreensão. Em razão disso, após o pré-teste, a escala foi julgada apta para ser aplicada à população-alvo, visando verificar suas propriedades psicométricas.

VALIDADE DE CONSTRUCTO

Na Etapa 7, ocorreu a principal coleta de dados da pesquisa, com a participação de 1.292 profissionais de segurança pública, visando possibilitar análises estatísticas para validar o instrumento desenvolvido. A coleta de dados iniciou em 24/03/2022 e foi finalizada em 20/05/2022. A versão da Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública submetida à avaliação de constructo possuía quatro dimensões e 66 itens (Anexo 1). Inicialmente, foi aplicado o modelo de caminho já ilustrado na Figura 1, visando eliminar variáveis que não cumprissem as pressuposições (validade convergente). Ou seja, foram eliminados os itens cujas cargas fatoriais (λ) ficaram inferiores a 0,6 e, em consequência, suas variâncias médias extraídas (VMEs) inferiores a 0,5. Ao final, o número de itens da escala reduziu para 36, com a manutenção das quatro dimensões (Anexo 2).

O modelo se estabilizou após seis interações. Vários critérios para avaliar o ajuste do modelo PLS-SEM foram utilizados, incluindo a *Standardized Root Mean Square residuals* (SRMR), *Squared Euclidean Distance* (dULS), *Geodesic Distance* (dG) e *Normed Fit Index* (NFI). Os resultados confirmaram que o modelo estrutural sugerido se ajustou bem aos dados, apresentando valores aceitáveis: SRMR = 0,073; dULS = 6,446; dG = 1,407; NFI = 0,820. Observa-se que o valor SRMR é inferior ao valor proposto de 0,08 e o valor do NFI ficou acima do valor sugerido de 0,8 (Henseler; Hubona; Ray, 2016; Henseler; Ringle; Sarstedt, 2015), o que indica que o modelo estrutural é satisfatório e adequado ao requisito.

Para analisar a consistência interna e a validade convergente do modelo, foram empregados o Alfa de Cronbach, a Confiabilidade Composta e a Variância Média Extraída, conforme Tabela 1, a seguir.

TABELA 1

Consistência interna e validade convergente do modelo – EDPSP

Dimensões	Alfa de Cronbach	Confiabilidade composta	Variância Média Extraída (AVE)
Desafios Institucionais (DIn)	0,876	0,900	0,503
Desafios Profissionais (DPr)	0,828	0,873	0,501
Desafios Sociais (Dso)	0,891	0,911	0,499
Desafios de Saúde (DSa)	0,936	0,943	0,508

Fonte: Elaboração própria, com base na amostra da pesquisa (2024).

Analisando a Tabela 1, percebe-se que o modelo apresenta critérios de mensuração adequados, uma vez que os indicadores atendem às pressuposições de Hair *et al.* (2017). Os indicadores do Alfa de Cronbach e da Confiabilidade Composta devem ser superiores a 0,7 e inferiores a 0,95 (Hair *et al.*, 2014), ao passo que a Variância Média Extraída deve ser superior a 0,5 (Ringle; Silva; Bido, 2014). No presente caso, consideramos que a AVE 0,499 da dimensão desafios sociais é aceitável, pois está no limiar de 0,5. Por sua vez, a validade discriminante foi avaliada pelos critérios de Fornell-Larcker e Heterotrait-Monotrait Ratio (HTMT) (Tabela 2), os quais avaliam o quanto a medida de uma dimensão difere das demais dimensões do modelo (Fornell; Larcker, 1981).

TABELA 2

Critérios Fornell-Larcker e HTMT

Dimensões	\sqrt{AVE}	Matriz de Correlação de Pearson			
		DIn	DPr	Dso	DSa
DIn	0,709	1,000			
DPr	0,708	0,550	1,000		
DSo	0,714	0,570	0,680	1,000	
DSa	0,713	0,639	0,578	0,604	1,000
IC (HTMT) 95%					
DPr		[0,581; 0,678]			
DSo		[0,585; 0,683]	[0,746; 0,817]		
DSa		[0,649; 0,725]	[0,600; 0,690]	[0,609; 0,697]	

Fonte: Elaboração própria, com base na amostra da pesquisa (2024).

Observa-se que a menor raiz da AVE (0,708) é superior à maior correlação de Pearson DSo x DPr, $r = 0,680$. O critério HTMT, para seus limites superiores, teve valores menores que 1,0 (95% de confiança), o que indica que houve validade discriminante entre as dimensões do modelo. Assim, as avaliações de consistência interna, validade convergente (Tabela 1) e discriminante (Tabela 2) atenderam aos requisitos, validando empiricamente a adequação do modelo de medição proposto. Na Tabela 3, o modelo está demonstrado quanto à sua multicolinearidade, determinada pela *Variance Inflation Factor* (VIF), o seu coeficiente de explicação (R^2) das dimensões endógenas e a sua capacidade preditiva (Q^2), definida pelo método *blindfolding*.

TABELA 3

Avaliação da multicolinearidade, coeficiente de explicação e relevância preditiva

Dimensão Exógena	Dimensão Endógena (VIF)		
	DPr	DSo	DSa
DIn	1,000		1,434
DPr		1,501	1,434
DSa		1,501	
R^2 (p – valor)	0,302 (0,000)	0,529 (0,000)	0,482 (0,000)
Q^2	0,301	0,315	0,407

Fonte: Elaboração própria, com base na amostra da pesquisa (2024).

Observam-se fortes efeitos no modelo, ou seja, $R^2 > 0,19$ para as dimensões endógenas (Lopes *et al.*, 2020). As dimensões desafios sociais, desafios de saúde e desafios profissionais explicam, respectivamente, 52,9%, 48,2% e 30,2% do modelo estrutural. Quanto à relevância predita, os valores apresentam grau forte ($Q^2 > 0,25$), o que implica uma excelente predição do modelo proposto. A seguir, na Tabela 4, é apresentada a análise das hipóteses propostas no modelo inicial.

TABELA 4

Resultados das hipóteses da pesquisa

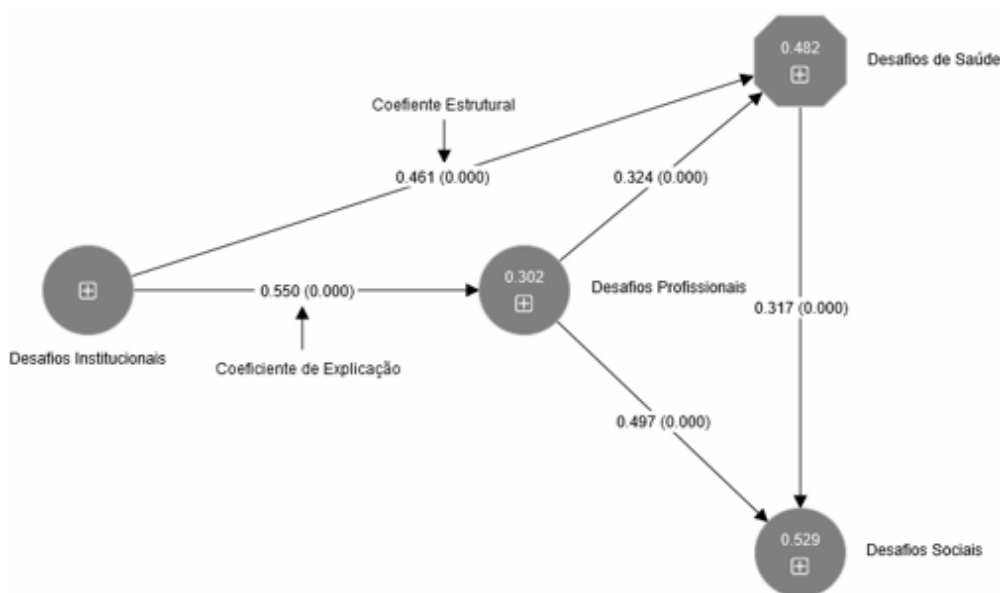
	Relação de Caminho (Hipóteses)	Coefficiente Estrutural	Desvio Padrão	Estatística t	p-valor
H1	DIn → DSa	0,461	0,024	19,299	0,000
H2	DIn → DPr	0,550	0,022	24,837	0,000
H3	DPr → DSa	0,324	0,025	12,817	0,000
H4	DPr → DSo	0,497	0,026	19,432	0,000
H5	DSa → DSo	0,317	0,028	11,394	0,000
Mediação					
H6	DIn → DSa → DSo	0,146	0,016	9,105	0,000

Fonte: Elaboração própria, com base na amostra da pesquisa (2024).

Quando analisadas as hipóteses do modelo estrutural, percebe-se que todas apresentam relações significativas – inclusive a relação de mediação da dimensão desafios de saúde. Portanto, as dimensões da Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública (EDPSP) se relacionam entre si. Além disso, os β 's demonstram que essas relações são diretamente proporcionais, ou seja: à medida que os indicadores de uma dimensão aumentam, os indicadores da outra tendem a aumentar. A Figura 3 apresenta o modelo de caminho, com seus coeficientes estruturais e seus respectivos coeficientes de explicação.

FIGURA 3

Modelo de caminho final – EDPSP



Fonte: Elaboração própria, com base na amostra da pesquisa (2024).

Após expor as análises estatísticas sobre a validação da Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública, convém discutir e avaliar as relações que foram teoricamente presumidas e que permitiram construir o modelo teórico.

DISCUSSÃO

Primeiramente, os resultados atestam que os desafios institucionais se relacionam de maneira positiva com os desafios de saúde (**Hipótese 1**). Essa hipótese foi confirmada ($p = 0,000$) e o coeficiente estrutural (β) evidencia que a relação entre as dimensões é positiva. Isto é, à medida que os desafios institucionais aumentam, por exemplo, os desafios de saúde também tendem a aumentar. Esse resultado está de acordo com Neves, Oliveira e Alves (2014), os quais mencionam que a estrutura e os recursos adequados disponibilizados pela organização impactam no bom desenvolvimento das atividades dos profissionais.

Anchieta *et al.* (2011) e Purba e Demou (2019) defendem que policiais tendem a vincular a possibilidade de adoecimento com problemas existentes nas condições e na organização do trabalho. Quando adequadas, as condições de trabalho oferecidas pelo órgão (como equipamentos e treinamentos) contribuem para que o indivíduo esteja apropriadamente preparado para desempenhar suas funções, reduzindo preocupações com sua saúde. Na pesquisa de Minayo, Souza e Constantino (2008), policiais apontam até mesmo o peso do equipamento como prejudicial à saúde. Outro fator organizacional que teoricamente pode influenciar nos desafios de saúde é a excessiva demanda de trabalho.

Ao realizar uma revisão sistemática relacionando estressores organizacionais e bem-estar em policiais, Purba e Demou (2019) evidenciam associações relevantes entre o estresse e fatores como falta de apoio, elevada demanda, pressão no trabalho, pressão administrativa/organizacional e longas horas de trabalho. A sobrecarga de trabalho tende a ser prejudicial em qualquer profissão, pois pode levar à exaustão. No entanto, quando tratamos de profissões de segurança pública, precisamos levar em consideração todos os aspectos severos que outras profissões não vivenciam. Por essa razão, longas jornadas de trabalho tendem a prejudicar a saúde desses profissionais de maneira ainda mais intensa.

É comum que, durante a rotina profissional, o policial conviva com situações que podem causar traumas psicológicos. Nesse sentido, Amador *et al.* (2002) e Back (2021) demonstram preocupação com as falhas na oferta e na manutenção de programas institucionais que promovam apoio à saúde dos policiais. Em um estudo realizado na Índia, treinamentos de promoção da resiliência contribuíram para que policiais enfrentassem proativamente a exposição ao estresse, melhorando seu bem-estar e sua satisfação no trabalho (Chitra; Karunanidhi, 2021).

Em alguns casos, ao invés de serem encaminhados para avaliações psicológicas, os profissionais são apenas realocados para funções administrativas. Minayo, Souza e Constantino (2008), Martins e Lima (2008) e Back (2021) explicam que, em outras situações, o próprio profissional tem receio de procurar ajuda, pois, na cultura policial, isso pode demonstrar fraqueza. Esses aspectos acabam contribuindo para o adoecimento de um maior número de policiais.

Além dos impactos que os desafios institucionais exercem sobre os desafios de saúde, a pesquisa também evidencia que eles se relacionam de maneira positiva com os desafios profissionais (**Hipótese 2**). Essa hipótese foi confirmada ($p = 0,000$) e o coeficiente estrutural (β) atesta que a relação entre as dimensões é positiva. Ou seja, à medida que os desafios institucionais aumentam, os desafios profissionais também tendem a aumentar. Minayo e Adorno (2013) apontam que os aspectos institucionais tendem a agravar os riscos que a profissão de segurança oferecem ao trabalhador. É o caso, por exemplo, do risco de morte, que tende a aumentar caso não haja distribuição de equipamentos de trabalho adequados.

Do mesmo modo, deficiências no treinamento oferecido pela instituição podem fazer com que os profissionais não saibam agir de maneira adequada em determinadas situações. Por não saberem agir, muitos acabam deixando de praticar alguma ação por receio, temendo uma interpretação incorreta e que enseje julgamentos da imprensa e da sociedade. No estudo de Minayo, Souza e Constantino (2008), fica evidenciado que a falta de treinamento é vista como um motivo de insatisfação dos policiais. Assim, essa hipótese corrobora achados teóricos que afirmam que, embora a profissão pressuponha a existência de desafios severos, as deficiências organizacionais – como estrutura insuficiente e suporte ineficiente – podem maximizar ainda mais esses desafios.

Também fica confirmada a hipótese de haver relação positiva entre os desafios profissionais e os desafios de saúde (**Hipótese 3**) ($p = 0,000$), sendo que o coeficiente estrutural (β) atesta que a relação entre as dimensões é positiva. Isto é, à medida que os desafios profissionais diminuem, por exemplo, os desafios de saúde também tendem a diminuir. Esses resultados estão de acordo com Santos (2009), o qual afirma que a realidade do profissional de segurança é mais traumática do que a de outras profissões, já que são frequentes as situações que envolvem homicídio, confronto armado, experiência de quase morte, lidar com sobreviventes de incidentes, crianças abusadas ou maltratadas, violência doméstica, entre outras circunstâncias. Penalba, McGuire e Leite (2008), Minayo, Souza e Constantino (2008) e Anchieta *et. al.* (2011) reforçam esse pensamento ao explicarem que o ambiente policial tende a aumentar os riscos à saúde mental dos profissionais da área, em razão da exposição a estressores característicos da profissão, levando ao adoecimento.

Essas situações de trabalho tendem a transbordar para a vida pessoal, causando preocupações que impactam a tranquilidade pessoal, propiciando até mesmo o desenvolvimento de ansiedade, estresse e exaustão no trabalho (Back, 2021). Assim, essa hipótese comprova que a vivência de elevado nível de desafios profissionais tende a aumentar os desafios de saúde enfrentados pelo policial. Isso porque situações severas podem causar prejuízos à saúde física e mental do profissional, incluindo exaustão, dificuldade de dormir em razão de preocupações, instabilidade emocional, ansiedade e estresse.

Além de impactar os desafios de saúde, a pesquisa também evidencia que os desafios profissionais se relacionam de maneira positiva com os desafios sociais (**Hipótese 4**). Essa hipótese foi confirmada ($p = 0,000$) e o coeficiente estrutural (β) atesta que a relação entre as dimensões é positiva. Isto é, à medida que os desafios profissionais aumentam, os desafios sociais tendem a aumentar. Os resultados dessa hipótese estão em consonância com Muniz (1999), quando explica que o desempenho da atividade policial desperta, no profissional, um sentimento de suspeita que regula o convívio social. Outro desafio profissional com potencial influência nos desafios sociais é o receio de agir em determinadas operações por medo dos julgamentos sociais. Minayo, Souza e Constantino (2008) e Oliveira e Faiman (2019) referem que a ausência de reconhecimento da sociedade é um dos fatores negativos da profissão, pois os policiais se sentem injustiçados por serem hostilizados, mesmo atuando como garantidores da segurança social.

Nesse sentido, depreende-se que esses desafios sociais podem sofrer uma influência direta dos desafios profissionais, uma vez que o ramo de segurança carrega receios e medos que acabam transportados para o convívio social. A imagem negativa diante da sociedade pode até induzir o profissional a ocultar sua identidade policial, pois sua família talvez possa ser alvo de discriminações e ataques (Minayo; Souza; Constantino, 2008). Essa mesma família, além de manifestar preocupações relacionadas a retaliações e ataques pessoais e/ou patrimoniais, também se preocupa com os riscos da atividade policial. Derenusson e Jablonski (2010) explicam que os receios familiares em relação à segurança do policial não diminuem com o tempo, sinalizando que a família não se acostuma com a exposição a riscos.

Segundo Oliveira e Faiman (2019), os riscos da profissão não se restringem às situações que ocorrem no período de trabalho, mas atingem a vida em geral. A insegurança causada pela profissão aumenta a desconfiança do policial em relação aos cidadãos, fazendo com que tenha uma postura vigilante. Esse fato, além de prejudicar a interação social, pode fazer com que o indivíduo não frequente locais públicos por receio de ataques criminosos. Dessa forma, essa hipótese comprova que os desafios profissionais da segurança pública tendem a aumentar os desafios sociais, influenciando no convívio do policial em sociedade.

O estudo também comprova que os desafios de saúde se relacionam positivamente com os desafios sociais (**Hipótese 5**). Essa hipótese foi confirmada ($p = 0,000$) e o coeficiente estrutural (β) atesta que a relação entre as dimensões é positiva. Isto é, à medida que os desafios de saúde diminuem, por exemplo, os desafios sociais tendem a diminuir. Isso está de acordo com Santos (2009), quando menciona que os policiais demonstram comportamentos que levam a níveis significativos de depressão e estresse, bem como ao aumento de irritabilidade e ansiedade. Essas doenças se caracterizam por um maior isolamento social, podendo ocasionar dificuldades de relacionamento social devido a alterações de humor, agressividade ou tristeza profunda.

O impacto na vida do indivíduo pode ser tão elevado a ponto de ele não ter energia para realizar atividades nos contextos familiar e social, demonstrando desequilíbrio na conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal. As relações mais próximas dos policiais – em especial as conjugais – parecem ser prejudicadas pelo que se denomina frieza emocional, desenvolvida como característica para suportar a profissão e suas adversidades (Oliveira; Faiman, 2019). Essa hipótese, então, ratifica que os prejuízos à saúde causados pela profissão tendem a influenciar o desempenho do policial enquanto cidadão. Ou seja, o desenvolvimento de doenças psicológicas pode impactar o modo como o indivíduo se relaciona com a família, com os amigos e com a sociedade em geral, além de facilitar o desenvolvimento de doenças como a síndrome de *burnout* e a depressão.

Essa relação existente entre os desafios de saúde e os desafios sociais ainda pode ter um preditor: os desafios institucionais. Isso porque o estudo hipotetizou que os desafios de saúde atuam como mediadores da relação positiva entre os desafios institucionais e os desafios sociais (**Hipótese 6**). Essa hipótese foi confirmada ($p = 0,000$); inclusive, a relação foi diretamente proporcional evidenciada pelo coeficiente estrutural (β). Nesse sentido, a hipótese ratifica que parte da influência que a dimensão desafios de saúde exerce sobre a dimensão desafios sociais decorre da influência que os desafios institucionais exercem sobre a dimensão desafios de saúde. Isso significa dizer que problemas institucionais, como estrutura deficiente, equipamentos obsoletos e falta de treinamento, podem aumentar o adoecimento decorrente da profissão. Conseqüentemente, esse adoecimento (ansiedade, estresse, depressão, etc.) é capaz de dificultar o relacionamento social. Logo, existe uma relação indireta entre os desafios institucionais e os desafios sociais.

Por meio da confirmação dessas seis hipóteses, é possível depreender que os desafios institucionais são preditores dos desafios de saúde e dos desafios profissionais, além de atuarem como preditores indiretos dos desafios sociais, pela mediação dos desafios de saúde. Do mesmo modo, os desafios profissionais são preditores dos desafios de saúde e dos desafios sociais, ao passo que os desafios de saúde são preditores apenas dos desafios sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção e a validação da Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública permitiram identificar os desafios dos profissionais de segurança pública e expor como ocorrem as relações entre esses desafios. Entre os principais resultados está o fato de os desafios institucionais atuarem como uma dimensão independente, relacionando-se de maneira direta com os desafios profissionais e com os desafios de saúde. Isso significa que as deficiências estruturais e organizacionais das próprias instituições de segurança tendem a elevar os desafios característicos da profissão e aumentar os desafios de saúde, como ansiedade, estresse e depressão. Nesse sentido, ao implementarem melhorias no ambiente de trabalho, as instituições podem estar diminuindo os desafios institucionais e, por consequência, diminuindo os níveis de desafios profissionais e desafios de saúde.

Os desafios profissionais, por sua vez, relacionaram-se de maneira direta com os desafios de saúde e os desafios sociais. Dessa forma, é possível depreender que o alto nível de desafios característicos das profissões de segurança pode ocasionar o aumento de problemas de saúde, conduzindo até mesmo ao adoecimento do profissional. Além disso, também podem interferir nos desafios de convivência social. A dimensão desafios de saúde também acaba tendo uma relação direta com a dimensão desafios sociais, de modo que problemas de saúde – como ansiedade, estresse e depressão – podem limitar a capacidade que o profissional tem de se relacionar com outras pessoas.

O achado desses resultados possibilita que gestores de instituições policiais entendam de que forma uma estratégia direcionada a determinada categoria de desafios pode influenciar outra categoria. Ou seja, potencializa as chances de implementação de alguma ação que objetive diminuir os desafios institucionais, seja, por exemplo, pelo investimento em infraestrutura, equipamentos ou treinamento. Isso também deve ter impacto na diminuição dos desafios profissionais e nos desafios de saúde, os quais possuem relação direta com os desafios institucionais.

A aplicação da Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública também contribui para que a instituição construa um panorama sobre o tema, podendo realizar análises em grandes grupos, análises segmentadas (por cargo, idade, tipo de atividade, etc.) e análises individuais. Ainda, é possível construir estudos longitudinais com aplicações anuais da escala, visando verificar a variação de percepção do efetivo policial em determinados espaços temporais. Estudos longitudinais podem, até mesmo, ser implementados para verificar se determinada estratégia está causando o efeito desejado.

Como lacunas a serem exploradas por outros pesquisadores, destacamos o desenvolvimento de pesquisas que verifiquem a existência de possíveis vieses em virtude de características da amostra, como a inclusão de três carreiras policiais distintas e a composição heterogênea da amostra, com participantes de diferentes estados do Brasil. Assim sendo, a estratificação da amostra também pode ser uma estratégia interessante para estudos futuros, visando verificar a adequação estatística para amostras isoladas de policiais militares, civis ou penais. Mediante essa estratificação, seria possível comparar os resultados entre essas distintas carreiras e entre outras características da amostra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Damiana Machado de. **Estresse ocupacional em policiais militares**: adaptação e validação transcultural no Brasil das escalas PSQ-OP e PSQ-ORG. 2019. 173 p. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2019.

AMADOR, Fernanda Spanier. **Violência policial**: verso e reverso do sofrimento. Rio Grande do Sul: Edunisc, 2002.

AMADOR, Fernanda Spanier; SANTORUM, Kátia; CUNHA, Charlotte Spode da; BRAUM, Sandra Maria. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na brigada militar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 54-61, 2002.

ANCHIETA, Vânia Cristine Cavalcante; GALINKIN, Ana Lúcia; MENDES, Ana Magnólia Bezerra; NEIVA, Elaine Rabelo. Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais civis. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 199-208, 2011.

ARROYO, Thiago Roberto; BORGES, Marcio Andrade; LOURENÇÃO, Luciano Garcia. Saúde e qualidade de vida de policiais militares. **Revista Brasileira Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 32, 2019.

BACK, Caroline Moreira. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 208-225, 2021.

BALLARD, Dawna; MCGLONE, Matthew (Eds.). **Work pressures**: new agendas in communication. New York: Routledge; 2017.

BASINSKA, Beata; WICIAK, Izabela. Impact of work on the well-being of police officers and firefighters. **Internal Security**, v. 5, n. 1, p. 247-258, 2013.

CHITRA, Tarun; KARUNANIDHI, Sneha. The impact of resilience training on occupational stress, resilience, job satisfaction, and psychological well-being of female police officers. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 36, p. 8-23, 2021.

DERENUSSON, Fernando; JABLONSKI, Bernardo. Sob fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial. **Aletheia**, Canoas, n. 32, p. 22-37, 2010.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FORNELL, Claes; LARCKER, David. Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. **Journal of Marketing Research**, v. 18, n. 1, p. 39-50, 1981.

GERSHON, Robyn; LIN, Susan; LI, Xianbin. Work stress in aging police officers. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 44, n. 2, p. 60-167, 2002.

GUMANI, Masefako. The influence of organizational stressors on the well-being and performance of operational police members. **SA Journal of Industrial Psychology**, v. 45, p. 1-14, 2019.

HAIR, Joseph; GABRIEL, Marcelo Luiz Dias da Silva; PATEL, Vijay. Modelagem de Equações Estruturais Baseada em Covariância (CB-SEM) com o AMOS: orientações sobre a sua aplicação como uma Ferramenta de Pesquisa de Marketing. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 44-55, 2014.

HAIR; Joseph Franklin; HULT, Tomas; RINGLE, Christian; SARSTEDT, Marko. **A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)**. Sage Publications, 2017.

HASSON, Felicity; KEENEY, Sinead. Enhancing rigour in the Delphi technique research. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 78, n. 9, p. 1695-1704, 2011.

HENSELER, Jörg; HUBONA, Geoffrey; RAY, Pauline Ash. Using PLS path modeling in new technology research: updated guidelines. **Industrial Management & Data Systems**, v. 116, n. 1, p. 2-22, 2016.

HENSLE, Jörg.; RINGLE, Christian.; SINKOVICS, Rudolf R. The use of partial least square based multi group analysis: in. *advance in international marketing 20*. Nunnally, J & Bernstein, I. (1994). *Psychometric theory*, New York: Mc Graw Hill, 2009.

HENSELER, Jörg; RINGLE, Christian; SARSTEDT, Marko. A new criterion for assessing discriminant validity in variance-based structural equation modeling. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 43, n. 1, p. 115-135, 2015.

HERNANDEZ-NIETO, Rafael. **Contributions to Statistical Analysis**. Venezuela: Booksurge, 2002.

LOPES, Luis Felipe Dias; CHAVES, Bianca Michels; FABRÍCIO, Adriane; PORTO, Adriana; ALMEIDA, Damiana Machado; OBREGON, Sandra Leonara; LIMA, Mauren Pimentel; SILVA, Wesley Vieira da; CAMARGO, Maria Emilia; VEIGA, Claudimar Pereira da; MOURA, Gilnei Luiz de; SILVA, Luciana Santos Costa Vieira da; COSTA, Vânia Medianeira Flores. Analysis of well-being and anxiety among university students. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 11, 2020.

MARTINS, Maria Cristina Garcia Costa; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Quando o policial procura ajuda psicológica: interfaces entre sofrimento e organização do trabalho. **Revista Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública**, Belo Horizonte, v. 7, p. 43-64, 2018.

MCCREARY, Donald; THOMPSON, Megan. Development of two reliable and valid measures of stressors in policing: the operational and organizational police stress questionnaires. **International Journal of Stress Management**, v. 13, n. 4, p. 494-518, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 585-593, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia (Coords.). **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. [online].

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro**. 1999. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira; SOARES, Barbara Musumeci. Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 1998.

NEVES, Vanessa Faria; OLIVEIRA, Áurea de Fátima; ALVES, Priscila Castro. Síndrome de Burnout: impacto da satisfação no trabalho e da percepção de suporte organizacional. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 45-54, 2014.

OLIVEIRA, Thamires Sousa de; FAIMAN, Carla Júlia Segre. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 607-615, 2019.

PASQUALI, Luiz. Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas. Porto Alegre, Brasil: Artmed, 2010.

PENALBA, Valentina; MCGUIRE, Hugh; LEITE, José. Psychosocial interventions for prevention of psychological disorders in law enforcement officers. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, v. 16, n. 3, p. 1-44, 2008.

PURBA, Amrit; DEMOU, Evangelia. The relationship between organizational stressors and mental wellbeing within police officers: a systematic review. **BMC Public Health**, v. 19, p. 1-21, 2019.

RINGLE, Christian; SILVA, Dirceu da; BIDO, Diógenes de Souza. Modelagem de equações estruturais com utilização do SmartPLS. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 56-73, 2014.

SANTOS, Susana Maria da Silva Ferreira Matias do. **Suicídio nas forças policiais: um estudo comparativo na PSP, GNR e PJ**. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal) – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Portugal, 2009.

SELOKAR, Deepak; NIMBARTE, Sanjay; AHANA, S.; GAIDHANE, Abhay; WAGH, V. Occupational stress among police personnel of Wardha City, India. **Australasian Medical Journal AMJ**, v. 4, n. 3, p. 114-117, 2011.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.

TERRITO, Leonard; VETTER, Harold. Stress and police personnel. **Journal of Police Science and Administration**, v. 9, n. 2, p.195-208, 1981.

ZILLI, Luís Felipe; COUTO, Vinícius Assis. Servir e proteger: determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, 2017.

ANEXO 1

Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública (EDPSP) – PRÉ-VALIDAÇÃO

Instruções:

As afirmativas abaixo se referem a DESAFIOS QUE QUALQUER PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA PODE ENFRENTAR EM RAZÃO DAS CARACTERÍSTICAS DA PROFISSÃO. Por gentileza, leia atentamente cada um dos itens a seguir e responda usando a seguinte escala de concordância:

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente	Discordo	Discordo em parte	Nem concordo, nem discordo	Concordo em parte	Concordo	Concordo Totalmente

Desafios Institucionais	
1. O efetivo profissional não é suficiente para atender de maneira adequada a demanda de trabalho.	
2. A instituição não fornece estrutura física adequada para que eu desenvolva minhas atividades.	
3. Tem alguns riscos na profissão que são decorrentes da falta de estrutura da instituição.	
4. Os equipamentos (armas, coletes balísticos, etc.) fornecidos pela instituição não apresentam qualidade adequada.	
5. Não recebo todos os equipamentos necessários para desempenhar minhas funções de forma adequada.	
6. O salário atrasado ou parcelado prejudica o desempenho de minhas funções.	
7. A qualidade dos treinamentos que a instituição oferece é inadequada.	
8. A instituição não fornece treinamento em quantidade suficiente.	
9. Meus colegas não se interessam pelos treinamentos oferecidos pela instituição.	
10. A excessiva demanda de trabalho faz com que eu fique sobrecarregado.	
11. Sinto falta de um programa institucional eficiente de apoio emocional ao profissional.	
12. A carreira profissional não recebe a valorização adequada do governo.	
13. O atual plano de carreira não valoriza todos os cargos de maneira igualitária.	
14. A instituição não fornece amparo administrativo e/ou jurídico em processos movidos em virtude das ocorrências de trabalho.	
15. Os processos administrativos e/ou judiciais movidos em virtude de ocorrências prejudicam o desempenho do meu trabalho.	
16. Eu deixaria de agir em determinada situação, mesmo se a ação fosse necessária, simplesmente para evitar futuros processos administrativos e/ou judiciais.	
17. É difícil agir em algumas situações de trabalho sem correr o risco de enfrentar processos administrativos e/ou judiciais.	
Desafios Profissionais	
1. Tenho medo quanto ao risco de morte que há no desempenho de minha profissão.	
2. O medo da morte faz com que eu deixe de praticar ações necessárias em algumas atividades policiais.	
3. Tenho receio de andar uniformizado(a) ou fardado(a) em alguns locais.	
4. Tenho preocupação em sofrer lesões físicas em razão de algumas atividades policiais.	
5. Tenho receio de ser atingido por disparo de arma de fogo.	
6. Tenho receio de que eu ou minha família sejamos reféns de criminosos.	
7. Tenho receio de ser contaminado por doenças transmissíveis quando estou trabalhando.	
8. Tenho receio de portar arma de fogo em alguns lugares quando estou de folga.	
9. Algumas atitudes de alguns superiores não consideram preceitos morais e/ou éticos.	
10. Algumas atitudes de alguns colegas (pares) não consideram preceitos morais e/ou éticos.	
11. Atitudes antiéticas de alguns superiores já prejudicaram atividades profissionais.	
12. Atitudes antiéticas de alguns colegas (pares) já prejudicaram atividades profissionais.	
13. A conduta antiética ou equivocada de algum(uns) servidor(es) acaba sendo generalizada para toda instituição.	
14. Deixo de praticar ações necessárias em confrontos por receio do julgamento da sociedade.	
15. Deixo de praticar ações necessárias em confrontos por receio de julgamentos da imprensa.	

Continua

Desafios de Saúde
1. O meu trabalho prejudica minha saúde mental.
2. O meu trabalho prejudica minha saúde física.
3. A relação com meus superiores prejudica a minha saúde mental.
4. Tenho dificuldade para dormir em razão das preocupações do meu trabalho.
5. A rotina do meu trabalho impede que eu durma um número adequado de horas por dia.
6. A relação com meus colegas de trabalho prejudica a minha saúde mental.
7. Minhas atividades de trabalho prejudicam meu humor no dia a dia.
8. Estou estressado em razão da rotina do meu trabalho.
9. Estou com ansiedade e/ou depressão em razão de minha profissão.
10. Tenho pensamentos suicidas por causa do meu trabalho.
11. A qualidade do meu sono influencia no desempenho das minhas funções profissionais.
12. Apresento instabilidade emocional durante o exercício da profissão.
13. Muitos colegas apresentam instabilidade emocional no trabalho.
14. A instabilidade emocional de colegas prejudica o desempenho da equipe como um todo.
15. O meu trabalho prejudica minha estabilidade emocional no âmbito da minha vida pessoal e/ou familiar.
16. O meu trabalho faz com que eu tenha menos energia para realizar outras atividades da vida pessoal e social.
17. Tenho pouco tempo para realização de atividades físicas regulares devido ao meu trabalho.
18. O meu trabalho me causa exaustão física.
19. Os equipamentos que uso em meu trabalho prejudicam minha saúde física.
Desafios Sociais
1. Sinto que posso ser reconhecido em locais públicos e atividades de lazer e ter minha segurança ameaçada.
2. Tenho dificuldades de conciliar minha vida profissional com o convívio familiar.
3. A convivência com a violência aumenta a minha frieza na vida pessoal.
4. A convivência com a violência aumenta a minha frieza no exercício da minha profissão.
5. A minha família fica preocupada comigo quando estou exercendo minha profissão.
6. A minha profissão prejudica a segurança de minha família.
7. Tenho receio de sofrer ataques ao meu patrimônio pessoal (veículo, casa, etc.) em razão de minha profissão.
8. Tenho receio de divulgar meu endereço residencial em razão de minha segurança e de meus familiares.
9. Tenho receio em divulgar minha profissão para vizinhos e demais integrantes da comunidade onde resido.
10. Tenho receio de postar fotos e compartilhar momentos em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) em razão da exposição pessoal.
11. Tenho insegurança quanto ao vazamento de dados pessoais em redes sociais.
12. Tenho dificuldade de me relacionar com pessoas que não são policiais.
13. Algumas pessoas preferem não se aproximar de mim em virtude da minha profissão.
14. Tenho desconfiança no momento de fazer novas amizades.
15. A carreira profissional não recebe a valorização da sociedade.

ANEXO 2

Escala de Desafios dos Profissionais de Segurança Pública (EDPSP) – PÓS-VALIDAÇÃO

Instruções:

As afirmativas abaixo se referem a DESAFIOS QUE QUALQUER PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA PODE ENFRENTAR EM RAZÃO DAS CARACTERÍSTICAS DA PROFISSÃO. Por gentileza, leia atentamente cada um dos itens a seguir e responda usando a seguinte escala de concordância:

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente	Discordo	Discordo em parte	Nem concordo, nem discordo	Concordo em parte	Concordo	Concordo Totalmente

Desafios Institucionais
1. A instituição não fornece estrutura física adequada para que eu desenvolva minhas atividades.
2. Tem alguns riscos na profissão que são decorrentes da falta de estrutura da instituição.
3. Os equipamentos (armas, coletes balísticos, etc.) fornecidos pela instituição não apresentam qualidade adequada.
4. Não recebo todos os equipamentos necessários para desempenhar minhas funções de forma adequada.
5. A qualidade dos treinamentos que a instituição oferece é inadequada.
6. A instituição não fornece treinamento em quantidade suficiente.
7. A excessiva demanda de trabalho faz com que eu fique sobrecarregado.
8. Sinto falta de um programa institucional eficiente de apoio emocional ao profissional.
Desafios Profissionais
1. Tenho medo quanto ao risco de morte que há no desempenho de minha Profissão
2. Tenho preocupação em sofrer lesões físicas em razão de algumas atividades policiais.
3. Tenho receio de andar uniformizado(a) ou fardado(a) em alguns locais.
4. Tenho receio de que eu ou minha família sejamos reféns de criminosos.
5. Algumas atitudes de alguns superiores não consideram preceitos morais e/ou éticos.
6. Algumas atitudes de alguns colegas (pares) não consideram preceitos morais e/ou éticos.
7. Deixo de praticar ações necessárias em confrontos por receio do julgamento da sociedade.
8. Deixo de praticar ações necessárias em confrontos por receio de julgamentos da imprensa.
Desafios de Saúde
1. O meu trabalho prejudica minha saúde mental.
2. O meu trabalho prejudica minha saúde física.
3. A relação com meus superiores prejudica a minha saúde mental.
4. Tenho dificuldade para dormir em razão das preocupações do meu trabalho.
5. Minhas atividades de trabalho prejudicam meu humor no dia a dia.
6. Estou estressado em razão da rotina do meu trabalho.
7. Estou com ansiedade e/ou depressão em razão de minha profissão.
8. O meu trabalho prejudica minha estabilidade emocional no âmbito da minha vida pessoal e/ou familiar.
9. O meu trabalho faz com que eu tenha menos energia para realizar outras atividades da vida pessoal e social.
10. O meu trabalho me causa exaustão física.
Desafios Sociais
1. Sinto que posso ser reconhecido em locais públicos e atividades de lazer e ter minha segurança ameaçada.
2. Tenho dificuldades de conciliar minha vida profissional com o convívio familiar.
3. A convivência com a violência aumenta a minha frieza na vida pessoal.
4. A convivência com a violência aumenta a minha frieza no exercício da minha profissão.
5. A minha família fica preocupada comigo quando estou exercendo minha profissão.
6. A minha profissão prejudica a segurança de minha família.
7. Tenho receio de sofrer ataques ao meu patrimônio pessoal (veículo, casa, etc.) em razão de minha profissão.
8. Tenho receio de divulgar meu endereço residencial em razão de minha segurança e de meus familiares.
9. Tenho receio de postar fotos e compartilhar momentos em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) em razão da exposição pessoal.
10. Tenho insegurança quanto ao vazamento de dados pessoais em redes sociais.

ARTIGO

IMPACTO DO ISOLAMENTO SOCIAL E DA PANDEMIA GERADA PELO CORONAVÍRUS (COVID – 19) NOS ATENDIMENTOS DO INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL DE PETROLINA/PE

JÚLIO CÉSAR EUGÊNIO PEREIRA FREIRE¹

Mestre em Perícias Forenses - FOP/UPE. Especialista em Medicina Legal e Perícias Médicas – AMB. Residência Médica e Título de Especialista em Anestesiologia - SBA / AMB.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Petrolina

Email: jcef_23@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9620-5331>

REGINALDO INOJOSA CARNEIRO CAMPELLO

Professor, mestre, doutor, livre docente. Especialista em Medicina Legal e Perícia Médica pela Associação Médica Brasileira. Professor Associado da Universidade de Pernambuco na disciplina de Medicina Legal e Odontologia Legal, membro permanente do mestrado e doutorado de Perícias Forenses.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Olinda

Email: reginaldo.campello@upe.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6947-9329>

ADRIANA CONRADO DE ALMEIDA

Doutora e Mestre em Administração pelo PPGA da UFSM, Administradora e Educadora Especial, Coordenadora de Cursos de Gestão e Docente da Faculdade Sobresp.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Recife

Email: aconradoalmeida@yahoo.com.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6141-0458>

JOSÉ MIGUEL FRANCISCO DA SILVA SOUZA

Médico Legista de Pernambuco.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Recife

Email: miguelsouzamedico@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8338-6978>

ARTHUR VIEIRA DE MELLO SILVA

Médico Formado pela Faculdade Estácio Juazeiro da Bahia.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Petrolina

Email: arthurv.mello@outlook.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0004-5427-4952>

MARCELA VASCONCELOS MONTENEGRO

Estudante medicina do décimo período da Universidade de Pernambuco (UPE). Foi monitora da disciplina de Anatomia Geral pelo Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UPE. Atual integrante do Grupo de Pesquisa em Doenças Cardiovasculares do Pronto-Socorro Cardiológico Universitário de Pernambuco Professor Luiz Tavares (PROCAPE-UPE).

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Recife

Email: montenegromarcela65@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-8939-5026>

¹ Agradeço ao Dr. Reginaldo Campello pela dedicação e paciência. As estudantes de medicina Marcela Montenegro e Izabella Carvalho pela presteza.

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Tagllyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

TAGLLYANNA RENATA DA SILVA SÁ

Graduanda em medicina – Faculdade Estácio Idomed Juazeiro BA.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Petrolina

Email: renatasamed@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0001-6846-1634>

IZABELLA CARVALHO DE OLIVEIRA

Graduanda de Medicina na Universidade de Pernambuco.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Recife

Email: Izabella.carvalho@upe.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5521-7704>

Contribuições dos(as) autores(as): Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello e Adriana Conrado de Almeida contribuíram com concepção e delineamento da pesquisa. José Miguel Francisco da Silva Souza e Arthur Vieira de Mello Silva contribuíram com obtenção de dados. Marcela Vasconcelos Montenegro, Tagllyanna Renata da Silva Sá Freire e Izabella Carvalho de Oliveira contribuíram com análise e interpretação dos dados. Marcela Vasconcelos Montenegro e Izabella Carvalho de Oliveira contribuíram com redação do manuscrito ou revisão crítica. Júlio César Eugênio Pereira Freire; Reginaldo Inojosa Carneiro Campello contribuíram com revisão e aprovação final do manuscrito.

Data de Recebimento: 20/06/2023 – **Data de Aprovação:** 08/03/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1946

RESUMO

Frente à pandemia de Covid-19 no Brasil e às medidas sanitárias de isolamento social para diminuição da transmissibilidade do vírus, este artigo visa comparar os percentuais de perícias traumatológicas, sexológicas e necroscópicas realizadas entre os anos de 2018 e 2019 e os anos de 2021 e 2022. A pesquisa foi realizada no Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE, com consulta aos laudos periciais daquele IML, confeccionados no Sistema de Gestão de Laudos (GDL) das Perícias Médico-Legais do estado de Pernambuco. Os resultados apontam para diferenças estatisticamente significantes entre o número de necropsias e de exames em pessoas vivas, tendo este último decréscimo significativo no biênio pandêmico. Destaca-se, ainda, o aumento de necropsias em pessoas vítimas de homicídio do sexo feminino, bem como do número vítimas de acidentes de trânsito. Conclui-se que, em comparativo ao período anterior, as medidas restritivas na pandemia podem ter impactado na demanda dos serviços pelo IML.

Palavras-chave: Perícias médico-legais. Medicina legal. Isolamento social. Covid-19.

IMPACT OF SOCIAL ISOLATION AND THE CORONAVIRUS PANDEMIC (COVID - 19) ON ATTENDANCES AT THE INSTITUTE OF FORENSIC MEDICINE IN PETROLINA/PE

ABSTRACT

In view of the pandemic of COVID-19 in Brazil and the sanitary measures of social isolation to reduce the transmissibility of the virus, this article aims to compare the percentages of traumatologic, sexologic, and necroscopic reports performed between the years 2018 and 2019 and they ears 2021 and 2022. It was carried out at the Institute of Forensic Medicine of Petrolina/PE (IML), with consultation of the expert reports of that IML, made in the Report Management System (GDL) of the Medical-Legal Expertise of Pernambuco state. The results pointed to statistically significant differences between the number of autopsies and examinations in living people, with the latter having a significant decrease in the pandemic

biennium. It is also note worthy the increase of necropsies in female victims of homicide, as well as the number of victims of traffic accidents. It was concluded that, compared to the previous period, the restrictive measures in the pandemic had na impact on the demand for services by the IML.

Keywords: Medico-legal examinations. Legal medicine. Social isolation. COVID-19.

INTRODUÇÃO

A humanidade convive com pandemias que a afligem em intervalos cada vez menores. Peste Negra, varíola, cólera, gripe espanhola, gripe suína são exemplos de desastres sanitários que nos assolaram desde os primórdios. Contemporaneamente, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou situação de pandemia de Covid-19, com a rápida disseminação do novo coronavírus (Sars-CoV-2).

O epicentro da pandemia se deu na província de Wuhan, na China e, apesar de inicialmente subestimada pelos grandes líderes políticos mundiais, a Covid-19 mostrou sua gravidade visto que, desde o anúncio da pandemia até o mesmo mês no ano seguinte, foram contabilizadas 117 milhões de pessoas infectadas ao redor do mundo e 2,6 milhões de mortes; destas, 266 mil ocorreram em território brasileiro (Rodrigues; Costa, 2021). A pandemia trouxe, então, consequências sociais, políticas, ecológicas e, sobretudo, humanas à sociedade.

Atualmente, segundo dados oficiais, no mês de junho do ano de 2023, o Brasil apresentou 37.639.324 casos de pessoas infectadas com o vírus. É considerada infectada aquela que apresentou teste rápido (TR-Ag) ou Antígeno SARS-COV-2 positivo. A incidência da doença encontra-se em 17910,9 casos/100.000 habitantes. A mortalidade da doença encontra-se em 334,7 óbitos/100.000 habitantes (Painel Coronavírus, 2023).

Em se tratando da Covid-19, o vírus atinge pessoas de qualquer faixa etária, embora estejam mais vulneráveis à sua forma mais grave o público idoso e portadores de doenças crônicas ou imunodeprimidos (Azevedo Filho *et al.*, 2020). As manifestações podem variar de leve a grave (quando acomete a função pulmonar), podendo ser letal. É consenso científico que há uma associação em maior mortalidade decorrentes da Covid-19 em pessoas de idade mais avançada e com comorbidades preexistentes (Gupta *et al.*, 2020).

Nesse contexto, estados e municípios brasileiros decretaram medidas para a diminuição da transmissibilidade do vírus. Dentre elas, o isolamento social foi uma das principais medidas para a prevenção de propagação do vírus (Gomes, 2020). Tais medidas foram estratégias adotadas mundialmente com esse objetivo específico e seus efeitos são sentidos para além de sua dimensão sanitária, mas com repercussões nos mais variados cenários da vida social das populações. A área da segurança pública também foi deveras afetada desde o princípio da pandemia, conforme aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020).

Nesse seguimento, este trabalho centra-se no impacto do isolamento social a partir das demandas de perícias médico-legais, no IML de Petrolina-PE. Portanto, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender melhor o real impacto do isolamento social e da pandemia do novo coronavírus no quantitativo de perícias médico-legais realizadas no Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE, referência para o sertão pernambucano, podendo assim fomentar políticas públicas de proteção aos grupos mais vulneráveis, almejando, assim, a redução dos casos gerais de violência da região. Também se justifica

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

pela necessidade de aprofundamento e compreensão dos processos que geram a ação violenta em um contexto de pandemia e isolamento social, tornando-se relevante para a sociedade científica, por ser um período ímpar, que modificou radicalmente e abruptamente as relações humanas em todo o mundo.

Define-se perícia (do latim *peritia.ae*, derivado por sua vez de *peritus*, 'experto') como "avaliação minuciosa e, geralmente, feita por especialista(s), denominados de peritos" (Perícia, 2022). É todo e qualquer ato propedêutico ou exame realizado por médico, com a finalidade de contribuir com as autoridades administrativas, policiais ou judiciais na formação de juízos a que estão obrigadas. Quando o profissional médico atua na área de perícias envolvendo crimes, esse é chamado de perito médico-legista ou, simplesmente, de médico-legista.

Conforme o art. 158 do Código de Processo Penal brasileiro (CPP – Decreto-Lei Nº 3.689 de 03/10/1941): "Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado" (Espínola, 1955, p. 492,). Em casos particulares, fica salvaguardada a opção do periciando não realizar o exame de corpo delito. Isso só acontecerá mediante o aval do juiz ou autoridade pessoal, partindo do pressuposto de que a realização de tal exame não acrescentará provas ao esclarecimento do caso (Brasil, 1941).

Ainda segundo o código, o perito oficial é responsável pela análise de vestígios à luz das evidências científicas, com objetivo de produzir provas no processo penal de forma isenta e robusta, auxiliando o juiz na tomada de decisões. Para tanto, são elaborados laudos periciais que respondem a quesitos formulados pela autoridade solicitante da perícia. A prova pericial é de fundamental importância para que se possa reconstruir a maneira como se deram os fatos. A finalidade da perícia médico-legal torna-se relevante porque apresenta conhecimento técnico-científico ao juiz, auxiliando-o para que, ao analisar a prova, firme o seu livre convencimento sobre o fato que está posto nos autos judiciais exigir julgamento (Parise; Arteiro, 2009).

Segundo França (2017), o perito deve sempre fundamentar as afirmações descritas no laudo. Só assim o laudo alcançará seu verdadeiro destino: o de apontar com clareza à autoridade julgadora, no momento de valorizar a prova, as condições para o seu melhor entendimento.

As perícias médicas legais oficiais são realizadas, preferencialmente, dentro dos Institutos de Medicina Legais (IMLs). Estes institutos são órgãos ligados às secretarias de segurança pública na maioria dos estados brasileiros, sendo responsáveis pela produção da prova pericial em ações que envolvam a ofensa à integridade corporal.

França (2017) descreve várias modalidades de provas periciais, sendo que nos itens a seguir serão abordados os principais tipos de perícias. O exame de corpo delito é o conjunto dos vestígios, ou seja, o conjunto dos elementos apreensíveis por meio dos sentidos, os quais são deixados pelo crime, e também representa a materialidade do crime, sendo possível direcionar seu foco à vítima, ao ambiente do crime, ao seu mecanismo e a demais variáveis relacionadas a tal evento (Capez, 2010). São exemplos as perícias traumatológica, sexológica e para constatação de embriaguez. No que concerne ao exame necroscópico, compreende-se que a necropsia forense é feita por um médico legista e tem como objetivo esclarecer os mecanismos, tempo, efeitos e causas que levaram o indivíduo à morte, se tornando um dos principais componentes na investigação criminal. As circunstâncias que precederam e circundaram a morte, a inspeção e a coleta de provas no local onde o corpo foi encontrado são incluídas nesse processo.

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

No estado de Pernambuco, a perícia oficial de natureza criminal é responsabilidade da Polícia Científica estadual, que possui o IML Antônio Persivo Cunha (IML APC) como um dos institutos vinculados (Pernambuco, 1974). Através de parceria com a Superintendência de Polícia Técnico-Científica de São Paulo (SPTC), foi implantado, no ano de 2018, o Gestor de Documentos e Laudos (GDL). Tal sistema padronizou os laudos produzidos em todo o estado, inserindo-os em um banco único, onde podem ser consultados e disponibilizados à autoridade policial/judiciária com maior facilidade.

A implantação do sistema GDL foi fundamental para que o laudo pericial, peça técnica de tamanha importância para o inquérito policial, pudesse ser melhor armazenado e acessado com maior presteza, via internet; com isso, praticamente acabando com o meio físico de papel, anteriormente utilizado. Independente do motivo pelo qual o laudo médico-legal tenha sido elaborado, ele pode servir para outros fins nobres, como tomada de decisões políticas no combate à violência, por possibilitar, através de análise de sua informação, o desenvolvimento de indicadores, mapas estáticos, entre outros estudos (Arruda, 2000).

Partindo dos pressupostos acima delineados, este artigo tem como objetivo geral analisar o percentual de perícias traumatológicas, sexológicas e necroscópicas realizadas entre os anos de 2018 e 2019 e de 2020 e 2021, biênio anterior ao isolamento social e biênio do isolamento social, respectivamente. Como objetivos específicos, considerando os biênios supracitados, busca-se: a) comparar o percentual de perícias traumatológicas por sexo e faixa etária; b) Comparar o percentual de perícias por embriaguez por sexo e faixa etária; c) Comparar o percentual de perícias necroscópicas por sexo, faixa etária e por tipo causa; d) Comparar o percentual de perícias sexológicas por sexo e faixa etária; e e) Realizar medidas associativas das perícias traumatológicas, sexológicas, necroscópicas por sexo e faixa etária entre os biênios de 2018 e 2019 e de 2020 e 2021.

MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto ao desenho metodológico, trata-se de um estudo descritivo, transversal e retrospectivo. A pesquisa foi realizada no Instituto de Medicina Legal Antônio Persivo Cunha Regional Petrolina – PE, no Sistema de Gestão de Documentos e Laudos (GDL) das Perícias Médico-Legais do Estado de Pernambuco.

O IML Antônio Persivo Cunha Regional Petrolina – PE é o maior instituto de perícia oficial responsável por exames médico-legais do sertão pernambucano, sendo o único instituto apto a realizar exames necroscópicos da referida região. Segundo a Portaria da Secretaria de Defesa Social Nº 1.976/2019 (Pernambuco, 2020) é o instituto de referência para realizar perícias necroscópicas de interesse criminal nas Áreas de Segurança Integrada (AIS) 22 a 26, prestando assistência a uma população de um milhão de habitantes, segundo estimativa do IBGE de 2020 (IBGE, 2020). O período da pesquisa foi de agosto a outubro de 2022.

A amostra é constituída por 21.069 laudos periciais do Sistema de Gestão de Documentos e Laudos (GDL) das Perícias Médico-Legais do Estado de Pernambuco – Petrolina/PE, dos anos de 2018 a 2019, e de 2020 a 2021. Adotou-se como critérios de elegibilidade todos os laudos relacionados às perícias traumatológicas, sexológicas e necroscópicas realizadas entre os anos de 2018 a 2019 e de 2020 a 2021, no Sistema de Gestão de Laudos (GDL) das Perícias Médico-Legais do Estado de Pernambuco/Petrolina/PE. Foram contabilizados como único exame os laudos de perícia traumatológica complementar.

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

Excluíram-se os laudos periciais necroscópicos em ossadas humanas que não tiveram a causa da morte estabelecida, corpos de morte natural que porventura tenham sido encaminhados ao IML e corpos que a causa da morte permaneceu como indeterminada.

Foram estudadas as seguintes variáveis socioeconômicas: idade e sexo. As variáveis específicas foram: laudos periciais traumatológicos, sexológicos e necroscópicos. Causa da Morte.

Quanto ao processamento e à análise dos dados coletados, foi construído um novo banco de dados no Excel do Windows 2016®, posteriormente transferido para processamento de análises, no *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS®*, das variáveis necessárias para atingir os objetivos propostos.

Para avaliação descritiva foram calculadas medidas de tendência central, dispersão para avaliação das variáveis numéricas e frequência para variáveis categóricas. Os dados foram analisados através do teste de Correlação de *Pearson* e o T de *Student*, aceitando-se níveis de significância estatística acima de 95%. Foi aplicado o teste de Fisher ou Qui Quadrado, para as variáveis categóricas, e para as variáveis numéricas, foram aplicados o Teste T de *Student* ou *Mann Whitney*, quando houve ou não distribuição normal; para saber se havia distribuição normalmente foi aplicado o teste Kolmogorov–Smirnov. Para nível de significância foi considerado o $P < 0,05$.

Quanto às questões éticas, ressalta-se que o estudo considera a Resolução Nº 466 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual preconiza os postulados bioéticos que norteiam as pesquisas envolvendo seres humanos de forma direta ou indireta, ao enfatizar a necessidade de valorizar a proteção aos indivíduos envolvidos nos projetos de pesquisa, respeitando a integridade humana, em território nacional, assegurando beneficência, não maleficência, justiça e autonomia aos envolvidos na pesquisa.

Ademais, este estudo foi submetido para apreciação e aprovado pelo sistema CEP/Conep através do comitê do Complexo Hospitalar HUOC/Procape, sob o CAAE 61403122.0.0000.5192, com o parecer favorável Nº 5.643.578.

RESULTADOS

Os dados foram coletados conforme descrito na metodologia, sendo o número total de exames realizados 21.069. Em 2018, foram realizados 6.927 exames (32,8%); em 2019, 6.454 (30,6%); em 2020, 3.870 (18,3%); e em 2021, foram realizados 3.818 (18,1%). Em relação ao número total, houve uma redução desses entre o biênio 2018/2019, se comparado ao 2020/2021. Todavia, não é uma redução de relevância estatística ($p > 0,05$).

Do total de exames realizados entre os anos de 2018 a 2021, os dados mostram que 85,25% ($n = 17.962$) são realizados em pessoas vivas, e as necropsias correspondem a 14,75% ($n = 3.107$). Comparando-se os exames feitos em pessoas vivas com os exames necroscópicos em cada ano, nota-se diferença estatisticamente significativa nos anos estudados, com redução drástica na quantidade de exames em pessoas vivas e manutenção dos exames necroscópicos ($p < 0,001$).

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Tagllyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

TABELA 1

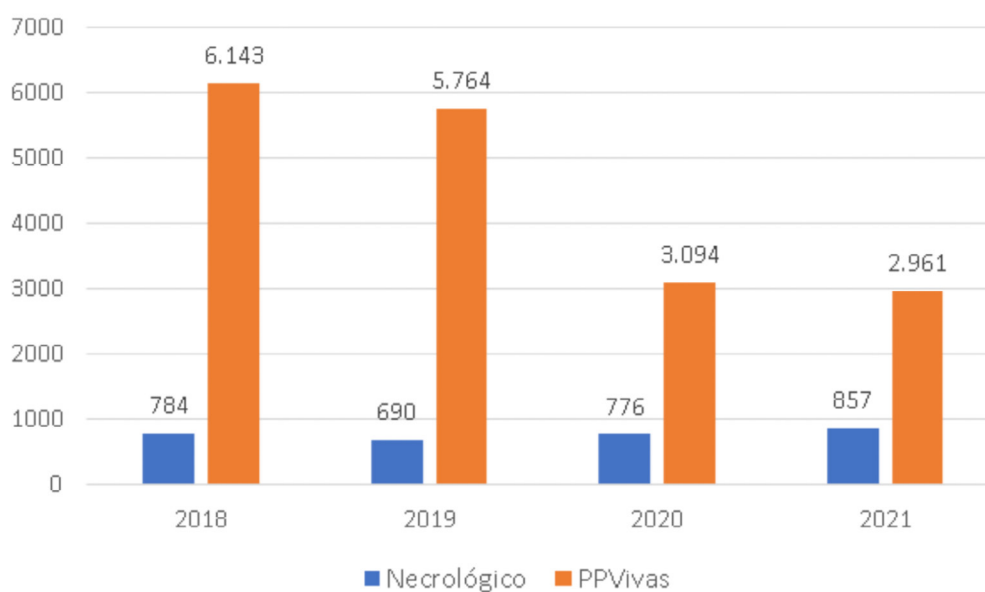
Total de perícias realizadas entre 2018 e 2021. Associação percentual

		ANOS				TOTAL
		2018	2019	2020	2021	
Perícias Necrológicas	Frequência	784	690	776	857	3.107 14,75
	Percentual	3,72	3,27	3,68	4,07	
	Per. Linha	25,23	22,21	24,98	27,58	
	Per. Coluna	11,32	10,69	20,05	22,45	
Perícias Em Pessoas Vivas	Frequência	6.143	5.764	3.094	2.961	17.962 85,25
	Percentual	29,16	27,36	14,69	14,05	
	Per. Linha	34,20	32,09	17,23	16,48	
	Per. Coluna	88,68	89,31	79,95	77,55	
Total	Frequência	6.927	6.454	3.870	3.818	21.069
	Percentual	32,88	30,63	18,37	18,12	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores em 2023, com dados coletados entre 2018 e 2021.

GRÁFICO 1

Comparativo da quantidade de perícias realizadas entre 2018 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores em 2023, com dados coletados entre os anos de 2018 e 2021.

Comparando-se o total de exames realizados em vivos com a soma de todas as perícias, considerando o biênio pré-pandemia, 29,16% foram feitos em 2018 e 27,36% em 2019. Por sua vez, no contexto da pandemia, há decréscimo nos percentuais, com 14,69% de exames em 2020, e 14,05% em 2021.

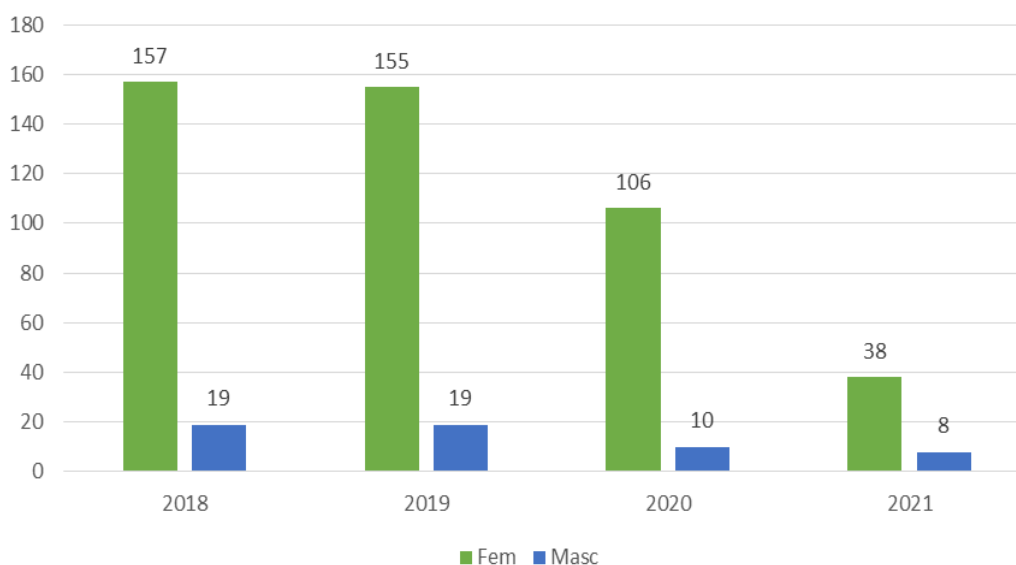
Em relação às perícias sexológicas, não se encontrou diferença por sexo e faixa etária entre os anos estudados ($p = 0,6743$ e $0,4558$, respectivamente). Entretanto, há diminuição do número total de exames nos anos de pandemia.

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

GRÁFICO 2

Comparativo da quantidade de perícias sexológicas por sexo realizadas entre 2018 e 2021

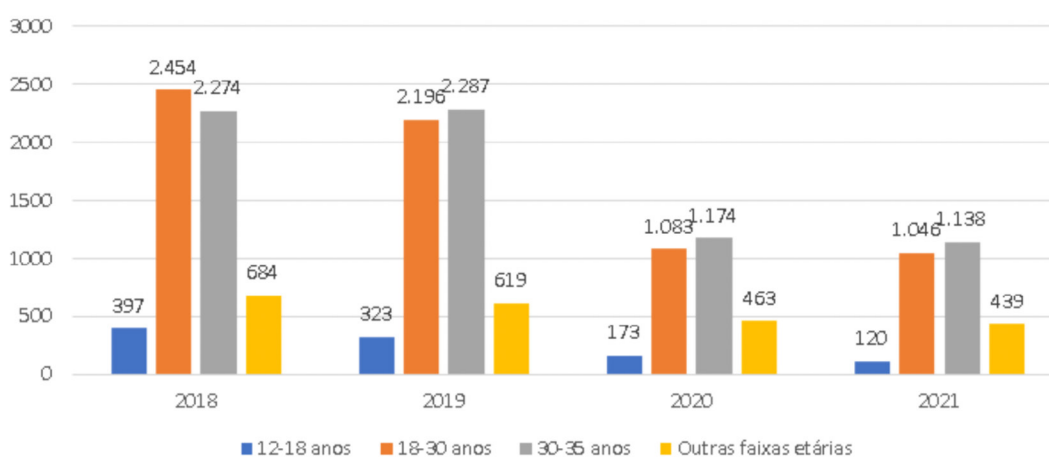


Fonte: Elaborado pelos autores em 2023, com dados coletados entre os anos de 2018 e 2021.

Já em relação aos exames traumatológicos, do total de exames realizados ($n = 16.870$), os dados indicam que, em 2018, corresponderam a 30,58%, e em 2019, a 30,42%. Com decréscimo nos anos de pandemia, correspondendo a 16,22% em 2020 e 15,38% em 2021. As análises de significância apontam que houve diferença entre a faixa etária e o sexo, com redução drástica na quantidade de exames em todas as faixas etárias no biênio 2020/2021, e redução similar na quantidade feita no sexo masculino ($p < 0,001$ em ambas as variáveis).

GRÁFICO 3

Comparativo da quantidade de perícias traumatológicas por faixa etária, realizadas entre 2018 e 2021



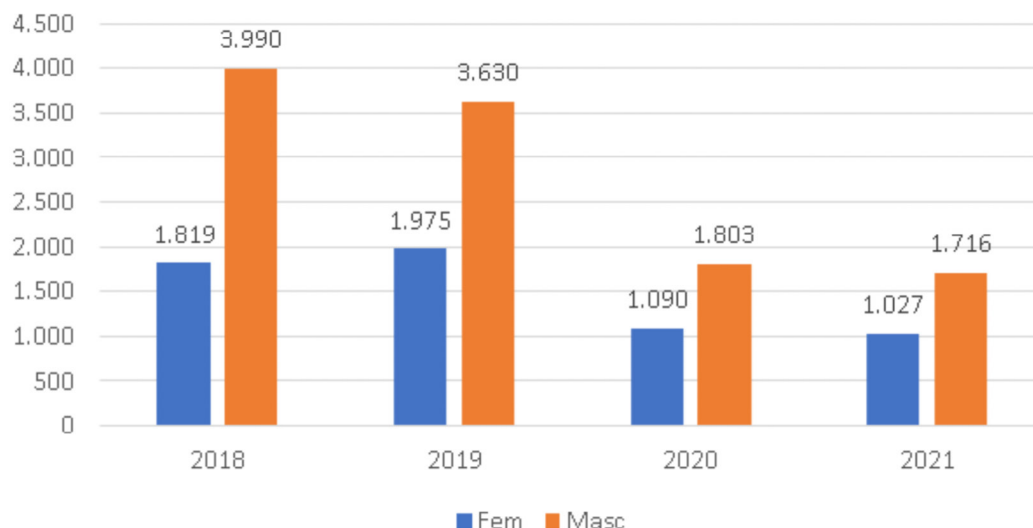
Fonte: Elaborado pelos autores em 2023, com dados coletados entre os anos de 2018 e 2021.

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

GRÁFICO 4

Comparativo do quantitativo de perícias traumatológicas por sexo, realizadas entre 2018 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores em 2023, com dados coletados entre os anos de 2018 e 2021.

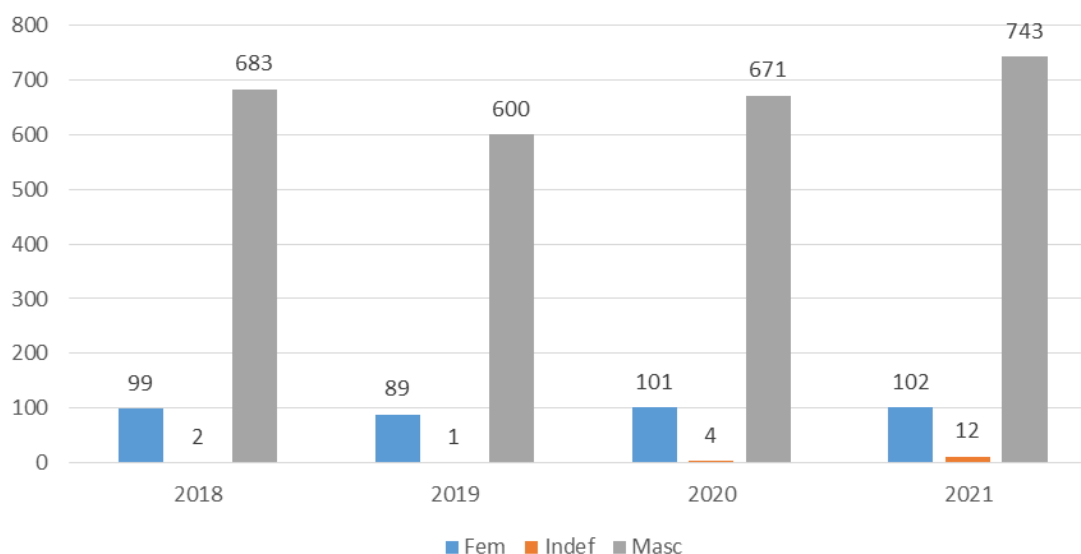
Considerando as necropsias, do total de 3.107 exames necroscópicos realizados, 25,97% corresponderam a acidentes de trânsito, e 36,53%, a homicídios. As análises estatísticas apontam que há diferença significativa entre as causas jurídicas de morte, com aumento do índice acidente de trânsito e manutenção dos índices de homicídios ($p < 0,001$).

Em correlação das necropsias com as variáveis de sexo e faixa etária, observa-se que não houveram diferenças em relação a acidente de trânsito nos anos estudados ($p = 0,64$ e $0,16$, respectivamente). Já em relação às necropsias decorrentes de homicídio, há diferença na faixa etária acometida, com aumento da incidência na faixa etária entre 30 e 50 anos e das faixas etárias não especificadas (acima de 70 e abaixo de 12 anos) ($p < 0,001$).

Também há diferença no sexo de corpos submetidos a essa perícia, com aumento do índice de homicídios em pessoas do sexo biológico feminino ($p = 0,0024$). Em 2018, por exemplo, esses correspondiam a 0,88% dos exames necroscópicos. No ano de 2021, já em contexto pandêmico, o número de exames correspondeu a 2,82%.

GRÁFICO 5

Comparativo da quantidade de perícias necrológicas por sexo realizadas entre 2018 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores em 2023, com dados coletados entre os anos de 2018 e 2021.

De maneira geral, não há diferenças entre os meios utilizados para a prática homicida entre os anos estudados ($p = 0,0672$).

Já quanto às necropsias decorrentes da ação suicida, não houveram diferenças significativas entre as faixas etárias, sexo e quantitativo de necropsias no período estudado ($p = 0,8267$ e $0,2034$, respectivamente). Desse modo, o número de suicídios entre os anos de 2018 e 2019 foi de 3,75%, e entre o biênio 2020 e 2021 foi de 3,74%, do total das necropsias realizadas.

Tratando-se apenas das necropsias do município de Petrolina-PE, sede desse serviço de medicina legal, nota-se uma diferença significativamente estatística ($p = 0,046$) entre as zonas da cidade onde ocorreu a ação homicida, tendo ocorrido aumento destes casos na zona Norte e redução na zona Leste da cidade. Não houve diferença significativamente estatística entre o sexo acometido ($p = 0,585$), a faixa etária ($p = 0,135$) e o tipo de instrumento utilizado ($p = 0,244$).

DISCUSSÃO

Conforme delineado nos resultados, considerou-se aqueles indicadores que apresentaram diferenças estatísticas significativas. Assim, centramos as discussões em inteligibilidades sobre os dados gerais da amostra, seguidos de exames necroscópicos e daqueles realizados em pessoas vivas (traumatológicos e sexológicos).

Evidencia-se que, em relação à redução drástica de exames feitos em pessoas vivas, tendo o número de necropsias permanecido praticamente estável, pode-se inferir que as restrições das atividades impactaram na oferta de serviço. Conforme as medidas sanitárias previstas, através de Portarias da Secretaria de Defesa Social do estado, como a restrição de atendimento ao público, com limitação de permanência nas unidades de apenas periciandos e um único acompanhante (em casos selecionados); remarcação de perícias de caráter eletivo; cancelamento de reuniões presenciais e instituição do trabalho remoto;

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

além da suspensão de coletas de amostras biológicas em ambientes prisionais, o isolamento social foi instituído no período pandêmico (Portaria GAB/GGPOC/SDS, Pernambuco, 2020). Tal resolução dificultou a acessibilidade aos centros de apoio e locais de atendimento, especialmente no que tange a mulher em situação de violência, uma vez que a distância e a falta de articulação entre os centros dificultaram a acessibilidade e reduziram o número de denúncias.

Convém detalhar as adaptações realizadas para o atendimento das vítimas de violência sexual no contexto da pandemia da Covid-19. Algo importante a se destacar é a restrição da permissão de acompanhantes, sendo direito da vítima antes da pandemia ser acompanhada em todos os momentos por alguém escolhido por ela, cuja presença foi flexibilizada apenas em condições particulares, como vítimas menores de idade e indivíduos portadores de necessidades físicas ou psicológicas que comprometessem sua autonomia. Ademais, outro ponto crítico nas perícias médico-legais em casos de violência de teor sexual durante o período pandêmico corresponde à obtenção de amostras biológicas, situações em que não se consegue cumprir o distanciamento mínimo preconizado por medidas sanitárias. Uma forma de superar essa limitação foi a recomendação de que, além dos cuidados tradicionais do uso de equipamentos de proteção individual, a própria vítima fizesse a colheita do material biológico da cavidade oral, após o recebimento das orientações adequadas por profissional capacitado. Após a realização de todas as etapas, a descrição das amostras como potencial risco à Covid-19, antes de serem enviadas para análise, é necessária no contexto da pandemia (González-Fernández, 2021).

O Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, classifica diversos serviços como essenciais, ou seja, atividades que precisam ser garantidas para a população, independente da circunstância adversa. Dentre os serviços que mantiveram a prestação de serviço na pandemia, estão incluídas atividades médico-periciais relacionadas com a seguridade social, compreendidas no art. 194 da Constituição, assistência à saúde, incluindo serviços médicos e hospitalares, e atividades de defesa civil. Sendo assim, percebe-se que a redução dos exames feitos em pessoas vivas não diz respeito ao funcionamento inadequado do setor, mas, sim, à busca reduzida da população aos serviços de saúde prestados, como evidenciado por Sena (2022), ao demonstrar redução de 41% nos procedimentos cirúrgicos eletivos realizados em 2021 comparado ao período pré-pandêmico. No contexto sanitário vigente, a pandemia da Covid-19 levou a uma redução nos exames necroscópicos no estado de São Paulo, resultando em 89% dos óbitos, sendo classificados como causa mal definida (Minto *et al.*, 2021).

No que diz respeito aos exames necroscópicos, chama a atenção que, embora a emergência da pandemia não mostre diferenças estatisticamente significativas em relação às necropsias, prevalece o crescimento de mortes de mulheres por homicídios. Tais resultados evidenciam que, nesse aspecto, as mortes de mulheres podem ter correlação de violência de gênero, tendo em vista que necropsias relacionadas a mortes por suicídios e acidentes de trânsito não figuram crescimento tal qual os homicídios de mulheres. Este dado coaduna com a literatura, na medida em que, em meio à pandemia, o índice de violência doméstica aumentou, sendo a maioria dos agressores companheiros, familiares ou conhecidos da vítima (Nascimento, 2021). Prova disso são dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), segundo o qual entre as datas de 1 e 25 março de 2020, mês simbólico em que se comemora o dia da mulher, registrou-se um acréscimo de 18% no número de denúncias através de canais de “Disque 100” e “Ligue 180” (FBSP, 2020).

Ademais, é imprescindível destacar que, em meio à violência conjugal, a praticada na esfera física não é a única existente, uma vez que existem ainda agressões sexuais, psicológicas, verbais, emocionais e tantas outras, que, historicamente, fizeram e continuam a fazer mulheres reféns de uma sociedade marcada

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

pelo machismo e pelo feminicídio. Tal realidade possui um alcance vasto, prova disso são informações coletadas pela Organização das Nações Unidas (ONU): a violência, seja qual for o seu tipo, afeta uma em cada três mulheres ao redor do mundo (Diego, 2021). Diante desse contexto, a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, traz uma verdadeira transformação na luta pelos direitos e pela proteção das mulheres e, ainda que presente, é importante refletir a discrepância entre o que é instituído na lei e o que é posto em prática na realidade, uma vez que tal problemática permanece.

Ainda nessa temática, é válido pontuar que, durante a pandemia, secundária à Covid-19 houve elevação dos índices de violência contra a mulher, principalmente nos meses de isolamento social mais intenso. Com a necessidade da reclusão nos lares, *home office* e creches fechadas, as mulheres tornaram-se muito mais vulneráveis no ambiente doméstico (Souza; Farias, 2022). Ao analisar esse panorama, considerando os indicadores sociais, percebe-se que as mulheres mais afetadas possuem baixa renda e são de cor preta, estando inseridas num contexto de total negligência (Ipea; FBSP, 2019). Convém ressaltar ainda que os índices de violência doméstica não foram uniformes no país, concentrando-se nos estados do Sudeste, em especial em São Paulo, quando comparado às demais regiões do Brasil. Essa realidade ainda ocorre, apesar dos esforços precedentes para mudança nessa temática, como a criação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, em 2013 (Brasil, 2013).

Ao adentrar ainda mais no complexo contexto da realidade enfrentada por mulheres no período pandêmico, Santos (2023) destaca a maior prevalência de laudos femininos (63,52%) em perícias médico-legais de lesões corporais realizadas durante o período pandêmico, principalmente em adultas jovens, entre a segunda e terceira décadas de vida, havendo predomínio, no mecanismo da lesão, da energia mecânica e de lesões contusas. Apesar disso, o estudo não evidencia um aumento significativo do número de perícias por lesões corporais ao comparar o período pandêmico ao anterior a ela, o que pode ser explicado não só pela realidade de subnotificação, que sempre acompanhou tal temática ao longo dos anos, mas também por consequências do próprio isolamento social, no qual não se tem dúvidas de que houve elevação da violência contra a mulher, mas que, pela suspensão do direito de ir e vir por medidas sanitárias, acabou potencializando a omissão de denúncias por parte das vítimas.

Além da violência contra as mulheres, um tema preocupante que ganhou destaque a partir da pandemia da Covid-19 foi a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes durante o período de isolamento social. Com a suspensão das atividades escolares, esse extrato social tornou-se mais vulnerável devido à restrição ao ambiente familiar (Melo, 2020). A partir disso, dados da ONU apontam que, no contexto do *lockdown*, crianças possuem risco 1,5 vezes mais elevado de sofrerem violência e 4-10 vezes mais chances de serem vítimas de maus tratos (ONU, 2019). Ademais, cerca de 70% dos abusos sexuais sofridos pelas crianças, uma das mais preocupantes formas de violência a que elas estão vulneráveis, são realizadas em sua própria residência, fato este que deve ser levado em consideração ao se pensar sobre os impactos do isolamento social (Souza; Farias, 2020).

Em se tratando da realização de exames necroscópicos, é válido destacar as particularidades de sua realização e normatização. Como já é sabido, ocorrem no IML perícias de indivíduos vivos e mortos. Dentre o aspecto de pessoas vivas, é encargo do IML o estudo de situações de violência culposa ou dolosa, como detidos policiais, vítimas de estupro e atropelamentos, isto é, casos que representam a esfera da atuação de alguma entidade jurídica, como a polícia civil ou militar. Por sua vez, são encaminhados ao IML para perícia médica cadáveres de qualquer contexto de violência ou que precisem ter sua *causa mortis* elucidada e morte natural de indivíduo sem identificação. Ao considerar o processo que normatiza e regulamenta

ambos os cenários, destaca-se a atuação da Polícia Civil (PC), a qual, obrigatoriamente, deve registrar a ocorrência, no primeiro contexto e, no que se refere aos corpos de vítimas, é preciso que a PC crie um registro do caso na delegacia policial onde o corpo foi encontrado ou na delegacia especializada nos casos de homicídios (DH). A partir disso, será gerado um registro de remoção e a PC poderá destinar o corpo para o exame de corpo de delito no IML (Medeiros, 2014).

Considerando as necropsias, houve uma diferença estatisticamente significativa entre o período pré e pós-isolamento social evidenciada pelo aumento proporcional do índice “acidente de trânsito” (25,97% dos exames necroscópicos). Andrade *et al.* (2021) detectaram uma redução no número de acidentes de motocicleta durante a pandemia, atribuída ao isolamento social, bem como Mendes (2021) constatou queda no número de acidentes nas rodovias federais a partir de uma análise na base de dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF), não verificando mudança significativa nas características desses acidentes. Por outro lado, García (2021) evidencia aumento da letalidade por acidentes de trânsito no Equador, ao comparar abril de 2020 com o mesmo período de 2016, pré-pandemia, atribuindo esse fator ao colapso dos hospitais, que dificultou a prestação de serviço adequada ao trauma.

No que se refere à temática do trânsito, é válido ressaltar o contexto da Lei Seca durante a pandemia da Covid-19. Devido às medidas de distanciamento social, a fiscalização no trânsito apresentou redução significativa. Esse fato coaduna com o posicionamento emitido pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), no qual restringiu a aplicação do bafômetro em caso de acidentes, caso o condutor manifestasse sinais de embriaguez por ingestão alcoólica ou em caso de denúncias a respeito de indivíduos dirigindo alcoolizados, a fim de evitar a disseminação do coronavírus (EBC, 2020).

As análises estatísticas apontam para a manutenção dos índices de homicídios, porém chama a atenção o aumento do índice de homicídios em pessoas do sexo biológico feminino ($p = 0,0024$). Em 2018, por exemplo, esses correspondiam a 0,88% dos exames necroscópicos. No ano de 2021, já em contexto pandêmico, o número de exames correspondeu a 2,82%. Isso se explica em parte pela convivência maximizada com o agressor no ambiente familiar, mudanças drásticas no cotidiano individual e fatores potencializadores como estresse, dificuldades econômicas e aumento na ingestão de drogas (Ornell *et al.*, 2020), resultando em maiores índices de feminicídio (Sunde; Sunde; Esteves, 2021), além de menores taxas de denúncia (Sousa; Santos; Antonietti, 2021).

De maneira geral, não houve diferenças entre os meios utilizados para a prática homicida entre os anos estudados ($p = 0,0672$), assim como Lima e Bueno (2022) identificaram no estado de Sergipe, em 2021. Houve prevalência da arma de fogo como agente causal de morte. Contudo, estudos apontam que ameaças com uso de arma branca ou de fogo ocorreram em 11,8% e 8,8% dos casos, respectivamente, porém nenhuma vítima foi agredida com arma de fogo antes do feminicídio, enquanto 5,9% foram agredidas com faca (Ávila, 2021).

Medidas como a flexibilização do estatuto do desarmamento podem vulnerabilizar ainda mais mulheres em situação de violência, aumentando as taxas de homicídio (Kurtemback, 2021). Isso ocorre porque a presença de arma de fogo dentro do ambiente familiar pode ser empregada a critério da consciência e do desequilíbrio emocional do autor do crime (Ferreira, 2019).

É válido destacar que, contrapondo aos achados do presente estudo, Silva e Duarte (2022) descrevem que a energia mecânica foi predominante nos anos de 2018-2021 na análise de mortes por causas externas,

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

sendo o instrumento perfuro-contundente mais presente entre 2018-2020 e o instrumento contundente, por sua vez, obteve predominância no ano de 2021.

Também em relação à temática da flexibilização das armas de fogo, convém ressaltar o cenário brasileiro durante a pandemia, o qual, além da crise humanitária compartilhada com o resto do mundo, vivenciou também um período de instabilidade política. Nesse contexto, o país experimentou uma maior facilidade no acesso a armas de fogo e munição, ao passo que houve redução na fiscalização dessas atividades a nível governamental (Lima; Bueno, 2022). O resultado disso são dados de 2021 da integração dos sistemas de registro de armas da Polícia Federal (Sinarm), segundo os quais dentre 1.490.323 armas de fogo com registro ativo naquele ano, somente 384.685 pertenciam a órgãos públicos, enquanto o estoque sob porte dos cidadãos contabilizava 698.576 armas, evidenciando uma desproporção e gerando questionamentos sobre a qualidade da segurança pública. Ainda destacando dados do Sinarm, é evidenciada certa fragilidade na fiscalização do porte de armas, uma vez que, em dados de 2021, encontra-se no referido sistema, um número maior de registros expirados (1.542.168) do que registros ativos (1.490.323).

Sobre o aumento dos exames necroscópicos decorrentes de suicídio, embora não haja diferença estatisticamente significativa, há um aumento de casos. A pandemia da Covid-19, associada às repercussões do isolamento social, resultou em um grande impacto na saúde mental da população. Barros *et al.* (2020) demonstram que 40,4% dos adultos se sentiram frequentemente tristes ou deprimidos, 52,6% se sentiram nervosos ou ansiosos e 43,5% relataram início de problemas de sono.

A pandemia exacerbou fatores de risco para comportamentos suicidas, como a presença de desordens psiquiátricas, isolamento social, desemprego, uso de álcool, violência doméstica, notícias negativas, distúrbios do sono e dificuldade de acesso aos serviços de saúde (Nascimento, 2021). Foram observados diversos impactos na vida de estudantes universitários, como também a queda no desempenho estudantil no ensino superior e o agravamento de sintomas depressivos com o confinamento, em especial naqueles infectados. O maior sedentarismo, a redução da prática de exercício físico, tempo de sono e piora da dieta auxiliaram no aumento dos sintomas depressivos. O comportamento foi alterado com aumento da reclusão, percepção de risco e ideação suicida (Marin *et al.*, 2021).

É imprescindível citar também que o uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da Covid-19 aumentou também os riscos para violências autoinflingidas. Como destacam Deslandes e Coutinho (2020), o potencial ansiogênico e a reprodução de um “medo global” se consolidam com a exposição maciça e sem mediação dos conteúdos consumidos, que podem aumentar as vulnerabilidades para estresse e ideações suicidas.

É importante destacar ainda que as mortes de causa indeterminada, segundo Silva e Duarte (2022), tiveram um aumento significativo durante o período da pandemia, atingindo 10,42% dentre todos os laudos cadavéricos analisados no arquivo de uma unidade do IML entre 2018 e 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a pesquisa permite o conhecimento das realidades associadas à violência no período pré-pandemia e durante o isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19, a partir da experiência vivenciada no IML/Petrolina, em Pernambuco. A partir disso, torna-se possível, mediante estratégias

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

traçadas coletivamente, resultantes dos achados do presente estudo, delinear como perspectivas futuras um aprimoramento dos modelos de planejamento e gestão seguidos pelo serviço. O entendimento desse contexto singular causado pelo isolamento social também fomenta análises do ponto de vista criminológico e sociológico, incorporando novos modos de pensar sobre a dinâmica do processo de violência. A partir deste estudo qualitativo e quantitativo, é possível ainda, inserir um marcador raça e sexo acerca da realidade das perícias no local onde foi realizado, contribuindo, assim, para uma análise epidemiológica e socioeconômica regional. Portanto, espera-se favorecer não apenas a cooperação entre as instituições de segurança e justiça como resposta aos indicadores mostrados em razão do período da pandemia, mas também propiciar um fortalecimento das ciências de perícias criminais no tocante ao tripé da medicina legal, criminologia e de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Cleusa Wanderley de Queiroz; MARCOS, Eliene Aparecida Cerqueira; SANTOS, João Antonio Ramos dos; SILVA, Stéphanie Nataly Goes Reis; NUMATA FILHO, Eduardo Seiji; FIGUEREDO, Daniely da Silva; SANTOS, Itamar. O impacto da pandemia pela COVID-19 nos acidentados de motocicleta e o perfil dos acidentados em uma região de saúde de Pernambuco. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, e5410917680, 2021.

ARRUDA, Maria Izabel Moreira. **O laudo médico-legal como fonte de informação e seu papel social**. 2000. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

ÁVILA, Thiago Pierobom de. Fatores de Risco de Femicídio no Distrito Federal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 180, p. 297-328, 2021.

AZEVEDO FILHO, Elias Rocha de; PRRAÇA, Isabella Reis; SANDIM, Lucíola Silva; RAMOS, Rafaela; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de; GOMES, Lucy de Oliveira. Perfil dos casos notificados e confirmados de Covid-19 entre abril e maio de 2020 no Distrito Federal. **Revista**, Valparaíso, v. 9, esp. 1, p. 646-655, 2020.

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo; LIMA, Margareth Guimarães; MALTA, Deborah Carvalho; SZWARCOWALD; Célia Landmann; AZEVEDO, Renata Cruz Soares de; ROMERO, Dália; SOUZA JR., Paulo Roberto Borges de; AZEVEDO, Luis Otávio; MACHADO, Ísis Eloah; DAMACENA, Giseli Nogueira; GOMES, Crizian Saar; WERNECKL, André de Oliveira; SILVA, Danilo Rodrigues Pereira da; PINA, Maria de Fátima de; GRACIE, Renata. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, 2020.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.689/41, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 19699, 13 out. 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

BRASIL. Senado Federal. **Código de Processo Penal**. Coordenação de Edições Técnicas, 2017, p. 44-46.

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Art. 194. 1988. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10655147/artigo-194-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 7 fev. 2025.

DESLANDES, Suely Ferreira; COUTINHO, Tiago. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinflingidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, supl. 1, p. 2479-2486, 2020.

DIEGO, Simone da Silva. **O isolamento social em decorrência da pandemia – covid 19 e os casos de violência doméstica**: como conter o avanço da violência doméstica em tempos de convívio necessário em virtude do isolamento social?. 2021. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade Três Pontas – Unis/MG, Três Pontas, 2021.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. PRF altera uso do bafômetro por causa do coronavírus. **TV Brasil**, Repórter Brasil, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/03/prf-altera-uso-do-bafometro-por-cao-do-coronavirus>. Acesso em: 24 mar. 2023.

ESPÍNOLA, Eduardo Filho. **Código de Processo Penal Brasileiro Anotado**. v. 5. Rio de Janeiro: Borsoi, 1955, p. 492.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

FERREIRA, Kamila Montes. **Flexibilização da posse de armas e feminicídio**: possível relação com o crescimento do número de vítimas fatais de violência doméstica. 2019. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

GOMES, Kyres Silva. Violência contra a mulher e Covid-19. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 20, n. 224, p. 119-129, 2020.

GÓMEZ-GARCÍA, Antonio; ESCOBAR-SEGOVIA, Kenny; CAJÍAS-VASCO, Paúl. Impacto del COVID-19 em la mortalidad por accidentes de tránsito em provincias de la República de Ecuador. **CienciAmérica**, v. 10, n. 1, p. 24-34, 2021.

GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ, Jorge. Intervención médico-forense em casos de violencia sexual em la situación sanitaria de pandemia por COVID-19. **Revista Española de Medicina Legal**, v. 47, n. 3, p. 126-129, 2021.

GUPTA, Aakriti; MADHAVAN, Mahesh; SEHGAL, Kartik; NAIR, Nandini; MAHAJAN, Shiwani; SEHRAWAT, Tejasv; BIKDELI, Behnood; AHLUWALIA, Neha; AUSIELLO, John; WAN, Elaine; FREEDBERG, Daniel; KIRTANE, Ajay; PARIKH, Sahil; MAURER, Mathew; NORDVIG, Anna; ACCILI, Domenico; BATHON, Joan; MOHAN, Sumit; BAUER, Kenneth; LEON, Martin; KRUMHOLZ, Harlan; URIEL, Nir; MEHRA, Mandeep; ELKIND, Mitchell; STONE, Gregg; SCHWARTZ, Allan; HO, David; BILEZIKIAN, John; LANDRY, Donald.

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

Extrapulmonary manifestations of COVID-19. **Nature Medicine**, v. 26, n. 7, p. 1017-1032, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação**. Brasília, 2020. 119 p.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Ipea; FBSP, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 4 fev. 2025.

KURTEMBACK, Isabela Maria dos Santos. **Feminicídio no Brasil**: análise consequencialista da flexibilização do estatuto do desarmamento. 2021. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2021.

LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira (Coords.). Paralisia e descontrole: como a gestão da política nacional de armas se torna cada vez mais impraticável. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022.

MARIN, Gabrielli Algazal; CAETANO, Igor Ruan de Araujo; BIANCHIN, Jullya Martins; CAVICCHIOLI, Fernanda Liboni. Depressão e efeitos da Covid-19 em universitários. **Interamerican Journal of Medicine and Health**, v. 4, e202101014, 2021.

MARIN, Angela Helena; ANDRADA, Bárbara Costa; SCHMIDT, Beatriz; MELO, Bernardo Dolabella; LIMA, Carolyn Cesar; FERNANDES, Claudia Mascarenhas; VENTURA, Cristina; PEREIRA, Daphne Rodrigues; SERPELONI, Fernanda; KATZ, Ilana; SILVA, Iolete Ribeiro da; LOPES, Juliana Crespo; MANARA, Kalil Maihub; MOYSÉS, Maria Aparecida; ABELSON, Maria Isabel Ramos da Silva; ROSA, Mariana; KADRI, Michele; MAGRIN, Nicolly Papacidero; ALMEIDA, Patrícia; ARANTES, Ricardo Lugon; PALUDO, Simone dos Santos; ASSIS, Simone Gonçalves. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID19: crianças na pandemia COVID-19. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2020.

MEDEIROS, Flavia. Corpos sem vida com fé-pública: a perícia necroscópica no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. **Segurança, Justiça e Cidadania**: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública, Brasília, v. 9, p. 27-48, 2014.

MENDES, Eduardo Augusto de Oliveira. **Análise exploratória da acidentalidade em rodovias federais brasileiras durante a pandemia do Covid-19**. 2021. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Rio Verde, 2021.

MINTO, Catia Martinez; VILLELA, Edlaine Faria de Moura; PAULA, Regiane Cardoso de; ANDRÉ, Carmem Dina Saldiva de; ANDRÉ, Paulo Afonso de. Aplicação da autópsia verbal no estado de São Paulo durante a pandemia de COVID-19, ano 2021. **Boletim Epidemiológico Paulista**, São Paulo, v. 18, n. 213, p. 40-53, 2021.

NASCIMENTO, Déborah Rodrigues. **Violência doméstica contra mulher durante pandemia**: quanto vale o amor. 2021. 40 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – UniEvangélica, Anápolis, 2021.

NASCIMENTO, Alice Barbosa; MAIA, Juliana Leal Freitas. Comportamento suicida na pandemia por COVID-19: panorama geral. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, e59410515923, 2021.

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

ONU – Organização das Nações Unidas. Department of Economic and Social Affairs. **Disability and Development Report 2018**. Realizing the Sustainable Development Goals by, for and with persons with disabilities. New York: ONU, 2019. Disponível em: <https://social.un.org/publications/UN-Flagship-Report-Disability-Final.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2025.

ORNELL, Felipe; HALPERN, Silvia; DALBOSCO, Carla; SORDI, Anne Orgler; STOCK, Bárbara Sordi; KESSLER, Felix; TELLES, Lisieux Borba. Violência doméstica e consumo de drogas durante a pandemia da COVID-19. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 3-11, 2020.

PAINEL CORONAVÍRUS. **Coronavírus//Brasil**. 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

PARISE, Ricardo Faiad; ARTEIRO, Rodrigo Lemos. Prova pericial na persecução penal e o princípio do contraditório. **Anais do Etic – Encontro de Iniciação Científica**, Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. ISSN 21-76-8498, 2009 [on-line].

PERÍCIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pericia/>. Acesso em: 27 maio 2022.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa. **Lei Nº 6.657, de 7 de janeiro de 1974**. Organiza a Secretaria da Segurança Pública, institui a polícia de carreira, criando o quadro de pessoal policial e dá outras providências. Palácio dos Despachos do Governo do Estado de Pernambuco, 7 jan. 1974.

PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social. **Portaria Nº 1976, de 10 de abril de 2019**. Recife/PE, 2020. 70 p. Disponível em: < https://www.sds.pe.gov.br/images/media/1554990520_069%20BGSDS%20DE%2011ABR2019.pdf>. Acesso em: 7 de fev. 2025.

PERNAMBUCO. Polícia Civil de Pernambuco. **Portaria GAB/GGPOC/SDS Nº 04, 16 de março de 2020**. Estabelece medidas protetivas objetivando reduzir os riscos de contágio e disseminação do COVID19 no âmbito da Polícia Científica de Pernambuco. Pernambuco, 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO Nº 10.282, DE 20 DE MARÇO DE 2020. Brasília, 20 de Março de 2020. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10282.htm>. Acesso em: 7 fev. 2025.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Brasília, 7 de Agosto de 2006. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 7 de jan. 2025.

RODRIGUES, Léo Peixoto; COSTA, Everton Garcia da. Impacto da pandemia de Covid-19 ao sistema social e seus subsistemas: reflexões a partir da teoria social de Niklas Luhmann. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, p. 302-335, 2021.

SANTOS, Fernanda Souza dos; DUARTE, Maria Luisa. Relação entre a pandemia da COVID-19 e os resultados dos exames de lesão corporal e cautelares. O antes e o durante. **Perspectivas**, São Paulo, v. 8, e230305, 2023.

SENA, Emanuela Bachetti. O Impacto da Pandemia da COVID-19 nos procedimentos eletivos do Sistema Único de Saúde no Município de Maringá-PR. **Revista Científica SMG**, Maringá, v. 10, n. 1, 2022.

ARTIGO

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

SILVA, Maxbel Oliveira da; DUARTE, Maria Luisa. Relação entre a pandemia da COVID-19 e os resultados de mortes de causas externas – o antes e o durante. **Perspectivas**, São Paulo, v. 7, e230101, 2022.

SOUSA, Ildenir Nascimento; SANTOS, Fernanda Campos dos; ANTONIETTI, Camila Cristine. Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia COVID-19: Revisão integrativa. **Revisa, Valparaíso**, v. 10, n. 1, p. 51-60, 2021.

SOUZA, Lídia de Jesus; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 144, p. 213-232, 2022.

SUNDE, Rosario Martinho; SUNDE, Lucildina Muzuri Conferso; ESTEVES, Larissa Fenalte. Femicídio durante a pandemia da COVID-19. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 32, n. 1, p. 55-73, 2021.

Impacto do isolamento social e da pandemia gerada pelo coronavírus (COVID – 19) nos atendimentos do Instituto de Medicina Legal de Petrolina/PE

Júlio César Eugênio Pereira Freire, Reginaldo Inojosa Carneiro Campello, Adriana Conrado de Almeida, José Miguel Francisco Da Silva Souza, Arthur Vieira de Mello Silva, Marcela Vasconcelos Montenegro, Taglyanna Renata Da Silva Sá e Izabella Carvalho de Oliveira

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

REGISTROS DE CRIMES DE ÓDIO NO ESTADO DE GOIÁS DE 2017 A 2022

BRENDA CAPINÃ BOTELHO COSTA¹

Mestra em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. Especialista em Direito Público pela Faculdade Baiana de Direito. Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia.

País: Brasil **Estado:** Bahia **Cidade:** Salvador

Email: brendacapinan@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0471-2326>

ANGELITA PEREIRA DE LIMA

Professora Associada da UFG, Faculdade de Informação e Comunicação e integra o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo, mestre em Educação Brasileira e doutora em Geografia. Realiza Pesquisas sobre questões de gênero relacionadas às mulheres, suas interações na sociedade, na política, nos meios de comunicação e no Estado, com destaque sobre violências contra as mulheres.

País: Brasil **Estado:** Goiás **Cidade:** Goiânia

Email: angelita_lima@ufg.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1175-8162>

ELSON SANTOS SILVA

Possui graduação em Estudos Sociais - Hab. específica em História, especialista em Culturas Negras no Atlântico, especialista em História Social, mestre e doutor em Ciências do Ambiente. Atualmente é chefe da divisão de capacitação (DVCAP/CODEP/DIDES) no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (@ipeaoficial). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (@direitoshumanosufg), atuando e orientando em níveis de mestrado e doutorado nos temas Educação em Direitos Humanos, Inovação no Ensino, Educação Socioemocional e Alternativas aos Sistemas Educacionais. É consultor do Hub de Educação e Emoções Emosciência (@emosciencia).

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

Email: elson.silva@ipea.gov.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0753-7180>

Contribuições dos(as) autores(as): Brenda liderou a concepção e delineamento do estudo em sua dissertação de mestrado, realizou a coleta de dados, incluindo autorizações e aproximações com entidades e protagonistas responsáveis, analisou e interpretou os dados coletados, redigiu o manuscrito com base em sua pesquisa e foi responsável pela versão final de sua dissertação. Angelita orientou a definição dos escopos de atuação e do recorte científico, indicou leituras propedêuticas e propositivas, contribuindo para a interpretação dos dados, forneceu direcionamentos éticos e metodológicos que influenciaram a redação e participou da aprovação da versão final do trabalho. Elson colaborou com a revisão científica, aprimorando a coerência argumentativa e densidade conceitual, atuou na revisão de copidesque, melhorando a clareza e precisão do texto e contribuiu para a aprovação da versão final do manuscrito.

¹ A realização desta pesquisa e a análise detalhada sobre o processo de criação do Grupo Especializado no Atendimento à Vítima de Crimes Raciais e de Intolerância (GEACRI) em Goiás, desde março de 2024, Delegacia Especializada, só foram possíveis graças à colaboração e apoio de diversas pessoas e entidades. É essencial reconhecer o papel central dos movimentos sociais e ativistas como Ângela Café, Beth Fernandes, Fabrício Rosa, Iêda Leal de Souza e Marco Aurélio de Oliveira, cujas lutas históricas e contribuições práticas foram decisivas para a viabilização do GEACRI/DEACRI. Esses militantes não apenas pautaram a necessidade dessa política por mais de duas décadas, mas também participaram ativamente de sua implementação e aprimoramento. Agradecimentos também são devidos às autoridades da Polícia Civil de Goiás, como Alexandre Pinto Lourenço (Delegado-Geral), Daniel Felipe Diniz Adorni (Delegado Diretor da Escola Superior da Polícia Civil) e Joaquim Adorno (Delegado Titular do GEACRI), que lideraram iniciativas internas e permitiram que a criação do grupo se tornasse realidade. A Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás desempenhou um papel crucial ao fornecer dados e apoiar a estruturação da pesquisa, demonstrando abertura para o diálogo e o avanço das políticas públicas baseadas em direitos humanos. Além disso, o suporte acadêmico da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos foi fundamental. Por fim, é indispensável reconhecer as entidades representativas e os coletivos de populações negras, LGBTQIAP+, imigrantes e praticantes de religiões de matriz africana, que participaram deste processo e fortaleceram a rede de apoio necessária para enfrentar os desafios impostos pela discriminação e pelos crimes de ódio. A soma dessas colaborações reflete o poder do diálogo intersetorial na construção de políticas públicas transformadoras.

Data de Recebimento: 23/06/2023 – **Data de Aprovação:** 08/05/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1948

RESUMO

Esta pesquisa busca apresentar os dados sobre crimes de ódio no estado de Goiás referentes aos anos de 2017 a 2022. De início, são discutidas as dificuldades identificadas para a produção de dados sobre esses delitos. Em seguida, é apresentado o contexto local do estado e delimitadas as categorias relevantes para a pesquisa, quais sejam, raça, etnia, nacionalidade, orientação sexual e identidade de gênero. Estas foram selecionadas com base na Portaria nº 323, da Polícia Civil do Estado de Goiás, que fixou as competências do Grupo Especializado no Atendimento à Vítima de Crimes Raciais e de Intolerância (Geacri) para a apuração e repressão de delitos motivados por racismo, xenofobia, LGBTfobia e intolerância religiosa. Por fim, são apresentados os dados obtidos, em análise que demonstra a importância dessa ação de segurança pública para que se melhor vislumbrasse a vitimização por crimes de ódio no estado.

Palavras-chave: Crimes de ódio. Racismo. Xenofobia. LGBTfobia. Intolerância religiosa.

HATE CRIME RECORDS IN THE STATE OF GOIÁS FROM 2017 TO 2022

ABSTRACT

In this research, we sought to present data on hate crimes in the state of Goiás for the years 2017 to 2022. Initially, the difficulties identified to produce data on these crimes were discussed. Then, the local context of the state was presented and the relevant categories for research were delimited, namely, race, ethnicity, nationality, sexual orientation, and gender identity. These were selected based on Ordinance No. 323 of the Civil Police of the State of Goiás, which established the competences of the Specialized Group in Assistance to Victims of Racial Crimes and Intolerance - GEACRI - for the investigation and repression of crimes motivated by racism, xenophobia, LGBTphobia and religious intolerance. Finally, the data obtained were presented, in an analysis that demonstrated the importance of this public security action to better visualize victimization by hate crimes in the state.

Keywords: Hate crimes. Racism. Xenophobia. LGBTphobia. Religious intolerance.

INTRODUÇÃO

Existem variados conceitos de crimes de ódio e, muitas vezes, disparidades no âmbito das legislações internas de cada país. Mesmo nações anglo-saxônicas, como o Reino Unido e os Estados Unidos, nas quais o tema foi inicialmente suscitado, há dificuldades na produção de dados sobre esse assunto. No caso americano, como cada estado tem a sua própria legislação penal e grupos específicos de proteção, é praticamente impossível obter, com precisão, dados sobre o real quantitativo de ocorrências referentes a crimes de ódio, que acabam sendo subnotificados (Pezzella; Fetzer, 2021).

Essas práticas delituosas são um instrumento potente de intimidação e controle que mobiliza de maneira dinâmica atores, estruturas e agências. Por isso, não se pode imaginar que ocorram em um “vácuo social”

(Perry, 2001, p. 14), pelo contrário, elas surgem em meio a uma rede composta por normas legitimadoras, suposições, comportamentos, arranjos institucionais e políticas que se prestam a reforçar hierarquias, as quais constituem e são constituídas pela sociedade em que se inserem, legitimando práticas de intimidação contra grupos já estigmatizados e marginalizados. Diante disso, Perry adota o seguinte conceito de crime de ódio ou, como também chama, etnoviolência (*ethnoviolence*):

Como tal, é um mecanismo de poder e opressão, destinado a reafirmar as hierarquias precárias que caracterizam uma dada ordem social. Tenta recriar simultaneamente a hegemonia ameaçada (de forma real ou imaginária) do grupo do perpetrador e a identidade subordinada “apropriada” do grupo da vítima. É um meio de marcar tanto o Eu como o Outro de modo a restabelecer as suas posições relativas “apropriadas”, tal como dadas e reproduzidas por ideologias e padrões de desigualdade social e política mais amplos (Perry, 2001, p. 10, tradução nossa²).

Segundo a autora, acepções sociológicas de crimes de ódio guardam diferenças com definições jurídicas, já que estas últimas tendem a ser mais restritas. De acordo com a *Organization for Security and Co-Operation in Europe* (OSCE, s.d.), crimes de ódio são delitos tipificados de acordo com a legislação de cada país, cuja motivação se funda em preconceito contra determinados grupos de pessoas. Essas práticas podem ser direcionadas a um indivíduo ou a uma propriedade com a intenção de hostilizar e inferiorizar determinadas identidades.

Como se pode ver, trata-se de uma definição ampla, diante da qual o pesquisador ou pesquisadora pode ter dificuldades de operar, na tentativa de obter dados sobre crimes de ódio em um determinado local e período. Com isto em mente, serão apresentados os dados obtidos sobre os registros de crimes de ódio realizados no estado de Goiás de 2017 a 2022.

DIFICULDADES NA PRODUÇÃO DE DADOS SOBRE CRIMES DE ÓDIO

Perry (2001) assevera que, para os pesquisadores das ciências sociais, os dados acerca dos crimes de ódio não devem ser considerados como um indicativo quantitativo quanto à magnitude do problema, mas, sim, como uma apresentação dos contornos desse. As práticas de violências motivadas por preconceito são um fenômeno amplamente verificado em distintas sociedades e períodos históricos. Assim, consoante explica a autora, importa menos saber sobre o seu aumento ou diminuição, do que traçar um panorama no tocante à dinâmica que permeia os processos de ofensa e de vitimização. Dessa forma, ainda que seja importante consultar dados oficiais acerca dos registros de ocorrência de crimes de ódio, é preciso ter em mente que esses crimes apresentam deficiências significativas.

Cumprido salientar que muitas vítimas sequer realizam o registro dessas ocorrências em delegacia. Pezzella e Fetzer (2021) explicitam que as razões para que os ofendidos não notifiquem as autoridades podem variar entre os distintos grupos vitimados por preconceito. Segundo os autores, em análise de dados do *Bureau of Justice Assistance* (BJA), nos EUA, foi possível verificar que diferenças culturais geram variações

² Do original: “As such, it is a mechanism of power and oppression, intended to reaffirm the precarious hierarchies that characterize a given social order. It attempts to re-create simultaneously the threatened (real or imagined) hegemony of the perpetrator’s group and the ‘appropriate’ subordinate identity of the victim’s group. It is a means of marking both the Self and the Other in such a way as to reestablish their ‘proper’ relative positions, as given and reproduced by broader ideologies and patterns of social and political inequality” (Perry, 2001, p. 10).

nos níveis de notificações. Para culturas asiáticas, ser vítima de um crime de ódio carrega um estigma de desonra e de vergonha para os familiares. Já para imigrantes, pode haver barreiras linguísticas ou medo das instituições estatais, seja por prévia experiência em seus países de origem ou por repressão do país em que se encontram. O medo de retaliação e a falta de percepção de que sofreram um crime de ódio foi associado a vítimas possuidoras de deficiência. Quanto à comunidade LGBTQIAP+, foram apontadas como causas inibidoras do registro de ocorrência: o temor de terem sua sexualidade ou identidade de gênero expostas contra a sua vontade, a possibilidade de revitimização ou indiferença por parte da polícia.

As relações entre a polícia e grupos consideravelmente atingidos por crimes de ódio, como pessoas negras, imigrantes, LGBTQIAP+ e minorias religiosas, são historicamente marcadas por tensões. No Brasil, há décadas o movimento negro aponta a existência de um “genocídio” da juventude negra, promovido pelo Estado, especialmente pelo seu braço policial. O termo em comento foi utilizado por Abdias do Nascimento para se referir às políticas de imigração voltadas ao embranquecimento do povo brasileiro, bem como à miscigenação muitas vezes pautada na exploração sexual da mulher negra (Nascimento, 2016). Diz respeito, portanto, a políticas de Estado, tanto no sentido de incentivar quanto de tolerar comportamentos que atingem, desproporcionalmente, a população negra, que evidenciam e fortificam o racismo estrutural de nossa sociedade marcada pelo passado escravista.

Especialmente quanto à atuação da polícia, isso se evidencia por dados como aqueles coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública relativos ao ano de 2021, segundo os quais, ainda que tenha havido queda na letalidade policial, prevalece a vitimização de homens, pretos, partos, adolescentes e jovens de maneira desproporcional em relação à população branca (FBSP, 2022). Em relação ao contexto norte-americano, Pezzella, Fetzer e Keller (2019) destacam que a erupção de momentos críticos nas lutas por direitos de minorias tem ocorrido após atos de brutalidade por parte de policiais, como ocorreu com a emergência do movimento *Black Lives Matter*³ e a revolta de *Stonewall*⁴. Por conseguinte, há uma falta de confiança na legitimidade da polícia que reflete na opção da vítima em não registrar um crime de ódio.

Os burocratas de nível de rua trabalham em interação com os usuários das políticas, com amplo escopo de discricionariedade na distribuição de benefícios e aplicação de sanções; são, por exemplo, policiais e servidores da justiça. Os burocratas de nível de rua podem, então, acabar misturando suas crenças pessoais com o trabalho por eles realizado e, como consequência disso, existe a possibilidade de haver distorções no ideal originalmente pensado para uma política pública, cujas consequências podem ser o total afastamento do usuário do serviço ou falhas no registro de dados acurados sobre o funcionamento deste. Ainda que, em nível institucional, possa haver iniciativas para o combate e a repressão a crimes de ódio, o papel do agente que inicialmente lida com o caso é crucial, seja para que a vítima se sinta à vontade de procurar a autoridade policial, seja para que o registro da conduta criminosa possa ser feito adequadamente (Lipsky, 2010).

3 O movimento *Black Lives Matter* teve início nos Estados Unidos, após a morte de Trayvon Martin, um jovem de 17 (dezessete) anos que foi baleado por um policial branco em 2012. No período de cerca de uma década, vários casos de jovens negros mortos em ações dessa natureza causaram comoção social (Pezzella; Fetzer; Keller, 2019). Porém, no ano de 2020, após a filmagem do assassinato de George Floyd por meio de asfixia durante uma abordagem policial houve início a uma série de protestos naquele país, o que suscitou a discussão da questão da letalidade policial em face de pessoas negras em âmbito mundial, especialmente no que tange à punição dos envolvidos. Em 2022, o policial Derek Chauvin, que assassinou George Floyd, foi condenado a vinte e dois anos de prisão, onde foi assassinado no ano de 2023.

4 O evento conhecido como a Revolta de Stonewall ocorreu em Nova York, no ano de 1969, em decorrência do constante assédio promovido pela polícia no Stonewall Inn, bar frequentado pela comunidade LGBTQIAP+. Segundo Pezzella, Fetzer e Keller (2019), o incidente foi o evento mais importante para a deflagração da discussão sobre os direitos da população LGBTQIAP+ no contexto norte-americano e, ainda que tenha ocorrido há décadas, evidencia as tensões que ainda persistem entre esse grupo e as forças policiais.

Assim, não bastassem os fatores que dificultam a decisão da vítima de fazer o registro de um crime motivado por preconceito, mesmo que essa o faça, ainda existe o problema da equivocada classificação do delito, que pode ser feita tanto pela polícia quanto pelos órgãos responsáveis pelo oferecimento da denúncia. No caso do Brasil, a denúncia é oferecida pelo Ministério Público e pode ou não ser aceita pelo juiz, e somente a partir do recebimento é que se considera iniciado o processo criminal. Em cada estado brasileiro, a ocorrência pode passar por pelo menos três sistemas diferentes: o da delegacia (vinculado à Secretaria Estadual de Segurança Pública), o do Ministério Público e o do Judiciário. Além disso, há distintos sistemas em uso por cada um desses órgãos, nos diferentes estados. Atualmente, o boletim mais importante sobre a ocorrência de crimes no Brasil é o *Atlas da Violência*, lançado anualmente pelo Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o qual ainda não possui levantamento específico sobre crimes de ódio.

Alguns países como o Reino Unido e os Estados Unidos vão além da coleta de dados sobre crimes nas estatísticas dos registros de ocorrência e realizam grandes pesquisas de abrangência nacional (*British Crime Survey* e *National Crime Victimization Survey*, respectivamente) para tentar alcançar um panorama melhor sobre a vitimização. Em ambas as nações, há uma imensa variação na contabilização de crimes de ódio a depender da fonte adotada. De acordo com Pezzella e Fetzer (2021), os dados coletados pelo FBI, a partir dos registros feitos pela polícia, têm pouca utilidade no estudo dos crimes de ódio, salvo para evidenciar a sua subnotificação, em comparação com os dados obtidos mediante *survey*. Os autores ainda criticam o fato de que a maioria das agências policiais não apresentam estatísticas sobre esses crimes, sem qualquer aplicação de punição para a falta, e das que o fazem, 90% (noventa por cento) reportam zero crimes motivados por preconceito. Em decorrência disso, os *surveys* preenchidos pelas próprias vítimas, independentemente se estas foram ou não até a polícia ou o órgão oficial, possuem maior capacidade de medir os crimes de ódio efetivamente ocorridos.

Ainda que, consoante Giannasi (2015), a percepção da vítima e das pessoas as quais testemunharam o crime seja o fator determinante para o registro de um crime de ódio – mesmo em sede de delegacia –, não há como negar que, diante de um *survey*, essa adquire ainda maior relevância. Contudo, como os crimes de ódio são fenômenos com muitas nuances, nem sempre o ofendido percebe que foi submetido a um processo de vitimização. Em razão disso, a participação de movimentos sociais e organizações do terceiro setor é importantíssima, seja para lançar luz sobre o tema da violência contra grupos vulneráveis, para servir de rede de apoio para a comunidade ou para coletar dados sobre a vitimização. Nesse sentido, compete à polícia estabelecer não somente uma boa relação com esses grupos, mas, também, estratégias de cooperação.

Outro ponto de dificuldade diz respeito à correta catalogação dessas ocorrências. Pezzella e Fetzer (2021) explicam que, na produção de dados sobre crimes de ódio, é importante distinguir categorias de preconceito e tipos de preconceito. As primeiras são mais gerais e nelas podem ser incluídos aspectos como raça, etnia, religião, orientação sexual, entre outros, cada uma delas representando uma variável que é composta por atributos mais específicos, estes últimos que são os tipos de preconceito. Dessa forma, se o agente ativo de um crime de ódio o pratica motivado por preconceito contra mulheres, a categoria em que esse ato se insere é o gênero. Ou se o crime se insere na categoria de motivação preconceituosa de religião, pode ser um ato antissemita ou contra mulçumanos, por exemplo. É preciso notar que, com a identificação dos tipos de preconceito, é possível vislumbrar, dentro de uma categoria, os grupos específicos que estão sendo alvo desses delitos. Consequentemente, a seleção de uma ou mais categorias é o passo inicial para qualquer pesquisa que trate sobre crimes de ódio, e os tipos de preconceito tendem a se revelar quando da análise dos dados. Em países que possuem legislações específicas sobre crimes de

ódio, a seleção das categorias, bem como o entendimento acerca do que cada uma delas significa, acaba sendo prevista nos textos legais ou em outros normativos que os complementam⁵.

Ademais, cumpre salientar que múltiplos preconceitos podem estar intrincados na motivação do delinquente para a prática de um crime de ódio. Tendo em vista que a identidade de uma pessoa pode ser definida por diversas características, como raça, religião, orientação sexual e identidade de gênero, também é possível que essa pessoa seja alvo de um crime de discriminação em razão de um ou mais desses caracteres, além disso, em um mesmo ato, o criminoso pode vitimar sujeitos pertencentes a grupos subalternos variados, ciente dessas distinções e ainda assim motivado por preconceito em relação a todas elas. É possível cogitar, também, que um crime se enquadre dentro de uma mesma categoria, mas que possua tipos específicos de alvos: exemplo, um ato que vitimiza gays e lésbicas está inserido na categoria de preconceito em razão de orientação sexual, mas, se o intento for direcionado a cada uma das vítimas, o viés é diferenciado (Pezzella; Fetzer, 2021).

As possibilidades fáticas de se vislumbrar um crime de ódio múltiplo se dá em razão dos múltiplos intercruzamentos de opressões que se verificam na vida prática. Essas intersecções criam vulnerabilidades particulares, destacadas por Crenshaw (2002), a quem é creditada a cunhagem do termo interseccionalidade⁶. As análises que obscurecem as experiências de grupos que sofrem opressões intercruzadas podem incorrer em uma superinclusão ou uma subinclusão. O primeiro tipo de mácula corresponde a vincular um problema que atinge desproporcionalmente um subgrupo e considerá-lo como uma questão do grupo inteiro – para esse caso, a autora dá o exemplo do tráfico de mulheres que, embora afete muito mais mulheres racializadas ou submetidas a outros processos de subordinação, é visto, principalmente, como um problema geral das mulheres, como se todas fossem um coletivo homogêneo. O segundo diz respeito às situações em que um subgrupo sofre uma opressão, mas, em razão desta não estar associada à imagem dominante daquela categoria, é invisibilizada e desconsiderada – é o exemplo da esterilização de mulheres racializadas, que acaba não entrando na pauta dos movimentos antirracistas ou feministas.

Especificamente no que concerne aos crimes de ódio, Pezzella e Fetzer (2021) e Perry (2001) destacam a importância da interseccionalidade como ferramenta analítica para a investigação em torno dos dados dessas ocorrências. Isso porque a abordagem feita até então a esse tipo de problemática tem sido marcada por uma exagerada simplificação da experiência da vítima que acaba não levando em conta a realidade desta. Não se pode, entretanto, propor uma análise indiscriminada dessa ferramenta, já que não se demonstra possível pensar em uma política pública que envolva crimes de ódio de maneira que essa daria conta da complexidade de cada experiência particular de opressão. Diante desse desafio, é preciso que o próprio treinamento dos burocratas que irão lidar com as vítimas tenha atenção à interseccionalidade, para que, no momento do registro, esses possam identificar satisfatoriamente, diante do contexto, quais foram os intercruzamentos de preconceitos predominantes para o crime. Dessa forma, a aplicação da interseccionalidade desde as bases de uma política voltada a lidar com crimes de ódio é importante para a produção de dados fidedignos sobre o problema e para o próprio atendimento à vítima, que deve ser acolhida no todo da sua identidade.

5 Pezzella e Fetzer (2021) utilizam o documento produzido pelo FBI intitulado *Hate Crime Data Collection Guidelines and Training Manual*, que apresenta definições das seguintes categorias de motivação preconceituosa: raça, etnia, religião, orientação sexual, deficiência gênero e identidade de gênero.

6 Antes da formulação do termo interseccionalidade, teóricas oriundas do feminismo negro já pontuavam a cumulação dos processos de exclusão aos quais eram submetidas as mulheres negras. Nos Estados Unidos, Angela Davis (2016) assinalou que o gênero das mulheres negras era desconsiderado quando estas eram forçadas a trabalhar nas lavouras, no entanto, para fins de punição, elas eram vitimadas por meio de violências sexuais que reforçavam o seu local de subordinação em razão do sexo feminino; aspectos estes de suas vivências que não poderiam ser compreendidos pelas feministas brancas. No Brasil, Lélia Gonzalez (2020), conforme já mencionado neste trabalho, destacou a tripla opressão enfrentada pelas mulheres negras neste país, cujos papéis que lhes são atribuídos, de doméstica ou de mulata, reforçam processos históricos de inferiorização. Também em atenção à sociedade brasileira, Sueli Carneiro (2003) apontou a necessidade de enegrecer o feminismo para que possa integrar expressões de gênero multirraciais e pluriculturais.

No contexto do Brasil, no entanto, pensar em aplicação da interseccionalidade para a análise se torna praticamente impossível, haja vista a existência de problemas anteriores, os quais correspondem à dificuldade de estabelecer um conceito operável e à ausência de dados oficiais que permitam dimensionar a real situação desses eventos. Isso porque inexistem políticas oficiais voltada ao levantamento de registros dessas ocorrências, muito menos um *survey* de abrangência nacional sobre vitimização.

No que diz respeito ao primeiro obstáculo para que o pesquisador ou pesquisadora possa trabalhar com os crimes de ódio em território nacional, é preciso, primeiramente, selecionar as categorias de discriminação – raça, classe, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, nacionalidade, entre outras – que serão consideradas em sua pesquisa. De nossa parte, resta sugerido que as categorias a serem consideradas pelo pesquisador ou pesquisadora sejam selecionadas a partir do objeto desta. O objeto é um aspecto da realidade sobre o qual se faz uma pergunta, seja para descrevê-lo, explorá-lo ou comprovar hipóteses pela via experimental (Fonseca, 2002). Assim, uma vez bem delimitado o objeto e a pergunta, será possível selecionar as categorias relativas aos crimes de ódio, as quais servirão ao cumprimento do objetivo da pesquisa.

Após estabelecido o que se está pesquisando, é preciso situar-lhe onde e quando, com a fixação de um recorte espacial para a compreensão do que se busca entender, bem como o lapso temporal relevante para a construção desse entendimento sobre o fato. Em se tratando de crimes de ódio, quanto mais categorias de motivação preconceituosa forem consideradas, maior será a dificuldade de lidar com recortes temporais e espaciais mais amplos.

Vejamos o exemplo dos já mencionados *surveys* aplicados por governos que buscam levantar dados sobre a ocorrência de crimes nesses países, mesmo que as vítimas não tenham feito registro em delegacias. No contexto dos Estados Unidos, o *National Crime Victimization Survey* (NCVS) é aplicado desde 1973 pelo *Bureau of Justice Statistics* (BJS). As pessoas são entrevistadas para que possam relatar se foram vítimas de algum crime nos últimos seis meses, e, sendo este o caso, fornecerem informações sobre o ato criminoso e suas consequências. Isto permite que seja possível dimensionar os delitos não fatais de forma independente dos registros feitos pelas policiais e, assim, saber sobre ocorrências não notificadas e valorizar a percepção das vítimas, livre de filtros burocráticos que acabam por influenciar os registros oficiais (Langton; Planty; Lynch, 2017; Langton; Masucci, 2017).

Além disso, cumpre observar que, em razão do longo tempo de aplicação do NCVS, o questionário proposto aos entrevistados já passou por vários refinamentos e alterações na busca por melhor entender não somente os crimes praticados, mas também os impactos desses (Langton; Planty; Lynch, 2017). Há uma sessão do *survey* específica para a coleta de informações sobre crimes de ódio que são classificados como delitos, os quais “[...] manifestam evidência de preconceito de raça, gênero ou identidade de gênero, religião, deficiência, orientação sexual ou etnia” (Langton; Masucci, 2017, p. 1, tradução nossa⁷). Dessa forma, ainda que deva ser observada a realidade local para pesquisas que envolvam crimes de ódio, a análise do NCVS pode oferecer uma base especialmente para a formulação de *surveys* sobre o tema.

De início, é preciso que os respondentes forneçam informações sobre suas características socioeconômicas. Isto porque, assim, é possível identificar se esses fatores têm impacto na vitimização dos sujeitos e, a partir disso, delimitar quais grupos estão sendo alvos de determinadas práticas criminosas. No NCVS, além dos dados fornecidos pelos respondentes acerca de si próprios (como raça, sexo, origem, idade, estado

7 Do original: “[...] crimes that manifest evidence of prejudice based on race, gender or gender identity, religion, disability, sexual orientation, or ethnicity”.

civil e outros), também são perguntadas as percepções do entrevistado sobre aspectos relacionados à polícia e à segurança pública em sua comunidade. Essas perguntas também estão situadas no começo do formulário para que sejam respondidas tanto por pessoas que foram vitimadas por um crime como por aquelas que não o foram. Dessa maneira, é possível ter um panorama melhor sobre o contexto em que os delitos se inserem e incentivar a participação de respondentes (Langton; Planty; Lynch, 2017).

Outros pontos que podem ser explorados nesse tipo de questionário, especialmente por aqueles ministrados por órgãos governamentais, são perguntas relacionadas aos motivos que levaram o ofendido vitimado a optar por não realizar o registro de ocorrência junto à polícia. Tendo em vista que essas pessoas não procuraram as autoridades, essa é uma forma de obter o *rapport* acerca da percepção desses indivíduos a respeito dos órgãos de segurança pública e, a partir disso, formular estratégias para promover a necessária aproximação entre a polícia e a vítima, bem como fornecer-lhe apoio diante da violência sofrida (Langton; Planty; Lynch, 2017).

Caso o respondente tenha sido sujeito passivo de um crime ocorrido nos Estados Unidos (evidenciada a necessidade de restringir a abrangência local do *survey*), é perguntado, dentre outros aspectos, se esse acredita que o ato do ofensor foi motivado por preconceito. Nesse cenário, para que um delito possa ser enquadrado como crime de ódio, é fundamental a percepção da vítima acerca dos motivos do ato criminoso. Sendo esse o caso, a pessoa entrevistada aponta qual foi a categoria relevante para o ataque, podendo indicar mais de uma, como raça e identidade de gênero, por exemplo, ou mesmo todas. Esses são os casos em que há múltiplos preconceitos e cuja análise se beneficia de um olhar interseccional, que mencionamos anteriormente. Também são incluídas categorias para identificar se o indivíduo ofendido foi vitimado por associação – porque estava com pessoas de determinado grupo – ou por percepção do ofensor – o qual achou que a vítima fazia parte de um determinado grupo, mesmo que essa não fizesse (Pezzella; Fetzer, 2021).

Para corroborar a visão da vítima sobre a motivação do delito, é importante que sejam colhidas informações sobre o modo de agir do criminoso. Por conseguinte, podem ser indicativos de ódio preconceituoso elementos como: uso de linguagem ofensiva, ter deixado símbolos no local ou na vítima (e.g. uma suástica, cruz em chamas etc.), a prática criminoso ter ocorrido durante ou próximo a um feriado, evento ou espaço associado a um determinado grupo (e.g. um templo religioso, a parada LGBTQIAP+ etc.). Outrossim, características do criminoso também podem ser um indicativo, como o fato desse já ter sido investigado ou condenado por outro crime de ódio (caso este seja conhecido da vítima), além da própria confirmação da polícia e de outras autoridades de que se trata de um delito dessa natureza (Pezzella; Fetzer, 2021; Langton; Masucci, 2017).

Além disso, como o regramento legal sobre crimes de ódio nos EUA é mormente constituído por uma agravante combinada com um crime específico, a mensuração dessas ocorrências perpassa a necessidade de verificar a quais desses delitos paralelos elas se vinculam, como estupro, dano, vandalismo, agressão, intimidação e outros previstos na legislação (Pezzella; Fetzer, 2021). O problema disso, no Brasil, é que não há uma sistematização legal acerca dos crimes motivados por preconceitos e, dessa forma, a limitação – ou não – dos tipos de delito que devem ser analisados pelo pesquisador ou pesquisadora irá depender do escopo do trabalho que se pretende desenvolver.

Há de ser observado, ademais, que no NCVS, para cada crime sofrido no período dos últimos seis meses, o entrevistado responde uma série de perguntas, tais como as acima mencionadas (Langton; Masucci, 2017). Consequentemente, há uma produção de dados em profundidade, relativos a um curto espaço de tempo, o que dificilmente seria possível em uma pesquisa com menos recursos.

Por fim, outro aspecto que merece atenção diz respeito ao fato de que os *surveys* respondidos pelas vítimas, como o NCVS, acabam somente por abranger informação sobre crimes não fatais (Pezzella; Fetzer, 2021). Isto posto, há o risco de serem invisibilizados os homicídios motivados por preconceito nesse tipo de levantamento. Por consequência, caso esses dados sejam relevantes para a pesquisa, é viável a inserção de questionamentos que investiguem se esse tipo de delito ocorreu tendo por vítimas pessoas inseridas nos ciclos sociais dos respondentes.

Como se pode observar, existem diversos aspectos a serem considerados na formulação de um *survey* sobre vitimização decorrente de crimes de ódio, com discussões que facilmente demandariam os dois anos de um curso de mestrado, por exemplo, somente para a construção do instrumento a ser aplicado, sem contar a aplicação e a análise dos dados. Diante disso, no Brasil, não foi identificado ainda um trabalho acadêmico dessa natureza. O que se observa são menções a dados secundários, divulgados por governos ou outras organizações.

No que diz respeito à ausência de dados oficiais, embora a sua superação total seja difícil, entendemos que esta amplia a necessidade de que sejam consultadas ou construídas outras fontes não-oficiais, como levantamentos realizados por ONGs, sem, contudo, deixar de solicitar dados às Secretarias de Segurança Pública dos estados. Ademais, é preciso compreender o contexto social em que essas práticas se inserem. Foram essas, portanto, as estratégias adotadas para que fosse possível apresentar um panorama sobre os crimes de ódio em Goiás.

CRIMES DE ÓDIO EM GOIÁS

A formação histórica do estado de Goiás está fortemente associada a fatores como as bandeiras e o coronelismo, ambos marcados pela violência, inicialmente aos indígenas – praticamente dizimados –, aos negros escravizados e, depois, ao povo sertanejo. A descoberta de ouro foi o que impulsionou a colonização mineradora da região no século XVIII e teve por consequência a construção de vilas, em um povoamento precário, instável, irregular e violento, típico de uma sociedade de garimpo. No entanto, ao final da febre aurífera, a pecuária marcou o século XIX e se mostrou a única alternativa viável no solo do sertão que, somente muito depois, foi utilizado, com emprego de novas técnicas, para a produção agrícola em larga escala (Assis, 2019).

Durante a República Velha, o coronelismo e a fixação de uma forte elite local, que até hoje é visível nas instâncias de poder, foram os aspectos mais destacáveis do período. Já em 1930, com o governo Vargas, foi empreendida a marcha para o Oeste, no intuito de integrar o território, de maneira que a construção de Goiânia, nova capital do estado, foi um símbolo dos ideais de modernização da época. A partir disso, com a aplicação desse modelo modernizador também no campo e a expansão da fronteira agrícola, a economia goiana passou não somente a se voltar para o abastecimento nacional, mas, principalmente, para o mercado externo (Assis, 2019).

Atualmente, Goiás possui 246 municípios e população de, aproximadamente, 7,2 milhões de pessoas. Goiânia permanece como capital do estado localizado na região Centro-Oeste e funciona como um núcleo polarizador de uma região Metropolitana de 2,5 milhões de habitantes, concentrando cerca de 40% do PIB do estado. Embora possua grandes indústrias, o setor de serviços é o mais importante para a economia local, que ocupa a nona posição no *ranking* nacional. Chama a atenção a renda *per capita* maior que R\$ 29 mil, cujo valor expressivo se deve mormente ao agronegócio e ao setor industrial (IMB, 2020). Todavia, cumpre observar a existência de grande desigualdade, de maneira que, em estudo feito pelo Programa

das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), Goiânia já figurou como a cidade mais desigual do país e a 10ª do mundo (Leite, 2010).

Neste trabalho, busca-se analisar os dados sobre crimes de ódio de forma situada no estado de Goiás. Assim, primeiramente, é preciso compreender quais categoriais foram consideradas nesse contexto, bem como suas reverberações locais e, depois, estabelecer o período que a análise dessas compreende.

A seleção das categorias foi orientada pela Portaria nº 323, da Polícia Civil do Estado de Goiás, que criou, no âmbito deste órgão, o Grupo Especializado no Atendimento à Víctima de Crimes Raciais e de Intolerância (Geacri), responsável por apurar e reprimir crimes motivados por racismo, xenofobia, LGBTfobia e intolerância religiosa. Diante disso, é possível considerar que existe, em Goiás, um ato normativo que explicita as categorias de motivação preconceituosa relevantes para os crimes de ódio ocorridos nesse estado: raça, etnia, nacionalidade, orientação sexual e identidade de gênero.

Nesse ponto, cumpre salientar que, embora os crimes motivados por questões de gênero, cuja expressão máxima se verifica com o feminicídio, também possam, muitas vezes, configurar-se em crimes de ódio, diante da necessidade de selecionar categorias que viabilizassem a realização do presente estudo, foi necessário deixar de incluí-los na presente análise. Além disso, cumpre observar que existe regramento legal específico sobre o tema, inclusive com a estruturação de órgãos específicos, como as Delegacias da Mulher (Deam), especialmente na Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, a qual difere, até mesmo em amplitude, da Lei nº 7.716/1989, Lei Caó, que prevê crimes resultados de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, bem como, de acordo com precedente fixado pelo Supremo Tribunal Federal⁸, delitos de preconceito com base em gênero e orientação sexual. Essa divisão, como se poderá ver a seguir, quando da análise dos dados produzidos sobre o tema, não é estanque e é preciso ter em mente que, em uma sociedade patriarcal, a violência de gênero se encontra intrincada com violações aos direitos das mulheres, vistas de forma múltipla, e de distintos grupos minoritários.

Feitas tais considerações sobre as categorias estabelecidas, é preciso lhes situar. No estado de Goiás, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, no ano de 2015, 52,40% da população se autodeclarou parda; 39,14%, branca; 7,82%, preta; 0,44%, amarela; e 0,20%, indígena. Comparado com o cenário do Brasil como um todo, embora o número de pretos e pardos seja levemente superior à média nacional (53,62%), o número de pretos é menor (8,58%) e o de pardos é maior (45,5%) (IMB, 2015).

Alguns indicadores são relevantes para aferição de desigualdade racial, por exemplo a diferença entre remunerações. Em Goiás, os brancos possuem a maior média salarial, enquanto pretos e pardos possuem as menores. O primeiro grupo recebe, em média, R\$ 1.911,93 (um mil novecentos e onze reais e noventa e três centavos), já os pardos auferem, em média, R\$ 1.565,83 (um mil quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos) e os pretos, R\$ 1.498,69 (um mil quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos). Ademais, pretos e pardos possuem média de alfabetização inferior à das outras raças no estado; e em termos de representação na Assembleia Legislativa, das 41 vagas, 34 são ocupadas por parlamentares que se autodeclararam brancos (IMB, 2015).

Em pesquisa sobre a história do Movimento Negro Unificado (MNU) em Goiás, Silva (2018) questionou os entrevistados sobre a compreensão destes sobre o racismo no estado, especialmente se havia diferença

8 No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, em 2019, o STF equiparou aos crimes de racismo as práticas discriminatórias contra a população LGBTQIAP+ fundadas em preconceito de orientação sexual e identidade de gênero.

em relação às expressões racistas do resto do país, ao que eles apontaram para a existência de uma certa unidade entre o nível local e o nacional, no sentido de haver um racismo camuflado e muitas vezes negado, já que se expressa no campo do não dito ou não assumido e na esfera da piada. Os militantes relatam, inclusive, vários processos de silenciamento, expressos em negações e minimizações das denúncias realizadas, bem como no apagamento da cultura e da religiosidade negras. Segundo a autora, essa invisibilização, por vezes, acaba dificultando o avanço de discussões, tal como ela observou no início da articulação do MNU no estado, cujo combate ao racismo, primeiramente, demandou o emprego de estratégias para demonstrar a existência do preconceito racial.

Outro ponto identificado foi a negação da negritude, também uma face cruel da forma silenciadora que o racismo opera em Goiás. Já que as mesmas famílias brancas exercem o poder no estado desde os períodos do coronelismo, a população busca se identificar com o que é entendido como valorizado, distanciando-se, portanto, do que vislumbra como menos importante. Assim, a população negra permanece fortemente associada ao trabalho braçal e doméstico, igualmente ou mais do que no resto do Brasil. Dessa maneira, menos pessoas tendem a se autodeclarar como pretas, bastando observar o grande percentual de pessoas que se dizem pardas no estado (Silva, 2018).

Não é incomum que o racismo se expresse por meio do preconceito religioso. No último censo, aproximadamente 5,2 milhões de pessoas no estado se autodeclararam como cristãs e, dentre estas, a maioria se disse católica. De acordo com Marinho (2021), a intolerância religiosa no Brasil se baseia na ideologia colonial, que colocou a cultura europeia como única, superior e civilizada. Em sua pesquisa, a autora analisa jornais de Goiás e identifica que a forma como as matérias são escritas atribui superioridade ao cristianismo, seja em âmbito moral ou intelectual – mesmo quando aparentemente se posicionam contra atos de intolerância –, cujos maiores alvos são as religiões afro-brasileiras. A seleção das vítimas desse tipo de discriminação não é aleatória, porquanto essas religiões são atacadas em razão justamente do racismo, que busca inferiorizar e agredir a cultura negra. Esse tipo de violência está inserido em vários setores da sociedade e, assim, é identificada mesmo na dicção jornalística, com a utilização de termos como “magia negra” e “feitiçaria”, associados a religiões afro-brasileiras.

Aguiar (2019) afirma que, no que diz respeito à situação dos imigrantes, desde os tempos do Brasil colônia, Goiás é marcado por relações migratórias, as quais, até a atualidade, transformam o tecido social do estado. Em 2018, os imigrantes correspondiam a 0,7% do total de sua população, embora não se saiba com precisão quantos são os refugiados e solicitantes de refúgio que se inserem nesse percentual de estrangeiros. Como a pesquisa da autora estava direcionada para esse último grupo, ela identificou o deferimento de pedidos de refúgio para sírios, libaneses, sudaneses, paquistaneses, afegãos, nigerianos e iraquianos. Não obstante tenham relatado dificuldades em entrevistas, das quais as principais foram a discriminação e a violência, os refugiados ainda possuem um olhar positivo sobre o Brasil em comparação com os seus países de origem. Por exemplo, no processo de criação do Grupo Especializado no Atendimento à Vítima de Crimes Raciais e de Intolerância (Geacri), marcado pela participação de representantes de vários segmentos vulnerabilizados, não compareceu nenhum representante dos imigrantes, o que pode ter raízes nessa percepção de melhora, mesmo diante de atos discriminatórios no Brasil, bem como à dificuldade de se articular ante a grande variedade interna desse grupo e barreiras como o idioma.

Em relação à realidade da população LGBTQIAP+ no estado, o processo de invisibilização já começa com a ausência de dados oficiais sobre esse grupo em Goiás e no Brasil como um todo, bastando observar que as categorias identidade de gênero e orientação sexual nunca foram incluídas em um censo nacional até

o presente momento. A primeira vez que o IBGE (2022) abarcou esse tipo de informação foi na “Pesquisa Nacional de Saúde: orientação sexual autoidentificada à população adulta”, realizada em 2019, para a qual 61 mil goianos se declararam gays, lésbicas, bissexuais ou outras orientações sexuais não heterossexuais, o que corresponde a somente 1,2% da população do estado, dos quais 30% residiam na capital. Isso fez com que Goiás fosse o terceiro estado com menor número de pessoas não heterossexuais no país. Não foi incluída a categoria identidade de gênero.

Mello *et al.* (2017), em estudo sobre o movimento LGBT local, explicam que o primeiro grupo de ativistas pelos direitos dessa população foi fundado nos anos 1990, no contexto do combate ao HIV, mas que, depois, houve várias cisões internas e fundações de coletivos na capital e no interior. Os pesquisadores indagaram os entrevistados sobre as condições de vida dessa população em Goiás e concluíram:

Um dos temas mais presentes nas falas dos/as entrevistados/as acerca das condições de vida para a população LGBT em Goiás é a questão do preconceito, da falta de autonomia e de liberdade para expressão de afetos em público, da ausência de leis que regulem a questão da homofobia, tanto nacional quando localmente, e da relativa carência de espaços para o lazer e a sociabilidade dessa população (Mello *et al.*, 2017, p. 5).

Os autores identificaram nas narrativas uma tendência de apontar um certo caráter provinciano do estado e de restrição de espaços de sociabilidade de lazer para a população LGBTQIAP+, já que ocorrem manifestações de preconceito, ainda que veladas, em locais de comércio, *shopping centers* e restaurantes. Além disso, a ocupação de determinados espaços públicos, como parques, associa-se a riscos de agressões físicas, verbais e patrimoniais por parte de particulares e da polícia. No entanto, os ativistas ouvidos demonstraram que suas mobilizações têm tido resultados positivos, mesmo que lentos, na melhora da condição de vida da população LGBTQIAP+ no estado.

Diante do exposto, ainda que não se tenha feito uma apresentação exaustiva do contexto, é possível depreender que, embora tenha suas particularidades, a realidade goiana no que concerne às categorias selecionadas como marcadores de crimes de ódio não é muito diferente da realidade nacional. Em entrevistas realizadas com os delegados participantes na criação do Geacri e com ativistas de movimentos sociais que compuseram coletivamente a construção dessa política, Costa (2023)⁹ identificou que, quanto à situação dos direitos humanos no estado de Goiás, os depoimentos dos delegados foram no sentido de que o cenário goiano não diverge do contexto brasileiro como um todo, ambos marcados por falta de compreensão e apropriação ideológica do tema, o que dificulta trabalhar com esses direitos, especialmente no campo de sua efetivação. No que diz respeito às falas de representantes dos movimentos sociais, os militantes apontaram que a situação dos direitos humanos em Goiás se assemelha a do resto do país, com destaque ao papel deplorável muitas vezes assumido pela polícia no sentido de perpetuar violências, seja por desconhecimento no momento de atender as pessoas vitimizadas, seja por descaso ou pela realização de atos abertamente preconceituosos e discriminatórios, configurados até mesmo como crimes de ódio.

Há, portanto, uma evidente falta de conhecimento e discussão sobre o tema, seja em Goiás ou no restante do país. A primeira iniciativa geral para a coleta de dados acerca desses delitos foi o “Mapa do ódio no Brasil” (Buarque; Cretton, 2019), publicado, em línguas inglesa e portuguesa, no ano de 2019, pela

9 Embora se pretenda discutir um pouco sobre o Geacri neste trabalho, especialmente no que tange aos seus impactos no registro de crimes de ódio em Goiás, para uma leitura mais aprofundada sobre o surgimento dessa política, os atores que participaram da sua efetivação e seus objetivos, ler “O processo de criação do grupo especializado no atendimento à vítima de crimes raciais e de intolerância – GEACRI – em Goiás à luz da abordagem cognitiva de políticas públicas e dos direitos humanos” (Costa, 2023).

organização não governamental (ONG) britânica *Words Heal the World*. De início, os autores apontam que o termo crimes de ódio ainda não se encontra difundido nacionalmente, bem como que, embora por muito tempo tenha sido construída a imagem de um Brasil cordial e tolerante, a realidade é marcada pela disseminação do ódio, haja vista o passado colonial e escravista, períodos de ditaduras e influências do avanço do discurso conservador e preconceituoso que ganha azo não só aqui, como também em vários países do mundo. Outro fator é apontado pelos pesquisadores para a ausência da ampla percepção dos crimes fundados em preconceitos como um problema digno de atenção na esfera pública brasileira: o país enfrenta altos níveis de violência urbana, vide altas taxas de homicídio e disputas entre facções criminosas amplamente destacadas pela mídia (Buarque; Cretton, 2019).

Conforme exposto no Mapa do Ódio, para o combate dessas práticas, seria crucial a criação de um esquema de monitoramento unificado para todo o país, com informações aptas a permitirem a identificação de padrões comportamentais e geográficos. No entanto, considerando que esse sistema não existe e que cada estado coleta dados de uma forma, alternativas tiveram que ser pensadas para o levantamento de dados realizado. O primeiro passo consistiu em estabelecer uma definição de crimes de ódio a ser utilizada. A pesquisa considerou que a Lei nº 7.716/1989 teria definido os crimes de ódio no Brasil como aqueles motivados por discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Além disso, foram incluídas as categoriais de gênero e identidade de gênero, conforme posicionamento exarado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, bem como coletados dados sobre os crimes de feminicídio.

Nesse ponto, cumpre salientar que, diferente do quanto relatado no documento mencionado, o Brasil não possui uma legislação definidora de crimes de ódio. Embora a Lei nº 7.716/1989 tipifique condutas que podem ser enquadradas nessa categoria, os grupos mencionados em seu início são protegidos especificamente nos termos dos delitos previstos nessa legislação penal específica. Não se trata, portanto, de uma cláusula geral. Ademais, existem outros grupos e crimes previstos em diversas normas produzidas no âmbito da legislação penal antidiscriminatória brasileira, como é o caso do feminicídio, do genocídio, da redução à condição análoga à de escravo por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem, além dos tipos penais previstos no Estatuto da Igualdade Racial, no Estatuto do Idoso, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, dentre outras leis. Desses outros crimes, é considerado no Mapa do Ódio apenas o feminicídio, o que evidencia as limitações do estudo.

Quanto às fontes utilizadas, Buarque e Cretton (2019) admitem a lacuna existente nos dados oficiais registrados pelas Secretarias de Segurança Pública e indicam ter pensado em uma alternativa para ampliar a coleta de informações. Também foram utilizados os dados disponibilizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos¹⁰, atualmente responsável pelo canal Disque 100, disponibilizado para que as pessoas possam entrar em contato em busca de ajuda e orientações caso se encontrem diante de uma violação de direitos humanos. Há, ademais, canais digitais, como o Clique 100 e o aplicativo Proteja Brasil. Já em relação às mulheres, existe a Central de Atendimento à Mulher (Disque 180). Embora tais dados também sejam oficiais, o registro tem um menor nível de formalidade e o objetivo principal dos programas do ministério é voltado para fornecer um apoio inicial às vítimas, não necessariamente para a instauração de um procedimento investigativo.

10 O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi criado em 2019, durante o governo Bolsonaro, e extinto no terceiro governo Lula. Em janeiro de 2023, foi instituído o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, além de novas pastas específicas, referentes aos Ministérios dos Povos Indígenas, das Mulheres e da Igualdade Racial.

No que concerne aos resultados obtidos pelo Mapa do Ódio, a análise dos dados registrados pelas polícias apontou a ocorrência, no ano de 2018, de 12.098 (doze mil e noventa e oito) crimes de ódio no Brasil, cuja maioria expressiva (70,47%) foi motivada por preconceito racial. De todos os estados brasileiros, apenas São Paulo possuía indicativos referentes a todas as categorias selecionadas na pesquisa. De outro lado, apenas um tipo de crime de ódio foi registrado nos 27 (vinte e sete) estados e no Distrito Federal: o feminicídio (Buarque; Cretton, 2019).

É perceptível que tais resultados possuem relação com os impactos da existência de lei expressa que consigne proteção a determinados grupos e tipifique condutas. Embora o STF tenha adotado o posicionamento de equiparar ao racismo os crimes cometidos contra pessoas LGBTQIAP+, a ausência de reconhecimento legal desta parcela da população faz com que os poderes executivos estaduais não se sintam obrigados a criar indicadores para contabilizar os crimes que vitimizam esse grupo. Por outro lado, com a expressa criminalização do feminicídio, bem como com todo o debate que essa gerou na sociedade, o reconhecimento dessa prática delituosa e o seu correto registro é feito com muito mais facilidade. No que tange ao racismo, cumpre observar que o movimento negro é o mais antigo, atuando em solo nacional, para fins de conscientização da própria população negra para que situações desse tipo de violência sejam reconhecidas e formalmente combatidas.

O Mapa do Ódio propriamente contabilizou 5.096 (cinco mil e noventa e seis) “denúncias”¹¹. Ainda que, no geral, seja um número menor que aquele proveniente dos registros policiais, em 11 (onze) estados os dados federais foram maiores, com prevalência da região Nordeste nesse sentido, na qual, dos 9 (nove) estados que a compõem, apenas a Paraíba teve maior número de ocorrências policiais cadastradas como crimes de ódio. Em relação à desproteção da população LGBTQIAP+, esta, mais uma vez, foi evidenciada pelo fato de que, enquanto 17 (dezessete) estados não apresentaram registros de crimes motivados por preconceito contra esse grupo, havia notificações computadas no âmbito de todos eles nos canais de comunicação ministeriais.

Especificamente quanto a Goiás, consta que, em 2018, este estado registrou crimes motivados por preconceito de raça, orientação sexual e gênero, em um total de 375 ocorrências. Não há registros de crimes motivados pela religião ou origem da vítima. As informações contidas sobre os dados goianos no Mapa do Ódio podem ser sintetizadas nas seguintes afirmações:

- No que diz respeito aos crimes de ódio racial, Goiás figura no terceiro lugar de estados com menor número de registros, apenas 9.
- No que diz respeito aos crimes de ódio em razão de orientação sexual, Goiás se encontra em segundo lugar, com 327 ocorrências, perdendo apenas para São Paulo.
- Dos 33 homicídios motivados por preconceito de orientação sexual registrados no país, 9 ocorreram em Goiás.
- No estado, o número de registros no canal Disque 100 foi superior ao quantitativo registrado pela Secretaria de Segurança Pública.

¹¹ Embora este tenha sido o termo utilizado no Mapa do Ódio, não se encontra em consonância com a técnica penal. Isto porque se entende como denúncia a peça oferecida pelo Ministério Público com o fito de iniciar um processo criminal. Ao ligar para uma central ou ir até uma delegacia, o cidadão está apenas noticiando um crime.

Com o intuito de levantar os dados oficiais produzidos no âmbito de Goiás, foi feito requerimento perante a Secretaria de Segurança Pública acerca dos crimes de ódio registrados, considerando todos aqueles motivados por preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, orientação sexual ou identidade de gênero, ocorridos em todo o período em que há lançamento de informações específicas sobre tais delitos. Em resposta, considerando que o sistema de Registro de Atendimento Integrado (RAI), utilizado no estado de Goiás, teve implementação em meados de 2016, foram disponibilizados os números de crimes referentes à Lei nº 7.716/1989 entre os anos de 2017 e 2021, consoante se verifica na Tabela 1, abaixo.

TABELA 1

Constante na resposta à solicitação administrativa realizada perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, referente aos crimes de ódio ocorridos nos anos 2017 a 2021

Lei nº 7.716/1989 - Estado de Goiás						
Total de Ocorrências	2017	2018	2019	2020	2021	Total
	22	11	25	34	54	146

Fonte: (GOIÁS, 2023)

Como se pode ver, houve uma limitação aos crimes de ódio como aqueles previstos na Lei nº 7.716/1989, o que evidencia que os dados oficiais sobre a questão são inferiores à realidade, mesmo entre aqueles delitos que foram notificados às autoridades policiais. Além disso, dentro dos quantitativos apresentados, não foram informadas as categorias de preconceitos ou os tipos de preconceitos que originaram as ocorrências. Em análise comparativa do número oficial relativo ao ano 2018 com o Mapa do Ódio do mesmo ano, observa-se uma grande diferença, já que, enquanto aqueles indicam o total de 11 ocorrências, o número constante no estudo produzido pela ONG *Words Heal the World* para o estado de Goiás, naquele mesmo ano, é de 375 registros. Ainda que se observe que o Mapa do Ódio de 2018 leva em consideração também os casos envolvendo violência de gênero, a significativa discrepância evidencia que os dados oficiais se encontram defasados.

Dessa forma, a conclusão que se pode obter diante dos dados sobre crimes de ódio produzidos sobre o estado de Goiás é que estes, até o ano de 2021, não refletem a realidade da discriminação experimentada por grupos historicamente marginalizados nesse estado. No entanto, em solicitação realizada à Secretaria de Segurança Pública goiana especificamente quanto aos crimes de ódio ocorridos no estado no ano de 2022, uma mudança significativa pode ser observada, haja vista o registro de 202 pessoas vitimizadas, valor este superior à soma do total de ocorrências dos anos de 2017 a 2021.

TABELA 2

Constante na resposta à solicitação administrativa realizada perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, referente aos crimes de ódio ocorridos em 2022

Estado de Goiás	
Lei 7.716/1989 - Ano: 2022	Total de Vítimas
	202

Fonte: (GOIÁS, 2023)

Ademais, não somente o número de vítimas foi informado, como também os municípios onde ocorreram os fatos, suas vinculações legais, motivações, bem como “a cor/raça” e orientação sexual dos sujeitos passivos. No que diz respeito ao primeiro indicativo, impende destacar que, das 202 vítimas, 95 foram vitimadas em Goiânia (47%) e 20 em Aparecida de Goiânia (9,9%), ambas cidades que fazem parte da região Metropolitana de Goiânia, a qual, considerando que houve registros nos municípios de Hidrolândia (1), Senador Canedo (3) e Trindade (4), também inseridos nessa região, soma 60,9% dos crimes. Em sequência, a terceira cidade com maior número de registros é Anápolis (14), seguida de outros quarenta e dois municípios com números que variam entre 1 e 5 vítimas.

O que se observa é que há maior registro de vitimização nas três cidades mais populosas do estado, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, o que é esperado, proporcionalmente, mas também pode evidenciar a maior possibilidade de, em um centro urbano, a vítima não só se entender enquanto pessoa que sofreu um crime de ódio, como também de buscar registrá-lo perante a autoridade policial.

Sobre o perfil das vítimas, foram registradas suas declarações de raça/cor, categorias estas que, nesse caso, foram consideradas como sinônimos.

TABELA 3

Constante na resposta à solicitação administrativa realizada perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, referente à raça/cor das vítimas de crimes de ódio ocorridos no ano de 2022

Estado de Goiás	
Lei 7.716/1989 - Ano: 2022	
Cor da Pele	Total de Vítimas
Não Informado	67
Negra	40
Branca	39
Parda	31
Não Informada	25

Fonte: (GOIÁS, 2023)

Da Tabela 3, acima, é possível depreender que, em um número expressivo dos casos, equivalente a 45,5% deles, não é informada a raça/cor da vítima. Dentre aqueles em que consta tal informação, não há disparidade grande entre o número das ocorrências que afetaram pessoas negras (36,3%), brancas (35,5%) e pardas (28,2%). Nesse ponto, cumpre lembrar a discussão travada quando da apresentação do contexto goiano, em que, por questões históricas associadas ao preconceito e à exploração aos quais a população preta foi submetida, muitas pessoas, como forma de assimilação de ideais hegemônicos, não se reconhecem enquanto pertencentes a esse grupo, embora possam ser lidas como pretas em determinados contextos. Dito isto, cabe salientar que vítimas pretas e pardas representam 64,5% dos sujeitos passivos de crimes de ódio que tiveram registro de raça/cor.

Quanto à orientação sexual, remanesceu a questão de haver muitos casos em que esta não foi informada:

TABELA 4

Constante na resposta à solicitação administrativa realizada perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, referente à orientação sexual das vítimas de crimes de ódio ocorridos no ano de 2022

Estado de Goiás	
Lei 7.716/1989 - Ano: 2022	
Orientação Sexual	Total de Vítimas
Não Informado	109
Homossexual	55
Heterossexual	34
Bissexual	4

Fonte: (GOIÁS, 2023)

Dentre aquelas pessoas que informaram sua orientação sexual, 59,1% são homossexuais, 4,3% são bissexuais e 36,6%, heterossexuais. Cumpre observar que não há indicação se entre homossexuais foram vítimas gays ou lésbicas; também não se sabe o gênero dos indivíduos, uma vez que não foram apresentadas informações sobre a categoria referente à identidade de gênero.

No tocante à motivação do crime, os seguintes dados foram disponibilizados:

TABELA 5

Constante na resposta à solicitação administrativa realizada perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, referente à motivação vinculada a crimes de ódio ocorridos no ano de 2022

Estado de Goiás	
Lei 7.716/1989 - Ano: 2022	
Motivação*	Total de Vítimas
Homofobia	66
Outros	46
Racismo	41
Intolerância Religiosa	13
Transfobia	12
Xenofobia	11
Político	4
Religioso	4
Briga (Intra-)Familiar	2
Discussão (Outras Circunstâncias)	2

*O campo de preenchimento “motivação” é opcional.

Fonte: (GOIÁS, 2023)

Em consonância com o que já tinha sido identificado na análise do Mapa do Ódio de 2018, o estado de Goiás continua com números expressivos no que diz respeito a crimes fncados em LGBTfobia, categoria na qual, dos casos em que houve registro da motivação, estes representam 50%, seguidos por 26,3% de casos de racismo, 10,9% de intolerância religiosa/religioso, 7% de xenofobia e 2,5% de intolerância política. Quanto aos motivos identificados como “briga (intra-)familiar” e “discussão (outras circunstâncias)”, estes, na verdade, não dizem respeito ao campo da motivação criminosa, o que pode gerar questionamento no sentido se, de fato, se tratam de crimes de ódio ou se tratam de situações em que o operador não soube registrá-las adequadamente.

Por fim, foi apresentada planilha identificada pelo título “natureza específica vinculada à Lei 7.716/1989”, o qual, a princípio, dá a entender que diz respeito aos dispositivos do ato normativo em questão que foram vinculados ao registro dos casos. No entanto, não se pode ter certeza dessa conclusão, uma vez que os artigos correspondentes não foram identificados.

TABELA 6

Constante na resposta à solicitação administrativa realizada perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, referente à “natureza específica vinculada à Lei 7.716/1989” dos crimes de ódio ocorridos no ano de 2022

Estado de Goiás	
Natureza Específica vinculada a Lei 7.716/1989 - Ano: 2022	Total de Vítimas
Concurso de agentes	106
Praticar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional	85
Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial por motivo de raça ou cor	11
Define os Crimes Resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor	2

Fonte: (GOIÁS, 2023)

Das tabelas acima colacionadas, resta evidenciada, mais uma vez, a importância da capacitação dos servidores que terão o primeiro contato com a vítima, para que façam constar o máximo possível de informações sobre o caso, além do correto registro dessas, já que, muitas vezes, quando um dado não foi classificado como obrigatório, não houve a sua inserção ou, ainda, especialmente no que tange à motivação, existiram casos em que esta não foi corretamente apontada.

Outro ponto que demanda comentário se relaciona às próprias categorias de motivação preconceituosa utilizadas, uma vez que, embora apareçam no campo da motivação, não foram disponibilizados ou mesmo produzidos registros sobre a identidade de gênero, a religião ou a nacionalidade das vítimas e, mesmo quando houve registro da orientação sexual, não foi possível identificar o tipo de preconceito que atingiu as pessoas inseridas no conjunto de homossexuais.

Ainda que haja um grande espaço para a melhor apresentação e coleta de dados sobre crimes de ódio no estado de Goiás, não se pode negar a notória diferença entre os registros realizados entre 2017 e 2021 e aqueles referentes ao ano de 2022. Há de ser questionado, portanto, qual foi o fator que permitiu essa melhora significativa.

O ano de 2022 foi o primeiro em que houve atuação, em todos os meses, do Grupo Especializado no Atendimento à Vítima de Crimes Raciais e de Intolerância (Geacri), no âmbito da Polícia Civil do estado. Esse foi fundado em

16 de agosto de 2021 e tem sua sede em um prédio anexo à Escola Superior da Polícia Civil, situado no Jardim Bela Vista, no município de Goiânia. Seu evento de inauguração contou com a presença de autoridades públicas, como o Governador do Estado e o Secretário de Segurança Pública, além de militantes do movimento negro, LGBTQIAP+ e praticantes de religiões de matriz africana. Nessa oportunidade, foi divulgado o vídeo inaugural do grupo¹², que apresenta um pouco da sua trajetória de formação e seus objetivos. As falas de Alexandre Pinto Lourenço, Delegado-Geral; de Daniel Felipe Diniz Adorni, Delegado Diretor da Escola Superior da Polícia Civil, e de Joaquim Adorno, Delegado Titular do Geacri, evidenciam que o grupo foi construído a partir de demandas há muito já pautadas pelos movimentos sociais e que possui um papel propositivo, visando orientar a atuação policial para o respeito aos direitos humanos e atuando por meio de vias repressivas e preventivas.

A sua Portaria de criação, de nº 323/2021, em sua primeira parte, expõe alguns pontos para consideração: a legislação nacional e internacional de direitos humanos; a intersecção de formas múltiplas de racismo, discriminação e intolerância, motivadas pelo entrelaçamento de fatores como raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica, orientação sexual ou identidade de gênero; bem como o aumento de crimes de ódio, a ausência de uma unidade para seu atendimento em Goiás ou de formação de policiais civis nesses temas. Em seguida, os artigos 3º e 4º do referido ato estabelecem as competências do Geacri:

Art. 3º ESTABELEECER que compete ao GEACRI a apuração e repressão das seguintes infrações penais:

I - previstas na Lei n.º 7.716/1989 - Crimes de Preconceito de Raça e de Cor, com a interpretação conferida pelo STF no MI nº 4.733/DF e na ADO nº 26;

II - que impliquem violação da liberdade cultural, religiosa ou suas crenças, bem como a liberdade de professar e divulgar sua religião ou suas crenças, individual ou coletivamente, tanto em público quanto de forma privada;

III - cometidos com motivação xenofóbica, de intolerância religiosa ou sexual, praticados contra pessoas, entidades e patrimônios públicos ou privados;

IV - que resultem da manifestação de qualquer forma de intolerância, discriminação à raça, religião, identidade de gênero ou orientação sexual, visando à prevenção à violência com o objetivo de assegurar o reconhecimento das diferenças de gênero, étnico-racial, opção religiosa e orientação religiosa.

§ 1º As atribuições do GEACRI serão exercidas em âmbito estadual, de forma exclusiva em Goiânia e na respectiva região metropolitana e de forma subsidiária nos demais municípios goianos.

§ 2º As atribuições do GEACRI não excluem a possibilidade de atendimento do ofendido, a sua escolha, em qualquer outra unidade de Polícia Civil no território goiano.

§ 3º Nos casos de atuação subsidiária do GEACRI, instaurado procedimento investigativo em unidade de Polícia Civil local, pode ocorrer sua avocação por determinação do Delegado-Geral, de ofício ou a pedido do Delegado Titular do GEACRI, do Superintendente de Polícia Judiciária ou do(a) ofendido(a), desde que no interesse da ordem pública ou havendo indícios de ineficácia na atuação dos órgãos locais.

Art. 4º ESTABELEECER que compete ao GEACRI, ainda:

I - confeccionar estatística mensal dos crimes raciais, de intolerância religiosa e em razão da orientação sexual ou identidade de gênero ocorridos no Estado de Goiás;

II - ser Delegacia Escola, cabendo-lhe receber alunos da ESPC para integrar o conhecimento

12 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTM5dYtCGJP/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

teórico recebido à prática policial efetiva, visando à uniformização do conhecimento policial, fundado na Dignidade da Pessoa Humana, sempre que solicitado pela ESPC;

III - fazer interlocução direta, sob orientação da SPJ, com a sociedade civil organizada nos interesses do público atendido;

IV - auxiliar a ESPC na elaboração de cursos voltados à área de sua atribuição;

V - organizar seminários e eventos de conscientização e/ou formação sobre sua área de atribuição, sob orientação da SPJ;

VI - auxiliar as unidades Policiais Civis no combate aos crimes de sua atribuição, orientando e auxiliando quando solicitado pelo Delegado de Polícia responsável.

(Polícia Civil do Estado de Goiás – PC/GO. Portaria nº 323/2021. Diário Oficial de Goiás de nº 23.575, em 21 de junho de 2021).

Dessa forma, trata-se de um grupo de atuação que, embora inserido nas forças policiais, possui um viés preventivo, no sentido de produzir dados sobre crimes de ódio ocorridos em Goiás. Inclusive, conforme pontuado por Costa (2023), em seu processo de criação, foi verificado, na polícia civil, a ausência de dados sólidos acerca desse tipo de ocorrência, o que impossibilitava até mesmo que se tivesse a dimensão dos crimes de preconceito ocorridos no estado. Esta situação levou a um questionamento dentro da própria polícia acerca da necessidade de implementação do grupo, que posteriormente se mostrou equivocada, haja vista que, no seu primeiro ano de atuação, o Geacri já figura entre as dez unidades mais produtivas do estado. Assim, a intenção da política não é somente combater práticas criminosas fundadas no preconceito, mas produzir mudanças, por meio de ações educativas, dentro e fora da instituição. Nesse contexto, a produção de informação sobre o tema é crucial para esse trabalho.

No país, iniciativas preventivas na área de segurança ainda não ganham o destaque que deveriam. A prioridade dos gestores ainda é voltada para respostas repressivas. Isto se deve, mormente, ao fato de que políticas de prevenção demandam tempo e recursos para o alcance de resultados, que nem sempre podem ser obtidos no período de um governo. Diante da ausência de recursos e da necessidade de oferecer respostas que tenham repercussão na sociedade, é propalada a impossibilidade de conciliar as duas vertentes e, assim, as políticas repressivas, representadas pelo uso da força, adquirem prevalência (Ballesteros, 2014). Em levantamento realizado nos sítios virtuais das polícias civis, foi possível constatar que oito estados (Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Goiás e Rio Grande do Sul), além do Distrito Federal, registram possuir esse tipo de unidade (na forma de grupo ou delegacia), mas nenhuma delas tem atribuições educativas ou voltadas para além da repressão criminosa no seu escopo.

Impende salientar que os movimentos sociais goianos tiveram grande impacto na viabilização e continuam a ter importância na manutenção dessa política. Em entrevistas realizadas com ativistas com vasto histórico de atuação, como Ângela Café, Beth Fernandes, Fabrício Rosa, Iêda Leal de Souza e Marco Aurélio de Oliveira, Costa (2023) destaca que a demanda por uma delegacia especializada em crimes de ódio vinha sendo pautada por militantes há mais de vinte anos, os quais se mobilizaram e participaram junto com a polícia civil do processo de criação do Geacri, bem como se encontram em luta atual para a transformação do grupo em uma delegacia¹³ e no incentivo para que as pessoas inseridas em suas comunidades conheçam e confiem nessa política, recorrendo a ela quando vitimadas por preconceitos.

13 Um grupo da polícia civil que pode ser implementado pelo delegado-geral, mas, por outro lado, também pode ser extinto por outra pessoa que ocupe esse cargo futuramente. A situação de precariedade somente seria diminuída pela criação mediante lei, que envolve a iniciativa do poder executivo estadual e aprovação do poder legislativo. Considerando as dificuldades envolvidas no processo legislativo instauração, mas também a revogação, de uma lei que institui uma delegacia é mais difícil. Em razão disso, os movimentos seguem na luta pela transformação do Geacri em uma delegacia (Costa, 2023).

Embora seja um desafio, pelas particularidades que envolvem distintas comunidades, lidar com um público tão vasto, formado por negros e negras, LGBTQIAP+, imigrantes e membros de religiões variadas, é justamente a formação de uma rede bem articulada que funciona como uma estratégia apta a dar sustentação à política. O diálogo amplo – inclusive com presença nas mídias e nas redes sociais¹⁴ (GEACRI, 2023) – não somente tem sido intentado pelos delegados como também cobrado e incentivado pelos movimentos. Esse contato, portanto, perpassa também pela produção e propagação de informações sobre crimes de ódio, com um caráter que ainda não foi visto no Brasil e, como foi possível observar, já no primeiro ano de sua implementação, causou impactos nos registros desse tipo de ocorrência no estado de Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso ter em mente que ainda há muito a ser explorado no que diz respeito à discussão sobre crimes de ódio no Brasil, haja vista que o próprio conceito desses delitos não se encontra pacificado. Todavia, isto não significa que medidas para lidar com esse problema estejam inviabilizadas. Neste trabalho, por exemplo, é suscitada a possibilidade de desenvolver pesquisas sobre o tema a partir de dados oficiais combinados com informações trazidas por ONGs e *surveys* de vitimização. Além disso, é apresentado o impacto positivo que o Grupo Especializado no Atendimento à Vítima de Crimes Raciais e de Intolerância (Geacri) teve na produção de dados sobre crimes de ódio no estado de Goiás.

Nesse ponto, cumpre salientar que mesmo com todas as ocorrências registradas, estas não irão corresponder ao número desses crimes de ódio no estado. Basta pensar, por exemplo, em um crime de homicídio motivado por preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, orientação sexual ou identidade de gênero, que, via de regra, será registrado em uma delegacia e, no máximo, será qualificado por motivo torpe ou fútil. Mas, mesmo com pouco tempo de funcionamento, o Geacri já se demonstrou importante para a responsabilização de infratores, apuração de crimes de ódio, acolhimento de pessoas vitimizadas por esses delitos e registro desses eventos, o que o torna um exemplo de política pública para todo o território nacional.

A sua forma de atuação e construção, realizadas em parceria com os movimentos sociais goianos e, também, voltada para a formação dos próprios policiais, evidencia que, embora seja importante travarmos discussões jurídicas sobre a tipificação de crimes de ódio, esse é um problema público que demanda a ação estatal, especialmente no setor da prevenção, pautada no diálogo com diferentes setores da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Rafaella Ribeiro de. **A proteção dos direitos humanos dos refugiados em Goiás: uma análise sobre a formulação de políticas públicas**. 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10352/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Rafaella%20Ribeiro%20de%20Aguiar%20-%202019.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

14 Há constantes atualizações sobre a atuação na unidade em sua página no Instagram, disponível para ser acessada em: <https://instagram.com/geacri.pgo?igshid=YWJhMjZTc=>.

ASSIS, Wilson Rocha Fernandes. **Estudos de História de Goiás**. 3 ed. Goiânia: Palavrear, 2019.

BALLESTEROS, Paula Rodriguez. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 6-22, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 23 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça ou cor. Brasília, 1989. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em 23 out. 2022.

BRASIL. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão Número 26 (ADO – 26). Supremo Tribunal Federal, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ 01/07/2019. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=752871041>>. Acesso em 23 out. 2022.

BUARQUE, Beatriz; CRETTON, Marcio (Coords.). **Mapa do ódio no Brasil: percepções e recomendações para políticas Públicas**. Words Heal the World, 2019. Disponível em: <https://wordsheltheworld.com/wp-content/uploads/2021/01/HATE-MAP-IN-PORTUGUESE-2019-final.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 17, v. 49, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869QTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2022.

COSTA, Brenda Capinã Botelho. **O processo de criação do Grupo Especializado no Atendimento à Vítima de Crimes Raciais e de Intolerância - GEACRI - em Goiás à luz da abordagem cognitiva de políticas públicas e dos direitos humanos**. 2023. 187 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

F BSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em: 17 jun. 2023.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GEACRI. Perfil oficial. 2023. Disponível em: <<https://instagram.com/geacri.pcco?igshid=YWJhMjJhZTc=>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

**Registros de crimes de ódio
no Estado de Goiás de 2017 a 2022**Brenda Capinã Botelho Costa,
Angelita Pereira de Lima e Elson Santos Silva

GIANNASI, Paul. Hate crime in the United Kingdom. In: HALL, Nathan; CORB, Abbee; GIANNASI, Paul; GRIEVE, John (Orgs.). **The Routledge International Handbook on Hate Crime**. Londres; Nova York: Routledge, 2015, p. 105-116.

GOIÁS. Portaria nº 323/2021, da Polícia Civil do Estado de Goiás. Cria o Grupo Especializado no Atendimento à Vítima de Crimes Raciais e de Intolerância - GEACRI. Diário Oficial do Estado de Goiás, nº 23.575, segunda-feira, 21 de junho de 2021, ano 184, p.18-19. Goiânia: Imprensa Oficial, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://datp.policiacivil.go.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/GEACRI.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

GOIÁS.Termo de Resposta nº: 105/2023 - SSP/OS/SSP-06329. Secretaria de Estado da Segurança Pública, Ouvidoria Setorial, processo SEI nº 202300016009930 (não publicado). Goiânia: 2023

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Pesquisa nacional de saúde: 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101934.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2022.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Sobre Goiás**: Goiás – Visão geral. Goiânia: Secretaria-Geral da Governadoria: 2020. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=145#:~:text=Goi%C3%A1s%20%C3%A9%20a%20nona%20economia,ficou%20em%20o%20C7%25. Acesso em: 3 fev. 2025.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Informe técnico 13/2015**. Goiânia: Secretaria Geral da Governadoria: 2015. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2015/13-condicoes-socioeconomicas-dos-negros-em-goias-201511.pdf> . Acesso em: 9 jul. 2022.

IPEA - Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da Violência. Brasília: IPEA, FBSP, s.d. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em 9 jul. 2022.

LANGTON, Lynn; PLANTY, Michael; LYNCH, James. Second Major Redesign of the National Crime Victimization Survey (NCVS). **Criminology & Public Policy**, n. 16, v. 4, p. 1049-1074, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1745-9133.12335>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LANGTON, Lynn; MASUCCI, M. Hate crime victimization, 2004–2015. **Bureau of Justice Statistics**, U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Washington/DC, 2017. Disponível em: <https://bjs.ojp.gov/content/pub/pdf/hcv0415.pdf/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LEITE, Adriano Marquez. **Goiânia é 10ª mais desigual no mundo**. Goiânia: UFG, 2010. Disponível em: <https://secom.ufg.br/n/13084-goiania-e-10-mais-desigual-no-mundo>. Acesso em: 3 jul. 2022.

LIPSKY, Michael. **Street-level democracy**: dilemmas of the individual in public services. Nova York: Russel Sage Foundation, 2010.

MARINHO, Paula Márcia de Castro. **Intolerância religiosa, racismo epistêmico, disputa de mercado e violência no Brasil**: uma análise pelos registros da imprensa goiana. 2021. 277 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/12030/3/Tese%20-%20Paula%20M%c3%a1rcia%20de%20Castro%20Marinho%20-%202021.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OSCE. **Hate crime Reporting**. [s.d.]. Disponível em: <https://hatecrime.osce.org/>. Acesso em: 3 abr. 2022.

PERRY, Barbara. **In the name of hate**: understanding hate crimes. Nova York: Routledge, 2001.

PEZZELLA, Frank; FETZER, Matthew. **The measurement of hate crimes in America**. Nova York: Springer, 2021.

PEZZELLA, Frank; FETZER, Matthew; KELLER, Tyler. The dark figure of hate crime underreporting. **American Behavioral Scientist**, jan. 2019. DOI:10.1177/0002764218823844.

SILVA, Gabrielle Andrade da. **Trajetória do Movimento Negro Unificado em Goiás**: os dilemas e as ações mobilizadoras contra o racismo. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8483/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Gabrielle%20Andrade%20da%20Silva%20-%202018.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

ARTIGO

A GOVERNANÇA DA ORDEM INTERNA NAS PRISÕES BRASILEIRAS: O CASO DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA EM MINAS GERAIS

EDUARDO LUCAS DE ALMEIDA¹

Doutorando em sociologia pela UFMG e Mestre em Ciências Sociais pela PUC/MG, com especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública pela FJP. Instrutor de grupos SWATs pela HK/USA e professor de Técnica Policial da Academia de Polícia Militar. Linhas de pesquisa: Facções criminosas, governança criminal e uso/tráfico de drogas.

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Belo Horizonte

Email: lucas.hk@uol.com.br **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0005-3001-9110>

LUÍS FLAVIO SAPORI

Doutor em sociologia, professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Minas. Especialista na temática da segurança pública, tendo publicado livros e artigos científicos diversos.

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Belo Horizonte

Email: flaviosapori@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3398-7249>

Contribuições dos autores: Luís foi o orientador da pesquisa realizada, contribuindo também com a sistematização dos dados empíricos coletados e com a análise desses dados. Eduardo foi responsável pela realização da coleta dos dados empíricos da pesquisa como também pela análise preliminar desses dados.

Data de Recebimento: 28/06/2023 – **Data de Aprovação:** 28/09/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1950

RESUMO

O artigo aborda o fenômeno da construção da ordem interna nas unidades prisionais, tendo como objeto de estudo a Penitenciária Nelson Hungria (PNH), localizada em Contagem (MG). O marco teórico é Skarbek (2014), que analisa a mudança na gestão dos presos nas prisões americanas e as transformações ocorridas na forma de governança que, após décadas de regulação pelos códigos de prisões, foi dominado pelos estatutos das gangues prisionais. No Brasil, o fenômeno é observado em boa parte dos presídios nas unidades federativas, que passaram a ser controlados pelas facções criminosas. No estudo realizado na PNH, contudo, constata-se que o código de conduta do PCC não conseguiu hegemonia na unidade prisional, convivendo com códigos de conduta informais típicos da sociedade dos cativos.

Palavras-Chave: Prisões. Facções. PCC. Governança da ordem prisional.

¹ Agradeço ao mentor e amigo, Prof. Dr. Luís Flávio Saporì, pela dedicação, respeito, paciência e principalmente pelos ensinamentos e momentos de aprendizado que tornaram este projeto possível.

THE GOVERNANCE OF THE INTERNAL ORDER IN BRAZILIAN PRISONS: THE CASE OF THE NELSON HUNGRIA PENITENTIARY IN MINAS GERAIS

ABSTRACT

The article approaches the phenomenon of the construction of internal order in prisons, having as object of study the Penitentiary Nelson Hungary (PNH), located in Contagem (MG). The theoretical framework is Skarbek (2014) who analyzes the change in the management of prisoners in American prisons and the transformations that occurred in the form of governance, which after decades of regulation by prison codes, was dominated by the statutes of prison gangs. In Brazil, the phenomenon is observed in most of the prisons in the federal units, which came to be controlled by criminal factions. In the study carried out in the PNH, however, it was found that the PCC code of conduct did not achieve hegemony in the prison unit, coexisting with informal codes of conduct typical of the society of captives.

Keywords: Prisons. Criminal organization. PCC. Governance of the prison order.

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa os mecanismos informais envolvidos na regulação da ordem interna em uma unidade prisional. O conhecimento das normas e da hierarquia de valores da sociedade dos presos ajuda a entender o funcionamento cotidiano das prisões e afasta a percepção simplista e corriqueira que supõe tratar-se de um bando de psicopatas voltados ao puro mal, tirando qualquer forma de racionalidade nas ações desses indivíduos. A única maneira de buscar o mínimo entendimento sobre a convivência em unidades prisionais é estudando a forma de organização de seus integrantes, partindo do pressuposto que são indivíduos racionais.

Nesse sentido, o artigo resulta de pesquisa realizada na Penitenciária Nelson Hungria (PNH), situada em Contagem (MG), no biênio 2019 – 2020. Sustentada na metodologia qualitativa, foram efetivadas entrevistas semiestruturadas com atores que convivem nas dependências da PNH, quais sejam presos, policiais penais e equipe técnica. Procurou-se abordar aspectos diferentes da dinâmica prisional, da forma de organização e da atuação das facções criminais no interior do presídio.

Em termos de referenciais teóricos, foram considerados os estudos que se dedicam à compreensão dos códigos de conduta dos presos nas prisões na sociedade norte-americana, com destaque para a formulação do conceito de governança da ordem interna das prisões. No que se refere à literatura nacional, há respeitável acúmulo de conhecimento empírico sobre a sociedade dos cativos nas prisões brasileiras, assim como sobre a progressiva hegemonia das facções criminosas.

A principal evidência obtida pela pesquisa é a ausência de protagonismo das organizações criminosas no controle da ordem interna da PNH. Mesmo padecendo das mazelas que atingem a maioria dos presídios brasileiros, como a superlotação e a precariedade da infraestrutura, a referida comunidade prisional adota os códigos de prisão como mecanismo principal de governança. As regras de convivência alusivas à governança por facção é seguida somente nos pavilhões faccionados 1 e 3, criados em 2006 para abrigar os presos do Primeiro Comando da Capital (PCC). A estratégia utilizada pela administração prisional da PNH, ao colocar entre eles o pavilhão 2, com as lideranças criminais mineiras, conhecidas como “barões do tráfico”, e sabidamente resistentes à entrada das facções na região Metropolitana

de Belo Horizonte, contribuiu em muito para dificultar o domínio desse grupo criminoso (PCC) no estabelecimento penal em estudo.

A GOVERNANÇA DAS GANGUES NAS PRISÕES AMERICANAS

Independentemente da localização do estabelecimento penal nas diversas realidades nacionais, os detentos seguem um conjunto básico de normas, com incrível semelhança, que regulam a convivência no ambiente prisional. Essas regras de convivência, conhecidas como “códigos de conduta de presos” ou “códigos de prisão”, são baseadas em seu sistema sociocultural e visam reduzir os atritos e a violência entre eles, ao coordenar as ações e as expectativas, mitigando as dificuldades no cárcere.

Com pioneirismo, o sociólogo e criminólogo norte-americano Gresham Sykes (1958) apresentou o conceito “sociedade dos cativos”, possibilitando ampliar o entendimento de como eram moldadas as relações intramuros. Concentrou sua análise na estrutura social da prisão e nas maneiras pelas quais as crenças, as normas e os comportamentos, tanto de presos quanto de guardas, funcionavam para manter a prisão como um sistema de continuidade. De algum modo, apontou o pesquisador, um sistema social se desenvolvia, envolvendo uma complexa interação, com a ruptura e a distorção dos vínculos sociais anteriores ao aprisionamento e aflorando novas relações sociais internas no cárcere. Esse novo ensaio acabou sendo rotulado de perspectiva estrutural-funcional sobre a prisão.

No decorrer de sua obra, o pesquisador partiu dessa premissa distinta: a custódia, como concentração de muitos indivíduos por longos períodos, acaba por originar um sistema social que cresce, informalmente, na medida em que homens interagem ao lidar com as agruras criadas por seu ambiente particular. Dessa forma, a prisão deixava de ser uma questão de muros e grades, de celas e trancas, para ser vista como uma sociedade dentro de uma sociedade. As experiências de privações em que o preso é submetido e as estratégias de sobrevivência para suportá-las são denominadas como “dores da prisão”, que, na visão de Sykes (1958), vão muito além da ansiedade dos indivíduos, afetando-os em um nível psicológico profundo. E esse sentimento só pode ser mitigado pelos padrões de interação social entre os prisioneiros, o que passa a ser um grande desafio, uma vez que a ordem interna da sociedade dos cativos é produzida por detentos em conflitos e a violência é parte integrante do seu papel social (Sykes, 1958, p. 9).

As pesquisas desenvolvidas por Bowker (1977), que analisaram estudos de gerações de detentos nas prisões americanas desde 1930, identificaram que as normas ditavam como os presos deveriam interagir com os companheiros de cárcere 24 horas por dia, tendo como fio condutor a lealdade, seguidos de uma série de comportamentos altruístas, tais como: não trapaceie; não seja intrometido; não fale demais; não explore os companheiros de infortúnio; não furte ou roube na cela; não deseje a mulher do próximo; pague suas dívidas; não reclame; não seja um otário; e não quebre sua palavra. Os códigos de prisão, além de mitigarem as dificuldades no convívio, oferecem a devida proteção aos detentos envolvidos em atividades nos mercados ilegais, ao punir com rigor a delação ou a interferência em assuntos alheios. Dessa forma, os códigos fornecem um ambiente promissor contra a administração prisional e até mesmo contra a sociedade, por ser esta última, na visão dos detentos, a responsável pelos desníveis sociais que levaram os mesmos para as cadeias.

Graças a sua abrangência e capilaridade, os códigos se consolidaram como mecanismos eficientes para a garantia do cumprimento dos acordos e do direito de propriedade nos mercados ilegais, até porque os

detentos não podem recorrer aos processos legais de proteção ao consumo. Assim, eles se mostram efetivos para a resolução dessas contendas, caso haja alguma falha na entrega do que foi acertado. Roubo, furtos e calotes são comportamentos que podem comprometer a credibilidade desses mercados, por isso são rechaçados e punidos severamente e, em muitos casos, com aplicação da pena capital (Williams; Fish, 1974).

As pesquisas desenvolvidas por Clemmer (1962) revelam que, até o início da década de 1960, os códigos de prisão na sociedade norte-americana eram impostos de forma descentralizada. Não havia a predominância de grandes organizações e sim a hegemonia individual ou de grupos pequenos e transitórios. Os presos se organizavam por orientações subculturais, dando preferência aos detentos do mesmo *status* social ou conhecidos das ruas. O papel da liderança era muito limitado, inexistindo metas definidas e compartilhadas com os demais. O objetivo era criar situações para fazer o tempo passar da forma mais agradável possível. E qualquer estremecimento nos laços entre seus integrantes poderia acarretar a queda do líder.

Até meados da década de 1970, o código de prisão proporcionou governança efetiva no sistema penal americano, uma vez que as reputações eram conhecidas e o medo de fofocas, ostracismo e agressões constrangiam os comportamentos predatórios e oportunistas. Entretanto, com a chegada constante de um grande contingente de presos a partir desse período, quase que na sua totalidade formado por minorias sociais, o que se viu, em seguida, foi a triplicação do número de detentos negros e hispânicos em relação aos condenados brancos, resultando numa complexa separação étnico-racial (Irwin, 1980). As cadeias passaram a ser tensas e extremamente violentas, com divisão por grupos raciais entrenchados em suas bases prisionais. A sociedade dos cativos já não era mais capaz de, por si só, garantir a ordem interna das prisões.

As agressões entre os presos passaram a ocorrer com frequência nos espaços onde a vigilância da governança estatal não se fazia presente, como em áreas de terra e nas edificações menores, justamente nos locais onde os códigos de cadeia deveriam garantir a ordem. Foi esse cenário que oportunizou o surgimento das gangues prisionais, que se aproveitaram do enfraquecimento dos códigos e das brechas crônicas deixadas pelo Estado e fizeram prosperar o seu modelo de governança, que, em curto espaço de tempo, assumiu o controle da ordem nas cadeias, como forma de proteção buscada pelos detentos para resguardar suas vidas e seus negócios (Skarbek, 2014). Skarbek salientou, ainda, que as gangues prisionais são entidades corporativas, tendo perpetuidade, pois algumas foram criadas há mais de 80 anos, e cuja filiação é restritiva, mutuamente exclusiva e exige um compromisso vitalício. Elas recrutam a maioria de seus membros do núcleo duro entre as pessoas mais perigosas atrás das grades. Muitas gangues têm constituições escritas e elaboradas que orientam suas operações e possuem como característica comum uma filosofia de vida e objetivos bem definidos.

No que se refere ao recrutamento de integrantes para seus quadros, na maioria das gangues prisionais americanas, passada a fase da indicação, o candidato tem que cumprir uma “prova de sangue”, que seria eliminar um componente de uma gangue rival ou executar alguém que esteja em dívida com o grupo ou qualquer outra ação que acarrete agressões ou morte. Ato seguinte, no caso da Máfia mexicana, o nome do candidato é submetido à votação de uma assembleia e, se não houver nenhum voto que o contraindique, será aceito. Neste caso, o integrante do grupo que o indicou, seu padrinho, será o responsável direto pelos atos do iniciante durante um período probatório, inclusive podendo sofrer fortes retaliações caso seu afilhado venha a cometer algum deslize ou falta grave. Aduz pela presente reflexão que as gangues prisionais americanas são organizações internas bem estruturadas, com autoridade e responsabilidades claramente definidas e amplo envolvimento em atividades criminosas atrás das grades e nas ruas.

O tamanho é variável, podendo incluir poucos integrantes efetivos ou várias centenas de membros. Comparados às gangues de rua, os membros das gangues de prisão são tipicamente mais organizados, empreendedores, secretos, seletivos e rigorosos; são gangues em ampla expansão e devidamente consolidadas no sistema penal referenciado.

Os estudos de David Skarбек mostram que o crescimento das gangues prisionais no sistema penal dos Estados Unidos é um fenômeno importante para a compreensão da ordem social na comunidade dos cativos. Elas não existiam antes dos anos de 1950. Em 1985, assevera o pesquisador, as gangues prisionais estavam ativas em 49 estados, com 114 gangues diferentes e quase 13.000 membros. Em 1992, o número nacional de gangues penitenciárias triplicou para cerca de 46.000. E passados quase 20 anos, esse número mais que sextuplicou, chegando a cerca de 308.000 membros de gangues nas prisões americanas (Winterdyk; Ruddell, 2010).

A destacar como o conceito de governança é apropriado por Skarбек para a compreensão da construção da ordem interna nas prisões. Grande parte da ordem que existe no sistema social dos presidiários não é resultado da ação governamental, de modo que a ordem interna nas prisões tende a ser construída pelos próprios presos. Estes podem se utilizar de um complexo de normas informais de transmissão e aplicação de informações que regulam as relações internas, como é o caso da sociedade dos cativos. Por outro lado, a emergência de coletividades hierarquicamente definidas tende a fortalecer ainda mais a governança da ordem interna mediante a consolidação de gangues prisionais. O argumento de Skarбек enfatiza que o crescimento e a diversificação da população prisional tendem o fortalecer o mecanismo de governança pelas gangues, sem que as normas da sociedade dos cativos desapareça por completo. Elas podem coexistir numa mesma unidade prisional, a despeito da tendência de prevalência da governança das gangues. Essa abordagem de Skarбек serve de referência para a compreensão de fenômeno similar ocorrido nas prisões brasileiras.

A GOVERNANÇA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NAS PRISÕES BRASILEIRAS

A exemplo da realidade detectada nas cadeias americanas, as normas seguidas nas prisões brasileiras foram lapidadas na convivência entre os detentos, não havendo reuniões gerais ou movimentos coletivos para sua validação. Como o número de detentos não era tão grande até a década de 1970, a reputação tinha um valor diferenciado na escala hierárquica dos presos, juntamente com o conhecimento e domínio das regras que regiam a ordem entre eles. Nesse contexto, a ordem nas comunidades prisionais se dava pelos códigos de prisão (Coelho, 1987; Ramalho, 2008).

Com o crescimento cada vez maior da população carcerária, chegou um momento em que a governança pelos códigos de prisão já não garantia a ordem e a segurança nos estabelecimentos penais. Os presos já não se conheciam mais como antes, quando essa população também era menor e mais habituada às regras de convivência dentro do cárcere. Embora as normas dos códigos continuassem a ter sua serventia, pouco a pouco foram ocorrendo transformações que permitiram a ascensão das facções criminosas no controle da ordem interna no sistema penitenciário nacional (Manso; Dias, 2018).

O Comando Vermelho (CV) foi à primeira facção criminosa de repercussão no Brasil, criada na década de 1970 no Instituto Penal Cândido Mendes, conhecido como Presídio de Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro. Já no início dos anos 1980, a facção carioca passou a realizar assaltos extremamente planejados

e organizados contra bancos, empresas e joalherias, na maioria das vezes, realizados com sucesso. Essa nova forma de atuar foi construída pelos integrantes da organização criminosa que conseguiram fugir do Presídio de Ilha Grande e, chegando aos morros, estruturaram e colocaram em prática as estratégias assimiladas nos presídios (Misse, 2011).

Embora a influência do CV se concentrasse no Rio de Janeiro, estando longe de representar a efetiva presença das facções em outros estados naquele período, a ousadia e a organização de suas ações lhe deram notoriedade em todo o país (Misse, 2011). Por outro lado, ocasionou baixas e divisões. As baixas foram em decorrência de prisões ou mortes de seus principais integrantes. Já a divisão dentro da organização proporcionou o surgimento de outras organizações criminosas, como o Terceiro Comando (TC), nos anos 1980, o Terceiro Comando Puro (TCP) e a organização criminosa Amigos dos Amigos (ADA), no ano de 1994, todas originadas no interior dos presídios cariocas, onde seus membros cumpriam penas e exerciam governança nos estabelecimentos ou pavilhões.

Atualmente, o CV ocupa o posto de segunda maior facção criminosa do país, embora seja a mais antiga e a primeira a explorar os mercados ilegais do Paraguai para o tráfico de drogas e armas. A organização criminosa PCC, por sua vez, é considerada a maior facção do país (FBSP, 2022). Com um número estimado de 35 mil integrantes e presente em 25 estados da federação, nas cadeias e nas quebradas do Brasil, o grupo movimenta cifras milionárias nos mercados lícitos e ilícitos. Não restam dúvidas que dentre as inúmeras facções que povoam o sistema penitenciário brasileiro, o PCC é a que apresenta forma de organização e governança mais bem estruturadas.

Por intermédio da análise das fases de estruturação das atividades criminosas propostas por Beato e Zilli (2012), permeadas pelas etapas vivenciadas pelo PCC para a consolidação da sua forma de governança, é possível obter um melhor entendimento sobre as condições que alçaram essa facção à condição de maior do país. Desde a sua criação no presídio de Taubaté/SP, na primeira metade da década de 1990, através do manifesto de um grupo de sete presos por melhores condições para cumprimento de pena, até o seu domínio de todo o sistema prisional do estado de São Paulo, a referida organização criminosa passou por inúmeras mutações até estender sua forma de organização e controle para inúmeros presídios pelo Brasil.

Na proposição dos referidos pesquisadores, a primeira fase é marcada por conflitos de toda ordem, envolvendo gangues e grupos semiestruturados, em contextos de exclusão socioespacial, com pouca presença do Estado, numa lógica societária típica do ambiente prisional do final dos anos de 1980 e começo dos anos 1990, sendo que as condições de vida nos presídios eram péssimas e o uso exacerbado da violência para a resolução de conflitos era uma constante. Foi neste contexto que começaram a surgir informações da presença de grupos criminosos ou facções, em fase embrionária, no sistema penitenciário de São Paulo (Christino, 2017; Feltran, 2018; Manso; Dias, 2018).

A segunda fase dessa estruturação é marcada pelas disputas entre os grupos que se afirmaram nas contendas da primeira fase. Dotados de melhor estruturação, esses grupos ou facções estabelecem uma disputa sangrenta pelos territórios, na tentativa de impor sua supremacia e governança pela força, como um ciclo infundável de mortes entre os conflitantes (Dias, 2013 ; Christino, 2017; Biondi, 2018 ; Feltran, 2018). Novamente, verifica-se verossimilhança com as inúmeras disputas entre grupos criminosos pelo controle do sistema prisional paulista, que resultou em inúmeras rebeliões e na morte de dezenas de presos.

A terceira fase é marcada pelo predomínio da lógica econômica, com o foco nos mercados e no controle de diversos negócios. Com a hegemonia de um grupo ou facção sobre os demais, não impera a necessidade do emprego ostensivo de armas, pois os conflitos são minimizados. Esse é o entendimento de inúmeros pesquisadores que estudam o PCC sobre sua forma de atuação no estado de São Paulo, onde seu “proceder” está presente em quase todos os presídios, não havendo grupos ou facções criminosas que possam fazer frente a seu domínio (Manso; Dias, 2018; Christino, 2017).

No seu movimento de expansão nacional, o PCC provocou uma onda de inquietações que refletiram em inúmeros estabelecimentos penais pelo Brasil, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde foram registradas várias rebeliões, com dezenas de mortes no período de 2017 e 2018 (Dias; Paiva, 2022). Nesse período, restou evidenciado que a maioria dos presídios brasileiros tinham sua ordem interna dominada por diversas facções criminosas, que se aliavam ou se opunham aos grupos criminosos majoritários no cenário nacional: PCC, CV e Família do Norte (FN).

Entretanto, em alguns poucos porém renomados estabelecimentos penais, esse fenômeno não foi detectado. É o caso do Complexo Prisional do Curado, localizado na área urbana de Recife (PE), que não registrou qualquer alteração envolvendo as facções criminosas no controle de sua ordem interna. As pesquisas desenvolvidas por Alencar (2019) demonstram que a presença e o reconhecimento por parte dos detentos da liderança dos “chaveiros” impediram a ascensão das facções nas ações de governança no presídio pernambucano.

O papel desempenhado pelos “chaveiros” se assemelha, em muito, ao de outros detentos que desempenham o papel de *broker* no sistema penitenciário norte-americano, seja do ponto de vista da intermediação de informação, seja do ponto de vista da distribuição de recursos de maneira formal, informal ou totalmente ilegal no ambiente prisional. O conceito de *broker* se refere a uma pessoa que funciona como intermediário de recursos e informações entre dois outros atores ou instituições originalmente desconectados ou pouco articulados, invariavelmente lucrando com esse empreendimento. Independente do paralelo a ser evidenciado na doutrina no Brasil ou no mundo, não resta dúvida quanto à importância desses personagens que desempenham função de ligação entre as partes de um sistema complexo, indo da comunicação até a transferência de conhecimento e/ou recursos (Alencar, 2019).

A discussão da literatura nacional permite-nos concluir que, a despeito do inegável crescimento da presença das facções criminosas no interior das prisões brasileiras, a governança da ordem interna está permeada de diferentes códigos informais de conduta. Deve-se considerar, inclusive, as diferenças entre as realidades regionais, conforme evidencia o caso das prisões pernambucanas.

METODOLOGIA UTILIZADA

Um dos objetivos da pesquisa realizada é analisar como se estabelecem as relações entre os diversos atores na comunidade prisional da PNH para a fomentação de mecanismos para o controle da ordem interna. Como esses arranjos são constituídos por inúmeros significados passíveis da compreensão sociológica, reporta-se às contribuições dos estudos de Sykes (1958), que investiga a constituição simbólica, seus efeitos morais e suas peculiaridades na formação de uma complexa relação social no interior dos presídios.

Os levantamentos procedidos foram qualitativos e o trabalho de campo baseou-se em observação da rotina prisional, conversas e a realização de 30 entrevistas semiestruturadas com policiais penais, presos

e outros atores que fazem parte do dia a dia da referida unidade prisional, ao longo de um ano e um mês de acompanhamento, com ênfase na forma de organização dos detentos para o provimento do controle da sua ordem interna, e como isto era percebido pelos entrevistados e pela administração prisional.

É oportuno destacar, que os presos a serem entrevistados foram listados, inicialmente, junto a levantamentos do setor de inteligência da unidade. E a exemplo do ocorrido nas pesquisas desenvolvidas por Coelho (1987), no decorrer dos trabalhos, os próprios detentos e profissionais entrevistados sugeriam nomes de outros internos, a partir de critérios definidos pelo entrevistador (presos de relevância do convívio, faccionados, presos do seguro etc.), o que proporcionou maior dinamismo ao processo.

Procurou-se explorar ao máximo a experiência daqueles detentos com longos anos na criminalidade e de convívio nos pavilhões da PNH, como também de profissionais que labutam na referida unidade prisional por longos anos, na expectativa de compreender as especificidades da forma de socialização adotada naquela comunidade prisional, qual a relevância dos “códigos de prisão”, habitual modelo de ordenamento dos cativos, e qual o papel das facções no contexto em análise.

Nessa mesma lógica, para os presos faccionados, foi levado em consideração a antiguidade e sua posição hierárquica, tendo em vista a importância destes requisitos para sinalizar a possibilidade de eles serem autorizados a responder determinados questionamentos. Tal fato se revelou muito oportuno durante o trabalho de campo, pois as entrevistas mais significativas envolvem detentos que ocupam ou já ocuparam posições destacadas na facção criminosa (Biondi, 2018).

A PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA

A Penitenciária Nelson Hungria (PNH) foi fundada em 1988, como Centro de Reeducação de Contagem (CRC), no Bairro Nova Contagem, município de Contagem – Minas Gerais. É considerado o maior estabelecimento penal do estado e por vários anos foi o único presídio de segurança máxima em Minas Gerais. Com capacidade de receber aproximadamente 1.600 (mil e seiscentos) presos, e quase sempre operando acima desse limite, por décadas a unidade foi a responsável em receber os presos mais perigosos do estado. Possuindo uma área de 28.300m², distribuída em 12 pavilhões e 4 anexos, cercada por 1,7 km de muros. Cada pavilhão abriga de 130 a 140 detentos, sendo que os anexos 1 e 2 abrigam 256 presos em cada; já os anexos 3 e 4 abrigam em média 160 presos.

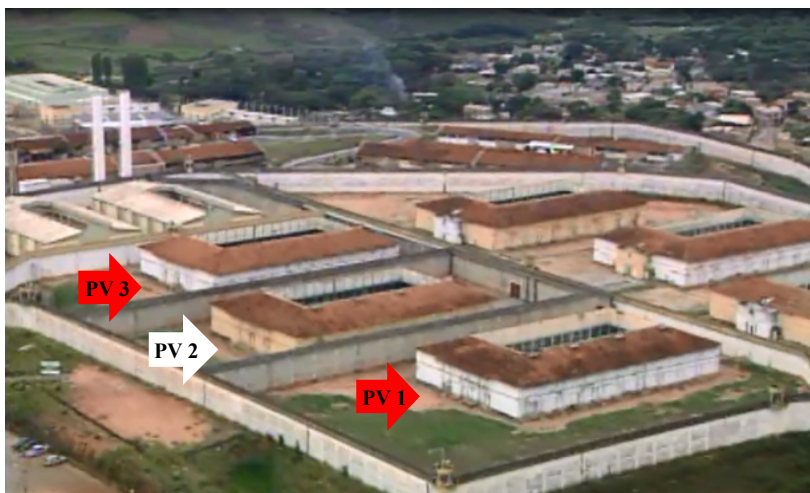
Quando da realização desta pesquisa, a PNH contava com um efetivo de 537 servidores, dos 841 previstos, o que resultava em um claro de 304 profissionais. Este claro se deve ao elevado número de servidores temporários, sem concurso, que não tiveram os seus contratos renovados, a exemplo da maioria das unidades penais do estado. Os servidores concorrem às escalas de serviço que se dividem em 24 x 72h e 12 x 36h para o público operacional, e para os administrativos a escala é 4 x 1. Desse efetivo que trabalha com essas escalas de serviço, são computadas somente 29 profissionais do sexo feminino, empregadas nas rotinas administrativas e operacionais, especialmente no acompanhamento e nas revistas nas visitas femininas que venham a entrar no presídio.

A distribuição dos presos que habitavam a PNH seguia a seguinte ordem: os pavilhões 7, 8 e 9, considerados pavilhões de trabalho, recebiam os presos de bom comportamento. O pavilhão 12 era reservado para presos ex-profissionais da segurança pública que, por questões óbvias, não podiam ser misturados ao

restante da comunidade penal. O pavilhão 2, de forma estratégica, era destinado aos “barões do tráfico” do estado de Minas Gerais, que, pelas suas lideranças frente à população carcerária mineira, faziam frente à influência dos presos ligados ao Primeiro Comando da Capital, que habitavam os pavilhões 1 e 3, destinados aos presos faccionados.

FIGURA 1

Pavilhões faccionados da PNH



Fonte: Jornal O tempo/Contagem – 14/08/2013

Nota: Entre o pavilhão 1 e 3 está o pavilhão 2, com as lideranças prisionais mineiras.

O pavilhão 1, destinado aos faccionados, foi criado em 2006 para abrigar os integrantes do PCC, e devido ao aumento da chegada de presos da referida facção na unidade prisional, fez-se necessária a criação de uma nova unidade, o pavilhão 3. E cogitava-se a criação de um terceiro pavilhão de faccionados como estratégia para abrigar novos integrantes que se encontravam distribuídos em outros pavilhões, o que às vezes gerava transtornos, em decorrência do movimento de expansão da aludida organização criminosa na PNH (Ribeiro; Oliveira; Bastos, 2019).

Os demais pavilhões abrigavam uma população carcerária diversificada, excetuando os anexos. Além dos presos de convívio, o anexo 3 recebe os presos do seguro, que compreende o “seguro de guerra”, decorrente de rixas e disputas do tráfico de drogas; o “seguro de artigo”, ligado aos presos condenados por crimes contra os costumes, especialmente o estupro; e o seguro decorrente de desentendimentos nos pavilhões. Esta última modalidade vai desde o afastamento do preso por comportamento inconveniente junto aos demais até as situações nas quais o preso é desmascarado numa mentira, ao afirmar o que ele não é, sendo a farsa descoberta pelos demais detentos, o que inviabiliza a sua permanência no ambiente coletivo.

O CONTROLE DA ORDEM NOS PAVILHÕES NÃO FACCIONADOS

A percepção dos entrevistados quanto à forma de organização dos presos para o controle da ordem interna na PNH foi arguida de forma objetiva, se por normas decorrentes da convivência diária entre os presos ou por regras criadas por grupos ou facções. As respostas abaixo representam a percepção de

quase todos os interlocutores que, independentemente do segmento, acenaram que os presos da PNH são regidos e organizados pelos códigos de prisão em todos os seus pavilhões e anexos, excetuando os pavilhões faccionados 1 e 3, quando estes eram destinados ao PCC.

Entrevistado 15 (preso/convívio): “Não é que é bem uma regra, tipo assim, é respeito. Que os presos mais velhos, quando você chega na cadeia, vai passando para você”.

Entrevistado 16 (preso faccionado): “Aqui, na unidade, vale é as regras de prisão mesmo, de hombridade [...] É, de hombridade, tipo assim, se eu não ‘caguetar’, eu sou respeitado”.

Os presos dos pavilhões não faccionados percebiam o funcionamento dos códigos de prisão em todos os seus pavilhões e anexos, excetuando-se os pavilhões faccionados. O relato de um detento com longo tempo de cadeia, destaca que a governança por facção surgiu há pouco tempo na unidade e o código de prisão já existia muito antes das facções, replicando a realidade descrita por Skaberk (2014) nos presídios da América do Norte, onde, por longos anos, a forma mais antiga e comum de governança era pelo código e, gradativamente, foram surgindo os modelos de governança das gangues prisionais.

Entrevistado 17 (preso/pavilhão trabalho): “Os dois! A regra de cadeia sempre existiu, desde muito antes de existir facções [...] as facções, seus líderes determinam alguns padrões, e as pessoas que se aliam a essas facções têm que cumprir aquilo, se você quebrar qualquer que seja um daqueles conceitos deles, você é decretado à morte”.

A transmissão do conhecimento de maneira informal, através da troca de experiências entre os mais antigos de carceragem com os mais novos, é característica da governança pelo código de prisão, que pela ausência de regras escritas carecem do contato diário entre os presos para a transmissão dessas informações junto à massa carcerária e, conseqüentemente, para fomentar o controle interno entre os detentos. O Entrevistado 16, mesmo sendo faccionado, reportou tal situação, lembrando quando chegou à prisão pela primeira vez e contou com o auxílio de um preso mais experiente para lhe ensinar a forma de como se portar na prisão.

Entrevistado 16 (preso faccionado): “O cara nunca tirou nenhum dia a dia de cadeia, nem sabe como que funciona nada, aí, sempre tem um mais velho que vai explicar para ele como que funciona ali [...] quando eu cheguei na cadeia eu queria pôr o espelho para ver se eu via o faxina e tal, ou se eu via alguém da família vindo. O cara falou: ‘não faz isso não, não pode olhar por espelho em dia de visita não, senão alguém pode pensar que você está olhando a visita dele’”.

Na governança por facções, as funções e tarefas são bem definidas, inclusive com os responsáveis pela fiscalização. Em contrapartida, o mesmo não ocorre na governança por códigos de prisão, devido à ausência de definições de funções e procedimentos. Na rotina diária no interior dos pavilhões não faccionados, existem algumas regras e tarefas destinadas aos detentos visando à boa convivência em comunidade, contudo, sem uma definição de responsáveis pelo acompanhamento e pela cobrança (Ramalho, 2008).

Não existe mais a figura do “xerife” ou dos “bandiões” dos anos de 1980 (Marques, 2016) e nem ocorre cobranças austeras no caso do não cumprimento de tarefas do cotidiano dos pavilhões não faccionados. As regras presentes nos códigos de prisão, embora não escritas, são acompanhadas e cobradas pela

população carcerária e podem variar desde a repreensão e expulsão do pavilhão, passando pelo banimento para o anexo do seguro, espancamentos e até a morte.

Não há uma definição muito clara desses mecanismos. Todavia, todo comportamento que venha a ser interpretado como uma afronta à ética do crime, tais como delação, talaricagem², traição, estupro e outros crimes contra o costume, pode trazer consequências de alto risco para o preso infrator que, caso não seja socorrido e retirado imediatamente do convívio, pode resultar em desfecho fatal.

Entrevistado 23 (preso/convívio): “Uma falta grave é eu xingar a mãe de alguém, eu mandar o meu colega de cela tomar naquele lugar, eu na visita encarar a esposa, a namorada ou a mãe de alguém. Isso está sujeito até a perder a vida, dependendo da cela que você estiver”.

A baixa resolutividade dessas regras de convivência pela ausência de uma padronização rígida de comportamento e a possibilidade das contendas terminarem em violência passam a ser muito grandes (Dias; Salla, 2019). A narrativa citada pelo Entrevistado 13, que detectou durante uma inspeção de rotina nos anexos da unidade um preso obrigado a ficar debaixo do chuveiro frio, na madrugada, enquanto o sabonete que foi pago a ele não acabasse, é reveladora quanto a esse quesito.

Entrevistado 13 (policial penal): “A gente já encontrou preso na madrugada; está fazendo ronda no pavilhão e estava escutando um gemido: encontramos o preso lá debaixo da torneira, a noite todinha lá encolhido; o castigo dele era aquilo ali, tinha que gastar o sabonete todinho até no outro dia [...] Ele errou alguma coisa lá dentro e o castigo dele era esse”.

A ausência de padronização quanto à forma de reivindicação ou contato com a direção da unidade prisional é outra característica que indica se o pavilhão é controlado pelo código de prisão ou por governança de facção, uma vez que, neste último, há uma série de regras que definem quem faz o contato e qual é a pauta de reivindicação (Ribeiro; Oliveira; Bastos, 2019). Os relatos dos entrevistados detectam essas variações e pontuam as diferentes percepções dos presos, em face do improviso adotado nesse procedimento nos pavilhões não faccionados.

Entrevistado 7 (policial penal): “Então, a diferença é nítida! Nítida! Não é o caso de um outro pavilhão que você chega lá e todo mundo quer falar ao mesmo tempo, cada um está olhando para o seu lado; mas no pavilhão de facção, você chega e não tem algazarra, eles vêm com as pautas”.

O CONTROLE DA ORDEM NOS PAVILHÕES FACCIONADOS

Além da separação existente entre os pavilhões faccionados e não faccionados, a primeira constatação da força dos mecanismos de controle desses grupos criminosos deu-se através da reação dos primeiros presos que se prontificaram para realizar as entrevistas. Quando perguntados sobre a governança nos pavilhões faccionados, recuaram em relação à participação, e um deles, revelando muito temor, orientou que “este tipo de pergunta tinha que ser dirigida a determinados presos no pavilhão que teriam autorização para falar, e este não era seu caso, pois correria risco de vida se falasse de assuntos que não eram da sua responsabilidade”.

2 É a forma que os presos denominam a “cantada”, atitude inconveniente ou mesmo a traição envolvendo a mulher de outro detento.

Outra confirmação incontestável dessas peculiaridades e do reconhecimento por parte da administração prisional da força das regras previstas no estatuto do PCC no controle da ordem interna entre os presos são os mecanismos de triagem adotados na chegada dos presos na unidade prisional. Na verdade, é um filtro para evitar que detentos não afeitos ao referido ordenamento ou mesmo pertencentes a grupos rivais adentrem ao recinto e venham sofrer algum tipo de retaliação. O preso que manifestar o interesse de ser colocado nos pavilhões faccionados, conforme confirmado junto à direção do presídio, é obrigado a assinar um termo de responsabilidade.

Entrevistado 2 (preso faccionado/jet): “Que o preso ao chegar na penitenciária Nelson Hungria é perguntado se pertence a alguma facção, ficando aguardando no anexo; que tem que assinar na administração um termo de responsabilidade antes de ser colocado no pavilhão do PCC; que ao chegar no pavilhão, os irmãos pega seu ‘cara-crachá’”.

Na sociedade dos cativos, é comum os presos avaliarem a vida pregressa do recém-chegado ao cárcere, como medida de autoproteção. Nessa triagem, que os presos chamam de *sumariar*³, são arguidos os antecedentes prisionais e a vida no crime do detento novato. A diferença é que pelos códigos de prisão não existe uma padronização de comportamento, o que não ocorre na dinâmica adotada na governança por facções, onde, além de haver procedimentos previamente definidos, há a figura do responsável por essa recepção (Marques, 2009).

Durante as entrevistas na PNH, ficaram nítidos os mecanismos adotados nos pavilhões faccionados, que reportaram, com riqueza de detalhes, a importância que é atribuída a esse procedimento e as estratégias que são utilizadas para identificar o preso e avaliar, em curto espaço de tempo, se ele tem condições de convívio naquele pavilhão. A necessidade e a importância do referido procedimento são previstas no estatuto da facção e, para se evitar qualquer equívoco na adoção dessas medidas, o referido guia de procedimentos internos prevê que todos os seus habitantes são obrigados a conhecer esses mecanismos e, no caso de dúvidas, uma cópia deverá estar disponível para consulta.

Entrevistado 1 (preso faccionado/disciplina): “Quando o detento chega no pavilhão do PCC, ele é recepcionado e questionado sobre sua condição de irmão ou companheiro; que as informações que ele repassar serão checadas com os irmãos que estão nas ruas, no local que o mesmo falou do seu batismo; que o detento ficará no convívio, em observação, até que a informação seja devidamente conferida”.

A existência de um sistema organizado, com regras e procedimentos previamente definidos, é uma característica marcante dos ambientes controlados pelos grupos criminosos nas cadeias americanas (Skarbek, 2014). No Brasil, essa lógica também é detectada, especialmente nos presídios dominados pelo PCC (Marques, 2009).

Na PNH, esses mecanismos foram destacados nas pesquisas de Ribeiro, Oliveira e Bastos (2019) e se fazem presentes para pautar a convivência diária nesses pavilhões, como se vê na comunicação abaixo (Imagem 1), na qual é informado aos escalões superiores da facção, responsáveis pelas arrecadações (rifa, bingo e outras) em todas as unidades do sistema prisional do estado, que um irmão devidamente identificado, mediante indicação, será o responsável pelas arrecadações no pavilhão 1 da PNH.

3 É a forma que os presos do PCC denominam os levantamentos feitos sobre a vida pregressa do detento recém-chegado ao pavilhão para saber seus antecedentes na vida do crime.

FIGURA 2

Condução de Cadastramento⁴ de irmão

CONDUÇÃO DE CADASTRAMENTO de (IB)

DATA: 23-05-20

RESPONSA QUE UAI FEXAR. CONDUTOR DA RF DO PUS NELSON HUNGRIA MAXIMA

INDICAÇÃO:

VULGO B: VULGO AT:

SINTONIA PRESENTE

SETI:

SALVEIRO ESTADOS:

GERAL DO CADASTRO:

APOIO DO RESUMO DO CADASTRO:

RESUMO DO CADASTRO:

RESUMO DA DISCIPLINA:

APOIO DO RESUMO DISCIPLINAR:

PARA-ENIO DO RESUMO DISCIPLINAR:

GERAL DA RF:

SINTONIA GERAL ESTADOS PAISES RF:

APOIO DA SINTONIA ESTADOS PAISES RF:

RESUMO DA RF:

Fonte: Dados da pesquisa, Setor de Inteligência da PNH - 2020.

Na análise da referida condução, nota-se que ela segue uma sequência lógica presente em qualquer documento informativo utilizado no mundo corporativo. O seu cabeçalho apresenta a motivação, a data e a delimitação do local. Em seguida, seguem os dados sobre o indicado e seus fiadores e, logo abaixo, a discriminação de todos aqueles ligados às células⁵ da facção responsáveis pela validação do cadastramento e da comunicação com os quadros pertencentes à área de atuação do procedimento do recém-cadastrado.

Destacam-se também os setores do PCC envolvidos no procedimento em questão, que têm como estrutura principal as “sintonias”⁶, que embora guardem semelhança com a estruturação por departamentos de uma empresa, não obedecem àquela hierarquização piramidal, pois cada unidade prisional e cada quebrada controlada pela facção possui um representante para conduzir os negócios, sendo o ponto de referência para a resolução de conflitos, gozando de certa autonomia (Manso; Dias, 2018).

No exemplo em questão, há o apontamento de todos os envolvidos no processo de cadastramento, com suas respectivas funções e nome (vulgo), para a devida divulgação e registro no cadastro da facção. O “jet”⁷ é o responsável pela organização no interior daquele pavilhão, seguido do “salveiro dos estados”,

4 Nota: Cópia de informações internas do PCC, referente ao cadastramento de um irmão para assumir a função da RF (rifa), ficando responsável pela arrecadação no PV1 (pavilhão 1).

5 Segundo Manso e Dias (2018, p. 14): “O Partido do Crime se organiza em células - as ‘sintonias’ - atuantes nas prisões e nos bairros pobres de centenas de cidades brasileiras. Essas células estão conectadas e formam o coletivo decisório em âmbito regional, estadual, nacional e internacional.”

6 De acordo com Feltran (2018, p. 98): “As sintonias, palavras utilizadas pelo PCC para pensar os postos políticos da organização, ajustam o sinal e regulam a emissão das FMs, nome que os irmãos dão aos pontos do território que condensam os negócios criminais”.

7 Denominação dos presos responsáveis pela disciplina. É uma função hierarquizada pois tem os “jets do pavilhão”, “jets da unidade” e “jets do estado”. Também podem ser chamados de “disciplina”.

responsável no estado pela difusão da informação através do “salve”⁸. Em seguida vem o “geral do cadastro”, que responde em última instância pelo procedimento de registro da informação, tendo o auxílio do “apoio do resumo do cadastro” e do “resumo do cadastro”, que ajudam no levantamento e na conferência das informações para a consolidação do cadastramento.

O quadro da disciplina, que tem grande importância nas dinâmicas da facção, também é destacado com sua estrutura para apoiar o processo, embora na presente condução os nomes (vulgos) não foram colocados seguindo orientações da CEP⁹. Em seguida, é discriminada a rede que gerencia, em nível macro, os mecanismos de arrecadação da referida organização criminosa, sendo a sintonia geral da RF (rifa), “sintonia geral dos estados e países da RF”, “apoio da sintonia dos estados e países da RF” e o “resumo da RF” (Feltran, 2018). Com a devida organização e as devidas funções bem definidas, dentre as inúmeras regras de convivência, destaca-se a definição de tarefas, bem como dos responsáveis pela sua execução e fiscalização, que surge como mais uma característica inerente aos ambientes dominados pelas facções. Nesse contexto, foi perguntado aos entrevistados (presos) sobre a existência desses procedimentos, e no caso afirmativo, sobre como ocorria sua organização e seu acompanhamento na rotina diária do pavilhão.

Entrevistado 2 (preso faccionado/jet): “Nos pavilhões do PCC, cada um tem a sua responsabilidade no quadrado; se der problema naquele setor, ele será o responsável; tem o disciplina, tem o esporte, tem o RF”.

Na rotina diária de um pavilhão faccionado, os horários para cada atividade são previamente definidos, sendo de conhecimento de todos que ali habitam (Marques, 2009). Antecedendo o pagamento do café, é comum ocorrer uma oração, com o grito de guerra do PCC ecoado em seguida. Os primeiros a serem liberados para o café são aqueles que tomam medicação controlada, seguido dos demais.

Terminando o café, o administrador do cotidiano daquele pavilhão (jet) vai coordenar a reunião, abrindo a palavra aos presentes, obedecendo à seguinte ordem: fala do responsável pela “disciplina” do pavilhão, seguido do jet, após vem a fala da sintonia geral do sistema, que abordará temas ligados às unidades prisionais do estado, sendo que, em sequência, a palavra será dada aos auxiliares do resumo e o resumo, que representa a última instância dentro da PNH, conforme revelou o Entrevistado 2, ao destacar as funções que já exerceu nos quadros da facção.

Entrevistado 2 (preso faccionado/jet): “Que ia para as reuniões com tudo anotado para o ‘resumo da disciplina’, pois não podia mostrar dúvidas [...] que já fechou em vários setores da organização; que já foi ‘geral do estado’; que trabalhou muito neste período, acordando às 5 da manhã e só parando à noite ou quando o *corre* tinha acabado”.

Em conjunto com a singular organização e a definição de tarefas, a presença de mecanismos bem delineados para julgamento e cobrança de erros e faltas cometidas pelos detentos é outro fator que diferencia a forma de governança nos pavilhões faccionados em relação aos demais pavilhões (Dias; Salla, 2019). As penalidades vão desde a repreensão do faltoso, com o respectivo lançamento no livro de registo, passando por suspensão de direitos e outras modalidades de punição, inclusive com previsão de castigos físicos e espancamentos controlados, onde o tempo e os locais que poderão ser atingidos serão

8 Forma de comunicação interna da cúpula do PCC que vai para as cadeias e quebradas através de mensagens que circulam via WhatsApp ou bilhetes.

9 Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), normatizadas pelas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016.

controlados pelos responsáveis pela aplicação da penalidade.

O relato do Entrevistado 20 traz as estratégias da facção antes de partir para a aplicação das punições mais severas, optando pelo remanejamento do irmão para outras atividades. Revela também uma característica apontada pelos presos do PCC a respeito da criminalidade de Belo Horizonte, e que surgiu em diversas entrevistas, que é a dificuldade dos presos da PNH em se organizar e seguir regras. Tal situação tem gerado muita dificuldade para a referida organização criminosa em recompor seus quadros, obrigando a “pegar mais leve” ou fazer vistas grossas na relação com esses presos, em face da dificuldade destes em entender o caráter pedagógico da punição.

Entrevistado 20 (preso faccionado/disciplina): “Se ele não se adaptar ao que a gente diz, há o remanejamento sem punição, não há punição não. Se ele cometeu um erro que fere a ética do crime, aí se enquadra em outras coisas, aí se enquadra em uma punição. O pessoal em si de Belo Horizonte, eles têm difícil “absorção” dessas situações, pois eles não aceitam essas punições nossas”.

Entretanto, nos casos de faltas graves, o preso pode ser excluído dos quadros da facção e até decretado¹⁰, se porventura a falta seja contra a ética do crime, considerada imperdoável pelo seu estatuto (Marques, 2009). Situações que envolvam delação e crimes contra os costumes são faltas gravíssimas que sentenciam o autor à pena capital, contudo, sempre pressupõem um julgamento, onde o culpado tem que assumir ou confessar a falta. O Entrevistado 20 trouxe o caso de um preso que ocupava lugar de destaque na hierarquia da facção em Minas Gerais e, depois de cometer inúmeras faltas graves, foi decretado, tendo seu nome lançado no livro negro, e, chegando ao pavilhão, tentou minimizar tal situação, sendo desmascarado e morto pelos demais.

Entrevistado 20 (preso faccionado/disciplina): “Quando foi em 2013, do final para o começo do ano, o preso tal adentrou de novo ao pavilhão 3. Quem estava na posição de resumo na época dos fatos foi uma pessoa até muito inteligente, não deixou que aquilo dali se expandisse e só absorveu e chegou até a cúpula. O pessoal, na mesma hora, falou assim: ‘Mata esse cara, mata esse cara, porque esse cara não pode viver entre nós não’. Eu me encontrava no pavilhão 3 e veio a ordem para a morte dele, aí a gente executou, cumpriu a ordem e a gente executou.”

O PCC NÃO CONTROLA A PNH

A presença das facções criminosas na PNH foi uma incógnita por muito tempo e só foi devidamente esclarecida após as pesquisas de Ribeiro, Oliveira e Bastos (2019), que dirimiram as dúvidas geradas pela administração prisional do estado que insistia em afirmar o contrário, não obstante a existência de dois pavilhões para abrigar os presos do PCC. Entretanto, embora presentes nos referidos pavilhões faccionados, as evidências empíricas revelam que a facção criminosa não ocupa lugar de destaque na organização coletiva dos cativos na unidade prisional em estudo e isto se deve à desconfiança e à resistência dos criminosos locais quanto à forma de governança da facção paulista.

10 É a denominação dada pelos integrantes do PCC para a pessoa jurada de morte conforme as regras do estatuto da facção.

No relato do Entrevistado 27 foi detectado o indicativo de maior relevância para a não consolidação da governança de facções na unidade prisional em questão, que é a resistência das lideranças criminais mineiras, presentes na PNH, em seguir o modelo de gerenciamento dos faccionados. Esses líderes se recusam a aderir ao sistema de gestão adotado pelo PCC, sob o argumento que “não vão pagar para ser bandido”, em alusão às inúmeras regras e contribuições mensais que seriam obrigados a fazer, caso aceitassem o convite.

Entrevistado 27 (preso/pavilhão de trabalho): “Os mineiros aqui não aceitam! Eles falam que entrar pra facção é ser empregado do crime. Tanto é que o pavilhão do PCC aqui é separado, é só PCC, era só ‘nego’ de São Paulo, tinha alguns mineirinhos que entrou, mas daí a pouco saiu também, viu que aquilo era furada, aí saiu”.

Soma-se a essa equação, quanto a não proliferação desse modelo de governança, a dificuldade de convivência diária na PNH e, principalmente, na seleção e no recrutamento de candidatos mineiros para as fileiras da organização criminosa paulista, conforme se vê na fala do Entrevistado 20, que não esconde sua percepção sobre a pouca aptidão dos criminosos mineiros em se organizar e seguir regras.

Entrevistado 20 (preso faccionado/disciplina): “[...] você generalizou a guerra, mas você não soube apaziguar a guerra, então, eu sempre digo a eles: ‘Vocês são muito desorganizados, por que vocês não veem junto com nós e aprende a organizar melhor?’. Primeiro, para mim falar alguma coisa sobre alguém, a minha casa tem que estar limpa. Se a minha casa não estiver limpa, não consigo organizar os outros, então, eu vejo sempre entre essas molecadas, eles não gostam que chame de moleques”.

A referida falta de aptidão dos presos mineiros também foi destacada no relato do Entrevistado 3, como um dificultador no recrutamento de novos integrantes. Isso interferiu na estratégia de expansão da facção na PNH, que se viu obrigada a flexibilizar os critérios de seleção, na tentativa de garantir a ampliação de seus quadros.

Entrevistado 3 (preso faccionado/sintonia RF): “Que em Minas formou muitos irmãos, contudo, sem o mesmo rigor de São Paulo; que foi parte de uma estratégia para ocupação do território; que isto também ocorreu no Norte e no Nordeste do país, durante a expansão do PCC; que Minas não tem autonomia para a tomada de decisões mais complexas, sendo obrigatória a comunicação com São Paulo”.

Além da falta de organização, as constantes disputas entre as lideranças da criminalidade mineira, que segundo os integrantes do PCC é dada ao uso exacerbado da violência na resolução de conflitos, foram apontadas pelo Entrevistado 1 como um outro dificultador para a adoção dos mecanismos de controle da facção na unidade prisional.

Entrevistado 1 (preso faccionado/disciplina): “Que o comando tem muita dificuldade em se estabelecer na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), devido à guerra entre as suas lideranças [...] que em BH ninguém gosta, pois o comando não aceita bagunça; que semana passada, os presos quebraram o braço de um Bota e agrediram outro de graça; que o comando deu um papo reto para os presos deste pavilhão, falando que foi um erro o que eles fizeram, e se acontecer de novo vão invadir o pavilhão para cobrar”.

Somando à lista das motivações que podem ter dificultado a ascensão do modelo de governança do PCC na PNH, o Entrevistado 24 traz à baila uma reflexão importante e alinhada com os relatos ora analisados. Segundo o mesmo, a facção errou na estratégia de angariar presos sem grande destaque na criminalidade mineira, pois o esperado seria um alinhamento inicial com as lideranças nas quebradas. Desta forma, a facção teria melhores condições de implantar seu proceder dentro e fora da unidade prisional.

Entrevistado 24 (preso/faxina): “O comando tinha que ter chegado, para eles, e perguntar se eles queriam aumentar e querer ficar unidos. Eles tinham que ter ido nos cabeças dos bairros, nos tais patrões, nos caras conceituados do crime; se eles tivessem obrigado eles primeiro, aí eles iam brigar, aí brigavam lá... Sim! Aí, eles teriam mais possibilidade de convencimento, né? De convencimento. Agora, como eles pegaram presos “lerolero 16”¹¹, eles falam que estão jogando sementes e que uma dessas vai dar frutos, a mente deles é essa, entendeu? Eles vão pegando qualquer um, este é o erro”.

Entretanto, o fato do modelo de controle da ordem interna da referida facção paulista não aflorar como principal mecanismo de governança dos presos na PNH não impede que isto ocorra no futuro, em face da fragilidade dos arranjos estabelecidos no nível local e a força da facção paulista no cenário nacional. Nessa vertente, o Entrevistado 20 tece considerações reveladoras quanto à forma da facção se estabelecer no estado de Minas Gerais, com sua respectiva estratégia, deixando no ar ser uma questão de tempo a adoção da forma de organização do PCC no Sistema Penitenciário mineiro.

Entrevistado 20 (preso faccionado/disciplina): “Mas o que há também é o seguinte, vamos dizer assim para que haja um melhor entendimento. Os novos recrutados que estão chegando, principalmente os mineiros, eles estão distorcendo o princípio da organização. A organização tem que agir por um certo princípio, e começar da capital para o interior. Minas Gerais está vindo ao contrário, do interior para capital. Devido a essa imaturidade dos denominados “chucros” de Belo Horizonte. [...] Muitas unidades no interior são regidas sim pelos estatutos, porque aos poucos ainda vão tentando sobrepor sobre aqueles outros. Mas aqueles outros vêm com poder financeiro, porque são donos de aglomerados tentando corromper os demais”.

As considerações do referido entrevistado, que ocupa posição de destaque nos quadros do PCC, são emblemáticas. Ele reafirma a dificuldade dos presos belorizontinos em seguir os princípios da facção, o que motivou a organização a adotar no estado uma estratégia diferente, que será primeiro dominar as unidades do interior e depois a capital, com grande apelo para a organização interna para o aumento dos lucros, inclusive para as lideranças criminais locais que ainda desconfiam dessa oferta.

Na oportunidade, o entrevistado teceu inúmeras críticas ao modelo piramidal adotado pelas lideranças prisionais mineiras que, na sua visão, não obedecem à ética do crime, pois através do poderio do dinheiro e das armas eles tentam corromper os demais, deixando nas entrelinhas que o que deve imperar como certo na ética criminal é a “paz entre os ladrões e guerra ao sistema” (Feltran, 2018, p. 272).

A relevante descoberta desta pesquisa, conforme aflora no relato do Entrevistado 27, foi a estratégia utilizada pela administração prisional da PNH, em colocar entre os pavilhões faccionados 1 e 3, criados

11 Presos considerados sem representatividade perante a comunidade prisional. Sem antecedentes que os destacam na vida criminal.

em 2006, o pavilhão 2, que abrigava as principais lideranças criminais do estado, conhecida como “barões do tráfico”, e sabiamente resistentes à entrada da facção na região Metropolitana de Belo Horizonte (Ribeiro; Oliveira; Bastos, 2019).

Entrevistado 27 (preso/pavilhão trabalho): “Existia o pavilhão 1 do PCC, o 3 era o PCC, o 2 não era, era só de traficantes aqui de Minas. ‘Os caras de óculos’¹² daqui não fechava com eles um ‘mocado’¹³, ninguém aceitava, ninguém fechava, porque o ritmo de São Paulo é violento; os caras de Minas são mais de diálogo, pega o dinheiro dele no ‘sapatim’¹⁴, sem barulho”.

O emprego desse segmento criminal contrário aos faccionados, justaposto como mecanismo de inibição ao avanço da facção, contudo sem romper o frágil equilíbrio da ordem local, pode ser considerado como o grande acerto da gestão prisional da PNH. A fala do Entrevistado 5 não deixa dúvidas quanto à contribuição da referida estratégia para impedir que a forma de governança adotada pelo PCC não se propagasse para os demais pavilhões do presídio.

Entrevistado 5 (policial penal): “Na verdade, a gente até evita não ramificar lideranças negativas ou chefes de bandos lá de fora em um pavilhão, porque eles ganham muito poder. A gente tinha aqui o pavilhão chamado “Os Barões de Minas”... Que era o PV2, né? Que era o PV2. Colocavam todos em um mesmo pavilhão, para travar o PV1 e o PV3, para eles não ganharem território.

A repercussão percebida nas falas dos inúmeros detentos entrevistados revela que as lideranças prisionais mineiras são respeitadas pela comunidade prisional da PNH, conforme pode se verificar no relato do Entrevistado 15 (preso), que não esconde sua admiração ao descrever o pavilhão ocupado por esses líderes, demonstrando o poder que os mesmos possuem junto à população carcerária local, contribuindo para a manutenção da governança pelos códigos de prisão.

Entrevistado 15 (preso/convívio): “Isso, lá no PV 2, lá fica mais os caras que tinha mais poder aquisitivo, dono de favela. Eu trabalhava em um setor na cadeia que era censura, eu entregava compra, aí tinha que entrar lá dentro, era o pavilhão que mais tinha respeito dentro da cadeia, aqui, que você não escutava bagunça, barulho nenhum, era lá, você entrava, era igual uma lápide, parecia que o pavilhão era vazio”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas trazem elementos preliminares que podem contribuir para outros estudos sobre os conceitos de governança para o controle da ordem interna nas comunidades prisionais brasileiras. As questões aqui repercutidas são relevantes para entender os efeitos sociais quanto à forma de organização dos presos para sobreviverem em condições de extrema precariedade, como verificado em muitas carceragens do país.

12 A expressão vem do *Thug life*, que é uma gíria do idioma inglês que significa vida bandida ou vida “loka”, e um dos memes mais populares são os óculos escuros no rosto da pessoa, representando que ela acaba de fazer algo incrível e digno de louvação. É também interpretada como estilo de vida dos bandidos brasileiros.

13 Representa no contexto desta frase quantidade: muitos.

14 Expressão usada para dizer que algo será feito discretamente, sigilosamente ou com cautela.

Conforme foi possível evidenciar, e ao contrário do que muitos pensam, os presos têm uma necessidade vital de governança. Primeiro, porque não podem contar com os mecanismos formais destinados aos “cidadãos de bem”. Segundo, devido às características violentas e imprevisíveis do ambiente onde convivem e estabelecem suas relações, são obrigados a utilizar formas alternativas de governança aos mecanismos oficiais, que podem ser menos elaborados, como nos códigos de prisão, ou mais elaboradas, com regras de conduta bem definidas, com previsão de penalidades e cobranças, como nos estatutos das facções criminosas.

A compreensão dessas duas alternativas de governança prisional aqui apresentadas, e mimetizadas com o sistema correccional americano (Skarbek, 2014), permite inferir que as péssimas condições do sistema penitenciário brasileiro, que se transformaram em verdadeiros “barris de pólvora”, com superlotação e predomínio da violência (Misse, 2011), foi fator preponderante para o domínio das facções no controle da ordem interna em diversos estabelecimentos penais no país. Contudo, é possível afirmar que há realidades distintas na configuração da governança prisional, podendo prevalecer a sociedade dos cativos em algumas situações ou mesmo a coexistência entre essa e o domínio de facções.

Nas atividades de pesquisa realizadas na PNH, restou evidenciado que as lideranças prisionais mineiras são contrárias à governança por facção, o que dificultou a adoção desse modelo na referida comunidade prisional. Somente nos pavilhões faccionados 1 e 3 prevaleceu a forma de organização e regras do PCC, mesmo assim, sob o acompanhamento dessas lideranças que tiraram proveito da estratégia adotada pela direção do presídio, que, sabedora do posicionamento refratário dos líderes locais, posicionou os mesmos entre os pavilhões destinados aos integrantes da facção paulista. O arranjo ora citado destaca-se entre as principais dificuldades encontradas pela referida organização criminosa na estruturação do seu domínio na aludida comunidade prisional.

Dessa maneira, é possível dizer que a forma de governança predominante na PNH é pelos códigos de prisão que, embora apresente limitações, têm se mostrado capazes de garantir a ordem no referido estabelecimento penal. Ademais, pode creditar a esse modelo de controle interno a ausência de rebeliões e outras formas incisivas de manifestações ocorridas nos presídios brasileiros nos últimos anos, com participação e protagonismo dessa facção criminosa, uma vez que ela não tinha influência suficiente para insuflar o referido processo no presídio em questão.

Por fim, faz-se oportuno destacar que a análise da forma de governança dos presos na PNH é uma pequena amostra em relação ao sistema penitenciário mineiro, possuidor da segunda maior população carcerária do país. Levando em consideração as dimensões continentais desse estado, serão necessárias outras pesquisas para a construção de um melhor entendimento sobre sua realidade prisional, especialmente no que se refere à presença das facções e sua forma de controle nas inúmeras carceragens distribuídas pelos rincões de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.
- ALENCAR, Eduardo Matos de. **De quem é o comando?** O desafio de governar uma prisão no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- BEATO, Cláudio; ZILLI, Luís Felipe. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 71-88, out. 2012.
- BIONDI, Karina. Junto e misturados: uma etnografia do PCC. 2. ed. ampl. São Paulo: Terceiro Nome, 2018..
- BOWKER, Lee. **Prisoner Subcultures**. Lexington: Lexington Books, 1977.
- CHRISTINO, Márcio Sérgio. **Laços de sangue**: a história secreta do PCC. São Paulo: Matrix, 2017.
- CLEMMER, Donald. **Informal Inmate Groups**. New York: John Wiley and Sons, 1962.
- COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do Diabo**: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/luperj, 1987.
- DIAS, Camila Nunes; PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 217-238, maio/ago. 2022.
- DIAS, Camila Nunes; SALLA, Fernando. Violência e negociação na construção da ordem nas prisões: a experiência paulista. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 539-564, maio/ago. 2019.
- DIAS, Camila Nunes. PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FBSP – Fórum Brasileiro De Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021**. Especial Eleições 2022. São Paulo: FBSP, 2022.
- IRWIN, John. **Prison in Turmoil**. Boston: Little, Brown & Co, 1980.
- MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.
- MARQUES, Adalton José. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir da relação entre ladrões. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MARQUES, Adalton José. Do ponto de vista dos ladrões: notas de um trabalho de campo com “ladrões”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22, n. 45, p. 335-367, jan./jun. 2016.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime**: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; OLIVEIRA, Victor Neiva; BASTOS, Luíza Meire. Pavilhões do Primeiro Comando da Capital: tensões e conflitos em uma unidade prisional de segurança máxima em Minas Gerais. **O público e o privado**, Fortaleza, n. 33, p. 213-241, jan./jun. 2019.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **As raízes do crime**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

SAPORI, Luís Flávio; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Por que cresce a violência no Brasil?**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2014.

SKARBEEK, David. **The Social Order of the under**: how prison gangs govern the american penal system. New York: Oxford University Press, 2014.

SYKES, Gresham; MESSINGER, Sheldon. The inmate social code and its functions. *In*: JOHNSTON, Norman; SAVITZ, Leonard; WOLFGANG, Marvin. **The Sociology of Punishment and Correction**. New York: John Wiley and Sons, 1962.

WILLIAMS, Vergil; FISH, Mary. **Convicts, codes, and contraband**: the prison life of men and women. Cambridge: Ballinger Publishing Company, 1974.

WINTERDYK, John; RUDELL, Rick. Managing prison gangs: results from a survey of U.S. prisons. **Journal of Criminal Justice**, v. 38, n. 4, p. 730-736, 2010.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE: UM ENFOQUE SOBRE AS CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL DOS GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS

CLAUDIA DA CRUZ GOMES¹

Doutoranda e mestra em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Subtenente da Polícia Militar da Bahia e psicóloga clínica no Centro de Reabilitação Profissional do Departamento de Saúde da corporação. Docente nos cursos de Pós-graduação em Neuropsicologia da Faculdade Olga Mettig e da Faculdade Santíssimo Sacramento.

País: Brasil **Estado:** Bahia **Cidade:** Salvador

Email: gomes.claudia.psi@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0969-3686>

ADRIANO DE LEMOS ALVES PEIXOTO

Administrador, Psicólogo. Mestre em Administração e Doutor em Psicologia. Professor permanente do programa de pós graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia.

País: Brasil **Estado:** Bahia **Cidade:** Salvador

Email: adriano.apeixoto@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1962-1571>

Contribuições dos(as) autores(as): Claudia da Cruz Gomes contribuiu de forma substancial para a concepção e delineamento do estudo, incluindo o planejamento, a escolha das metodologias, a coleta e a tabulação dos dados. Além disso, foi responsável pela análise quantitativa, interpretação, discussão dos dados e pela escrita do manuscrito. Adriano foi responsável pela revisão crítica do conteúdo, interpretação dos resultados, revisões preliminares e fornecimento de insights intelectuais importantes.

Data de Recebimento: 04/07/2023 – **Data de Aprovação:** 11/01/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1955

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar a prevalência dos sintomas de transtornos mentais entre os Guardas Civis Municipais e analisar a relação entre os aspectos psicossociais do trabalho e o adoecimento psíquico. Trata-se de um estudo transversal, que utiliza como instrumentos a Depression, Anxiety and Stress Scale (DASS-21) e o Job Content Questionnaire (JCQ). Participaram da pesquisa 95 guardas. Os resultados indicam baixa prevalência de sintomatologia sugestiva de depressão (20%), ansiedade (19%) e estresse (19%) entre esses profissionais, e não há significância estatística nas comparações envolvendo os sintomas de transtornos mentais com os grupos controle em relação às dimensões de características do trabalho, demandas físicas e suporte social. Conclui-se que os níveis de sintomas de depressão, ansiedade e estresse entre os guardas mostraram-se baixos, quando comparados com os índices apontados na literatura sobre essa temática, especialmente em relação aos profissionais de segurança pública. Este resultado pode ser explicado em função de características específicas da amostra neste estudo. A maioria dos participantes

¹ Agradeço ao Prof. Dr. Adriano Peixoto, por sua orientação e inspiração inestimáveis; ao Comandante da Guarda Civil Municipal de Alagoinhas, Salvador dos Santos, pelo apoio essencial; e aos valorosos Guardas Civis Municipais, pela confiança e contribuição para a realização desta pesquisa. Este trabalho é reflexo da dedicação e parceria de todos vocês. Meu sincero muito obrigada!

desempenham função administrativa (coordenação, central de rádio e patrimonial). Soma-se a isso o fato de que parte da amostra (63,2%) se dedica a atividades de natureza de guarda patrimonial, em uma cidade do interior do estado, com baixa exposição à fatores de risco. Outro fato a ser considerado é o preconceito e a visão estigmatizada ao adoecimento mental e à consequente resistência dos agentes em assumir o adoecimento, o que pode ter enviesado as respostas coletadas. De qualquer forma, este estudo reforça a importância de se avaliar fatores específicos relacionados à natureza da tarefa e elementos de contexto de trabalho, para a compreensão do adoecimento mental dos agentes de segurança pública, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de pensar nos problemas de saúde (física e mental) que acometem esse grupo de trabalhadores e oferecer às instituições da Segurança Pública subsídios para a promoção de saúde para essa categoria profissional.

Palavras-Chave: Ansiedade. Depressão. Estresse. Guardas Civis Municipais.

DEPRESSION, ANXIETY AND STRESS: A FOCUS ON THE MENTAL HEALTH CONDITION OF MUNICIPAL CIVIL GUARDS

ABSTRACT

The objective of this study was to investigate the prevalence of mental disorder symptoms among Municipal Civil Guards and to analyze the relationship between the psychosocial aspects of work and mental illness. This is a cross-sectional study, which used the Depression, Anxiety and Stress Scale (DASS-21) and the Job Content Questionnaire (JCQ) as instruments. A total of 95 guards participated in the study. The results indicated a low prevalence and incidence of symptoms suggestive of depression (20%), anxiety (19%), and stress (19%) among these professionals, with no statistical significance in the comparisons involving symptoms of mental disorders with control groups in relation to work characteristics, physical demands, and social support. It is concluded that the levels of depression, anxiety, and stress symptoms among the guards were low compared to the indices reported in the literature on this topic, especially in relation to public security professionals. This result may be explained by specific characteristics of the sample in this study. The majority of the participants perform administrative functions (coordination, radio central, and property management). Additionally, part of the sample (63.2%) is dedicated to activities of a property guarding nature in a small city, with low exposure to risk factors. Another factor to consider is the prejudice and stigmatized view of mental illness and the consequent resistance of the agents to acknowledge illness, which may have biased the collected responses. Nonetheless, this study reinforces the importance of evaluating specific factors related to the nature of the task and work context elements, for understanding the mental illness of public security agents, while also emphasizing the need to consider the health problems (physical and mental) that affect this group of workers and to offer institutions of Public Security resources for promoting health in this professional category.

Keywords: Anxiety. Depression. Stress. Municipal Civilian Guards.

INTRODUÇÃO

As relações entre saúde mental e trabalho têm sido objeto de debates e reflexões por vários autores, a partir de distintas perspectivas e em diferentes momentos históricos (Vasconcelos; Faria, 2008; Salguero *et al.*, 2011; Lima; Blank; Menegon, 2015; Goetzel *et al.*, 2018; Soares; Rodrigues; Pimenta, 2021).

Nessa discussão, o trabalho apresenta-se como um fator de relevância para a saúde mental do indivíduo, atuando de maneira direta como fonte de saúde-doença, prazer-sofrimento, satisfação-insatisfação, entre outros (Steel *et al.*, 2014; Zanelli; Tostes, 2019).

Observa-se que a prevalência de transtornos mentais tem aumentado nos últimos tempos, tanto no Brasil quanto em outros países (Lancman; Toldrá; Santos, 2010). Esses dados, sendo confrontados com os de trabalhadores em atividade, sugerem um crescimento que compromete a qualidade de vida, diminui a produtividade, leva ao aumento do afastamento temporário e, em casos extremos, leva à aposentadoria precoce (Goetzel *et al.*, 2018).

A explicação para esse aumento nos níveis de adoecimento é multifacetada, englobando diversos aspectos. Existe uma tendência em considerar como fatores explicativos as atuais configurações de organização e de processos de trabalho, as novas exigências cognitivas e mentais, os processos de intensificação do trabalho e os seus modos de avaliação. Novas formas de trabalhar que eliciam novas formas de adoecer e o aumento dos transtornos psíquicos relacionado ao trabalho são uma expressão dessa realidade (Lancman; Toldrá; Santos, 2010).

Na década de 1990, o sofrimento psíquico no âmbito organizacional passou a ser responsável pela segunda causa de afastamento do trabalho. Na esfera previdenciária brasileira, por exemplo, o recente Anuário Estatístico da Previdência Social evidencia que os transtornos mentais e do comportamento (diagnosticados em conformidade com a Classificação Internacional de Doenças – CID 10²) têm ocupado a terceira posição no *ranking* de concessão de auxílio-doença por incapacidade (Brasil, 2017). Em 2017, foram registrados 162.548 casos (Brasil, 2017). Desse modo, a conexão entre trabalho, condições de trabalho e trabalhador pode influenciar ou até mesmo comprometer a saúde dos trabalhadores (Ferreira; Silva e Dutra, 2017).

Fatores socioeconômicos, vínculos precários de emprego e a exposição a demandas psicossociais negativas ou excessivas no trabalho são fatores que exercem influência para o aparecimento de transtornos mentais. A vivência de situações extremas e/ou traumáticas durante a atividade laboral pode contribuir para o adoecimento, sendo registradas comorbidades psiquiátricas em diversas categorias profissionais, dentre elas, os profissionais de segurança pública, incluindo os guardas civis municipais (Lima *et al.*, 2015).

A relação dos transtornos mentais relacionados ao trabalho computa, nos dias atuais, 12 grupos, dentre os quais se destacam: ansiedade, alcoolismo crônico, episódios depressivos, estados de estresse pós-traumáticos, neurastenia, neurose profissional, transtorno do sono e a sensação de estar “acabado” (síndrome de *Burnout* ou esgotamento profissional) (Silva; Sehnem, 2018). Nessa perspectiva, a prevenção do adoecimento psíquico e a promoção de saúde tornaram-se desafios na atualidade para a área da saúde do trabalhador e para a gestão das organizações.

Os transtornos mentais são caracterizados com a presença de modificações de humor, irritabilidade, insônia, fadiga, esquecimento, dificuldade de concentração, agressividade e queixas psicossomáticas (Gonçalves, 2016). A depressão é entendida como uma doença psiquiátrica recorrente e incapacitante, cujas características abrangem: humor deprimido, irritação, desânimo, perda de prazer ou interesse em atividades cotidianas, desesperança, descontentamento geral, entre outros (Lima; Blank; Menegon, 2015).

2 OMS. **CID-10**: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. São Paulo: Edusp, 2011.

Para a concretização do diagnóstico da depressão, questiona-se ainda sobre as alterações psicomotoras, cognitivas e psicossomáticas (APA, 2014). As investigações sobre a casuística da depressão sugerem uma etiologia complexa, sendo influenciada por vulnerabilidades individuais e pelo macroambiente (Salguero *et al.*, 2011).

A carga dos transtornos depressivos é elevada em diversos países, sendo que os fatores socioeconômicos e características regionais influenciam o padrão de adoecimento Murray *et al.*, 2012). Na África e no Leste da Ásia, por exemplo, destacam-se os episódios de depressão unipolar, apresentando índices altos, desde 2004. É estimado que, até 2030, a depressão atinja o primeiro lugar do *ranking* das morbidades com maior carga de adoecimento no mundo. No Brasil, ela atinge 11,5 milhões de pessoas, o que representa 5,8% da população (WHO, 2017).

Já a ansiedade é caracterizada por uma antecipação em longo prazo de eventos negativos que podem surgir quando o indivíduo enfrenta incertezas, ameaças existenciais ou perigos potenciais/reais. Ela pode ocorrer de forma adaptativa ou como transtorno psicológico e a severidade dessa condição e o tempo de permanência determinam a diferença entre essas ocorrências (APA, 2014). Embora, exista uma clara distinção entre a ansiedade e a depressão, os sintomas apresentados pelos indivíduos nem sempre são característicos apenas da condição ansiosa ou depressiva, podendo ocorrer de forma inespecífica e sobreposta (Maertens; Vasconcelos; Nascimento, 2019).

Em conformidade com a Organização Mundial de Saúde (OMS), os transtornos de ansiedade atingem cerca de 264 milhões de pessoas no mundo, sendo considerada a sexta maior causa de incapacidade. No Brasil, os distúrbios relacionados à ansiedade afetam mais de 18,6 milhões de brasileiros e esse número vem aumentando gradativamente (WHO, 2017). Os sintomas da ansiedade podem variar de leve a grave, e mesmo os sintomas leves estão associados ao comprometimento e sofrimento do indivíduo, a exemplo de um estudo desenvolvido para avaliar os efeitos psicossociais em profissionais de segurança pública; os resultados revelam que esses profissionais apresentaram 41,49% (N = 241) de sintomas ansiosos (Elias; Martins; Rodrigues, 2020).

Em relação ao estresse, é especificado como um estado de excitação/tensão crônica, não específica, resultante da ineficácia ou do esgotamento das estratégias de enfrentamento. Essas condições conduzem o indivíduo a apresentar baixa tolerância às frustrações e desilusões (Maertens; Vasconcelos; Nascimento, 2019). O estresse no trabalho está relacionado a situações em que os indivíduos percebem esse contexto como ameaçador, principalmente em relação às necessidades de realização e à saúde (Liz *et al.*, 2014).

Sobrecarga de trabalho, interferência família-trabalho, clima organizacional, alto grau de esforço físico e mental, falta de participação na tomada de decisão, riscos de segurança, baixo suporte social e falta de intervenções para lidar com o estresse são citados por Machado *et al.* (2018) como fatores de predisposição para o estresse ocupacional. Nessa perspectiva, chamam a atenção para as consequências do estresse ocupacional, que se manifesta por meio de várias reações, a exemplo: faltas, atrasos, saídas antecipadas, ausências por questões médicas provenientes do estresse, *turnover*, retrabalho, acidente de trabalho e, até mesmo, hostilidade entre os trabalhadores (Almeida *et al.*, 2018).

Estima-se que 70% dos trabalhadores brasileiros são afetados pelo estresse laboral e 30% encontram-se no estágio mais avançado (*burnout*), ocupando o segundo lugar no *ranking* internacional. O Brasil só perde apenas para o Japão, cujo total de trabalhadores afetados pelo estresse ocupacional crônico atinge 85% (Almeida, 2017).

A maioria dos trabalhadores que vivenciam algum tipo de transtorno mental demoram a buscar atendimento especializado ou, na maioria das vezes, não o procuram, devido ao medo de perder o emprego e ao sentimento de culpa ou vergonha e de ser considerado uma falta de comprometimento com o trabalho (Bovopoulos *et al.*, 2016; Shelvis *et al.*, 2017). Nesse sentido, a falta de um atendimento adequado tende a provocar problemas relacionais em vários contextos: familiar, pessoal e profissional, que ao permanecerem por longos períodos culminam em absenteísmo e no presenteísmo laboral.

Quando direcionamos a atenção para a realidade dos profissionais de segurança pública, o panorama não é distinto daquele observado entre os trabalhadores brasileiros de outras categorias ocupacionais. Um estudo realizado no município de Campo Grande/MS, por exemplo, mostrou que, nos últimos anos, houve um acréscimo no número de absenteísmo por transtornos mentais e do comportamento entre esses profissionais, sendo, assim, uma das principais causas de afastamento do trabalho (Fiorin, 2013; Castro, 2016; Ferreira; Silva e Dutra, 2017).

Na mesma direção, seguem os inquéritos sobre saúde mental entre os profissionais de segurança pública, em que são registradas altas prevalências de adoecimento psicológico. Dentre esses, podemos destacar: transtorno de estresse pós-traumático, uso nocivo de álcool, depressão, ansiedade e estresse (Lovibond; Lovibond, 1995; Lima; Assunção; Barreto, 2013; Lima; Blank; Menegon, 2015; Maertens; Vasconcelos; Nascimento, 2019; Lima; Vasconcelos; Camargos, 2020). Esses três últimos (depressão, ansiedade e estresse) são o foco deste estudo.

Partindo do pressuposto de que todo trabalho contém algum grau de risco e que pode contribuir, de certa forma, para processos de adoecimentos, os Guardas Civis Municipais (GCM), tendo em vista a natureza da atividade ocupacional, apresentam fatores considerados relevantes nesse aspecto (Castro, 2016). Nesse sentido, justifica-se a relevância da produção de conhecimentos científicos sobre essa temática, com o intuito de abranger os riscos de adoecimento psíquico a que estão submetidos os GCM e, além disso, explorar possibilidades de minimizar tais riscos a partir de ações preventivas, contribuindo, de forma efetiva, para o desenvolvimento de saúde e bem-estar no ambiente laboral desses agentes de segurança pública.

Diante desses aspectos, emergem as seguintes questões que permeiam este estudo: De que forma os sintomas de depressão, ansiedade e estresse estão distribuídos entre os Guardas Civis Municipais? Qual a relação entre os aspectos psicossociais do trabalho e o adoecimento psíquico desses agentes de segurança pública? O objetivo deste estudo é investigar a prevalência dos sintomas de depressão, ansiedade e estresse entre os Guardas Civis Municipais de uma cidade do interior do estado da Bahia, bem como analisar a relação entre os aspectos psicossociais do trabalho e os sintomas de depressão, ansiedade e estresses desses profissionais.

Nesse sentido, o arcabouço teórico deste estudo pauta-se no Modelo Demanda-Control (Job Strain Model) de Karasek (1979), considerado o referencial teórico-metodológico de maior destaque na atualidade, na avaliação dos aspectos psicossociais do trabalho, com ampla utilização nos campos da saúde pública e da psicologia (Gomes *et al.*, 2021). Ele ocupa ainda um lugar de relevo na pesquisa empírica sobre estresse no trabalho e na saúde ocupacional. Este modelo foi desenvolvido na confluência de duas tradições de pesquisa distintas: a) uma que tem como foco o estudo sobre o estresse ocupacional, com ênfase para aspectos como sobrecarga de trabalho, conflito e ambiguidade de papel; e b) a tradição do redesenho do trabalho (propriamente dita), que tem como foco o controle do trabalho, com a finalidade de aumentar a motivação, a satisfação e o desempenho (Oliveira, 2020). Em ambos os casos, a proposta consiste em

relacionar características do trabalho com saúde e bem-estar, principalmente, em termos de adoecimento físico, tensão, estresse e *burnout*.

De forma geral, este modelo busca compreender como aspectos psicossociais do trabalho eliciam implicações, tanto comportamentais quanto em termos de saúde (Peixoto; Pérez-Nebra, 2022). Essas consequências podem ser descritas pela interação de duas dimensões básicas: o (grau de) controle que o trabalhador exerce sobre o seu trabalho (que representa uma combinação de autonomia para tomar decisões com a sua capacidade de escolher como realizará uma tarefa); e as demandas psicológicas, que são os estressores psicológicos presentes no contexto de trabalho e que emergem durante a sua realização (Peixoto; Pérez-Nebra, 2022).

O modelo demanda-controle tem como destaque o papel da capacidade do trabalhador de ter controle (ou tomada de decisão), de administrar a relação entre as exigências do trabalho (as demandas) e a tensão (*strain*) que dele surge (Elias; Martins; Rodrigues, 2020). As demandas são compreendidas como a relação entre a quantidade, o excesso, o ritmo de trabalho a ser desenvolvido, o tempo insuficiente para a execução das tarefas e o trabalho realizado sob pressão. Enquanto o controle refere-se ao domínio do trabalhador sobre a tarefa e a possibilidade de definir a organização do próprio trabalho (Oliveira, 2020).

Importante destacar que o trabalho realizado por agentes da segurança pública se caracteriza por um elevado grau de estresse e risco (Neves *et al.*, 2016; Back, 2021; Soares, Rodrigues; Pimenta, 2021), o que aumenta as chances desses profissionais apresentarem algum tipo de transtorno mental ou comorbidade, haja vista a característica do serviço que realizam. Espera-se que este estudo contribua para se pensar em políticas que visem oferecer a esses agentes estratégias de cuidado, que minimizem o impacto dos riscos laborais em sua saúde física e mental. Além disso, espera-se contribuir com a ampliação do olhar de profissionais da saúde mental para o cuidado com esses trabalhadores.

MÉTODO

Estudo quantitativo, correlacional, de corte transversal, com GCM de Alagoinhas, Bahia. A amostra não-probabilística foi constituída por 95 GCM dentro de uma população de 162 guardas (58,6% do total). O principal critério de elegibilidade foi o fato de o trabalhador possuir vínculo empregatício formal com a organização e que estivesse em efetivo exercício profissional. A coleta de dados foi realizada nas dependências da Sede da GCM. Os questionários foram aplicados em versão impressa, de forma presencial, no período de maio a julho de 2021. Após o aceite por parte daqueles que se interessaram em participar do estudo, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi composto por 3 (três) partes: uma primeira contendo informações sociodemográficas e hábitos de vida – questões que recuperam a trajetória de cada trabalhador, sua origem social, contexto familiar e inserção no mundo do trabalho. Incluiu informações sobre idade, gênero, autodeclaração de raça, escolaridade, estado civil, carga horária de serviço, tipo de serviço realizado, tempo de trabalho, prática de atividade física, consumo de bebida alcoólica, tabaco e outras drogas e participação em grupos sociais. A segunda parte composta pela *Depression, Anxiety and Stress Scale* (DASS – 21) (Lovibond; Lovibond, 1995), instrumento validado, composto por 21 itens, sendo 7 itens por subescala de depressão ($\alpha = 0,79$), ansiedade ($\alpha = 0,70$) e estresse ($\alpha = 0,82$). Os itens fazem referência aos acontecimentos da última semana, em que os escores variam do 0 (“Não se aplicava a

mim”) ao 3 (“Aplicava-se muito a mim, ou a maior parte do tempo”). Os pontos de corte indicam o grau de manifestação dos sintomas, podendo ser: normal, suave, moderado, severo e extremamente severo.

Por fim, a terceira parte do questionário composta pelo *Job Content Questionnaire* (JCQ), traduzido como *Questionário sobre o Conteúdo do Trabalho*, que tem a sua versão brasileira validada por Araújo e Karasek (2008), sendo um instrumento desenhado para medir aspectos psicossociais do trabalho. De um modo geral, o JCQ é concebido como aplicável a todos os tipos de trabalho, sendo caracterizado como um modelo direcionado à estrutura social e psicológica da situação de trabalho.

O JCQ é um instrumento com qualidades psicométricas reconhecidas, possuindo bons indicativos de validade e consistência interna. Além disso, tem sido aplicado com muita frequência, tanto no Brasil quanto no exterior, em diversos contextos organizacionais (Knuth *et al.*, 2015; Tarcan *et al.*, 2017; Almeida; Fernandes, 2019; Assunção; Pimenta, 2020; Souza *et al.*, 2021). Esse instrumento permite também que os achados do presente estudo sejam mais bem comparados com os resultados de outros estudos semelhantes, desenvolvidos com grupos ocupacionais semelhantes, tais como: a) policiais civis (Mendonça, 2020); b) delegados da polícia (Oliveira; Araújo; Carvalho, 2014); c) guardas civis municipais (Costa; Froeseler, 2019), entre outros.

A versão utilizada nesta pesquisa foi a mais recente do JCQ, que contém 49 questões, assim distribuídas: a) controle sobre o trabalho ($\alpha = 0,71$), incluindo uso de habilidades (6 questões) ($\alpha = 0,57$), autoridade decisória (3 questões) ($\alpha = -0,79$) e autoridade decisória no nível macro (8 questões) ($\alpha = 0,50$); b) demanda psicológica – 9 questões ($\alpha = 0,45$); c) demanda física – 5 questões ($\alpha = 0,71$); d) suporte social – 11 questões ($\alpha = 0,71$) (5 sobre suporte social proveniente da chefia ($\alpha = 0,92$) e 6 de suporte proporcionado pelos colegas de trabalho) ($\alpha = 0,65$); e) insegurança no trabalho – 6 questões ($\alpha = -0,03$); e) f) 1 questão sobre nível de qualificação exigida para o trabalho que é executado (corresponde ao nível educacional que é requerido no posto de trabalho ocupado), sendo essa a versão validada para trabalhadores no Brasil (Araújo; Karasek, 2008).

A análise de dados foi de natureza quantitativa, através da utilização dos *softwares Statistical Package for Social Sciences* (SPSS; V. 22.0), Jasp (V. 0.11.1) e Mplus (V. 7.11) (Muthén; Muthén, 2012; Goss-Sampson, 2020). Foram realizadas análises descritivas e de frequência para caracterização da amostra. Para averiguar a normalidade da distribuição da amostra nos fatores da DASS-21 e do JCQ foi utilizado o Teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S), recomendado para amostras entre 30 e 100 pessoas. Valores de K-S cujo $p > 0,05$ indicam desvios de normalidade amostral (Field, 2009).

No que se refere à consistência interna, os valores dos coeficientes α de Cronbach e ω total encontrados para os fatores da DASS-21 expressam os seguintes coeficientes de confiabilidade: a) fator – depressão: $\alpha = 0,79$; $\omega = 0,79$, b) fator – ansiedade: $\alpha = 0,70$; $\omega = 0,71$; c) fator estresse: $\alpha = 0,82$; $\omega = 0,82$. Todos os indicadores foram qualificados como adequados em relação à amostra de guardas civis. A consistência interna do JCQ obteve os seguintes valores: a) Fator – controle: $\alpha = 0,71$; $\omega = 0,73$; b) fator – Demandas Psicológicas: $\alpha = 0,45$; $\omega = 0,50$; c) fator – Demandas Físicas: $\alpha = 0,71$; $\omega = 0,73$; e) fator – Insegurança no trabalho $\alpha = -0,03$; $\omega = 0,17$; f) fator – Suporte Social: $\alpha = 0,71$; $\omega = 0,74$.

Em relação aos valores do coeficiente α de Cronbach do JCQ, observa-se que com exceção do fator demandas psicológicas, classificado como consistência moderada, e do fator insegurança no trabalho, qualificado como consistência pequena, os demais fatores do JCQ tiveram consistência substancial. No que tange aos coeficientes ω total, os fatores-controle, demandas físicas e suporte social são considerados

adequados, enquanto os fatores demandas psicológicas e insegurança no trabalho demonstraram-se inadequados para a amostra avaliada, sendo, portanto, descartados no contexto deste estudo.

As correlações entre as variáveis – aspectos psicossociais do trabalho e transtornos mentais foram analisados através da correlação de postos de *Spearman* (ρ [rho]), recomendada para amostras com desvios de normalidade. Na correlação ρ de *Spearman*, os escores originais são alterados para postos. A interpretação dos resultados dessa análise foi fundamentada no que diz respeito às magnitudes (grau de relacionamento entre as variáveis) – $\rho = 0$, correlação nula; $\rho \geq 0,39$, fraca magnitude; $\rho \geq 0,69$, moderada magnitude; $\rho \geq 0,99$, forte magnitude; e $\rho = 1$, correlação perfeita (Dancey; Reidy, 2019).

Inicialmente, foi analisada a dispersão entre as variáveis, com o propósito de verificar o tipo de correlação existente, se linear ou não linear, se positiva ou negativa. Desse modo, a partir da estimativa do valor de ρ , podemos concluir se há ou não relação entre duas variáveis, a direção e a magnitude da correlação existente.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 11 de junho de 2021, através do parecer consubstanciado número X.XXX.XXX. (este número existe, contudo, foi suprimido para preservar a identidade dos autores).

RESULTADOS

As análises realizadas revelam que, em termos de idade dos participantes, a variação foi de 28 a 61 anos ($M = 43,70$; $DP = 7,12$). A maioria dos participantes foram de pessoas do sexo masculino (72,6%), casados ou em um relacionamento estável (49,5%), com filhos (74,7 %), autodeclarados pardos (50,5%), com renda familiar entre R\$ 2.501,00 e R\$ 4.000,00 (58,9%). O nível de instrução da amostra indica uma maior ocorrência de GCM com nível médio (57%) (Tabela 1).

TABELA 1

Caracterização Amostral

Sexo (N = 95)	n (%)			
Masculino	69 (72,6%)			
Feminino	26 (27,4%)			
Possui filhos (N = 95)	n (%)			
Sim	71 (74,7%)			
Não	24 (25,3%)			
Estado Civil (N = 95)	n (%)			
Solteiro(a)	15 (15,8%)			
Casado(a)	47 (49,5%)			
Viúvo(a)	3 (3,2%)			
Divorciado(a); Separado(a); Desquitado(a)	10 (10,5%)			
União Estável	20 (21%)			
Escolaridade (N = 93)	n (%)			
Ensino Médio	53 (57%)			
Ensino Superior	25 (26,9%)			
Especialização	13 (14%)			
Mestrado	2 (2,1%)			
Autodeclaração de raça (N = 95)	n (%)			
Branca	7 (7,4%)			
Amarela	1 (1,1%)			
Parda	48 (50,5%)			
Preta	41,1 (41%)			
Renda familiar (N = 95)	n (%)			
Até R\$ 2.500,00	8 (8,4%)			
Entre R\$ 2.501,00 a R\$ 4.000,00	56 (58,9%)			
Entre R\$ 4.001,00 a R\$ 5.500,00	18 (18,9%)			
Entre R\$ 5.501,00 a R\$ 7.000,00	7 (7,4%)			
Entre R\$ 7.001,00 a R\$ 8.500,00	3 (3,2%)			
Entre R\$ 8.501,00 a R\$ 10.000,00	3 (3,2%)			
Idade (N = 93)	Mín	Máx	M	DP
	28	61	43,70	7,12

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2022).

No tocante, aos aspectos relacionados aos hábitos de vida dos Guardas Civis Municipais (Tabela 2), observa-se que 41,1% são sedentários e 40% deles não participam de grupos sociais. Identifica-se também que 85,5% dos respondentes relatam que não apresentam diagnóstico prévio de transtorno mental, 44,2% acreditam que o trabalho não interfere na sua saúde mental, 81,1% dos guardas não procuraram ajuda psiquiátrica e/ou psicológica no último ano e 73,7% fazem uso de alguma substância psicoativa³, pelo menos de 1 a 2 vezes por semana (31,6%), sendo que, dentre essas, o álcool é a mais utilizada (43,66%).

3 Substância psicoativa é qualquer substância química que, quando ingerida, modifica uma ou várias funções do sistema nervoso central, produzindo efeitos psíquicos e comportamentais. São substâncias psicoativas: álcool, maconha, cocaína, café, chá, diazepam, nicotina, entre outras (Dalgalarrodo, 2018).

TABELA 2

Hábitos de Vida dos Guardas Civis Municipais

Frequência de atividade física (N = 95)	n(%)
Não pratica	39 (41,1%)
1 a 2 vezes por semana	32 (33,7%)
3 a 5 vezes por semana	21 (22%)
6 a 7 vezes por semana	3 (3,2%)
Participação em grupos sociais (N = 95)	n (%)
Não participa	38 (40%)
1 a 2 vezes por semana	35 (36,8%)
3 a 5 vezes por semana	17 (17,9%)
6 a 7 vezes por semana	5 (5,3%)
Diagnóstico prévio de transtornos mentais (N = 95)	n (%)
Sim	14 (14,7%)
Não	81 (85,3%)
O trabalho interfere na saúde mental? (N = 95)	n (%)
Não afeta	42 (44,2%)
Afeta pouco	35 (36,8%)
Às vezes acho que afeta, às vezes acho que não	10 (10,5%)
Afeta muito	8 (8,5%)
Procurou ajuda psicológica/psiquiátrica no último ano (N = 95)	n (%)
Sim	18 (18,9%)
Não	77 (81,1%)
Faz uso de substância psicoativa? (N = 92)	n (%)
Sim	70 (73,7%)
Não	22 (23,3%)
Qual substância? (N = 71)	n (%)
Bebida alcoólica	31 (43,66%)
Cigarro	5 (7,04%)
Medicamento para melhorar o desempenho	1 (1,41%)
Calmanes/medicamento para dormir	6 (8,45%)
Ansiolíticos	4 (5,63%)
Antidepressivo	1 (1,41%)
Outros medicamentos	23 (32,40%)
Frequência de uso de substâncias psicoativas (N = 95)	n (%)
Não faço uso	24 (25,3%)
1 a 2 vezes por semana	30 (31,6%)
3 a 4 vezes por semana	3 (3,2%)
5 a 7 vezes por semana	11 (11,6%)
Esporadicamente	27 (28,3%)

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2022).

Outro aspecto que precisa ser considerado é o padrão de distribuição dos participantes entre as diversas atividades desempenhadas na guarda municipal. Assim, temos que: 8,4% desempenham atividades de coordenação, o que inclui atividades de natureza operacional e administrativa, envolvendo gerenciamento, fiscalização e execução de atividade administrativa, operacional, controle de rotinas, assessoria, articulação e intercâmbio, com outras organizações e corporações; 9,5% trabalham na central de rádio; 18,9% estão

no serviço de radiopatrulha; e, por fim, 63,2% desempenham atividades relacionadas à guarda patrimonial, que envolve a vigilância e proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

PREVALÊNCIA DA SINTOMATOLOGIA DE DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE ENTRE OS GUARDASCIVIS MUNICIPAIS

Na sequência, busca-se identificar a prevalência dos sintomas de transtornos mentais (depressão, ansiedade e estresse) entre os guardas civis. Fica evidenciado que os guardas apresentam sintomas de depressão (20%), de ansiedade (19%) e de estresse (19%), que oscilam de leve a extremamente severo, sendo que esses índices se encontram abaixo da média encontrada em outros estudos com profissionais de segurança pública (Tabela 3), entretanto, em linha com resultados de estudos semelhantes para a população geral, a exemplo do estudo longitudinal desenvolvido pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), em que os índices de transtornos mentais comuns na população de forma geral apresentam uma oscilação entre 23,5% a 21,1% (Barbosa-Medeiros; Caldeira, 2021).

TABELA 3

Níveis de Sintomatologia de Depressão, Ansiedade e Estresse

Depressão (N = 95)	n (%)
Normal	76 (80%)
Leve	10 (10,5%)
Moderada	5 (5,3%)
Severa	4 (4,2%)
Ansiedade (N = 95)	n (%)
Normal	77 (81%)
Leve	8 (8,4%)
Moderada	7 (7,4%)
Severa	2 (2,1%)
Extremamente severa	1 (1,1%)
Estresse (N = 95)	n (%)
Normal	77 (81%)
Leve	8 (8,4%)
Moderada	7 (7,4%)
Severa	3 (3,2%)

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2022).

Quando comparamos a distribuição da sintomatologia de depressão, ansiedade e estresse, avaliadas pelo DASS-21, em conformidade com o tipo de função desempenhada pelos guardas (coordenação, central de rádio, radiopatrulha e guarda patrimonial), não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas. Alguns fatores podem ter contribuído para esse resultado: o pequeno tamanho da amostra com uma grande concentração em uma atividade específica (63,2% na guarda patrimonial). Esse serviço envolve a proteção aos bens móveis e imóveis, serviço de vigilância com objetivo de inibir qualquer tipo de sinistro. Se constituindo como uma atuação mais branda, e sem muito risco para integridade do GCM (Costa; Froeseler 2019). Por outro lado, devemos considerar que se trata de uma guarda em uma

cidade do interior do estado da Bahia, onde as pressões e os riscos relacionados às demais atividades desempenhadas são menos intensos quando comparados com a mesma atividade em uma cidade maior, destacando a importância do contexto.

Esses resultados estão alinhados com as evidências empíricas que demonstram que os profissionais de segurança pública, que atuam nos serviços burocráticos, são menos propensos a desenvolver transtornos de ansiedade ou um quadro patológico de depressão. Isso quando comparado aos que atuam nos serviços operacionais, que mediante à demanda de ocorrências se tornam mais vulneráveis e expostos ao adoecimento emocional (Acquadro; Zedda; Varetto, 2018; Costa *et al.*, 2020; Cunha *et al.*, 2019).

CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO DE GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS

A análise dos resultados desse tópico busca identificar a forma como os GCM avaliam e classificam o trabalho que desenvolvem. Para a dicotomização de controle (baixo/alto), de demanda (baixa/alta) e suporte social (baixo/alto), estabeleceu-se ponto de corte – a mediana, conforme preconiza o modelo proposto por Karasek (1993). Analisando a dimensão controle sobre o trabalho, observa-se que a mediana ($Md = 32$) e a média ($M = 32,28$, $DP: 5,51$) são coincidentes. O que implica dizer que 50% dos resultados obtidos ficaram classificados com alto controle e os, aproximadamente, outros 50%, classificados como baixo controle. Em relação, à demanda física ($Md = 10$), e ao suporte social ($Md = 29$), estas variáveis apresentam uma tendência maior para os níveis classificados como baixos (Tabela 4). A baixa pontuação na dimensão demanda física pode estar relacionada ao tipo das tarefas desenvolvidas por esses trabalhadores, que não exigem esforços físicos constantes, a exemplo de levantamento de cargas pesadas, movimentos rápidos e contínuos, postura incômoda por longos períodos de tempo, entre outros (Ferreira *et al.*, 2017).

A partir das análises dessas dimensões, é possível identificar que entre os guardas civis municipais há um predomínio de um tipo de trabalho que se caracteriza por ser de baixo controle (51,6%), baixa demanda física (53,7%) e baixo suporte social (51,6%) (Tabela 5). A experiência de trabalho vivenciada pela maior parte desses trabalhadores tende para o trabalho passivo, que em conformidade com Karasek (1993), é representado por situações que englobam baixa latitude de decisão sobre como o trabalho será realizado, baixos índices de exigências físicas, psicológicas e baixo suporte social.

O trabalho passivo é considerado uma forma prejudicial de trabalho, porque a falta de desafios em um contexto de trabalho restritivo levaria os trabalhadores a um quadro de desmotivação e perda gradual de habilidades. Portanto, esse tipo de trabalho pode ocasionar uma redução ou perda da capacidade do trabalhador de produzir soluções ou resolver os problemas enfrentados no seu cotidiano de trabalho, o que pode gerar desinteresse (Arroyo; Borges; Lourenção, 2019; Gonçalves, 2016). Além de impactar na produtividade, devido à rotina e à monotonia da atividade desenvolvida, sendo um trabalho típico de atividades burocráticas/administrativas, comerciários e serventes (Mattos; Araújo; Almeida, 2017). De acordo com Karasek e Theorell (2000) e Alves *et al.* (2015), profissionais que atuam em atividades administrativas/burocráticas e de escritórios, como a maioria dos participantes deste estudo (81,1%), se enquadram no perfil de trabalho passivo.

TABELA 4

Caracterização dos Aspectos Psicossociais do Trabalho de GCM

Controle sobre o trabalho (N = 95)	n (%)
Baixo controle	49 (51,6%)
Alto controle	46 (48,4%)
Demanda Física (N = 95)	n (%)
Baixa demanda física	51 (53,7%)
Alta demanda física	44 (46,3%)
Suporte Social (N = 95)	n (%)
Baixo suporte social	49 (51,6%)
Alto suporte social	46 (48,4%)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Esses achados podem estar relacionados com a predominância dos participantes deste estudo estarem, em sua grande maioria, desempenhando trabalho de natureza administrativa ou, principalmente, patrimonial. Trata-se de um trabalho desenvolvido de forma rotineira e monótona. Posto de outra forma, é um tipo de trabalho que tem exposição a riscos intermediários de estresse, em função das situações de baixa exigência e baixo controle, que promovem um trabalho pouco motivador (Oliveira, 2020).

RELAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS E A SINTOMATOLOGIA DE DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE

Os resultados encontrados evidenciam não haver correlações estatisticamente significativas entre os aspectos psicossociais do trabalho com os três indicadores de sintomatologia de transtornos mentais (Tabela 5). Ainda que significância estatística seja sensível ao tamanho da amostra, a magnitude do efeito dessas correlações também se mostra pouco relevante, com os valores mais expressivos sendo uma correlação fraca entre demandas físicas e estresse ($r = .17$), e demandas físicas e ansiedade ($r = .11$).

TABELA 5

Análise de Correlação ρ de Spearman: dimensões psicossociais do trabalho de GCM e transtornos mentais

	1	2	3	4	5	6
1. Controle	-					
2. Demandas físicas	0,03	-				
3. Suporte social	0,20	0,03	-			
4. Depressão	-0,08	0,03	-0,05	-		
5. Ansiedade	-0,05	0,11	-0,06	0,57***	-	
6. Estresse	-0,06	0,17	-0,08	0,69***	0,67***	-

Nota: Índices de correlação em destaque estatisticamente significativos, em nível *** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2022).

DISCUSSÃO

O efetivo dos profissionais de segurança pública é, tradicionalmente, composto pelo predomínio do sexo masculino. O grande contingente de maioria masculina entre esses profissionais é, historicamente, relacionado ao uso da força física que a profissão exige, sendo considerado um requisito aparentemente ideal para lidar com a violência e a criminalidade. Além do estereótipo de que a atuação exige virilidade, autoridade, deliberação e destemor, aspectos usualmente relacionados ao gênero masculino (Pessanha, 2009; Ferreira; Silva e Dutra, 2017). Isso faz com que estudos e discussões relacionadas às questões de saúde, e em especial saúde mental, dada a sua natureza intrinsecamente subjetiva, sejam consideradas indicadores de fraqueza e fragilidade, que, por sua vez, tendem a ser características usualmente associadas ao sexo feminino. Desse modo, as discussões sobre saúde mental em grupos ocupacionais ligados à área de segurança são particularmente difíceis. E justamente por este motivo, necessárias.

Um elemento importante para uma correta compreensão dos resultados apresentados refere-se ao fato de que os itens relacionados aos fatores da DASS-21 (depressão, ansiedade e estresse) tiveram uma concentração alta no valor mínimo da escala (0 pontos). Isso pode estar relacionado com a natureza da atividade desenvolvida pelos GCM.

Por outro lado, a literatura se refere a essa alta concentração no escore mínimo da escala como um fator que pode também estar atrelado ao medo de ser percebido como uma falta de comprometimento ou despreparo para desempenhar a função de agente de segurança pública; ao preconceito e à visão estigmatizada relacionada ao adoecimento mental; e à resistência dos agentes em assumir o adoecimento (masculinidade) (Ferreira; Silva e Dutra, 2017). Bem como a “construção imaginária de figuras superpoderosas” que estes profissionais têm em relação à sua profissão, uma vez que, entre os agentes de segurança pública, há uma prevalência do discurso da virilidade que desconsidera o adoecimento emocional (Miranda; Silva; Silva, 2020).

Essa questão ficou evidenciada, por exemplo, no estudo desenvolvido por Ferreira *et al.* (2017), que verificou a prevalência de transtornos mentais em policiais militares de Minas Gerais e sua relação com aspectos organizacionais. Os autores apontam no seu estudo que 50% dos profissionais que estavam em acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico, mesmo assim, evitavam entrar em licença médica, porque esse afastamento é visto pela instituição de forma negativa, sendo entendida como falta de comprometimento ou despreparo. Tal situação pode camuflar a totalidade de prevalência de adoecimento mental nos profissionais de segurança pública.

Outro fator que também deve ser considerado é o fato de a pesquisa ter sido desenvolvida diretamente no ambiente de trabalho dos guardas municipais, levando a uma resistência a expressar adequadamente a sua opinião, ainda que tivesse sido assegurado o anonimato e a confidencialidade das informações no momento da coleta.

Na análise dos níveis de severidade da depressão, da ansiedade e do estresse, observa-se uma maior prevalência de GCM em níveis de resposta classificados como “normais”. O que demarca uma melhor condição desses profissionais em relação aos demais agentes de segurança pública (policiais civis, militares, bombeiros) (Neves *et al.*, 2016; Soares; Rodrigues; Pimenta, 2021; Back, 2021). De um modo geral, os estudos que utilizam a DASS- 21 no contexto de segurança pública avaliam os profissionais que trabalham em funções operacionais, desempenhando um trabalho mais ostensivo. Esses profissionais

lidam de forma mais direta com a criminalidade e a violência, apresentando, dessa forma, uma prevalência maior nos níveis de depressão, ansiedade e estresse (Castro; Rocha; Cruz, 2019; Oliveira; Moraes, 2021). Ainda que o trabalho administrativo possa ser, em alguns contextos, extremamente estressante e mesmo adoecedor, pode-se argumentar que a relativa tranquilidade do contexto mais amplo de trabalho dos guardas municipais, na ausência de uma liderança tóxica ou pressões excepcionais, por exemplo, se desenvolve de forma razoavelmente tranquila, o que contribui para os resultados encontrados.

Por outro lado, esse resultado é compatível com outros achados já relatados na literatura. É o que vemos, por exemplo, no estudo desenvolvido por Maertens, Vasconcelos e Nascimento (2019), sobre saúde mental e trabalho em profissionais do corpo de bombeiros militar. Na amostra pesquisada (n = 331), 35% dos participantes não relataram sintomas que indicassem níveis de depressão, ansiedade ou estresse acima da classificação normal.

Em um outro estudo realizado sobre ansiedade e depressão entre policiais militares, os resultados apontam uma prevalência de 47% para ansiedade e 35% para depressão (Souza *et al.*, 2019). Destaca-se, nesses dados, a prevalência significativa entre os militares que desempenham funções na seção administrativa, compreendendo 30% dos indivíduos que manifestaram sintomas de transtorno ansioso, em comparação com o grupo operacional, que apresentou uma taxa de 27% (Souza *et al.*, 2019).

No entanto, apesar da alta prevalência de GCM classificados na categoria “normal”, não se deve desconsiderar que o instrumento tenha identificado indivíduos com escores indicativos de um possível grau patológico (moderado a extremamente severo), tanto para a depressão quanto para a ansiedade e o estresse. Esse resultado nos fornece indícios de que esses profissionais também podem estar vivenciando estados emocionais que podem resultar em afetividade negativa, como observado entre os outros profissionais de segurança pública (policiais civis, militares, bombeiros, entre outros).

Da mesma forma, as evidências empíricas apontam que os profissionais de segurança pública exibem um risco maior de desenvolver um ou mais sintomas relacionados à saúde mental do que a população em geral no exercício de suas atividades. Tendo em vista a sua jornada de trabalho, que na maioria das vezes é classificada como estressante, com riscos físicos e mentais, que afetam a vida pessoal e familiar, favorecendo o declínio de sua qualidade de vida, em virtude da exposição e da vulnerabilidade frente ao cenário de perigo iminente (Filho, 2019).

Cabral e Zeni (2016) desenvolveram um estudo com GCM na cidade de Chapecó/SC, cujos resultados demonstram que 72,2% (n = 34) dos guardas apresentaram desgastes emocionais e psicológicos devido à carga de trabalho e 84,1% desses profissionais avaliaram de forma negativa a autonomia no contexto de trabalho. Dessa maneira, observa-se que o controle do indivíduo sobre a forma como o trabalho é desenvolvido, sua importância social, seu sentido, o suporte social de colegas e chefia, a satisfação, o comprometimento, a carga mental desprendida, entre outros fatores, são variáveis importantes para determinar o grau da saúde mental do trabalhador (Soares; Rodrigues; Pimenta, 2021).

Nessa mesma perspectiva, encontram-se os guardas civis municipais em estudos desenvolvidos por Costa e Froeseler (2019), Carvalho e Froeseler (2015) e Mourão e Melo (2017), sobre níveis de estresse nesses profissionais; utilizando a Escala de Estresse do Trabalho (EET), os autores encontraram como resultados índices relevantes de estresse, sendo classificado como de grau elevado. Os guardas obtiveram uma pontuação média de 2,7, demonstrando que essa profissão apresenta rotinas ocupacionais estressoras.

Mesmo em uma análise mais conservadora, prezando apenas os níveis de gravidade de moderado a extremamente severo, com um conjunto de sintomas indicativos de um possível estado patológico, essas taxas continuam baixas entre os GCM, sendo assim descritas: a) depressão: 9,5%; b) ansiedade: 10,6% e; c) estresse: 10,6%.

Apesar de ser uma GCM com pouco tempo de existência e que atua num município do interior do estado da Bahia, onde se tem a crença que há poucas demandas de violência e criminalidade, observa-se que a cidade de Alagoinhas/BA, em 2015, ocupava a 18ª posição no *ranking* das cidades mais violentas da região Nordeste, no universo das 30 cidades com mais de 100 mil habitantes (Ipea, 2015). Em 2018, aparece entre as 123 cidades que concentram metade das mortes violentas do país, apresentando uma taxa de 81,1 de homicídios (Ipea; FBSP, 2018). Mesmo diante desse contexto de atuação, os guardas apresentam índices de adoecimento emocional abaixo do esperado em relação aos outros agentes de segurança pública.

Esses índices abaixo da média dos profissionais de segurança pública podem estar relacionados ao fato da GCM da cidade de Alagoinhas ser uma guarda jovem, com apenas 12 anos de existência, e com a maior parte dos guardas concentrados na área de atuação patrimonial. Por outro lado, temos uma tendência de descrever e classificar o trabalho dos guardas municipais no contexto amplo da segurança pública, o que nos remete para comparações diretas com outros grupos ocupacionais que têm uma ação operacional muito mais voltada para o enfrentamento direto à violência. O que, em tese, não é a competência específica dos guardas municipais. Isso faz com que haja a necessidade de compreensão dos contextos e das tarefas específicos de atuação de cada grupo, para uma adequada compreensão dos seus resultados.

CONCLUSÃO

A proposta deste estudo é investigar a prevalência dos sintomas de depressão, ansiedade e estresse entre os Guardas Civis Municipais de Alagoinhas/BA, bem como analisar a relação entre os aspectos psicossociais do trabalho e o adoecimento psíquico desses profissionais. Esses fatores foram caracterizados a partir da presença ou ausência dos sintomas de depressão, ansiedade e estresse e suas correlações com os aspectos psicossociais do trabalho.

Os resultados encontrados, em alguma medida divergindo de outros estudos semelhantes, desenvolvidos com profissionais de segurança pública, incluindo os GCM (Costa; Froeseler, 2019; Castro; Rocha; Cruz, 2019; Filho, 2019; Oliveira; Moraes, 2021), ressalta a importância do contexto e da natureza específica do trabalho no qual a atividade se desenvolve como um fator explicativo para agravamento de sintomatologia de transtornos mentais. Nesse sentido, não foram encontrados resultados estatisticamente significativos nas comparações envolvendo as prevalências dos sintomas de depressão, ansiedade e estresse com os aspectos psicossociais do trabalho, tais como avaliados nesse estudo.

De qualquer forma, torna-se pertinente o desenvolvimento de mais estudos com uma maior especificidade, que abarquem esses profissionais de segurança pública (GCM), para, assim, identificar e compreender se essa característica encontrada é limitada a guardas civis municipais do interior ou específica desta amostra estudada. Nesse contexto, torna-se essencial abordar as questões de saúde, tanto físicas quanto mentais, enfrentadas por esse grupo de profissionais, proporcionando às instituições de Segurança Pública os recursos necessários para desenvolver planos de ação que incluam programas de promoção da saúde que melhorem, minimizem e evitem o aumento desses sintomas.

A prevenção e a promoção de saúde como formas de minimizar os possíveis adoecimentos psíquicos nas organizações de trabalho tornaram-se desafios na atualidade para a área de saúde do trabalhador. Pensar em propostas mais efetivas dentro do contexto de segurança pública se faz necessário não apenas pelos riscos psicossociais a que esses profissionais estão submetidos, devido à própria atividade, mas também pelas maneiras com que tais situações são tratadas nessas organizações. O que pode consistir em um fator de agravamento dos sintomas e das consequências decorrentes do adoecimento psíquico para o agente, seus familiares e a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACQUADRO, Daniela Maran; ZEDDA, Massimo; VARETTO, Antonella. Cursos de prática física e bem-estar reduzem o sofrimento e melhoram o bem-estar dos policiais. **Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública**, v. 4, 2018.

ALMEIDA, Damiana Machado de; LOPES, Luis Felipe Dias; COSTA, Vânia Medianeira Flores; SANTOS, Rita de Cássia Trindade dos. Policiais Militares do Estado do RS: Relação entre Satisfação no Trabalho e Estresse Ocupacional. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 10, n. 1, p. 1-73, 2018.

ALMEIDA, Eduarda Rodrigues. **Saúde mental dos servidores no serviço público do Rio Grande do Sul**. 2017. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública) – Universidade Federal do Pampa, Bagé/RS, 2017.

ALMEIDA, Ridson Lucas Melo; FERNANDES, Rita de Cássia Pereira. Demanda psicológica, controle sobre o trabalho e apoio social: estudo com trabalhadores do setor judiciário. **Arquivo Jurídico**, Teresina, v. 6, n.2, pág. 39-59, 2019. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/raj/article/view/11188/6430>.

ALVES, Márcia Guimarães de Mello; BRAGA, Vivianne Melo; FAERSTEIN, Eduardo; LOPES, Claudia; JUNGER, Washington. Modelo demanda-controle de estresse no trabalho: considerações sobre diferentes formas de operacionalizar a variável de exposição. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 208-212, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/xkS5wBmVVkM5qF8YTLHcCCM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2025.

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARROYO, Thiago Roberto; BORGES, Marcio Andrade; LOURENÇÃO, Luciano Garcia. Saúde e qualidade de vida de policiais militares. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 32, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5020/18061230.2019.7738>.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSUNÇÃO, A. Á.; PIMENTA, A. M. Satisfação no trabalho do pessoal de enfermagem na rede pública de saúde em uma capital brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 169-180, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.28492019>. Acesso em: 20 ago.2022.

ARAÚJO, Tânia Maria; KARASEK, Robert. Validity and reliability of the job content questionnaire in formal and informal jobs in Brazil. **Scandinavian Journal of Work, Environment & Health**, Supl. n. 34, v. 6, p. 52-59, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/41464059_VValidity_and_reliability_of_the_Job_Content_Questionnaire_in_formal_and_informal_jobs_in_Brazil. Acesso em: 7 fev. 2025.

BARBOSA-MEDEIROS, Mirna Rossi; CALDEIRA, Antonio Prates. Saúde mental de acadêmicos de medicina: estudo longitudinal. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 45, n. 3, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.3-20190285>.

BACK, Caroline Moreira. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 208-225, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2021.v15.n1.1147>.

BOVOPOULOS, Nataly; JORM, Anthony; BOND, Kathy; LA MONTAGNE, Anthony; REAVLEY, Nicola; KELLY, Claire; KITCHENER, Betty; MARTIN, Angela. Providing mental health first aid in the workplace: a Delphi consensus study. **BMC Psychology**, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27485609/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Adoecimento mental e trabalho: a concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2017.

CABRAL, A.; ZENI, E. O trabalho com qualidade de vida: um estudo de caso na Guarda Municipal de Chapecó. *Revista Tecnológica*, v. 4, n. 1, p. 175-194, 2016. Disponível em: <https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/136>. Acesso em: 07 jul 2021.

CARVALHO, F. D.; FROESLER, M. V. G. Trabalho e estresse entre os Guardas Civis Municipais de Sete Lagoas, Minas Gerais. 2015. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Faculdade Ciências da Vida, Sete Lagoas, MG, 2015. Disponível em: <http://jornalold.faculdadecienciasdavidacom.br/index.php/RBCV/article/view/553/299>. Acesso em: 07 jul 2021.

CASTRO, Maria Cristina D'Ávila de. **Trabalho do policial civil e afastamento por transtornos mentais**. 2016. 129 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC, 2016.

CASTRO, Maria Cristina; ROCHA, Ricelli; CRUZ, Roberto. Saúde Mental do Policial Brasileiro: tendências teórico-metodológicas. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 20, n. 2, p. 525-541, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.15309/19psd200220>.

COSTA, Alex Junio Duarte; FROESLER, Mariana Verdolin Guilherme. Atividade Física e Estresse Ocupacional entre Profissionais da Guarda Civil Municipal de Sete Lagoas (GCMSL). **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, Sete Lagoas, v. 6, n. 2, p. 1-21, 2019. Disponível em: <http://jornalold.faculdadecienciasdavidacom.br/index.php/RBCV/article/view/553>. Acesso em: 7 fev. 2025.

COSTA, Francis Ghignatti da; VIEIRA, Lizandra Santos; CÓCARO, Mateus Gomes; AZZOLIN, Karina de Oliveira; PAI, Daiane Dal; TAVARES, Juliana Petri. Qualidade de vida, condições de saúde e estilo de vida de policiais civis. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 41, 2020.

CUNHA, Pedro Alexandre Beron da; DICK, Nídia Rita Michels; PIRES, Charlene Garcia; PINTO, Joséli do Nascimento. Transtorno de Estresse Pós-Traumático em Policial Militar. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, Canoas, v. 7, n. 2, p. 7-18, 2019.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2018.

DANCEY, Christine; REIDY, John. **Estatística sem matemática para Psicologia**. Trad.: Lori Viali. 7 ed. Porto Alegre: Penso, 2019.

ELIAS, Bruna Adorno de Moraes; MARTINS, Daniella Soares Marreiros; RODRIGUES, Carlos Manuel Lopes. Avaliação de efeitos psicossociais em profissionais de saúde e segurança pública pós-Covid-19. Programa de Iniciação Científica-PIC/UnICEUB, Relatórios de Pesquisa, 2020.

FERREIRA, Mariane Oliveira; SILVA E DUTRA, Fabiana Caetano Martins. Avaliação dos Fatores Psicossociais, Saúde Mental e Capacidade para o Trabalho em Policiais Militares de Uberaba/MG. **Revista Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública**, Belo Horizonte, v. 6, p. 133-151, 2017.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FILHO, Miguel Grossi. **Indicadores de saúde mental e qualidade de vida nas diferentes carreiras da polícia civil**. 2019. 56 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2019.

FIORIN, Priscila Maria Marcheti. **Absenteísmo no Corpo de Bombeiros Militar do município de Campo Grande, MS**. 2013. 63 f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2013.

GOETZEL, Ron; ROEMER, Enid Chung; HOLINGUE, Calliope; FALLIN, Daniele; MCCLEARY, Katherine; EATON, William; AGNEW, Jacqueline; AZOCAR, Francisca; BALLARD, David; BARTLETT, John; BRAGA, Michael; CONWAY, Heidi; CRIGHTON, Andrew; FRANK, Richard; JINNETT, Kim; KELLER-GREENE, Debra; RAUCH, Sara Martin; SAFEER, Richard; SAPORITO, Dick; SCHILL, Anita; SHERN, David; STRECHER, Victor; WALD, Peter; WANG, Philip; MATTINGLY, Richard. Mental health in the workplace: a call-to-action proceedings from the mental health in the workplace-public health summit. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, Filadelfia, v. 60, n. 4, p. 322-330, 2018.

GOMES, Mariana Rabelo; ARAÚJO, Tânia Maria de; SOARES, Jorgana Fernanda de Souza; SOUSA, Camila Carvalho de; LUA, Iracema. Estressores ocupacionais e acidentes de trabalho entre trabalhadores da saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 5, p. 55-98, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/FvzLtxQkK4RZCgy pbBwZwRm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2025.

GONÇALVES, Daniel Maffasioli. Self-Reporting Questionnaire (SRQ). In: GORESTEIN, Clarice; WANG, Yuan-Pang; HUNGERBULHER, Ines (Orgs.). **Instrumentos de Avaliação Psicológica em Saúde Mental**. Porto Alegre: Artmed; 2016, p. 82-89.

GOSS-SAMPSON, Mark. **Statistical Analysis in JASP 0.14: a Guide for Students**. 1 ed. London: Universidade de Greenwich, 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2015.

KARASEK, Robert. Demanda de trabalho, latitude de decisão de trabalho e tensão mental: implicações para o redesenho de trabalho. *Administrative Science Quarterly*, Ithaca, v. 24, n. 2, p. 285-308, 1979. DOI: <https://doi.org/10.2307/2392498>.

KARASEK, Robert. **Questionário de conteúdo de trabalho e guia do usuário**. Universidade de Columbia, 1993. [on-line]. Disponível em: www.jcqccenter.org. Acesso em: 2 fev. 2024.

KARASEK, Robert; THEORELL, Töres. O modelo demanda-controle-suporte e DCV. **Medicina Ocupacional**, Filadélfia, v. 15, p. 78-83, 2000.

KNUTH, Berenice Scaletzky; SILVA, Ricardo Azevedo da; OSES, Jean Pierre; RADTKE, Vinicius Augusto; COCCO, Rafaela Abreu; JANSEN, Karen. Transtornos mentais entre trabalhadores da saúde no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2481-2488, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152008.05062014>.

LANCMAN, Selma; TOLDRÁ, Rosé Colom; SANTOS, Maria da Conceição dos. Reabilitação profissional e saúde mental no trabalho. *In*: GLINA, Débora Miriam Raab; ROCHA, Lys Esther (Orgs.). **Saúde mental no trabalho**: da teoria à prática. São Paulo: Roca, 2010, p. 98-112.

LIMA, Eduardo de Paula; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; BARRETO, Sandhi Maria. Tabagismo e estressores ocupacionais em bombeiros. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 5, p. 897-904, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2013047004674>.

LIMA, Fabíola Polo de; BLANK, Vera Lúcia Guimarães; MENEGON, Fabricio Augusto. Prevalência de transtorno mental e comportamental em Polícias Militares/SC, em licença para tratamento de saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 824-840, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703002242013>.

LIMA, Eduardo de Paula; VASCONCELOS, Alina Gomide; CAMARGOS, Bruno Henrique de. Vigilância em Saúde Mental no Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais (CBMMG). *Revista Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco*, Recife, v. 6, n. 16, 2020.

LIZ, Carla Maria; SILVA, Leonardo Cirimbelli da; ARAB, Claudia; VIANA, Maick da Silveira; BRANDT, Ricardo; VASCONCELLOS, Diego Itibere Cunha; ANDRADE, Alexandro. Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares. **Revista Cubana de Medicina Militar**, v. 43, n. 4, p. 467-480, 2014. Disponível em: <https://www.medigraphic.com/pdfs/revcubmedmil/cmm-2014/cmm144g.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2025.

LOVIBOND, Peter; LOVIBOND, Sydney Harold. The structure of negative emotional states: Comparison of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) with the Beck Depression and Anxiety Inventories. **Behaviour Research and Therapy**, Los Angeles, v. 33, n. 3, p. 335-343, 1995.

MAERTENS, Mônica; VASCONCELOS, Alina Gomide; NASCIMENTO, Elizabeth do Estratégias de Enfrentamento (Coping) frente à Eventos Traumáticos Ocupacionais e Saúde mental em Bombeiros Militares. **Vigiles**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 61-73, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/revistavigiles-2595-4229-v2n1-6>.

MATTOS, Amália Ivine Santana; ARAÚJO, Tânia Maria de; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de. Interação entre demanda-controle e apoio social na ocorrência de transtornos mentais comuns. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, p 31-48, 2017.

MENDONÇA, Viviane Gallon. **Contexto do trabalho e alterações psíquicas dos policiais civis de Porto Alegre**. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Porto Alegre/RS, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/217866/001122454.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 fev. 2025.

MIRANDA, José da Cruz Bispo de; SILVA, Monica Karine Rodrigues da Cruz; SILVA, Robson Carlos da. Gênero e étnico-racial nas forças de segurança estaduais, Piauí, Brasil (2010-2017). **Vozes, Pretérito & Devir**: Revista de história da UESPI, Piauí, v. 11, n. 2, p. 158-177, 2020. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/279>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MOURÃO, Thais Helena Ramos Queiroz; MELO, Cynthia de Freitas. Avaliação da síndrome de burnout em servidores do guarda civil municipal de Fortaleza. **Scientia Plena**, São Cristóvão, v. 13, n. 3, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14808/sci.plena.2017.037101>.

MURRAY, Christopher; VOS, Theo; LOZANO, Rafael; NAGHAVI, Mohsen; FLAXMAN, Abraham; MICHAUD, Catherine; EZZATI, Majid; SHIBUYA, Kenji; SALOMON, Joshua; ABDALLA, Safa; ABOYANS, Victor; ABRAHAM, Jerry; ACKERMAN, Ilana; AGGARWAL, Rakesh; AHN, Stephanie; ALI, Mohammed; ALVARADO, Miriam; ANDERSON, Ross; ANDERSON, Laurie; ANDREWS, Kathryn; ATKINSON, Charles; BADDOUR, Larry; BAHALIM, Adil; BARKER-COLLO, Suzanne; BARRERO, Lope; BARTELS, David; BASÁÑEZ, Maria-Gloria; BAXTER, Amanda; BELL, Michelle; BENJAMIN, Emelia; BENNETT, Derrick; BERNABÉ, Eduardo; BHALLA, Kavi; BHANDARI, Bishal; BIKBOV, Boris; BIN ABDULHAK, Aref; BIRBECK, Gretchen; BLACK, James; BLENCOWE, Hannah; BLORE, Jed; BLYTH, Fiona; BOLLIGER, Ian; BONAVENTURE, Audrey; BOUFOUS, Soufiane; BOURNE, Rupert; BOUSSINESQ, Michel; BRAITHWAITE, Tasanee; BRAYNE, Carol; BRIDGETT, Lisa; BROOKER, Simon; BROOKS, Peter; BRUGHA, Traolach; BRYAN-HANCOCK, Claire; BUCELLO, Chiara; BUCHBINDER, Rachele; BUCKLE, Geoffrey; BUDKE, Christine; BURCH, Michael; BURNEY, Peter; BURSTEIN, Roy; CALABRIA, Bianca; CAMPBELL, Benjamin; CANTER, Charles; CARABIN, Hélène; CARAPETIS, Jonathan; CARMONA, Loreto; CELLA, Claudia; CHARLSON, Fiona; CHEN, Honglei; CHENG, Andrew Tai-Ann; CHOU, David; CHUGH, Sumeet; COFFENG, Luc; COLAN, Steven; COLQUHOUN, Samantha; COLSON, Ellicott; CONDON, John; CONNOR, Myles; COOPER, Leslie; CORRIERE, Matthew; CORTINOVIS, Monica; DE VACCARO, Karen Courville; COUSER, William; COWIE, Benjamin; CRIQUI, Michael; CROSS, Marita; DABHADKAR, Kaustubh; DAHIYA, Manu; DAHODWALA, Nabila; DAMSERE-DERRY, James; DANAEI, Goodarz; DAVIS, Adrian; DE LEO, Diego; DEGENHARDT, Louisa; DELLAVALLE, Robert; DELOSSANTOS, Allyne; DENENBERG, Julie; DERRETT, Sarah; DES JARLAIS, Don; DHARMARATNE, Samath; DHERANI,

Mukesh; DIAZ-TORNE, Cesar; DOLK, Helen; DORSEY, Ray; DRISCOLL, Tim; DUBER, Herbert; EBEL, Beth; EDMOND, Karen; ELBAZ, Alexis; ALI, Suad Eltahir; ERSKINE, Holly; ERWIN, Patricia; ESPINDOLA, Patricia; EWOIGBOKHAN, Stalin; FARZADFAR, Farshad; FEIGIN, Valery; FELSON, David; FERRARI, Alize; FERRI, Cleusa; FÈVRE, Eric; FINUCANE, Mariel; FLAXMAN, Seth; FLOOD, Luise; FOREMAN, Kyle; FOROUZANFAR, Mohammad; FOWKES, Francis Gerry; FRANSEN, Marlene; FREEMAN, Michael; GABBE, Belinda; GABRIEL, Sherine; GAKIDOU, Emmanuela; GANATRA, Hammad; GARCIA, Bianca; GASPARI, Flavio; GILLUM, Richard; GMEL, Gerhard; GONZALEZ-MEDINA, Diego; GOSSELIN, Richard; GRAINGER, Rebecca; GRANT, Bridget; GROEGER, Justina; GUILLEMIN, Francis; GUNNELL, David; GUPTA, Ramyani; HAAGSMA, Juanita; HAGAN, Holly; HALASA, Yara; HALL, Wayne; HARING, Diana; HARO, Josep Maria; HARRISON, James; HAVMOELLER, Rasmus; HAY, Roderick; HIGASHI, Hideki; HILL, Catherine; HOEN, Bruno; HOFFMAN, Howard; HOTEZ, Peter; HOY, Damian; HUANG, John; IBEANUSI, Sydney; JACOBSEN, Kathryn; JAMES, Spencer; JARVIS, Deborah; JASRASARIA, Rashmi; JAYARAMAN, Sudha; JOHNS, Nicole; JONAS, Jost; KARTHIKEYAN, Ganesan; KASSEBAUM, Nicholas; KAWAKAMI, Norito; KEREN, Andre; KHOO, Jon-Paul; KING, Charles; KNOWLTON, Lisa Marie; KOBUSINGYE, Olive; KORANTENG, Adofo; KRISHNAMURTHI, Rita; LADEN, Francine; LALLOO, Ratilal; LASLETT, Laura; LATHLEAN, Tim; LEASHER, Janet; LEE, Yong Yi; LEIGH, James; LEVINSON, Daphna; LIM, Stephen; LIMB, Elizabeth; LIN, John Kent; LIPNICK, Michael; Lipshultz, Steven; LIU, Wei; LOANE, Maria; OHNO, Summer Lockett; LYONS, Ronan; MABWEIJANO, Jacqueline; MACINTYRE, Michael; MALEKZADEH, Reza; MALLINGER, Leslie; MANIVANNAN, Sivabalan; MARCENES, Wagner; MARCH, Lyn; MARGOLIS, David; MARKS, Guy; MARKS, Robin; Matsumori, MATZOPOULOS, Akira Richard; MAYOSI, Bongani; MCANULTY, John; MCDERMOTT, Mary; MCGILL, Neil; MCGRATH, John; MEDINA-MORA, Michele; MELTZER, Maria Elena; MENSAH, George; MERRIMAN, Tony; MEYER Ana-Claire, MIGLIOLI, Valeria; MILLER, Matthew; MILLER, Ted; MITCHELL, Philip; MOCK, Charles; MOCUMBI, Ana Olga; MOFFITT, Terrie; MOKDAD, Ali; MONASTA, Lorenzo; MONTICO, Marcella; MORADI-LAKEH, Maziar; MORAN, Andrew; MORAWSKA, Lidia; MORI, Rintaro; MURDOCH, Michele; MWANIKI, Michael; NAIDOO, Kovin; NAIR, Nathan; NALDI, Luigi; NARAYAN, Venkat; NELSON, Paul; NELSON, Robert; NEVITT, Michael; NEWTON, Charles; NOLTE, Sandra; NORMAN, Paul; NORMAN, Rosana; O'DONNELL, Martin; O'HANLON, Simon; OLIVES, Casey; OMER, Saad; ORTBLAD, Katrina; OSBORNE, Richard; OZGEDIZ, Doruk; PAGE, Andrew; PAHARI, Bishnu; PANDIAN, Jeyaraj Durai; RIVERO, Andrea Panozo; PATTEN, Scott; PEARCE, Neil; PADILLA, Rogelio Perez; PEREZ-RUIZ, Fernando; PERICO, Norberto; PESUDOVS, Konrad; PHILLIPS, David; PHILLIPS, Michael; PIERCE, Kelsey; PION, Sébastien; POLANCZYK, Guilherme; POLINDER, Suzanne; POPE, Arden; POPOVA, Svetlana; PORRINI, Esteban; POURMALEK, Farshad; PRINCE, Martin; PULLAN, Rachel; RAMAIAH, Kapa; RANGANATHAN, Dharani; RAZAVI, Homie; REGAN, Mathilda; REHM, Jürgen; REIN, David; REMUZZI, Guiseppe; RICHARDSON, Kathryn; RIVARA, Frederick; ROBERTS, Thomas; ROBINSON, Carolyn; DE LEÒN, Felipe Rodriguez; RONFANI, Luca; ROOM, Robin; ROSENFELD, Lisa; RUSHTON, Lesley; SACCO, Ralph; SAHA, Sukanta; SAMPSON, Uchechukwu; SANCHEZ-RIERA, Lidia; SANMAN, Ella; SCHWEBEL, David; SCOTT, James Graham; SEGUI-GOMEZ, Maria; SHAHRAZ, Saeid; SHEPARD, Donald; SHIN, Hwashin; SHIVAKOTI, Rupak; SINGH, David; SINGH, Gitanjali; SINGH, Jasvinder; SINGLETON, Jessica; SLEET, David; SLIWA, Karen; SMITH, Emma; SMITH, Jennifer; STAPELBERG, Nicolas; STEER, Andrew; STEINER, Timothy; STOLK, Wilma; STOVNER, Lars Jacob; SUDFELD, Christopher; SYED, Sana; TAMBURLINI, Giorgio; TAVAKKOLI, Mohammad; TAYLOR, Hugh; TAYLOR, Jennifer; TAYLOR, William; THOMAS, Bernadette; THOMSON, Murray; THURSTON, George; TLEYJEH, Imad; TONELLI, Marcello; TOWBIN, Jeffrey; TRUELSEN, Thomas; TSILIMBARIS, Miltiadis; UBEDA, Clotilde; UNDURRAGA, Eduardo; WERF, Marieke van der; OS, Jim van; Vavilala, Monica; VENKETASUBRAMANIA; WANG, Mengru; WANG, Wenzhi; WATT, Kerriane; WEATHERALL, David; WEINSTOCK, Martin; WEINTRAUB, Robert; WEISSKOPF, Marc; WEISSMAN, Myrna; WHITE, Richard; WHITEFORD, Harvey; WIEBE, Natasha;

WIERSMA, Steven; WILKINSON, James; WILLIAMS, Hywel; WILLIAMS, Sean; WITT, Emma; WOLFE, Frederick; WOOLF, Anthony; WULF, Sarah; YEH, Pon-Hsiu; ZAIDI, Anita; ZHENG, Zhi-Jie; ZONIES, David; LOPEZ, Alan; ALMAZROA, Mohammad; MEMISH, Ziad. Disability-adjusted life years (DALYs) for 291 diseases and injuries in 21 regions, 1990-2010: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2010. **Lancet**, v. 380, n. 9859, p. 2197-2223, 2012. DOI: [10.1016/S0140-6736\(12\)61689-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)61689-4).

MUTHÉN, Linda; MUTHÉN, Bengt. **Mplus User's Guide: Statistical Analysis with Latent Variables**. 7 ed. Los Angeles, CA: Muthén & Muthén, 2012.

NEVES, Lídia; OLIVEIRA, Maria Letícia Marcondes Coelho de; FERREIRA, Dayane Fernandes; BATISTA, Eraldo Carlos. Sintomatologia de Estresse em Policiais Militares numa cidade do interior de Rondônia. **Reinpec**, Itaperuna, v. 2, n. 1, p. 191-204, 2016. DOI: [10.20951/2446-6778/v2n1a14](https://doi.org/10.20951/2446-6778/v2n1a14).

OLIVEIRA, Gerfson Moreira; ARAÚJO, Tânia Maria de; CARVALHO, Fernando. Características do trabalho e condições de saúde dos delegados de polícia civil. In: FERNANDES, Rita de Cássia Pereira; LIMA, Mônica Angelim Gomes de; ARAÚJO, Tânia Maria de (Orgs.). **Tópicos em saúde, ambiente e trabalho: um olhar ampliado**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 53-75.

OLIVEIRA, Bruno Gonçalves de. **Associação entre estresse, ansiedade e qualidade do sono com a qualidade de vida no trabalho de policiais militares**. 2020. 132 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié/BA, 2020. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppges/wp-content/uploads/2021/02/TESE-BRUNO-GON%C3%87ALVES.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2025.

OLIVEIRA, Karine Trarbach de; MORAES, Thiago Drumond. Saúde mental e trabalho em profissionais do corpo de bombeiros militar. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 1388-1397, 2021.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde**. São Paulo: Edusp, 2011.

PESSANHA, Josemara Henrique da Silva. Um fardo peculiar de agentes de segurança pública. **Serviço Social & Realidade**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 279-305, 2009. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/140/0>. Acesso em: jan. 2023.

PEIXOTO, Adriano; PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel. Organizando o trabalho em busca de bem-estar e eficiência: uma perspectiva histórica. In: ABBAD, Gardênia da Silva; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; MOURÃO, Luciana; GONDIM, Sonia Maria Guedes (Orgs.). **Desenho e redesenho do trabalho: modelos e ferramentas de apoio à gestão**. São Paulo: Vetor, 2022, p. 38-66.

SALGUERO, José; FERNÁNDEZ-BERROCAL, Pablo; IRUARRIZAGA, Itziar; CANO-VINDEL, Antonio; GALEA, Sandro. Major depressive disorder following terrorist attacks: a systematic review of prevalence, course and correlates. **BMC Psychiatry**, v. 11, n. 96, 2011.

SILVA, Liliane Neris da; SEHNEM, Scheila Beatriz. Avaliação da saúde mental de policiais militares. **Pesquisa em Psicologia** – Anais eletrônicos, p. 43-60, 2018. Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/pp_ae/article/view/19184. Acesso em: jan. 2021.

SOARES, Wellington Danilo; RODRIGUES, Beatriz Pereira; PIMENTA, Carla Priscila Santos. Síndrome de Burnout, Depressão, Ansiedade e Ideação Suicida em Servidores de Segurança. **Unigá Review**, Maringá, v. 36, 2021. DOI: <https://doi.org/10.46311/2178-2571.36.eURJ3613>.

STEEL, Zachary; MARNANE, Claire; IRANPOUR, Changiz; CHEY, Tien; JACKSON, John; PATEL, Vikram; SILOVE, Derrick. The global prevalence of common mental disorders: a systematic review and meta-analysis 1980-2013. **International Journal of Epidemiology**, v. 43, n. 2, p. 476-493, 2014. DOI: [10.1093/ije/dyu038](https://doi.org/10.1093/ije/dyu038).

SOUZA, Camila Carvalho de; ARAÚJO, Tânia Maria de; LUA, Iracema; GOMES, Mariana Rabelo; FREITAS, Kátia Santana. Insatisfação com o trabalho, aspectos psicossociais, satisfação pessoal e saúde mental de trabalhadores e trabalhadoras da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 7, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00246320>.

SOUZA, Wanderley de Almeida; SANTOS, Anderson Lopes de Gois; SILVA, Andeson Luiz Gomes da; SANTOS JR., Arivaldo Conceição; MARIANO, Yago Costa do Rosário. Ansiedade, depressão e sintomas de DTM em policiais militares da 27ª Companhia Independente da Polícia Militar-Cruz das Almas-Bahia. **Anais do XV Seminário Estudantil de Pesquisa e Extensão da FAMAM: Mudanças, Perspectivas e Tendências Socioespaciais**, Faculdade Maria Milza, Bahia, 2019. 45 p.

STEEL, Zachary; MARNANE, Claire; IRANPOUR, Changiz; CHEY, Tien; JACKSON, John; PATEL, Vikram; SILOVE, Derrick. The global prevalence of common mental disorders: a systematic review and meta-analysis 1980-2013. **International Journal of Epidemiology**, v. 43, n. 2, p. 476-493, 2014. DOI: [10.1093/ije/dyu038](https://doi.org/10.1093/ije/dyu038).

TARCAN, Menderes; HIKMET, Neset; SCHOOLEY, Benjamin; TOP, Mehmet; TARCAN, Gamze Yorgancioglu. An analysis of the relationship between burnout, socio-demographic and workplace factors and job satisfaction among emergency department health professionals. **Applied Nursing Research**, v. 34, p. 40-47, 2017. Recuperado de <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28342622>. Acesso em: 2 fev. 2025.

VASCONCELOS, Amanda de; FARIA, José Henrique de. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 20, n. 3, p. 453-64, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300016. Acesso em: 10 abr. 2020.

WHO – World Health Organization. **Depression and other common mental disorders**. Global Health Estimates. Geneva:WHO, 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf;jsessionid=A1EF7626C774D07770393972476F88C9?sequence=1>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ZANELLI, José Carlos; TOSTES, Andrea. **Prática reflexiva das ações gerenciais**: um modo de promover a saúde e o bem-estar sem perder de vista a produtividade. Curitiba: Maxi; Florianópolis: Instituto Zanelli, 2019.

ARTIGO

ASPETOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO MOÇAMBICANO: DO PERÍODO COLONIAL ATÉ O PRESENTE

JOSE HENRIQUES MUTEMBA

Mestre em Ciências Policiais na especialidade de Segurança Pública pela Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) em Moçambique; Licenciado em Ensino de Filosofia pela Universidade Pedagógica - Moçambique (UP); Funcionário do Quadro do Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP). Docente na Escola de Formação da Guarda Penitenciária - Moçambique.

País: Moçambique **Cidade:** Maputo

Email: jmutemba34@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-2497-0605>

Data de Recebimento: 11/07/2023 – **Data de Aprovação:** 07/09/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1958

RESUMO

O objetivo deste estudo é caracterizar os aspectos históricos do processo educativo em meio penitenciário moçambicano, nos diversos períodos constitucionais, desde a Era Colonial até os dias de hoje. É um estudo qualitativo, alicerçado na revisão bibliográfica e análise documental. Os dados foram tratados com base na análise de conteúdo. Para responder os objetivos da pesquisa foram identificados cinco períodos: i) anterior a 1975 (antes da independência nacional); ii) de 1975 a 1990 (depois da independência do país); iii) de 1990 a 2004 (da implantação do Estado de Direito Democrático); iv) de 2004 a 2018 (período da nova Constituição); e v) de 2018 até o presente (da vigência da atual Constituição). Os resultados mostram a preocupação do governo pelas reformas legais, considerando o destaque que a educação ocupa no quadro legal penitenciário posterior à Constituição de 1990. Contudo, há desafios a superar, pelo fato de as políticas educacionais não diferenciarem o meio, o público-alvo penitenciário e o contexto onde se insere.

Palavras-Chave: Meio penitenciário. Educação escolar. Moçambique.

HISTORICAL ASPECTS OF EDUCATION IN THE MOZAMBICAN PENITENTIARY SYSTEM: FROM THE COLONIAL PERIOD TO THE PRESENT DAY

ABSTRACT

The objective of this study is to characterize the historical aspects of the educational process in a Mozambican penitentiary environment, in the different constitutional periods, from the colonial period to the present day. It is a qualitative study, based on a bibliographic review and document analysis. Data were treated based on content analysis. To respond to the research objectives, five periods were identified: i) prior to 1975 (before national independence); ii) from 1975 to 1990 (after the country's independence);

iii) from 1990 to 2004 (The implementation of the Democratic Rule of Law); iv) from 2004 to 2018 (period of the new Constitution) and, v) from 2018 to the present day (of the current Constitution). The results show the government's concern for legal reforms, considering the importance that education occupies in the penitentiary legal framework after the 1990 Constitution. However, there are challenges to be overcome, due to the fact that educational policies do not differentiate the environment, the penitentiary target audience and the context in which it operates.

Keywords: Penitentiary environment. Schooling. Mozambique.

INTRODUÇÃO

Sistematizar a história da educação escolar no contexto penitenciário moçambicano, ainda que de forma resumida, é uma tarefa desafiadora, devido à escassez de registos sobre essas experiências. A Educação, no contexto penitenciário e fora dele, é definida na literatura e no quadro normativo nacional e internacional como um direito humano e fundamental reservado a todas as pessoas (ONU, 1990; Julião, 2016; Graciano, 2005; Moçambique, 2002b; Moçambique, 2019).

Em Moçambique, o direito à educação está definido, nos números 1 e 2 do art. 88 da Constituição da República (Moçambique, 2018a), como um direito e dever de todos os cidadãos, cabendo ao Estado a responsabilidade de promover sua extensão à formação profissional contínua e igualdade no acesso para todos cidadãos. Este estudo enquadra-se no campo de segurança pública, especificamente na prevenção terciária da criminalidade que, segundo Calhau (2009), possui apenas um destinatário, que é a população prisional, e busca evitar a reincidência criminal. O objetivo desta pesquisa é caracterizar os aspetos históricos do processo educativo em meio penitenciário moçambicano, nos diversos períodos constitucionais, desde a época colonial, passando pela independência do país até o presente.

Consideramos pontual e pertinente rever o processo histórico da oferta da educação escolar no contexto penitenciário moçambicano para identificar, no presente, as metamorfoses, repercussões e vicissitudes dos paradigmas passados sobre os valores atuais. A relevância da pesquisa é também justificada, segundo Mutemba e Niquice (2023), pela existência de poucas pesquisas de raiz publicadas sobre o sistema penitenciário moçambicano, sobretudo relacionadas com a educação em meio penitenciário. Assim, lançamos o nosso olhar para compreender os pressupostos teóricos-normativos, as potencialidades e os limites da educação como direito humano e fundamental e política de reabilitação preventiva da reincidência criminal e reinserção social de condenados, partindo da seguinte indagação: que aspetos históricos caracterizaram a educação escolar em meio penitenciário moçambicano, nos diversos períodos constitucionais, desde o época colonial até os dias de hoje?

Na busca de respostas para o quesito apresentado, foram identificados 5 (cinco) períodos históricos e/ou constitucionais:

- i) Período anterior a 1975 (antes da independência nacional);
- ii) Período de 1975 a 1990 (depois da independência do país);
- iii) Período de 1990 a 2004 (da instalação do Estado de Direito Democrático à nova Constituição);

iv) Período de 2004 a 2018 (da nova Constituição à Constituição de 2018);

v) Período de 2018 até o presente, da vigência da atual Constituição.

Nesse contexto, para compreender o processo histórico da educação em meio penitenciário, torna-se necessário, antes de tudo, compreender um pouco sobre o sistema penitenciário e educacional do país, no quadro das transformações ocorridas ao longo do tempo, a fim de ajustá-lo à realidade sociopolítica em cada período constitucional que marcou a história do país, incluindo tratados internacionais, que de certa forma influenciaram o atual modelo de sistema penitenciário moçambicano.

METODOLOGIA

Este é um estudo de abordagem qualitativa, com características descritivas e exploratórias, baseado na revisão bibliográfica e na análise documental. A primeira, elaborada a partir de material publicado (Silva; Menezes, 2005), constituído por livros, artigos e revistas científicas, incluindo dissertações e teses, entre outra literatura relacionada com o tema da pesquisa. Segundo Lüdke e André (1986), a análise documental busca identificar informações fatuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. Além disso, é uma fonte poderosa de onde são retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador; indicam problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos e complementam as informações obtidas por outras técnicas de recolha de dados.

Assim, para responder os objetivos da pesquisa foi analisada a legislação do período colonial; e a Constituição de Moçambique de 1975, de 1990, de 2004 e de 2018, para caracterizar o Estado e seus fundamentos (Moçambique, 1975a; 1990; 2004; 2018a). No contexto penitenciário, foram analisadas Leis, Decretos, Resoluções, Regulamentos, Diplomas Ministeriais, entre outros documentos que regem o sistema penitenciário na atualidade, para aferir se respondem a aspectos relevantes de Políticas Públicas de educação escolar no meio penitenciário. No sistema educacional, foram analisadas leis que aprovam e/ou atualizam o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação em Moçambique, nomeadamente: Lei Nº 4/83, de 23 de março; Lei Nº 6/92, de 6 de maio e a Nº Lei 18/2018, de 28 de dezembro, atual lei, para confrontar se a política educacional do país contempla diretrizes específicas ou modalidade de ensino específico para o contexto de privação de liberdade no meio penitenciário moçambicano (Moçambique, 1983; 1992; 2018b).

A análise de dados foi baseada no método de análise de conteúdo, definido por Krippendorff (1980 *apud* Lüdke; André, 1986) como uma técnica de pesquisa para fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto. E, conforme ensinam Laville e Dione (1999), esse método procura desmembrar a estrutura e os elementos do conteúdo, com vistas a esclarecer suas diferentes características e significações.

EDUCAÇÃO EM MEIO PENITENCIÁRIO MOÇAMBICANO

PERÍODO ANTERIOR A 1975 (ANTES DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL)

“O ensino colonial em Moçambique data da primeira metade do século XIX e vai até aos finais do século XX (1845-1974), sendo marcado por uma educação de dominação, alienação e cristianização” (Bonde, 2016,

p. 42). Decerto, quando os portugueses chegaram em solo pátrio, trouxeram seus hábitos, costumes, suas ideologias, religiosidade e seus métodos pedagógicos. De lá para cá, houve muitas alterações na planificação educacional. Almeida (1979) refere que a primeira regulamentação de ensino para as colônias surgiu em abril de 1845, no período de monarquia portuguesa, e em agosto do mesmo ano, foi estabelecido o decreto que diferenciava o ensino nas colônias e na metrópole e criava nas colônias as escolas públicas.

Na sequência disso, o Acto Colonial que representava a Constituição do Império Colonial Português, aprovado pelo Decreto-Lei nº 22.465, de 1 de abril de 1933, lê-se no seu art. 2º: “é da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nela se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo padroado do ocidente” (Ministério de Ultramar, 1933). Diante dessa realidade, o Estatuto dos indígenas portugueses, aprovado pelo Decreto nº 39.666, de 20 de maio de 1954, dispunha no art. 4º que:

O Estado promoverá por todos os meios o melhoramento das condições materiais e morais da vida dos indígenas [...] a sua educação pelo ensino e pelo trabalho para a transformação dos seus usos e costumes primitivo, valorizará sua atividade e integração ativa na comunidade, mediante o acesso à cidadania (Ministério do Ultramar, 1954).

No mesmo dispositivo, lê-se no art. 6º:

O ensino que for especialmente destinado aos indígenas deve visar aos fins gerais de educação moral, cívica, intelectual e física, estabelecidos nas leis e também a aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, de harmonia com os sexos, as condições sociais e as conveniências das economias regionais (Ministério do Ultramar, 1954).

A educação no contexto penitenciário não fugiu à regra, pois as prisões em Moçambique surgiram também na Era Colonial, tendo como base legal o Decreto-Lei Nº 26.643, de 28 de maio de 1936, que aprova a Organização Prisional, tornado extensivo a Moçambique, com algumas alterações, através do Decreto-Lei Nº 39.997, de 29 de dezembro de 1954. No quadro dos direitos humanos, essa norma preceitua, no art. 229, que

Os presos devem ser tratados com justiça e humanidade, por forma que, sentida a severidade necessária da pena, não sofram humilhações inúteis ou influências prejudiciais à sua readaptação social. O tratamento dos presos deve ter particularmente em vista criar ou desenvolver neles o espírito de ordem, o respeito à autoridade, o amor do trabalho, o sentimento de responsabilidade pelos próprios actos e a dedicação pelo interesse geral (Ministério do Ultramar, 1936).

Para salvaguardar a efetivação desses direitos, o art. 230, da mesma norma (Ministério do Ultramar, 1936), determina que será fornecido a cada recluso um resumo das disposições legais e regulamentares que interessam à sua conduta. Além disso, a classificação dos estabelecimentos prisionais incluía, na sua estrutura orgânica, “prisões escolas” na categoria ou no grupo de “prisões especiais”, destinadas à albergar menores de mais de dezesseis anos de idade condenados a qualquer pena privativa de liberdade (Ministério do Ultramar, art. 75, 1936). A educação escolar no contexto penitenciário tinha também suporte legal à Portaria nº 9.247, de 1 de março de 1952, que cria a Penitenciária de Moçambique e aprova o seu Regulamento, na qual, os arts. 136 e 137 dispõem o seguinte:

Instalar-se-ão na penitenciária, quando as circunstâncias aconselharem, cursos de ensino elementar e cursos de aperfeiçoamento e profissionais. [...] A frequência da escola penitenciária será obrigatória para os presos analfabetos que tenham menos de 40 anos e que o director não dispensar por motivos justificados. [...] a frequência será facultativa para os outros presos, excepto se o director julgar necessário torná-la obrigatória para alguns como processo de observação. [...] nos casos em que a frequência escolar é facultativa, deverá ser autorizada pelo director. Esta autorização poderá ser retirada por falta de aproveitamento ou por motivo disciplinar (Ministério do Ultramar, 1952).

Diante dessa realidade, as primeiras “Prisões-Escola”, sob o ponto de vista da infraestrutura, foram construídas na década de 60, durante a luta anticolonial. É o caso da Escola Secundária da Cadeia Central de Maputo, no interior das instalações do atual Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo e, na década de 70, as Escolas Secundárias da Penitenciária Industrial de Nampula e a Cadeia Central de Manica, no interior das instalações dos atuais Estabelecimentos Penitenciários Regionais, Centro-Manica e Norte-Nampula. Mais tarde, preocupado com os índices da delinquência juvenil, o governo português, através da Direcção Geral da Justiça, sob tutela do Ministério do Ultramar, introduziu reformas legislativas através do Decreto n° 417/71, de 29 de setembro, ao criar o Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores do Ultramar (Ministério do Ultramar, 1971a) e o Decreto n° 484/71, de 8 de novembro, que aprova o respectivo regulamento, nos quais foram criados os Estabelecimentos de Prevenção Criminal que funcionavam na dependência da Procuradoria da República (Ministério do Ultramar, 1971b).

A vida quotidiana dos menores a internar nesses estabelecimentos era distribuída por três espécies de atividades: i) estudos; ii) trabalho oficial, agrícola ou pecuária; e iii) educação física e desportos (Decreto n° 484/71; Decreto n° 417/71). Ainda assim, essas instituições não lograram seus objetivos, em virtude das dificuldades financeiras e de planificação (MJ, 2000). Destaca-se, nos estabelecimentos juvenis, a atenção especial que o governo português dedicava aos jovens como mecanismo de prevenção criminal.

Contudo, a educação ministrada no período colonial visava, fundamentalmente, servir a interesses imperialistas, isto é, possuir e colonizar domínios ultramarinos, com o intuito de civilizar as populações indígenas, exercendo nelas influências morais, culturais e costumes ocidentais. E, conforme explica Hadge (2003), as prisões em Moçambique surgem num contexto colonial, quando os indivíduos que não cumpriam as orientações exigidas pela Administração Colonial Portuguesa eram enviados para a Cadeia, para que fossem castigados e retirados de circulação, com o propósito de controlá-los e exercer sobre eles o poder e a ideologia colonial. Relacionado a isso, com a criação da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), em 1962, o país mergulhou na luta armada de libertação nacional até a implantação do governo de transição, em 1974, com a assinatura de acordos de Lusaka, seguido da proclamação da independência nacional, em 1975.

Por isso, no período colonial, não há relatos achados ou registos sobre a efetivação da educação escolar no contexto penitenciário moçambicano, todavia, há, sob o ponto de vista legal, uma atenção especial dedicada a menores em conflito com a lei, embora não se tenha registos fatuais da sua efetivação e resultados.

SEGUNDO PERÍODO: DE 1975 A 1990 (DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL)

Em 1975, após a proclamação da independência nacional no dia 25 de junho, foi outorgada a primeira Constituição da República Popular de Moçambique como um Estado de orientação socialista democrático,

dirigido pela linha política definida pela Frelimo como força dirigente do Estado e da Sociedade. Essa Constituição define no art. 3º que “a FRELIMO traça a orientação política básica do Estado, dirige e supervisa a ação dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo” (Moçambique, 1975a). O art. 4º define como um dos objetivos fundamentais do Estado a eliminação das estruturas de opressão e exploração coloniais e tradicionais e da mentalidade que lhes está subjacente. Assim, se definia o primeiro Estado de Moçambique independente, no qual destacasse, no panorama dos Direitos Humanos, a ratificação, em 1988, da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos da União Africana, através da Resolução Nº 9/88, de 25 de agosto. A ratificação dessa norma influenciou políticas públicas educacionais no geral e, no contexto penitenciário em particular, no que tange ao respeito da dignidade da pessoa humana, em todos os domínios da sua existência como pessoa e na salvaguarda de garantias, direitos e liberdades fundamentais. Foram também publicadas nesse período, por organizações das quais Moçambique faz parte, as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Adolescentes Privados de Liberdade (ONU, 1990) e, em 1988, o Conjunto de Princípios para a Proteção de todas as pessoas sob qualquer forma de detenção ou prisão.

No que tange à educação, a Constituição de 1975 determinava no art. 15 que o Estado “realiza um combate enérgico contra o analfabetismo e obscurantismo e promove o desenvolvimento da cultura e personalidades nacionais” (Moçambique, 1975a). O art. 31 define a educação como direito e dever de cada cidadão para combater o atraso criado pelo colonialismo, cabendo ao Estado promover condições necessárias para a extensão do gozo desses direitos a todos os cidadãos. Nesse contexto, com a promulgação do Decreto Nº 1/75, de 27 de julho, que cria o primeiro governo de Moçambique independente, houve necessidades de se ajustar a nova realidade ao contexto sociopolítico, cultural e econômico e às exigências que essas mudanças políticas apresentavam. E, conforme explica Gonçalves (2018), o sistema educacional recém-adotado:

Deveria ser consoante com o projecto de Estado e de sociedade defendido pelos dirigentes de Moçambique – o socialismo – e corrigir as distorções educacionais do período colonial marcado pela restrição de acesso e pelo dualismo escolar: de um lado, a escola para a burguesia colonial e um pequeno número de assimilados – os indígenas “convertidos” – e, de outro, escola para os indígenas ainda “não convertidos” (Gonçalves, 2018, p. 45).

Por isso, o Estado moçambicano, através do então Ministério da Educação e Cultura, iniciou o processo de organização do novo sistema educacional, apresentando em 1977, à então Assembleia Popular de Moçambique, a proposta de lei apelidada por Linhas Gerais do Sistema Nacional de Educação, publicada em 1981 através da Resolução nº 11/81, de 17 de dezembro, mais tarde, republicada em 1983, como Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) através da Lei nº 4/83, de 23 de março (Moçambique, 1983). Esta lei traz reformas que vale a pena destacar: é o caso da introdução do ensino a distância como modalidade de ensino alternativo (art. 4º); a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário (arts. 6º e 7º); a introdução de subsistemas de educação geral, educação de adultos, educação técnico profissional, formação de professores e educação superior (art. 8º), entre outras.

Na Lei nº 4/83 (Moçambique, 1983), a educação é considerada o instrumento principal para a criação do homem novo, homem liberto de toda a carga ideológica e política da formação colonial e dos valores negativos da formação tradicional, capaz de assimilar e utilizar a ciência e a técnica a serviço da revolução (alínea c, art. 1º). Assim, a educação que vigorou nesse período era baseada na experiência nacional, nos

princípios universais do marxismo-leninismo e no patrimônio científico, técnico e cultural da humanidade (alínea d, art. 1º). Por isso, era dirigida, planificada e controlada pelo Estado, a quem igualmente competia garantir a sua universalidade e a laicidade no quadro da realização dos objetivos fundamentais consagrados na Constituição (alínea e, art. 1º).

O contexto penitenciário não ficou alheio a essas vicissitudes e transformações. Em resultado disso, a implantação do novo governo, em 1975, conduziu o sistema prisional moçambicano a uma dupla subordinação, dos ministérios da Justiça e do Interior, por força do Decreto nº 25/75, de 18 de outubro (Moçambique, 1975b). A medida deve-se à extinção da Polícia Judiciária de Moçambique e a criação da Polícia de Investigação Criminal colocada sob tutela do Ministério do Interior. Com esse acontecimento, os estabelecimentos de detenção passaram a subordinar-se aos Ministérios do Interior, permanecendo os estabelecimentos de cumprimento da pena sob tutela do Ministério da Justiça, criando, assim, um dualismo na gestão do sistema prisional, que só veio a terminar em 2006, com a criação do Serviço Nacional das Prisões (Snapri), através do Decreto nº 7/2006, de 17 de maio (Moçambique, 2006).

No período em análise, o governo criou, através do Decreto nº 26/1975, de 18 de outubro, os Serviços de Reeducação na dependência do Ministério do Interior que operavam com inúmeras deficiências, caracterizando-se como: i) Locais onde confinavam centenas de indivíduos indiciados de crimes sem indicação de período de reclusão a cumprir; ii) Locais de difícil acesso e isolados dos centros populacionais; e iii) Locais dirigidos por pessoal sem formação na área da administração penitenciária e sem nenhuma qualificação específica.

A ausência de políticas e estratégias de gestão desses Centros e as condições do seu funcionamento tornaram impraticável desenvolver programas de readaptação e reinserção social dos delinquentes, fato que gerou críticas, que levaram o governo a abolir os Centros de Reeducação por falta de clareza na sua gestão (MJ, 2000). Por outro lado, o sistema prisional moçambicano enfrentava também problemas relativos à coordenação e planificação, resultantes da gestão dualista, situação que repercutia também na adoção e execução de políticas de reabilitação, como é o caso das políticas de educação escolar no meio penitenciário.

Todavia, de forma sumariada, o apontamento a destacar, no período de 1975 a 1990, é que a educação passou a ser um direito consagrado na Constituição da República Popular de Moçambique como um direito e dever de cada cidadão – ganhando, assim, o estatuto de direito fundamental –, cujo propósito era combater o atraso criado pelo colonialismo. Foi um período caracterizado por problemas que o país enfrentava, com destaque à crise financeira para suportar o novo sistema educacional adotado pela Lei nº 4/83 (Moçambique, 1983) e a guerra de desestabilização protagonizada pela Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), que criou a destruição de muitas infraestruturas escolares por todo o país; iniciada em 1977, com apoio do governo racista da Rodésia do Sul, terminada em 1992, com a assinatura dos acordos de paz em Roma. A gestão dualista do sistema penitenciário se constituiu num outro embaraço a destacar nesta síntese, apontando o corolário dos Centros de Reeducação como as práticas educativas que mais se evidenciaram nesse período.

TERCEIRO PERÍODO: DE 1990 A 2004 (DA INSTALAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO À NOVA CONSTITUIÇÃO)

Com a promulgação da Constituição de 1990, a educação continuou como um direito e dever de cada cidadão. Essa Constituição aceitou e aplicou os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e

da União Africana. Se, por um lado, a Constituição de 1975 dava ênfase aos direitos coletivos de natureza econômica, social e cultural, a Constituição de 1990 alargou os direitos individuais, civis e políticos, colocando Moçambique a par dos padrões internacionais na definição da garantia dos direitos humanos. Com a Constituição de 1990, Moçambique deixou de ser República Popular e passou a ser República de Moçambique, definida como um “Estado independente, soberano, unitário, democrático e de justiça social” (Moçambique, 1990, art. 1º). Na sequência disso, o objetivo fundamental do Estado passou a ser a “edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material e espiritual dos cidadãos” (Moçambique, 1990, alínea c, art. 6º).

Sublinhe-se que o debate sobre o direito à educação no contexto penitenciário moçambicano ganha maior expressividade após a promulgação da Constituição de 1990, que transforma o país num Estado de Direito Democrático, baseado no pluralismo partidário e no respeito e na garantia dos direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos (Mutemba; Niquice, 2023), deixando no passado o sonho de edificação de um Estado socialista democrático de partido único, que vigorou no país após a proclamação da independência nacional.

Com o surgimento da nova República, houve necessidade de se reajustar o novo quadro geral do sistema educativo nacional às condições socioeconômicas do país, do ponto de vista pedagógico e organizativo, através da Lei nº 6/92, de 8 de maio, que atualiza a Lei do Sistema Nacional de Educação (Moçambique, 1992). Segundo esta lei, o Estado organiza e promove o ensino, “como parte integrante da ação educativa, nos termos definidos na Constituição da República” (Moçambique, 1992, alínea c, art.1º). A nova lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) trouxe algumas inovações a considerar. Por exemplo, o ensino geral passou a ser o eixo central do SNE e conferia a formação integral e politécnica (Moçambique, 1992, art. 9º), subdividido em dois níveis, o primário (que compreendia o 1º Grau, de 1ª a 5ª classe e 2º Grau, de 6ª a 7ª classe) e o nível secundário (que compreendia o 1º Ciclo, da 8ª a 10ª classe e o 2º Ciclo, da 11ª a 12ª classe). Todavia, da análise da Lei nº 6/92, Gonçalves (2018) chama a atenção para dois aspetos:

Primeiro, é a afirmação da obrigatoriedade da educação básica ser progressiva de acordo com o desenvolvimento do país. O segundo aspecto é o desaparecimento do artigo nº.7 da Lei Educacional 4/83 de 23 de Março que estipulava a gratuidade do ensino, pelo menos, o básico: na nova Lei educacional não se faz nenhuma menção a gratuidade do ensino (Gonçalves, 2018, p. 47).

Como se pode constatar, a Constituição de 1990 trouxe profundas alterações em todos os domínios da vida do país. Porém, apesar da ruptura que se verifica com a transição do Estado socialista de partido único para o Estado democrático de justiça social, a educação como Direito Humano e fundamental registrou retrocessos, sobretudo no seu alinhamento às diretrizes internacionais sobre direitos humanos, conforme nos dá a entender Gonçalves (2018):

Confrontando legislação educacional moçambicana com os documentos internacionais sobre o direito à educação, permite-nos inferir que o Estado moçambicano é omissos em assumir a educação como seu dever: responsabiliza ao cidadão e à família o dever de buscar e oferecer a educação a si mesma e aos seus educandos e também é omissos em relação à gratuidade do ensino público em todos os níveis. A educação, de um direito humano, parece ter passado a um privilégio das minorias sociais (Gonçalves, 2018, p. 47).

Essa afirmação remete-nos a uma reflexão profunda, pois, se os pesquisadores partilham esse entendimento em relação ao dever do Estado na sua responsabilidade de promover a igualdade de acesso de educação para todos cidadãos, significa que, no contexto penitenciário, o entendimento é mais complexo e paradoxo, considerando as normas e regras que caracterizam esses espaços. É importante lembrar que na vigência da Constituição em análise, de 1990 a 2004, Moçambique ratificou vários tratados e convenções internacionais de grande importância para o sistema penitenciário, citando como exemplos o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas – Resolução Nº 5/91, de 12 de dezembro, e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas, através da Resolução Nº 8/91, de 20 de dezembro.

Na sequência disso, a partir de 2002, foram elaborados para o contexto penitenciário diversos dispositivos normativos, para solucionar problemas no campo educacional que se arrastavam desde a chegada dos portugueses a Moçambique; é exemplo disso a Política Prisional e Estratégia da sua Implementação, a primeira na história de Moçambique independente, criada ao abrigo da Resolução Nº 65/2002, de 27 de agosto (Moçambique, 2002b). O preâmbulo dessa política identifica problemas que se arrastavam ao longo do tempo, caracterizados pelo governo de Moçambique como:

- i) Superlotação dos Estabelecimentos Penitenciários;
- ii) Estado de degradação física avançada das infraestruturas e dos equipamentos;
- iii) Péssimas condições sanitárias da população reclusa e a dificuldade de assegurar cuidados médicos básicos;
- iv) A ausência quase total de ações de reinserção social dos delinquentes;
- v) Falta de motivação e de profissionalismo no seio do pessoal; e
- vi) As dificuldades financeiras e de planificação.

E, para colmatar esses problemas, a Política Prisional de 2002 definiu um conjunto de medidas, a introduzir a curto, médio e longo prazo, para o desenvolvimento do sistema prisional, estruturando a missão do Sistema Prisional moçambicano em duas grandes áreas de intervenção. A primeira consistia na proteção e segurança da sociedade através de reclusão e acompanhamento de todos privados de liberdade por cometimento de infrações criminais. A segunda, que é nuclear da missão, consistia na reabilitação preventiva da reincidência criminal, através de mecanismos de ressocialização e reinserção de reclusos na comunidade.

A Política Prisional de Moçambique (Moçambique, 2002b) visava, igualmente, incluir no tratamento de reclusos recomendações da Declaração de Kampala, de 1996, e das Regras Mínimas das Nações Unidas sobre o tratamento de reclusos, adotadas em 1955 e atualizadas em 1957 e em 1977; hoje, denominadas Regras de Mandela, desde 2015 (UNODC, 2015). Esses fatos mostram a preocupação do Governo pelos direitos humanos da pessoa privada de liberdade. É uma política que confere relevância acentuada à educação escolar e à formação profissional, no rol de mecanismos de tratamento de reclusos no processo de reabilitação para a sua reinserção social. Por essa razão, os instrumentos legais posteriores a esta também colocam a educação escolar no lugar de destaque. No quadro dos direitos humanos, a Política Prisional (2002) recomenda que “os reclusos sejam tratados com justiça e dignidade, de modo a respeitar-

se a sua personalidade e os direitos e interesses jurídicos não afectados pela sentença. Eles não devem sofrer humilhações ou influências prejudiciais à sua reabilitação social” (Moçambique, 2002b, p. 8).

Decerto, os reclusos preventivos ou condenados não deixam de ser seres humanos independentemente da gravidade do crime pelo qual foram acusados ou condenados, situação melhor explicada por Carvalho (2007), citando o Prof. Dr. Figueiredo Dias, nas suas lições, ao definir o recluso como:

Uma pessoa sujeita a um estatuto especial, jurídico constitucionalmente credenciado, e que deixe permanecer naquela a titularidade de todos os direitos fundamentais, à excepção daqueles que seja indispensável sacrificar ou limitar e só na medida em que o seja, para a realização das finalidades em nome das quais a ordem jurídico-constitucional credenciou o estatuto especial respectivo (Carvalho, 2007, p. 16).

Aliás, é em respeito do estatuto especial jurídico-constitucional do recluso que, em 2002, o governo de Moçambique, através dos então ministérios da Educação, da Justiça, do Plano e Finanças, e da Administração Estatal, promulgou o Diploma Ministerial (DM) Nº 130/2002, de 7 de agosto, que cria as escolas secundárias das Cadeias Centrais de Maputo e Beira, bem como das Penitenciárias industriais e agrícolas de Nampula, Chimoio e Mabalane, e do Centro de Reclusão Feminina de Ndlavela, para lecionar o ensino primário do 2º Grau, o 1º Ciclo do Ensino Secundário do SNE e promover a alfabetização e a educação de adultos (Moçambique, 2002a). As escolas criadas subordinam-se ao Ministério da Justiça, representadas pelo Serviço Nacional Penitenciário (Sernap), e funcionam nas respectivas instituições penitenciárias, cabendo ao Ministério que superintende a área da Educação a tarefa de supervisão pedagógica (Moçambique, 2002a, art. 2º, n. 2). Pode se ler no preâmbulo do DM nº 130/2002 que “o fim da pena é de reabilitar e adaptação do recluso à vida em sociedade, através de criação de mecanismos apropriados, assegurando, ao mesmo tempo, a formação técnico-profissional e o acesso à educação, a todos níveis” (Moçambique, 2002a). A aprovação da Resolução nº 65/2002 e do DM nº 130/2002 constituiu um marco histórico relevante para a efetivação e concretização da educação escolar no contexto penitenciário moçambicano após a independência nacional de 1975. Sublinhe-se que o DM nº 130/2002 é, até então, o único e principal instrumento normativo que assegura a efetivação do direito à educação no contexto penitenciário moçambicano.

Importa também realçar que, no período em análise, foram publicados para os sistemas penitenciários vários instrumentos internacionais e regionais, para a gestão e o tratamento de reclusos, dos quais Moçambique integra as organizações emissoras; é o caso da Declaração de Ouagadougou para Acelerar a Reforma Penal e Penitenciária (2002) ; das Directrizes para a proibição e prevenção da tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes em África (Directrizes de Robben Island, 2002); da Declaração de Arusha sobre boas práticas penitenciárias (1999); e da Declaração de Kampala sobre as condições prisionais em África (1996) .

Em suma, a grande característica do período constitucional que vigorou de 1990 a 2004 foi o reconhecimento da necessidade de se respeitar os princípios adjacentes ao Estado de Direito Democrático, assumidos por Moçambique como linha de orientação política. Foi o período em que foram publicados os primeiros instrumentos legais sobre o Sistema Penitenciário, com vista à concretização e efetivação da educação escolar em meio penitenciário moçambicano, como direito humano e fundamental e como mecanismo de tratamento de reclusos, no âmbito da reabilitação para reinserção social.

QUARTO PERÍODO: DE 2004 A 2018 (DA NOVA CONSTITUIÇÃO À CONSTITUIÇÃO DE 2018)

A Constituição de 2004 reforçou o Estado de Direito Democrático, dando primazia aos direitos e às liberdades fundamentais do cidadão (Moçambique, 2004). Essa foi a primeira Constituição do país elaborada por consenso no âmbito do processo constitucional de exercício parlamentar da Democracia multipartidária, a fim de reforçar e consolidar o regime do Estado de Direito Democrático introduzido pela Constituição de 1990. A interpretação da educação como direito e dever de todos cidadãos, prevista nas Constituições de 1975 e 1990, permaneceu inalterada na Constituição de 2004 que, de forma sucinta, consagra o acesso para todos os cidadãos aos cuidados de saúde, educação, cultura, formação e desenvolvimento humano equilibrado e inclusivo como direito de todos os moçambicanos.

Os avanços trazidos pela Constituição de 2004 impulsionaram o processo de reformas iniciadas pela Política Prisional de 2002, que começam a ser materializadas em 2006, com a aprovação pelo Conselho de Ministros, do Decreto n° 7/2006, de 17 de maio, que cria o Serviço Nacional das Prisões (Snapri), definido como órgão auxiliar da Administração da Justiça, integrado ao Ministério da Justiça, ao qual incumbe orientar os serviços de detenção e execução das penas e medidas de segurança, superintender a sua organização e o seu funcionamento e efetuar estudos e investigações referentes ao tratamento dos delinquentes (Moçambique, 2006).

A estrutura orgânica do Snapri incluía o Serviço Correccional e de Reintegração Social que, dentre as várias funções, cabia-lhe a competência de “apoiar as direcções dos estabelecimentos penitenciários no desenvolvimento de acções nas áreas de educação, prática de desporto e animação sociocultural de reclusos” (Moçambique, 2006, art. 7º, alínea a, n. 1). Competia ainda a esse serviço “assegurar a articulação com os serviços competentes da educação e cultura, da mulher e acção social, do trabalho e da juventude e desportos na preparação da celebração e execução de acordos de cooperação e apoio social aos reclusos” (Moçambique, 2006, art. 7º, alínea b, n. 1). E, para melhorar o acesso e a qualidade da educação no contexto penitenciário, foi criado, junto com o Snapri, o Fundo Geral dos Serviços Prisionais, constituído por receitas das atividades produtivas e uma percentagem determinada em diploma próprio, cuja estrutura e funcionamento deviam ser aprovados por regulamentos próprios. Assim, dentre as várias atribuições do Fundo Geral dos Serviços Prisionais destacam-se:

- i) A realização de encargos com educação, ensino, animação sociocultural e apoio à reintegração social de reclusos que não possam ser custeados por outras formas;
- ii) A formação profissional de reclusos e a promoção da utilização do trabalho prisional em atividades econômicas prosseguidas diretamente pelos estabelecimentos penitenciários ou em cooperação com outras entidades; e
- iii) Indenização e encargos derivados de acidentes de trabalho de reclusos.

Contudo, apesar da importância dessas iniciativas para o contexto penitenciário, o certo é que tanto o Snapri como o Fundo Geral dos Serviços Prisionais não lograram os propósitos pelos quais foram criados, por razões imputadas a limitações da capacidade institucional, como a ausência de investimento, as fragilidades institucionais, agravadas pela deficiente infraestrutura institucional, funcional e física, e a falta de recursos humanos treinados. Todavia, ainda no cumprimento das estratégias definidas na Política Prisional de 2002, concretamente no que tange ao princípio de separação dos diferentes tipos

de reclusos, previsto nas Regras de Beijing (1985), nas Regras de Mandela (UNODOC, 2015) e em outras, foi inaugurado, a 23 de junho de 2011, o Estabelecimento Prisional para Jovens, mais tarde criado legalmente ao abrigo do DM n.º 207/2012, de 6 de setembro (Moçambique, 2012), denominado Estabelecimento Prisional de Recuperação Juvenil de Boane, destinado ao internamento de delinquentes maiores de 16 anos e menores de 21 anos (Moçambique, 2014b, art. 75), a fim de “proceder a recuperação e readaptação social [...] através de acções educativas e de formação profissional tendentes a garantir a sua auto sustentabilidade e uma correcta inserção na sociedade” (Moçambique, 2012).

O estabelecimento Juvenil de Boane, o único no país após a independência nacional, desde a sua entrada em funcionamento em 2011, não dispõe, até então, de condições, ou seja, não contempla nas suas infraestruturas salas de aulas para atividades formativas, contrariando os propósitos pelos quais foi criado. Isso significa que todos os reclusos de 16 a 21 anos de idade, transferidos para aquela unidade juvenil, estão vedados do direito à educação escolar, exceto os que se beneficiam da Alfabetização e Educação de Adultos, por ser a única escolarização oferecida aos jovens reclusos encarcerados naquela unidade.

Registe-se que, em 2013, o sistema prisional moçambicano conheceu uma reforma legal de grande vulto, iniciada com a revogação do Decreto n.º 7/2006, de 17 de maio, que cria o Snapri (Moçambique, 2006), e aprovação, pela Assembleia da República da Lei n.º 3/2013, de 16 de janeiro, que cria o Serviço Nacional Penitenciário (Sernap), definido, na sua natureza, como uma força de segurança interna, com natureza de serviços públicos, que garante a execução das sentenças judiciais, em matéria de privação de liberdade e das penas alternativas, assegurando as condições para a reabilitação e a reinserção social do cidadão condenado (Moçambique, 2013a). Assim, na prossecução dos objetivos da sua missão, é apontado como um dos princípios orientadores do Sernap o respeito pelos direitos humanos (Moçambique, 2013a, art. 11. alínea b), sendo uma das competências desse órgão garantir e velar pelo respeito dos direitos humanos no tratamento da população penitenciária (Moçambique, 2013a, art. 3º).

Foi também em 2013, que o Estado moçambicano ratificou, através da Resolução Nº 23/2013, de 3 de maio, o Protocolo Facultativo à Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas. Na vigência da Constituição de 2004, foram também publicados instrumentos internacionais importantes para o contexto penitenciário, dos quais Moçambique faz parte das organizações emissoras; é o caso das Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e das Medidas Não Privativas de Liberdade para as Mulheres Delinquentes, também chamadas por Regras de Bangkok (2010) e dos Princípios das Nações Unidas e orientações sobre o acesso à assistência judiciária nos Sistemas de Justiça Penal (2013).

No que tange à oferta da educação, a Lei que cria o Sernap, Lei n.º 3/2013 (Moçambique, 2013a), à semelhança do DM n.º 130/2002 (Moçambique, 2002a), que cria escolas do meio penitenciário moçambicano, incorpora na sua estrutura orgânica estabelecimentos de ensino para reclusos. Essa lei é consubstanciada pelo Decreto n.º 63/2013 (Moçambique, 2013b), que aprova a estrutura orgânica do Sernap, a qual dispõe no art. 50, n. 2, que os estabelecimentos de ensino do Sernap compreendem: Alfabetização e Educação de Adultos; Ensino Básico; Secundário Geral; e Técnico Profissional; fatos que mostram a preocupação do governo moçambicano não só pela abrangência e pelos alargamentos da rede escolar, mas também pela profissionalização do ensino no contexto penitenciário.

Mais tarde, em 2014, foi aprovado o DM n.º 159/2014, de 29 de setembro (Moçambique, 2014a), que cria o Regulamento Interno do Sernap, o primeiro na história do sistema penitenciário moçambicano após a

independência do país. Todavia, para assegurar o normal funcionamento das instituições de ensino do Sernap, o Regulamento Interno de 2014 orienta que os estabelecimentos de ensino sejam regrados por regulamentos específicos (Moçambique, 2014a, art. 474). Essa orientação consta também no art. 4º, do DM Nº 130/2002 (Moçambique, 2002a), ainda assim, não existe, até então, nenhum dispositivo legal ou regulamento interno que oriente e regule, de forma específica, o processo educativo escolar no contexto penitenciário moçambicano.

QUINTO PERÍODO: DE 2018 ATÉ O PRESENTE (DA VIGÊNCIA DA ATUAL CONSTITUIÇÃO)

A Constituição de 2018 não é meramente uma nova Constituição, pois mantém a identidade da Constituição anterior. E, conforme nos dá a entender Macuácuca (2021):

A Assembleia da República não aprovou uma nova Constituição, aprovou sim uma revisão pontual da Constituição da República. Não tendo aprovado uma nova Constituição da República e não tendo havido uma revisão que mude a identidade da Constituição, a Constituição de 2004 continua em vigor (Macuácuca, 2021, p. 668).

Nessa senda, é oportuno esclarecer que o processo de revisão constitucional que deu azo à aprovação da Constituição de 2018 resultou do acordo político alcançado entre o presidente da República, Filipe Jacinto Nhuzi, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, com o objetivo de pôr fim ao conflito armado desencadeado pela Renamo em protesto aos resultados das eleições de 2004. Por essa razão, a emenda constitucional centrou-se nos aspectos relativos à “descentralização” e ao “desarmamento da Renamo” (Macuácuca, 2021). Todavia, na vigência da Constituição de 2018, há muitos elementos relevantes a destacar, para a compreensão dos aspetos históricos relacionados com a educação em meio penitenciário moçambicano na atualidade. Por exemplo, com vista a ajustar o quadro educacional à realidade sociopolítica, econômica e cultural do país, foi aprovada, igualmente em 2018, a atual Lei do regime jurídico do Sistema Nacional de Educação (SNE), à luz da Lei Nº 18/2018, de 28 de dezembro (Moçambique, 2018b), mais tarde, regulamentada pelo Decreto Nº 79/2019, de 19 de setembro .

Na Lei Nº 18/2018, à semelhança das leis anteriores, Lei nº 4/83 e Lei nº 6/92, a educação é um direito e dever do Estado, ao qual incumbe-lhe, não só, a responsabilidade de promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar dos cidadãos, como também o dever de organizar e promover o ensino como parte integrante da ação educativa, nos termos definidos na Constituição da República. E, numa comparação, ainda que superficial, é possível notar que a Lei Nº 18/2018 do SNE apresenta alguns aspetos reavidos da Lei nº 4/83. Por exemplo, a atual lei, à semelhança da Lei nº 4/83, estabelece a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino básico até o 9º ano de escolaridade. O ensino primário e o secundário organizam-se em ciclos, de 1ª a 7ª classes e de 8ª a 12ª classes, respectivamente. Todavia, a inovação trazida pela Lei Nº 18/2018 reside no fato de os ensinos primário e secundário serem constituídos por dois ciclos. Assim, o ensino primário compreende 1º ciclo (de 1ª a 3ª classes) e 2º ciclo (de 4ª a 6ª classes), e o ensino secundário compreende 1º ciclo (de 7ª a 9ª classes) e 2º ciclo (de 10ª a 12ª classes).

Outro aspecto que vale a pena ressaltar é que na Lei nº 4/83 e na Lei nº 6/92, assim como na Lei nº 18/2018, o subsistema de Educação Geral é considerado o eixo central do SNE, que confere a formação integral

base para o ingresso em cada nível subsequente dos diferentes subsistemas. Desta análise, constata-se também que na Lei Nº 6/92, a educação de adultos, objeto da educação em meio penitenciário, estava integrada ao ensino geral, mas na Lei Nº 18/2018 é tratado como um subsistema separado dos demais, à semelhança de como era na Lei nº 4/83. Todavia, tanto no contexto penitenciário assim como fora dele, o ensino escolar é regulado pelo regime jurídico do SNE, aprovado pela Lei nº 18/2018, sob gestão coordenada do Conselho de Ministros, a quem compete também assegurar a unicidade desse sistema. A planificação, a direção e o controle da administração do SNE é da responsabilidade do ministério que superintende a área da educação, ao qual se incumbe, igualmente, a aprovação de currículos e programas escolares de carácter nacional, com exceção do ensino superior (Moçambique, 2018b).

O sistema penitenciário moçambicano não ficou alheio a essas mudanças. Em 2019, foi aprovado o Código de Execução das Penas – CEP (o primeiro na história de Moçambique independente), através da Lei Nº 26/2019, de 27 de dezembro (Moçambique, 2019), que à semelhança dos demais documentos normativos dedica especial atenção à educação como um direito para todos. O CEP estabelece a organização e o funcionamento do sistema penitenciário moçambicano, enfatizando como finalidade essencial da execução das penas e medidas privativas de liberdade a preparação do condenado para a sua reinserção social, bem como a proteção e a reparação dos bens jurídicos causados com a conduta que fundamentou a condenação e a defesa da comunidade.

O CEP determina ainda que o tratamento penitenciário deve prosseguir à preparação do recluso para a liberdade, através de atividades e programas de reinserção social, desenvolvimento das suas responsabilidades e aquisição de competências que lhe permitirá optar por um modo de vida socialmente responsável, sem cometer crimes e podendo prover as suas necessidades após a libertação. Por isso, o respeito, tanto da dignidade da pessoa humana como das diretrizes internacionais dos direitos humanos, é tratado no CEP com relevância acentuada, como se pode ler em seu preâmbulo:

A execução das penas só faz sentido se operar em conformidade com os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, da não discriminação e em respeito pelas demais normas constitucionais, internacionais e legais, com prevalência na consideração pela personalidade do agente e pelos seus outros interesses não afectados pela condenação (Moçambique, 2019, p. 5823).

O respeito pelos direitos humanos e pela dignidade da pessoa privada de liberdade assume-se como denominador comum no tratamento de reclusos, não só no CEP de 2019, mas em todos documentos legais relacionados com a gestão do sistema penitenciário moçambicano analisados neste estudo, quer seja no período colonial ou depois da independência nacional. Por isso, no contexto penitenciário, a admissão dos reclusos na escola para a frequência das aulas é baseada no princípio de gratuidade e obrigatoriedade, com prioridade para reclusos que ainda não tenham qualquer grau de ensino e aos de idade inferior a vinte e um anos (Moçambique, 2019, art. 47). Essa norma dispõe ainda nos n. 2 e n. 3, do art. 46, que o corpo docente para as escolas penitenciárias deve ser assegurado pelo Ministério que superintende a área da educação e, em caso de insuficiência, a docência pode ser assegurada por pessoal penitenciário devidamente habilitado (Moçambique, 2019).

No que concerne à organização de ensino, Libâneo (2008, p. 39) explica que o “trabalho pedagógico escolar requer a sua adequação às condições sociais de origem, às características individuais e socioculturais e ao nível do rendimento escolar dos alunos”. E, no contexto penitenciário, Julião (2016) refere que discussões

recentes no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) defendem a necessidade de uma maior adequação à proposta de ensino implementada para os seus sujeitos, reconhecendo a sua diversidade, enfatizando que:

Na busca pela compreensão dos actuais sujeitos da EJA, passou-se a identificar que estamos falando de um campo muito diverso, com muitas particularidades, especificidades e armadilhas. Hoje, principalmente, necessitamos compreender melhor essa modalidade de ensino diante da diversidade do público (Julião, 2016, p. 35).

Contrariamente a isso, o CEP, de 2019, prevê a educação escolar no sistema penitenciário moçambicano nos arts. 46 a 50 (Moçambique, 2019). Por exemplo, o art. 46 determina que:

A organização do ensino no interior do estabelecimento penitenciário deve orientar-se pelos mesmos métodos, programas e conteúdos aprovados pelo Ministério que superintende a área da Educação para os diversos níveis de escolaridade e condições em que é prestado aos cidadãos em liberdade (Moçambique, 2019, art. 46, n. 1).

O conteúdo dessa redação remete-nos, segundo Julião (2016, p. 36): “a experiências com propostas pedagógicas descontextualizadas da realidade do sistema prisional”, por não diferenciar os objetivos educacionais dos objetivos da reabilitação penal. E, com base nessa citação, tiramos a ilação de que a educação escolar ministrada nos estabelecimentos penitenciários moçambicanos não leva em consideração as diferenças do meio, do contexto onde ocorre, assim como do seu público-alvo.

Ademais, a educação no contexto penitenciário moçambicano não se constitui em modalidade de ensino específico previsto nas Leis nº 4/83, nº 6/92 ou nº 18/2018, atual lei do SNE; o que nos leva à interpretação de que se insere no subsistema de educação de Adultos, prevista na lei vigente do SNE (Moçambique, 1992, art. 9º, alínea c), subsistema no qual se realiza a alfabetização e a educação para jovem e adulto, de modo a assegurar a formação científica geral e o acesso a vários níveis de educação técnico-profissional, ensino superior e formação de professores (Moçambique, 1992, art. 14). Todavia, Da Silva e Moreira (2011, p. 90) nos dão a entender que “diferentemente de outros espaços nos quais a EJA foi implantada com sucesso, sem nenhuma alteração do meio, a prisão precisa ser ressignificada como espaço potencialmente pedagógico”.

É verdade que a educação de reclusos deve ser integrada ao sistema nacional de educação do país, para que após a restituição da sua liberdade possam continuar seus estudos sem maiores dificuldades, conforme recomendam as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (UNODOC; 2015), a Política Prisional de Moçambique (Moçambique, 2002b), o CEP (Moçambique, 2019), e outros. Todavia, não basta simplesmente ampliar a rede escolar, se as políticas públicas educacionais não forem acompanhadas de medidas que contribuam para os propósitos que a reabilitação penal se propõe. Por isso, Julião (2016) defende a necessidade de uma maior adequação da proposta de ensino implementada aos reclusos, enfatizando ser necessário um investimento em uma proposta política e pedagógica que leve em consideração as particularidades, especificidades e características dos sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade (Julião, 2016).

A visão de Julião (2016) é reforçada pelos arts. 49 e 50 do CEP (Moçambique, 2019), que preceituam que as ações formativas no contexto penitenciário, além de privilegiar áreas de maior procura no mercado de trabalho, devem, igualmente, atender às aptidões dos reclusos e basear-se em módulos que permitam a

continuação dos estudos por parte dos reclusos transferidos ou restituídos à liberdade. Essa lei determina ainda que os ministérios da Justiça e da Educação podem celebrar acordos para a frequência do ensino por cidadãos postos em liberdade, após o cumprimento da pena; fatos que mostram o compromisso e o comprometimento do governo moçambicano com o processo de reabilitação para a reinserção social do condenado, após o cumprimento da pena.

Paralelamente a isso, a estigmatização, a discriminação e/ou a rotulagem de reclusos por parte da sociedade é um problema que também mereceu atenção no CEP de 2019. Mas antes da publicação dessa norma, um estudo realizado no contexto moçambicano por Niquice (2016) refere que os indivíduos em conflito com a lei, de forma geral, têm passado por privações no acesso a diferentes tipos de serviços e oportunidades sociais, fato que representa uma barreira para o processo de reinserção social. Por essa razão, o art. 48 do CEP (Moçambique, 2019) recomenda que os certificados de habilitações ou diplomas de curso sejam emitidos pelas entidades competentes, sem qualquer referência à condição de recluso. Niquice (2016) vai longe ao explicar que essa é uma das evidências que mostram a necessidade de ações estruturadas de acompanhamento no período pós-reclusão e de desenvolvimento de programas de intervenção voltados para as comunidades.

Por outro lado, importa igualmente destacar que a Educação Profissional é uma modalidade de ensino integrada nos subsistemas dos estabelecimentos de ensino do Sernap previstos: no cap. III, n. 5, da Política Prisional de Moçambique (Moçambique, 2002b); no n. 2, alínea a, do art. 474 do Regulamento Interno do Sernap (Moçambique, 2014a); no art. 49 do CEP (Moçambique, 2019); e em outros, definida pelo Decreto nº 18/2018 (Moçambique, 2018b), que cria o atual regime jurídico do SNE como o principal instrumento para a formação profissional da força de trabalho qualificada, necessária para o desenvolvimento econômico e social do país. Todavia, apesar dessa modalidade de ensino constar no quadro normativo que rege o sistema prisional moçambicano como prioridade nos mecanismos de tratamento de reclusos, a sua efetivação ainda está longe de se tornar realidade. Importa lembrar que o ensino escolar implementado no contexto penitenciário moçambicano está basicamente orientado para o ensino geral (Mutemba; Niquice, 2023), situação agravada pela inexistência de diretrizes claras do Sistema Educacional do país orientadas para Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade no contexto penitenciário.

O nosso objetivo com este estudo não é esgotar o tema. Por isso, vamos concluir a nossa análise com um marco histórico recente e de relevância destacada para a compreensão do sistema penitenciário moçambicano na atualidade. No dia 1º de Janeiro de 2021 foi revogado o Decreto-Lei Nº 26.643, de 28 de maio de 1936 (Ministério do Ultramar, 1936), que cria a Organização Prisional, com a entrada em vigor da Lei Nº 26/2019, de 27 de dezembro, que cria o CEP (Moçambique, 2019). A Organização Prisional de 1936 serviu ao sistema prisional moçambicano desde o tempo colonial, passando por todos os períodos constitucionais analisados neste estudo, como o principal instrumento normativo legal de gestão e tratamento de reclusos até a data da sua revogação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a chegada dos portugueses em Moçambique até hoje, registraram-se muitas alterações na planificação educacional. Mas o que releva este fato é o lugar que a educação escolar ocupa no quadro legal. Pois, mesmo antes da independência de Moçambique em 1975, a educação assumia um lugar de destaque na legislação colonial, ainda que a frequência nas escolas penitenciárias fosse facultativa para

uns e obrigatória para outros, dependendo da vontade dos diretores dos estabelecimentos penitenciários; o certo é que a educação sempre foi um direito consagrado por lei, de tal forma que, com a proclamação da independência nacional, as Constituições de 1975, 1990, 2004 e 2018 definiram, e até hoje definem, a educação como um direito e dever de todos os cidadãos, cabendo ao Estado a responsabilidade de promover a sua qualidade e igualdade de acesso para todos os cidadãos, independentemente de estarem ou não privados de liberdade por sentença judicial. Esse é o princípio assente em toda abordagem normativa e filosófica da educação no contexto penitenciário moçambicano e fora dele.

Ademais, a educação escolar no contexto penitenciário moçambicano, à semelhança da educação no contexto geral, rege-se pelo regime jurídico do SNE vigente no país e, no caso em análise, sob gestão administrativa do Sernap e supervisão pedagógica do Ministério da Educação, ao abrigo do art. 2º, n. 2, do DM nº 130/2002 (Moçambique, 2002a), cujo objetivo é garantir a reabilitação e a reinserção social do condenado.

Todavia, as leis do Sistema Nacional de Educação, objeto de análise neste estudo, Lei nº 4/83, Lei nº 6/92 e Lei nº 18/2018, não preveem com clareza a modalidade de Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade e/ou as diretrizes nacionais dirigidas especificamente às necessidades educativas do grupo-alvo penitenciário que responda aos objetivos da execução penal ou da reabilitação para reinserção social do condenado. Ou, como refere Graciano e Schilling (2008), do ponto de vista formal e administrativo, a educação de jovens e adultos não se constitui em modalidade de ensino específico para o contexto de privação de liberdade no meio penitenciário. Por essa razão, Julião (2016) defende a necessidade de uma maior adequação de propostas de ensino implementado nos estabelecimentos penitenciários, reconhecendo a sua diversidade, enfatizando ser necessário um investimento em uma proposta política e pedagógica que leve em consideração as particularidades, especificidades, características e reais necessidades dos sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade. “Precisamos romper com a concepção tradicional e reducionista de escola, cujo objetivo central está na aquisição de conteúdos pragmáticos e muitas vezes descontextualizados do ambiente em que vivemos, principalmente do mundo moderno” (Julião, 2016, p. 36).

Em suma, a caracterização dos aspetos históricos do tema deste estudo permitiu agregar algumas balizas elucidativas que mostram o empenho do governo na concretização de reformas legais para melhorar a oferta da educação em meio penitenciário, tomando como exemplo o destaque que a educação penitenciária ocupa, sobretudo nos documentos normativos posteriores à Constituição de 1990; fatos que nos permitem concluir que o quadro legal penitenciário é favorável para a implementação da educação escolar. Porém, há desafios ainda por superar, em virtude de não serem levadas em consideração as diferenças do meio, do público-alvo penitenciário e do contexto onde se insere, sendo por isso recomendável não apenas a introdução de escolas de Ensino Técnico-Profissional, definida como prioridade no contexto penitenciário em todos períodos analisados neste estudo, mas também a necessidade da criação de uma diretriz normativa e curricular nacional para o contexto penitenciário, como política pública que atende às especificidades, às particularidades, aos perfis, às características e às reais necessidades educativas de jovens e adultos privados de liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Alexandre. Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade: perspectivas e desafios. **Paideia**, Belo Horizonte, ano 6, n. 7, p.101-121, 2009. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/953>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de. **História do Colonialismo Português em África**: cronologia século XIX. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- BONDE, Rui Amadeu. **Políticas públicas de educação e qualidade de ensino em Moçambique**. 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- CALHAU, Lélío Braga. **Resumo de Criminologia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.
- CARVALHO, Paulo Manuel de; *et al.* **Manual do Diretor do Estabelecimento Prisional**. Portugal: Artes Gráficas Ltd., 2007.
- DA SILVA, Roberto; MOREIRA Fábio. O projeto político-pedagógico para a educação em prisões. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 89-103, 2011.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Método de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.
- GONÇALVES, António Cipriano Parafino. O direito à educação e políticas de expansão do ensino superior público em Moçambique: estagnação, privatização e exclusão (1986-2008). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 23, n. 1, p. 37-57, 2018.
- GRACIANO, Mariângela (Org.). **Educação também é direito humano**. São Paulo: Ação Educativa, Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento 2005.
- GRACIANO, Mariângela; SCHILLING, Flávia. A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n. 25, p.111-132, 2008.
- HEDGES, David; ROCHA, Aurélio; MEDEIROS, Eduardo; LIESEGANG, Gerhard; CHILUNDO, Arlindo. **História de Moçambique** – Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930 – 1961. Maputo: Livraria Universitária, 1999.
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da prisão?. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tQrmp78mcFp47TrN4qhhtHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção de saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACUÁCUA, Edson da Graça Francisco. A revisão constitucional de 2018 em Moçambique: contexto, processo e desafios. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, ano 7, n. 6, p. 663-709, 2021.

MJ – Ministério da Justiça. **Seminário**: Repensar o sistema prisional em Moçambique. Programa de apoio ao sistema da justiça. PNUD: Moçambique, 2000.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Decreto-Lei N° 22.465, de 11 de abril de 1933. Aprova o Acto Colonial que representava a Constituição do Império Colonial Português. **Diário do Governo**, I Série, n. 83, p. 650-652, 11 abr. 1933.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Decreto-Lei N° 26.643, de 28 de maio de 1936. Aprova a Organização Prisional. **Diários do Governo**, I Série, n. 124, 28 maio 1936.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Portaria N° 9.247, de 1 de março de 1952. Cria a Penitenciária de Moçambique e seu respectivo Regulamento. **Diário do Governo**, 1 mar. 1952.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Decreto-Lei N° 39.666, de 20 de maio de 1954. Aprova o Estatuto dos indígenas portugueses das províncias de Guiné, Angola e Moçambique. **Diário do Governo**, I Série, n. 110, 20 maio 1954.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Decreto-Lei N° 417, de 29 de setembro de 1971. Aprova o Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores do Ultramar. **Diário do Governo**, I Série, n. 230, p. 1450-1466, 29 set. 1971a.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Decreto-Lei N° 484, de 8 de novembro de 1971. Aprova o Regulamento da Assistência Jurisdicional aos Menores do Ultramar. **Diário do Governo**, I Série, n. 262, 8 nov. 1971b.

MOÇAMBIQUE. Aprova a Constituição da República Popular de Moçambique. Aprova a Lei da Nacionalidade. República Popular de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 1, 25 jun. 1975a.

MOÇAMBIQUE. Decreto N° 25/75, de 18 de outubro de 1975. Integra nas estruturas do Ministério do Interior a Polícia Judiciária de Moçambique, que passa a designar-se Polícia de Investigação Criminal. República Popular de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 49, 18 out. 1975b.

MOÇAMBIQUE. Decreto N° 4/83, de 23 de março de 1983. Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação. República Popular de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 12, 23 mar. 1983.

MOÇAMBIQUE. Constituição. Assembleia Popular: Aprova a Constituição da República de Moçambique. República Popular de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 44, 2 nov. 1990.

MOÇAMBIQUE. Lei N° 6/92, de 6 de maio de 1992. Reajusta o quadro geral do Sistema Nacional de Educação (SNE) e adequa as disposições nele contidas. República Popular de Moçambique: **Boletim da República** I Série, n. 19, 6 maio 1992.

MOÇAMBIQUE. Diploma Ministerial N°130/2002, de 7 de agosto de 2002. Cria as Escolas Secundárias das Cadeias Centrais de Maputo e Beira, e das Penitenciárias Industriais e Agrícolas de Nampula, Chimoio e Mabalane (Gaza) e do Centro de Reclusão Feminino de Ndlavela (Maputo). República Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 32, 7 ago. 2002a.

MOÇAMBIQUE. Resolução N° 65/2002, de 27 de agosto de 2002. Aprova a Política Prisional e a Estratégia da sua Implementação. República de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 34, 27 ago. 2002b.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República: Aprova a Constituição da República de Moçambique. República de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 51, 22 dez. 2004.

MOÇAMBIQUE. Decreto N° 7/2006, de 17 de maio de 2006. Cria o Serviço Nacional das Prisões. República de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 20, 17 maio 2006.

MOÇAMBIQUE. Diploma Ministerial N° 207/2012, de 6 de setembro de 2012. Cria, na Província do Maputo, o estabelecimento prisional para jovens, designado Estabelecimento Prisional de Recuperação Juvenil de Boane, subordinado ao Serviço Nacional das Prisões. República de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 36, 6 set. 2012.

MOÇAMBIQUE. Lei N°3/2013, de 16 de janeiro de 2013. Cria o Serviço Nacional Penitenciário, abreviadamente designado SERNAP. República de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 5, 16 jan. 2013a.

MOÇAMBIQUE. Lei N° 63/2013, de 6 de dezembro de 2013. Aprova o Estatuto Orgânico do Serviço Nacional Penitenciário, abreviadamente designado SERNAP. República de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 98, 6 dez. 2013b.

MOÇAMBIQUE. Diploma Ministerial N° 159/2014, de 29 de setembro de 2014. Aprova o Regulamento Interno do Serviço Nacional Penitenciário. República de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 78, 29 set. 2014a.

MOÇAMBIQUE. Lei N° 35/2014, de 31 de dezembro de 2014. Lei da revisão do Código Penal. República de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 105, 31 dez. 2014b.

MOÇAMBIQUE. Lei N° 1/2018, de 12 de junho de 2018. Lei da Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique. República de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 115, 12 jun. 2018a.

MOÇAMBIQUE. Lei N° 18/2018, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação na República de Moçambique. República de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 254, 28 dez. 2018b.

MOÇAMBIQUE. Lei N° 26/2019, de 27 de dezembro de 2019. Lei que aprova o Código de Execução das Penas. República de Moçambique: **Boletim da República**, I Série, n. 250, 27 dez. 2019.

MUTEMBA, Jose Henriques; NIQUICE, Fernando Lives Andela. Educação escolar no contexto penitenciário moçambicano: percepção de reclusos, professores e gestores penitenciários. **Njinga & Sepé**: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras, São Francisco do Conde, v. 3, n. esp. I, p.195-213, 2023.

NIQUICE Fernando Lives Andela. **Subsídio para a implementação de tecnologias psicossociais comunitárias de reinserção social de jovens ex-reclusos de Moçambique**. 2016. 92 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU, 1948. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Regras das Nações Unidas para a proteção dos jovens privados de liberdade**. New York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1990. Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f19ba8c9ac4d711ecbe6e5141d3afd01c/RegOnuProtMenor.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Declaração de Hamburgo e Agenda para o futuro**. In: UNESCO. Conferência Internacional de Educação de Adultos. Brasília: Unesco, Representação no Brasil, 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116114_por. Acesso em: 25 jan. 2025.

UNODC – Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes. **Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos** (Regras de Nelson Mandela). Viena: UNODC, 2015. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf. Acesso em: 25 jan. 2025.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

LIDERANÇA IMPLÍCITA: O PROTÓTIPO DO LÍDER MILITAR PARA DIFERENTES GERAÇÕES ¹

ANA PAULA GRILLO RODRIGUES

Psicóloga, Doutora em Administração, Professora da Área Comportamental no Curso de Administração Pública, Mestrado e Doutorado Acadêmico em Administração (ESAG/UDESC). Pós Doutora na Área de Liderança Militar. Pesquisadora na Área de Comportamento Humano do Servidor Público com enfoque nas Organizações Militares.

País: Brasil **Estado:** Santa Catarina **Cidade:** Florianópolis

Email: agrillorodrigues@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6617-1679>

CRISTIANO JOSÉ CASTRO DE ALMEIDA CUNHA

Doutor em Administração de Empresas (RWTH Aachen). Ex-professor visitante do IGIA - França. Ex-professor da Pós-Graduação em Administração (UFSC). Ex-professor da Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC. Professor da Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC.

País: Brasil **Estado:** Santa Catarina **Cidade:** Florianópolis

Email: 01cunha@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8459-6045>

SOLANGE MARIA DA SILVA

Professora associada IV da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculada ao Departamento de Ciências da Administração (CAD). É professora permanente do PPGEGC e do PPGAdm/UFSC. Possui pós-doutorado (2018) pela PUC, doutorado (2007) e mestrado (1999) em Engenharia de Produção pelo PPGEPS/UFSC, e graduação em Administração, pela ESAG/UDESC (1995). É subcoordenadora do LGR (Laboratório de Liderança e Gestão Responsável). Tem participado de diversos projetos de pesquisa e de extensão na área de Liderança e Desenvolvimento de Líderes Femininas.

País: Brasil **Estado:** Santa Catarina **Cidade:** Florianópolis

Email: solange.silva@ufsc.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1925-1366>

Contribuições dos(as) autores(as): Cristiano José Castro de Almeida Cunha contribuiu para o planejamento da pesquisa, análise de dados e elaboração final do artigo. Solange Maria da Silva contribuiu com concepção e delineamento do estudo, análise, interpretação dos dados e discussão dos resultados e revisão crítica do conteúdo.

Data de Recebimento: 17/07/2023 – **Data de Aprovação:** 29/04/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1961

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar e analisar os protótipos do líder para diferentes coortes geracionais na corporação dos bombeiros militares, a partir da Teoria da Liderança Implícita. Na literatura, encontram-se poucos trabalhos que abordam a liderança implícita em diferentes coortes geracionais e não foram encontrados estudos que focam essa temática em contexto militar, o que confirma a relevância e o ineditismo da presente pesquisa. Para alcançar o objetivo, adotou-se o método qualitativo e a coleta de dados por meio de grupos focais, subdivididos por coortes geracionais. A partir da técnica da análise temática, constata-se que: a Geração *Baby Boomers* apresenta o protótipo do líder mais voltado às relações

¹ Agradecemos à Fapesc pelo apoio à pesquisa.

afetivas; a Geração X, um líder orientador e resolutivo; e a Geração Y, um líder voltado à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

Palavras-chave: Liderança implícita. Coortes geracionais. Organização militar.

IMPLICIT LEADERSHIP: THE PROTOTYPE MILITARY LEADER FOR DIFFERENT GENERATIONS

ABSTRACT

This article aimed to identify and analyze leader prototypes for different generational cohorts in the military firefighters' corporation, based on the Implicit Leadership Theory. In the literature, there are few works that address implicit leadership in different generational cohorts and no studies were found that focus on this theme in a military context, which confirms the relevance and originality of this research. The qualitative method and data collection through focus groups were adopted to achieve the objective, subdivided by generational cohorts. The thematic analysis technique found that the Baby Boomers Generation presented the prototype of the leader more focused on affective relationships, Generation X, a guiding and resolute leader, and Generation Y, a leader focused on innovation and technological development.

Keywords: Implicit leadership. Generational cohorts. Military organization.

INTRODUÇÃO

"Liderança é uma das preocupações mais antigas do mundo" (Bass, 1990). Assim inicia um dos mais consagrados livros sobre liderança.

O grande interesse pela compreensão da liderança é evidenciado por meio de buscas nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, que trazem mais de 100 mil publicações sobre o tema. Ainda assim, definir liderança não é algo simples, pois se trata de um fenômeno complexo, que envolve um grande número de variáveis que a afetam diretamente, como: o perfil do líder, dos liderados, o contexto e o recorte temporal nos quais os processos de liderança ocorrem, dentre outros.

Northouse (2013) salienta alguns componentes que podem ser considerados centrais no fenômeno da liderança: a liderança envolve um processo que remete a trocas entre líder e liderados. Um *processo* não é um evento linear nem unidimensional e sim interativo, envolvendo trocas que afetam líderes, que, por sua vez, afetam e serão afetados pelos liderados e pelo contexto. Liderança envolve influência, que implica na forma como o líder afeta os liderados. Liderança ocorre em *grupos* para os quais o líder conduz a um *objetivo comum*. Com base nesses componentes, Northouse define a **Liderança** como sendo um *processo* pelo qual um indivíduo *influencia* um *grupo* de indivíduos para atingir um *objetivo comum* (Northouse, 2013).

Perante os diversos contextos em que a liderança pode ser estudada, o contexto militar, escolhido para esta pesquisa, traz algumas peculiaridades, como: a formalidade nas relações; um sistema próprio de estratificação hierárquica; sistemas de preparação física e emocional para enfrentarem; além de desastres naturais, confronto ou salvamento a terceiros (Stănculescu; Beldiman, 2019). De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 144, a responsabilidade pela preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (Brasil, 1988) exige que as organizações militares mantenham

Liderança implícita: o protótipo do líder militar para diferentes gerações

Ana Paula Grillo Rodrigues,
Cristiano José Castro de Almeida Cunha
e Solange Maria da Silva

seus pilares na disciplina e na hierarquia, a fim de enfrentarem os desafios e conflitos sociais, frequentes no contexto brasileiro. Para que uma organização militar alcance objetivos esperados, tanto internamente quanto pela sociedade, o gestor e o líder precisam estar alinhados na busca das metas.

Stănciulescu e Beldiman (2019) salientam que as qualidades intelectuais, morais e os traços adequados da personalidade do líder, apontados pelos liderados, são fundamentais para o cumprimento das missões propostas pela organização. De acordo com Solano, Bacerra e Perugini (2006), a partir do momento que os liderados percebem no seu líder características que eles valorizam, a capacidade de influência desse líder tende a aumentar.

A percepção que o liderado tem do líder é abordada pela Teoria da Liderança Implícita, baseada em protótipos do líder, criados pelos liderados a partir de esquemas cognitivos definidos como representações mentais usadas para descrever esse líder (Eden; Leviatan, 1975; Sternberg, 2000). Protótipos são representações internalizadas originadas de esquemas cognitivos, expectativas sobre comportamentos considerados adequados, formadas por atributos que o caracterizam e representam.

Pessoas pertencentes a coortes geracionais diferentes tendem a criar protótipos de líderes de diferentes formas, influenciados por crenças, valores e prioridades, apresentados como consequência da época em que vivem e são criados (Salvosa; Hechanova, 2021).

Na literatura, encontram-se poucos trabalhos que abordam a liderança implícita em diferentes coortes geracionais. Salvosa e Hechanova (2021), a partir de duas coortes definidas como Geração Política, aqueles nascidos antes da inserção tecnológica no trabalho, e Geração Tecnológica, os nascidos após a inserção tecnológica, perceberam diferentes protótipos de liderança. Focando no meio militar, é possível encontrar trabalhos voltados para diferenças de percepção de cultura ou de bem-estar em diferentes gerações (Smaliukiene; Bekesiene, 2020), porém existe uma lacuna de pesquisa ao abordar os temas da liderança implícita para diferentes gerações no meio militar. Nas bases de dados WOS, Scopus e no repositório Scielo, inicialmente com os descritores *implicit leadership AND generational cohort AND military organization OR public security*, e posteriormente com as gerações específicas *baby boomer generation, generation x, generation y, implicit leadership e millennium generation*, com as palavras específicas de liderança e das organizações militares, não foi encontrado nenhum artigo abordando os protótipos do líder sob a perspectiva dos liderados para diferentes gerações em contextos militares, o que revela o ineditismo desta pesquisa.

Desde Comte, Mannheim, passando por Ortega e Gasset, o conceito de geração é fortemente discutido na literatura. Para Comte, com enfoque mais positivista, uma geração percorre um corte temporal quantitativo e objetivamente mensurável, estipulado em intervalos de 30 anos. Já para Ortega e Gasset, a ideia não é de sucessão, mas sim de sobreposição em intervalos de 15 anos (Feixa; Leccardi, 2010). Neste artigo, porém, adota-se a ideia de coorte geracional empregada por Mannheim (1993), que percebe as diferenças geracionais nas atitudes, nos valores e nos comportamentos das pessoas como resultados de eventos econômicos, políticos e sociais significativos, compartilhados, desenvolvendo uma história e sustentando uma memória coletiva (Benson; Brown, 2011).

A rotina militar cria condições semelhantes para diferentes gerações em um mesmo ambiente organizacional. Além dos desafios encontrados comumente nas organizações civis, a hierarquia e a disciplina são salientes e fazem parte do cotidiano dos militares (Ungari; Grillo Rodrigues, 2020).

Identificar os protótipos que os liderados têm dos líderes no contexto militar pode melhorar os vínculos na corporação e aumentar a produtividade, trazendo benefícios não apenas organizacionais como também para a sociedade.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é identificar e analisar os protótipos do líder para diferentes coortes geracionais em uma organização militar.

A seguir, a revisão da literatura aborda os recortes teóricos sobre liderança implícita, incluindo: a concepção de esquemas cognitivos e protótipos; coortes geracionais, que serão direcionadas para a análise dos grupos focais aplicados nas Gerações dos *Baby Boomers*, Geração X e Geração Y; a relação das coortes geracionais com liderança; e as singularidades das organizações militares. Posteriormente, descreve-se a metodologia utilizada na pesquisa, seguida da apresentação e discussão dos resultados identificados. Finaliza-se este trabalho com as considerações finais, onde são apontadas as sugestões para trabalhos futuros e as referências bibliográficas.

REVISÃO DA LITERATURA

O LÍDER NOS PROCESSOS DE LIDERANÇA

São inúmeras as definições de liderança encontradas na literatura, seja abordando traços (Katz, 1955), habilidades, contextos e culturas (Schein, 2009), seja variando entre concepções behavioristas (Motta, 1970) ou psicanalíticas (Godoi; Cargnin; Uchôa, 2017), porém todas convergem para a capacidade de influência que o líder exerce sobre os liderados, buscando alcançar um entendimento mútuo a respeito do que precisa ser feito e como fazê-lo (Yukl, 2012). A liderança, portanto, é o resultado de um processo grupal, no qual o líder desempenha um papel central (Northouse, 2021; Yukl, 2012).

Para Heifetz (1998), um líder consegue influenciar, ajustando suas expectativas com as de seus liderados, ou seja, o processo é baseado em uma relação de reciprocidade. Com a capacidade de reduzir incertezas e fornecer bases para ação, o líder conquista a capacidade de influenciar seus liderados.

Nessa linha, Katz (1955) assevera que um líder deve possuir, basicamente, três habilidades: humana, técnica e conceitual. A habilidade humana refere-se à capacidade de trabalhar e se relacionar com outras pessoas; a habilidade técnica consiste no conhecimento de métodos, técnicas e equipamentos para a execução de tarefas; e a habilidade conceitual diz respeito à capacidade de lidar com conceitos, ideias e abstrações para elaborar estratégias (Katz, 1955).

Agregando conhecimentos aos propostos por Katz (1955), na literatura encontram-se outros autores que contribuem com enfoques mais específicos a respeito das habilidades. É possível fazer um link das habilidades humanas diante da argumentação de Goleman (2019), quando este afirma que o ser humano foi programado para se conectar. Sua teoria é baseada nos resultados do processo evolutivo que levou o indivíduo a usar estados afetivos como reguladores para melhorar sua adaptação ao contexto no qual se encontra. As trocas com o meio, a partir de manifestações emocionais, criam conexões que permitem ao indivíduo o desenvolvimento de habilidades com empatia, colocando-o não como centro, mas como alguém que faz parte do grupo e pode expandir suas experiências a partir de trocas com outras pessoas.

Liderança implícita: o protótipo do líder militar para diferentes gerações

Ana Paula Grillo Rodrigues,
Cristiano José Castro de Almeida Cunha
e Solange Maria da Silva

No contexto da liderança é importante que o líder desenvolva tais características estimulando conexões nas quais liderados se sintam engajados e comprometidos, aumentando a sinergia no trabalho.

Caruso e Salovey (2007) sugerem que o uso das habilidades emocionais pode tornar os processos de liderança mais assertivos e produtivos. Os autores propõem um Esquema Emocional que pode facilitar o líder no manejo das emoções, especialmente em momentos turbulentos. O Esquema Emocional é composto por quatro etapas, que são: identificar, utilizar, compreender e administrar a emoção.

No contexto de liderança, no qual o líder está constantemente tomando decisões a partir de um juízo de valores, a moralidade é um dos elementos essenciais para sua conduta. Srour (2008) chama de *fato moral* os juízos de valor relativos ao bem e ao mal, ao certo e ao errado, ao justo ou injusto, ao legítimo ou ilegítimo, aos vícios e às virtudes, que são concebidos a partir de convenções históricas que dão origem a condutas sociais. Um fato moral possui características próprias que podem provocar efeitos positivos ou negativos sobre agentes sociais (Srour, 2008). Para Kohlberg (1964), o comportamento moral não se restringe apenas à conformidade de normas, mas envolve aspectos cognitivos e de competência. De acordo com Lind (2000), baseado na argumentação de Kohlberg, não basta o indivíduo ter princípios morais, ele deve saber aplicá-los. Isso, no contexto da liderança, aplica-se aos processos de resolução de conflitos, tomada de decisões, avaliação sobre o desempenho dos liderados, dentre outros aspectos que envolvem capacidades de julgamentos.

As habilidades conceituais de Katz (1955) podem se relacionar às quatro perspectivas de análise de Martín-Alcázar, Romero-Fernández e Sánchez-Gardey (2005), que abordam a gestão estratégica no contexto dos recursos humanos: a Perspectiva Universalista, que parte da premissa da existência de uma relação linear entre variáveis e pode ser estendida a toda população; a Perspectiva Contingencialista, que diferente da Universalista propõe um modelo baseado na interatividade, trazendo relações dinâmicas entre variáveis e negando a existência de melhores práticas para o desempenho, independente da circunstância; a Perspectiva Configuracional, caracterizada pela análise multidimensional, com elementos que podem ser combinados de diferentes maneiras para obter um grande número de configurações como resultado; e a Perspectiva Contextual, que diferente das perspectivas anteriores, analisa e propõe estratégias a partir de um modelo mais amplo, aplicável a diferentes ambientes, abrangendo as particularidades de todos os contextos geográficos e industriais. Os autores não apontam uma das perspectivas como melhor e mais produtiva, e sim afirmam que a confluência das quatro torna o modelo de análise e escolhas mais complexo, enriquecendo os estudos e as reflexões sobre estratégias em recursos humanos (Martín-Alcázar; Romero-Fernández; Sánchez-Gardey, 2005).

TEORIA DA LIDERANÇA IMPLÍCITA

Alguns estudiosos dedicados ao tema da liderança têm mostrado que a visão dos liderados agrega muito para a compreensão dos processos de liderança. Eles consideram que o líder deve estar atento às expectativas dos seus liderados para que, compartilhando padrões de comportamento esperados, possam aumentar seu potencial de influência (Shamir; 2007; Foti, Lord, 1987). Kenney, Blascovich e Shaver (1994) afirmam que: “em vez de tentar entender a eficácia do líder baseada em resultados de suas ações, sugere-se entender o contexto e a percepção da relação líder-liderado, pois, diante de inúmeras variáveis situacionais, a liderança está nos olhos de quem vê” (Kenney; Blascovich; Shaver, 1994, p. 410).

A Teoria da Liderança Implícita estuda a percepção que os liderados têm dos líderes e parte do princípio de que os indivíduos organizam suas percepções a partir de esquemas cognitivos que especificam características e comportamentos, formando concepções sobre a imagem do líder (Sternberg, 2000; Epitropaki; Martin, 2004). Esquemas cognitivos são conjuntos de diretrizes que o indivíduo tem sobre como o mundo funciona. É através dos esquemas cognitivos que o indivíduo classifica suas percepções, acomodando-as em categorias preexistentes, com base na semelhança do estímulo percebido. Esse processo de categorização diminui a complexidade das percepções ao mesmo tempo que fornece sentido ao que está sendo percebido (Janissek, 2007). Os esquemas cognitivos relativos a características e comportamentos são estruturados e representados na memória como um protótipo (Foti; Lord, 1987).

A Teoria da Liderança Implícita, utilizando a premissa dos esquemas cognitivos, acredita que os liderados criam um protótipo do líder e que esse líder conseguirá desempenhar seu papel diante do grupo a partir do momento em que ele se adequar ao protótipo estabelecido (Eden; Leviatan, 1975). Protótipos do líder são representações internalizadas, originadas de esquemas cognitivos e expectativa sobre comportamentos considerados adequados, formadas por atributos que caracterizam e representam um líder. Quando um indivíduo se adequa a essas representações, de um indivíduo ou de um grupo, ele pode ser considerado como um líder. Os protótipos são moldados e variam entre culturas e organizações distintas (Solano; Bacerra; Perugini, 2006).

De acordo com Salvosa e Hechanova (2021), diferentes coortes geracionais criam diferentes protótipos dos líderes. Atitudes e valores oriundos de experiências sociais vividas levam diferentes coortes geracionais a terem diferentes percepções a respeito das características que compõem um líder.

COORTES GERACIONAIS

Mannheim (1993), um dos estudiosos mais destacados na área de estudos geracionais, aponta cinco características básicas que compõem um grupo geracional: i) a constante irrupção de novos portadores da cultura, responsável pela renovação de ações que descartam o que se torna obsoleto, criando dinamicidade social; ii) a saída de antigos portadores da cultura, referindo-se a costumes que deixam de ser usados, sem que se perca, contudo, a memória de um histórico; iii) a limitação temporal da participação de uma conexão geracional no processo histórico, pois, segundo Mannheim, não basta ter nascido no mesmo tempo cronológico para pertencer à mesma geração, mas sim ter presenciado os mesmos acontecimentos e ter vivido experiências de forma semelhante; iv) a necessidade de transmissão constante dos bens culturais acumulados; e v) o caráter contínuo de mudanças geracionais (Mannheim, 1993).

O fato de Mannheim (1993) perceber as diferenças geracionais nas atitudes, nos valores e nos comportamentos das pessoas como resultados de eventos econômicos, políticos e sociais significativos compartilhados, sugere a definição de geração como uma coorte de pessoas que participa da mesma cultura, desenvolvendo uma história e sustentando uma memória coletiva (Benson; Brown, 2011).

Grande parte da literatura ocidental apresenta estudos geracionais pautados em coortes divididas em: Geração *Baby Boomers*, Geração X, Geração Y e Geração Z (Salvosa; Hechanova, 2021). Embora alguns autores diverjam quanto aos anos de nascimento das coortes geracionais, existe um consenso nos períodos vividos por elas.

Os *Baby Boomers*, classificados como aqueles nascidos após a Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960, tendem a buscar estabilidade de emprego, apresentam lealdade às organizações e respeitam as opiniões de gerações mais antigas (Benson; Brown, 2011). Tolbize (2008) acrescenta ainda que são otimistas (Al-Asfour, 2014), orientados a objetivos, liberais e viciados em trabalho, além de serem mais cooperativos e participativos no ambiente de trabalho (Grubb, 2018; Cvenkel, 2020) e focados no crescimento e na realização pessoal (Al-Asfour, 2014). Para Salahuddin (2010), essa geração apresenta desconforto diante de conflitos e julgam aqueles que pensam de forma diferente da deles.

A Geração X, constituída pelos nascidos de meados da década de 1960 a 1980, tende a apresentar ética no trabalho, mais independência, se comparada aos *Baby Boomers*, falta de intimidação por autoridades e mais criatividade. Porém, são mais impacientes e têm menos habilidades de relacionamento interpessoais no ambiente laboral. A Geração X prefere horários mais flexíveis e ambientes mais informais, apresenta mais autonomia na execução das tarefas (Salahuddin, 2010), além de buscar melhor equilíbrio entre a vida pessoal e profissional (Al-Asfour, 2014).

A Geração Y, nascida entre a década de 1980 e o final do milênio, talvez por ter nascido em contato mais direto com a era digital, apresenta características de habilidade tecnológica. Essa geração, criada na chamada “Era da Criança”, foi assim designada por ter pais superprotetores que reforçavam, constantemente, a autoestima dos filhos, criando uma geração de crianças que se sentiam únicas e especiais; foi reconhecida como a era “mais elogiada”. De acordo com Gabrielova e Buchko (2021), como resultado dessa socialização, a Geração Y, também chamada de *Milenium*, tem uma autoestima reforçada, tende a prosperar no ambiente de trabalho, e tende a cultivar mais expressões criativas do que papéis formais de gestão. São egocêntricos, autossuficientes e têm um forte senso de independência e autonomia (Al-Asfour, 2014). A Geração Y nutre expectativas de acessar rapidamente aumentos de salário e promoções, porém, sempre focados na realização, apresentam um bom nível de autoconfiança e encorajamento para tomarem as próprias decisões; questionam autoridades, manifestam mais acolhimento à diversidade, querem fazer a diferença na sociedade e tendem a ser mais generalistas do que especialistas, pelo alto nível de informações que constantemente buscam (Ortiz-Pimentel; Molina; Ronda-Pupo, 2020).

A Geração Z ou *iGen* veio ao mundo conectada à internet e às redes sociais. Nascida entre o final da década de 1990 até o início da década de 2010, não conhece outra senão a sociedade digital. Essa contextualização de tempo pode trazer reflexões sobre comportamentos característicos dessa geração. Gabrielova e Buchko (2021) apontam que os membros da Geração Z preferem um ambiente onde possam se engajar, tomar decisões, terem as rédeas dos próprios projetos, para que possam mostrar suas habilidades. São motivados por oportunidades e não gostam de assumir riscos. Buscam constantemente conexão social e clamam por *feedbacks*.

Cada geração tem características, valores e atitudes distintas, moldadas por suas experiências de crescimento. Isso pode levar a conflitos no local de trabalho. Os líderes eficazes precisam compreender essas diferenças geracionais e adaptar o seu estilo para motivar e envolver funcionários de todas as idades (Al-Asfour, 2014).

Esse breve panorama sobre as coortes geracionais desperta a necessidade de refletir sobre como elas percebem os líderes e como se comportam no mesmo ambiente de trabalho, com o objetivo de torná-lo produtivo. A gestão de conflitos e os processos decisórios, ao mesmo tempo que são ricos pela diversidade de ideias e valores, podem ser caóticos se forem mal gerenciados e liderados.

COORTES GERACIONAIS E LIDERANÇA

O comportamento das gerações no trabalho tem sido foco crescente de estudos (Teixeira *et al.*, 2014; Colet, 2016; Paula Damo; Silva, 2021), seja no sentido que o trabalho tem para as gerações, seja na racionalidade que elas trazem para o contexto laboral. A visão de flexibilidade, compromisso e formas de aprendizagem, que caracterizam cada uma das gerações, ajuda a formar suas atitudes, seus valores e suas aptidões, exigindo ferramentas de gestão e habilidades de liderança complexas para manter a produtividade organizacional (Culpin; Millar; Peters, 2015).

Al-Asfour (2014) enfatiza a importância de compreender as diferenças geracionais nos estilos de liderança para uma força de trabalho multigeracional, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de mais pesquisas na área de diversidade geracional, pois os líderes precisam reconhecer e compreender a diversidade de diferentes coortes para abordar esse fenômeno crescente no ambiente de trabalho.

A reunião de diferentes coortes geracionais em um mesmo local de trabalho traz desafios constantes para todos da organização e de forma especial para os líderes, instigados a manter um ambiente com vínculos saudáveis, abrindo caminhos para a comunicação, respeitando os diferentes valores pessoais que possam ser encontrados nesse processo (Bertsch *et al.*, 2022).

Al-Asfour (2014) e Salahuddin (2010) concordam que os *Baby Boomers* preferem um estilo de liderança mais consensual e que “compartilha responsabilidades” (Sessa *et al.*, 2007, p. 60) e que a Geração X destaca um estilo de liderança justo e competente (Al-Asfour, 2014; Salahuddin, 2010).

Al-Asfour (2014) descreve que os *Baby Boomers* valorizam um estilo de liderança colaborativo e inclusivo, nos quais suas opiniões e contribuições são valorizadas, mas que os líderes também forneçam orientação e se envolvam no processo de tomada de decisão. Eles admiram líderes que possuem características atenciosas e honestas. Eles têm um forte apego aos líderes de sua geração que exemplificam essas características, como Martin Luther King e Gandhi. Apreciam os líderes que os tratam igualmente e valorizam suas experiências e capacidades de vida. Salahuddin (2010) acrescenta que, apesar de eles acreditarem na liderança participativa, que requer habilidades para entender, ouvir, comunicar, motivar e delegar, eles não têm essas habilidades, o que leva a desafios na prática da liderança participativa.

A Geração X, por sua vez, admira líderes que promovem interações socialmente importantes e criam um ambiente de trabalho favorável. Eles valorizam a colaboração e o trabalho em equipe, apreciam líderes que oferecem oportunidades de crescimento pessoal e profissional e que entendem a importância de ter uma vida fora do trabalho, e que comunicam as mudanças organizacionais futuras e os mantêm informados sobre desenvolvimentos importantes. A Geração X aprecia os líderes que criam um ambiente de trabalho divertido e informal. Eles prosperam em ambientes menos hierárquicos e mais relaxados (Al-Asfour, 2014).

Bertsch *et al.* (2022) verificaram diferenças no que tange à preferência dos líderes para as Gerações *Baby Boomers*, X e Y. Entre os estilos autocrático, participativo e *laissez-faire*, os autores constataram, na amostra pesquisada por eles, que todos têm predileção pela liderança participativa, seguida da preferência pela *laissez-faire*, porém, a Geração Y, se comparada às demais gerações, apresenta uma significativa satisfação também com a liderança autocrática. A satisfação diante de um líder autocrático, com características de apontar os caminhos para produtividade com o mínimo de interferência da equipe, talvez se explique pela possível necessidade de os indivíduos da Geração Y serem conduzidos por um líder

em um mundo com inúmeras oportunidades de escolha. De acordo com Kunze; Boehm e Bruch (2010), a Geração Y, com a destreza para lidar com a tecnologia, consegue conhecer, mesmo que virtualmente, outras realidades e formas de trabalho, gerando inúmeras opções de escolha. Diante disso, o papel do líder torna-se essencial, com habilidades de direcionamento a objetivos (Wolor; Nurkin; Citriadin, 2021). De forma complementar, Sessa *et al.* (2007) afirmam que as pessoas da Geração Y valorizam um líder dedicado e criativo que se preocupe com elas, pessoalmente. Elas valorizam a confiabilidade e o foco e querem líderes que incentivem, ouçam bem e as apoiem. Além disso, o *feedback* e o reconhecimento são importantes para elas, pois buscam crescimento e melhoria contínuos.

Em uma pesquisa feita na Romênia, Bălan *et al.* (2019) revela que a Geração X é socialmente mais autoconfiante, competitiva e enérgica, exibindo mais assertividade nas suas ações, se comparada à Geração Y. No entanto, os indivíduos da Geração Y demonstram mais extroversão e proatividade e costumam não fazer o que lhes é solicitado pelos seus líderes, se não tiverem clareza do motivo. São mais relutantes em admitir erros, aprender com experiências dos outros, mas esperam aprovação nas ações.

Kraus (2017) investiga as diferenças e semelhanças entre as preferências de estilo de liderança emocional das Gerações X e Y. Utilizando uma pesquisa *on-line* em várias organizações, o estudo identifica tendências crescentes de semelhanças entre essas gerações quanto a fatores de trabalho e valores; por exemplo, ambas as gerações apreciam a habilidade de liderança que fomenta relações sociais positivas. Por sua vez, foi encontrada uma diferença estatisticamente significativa nas preferências pelo estilo de liderança visionária e estratégica, mais preferido pela Geração Y, indicando uma preferência dessa geração por líderes que inspiram e motivam. Esse estudo oferece *insights* sobre como diferentes gerações no local de trabalho percebem e valorizam estilos de liderança, particularmente no contexto de liderança emocional.

Cada coorte geracional apresenta determinadas atitudes e comportamentos que demandam distintos processos de gestão e liderança. Conhecer as características específicas das diferentes coortes geracionais é importante para a análise das relações de liderança nas organizações.

A LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES MILITARES

As organizações militares se caracterizam pela necessidade de trabalharem com sucessivas manifestações de ameaça na defesa da segurança nacional e coletiva. O constante trabalho do militar com o risco da própria vida e com a vida de terceiros exige competência nos treinamentos e desenvolvimento de gestão de pessoas.

Organizações militares apresentam peculiaridades como: a predominância da formalidade nas relações; um sistema próprio de estratificação representado pela hierarquia; além de um ambiente educacional específico que prepara seus membros para o enfrentamento, seja para confrontos ou para responder a desastres naturais (Stănciulescu; Beldiman, 2019).

Para o cumprimento dessas missões, o papel do líder, através da influência, torna-se fundamental na condução das pessoas. Para Solano, Bacerra e Perugini (2006), se uma pessoa é classificada como líder, é possível observar um aumento da influência sobre seus liderados. Stănciulescu e Beldiman (2019) salientam algumas qualidades importantes para o líder militar, tais como: qualidades intelectuais, morais, traços de personalidade e a capacidade de dimensionar a complexidade na condução da execução de tarefas. Além das características intelectuais e morais, também identificadas por Johnson *et al.* (1999), emergiram outras características em termos de preferências de uma amostra de cadetes do terceiro ano

da Academia Naval dos EUA, com idade média de 21 anos (Geração Z) para o protótipo do líder: alta socialização, necessidade de interação e orientação para relacionamentos interpessoais (sociais); alto interesse, domínio da função e comprometimento com a educação (técnicas); visão sistêmica, pensamento estratégico e capacidade analítica (estratégicas); confiança, determinação e controle emocional sob pressão e, por outro lado, menos propensão à culpa ou remorso (emocionais) (Johnson *et al.*, 1999).

Ao comparar as forças de caráter e virtudes de cadetes da Academia Militar dos EUA e da Noruega com civis americanos, Matthews *et al.* (2006) identificam traços como honestidade, esperança, bravura, trabalho em equipe e justiça como proeminentes entre os militares, mas não se aprofundam em aspectos específicos para diferentes gerações.

Em uma pesquisa comparativa entre protótipos do líder militar e civil, Solano, Becerra e Perugini (2006) verificam que, enquanto os civis caracterizam seus líderes em termos mais individualistas, destacando atributos como ambição, inovação e talento, os militares associam seus líderes a características tradicionais, como disciplina, retidão, integridade e coragem. Para os autores, os protótipos do líder estão intimamente relacionados aos valores sociais e organizacionais. Em uma organização militar esperam-se líderes voltados aos objetivos que ela se propõe a atingir, sem deixar de lado os valores culturais que ela carrega e o período da história em que está atuando. Por isso, é importante estudar os protótipos do líder em diferentes estruturas organizacionais a partir da percepção de diferentes coortes geracionais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com as dimensões de objetividade/subjetividade e ordem/mudança radical propostas por Burrell e Morgan (1979), a presente pesquisa se localiza no paradigma interpretativista. Esse paradigma procura compreender os fenômenos a partir da consciência e da subjetividade individual, em que a realidade social é uma rede de suposições compartilhadas subjetivamente. Para Yin, a pesquisa interpretativista (qualitativa) traz a liberdade para explorar singularidades no campo da ciência, produzindo revelações e criando conhecimentos (Yin, 2016).

Para identificar e analisar os protótipos de liderança para diferentes coortes geracionais no contexto militar, escolheu-se a técnica de grupos focais para realizar a coleta de dados. Essa técnica foi escolhida por se tratar de um estudo exploratório, diante de uma literatura escassa sobre o tema.

A instituição escolhida para a pesquisa no contexto militar foi o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC). Por se tratar de uma instituição pautada na disciplina e na hierarquia, para que não houvesse intervenções de militares de diferentes extratos hierárquicos nas manifestações individuais, optou-se por dividir os grupos focais em Praças e Oficiais. Os Praças são militares que trabalham com serviços operacionais, mais voltados para a execução das tarefas, com atividades de ordem prática; já os Oficiais trabalham com gestão e comando. Hierarquicamente, os Oficiais comandam os Praças dentro das unidades do CBMSC. Cabe ressaltar que os integrantes foram voluntários na participação dos grupos.

Além da divisão em Praças e Oficiais, optou-se também por dividir os grupos focais em diferentes coortes geracionais. Dentro da corporação, com a exigência de ingresso com curso superior, a faixa etária dos ingressantes ocorre por volta de 23 anos, e a entrada para a reserva por volta dos 55 anos de idade, ou seja, militares da Geração Z estão em minoria no CBMSC; por esse motivo, não foi possível reunir grupos focais dessa geração.

Liderança implícita: o protótipo do líder militar para diferentes gerações

Ana Paula Grillo Rodrigues,
Cristiano José Castro de Almeida Cunha
e Solange Maria da Silva

Foram realizados 5 grupos focais, Geração *Baby Boomers* de Praças, Geração X de Praças, Geração X de Oficiais, Geração Y de Praças e Geração Y de Oficiais, entre os dias 5 de abril e 3 de maio de 2023, nas instalações da corporação. Cada grupo teve duração de aproximadamente 1 hora e 40 minutos. Os militares ficaram reunidos em uma mesma mesa para facilitar o debate. Após a apresentação do tema da pesquisa, foram distribuídas cartelas e canetas para que cada um respondesse à questão: *O que é ser um bom líder?* Após responderem individualmente à questão, foi aberta a discussão em grupo. Enquanto os militares falavam, foram feitas anotações pelos pesquisadores, consideradas relevantes no decorrer dos debates.

O grupo da geração de *Baby Boomers* foi composto por 5 militares homens, todos Praças. O grupo da Geração X de Oficiais foi composto por 10 militares, 9 homens e 1 mulher; o de Oficiais da Geração Y, por 6 militares, 5 homens e 1 mulher; o de Praças da Geração X, por 5 militares, 3 homens e 2 mulheres; e o de Praças da Geração Y, por 6 militares, 3 homens e 3 mulheres.

Inicialmente, na *familiarização dos dados*, a partir da escolha do tema de pesquisa e da instituição, optou-se por um estudo exploratório com abordagem indutiva, baseado em dados coletados diretamente dos militares referentes à percepção em um nível semântico que eles têm de liderança, ou seja, com foco no que é falado e não no que pode ser interpretado e está subjacente à fala, dentro de uma perspectiva epistemológica essencialista, com a extração de significados diretos do momento da coleta.

A etapa de *codificação dos dados* foi feita manualmente, a partir do que os bombeiros militares escreveram diante do questionamento sobre as características do bom líder e foram distribuídas em tópicos, na planilha.

Na terceira etapa, buscou-se o agrupamento dos tópicos por semelhança e, a partir deles, foram encontrados subtemas, os quais intitulam-se, aqui na presente pesquisa, de subcaracterísticas. O agrupamento das subcaracterísticas, com qualidades semelhantes, originou as características (temas).

A seguir, são descritos os resultados encontrados na abordagem dos grupos focais para a identificação do protótipo do líder e a análise por diferentes coortes geracionais.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

MAPA TEMÁTICO

A partir da abordagem de Braun e Clarke (2019), realizou-se a Análise Temática dos dados, que identificou 20 subcaracterísticas, agrupadas em 6 características: intrapessoais, emocionais, sociais, morais, estratégicas e técnicas.

As *Características Intrapessoais* correspondem às ações intrínsecas ao líder, que ocorrem independente do meio ou de outras pessoas, como a proatividade, a iniciativa ou até mesmo características de carisma ou criatividade. Essas Características são divididas em subcaracterísticas **Relacionadas às Tarefas**, referente a comportamentos intrínsecos voltados para as tarefas, e as **Relacionadas às Pessoas**, voltadas aos colegas e à **Predisposição para Aprender**, que está relacionada aos processos de assimilação de conteúdos sistemáticos aprendidos dentro da organização.

As *Características Emocionais* são definidas como as que englobam a capacidade de reconhecer e trabalhar com as próprias emoções dentro do contexto em que o indivíduo se encontra, considerando as emoções dos outros e focando no conjunto de habilidades que existem dentro de si para gerenciar suas próprias capacidades de lidar com o mundo (Goleman, 2019; Caruso; Salovey, 2007). Essas Características foram agrupadas a partir das subcaracterísticas de **Empatia**, caracterizada como a capacidade de se colocar no lugar da outra pessoa; **Resiliência**, capacidade de retornar à forma original, depois de situações de medo e estresse, o que chamamos nessa classificação de **Manejo Adequado das Emoções**, percebida na forma como o militar consegue lidar com suas emoções para enfrentar as situações; **Segurança**, referente a aspectos que levam à estabilidade emocional; e **Autoconhecimento**, referente à capacidade de perceber seus limites e suas virtudes.

As *Características Sociais*, fundamentais para a formação do líder, pois refletem no bem-estar pessoal e coletivo da equipe (Goleman, 2019), referem-se ao conjunto de aptidões sociais desenvolvidas para que o indivíduo se relacione com outras pessoas. As Características Sociais são compostas pelas subcaracterísticas: **Boa Comunicação**, referente à transmissão de mensagens e aos elementos que compõem essa transmissão; **Trabalhar em Equipe**, que se refere às relações entre os membros do grupo para a criação de sinergia para o alcance dos objetivos e aos elementos que compõem o ambiente de trabalho no contexto de gestão de pessoas; **Habilidades Interpessoais**, alusivas às relações com outras pessoas na criação de vínculos.

As *Características Morais* estão relacionadas à moralidade, que, de acordo com Kohlberg (1964, p. 425), remete à “capacidade de tomar decisões e julgar moralmente (isto é, baseado em princípios internos) e agir de acordo com tais juízos”. Essas Características não estão relacionadas apenas a ideais morais ou atitudes, pois possuem também aspectos cognitivos ou de competência (Lind, 2000). Srour (2008) chama de fato moral os juízos de valor relativos ao bem e ao mal, ao certo e ao errado, ao justo ou injusto, ao legítimo ou ilegítimo, aos vícios e às virtudes, que são concebidos a partir de convenções históricas que dão origem a condutas sociais (Srour, 2008). As subcaracterísticas relacionadas à moralidade foram: **Senso de Justiça**, definido como a capacidade de tomar decisões baseadas na equidade, analisando o contexto de cada situação; **Integridade**, referente à transparência nas ações e adequada de conduta moral e ética; **Referência Ética**, que se refere à capacidade de servir de exemplo pela boa conduta nas decisões e escolhas, diante da organização e dos liderados; **Responsabilidade Social**, vista como a capacidade de voltar as iniciativas para o coletivo e para o bem comum, assumindo os deveres que competem à função de um líder; e **Separação de Aspectos Profissionais e Pessoais**, no caso de uma corporação militar, um órgão público, a capacidade de distinguir entre o público e o privado.

As *Características Estratégicas* são inerentes ao papel do líder na condução de um grupo de pessoas para o atingimento de objetivos comuns para a organização. De acordo com Martín-Alcázar, Romero-Fernández e Sánchez-Gardey (2005, p. 651), a estratégia se refere a “um conjunto integrado de práticas, políticas e estratégias por meio das quais as organizações gerenciam seu capital humano, que influenciam e são influenciadas pela estratégia do negócio, pelo contexto organizacional e pelo contexto socioeconômico”. A forma como o grupo é conduzido, a forma como as decisões são tomadas e a base da gestão das pessoas que compõem a equipe fazem parte de estratégias usadas pelo líder nas relações de liderança no cenário organizacional. Nas Características Estratégicas encontram-se as subcaracterísticas denominadas **Visão Social e Estratégia**, referente aos planejamentos futuros com relação às transformações não apenas da organização como também de ordem social, e **Tomada de Decisão**, referente às formas como o líder define regras e normas dentro da corporação.

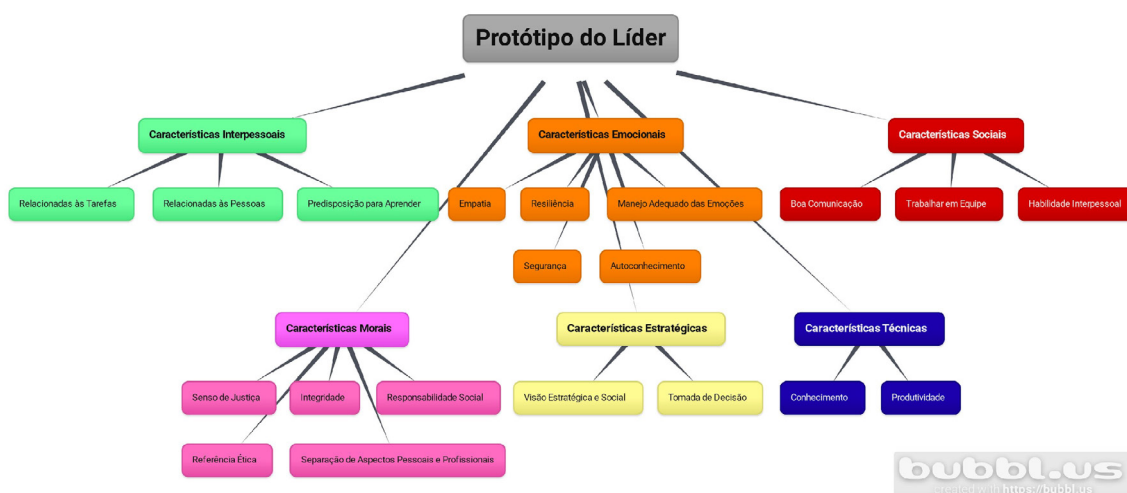
Por fim, o último grupo encontrado relaciona-se às *Características Técnicas*, referentes aos conhecimentos que o líder adquire e desenvolve por meio de estudos, aprendidas em cursos, faculdades, palestras, *workshops*, pós-graduações, livros e demais fontes com foco na resolução de problemas do contexto

organizacional. Essas Características foram compostas pelo agrupamento das subcaracterísticas: **Conhecimento**, relacionada a informações que o líder adquire para atingir os objetivos da equipe e da organização, e **Produtividade**, relativa à eficiência e eficácia na execução das tarefas do líder.

A Figura 1 apresenta o Mapa Temático com Características e Subcaracterísticas encontradas nos Grupo Focais com protótipos do bom líder.

FIGURA 1

Mapa Temático com as Características e Subcaracterísticas do Protótipo do Líder



Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

A partir dos protótipos gerais elencados pelos bombeiros militares, são apresentados os protótipos do líder para cada geração.

O PROTÓTIPO DO LÍDER PARA CADA GERAÇÃO

De forma geral, a Geração dos *Baby Boomers* foi a mais sucinta nas colocações referentes aos protótipos do bom líder e a Geração X, por outro lado, foi a que desenvolveu mais debate e diálogo no grupo. O grupo dos *Baby Boomers* foi o mais homogêneo referente ao gênero (todos eram homens), os grupos da Geração X tinham 3 mulheres e os da Geração Y tinham 4 mulheres. Sobre as diferenças geracionais no contexto militar, esse aspecto parece relevante, considerando-se o aumento de mulheres nas corporações, com o passar dos anos. A seguir, são abordados os protótipos que mais se destacaram nos grupos geracionais, a partir das características e subcaracterísticas identificadas.

Referente às *Características Intrapessoais*, como mostra o Quadro 1, o protótipo de um bom líder para a Geração *Baby Boomer* está mais atrelado às relações de aspectos afetivos, tais como amizade, compreensão e hombridade, e ao que chamamos de *Subcaracterísticas Relacionadas às Pessoas*. Por outro lado, para a Geração X, o protótipo de bom líder está mais relacionado às *Subcaracterísticas Relacionadas às Tarefas*. Para a Geração X, é importante que o líder demonstre comprometimento, proatividade, inspiração, transpiração e criatividade, além de estar pronto para aprender constantemente. Para a Geração Y, as relações de afeto do bom líder não aparecem como para os *Baby Boomers* e, sim, o bom líder aparece como alguém objetivo, voltado para o trabalho, responsável, com jogo

de cintura para saber lidar com as mudanças. Essas características encontradas corroboram com as ideias trazidas por Al-Asfour (2014) que descreve os líderes da geração Baby Boomer mais próximos afetivamente, com mais demonstrações de afeto. Para o autor, diante das Gerações X e Y essas características de afeto vão dando lugar à valorização de características mais voltadas à produtividade (Al-Asfour, 2014).

QUADRO 1

Características Intrapessoais

Subcaracterísticas	Baby Boomers	Geração X	Geração Y
Relacionadas às Tarefas	Firme nas cobranças	Tem iniciativa Comprometido Proativo Criativo	Objetivo Responsável Positivo Proativo Tem “jogo de cintura”
Relacionadas às Pessoas	Amigo Compreensivo Admirado Atento	Carismático	
Predisposição para Aprender		Tem disponibilidade para aprendizagem contínua	

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Quanto às *Características Emocionais*, apresentadas no Quadro 2, os *Baby Boomers* não apontaram nenhum aspecto relevante para um bom líder. Já para a Geração X, é muito importante que o líder ofereça segurança e estabilidade aos seus liderados, enquanto, para a Geração Y, é importante que o líder não tenha medo do novo e seja paciente. Para ambas as gerações, X e Y, é importante que o líder tenha empatia e resiliência diante das dificuldades.

QUADRO 2

Características Emocionais

Subcaracterísticas	Baby Boomers	Geração X	Geração Y
Empatia		Empático	Empático
Resiliência		Resiliente Tem capacidade de lidar com frustrações	Não tem medo do novo, mesmo que custe o controle
Manejo adequado das Emoções		Ponderado Tranquilo	Paciente
Segurança		Estável emocionalmente	
Autoconhecimento			Reconhece seus limites

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

As *Características Sociais*, apresentadas no Quadro 3, foram as mais abordadas nos Grupos Focais. A educação como uma *Habilidade Interpessoal* e o saber ouvir como uma habilidade integrante da *Boa Comunicação* aparecem como um aspecto importante para o bom líder nas três gerações.

Os *Baby Boomers* apontam para a importância do líder ser educado, respeitoso e companheiro com os liderados. Para a Geração X, um bom líder é aquele que não se sobressai, que concede autonomia, que está

voltado para o bem comum, para o bem-estar da equipe, de forma geral. A Geração X destaca a importância do líder saber passar a missão e coordenar como alguém apto para resolver problemas. Em comparação com os *Baby Boomers*, a Geração X percebe o líder como um igual, distribuindo autonomia e confiando na equipe. Para a Geração Y, o bom líder aparece como alguém agregador, que conhece as particularidades de cada um da equipe, participativo, que incentiva, elogia e reconhece o trabalho da equipe. A Geração Y foi a única que ressaltou a importância do líder saber dizer “não” para ações inoportunas.

QUADRO 3**Características Sociais**

Subcaracterísticas	<i>Baby Boomers</i>	Geração X	Geração Y
Boa Comunicação	Sabe ouvir	Sabe ouvir a equipe Sabe dialogar Conciliador	Sabe dizer não Sabe ouvir Sabe dialogar
Trabalhar em Equipe	Tem espírito de grupo	Gestor das habilidades dos subordinados Visa o conjunto e o bem comum Responsável com a equipe Confia na equipe Cria espírito de equipe (ambiente) Valoriza a equipe, não se sobressai Concede autonomia Confia no liderado o resultado pretendido Respeita as especificidades de cada um Entende a demanda e sabe coordenar Auxilia quando o liderado precisa Motiva o liderado	Percebe o todo Estimula a criação de novas ideias Preocupa-se com todos Consulta seu pessoal Delega e confia na equipe Contribui junto com a equipe Sabe reconhecer Valoriza e elogia os liderados Participa com a equipe e incentiva
Habilidade Interpessoal	Educado Respeitoso Companheiro	Educado Compreensivo Sabe elogiar Cordial Respeitoso	Agregador Compreende os anseios pessoais e organizacionais Sabe pedir desculpas Serve de exemplo Sabe o melhor jeito de chamar a atenção quando precisa Respeita os limites Não é centralizador Acessível Educado Altruísta Cordial Compreensivo

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Nas *Características Morais*, apresentadas no Quadro 4, os *Baby Boomers* esperam que um bom líder seja verdadeiro. Para a Geração X, um bom líder deve estar conectado ao contexto social, principalmente referente à responsabilidade social e ética perante a comunidade. A Geração X também destaca a importância da integridade do líder diante da lei e das regras, e da importância de separar os aspectos profissionais dos pessoais para tomar decisões. Para a Geração Y, a responsabilidade social não integrou o protótipo de um bom líder. A atenção dessa geração está mais voltada para o reconhecimento de erros e ajuste de objetivos no cotidiano do trabalho e na transparência e honestidade das relações.

QUADRO 4

Características Morais

Subcaracterísticas	<i>Baby Boomers</i>	Geração X	Geração Y
Senso de Justiça	Verdadeiro	Justo em suas atitudes	Sabe reconhecer erros e ajustar os objetivos e rumos
Integridade		Integridade (lei) Coerente Transparente Leal	Transparente Honesto
Responsabilidade Social		Servidor Responsável socialmente	
Referência Ética		Ético	
Separação dos Aspectos Profissionais e Pessoais		Tem discernimento Separa o pessoal do profissional	

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Referente às *Características Estratégicas*, como mostra o Quadro 5, para a Geração X, o líder deve ser flexível, com visão estratégica voltada para a transformação social, tomando decisões de forma rápida. Para a Geração Y, o líder deve ser planejador, com visão de futuro a longo prazo, dando continuidade nos trabalhos feitos no tempo presente.

QUADRO 5

Características Estratégicas

Subcaracterísticas	<i>Baby Boomers</i>	Geração X	Geração Y
Visão Estratégica e Social	Tem visão estratégica	Faz cumprir a missão É flexível e trabalha com metas exigíveis Tem visão de futuro Tem visão estratégica Tem visão de mundo para transformação social	Planejador Identifica situações futuras Pensa em dar continuidade no que é feito Sabe claramente de onde vem e para onde vai Pensa em seus atos a longo prazo
Tomada de Decisão		Toma decisões importantes Toma decisões com rapidez necessária	

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Liderança implícita: o protótipo do líder militar para diferentes gerações

Ana Paula Grillo Rodrigues,
Cristiano José Castro de Almeida Cunha
e Solange Maria da Silva

Para as *Características Técnicas*, apresentadas no Quadro 6, é importante para os *Baby Boomers* que o líder tenha conhecimento técnico. Para a Geração X, o líder deve trazer uma bagagem de vida, com experiências para compor os conhecimentos técnicos. Já a Geração Y salienta a importância do domínio de assuntos técnicos e afirma que o líder deve ser planejador, resolutivo, saber distribuir as tarefas de acordo com as capacidades do grupo.

Essas características da Geração Y validam o que Kunze; Boehm e Bruch (2010) afirmam quando se referem ao papel direcionador do líder (Wolor; Nurkin; Citriadin, 2021), diante da destreza dos liderados na utilização da tecnologia, possibilitando-os, mesmo que virtualmente, conhecer outras realidades e formas de trabalho, gerando inúmeras opções de escolha e muitas vezes sensação de insegurança por parte do grupo.

QUADRO 6**Características Técnicas**

Subcaracterísticas	<i>Baby Boomers</i>	Geração X	Geração Y
Conhecimento	Conhecimento técnico	Conhecimento técnico e conceitual Tem experiência de vida e profissional	Conhecimento técnico Contribui para a resolução de problemas Domina o trabalho e distribui tarefas Tem conhecimento
Produtividade		Humano, sem abrir mão da produtividade	

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinar os protótipos do bom líder nas diferentes coortes geracionais (Mannheim, 1993) da corporação dos bombeiros militares, a partir da Teoria da Liderança Implícita (Sternberg, 2000; Epitropaki; Martin, 2004), pode-se perceber diferentes resultados para cada geração. Os achados mais relevantes em cada coorte geracional são apresentados a seguir.

Os *Baby Boomers* valorizam as relações de amizade com os líderes. Para os indivíduos dessa geração, é importante que o líder seja amigo e cordial. Para eles, o líder é visto como alguém especial, com inúmeras virtudes que se destacam em meio a muitas pessoas, por isso a demonstração de atenção e afeto aparece como um sinal de reconhecimento para cada indivíduo.

A Geração X parece estar mais voltada ao cumprimento de normas e, para isso, deseja um líder que a oriente, adequadamente, na execução de tarefas. As relações de afeto não parecem tão fundamentais para a Geração X, que se mostra mais pragmática, se comparada à Geração dos *Baby Boomers*. Essa geração também prototipa um líder comprometido, com iniciativa, que incentiva o aprendizado constante e que consegue separar o profissional do pessoal, algo já observado na literatura, a partir de Al-Asfour (2014), ao identificar que a Geração X espera que o líder tenha melhor equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional (Al-Asfour, 2014).

A Geração Y está mais conectada à tecnologia; suas relações interpessoais presenciais se mostram mais frágeis e não tão necessárias para mediar decisões no ambiente organizacional, tal qual ocorre nas gerações anteriores. Junto com a maior proximidade da tecnologia, a Geração Y se mostra mais aberta para inovação e, para isso, prototipa o líder não apenas como um orientador, mas como um agente de mudanças, como alguém com olhar no futuro, proativo e capaz de fazer conexões com o cenário mundial.

Assim como diferentes gerações apresentam distintos protótipos de um líder, essas gerações configuram diferentes formas de relações entre os indivíduos nas rotinas de trabalho, levando a inúmeros resultados com relação à produtividade.

O grande desafio nas organizações talvez esteja em saber gerenciar diversas gerações em um mesmo ambiente de trabalho, respeitando suas particularidades e valorizando o que cada uma pode trazer como agregador. Quando se trata de uma instituição pública, da área militar, ouvir o que cada geração tem a dizer sobre seus líderes torna-se ainda mais relevante, pois através do conhecimento dessa percepção de protótipos é possível que se desenvolvam militares mais satisfeitos, com lideranças mais adequadas, levando a um maior fortalecimento de vínculos, melhorando a satisfação, a qualidade de vida, a qualidade do trabalho executado e os serviços prestados para a sociedade.

Diante disso, este trabalho destaca sua contribuição para os estudos geracionais para a literatura da liderança implícita na gestão militar, a fim de aprimorar as formas de gestão, partindo da visão do liderado. Estas descobertas sublinham a necessidade de líderes adaptáveis e estrategicamente astutos no contexto militar, enfatizando a importância da inteligência emocional (Goleman, 2019) e da capacidade de liderar com empatia e ética. A demanda pelo valor moral vai ao encontro dos achados de Mattews *et al.* (2006), que identificam traços como honestidade e justiça como proeminentes entre líderes militares.

A presente pesquisa se propôs identificar e analisar os protótipos do líder para diferentes coortes geracionais na corporação dos bombeiros militares a partir da Teoria da Liderança Implícita. Porém, cabe ressaltar, que esta pesquisa foi feita com grupos focais analisados de forma transversal. Para que se chegue em resultados mais abrangentes, é necessário não apenas ampliar o número de organizações de segurança pública, como também um número maior de pesquisas com diversidade metodológica.

Como trabalhos futuros, sugere-se a utilização de métodos não apenas qualitativos, mas também quantitativos para, além de aprofundar o tema, possibilitar pesquisas com amostras maiores, permitindo análises estatísticas aprofundadas e robustas.

Outra sugestão é a aplicação de pesquisas abordando diferentes visões teóricas sobre gerações. Para esta pesquisa foi usado o conceito de coorte geracional, porém é importante que existam pesquisa usando diferentes recortes, como o temporal, proposto por Comte (1998) ou Ortega e Gasset (1966). Um recorte temporal talvez traga resultados diferentes de liderança implícita dos mostrados nesta pesquisa.

Outra sugestão é dada por Rudolph, Rauvola e Zacher (2018), os quais oferecem uma crítica às teorias e pesquisas sobre liderança e diferenças geracionais em ambientes de trabalho, propondo uma perspectiva de desenvolvimento ao longo da vida como alternativa útil às representações geracionais, uma vez que essa perspectiva pode captar melhor as dinâmicas relacionadas com a idade, que são relevantes para a liderança, para seguidores e para o desenvolvimento da liderança.

Liderança implícita: o protótipo do líder militar para diferentes gerações

Ana Paula Grillo Rodrigues,
Cristiano José Castro de Almeida Cunha
e Solange Maria da Silva

Ao terminar esta pesquisa, os pesquisadores perceberam que, diante da escassez de literatura e da importância do tema para a sociedade e para as organizações de segurança pública, existem muitas oportunidades de estudos futuros a fim de aprofundar o tema apresentado neste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-ASFOUR, Ahmed. Strategies for leadership styles for multi-generational workforce. **Journal of Leadership, Accountability and Ethics**, v. 11, n. 2, p. 58-69, 2014.

BĂLAN, Mădălina; MARIN, Silvia; MITAN, Andreea; PÎNZARU, Florina; VĂTĂMĂNESCU, Elena-Mădălina; ZBUCHEA, Alexandra. Leaders in focus: generational differences from a personality-centric perspective. **Management & Marketing: Challenges for the Knowledge Society**, v. 14, n. 4, p. 372-385, 2019.

BASS, Bernard M. Bass & Stogdill's handbook of leadership: Theory, research, and managerial applications. The Free Press google schola, v. 2, 1990.

BENSON, John; BROWN, Michelle. Generations at work: are there differences and do they matter?. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 22, n. 9, p. 1843-1865, 2011.

BERTSCH, Andy.; SAEED, Mohammad.; ONDRAEK, James; ABDULLAH, ABM.; DAHL, Jordan; PIZZO, Josh; SCHESCHUK, Shain; MOORE, Wyatt.; YUNGREN, Danny. Variation in Preferred Leadership Styles Across Generations. **Journal of Leadership in Organizations**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2022.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Reflecting on reflexive thematic analysis. **Qualitative research in sport, exercise and health**, v. 11, n. 4, p. 589-597, 2019.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. Sociological paradigms and organisational analysis: Elements of the sociology of corporate life. Routledge, 2019.

CARUSO, David; SALOVEY, Peter. **Liderança com inteligência emocional: liderando e administrando com competência e eficácia**. São Paulo: M. Books, 2007.

COLET, Daniela Siqueira. **Contribuições da diversidade geracional para a aprendizagem organizacional**. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

COMTE, Auguste. Cours de philosophie positive, Vol. 1-2, Paris: Hermann .The positive philosophy, Sunrise, FL.: AMS, 1988.

CULPIN, Vicki; MILLAR, Carla; PETERS, Kai. Multi-generational frames of reference: managerial challenges of four social generations in the organisation. **Journal of Managerial Psychology**, v. 30, n. 1, 2015.

CVENKEL, Nicole. Multigenerational workforce and well-being in the twenty-first-century workplace. *In*: CVENKEL, Nicole. **Well-Being in the workplace: Governance and Sustainability Insights to Promote Workplace Health**. Springer Singapore, 2020, p. 191-224.

EDEN, Dov; LEVIATAN, Uri. Implicit leadership theory as a determinant of the factor structure underlying supervisory behavior scales. **Journal of Applied Psychology**, v. 60, n. 6, p. 736-741, 1975.

EPITROPAKI, Olga; MARTIN, Robin. Implicit leadership theories in applied settings: factor structure, generalizability, and stability over time. *Journal of applied psychology*, v. 89, n. 2, p. 293, 2004.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

FOTI, Roseanne J.; LORD, Robert G. Prototypes and scripts: The effects of alternative methods of processing information on rating accuracy. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 39, n. 3, p. 318-340, 1987.

GABRIELOVA, Karina; BUCHKO, Aaron. Here comes Generation Z: Millennials as managers. **Business Horizons**, v. 64, n. 2, p. 489-499, 2021.

GODOI, Christiane Kleinübing; CARGNIN, Fabíola Radaê Gewehr; UCHÔA, Antônio Giovanni Figliuolo. Manifestações inconscientes na relação líder-liderado: contribuições da teoria psicanalítica aos estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 599-614, 2017.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência social: a ciência revolucionária das relações humanas**. São Paulo: Objetiva, 2019.

GRUBB, Valerie. **Conflito de gerações: desafios e estratégias para gerenciar quatro gerações no ambiente de trabalho**. Trad.: Afonso Celso Cunha da Serra. São Paulo: Autêntica Business, 2018.

HEIFETZ, Ronald. **Leadership without easy answers**. Harvard University Press, 1998.

JANISSEK, Janice. A. Souza. Teoria implícita de organização inovadora em empresas com padrões diferenciados de adoção de práticas de gestão. 2007. 273 f. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

JOHNSON, Brad; LALL, Rakesh; HOLMES, Elizabeth; BRINKMYER, Kimberly; YATKO, Bonnie. Personality characteristics of future military leaders. **Military Medicine**, Oxford, v. 164, n. 12, p. 906-910, 1999.

KATZ, Robert. Skills of an effective administrator. **Harvard Business Review**, 1955.

KENNEY, Robert; BLASCOVICH, Jim; SHAVER, Phillip. Implicit leadership theories: prototypes for new leaders. **Basic and Applied Social Psychology**, v. 15, n. 4, p. 409-437, 1994.

KOHLBERG, Lawrence. Development of moral character and moral ideology. In: HOFFMAN, Martin; HOFFMAN, Lois Wladis (Eds.). **Review of Child Development Research**, v. 1, 1964, p. 383-431.

KRAUS, Markus. Comparing Generation X and Generation Y on their preferred emotional leadership style. **Journal of Applied Leadership and Management**, Kempten, v. 5, p. 62-75, 2017.

Liderança implícita: o protótipo do líder militar para diferentes gerações

Ana Paula Grillo Rodrigues,
Cristiano José Castro de Almeida Cunha
e Solange Maria da Silva

KUNZE, Florian; BOEHM, Stephan A.; BRUCH, Heike. Generational leadership: how to manage five different generations in the workforce. *In*: BOPPEL, Michael; BOEHM, Stephan; KUNISH, Sven (Eds.). **From Grey to Silver: Managing the Demographic Change Successfully**. Heidelberg: Springer Berlin, 2010, p. 87-100.

LIND, Georg. O significado e medida da competência moral revisitada: um modelo do duplo aspecto da competência moral. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 399-416, 2000.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. Trad.: Ignacio Sánchez de la Yncera. **Reis**, n. 62, p. 193-242, 1993.

MARTÍN-ALCÁZAR, Fernando; ROMERO-FERNÁNDEZ, Pedro; SÁNCHEZ-GARDEY, Gonzalo. Strategic human resource management: integrating the universalistic, contingent, configurational and contextual perspectives. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 16, n. 5, p. 633-659, 2005.

MATTHEWS, Michael; EID, Jarle; KELLY, Dennis; BAILEY, Jennifer; PETERSON, Christopher. Character strengths and virtues of developing military leaders: an international comparison. **Military Psychology**, v. 18, p. 57-68, 2006.

MOTTA, Fernando Prestes. O behaviorismo na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 97-113, 1970.

NORTHOUSE, Peter. **Leadership: theory and practice**. 6 ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2013.

NORTHOUSE, P. G. **Leadership: Theory and Practice**. [s.l.] Sage Publications, 2021.

ORTIZ-PIMENTEL, Maximiano; MOLINA, Carlos; RONDA-PUPO, Guillermo Armando. Bibliometric assessment of papers on generations in management and business journals. **Scientometrics**, Akadémiai Kiadó, v. 125, n. 1, p. 445-469, 2020.

ORTEGA Y GASSET, José. "La idea de las generaciones", El tema de nuestro tiempo, Obras completas, Vol. 3, Madri: Revista de Occidente, pp. 145-156 [The modern theme, Nova York: Harper & Row, 1966.

PAULA DAMO, Lílian; SILVA, Narbal. Felicidade no trabalho e diferentes perspectivas geracionais: uma revisão integrativa da literatura. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 13, n. 31, p. 127-151, 2021.

PEREIRA, Ricardo; ROSA, Kellyn Clyciane Mendes; CUNHA, Cristiano José Castro de Almeida. Teoria Implícita da Liderança: uma revisão bibliométrica e mapeamento científico utilizando VOSviewer®. **Anais do XXIV Semead (Seminários em Administração)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 10 nov. 2021.

RUDOLPH, Cort; RAUVOLA, Rachel; ZACHER, Hannes. Leadership and generations at work: a critical review. **The Leadership Quarterly**, v. 29, n. 1, p. 44-57, 2018.

SALAHUDDIN, Mecca. Generational differences impact on leadership style and organizational success. **Journal of Diversity Management (JDM)**, v. 5, n. 2, 2010.

SALVOSA, Helen; HECHANOVA, Maria Regina. Generational differences and implicit leadership schemas in the Philippine workforce. **Leadership & Organization Development Journal**, v. 42, n. 1, p. 47-60, 2021.

SHAMIR, Boas. From passive recipients to active co-producers: followers' roles in the leadership process. *In*: SHAMIR, Boas; PILLAI, Rajnandini; BLIGH, Michelle; UHL-BIEN, Mary (Eds.). **Follower-centered perspectives on leadership**: a tribute to the memory of James R. Meindl. Information Age Publishing, 2007, p. 39.

SCHEIN, Edgar Henry. **Cultura organizacional e liderança**. São Paulo: Atlas, 2009.

SESSA, Valerie; KABACOFF, Robert; DEAL, Jennifer; BROWN, Heather. Generational differences in leader values and leadership behaviors. **The Psychologist-Manager Journal**, v. 10, n. 1, p. 47-74, 2007.

SOLANO, Alejandro Castro; BECERRA, Luciana; PERUGINI, María Laura Lupano. Prototipos de liderazgo em población civil y militar. **Interdisciplinaria**, Buenos Aires, v. 24, n. 1, p. 65-94, 2006.

SMALIUKIENE, Rasa; BEKESIENE, Svajone. Towards sustainable human resources: how generational differences impact subjective wellbeing in the military?. **Sustainability**, v. 12, n. 23, 2020.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial: o ciclo virtuoso dos negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

STĂNCIULESCU, Robert; BELDIMAN, Elvira. The issue of leadership styles in the military organization. **Land Forces Academy Review**, v. 24, n. 1, p. 54-60, 2019.

STERNBERG, Robert. **Psicologia cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TEIXEIRA, Ana Paula Pydd; PETUCCO, Cintia Frigo; GAMARRA, Lorena Tello; KUHLER, Carolina; TEIXEIRA, Rafael; KLEIN, Amarolinda Zanela. O sentido do trabalho: uma análise à luz das gerações X e Y. **Diálogo**, Canoas, n. 25, p. 25-37, 2014.

TOLBIZE, Anick. Generational differences in the workplace. **Research and Training Center on Community Living**, Minnesota, 2008.

WOLOR, Christian Wiradendi; NURKHIN, Ahmad; CITRIADIN, Yudin. Leadership style for millennial generation, five leadership theories, systematic literature review. **Quality-Access to Success**, v. 22, n. 184, p. 105-110, 2021.

YIN, Robert Kuo-zuir. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

YUKL, Gary. **Leadership in Organizations**. 8 ed. Boston: Pearson, 2012.

ARTIGO

A MÍDIA COMO AGENTE SECURITIZADOR DA SEGURANÇA PÚBLICA

GABRIELA SCHNEIDER

Professora Universitária. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra em Direito Público e Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pesquisadora do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (GECAP-UFSM).

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Sul **Cidade:** Santa Maria

Email: schd.gabriela@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1216-9447>

ADA CRISTINA MACHADO SILVEIRA

Professora titular do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM. Pesquisadora do CNPq. Estuda a mediação na segurança pública, mídiassfera e resiliência climática.

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Sul **Cidade:** Santa Maria

Email: ada.silveira@ufsm.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000000275542248>

IGOR CASTELLANO DA SILVA

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS); mestre em Ciência Política (UFRGS). Pesquisador e coordenador do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal, Segurança e Defesa (GECAP/UFSM).

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Sul **Cidade:** Santa Maria

Email: igor.castellano@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9763-5541>

Contribuições dos(as) autores(as): Todas(os) as(os) autoras(es) desempenharam papel ativo na elaboração do artigo, tanto na concepção e delineamento, como na análise e interpretação de dados, na redação e revisão crítica e, por fim, na revisão e aprovação final.

Data de Recebimento: 17/07/2023 – **Data de Aprovação:** 16/07/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1964

RESUMO

O artigo apresenta a teoria da securitização em sua formulação originária, suas novas abordagens, a relação da securitização com a mídia e com a segurança pública, além de destacar a função da mídia e o papel da noticiabilidade (e do telejornalismo) nesse processo. Um estudo bibliográfico sobre o tema, realizado por meio do software *Publish or Perish*, permitiu constatar que os trabalhos sobre segurança pública remetem de maneira mecânica à incidência da mídia, mas não fazem referência às contribuições dos estudos da noticiabilidade e da securitização. Sustenta-se que o agenciamento midiático no tema ocorre de forma mais determinante do que a prevista pelas atuais teorias da securitização. Por fim, o estudo explica em profundidade o que entende por noticiabilidade quando aplicada ao tema, destacando a proeminência do telejornalismo no processo de securitização da segurança pública.

Palavras-Chave: Mídia. Noticiabilidade. Securitização. Segurança pública.

THE MEDIA AS A SECURITIZING AGENT OF PUBLIC SECURITY

ABSTRACT

The article presents the theory of securitization in its original formulation, its new approaches, the relationship between securitization and the media and public security, in addition to highlighting the function of the media and the role of newsworthiness (and telejournalism) in this process. A bibliographical study on the subject, carried out using the Publish or Perish software, showed that works on public security mechanically refer to the incidence of the media, but do not refer to the contributions of newsworthiness and securitization studies. We maintain that media agency on the subject occurs in a more decisive way than predicted by current theories of securitization. Finally, we explain in depth what we mean by newsworthiness when applied to the topic, highlighting the prominence of telejournalism in the public security securitization process.

Keywords: Media. Newsworthiness. Securitization. Public security.

INTRODUÇÃO

A segurança pública sempre foi objeto especial das coberturas jornalísticas, seja em âmbito nacional ou internacional. É comum lermos e assistirmos sobre problemas diversos relacionados à segurança, especialmente quando vinculados à violência e à criminalidade. No entanto, as discussões públicas governamentais, de modo geral, sobre possíveis respostas vinculadas aos problemas de segurança são limitadas. No Brasil, em âmbito governamental, medidas repressivas e coercitivas são comumente apontadas como soluções iminentes e frequentemente ignoram a necessidade de medidas alternativas à histórica repressão, tais como medidas preventivas de desenvolvimento social (inclusão social, emprego e renda), de educação (qualidade da coerção mediante engajamento social, formação, capacitação e educação de qualidade às forças de segurança, entre outras) e de justiça (melhoramento do sistema de justiça criminal e das políticas de encarceramento). A mídia, em especial o jornalismo, tem papel fundamental nesse debate.

Ocorre que as coberturas noticiosas de determinados fatos e acontecimentos relacionados à violência e à criminalidade destacam a gravidade do problema de segurança, mas não necessariamente problematizam a questão. É necessário refletir, por exemplo, sobre como coberturas noticiosas buscam a construção de sentidos e efeitos de realidade, os quais podem causar diversas consequências na sociedade. Diante da perspectiva em que a verdade discursiva não coincide com a verdade dos fatos, mas sim com efeitos de sentido de verdade, importa compreender a forma pela qual os recortes da realidade, que produzem efeitos de sentido de verdade, são levados ao público em detrimento de outros e, para isso, a compreensão ampliada da noticiabilidade é fundamental.

Diante desse contexto, na perspectiva de estudar a articulação entre securitização, mídia e segurança pública, questionamos: como a noticiabilidade se insere no processo de securitização da segurança pública? Constatamos que grande parte dos trabalhos especializados sobre segurança pública não fazem referência às contribuições dos estudos da noticiabilidade e da securitização e suas capacidades de explicar de forma interdisciplinar por que processos de securitização da segurança pública ocorrem. Conforme veremos, o levantamento bibliográfico realizado sobre a temática, por meio do software *Publish or Perish*¹, e a análise sobre ele desenvolvida, demonstrará essa dimensão.

1 *Publish or Perish* é um software que recupera e analisa citações acadêmicas a partir de uma série de fontes de dados on-line. A análise apresenta uma variedade de métricas de citação, incluindo o número de artigos, o total de citações e o índice h, por exemplo. Encontra-se disponível de forma gratuita para download em: <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>.

Especificamente, este artigo objetiva apresentar a teoria da securitização em sua formulação originária, as novas abordagens e concepções dessa teoria, a relação da securitização com a mídia e com a segurança pública, além de destacar a função da mídia e o papel da noticiabilidade (e do telejornalismo) nesse processo. Para tanto, o presente artigo, para além da introdução, das considerações finais e das referências, divide-se em quatro seções principais.

A primeira seção apresenta a origem e o que é a teoria da securitização. Posteriormente, na segunda seção, “Securitização e segurança pública”, para uma melhor compreensão sobre os debates existentes sobre a teoria da securitização e seus desdobramentos em estudos de segurança pública, realiza-se levantamento bibliográfico na base de dados do Google Scholar, por meio do *software Publish or Perish*. Já a terceira seção explora justamente como a mídia tem sido desenvolvida na teoria da securitização, identificando a importância da noticiabilidade nesse processo. Por fim, a última seção explica de forma mais aprofundada o que se entende por noticiabilidade, com destaque para a proeminência do telejornalismo no processo de securitização da segurança pública.

Sustentamos que a inserção da noticiabilidade ocorre de forma mais determinante do que a prevista pelas atuais teorias da securitização. Além de representante da audiência, a mídia pode também assumir o papel de agente securitizador e isso ocorre a partir do fenômeno da noticiabilidade. A compreensão do complexo processo de securitização é determinante para se avaliar como e por que ocorrem a atribuição de ameaças específicas, a priorização de objetos a serem defendidos e a determinação de respostas coercitivas no âmbito da segurança pública.

FORMULAÇÃO ORIGINÁRIA DA TEORIA DA SECURITIZAÇÃO

No âmbito internacional, os Estudos de Segurança há décadas avançam no entendimento da complexidade e da ambiguidade do conceito de segurança. Em termos gerais, segurança é “uma condição relativa de proteção na qual se é capaz de neutralizar ameaças discerníveis contra a existência de alguém ou de alguma coisa” (Cepik, 2001, p. 2). As medidas de proteção, como informações, equipamentos, operações, comunicação, pessoal treinado etc., que são obtidas para organizar determinada questão de segurança, devem “guardar certa proporcionalidade em relação às ameaças percebidas contra a existência, efetividade e autonomia de quem – ou do que – está sendo protegido” (Cepik, 2001, p. 2-3). Portanto, se houver incerteza do que ou de quem se está protegendo, a utilidade de medidas de segurança pode gerar arbitrariedades na ocorrência prática.

Desde a década de 1980, Barry Buzan (1983) chamava a atenção para fatores intersubjetivos envolvendo a construção do conceito de segurança. Os estudos desenvolvidos pelo autor mostram que não se trata de um conceito de fácil compreensão, assim como outros tantos conceitos da área das Ciências Sociais, tais como violência, justiça, liberdade e poder. Porém, é justamente a ambiguidade que os conceitos oferecem o que os tornam tão instigantes a ponto de considerá-los merecedores de atenção (Buzan, 1983). O autor percebeu que, por ser complexo, segurança é um conceito que vai muito além do foco estritamente militar (Buzan, 1983).

Para além de aspectos militares, tradicionalmente destacados nos debates sobre segurança nacional, dinâmicas econômicas, ambientais, políticas e sociais tornaram-se cada vez mais reconhecidas como relevantes para a compreensão de processos securitários em perspectiva ampliada. Buzan (1983)

argumenta que diferentes eventos e ações, ocorridos em setores temáticos distintos, poderiam ser designados como ameaças a objetos de referência tidos como prioritários por atores políticos relevantes. A partir dessa perspectiva, podemos perceber a recente expansão (novos setores) e o aprofundamento (novos objetos referentes) dos Estudos de Segurança, como partes componentes do processo de ampliação conceitual (Buzan; Hansen, 2009). A expansão conceitual representa um movimento horizontal de compreensão da segurança para além das dinâmicas do setor militar, em áreas que analogamente movimentam a reivindicação de políticas públicas de caráter emergencial destinadas a conter ameaças existenciais, tais como os setores econômico, ambiental, político e societal. Já o aprofundamento conceitual indica a abertura de novas dimensões conceituais de sentido vertical, em que novos níveis de análise são priorizados, desde a escala micro (individual) até a macro (humanidade, planeta, ecossistema). Como se verá a seguir, diferentes objetos de referência assumem centralidade para grupos sociais relevantes como carentes de proteção e acabam, inclusive, adjetivando o conceito de segurança para consolidar tal reivindicação (segurança humana, segurança estatal, segurança ambiental, segurança energética, segurança global, etc.).

Como resultado, a preocupação científica voltou-se crescentemente ao processo envolto nas reivindicações de atores políticos e sociais acerca de ameaças e objetos prioritários da segurança, em detrimento do foco nos meios e métodos de uso da força estatal para segurança e defesa. Esse movimento contribuiu para a ampliação do debate público sobre as responsabilidades dos agentes políticos e sociais ao designar ameaças securitárias prioritárias específicas, bem como os custos de suas ações (Buzan, 1983). Portanto, sobretudo desde os anos 1980, a segurança passou a ser vista como um processo que não se limita a questões militares e à defesa de Estados e regimes políticos. É nesse contexto, a partir dos Estudos de Segurança da chamada Escola de Copenhague, especialmente pelos autores Barry Buzan, Ole Weaver e Jaap de Wilde (1998), que surge a teoria da securitização.

A teoria da securitização inaugura a ideia de que é mediante o discurso, composto de atos de fala (*speech acts*), que atores securitizadores transformam determinados assuntos (não-politizados ou politizados) em matéria ou agenda de segurança (securitizados). Neste caso, a existência de uma ameaça existencial, que justificaria a reivindicação de um evento como problema de segurança, não precisa ser necessariamente real. O que importa é o convencimento da audiência sobre a relevância existencial de determinado tema e a necessidade de medidas extraordinárias, geralmente envolvendo o uso da força, a serem adotadas como possível solução (Buzan; Weaver; Wilde, 1998). A agenda de segurança construída por meio de discursos que são proferidos por agentes interessados demonstra a compreensão discursiva de segurança pela teoria da securitização. Para a análise específica desse processo intersubjetivo, Buzan, Weaver e Wilde (1998) distinguem três tipos de unidades analíticas: os objetos referentes, os atores securitizadores e os atores funcionais.

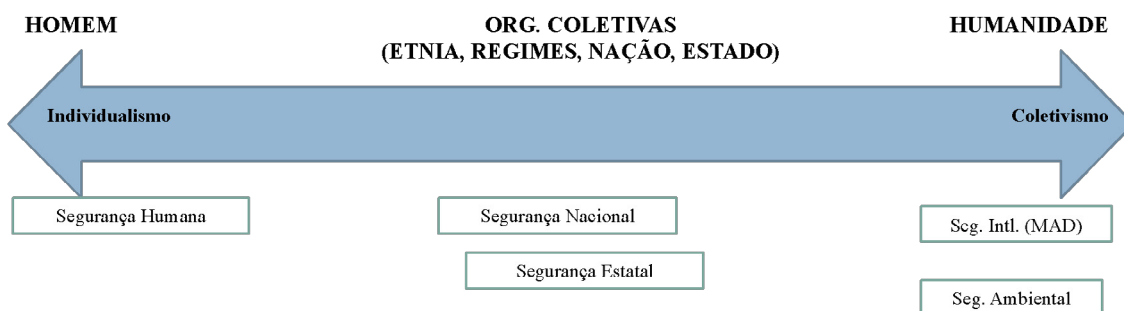
Os objetos referentes são vistos e reivindicados discursivamente pelos atores securitizadores, como coisas existencialmente ameaçadas e que têm um direito legítimo de sobrevivência. Nesse caso, a ameaça não precisa ser real, ou seja, no processo de securitização “algumas questões podem ser transformadas e percebidas como ameaças em contextos em que essas não existam – por vezes, inclusive, em detrimento de outras que podem representar ameaças reais” (Oliveira, 2019, p. 41). Trata-se, geralmente, de indivíduos ou instituições formais e informais como o Estado, a nação, o planeta, os regimes políticos, os seres humanos etc. Tal reivindicação é sempre subjetiva e envolve necessariamente percepções ontológicas e ideológicas acerca de quais objetos são prioritários e devem ser protegidos, inclusive, com uso de meios coercitivos. A padronização (muitas vezes forçada) do modelo institucional do Estado

moderno ao redor do mundo envolveu a institucionalização da securitização em torno do objeto Estado nacional, em detrimento de instituições tradicionais, tais como, família, igreja, impérios, tribos ou clãs. Embora tal reivindicação buscasse recorrentemente legitimar o real interesse de proteção de governos, regimes e elites no poder – tais como as que estabeleceram a doutrina de segurança nacional no Brasil –, atores políticos lograram arregimentar um sentido de pertencimento e mobilização coletiva para a proteção da pátria.

De forma concorrente, durante a Guerra Fria, esforços de organizações internacionais para o controle de armamentos nucleares direcionaram sua securitização ao objeto referente “coletividade global” ou “segurança internacional” *stricto sensu*, dada a escala de destruição potencial de uma escalada nuclear. Já no período pós-Guerra Fria, a problematização do processo de securitização produziu reflexões sobre a necessidade de outros objetos serem priorizados, tais como o meio ambiente (segurança ambiental), as condições de vida de populações vulneráveis (segurança alimentar e econômica) e a dignidade da pessoa humana (segurança humana). Tal trajetória histórica exemplifica como a perspectiva de objetos referentes pode variar em um *continuum* que segue de uma escala micro social, da individualidade absoluta, até o macro, da coletividade absoluta (Buzan; Weaver; Wilde, 1998). A Figura 1, a seguir, busca ilustrar tal compreensão.

FIGURA 1

Objetos referentes da Securitização: entre a segurança individual e a coletiva



Fonte: Elaboração própria, com base em Buzan, Weaver e Wilde (1998) e Castellano (2021). Data de elaboração da figura: 10 nov. de 2022.

Por seu turno, os atores (ou agentes) securitizadores são aqueles que tornam temas em problemas de segurança, ao declararem algo (o objeto referente) como existencialmente ameaçado por algum grupo ou processo social e reivindicar a necessidade de ações emergenciais para a sua proteção. Tais atores são indivíduos, grupos ou organizações com impacto político significativo, que executam o ato do discurso de segurança e têm condições de mobilizar uma audiência favorável, além de orientar o estabelecimento de respostas estatais. Como agentes, devem possuir interesses próprios e prosseguir os securitizar fenômenos sociais. Exemplos comuns de agentes securitizadores são líderes políticos, burocratas e governos, mas não somente, como se verá adiante. O argumento padrão utilizado por esses atores é que será necessário defender a segurança do Estado, da nação, da civilização ou de algum outro objeto referente por meio do uso ou da ameaça do uso da força (Buzan; Weaver; Wilde, 1998). Em suma, os teóricos da Escola de Copenhague argumentam que os agentes da securitização “falam e agem em nome de objetos referentes e geralmente veem as ameaças como emanando de outros objetos referentes” (Buzan; Weaver; Wilde, 1998, p. 43).

Por fim, atores funcionais podem afetar as dinâmicas de um determinado setor, influenciando significativamente as decisões no campo da segurança. Eles não são objetos referentes, tampouco são agentes securitizadores (Buzan; Weaver; Wilde, 1998), mas também importam para o sucesso ou o fracasso do processo. Trata-se de atores econômicos (empresas públicas e privadas nacionais e internacionais, profissionais, lobistas), sociais (organizações da sociedade civil nacional e transnacionais, intelectuais) e políticos (agências reguladoras nacionais e organizações internacionais), cujas atividades estão diretamente relacionadas aos resultados do processo de securitização e acabam por apoiar ou opor-se ao movimento (Buzan; Weaver; Wilde, 1998). As dinâmicas envolvendo tais atores configuram um contexto sociopolítico-econômico no qual o processo de securitização ocorre.

Contudo, com o crescimento da teoria da securitização, a utilização dessa última unidade analítica foi gradualmente perdendo força e espaço na produção científica do campo, em prol do desenvolvimento mais aprofundado de uma quarta categoria, ainda mais relevante para a compreensão do processo de securitização. Essa categoria é o que os autores da corrente denominam como audiência. Para a teoria originária, o movimento de securitização torna-se efetivamente consolidado apenas quando há o convencimento de uma audiência e efeitos políticos substantivos. Nas palavras dos autores: “O que é essencial é a designação [por um ator] de uma ameaça existencial requerendo ação emergencial ou medidas especiais e a aceitação de tal designação por uma audiência significativa” (Buzan; Weaver; Wilde, 1998, p. 27, trad. nossa)².

Portanto, para que a securitização seja concretizada, os atores securitizadores, por meio dos atos de fala, precisam convencer a audiência (Buzan; Weaver; Wilde, 1998). Isto é, a aceitação da audiência legítima e permite que uma ação extraordinária venha a acontecer. Embora considerada crucial para o processo de securitização, o papel cumprido pela audiência esteve subdesenvolvido na teoria original. Pouco se aprofundou sobre essa perspectiva, menos funcionalista em comparação à dos atores funcionais, e seu potencial de absorver a compreensão do processo comunicacional e os espaços de agência.

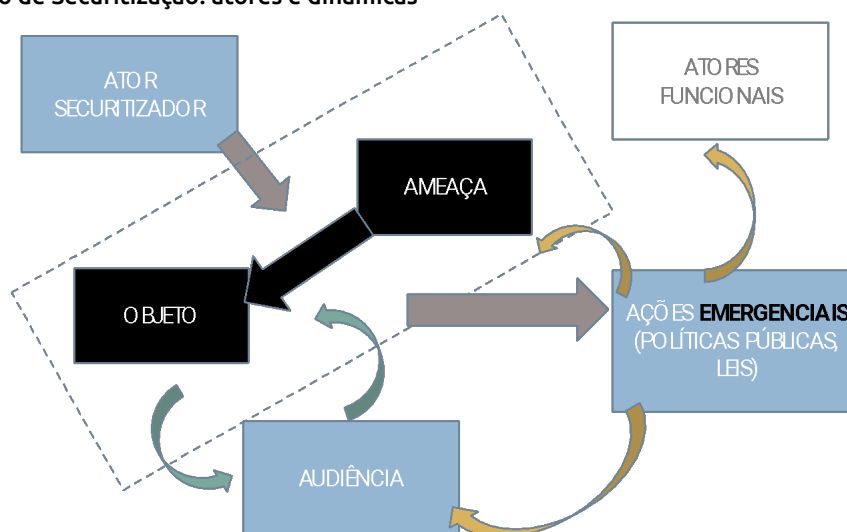
Em suma, a securitização é, desde suas origens teóricas, considerada um “processo construído socialmente, no qual os atores procuram transportar temas da agenda política – ou politizados – para a agenda de segurança” (Oliveira, 2019, p. 40). Desse modo, para a teoria original, a securitização será considerada bem-sucedida se estiverem presentes certas condições, quais sejam: “ameaças existenciais, ação emergencial e efeitos nas relações interunidades ao se libertar de regras” (Buzan; Weaver; Wilde, 1998, p. 26, trad. nossa)³.

2 No original: “What is essential is the designation [by an actor] of an existential threat requiring emergency action or special measures and the acceptance of that designation by a significant audience” (Buzan; Weaver; Wilde, 1998, p. 27).

3 No original: “A successful securitization thus has three components (or steps): existential threats emergency action and effects on interunit relations by breaking free of rules” (Buzan; Weaver; Wilde, 1998, p. 26).

FIGURA 2

O Processo de Securitização: atores e dinâmicas



Fonte: Elaboração própria, com base em Buzan, Weaver e Wilde (1998) e Castellano (2021). Data de elaboração da figura: 10 nov. de 2022.

A despeito dos avanços da teoria da securitização complexificar e desnaturalizar o processo de formação e legitimação de políticas públicas relacionadas ao setor de segurança, envolvendo efetivo ou potencial emprego da força, dois temas foram subdesenvolvidos na construção da teoria originária. Primeiro, a particularidade da segurança pública e os desafios de securitização e legitimação do uso da força contra populações internas às fronteiras estatais. Segundo, a falta de uma proposição teórica e metodológica que possibilite a compreensão clara sobre o papel da mídia nesse processo discursivo-comunicativo.

SECURITIZAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

Para uma melhor compreensão sobre os debates existentes sobre a teoria da securitização e seus desdobramentos em estudos de segurança pública, realizou-se levantamento bibliográfico na base de dados do Google Scholar, por meio do software *Publish or Perish*. A partir da pesquisa pelos termos “securitização” e “*securatization*” (em língua inglesa) no título da obra, foram selecionados os primeiros 50 trabalhos mais citados de cada termo (em línguas portuguesa e inglesa), totalizando 100 referências bibliográficas (vide tabela no Apêndice). Dos 50 textos em inglês, um se configura como capítulo de livro já publicado como artigo em periódico científico, ou seja, trata-se de entrada repetida. Os demais 49 trabalhos mais citados em língua inglesa estavam válidos para a pesquisa em termos de disponibilidade e não redundância. No caso das obras em língua portuguesa, dos 50 textos mais citados, 8 não foram encontrados em repositórios físicos ou digitais e outros 6 repetiam textos já identificados em entradas da mesma amostra (casos de mais de uma entrada para o mesmo artigo, devido a formas diferentes de menção ao nome do autor, livros que publicaram dissertações e capítulos de livros que republicaram artigos científicos). Como resultado, 36 textos restantes foram avaliados.

As informações verificadas em cada texto dividem-se em duas categorias: (i) dados de referência, tais como, autores, tipo de publicação (artigo, livro, capítulo de livro, dissertação, tese, etc.), local de publicação e ano de publicação; e (ii) dados categóricos, entre eles, tipo do texto (empírico ou teórico), identificação da definição de securitização, dos elementos do processo de securitização (ator securitizador, objeto de referência, tipo

de ameaça, audiência, atores funcionais), menção explícita ou vinculação da securitização com a segurança pública, tema relacionado à segurança pública e casos empíricos abordados (quando existente).

Dentre os textos coletados, procuraram-se menções aos termos segurança pública e segurança cidadã, além de correlatos em língua inglesa (*internal security, public security e homeland security*). Nos 49 resultados de textos mais citados na pesquisa bibliográfica com termos em língua inglesa, 16 obras (cerca de 33%) mencionam aspectos relacionados à segurança pública. Dos 36 textos em língua portuguesa, 19 (cerca de 53%) mencionam o conceito de segurança pública ou termos análogos, ou seja, uma quantidade significativamente maior que as produções de língua inglesa. A Figura 3 apresenta compilação gráfica dos textos, nos dois idiomas selecionados, que abordam o processo de securitização e mencionam dinâmicas relacionadas à segurança pública. Os textos foram classificados de acordo com (i) a região abordada ou a região em que se situam casos avaliados nos estudos, quais sejam, países ocidentais (Europa Ocidental, EUA e Canadá), América Latina e Ásia; e (ii) a principal temática ou agenda de segurança priorizada ou problematizada na discussão sobre o processo de securitização considerado na pesquisa. Dos 35 textos selecionados, 34 foram considerados para a elaboração da Figura 3, já que 1 dos 16 textos em inglês (Balzacq; Léonard; Ruzicka, 2016) realiza revisão da literatura recente sem focar em algum caso ou temática específica.

FIGURA 3

Segurança pública nos principais textos sobre securitização: casos e temas (34 textos selecionados)



Fonte: Elaboração própria (com apoio do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (GECAP/UFSM), 2021) com base em pesquisa no software *Publish or Perish*. Data de elaboração da figura: 05 dez. de 2022.

Na vinculação da teoria da securitização com a segurança pública, é possível identificar a menção a esta última dimensão, sobretudo em textos que abordam temas distintos dos estudos de segurança tradicionais. Como visto anteriormente, esses últimos se concentram nos dilemas do equilíbrio de poder interestatal, demarcados pela ideia da segurança nacional. Já a literatura avaliada considera processos subnacionais ou transnacionais que rompem com a visão estadocêntrica tradicional dos Estudos de Segurança. Destacam-se as dinâmicas de securitização envolvendo migrações, crime organizado, ordem pública, direitos e bem-estar de cidadãos.

Contudo, os limites da leitura tradicional, que assume coesão e homogeneidade nas relações Estado-Sociedade, permanecem presentes no nível conceitual. Isso aparece, por exemplo, no ainda recorrente uso intercambiável dos conceitos de segurança nacional e segurança pública, os quais aparecem em alguns momentos como sinônimos, principalmente na análise de casos relacionados a migrações e terrorismo em países ocidentais. Como resultado, em nenhum dos textos avaliados há estudos específicos que proponham uma contribuição clara ao estudo da segurança pública em particular ou que teorizem sobre as peculiaridades dessa dimensão analítica para a teoria da securitização, ou Estudos de Segurança em termos gerais.

Outra característica da literatura é a quantidade reduzida de estudos sobre casos do Sul Global, mesmo entre textos no idioma português. Embora trabalhos focados em casos do Sul Global considerem temáticas relacionadas a desafios estruturais da ordem pública, além de questões de segurança interna e transnacional, os textos aqui consultados não aprofundam discussões teóricas sobre as razões históricas dessa realidade. A esquecida literatura sobre segurança no Terceiro Mundo, já nos anos 1980, observava essa realidade e a relacionava aos desafios de formação estatal e integração social na maioria dos países que passaram pelo processo de colonização (Ayoob, 1991; 1995 ; Azar; Moon, 1988; Buzan, 1983). Tal experiência resultou, na maioria dos casos, na implantação forçada de instituições coloniais que serviram de base para o Estado nacional pós-colonial. Este, por sua vez, tem se caracterizado pela baixa legitimidade das instituições estatais, escassa integridade territorial e reduzida coesão social. Ao mesmo tempo, elites socialmente dominantes recorrentemente assumem controle de regimes com traços autoritários, profundos vínculos neocoloniais, privilégios de elites específicas e conexão instável com a ampla heterogeneidade e complexidade da sociedade (Migdal, 1988).

O resultado segue em duas direções. Primeiro, as instabilidades políticas, econômicas e sociais do Estado periférico produzem um ambiente interno ameaçador para elites governantes, comprometidas com a continuidade de sua agenda política de controle de regimes políticos frente a ameaças de grupos sociais opositores. Sejam tais ameaças reais ou fictícias, violentas ou pacíficas, tais regimes tendem a securitizar ameaças à sua estabilidade no poder por meio do recorrente uso da força (repressão, vigilância, perseguição, contra insurgência, etc.). A segunda direção é representada pelo déficit de capacidade política e legitimidade do próprio Estado para tomar decisões sobre políticas de segurança de médio e longo prazos. Isso agrava o anseio de elites governantes e burocracias do setor de resolver desafios de segurança por meio do uso indiscriminado e abusivo da força para a sua própria proteção frente a grupos sociais ameaçadores à sua permanência no poder e estabilidade corporativa. O resultado é a securitização ampla de dinâmicas domésticas, levando à escalada de conflitos políticos para o nível da violência direta. Há, comumente, a militarização de políticas de segurança pública e o transbordamento dessas contradições para países vizinhos, mediante atuação de forças de segurança e radicalização de grupos sociais para além-fronteiras, agravados por economias ilegais próprias do crime organizado (Thomas, 2003).

Não obstante a relevância de tais contribuições teóricas de décadas atrás, os textos avaliados no levantamento bibliográfico, que abordam a dimensão da segurança pública em processos de securitização no Sul Global, têm

ignorado esses aspectos histórico-sociais relevantes e a literatura referida, o que limita a sua possibilidade de compreender aspectos mais estruturantes do processo, como se verá adiante. Como resultado, permanece, na amostra observada, limites à compreensão das particularidades da segurança pública e dos desafios de securitização e legitimação do uso da força contra populações internas às fronteiras estatais.

MÍDIA COMO AUDIÊNCIA DA SECURITIZAÇÃO E OUTRAS (PRÉ) TEORIZAÇÕES

A teoria originária da securitização é limitada também por não oferecer uma proposição clara sobre o papel da mídia nos processos comunicativos aos quais ela se refere. Os estudos originais da securitização foram muito limitados em relação à sua compreensão sobre o papel da mídia no processo discursivo de legitimação do uso da força pelo Estado. A adoção de uma perspectiva metodológica formalista sobre o processo de securitização, com foco baseado no discurso de agentes securitizadores formais, representantes oficiais do Estado, contribuiu para essa lacuna. Além disso, a visão normativa liberal de que política e violência são dimensões apartáveis do processo social colaborou para a leitura direcionada a ações de exceção. Como resultado, observamos que a mídia foi tratada como entidade secundária no processo de securitização; ela sequer é mencionada no texto original da teoria de Buzan, Weaver e Wilde (1998). Cabia a ela um papel coadjuvante de ator funcional do processo de securitização ou, então, como parte integrante da própria audiência por ela engendrada. Ou seja, a instância midiática seria instrumento de uma ação deliberada por um nível que lhe seria superior e determinante do propósito e sentido de sua ação.

É importante considerar que novas abordagens têm surgido e aberto caminho implícito ou explícito para a compreensão do papel da mídia. Em termos amplos, estudos mais recentes sobre o processo de securitização têm recuperado contribuições sociológicas mais aprofundadas sobre as relações entre poder, sociedade e violência e, como consequência, sobre a relevância da mídia nesse processo. Thierry Balzacq (2005) e Didier Bigo (2002) são expoentes nesse sentido, como marco da chamada Escola de Paris nos Estudos de Segurança. Os autores consideram que a securitização vai além dos atos simbólicos de atores políticos oficiais que securitizam temas pontuais e justificam ações de exceção, com legitimidade de aplicação excepcional do uso da força. Para os autores, a securitização existe na própria estrutura de poder em si, de forma que o ato discursivo oficial e explícito é apenas uma das facetas da manifestação do que Bourdieu (1989) chamaria de poder simbólico. O uso regular da força física e do instrumento da violência simbólica permanece sempre presente como parte integrante das estruturas políticas, de forma a assumir normalidade e institucionalidade, independentemente de haver uma securitização explícita e pontual nos discursos das autoridades políticas. A dessecuritização seria, portanto, mero subterfúgio ou ingenuidade liberal, que pressupõe a possibilidade de a política existir independentemente de usos recorrentes da violência, até mesmo de forma naturalizada (Balzacq, 2005; Bigo, 2002).

Assim, a observação do fenômeno da securitização envolve reconhecer contra quem e a favor de quem a violência é direcionada, para além de atos formais. A institucionalização de valores e a prática da securitização no dia a dia (e em contextos históricos, sociais e culturais) se tornam focos da análise, em que os agentes do processo de securitização são múltiplos. Percebe-se o potencial dessa perspectiva para romper o formalismo da teoria original e encontrar atores sociais e processos de securitização variados.

Como visto anteriormente, uma das principais críticas direcionadas à teoria originária da securitização situa-se no conceito de audiência, visto que as proposições iniciais não aprofundam seu significado teórico e sua

capacidade de agência, não fornecem critérios claros e precisos sobre como identificá-la, tampouco referem a formas e métodos de tratamento empírico (ver, por exemplo, Balzacq, 2005). As críticas mais difundidas questionam que grupos de atores representariam tal audiência, qual seria o seu poder de agência e o quanto de suporte dessa audiência ao movimento securitizador seria necessário para viabilizar medidas extraordinárias.

Adam Côté (2016), por exemplo, propõe uma definição alternativa de audiência, visando trazer um novo entendimento do conceito pouco explorado por Buzan, Weaver e Wilde (1998). Partindo do pressuposto de que a audiência precisa ser considerada diversa em cada caso específico ou contexto (Balzacq, 2005), ao fazer a análise do ato de fala, Côté (2016) questiona dois pontos: quem é o público e como o público se envolve na construção da segurança. O autor preocupa-se em verificar “quem pode legitimar uma prática securitária que envolva a questão proposta no discurso” (Oliveira, 2019, p. 50). Ou seja, “o porquê de o agente ter de convencer alguém é que definiria o papel da audiência – o que indica que esse papel pode variar de acordo com cada caso” (Oliveira, 2019, p. 50). Assim, importa perceber que o ator ou agente securitizador precisa ter estratégias de acordo com as circunstâncias ditadas pelo contexto, para conseguir a aceitação de uma audiência específica e diversa (Oliveira, 2019).

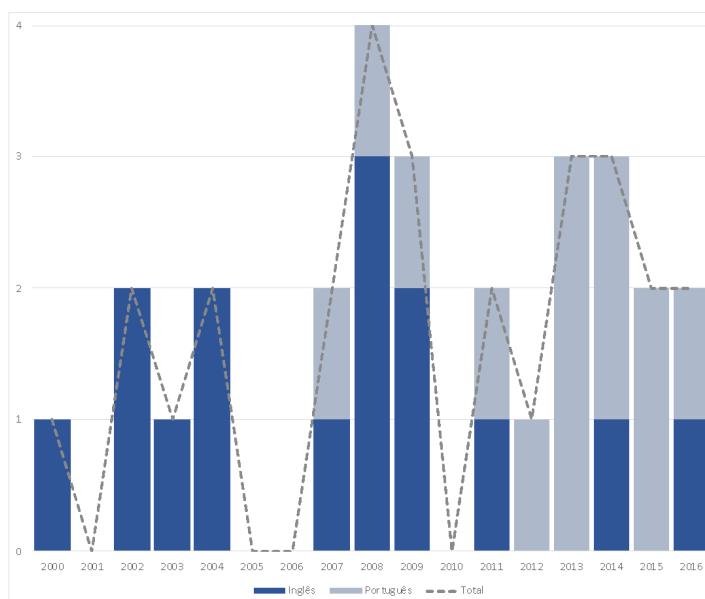
Nesse mesmo contexto, estudos empíricos têm apresentado timidamente a mídia no processo de securitização, sobretudo como parte constituinte da audiência ou, então, como intermediadora da interlocução entre ator securitizador e audiência. Pimentel (2007), por exemplo, ao estudar empiricamente a securitização europeia da imigração ilegal na fronteira Marrocos-Espanha, assume que a mídia exerce papel decisivo na consolidação dos processos securitizadores, na medida em que, ao transmitir ou não determinado discurso, consolida “o problema de segurança em meio à audiência, facilitando a legitimação dos atos que podem se seguir ao discurso securitizador” (Pimentel, 2007, p. 40).

Para uma revisão mais sistemática, voltamos aos textos coletados no levantamento bibliográfico apresentado na seção anterior (pesquisa no *Google Scholar*, via *Publish or Perish*, dos textos mais citados com o termo “securitização” – 50 entradas, e “*securitization*” – 50 entradas, no título da obra). Além das informações verificadas em cada texto, apresentadas na seção anterior, procuraram-se menções aos termos “mídia” ou “*media*” (em língua inglesa) no corpo dos documentos. Dos 49 textos em língua inglesa filtrados pelos critérios do levantamento bibliográfico e válidos para a pesquisa, 31 (cerca de 63%) lidam com aspectos relacionados à mídia, ao tratarem do processo de securitização, tanto em perspectiva teórica, empírica ou ambas. Desses 31 textos filtrados, 15 consideram conjuntamente a participação da mídia em processos de securitização e a ocorrência da securitização no ambiente da segurança pública ou doméstica. Essa seleção específica de 15 textos é a base da nossa análise. No caso do levantamento de obras em língua portuguesa (36 textos únicos e acessíveis, dentre os 50 inicialmente selecionados), 22 textos (cerca de 61%) tratam de aspectos conectados à mídia no processo de securitização, sendo que apenas 13 deles consideram, especificamente, a influência da mídia em eventos de securitização que envolvem segurança pública ou doméstica. A observação inicial já estimula importante constatação, qual seja, a de que a maior parte da produção selecionada se preocupa com a atuação da mídia no fenômeno da securitização e, dentre esses trabalhos, cerca da metade deles já relaciona mídia e esfera da segurança pública no fenômeno da securitização.

Em relação às características da produção acadêmica, percebe-se que estudos em língua portuguesa têm crescido ao longo das duas últimas décadas, embora a produção científica mais citada no idioma ainda tenha caráter mais formativo (TCCs, dissertações e teses), enquanto as produções em língua inglesa mais citadas são caracterizadas pela predominância de artigos científicos e livros autorais. As Figuras 4 e 5, abaixo, apresentam características dos 28 textos selecionados (15 em língua inglesa e 13 em língua portuguesa) ao longo do período de sua produção.

FIGURA 4

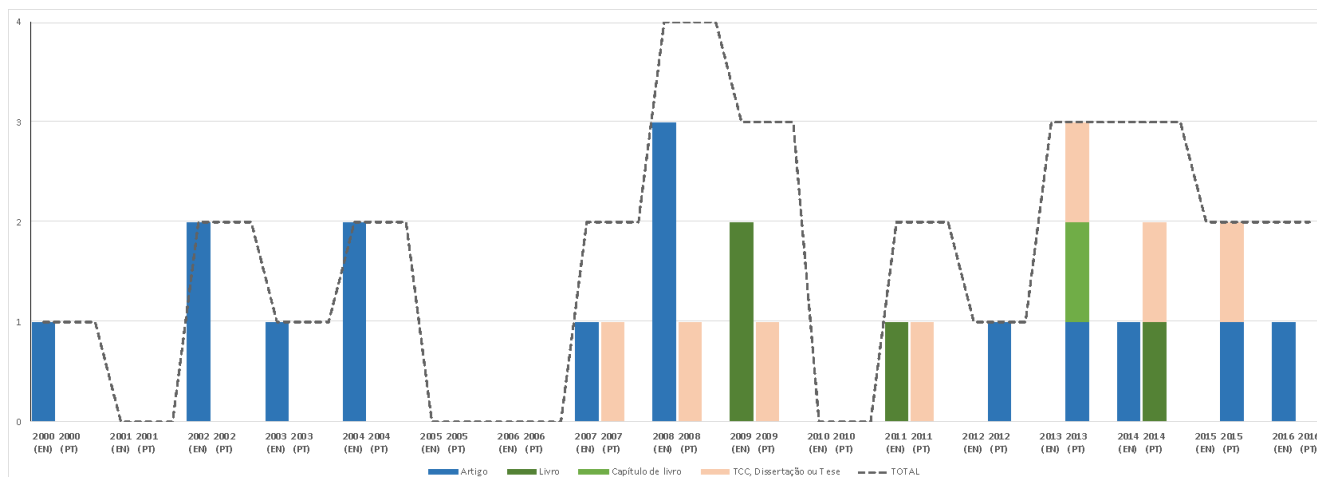
Mídia em textos sobre securitização na segurança pública: produção por idioma e ano



Fonte: Elaboração própria (com apoio do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (GECAP/UFSM), 2021) com base em pesquisa no software *Publish or Perish*. Data de elaboração da figura: 05 dez. de 2022.

FIGURA 5

Mídia em textos sobre securitização na segurança pública: produção por tipo de produto bibliográfico em cada idioma e ano



Fonte: Elaboração própria (com apoio do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (GECAP/UFSM), 2021) com base em pesquisa no software *Publish or Perish*. Data de elaboração da figura: 05 dez. de 2022.

A descrição quantitativa precisa ser cotejada com a análise do conteúdo dos trabalhos e a sua capacidade de produzir contribuições teóricas e empíricas para a compreensão de características, causas e efeitos da participação da mídia no processo de securitização, especialmente no contexto da segurança pública ou doméstica. Duas dimensões analíticas são cruciais para compreender o desenvolvimento teórico dos estudos em relação à atuação da mídia. Primeiramente, ressalta-se o grau de centralidade da mídia no estudo

produzido. A discrepância entre textos em língua inglesa e portuguesa é relevante nesse caso. Enquanto todos os textos em português da amostra (13) mantêm o tratamento da mídia em nível periférico no estudo proposto, como dimensão acessória para o estudo, 6 dos 15 textos em inglês (40% dos textos selecionados nesse idioma) já colocam a análise sobre mídia no centro da análise sobre processos de securitização.

Em segundo lugar, o papel cumprido pela mídia no processo de securitização varia significativamente nos estudos analisados. Por um lado, a mídia tem sido designada como elemento integrante do nível da circulação midiática, dado que sua ação é compreendida pela repercussão na audiência, tal como a visão mencionada acima. Por outro lado, a mídia tem sido analisada também como ator securitizador, sobretudo por estudos que a colocam no centro da análise do processo de securitização. Ainda, diferentes estudos a têm situado em posições de mediação (veículo de suporte a atores securitizadores, meio de pressão a governos como parte da opinião pública e ator funcional do processo), de modo independente ou compartilhado com as funções de audiência ou de ator securitizador.

Além disso, algumas das contribuições se preocupam explicitamente com o estabelecimento de conexão mais sistemática entre a atuação da mídia e categorias teóricas relacionadas à própria teoria da securitização originária e/ou a desenvolvimentos teóricos posteriores (Balzacq, 2005; Bigo, 2002). Por exemplo, trabalhos como os de Salter (2008), que analisa empiricamente o caso da *Canadian Air Transport Security Association* (Associação Canadense de Segurança no Transporte Aéreo), de Kaya (2009), que possui como foco a migração e a integração, com foco nos muçulmanos na Europa, e de Watson (2011), com o exemplo empírico da securitização humanitária do tsunami no Oceano Índico em 2004, adotam novas abordagens da securitização para a análise do papel da mídia, visto que elas viabilizam a compreensão de contextos e processos mais amplos do ambiente e da governamentalidade da securitização, geralmente ignorados na teoria original. Com tal recurso, abre-se caminho para a leitura do protagonismo assumido pela mídia em casos específicos. Segundo Scott Watson (2011), a mídia pode exercer diversas funções no processo de securitização. Pode, entre outras possibilidades, comunicar os processos de securitização de outros atores, articular suas próprias narrativas e confrontar as alegações com perspectivas divergentes.

Igualmente, Philippe Bourbeau (2011) argumenta que

[...] os agentes da mídia podem, em alguns casos, ser os iniciadores do processo de securitização (por exemplo, fazendo movimentos de securitização antes que os agentes políticos o formulem, pressionando assim tanto o governo quanto o público a adotar uma determinada política de segurança). Em outros casos, os agentes de mídia podem ser atores transmissores (por exemplo, apoiando os movimentos de securitização dos agentes políticos ou expressando e articulando as demandas de segurança do público) (Bourbeau, 2011, p. 46, trad. nossa)⁴.

Essa ampliação de perspectivas também é vista em um (único) texto em língua portuguesa, o qual afirma que “[...] atores como a mídia e a opinião pública poderiam, a depender do viés do analista e dos objetivos almejados com a avaliação empírica, atuar tanto como (semi)agentes securitizadores e (semi)audiências” (Motta, 2014, p. 112). Nesse texto, Motta (2014) estuda como a elaboração ideológica possibilitou enquadrar o Iraque como um inimigo na Guerra Global ao Terror e convencer o público interno dos EUA a apoiar o uso da força. A partir

4 No original: “[...] *media agents can in some cases be initiators of the securitizing process (e.g. by making securitizing moves before political agents formulate one, thereby pressing both the government and the audiences to adopt a particular security policy). In other cases, media agents can be transmitting players (e.g. by supporting political agents' securitizing moves or by voicing and articulating audiences' security demands)*” (Bourbeau, 2011, p. 46).

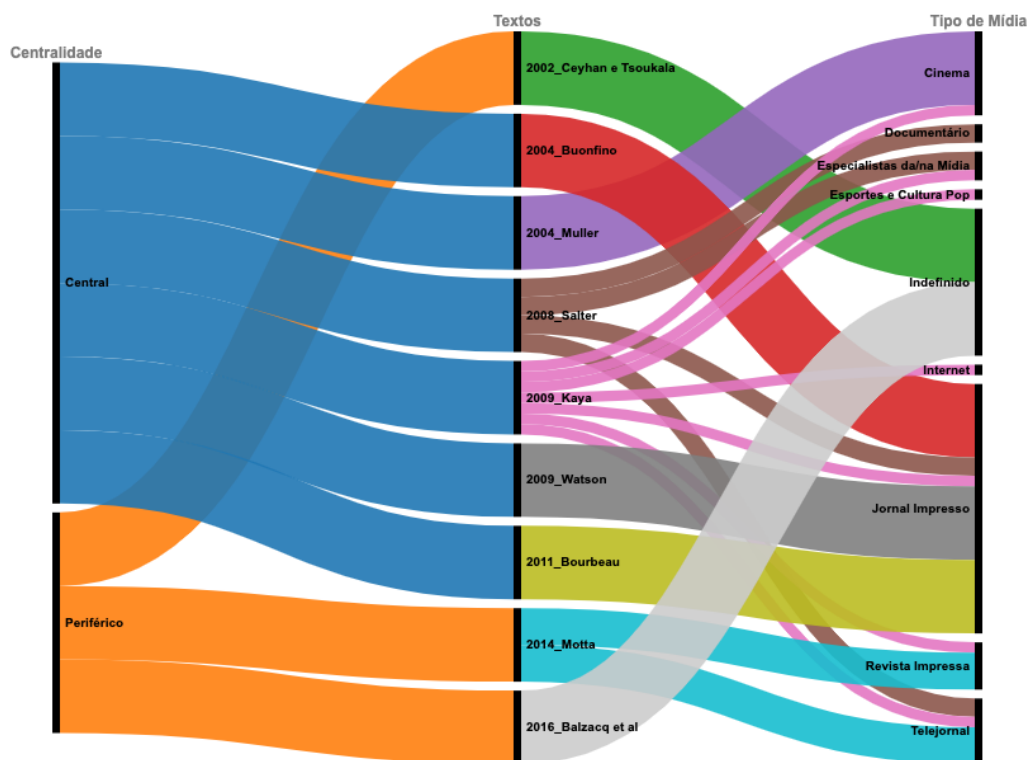
disso, delineou como se desenvolveu o processo de persuasão dos EUA perante outra audiência, o Conselho de Segurança da ONU, e como essa audiência reagiu durante o processo de negociação.

Mesmo com a profusão de ideias teóricas (e pré-teóricas) sobre o papel cumprido pela mídia no processo de securitização, não identificamos abordagem capaz de analisar a mídia de forma mais profunda a justificar o seu enquadramento como agente securitizador. Em nenhum dos textos avaliados há proposição teórica suficiente aprofundada que sustente a designação como agente securitizador e especifique o seu papel de agência. Uma das razões para a limitação do desenvolvimento teórico adequado é que, mesmo nos casos em que a mídia aparece como um dos fatores centrais considerados na análise sobre securitização, em nenhum dos estudos avaliados ela é o foco principal das análises, posto que tal centralidade é compartilhada com outros atores e objetos analíticos também prioritários. Ocorre que a posição central da mídia não é acompanhada de amparo teórico que compreenda efetivamente as características de agência da mídia, em geral e em tipos e meios específicos, tais como o telejornalismo e o jornalismo impresso, entre outros.

Como vemos na Figura 6, nem todos os trabalhos que identificam a mídia como agente securitizador a alocam no centro de sua análise, o que acaba por naturalmente reduzir os esforços teóricos para sustentar tal proposição. Ademais, nenhum dos estudos analisados que incluem a mídia no centro do estudo é efetivamente focado na atuação da mídia, tampouco adota contribuições de estudos de mídia ou da área de Comunicação. Embora os trabalhos que assumem funções de agência mais relevantes para a mídia (isto é, de agente securitizador) tendam a especificar o tipo de mídia que estão considerando ou avaliando, esses não realizam discussão teórica de fundo sobre o tipo de mídia selecionado e a sua relevância na sociedade contemporânea.

FIGURA 6

Mídia em textos sobre securitização na segurança pública: centralidade e tipo de mídia



Fonte: Elaboração própria (com apoio do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (GECAP/UFMS), 2021) com base em pesquisa no software *Publish or Perish*. Data de elaboração da figura: 05 dez. de 2022.

O mais próximo de romper a regra observada foi o trabalho de Benjamin J. Muller (2004), que discute a relevância do cinema e da indústria do cinema na sociedade contemporânea e a sua capacidade de construir “*images of (bio)agency*” (Muller, 2004, p. 9) e produzir “*visual securitization acts*” (Muller, 2004, p. 5). De fato, Muller (2004) é o único texto avaliado que foca no papel da mídia como agente securitizador, em detrimento de suas outras funções, e concentra a sua análise em um tipo específico de mídia, o cinema. Contudo, o autor não discute por que o cinema se distingue de outras mídias e quais os processos próprios da produção midiática demonstram agência distinta.

Em suma, embora a mídia exerça papel diverso em contextos amplos, ela pode, sim, ser observada como agente securitizador, inclusive em eventos-chave conectados a atos de fala relevantes para o intento securitizador. Mesmo na perspectiva mais exigente da teoria originária (que reforça a relevância de eventos mais dramáticos, atos de fala e excepcionalidade) é, sim, possível identificar o papel da mídia como agente securitizador. Entretanto, tal esforço requer recursos teóricos adequados, ainda não trabalhados adequadamente por contribuições mais disseminadas no campo dos Estudos de Segurança.

MÍDIA COMO AGENTE SECURITIZADOR

Para a construção de tal arcabouço teórico que sustenta a mídia como agente securitizador, empreende-se aqui dois movimentos integrados. O primeiro movimento consiste em conservar a literatura sobre a relação entre mídia e violência, mídia e autoritarismo, mídia e medo. Tais contribuições são geralmente ignoradas nos Estudos de Segurança e precisam ser resgatadas para a compreensão de que o tema tem legado histórico nos estudos sociais e de comunicação. O segundo movimento é o da proposição de alternativas teóricas para compreender de maneira mais efetiva a posição da mídia como agente securitizador na teoria da securitização.

Em relação ao primeiro movimento, importa ressaltar que a primeira geração da Escola de Frankfurt pode ser elencada como o intento inaugural da Teoria Social para compreender de forma crítica a posição da mídia nas justificativas de ameaça e uso dos meios de coerção pelo Estado. Observando a ascensão do autoritarismo e do totalitarismo europeu, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer (1985) mostram que os meios de comunicação à época foram de extrema importância para a formação da imagem do inimigo em um ambiente em que o uso da força prevalecia em meio ao medo e à ameaça para alguns e às promessas de bem-estar e segurança para outros. Iray Carone (2002), inclusive, lembra que o inimigo era identificado como pertencente ao submundo criminoso, não era sujeito de direitos, tampouco visto como ser humano.

O aparelho comunicacional criado foi essencial para firmar o apelo fascista nas massas. Na Alemanha, por exemplo, Hitler acreditava que a propaganda nazista seria o meio pelo qual se atingiria a grande audiência de forma mais rápida e eficiente. Ela deveria parecer ingênua e emotiva, justamente para atingir “o coração das grandes massas, compreender seu mundo maniqueísta e representar seus sentimentos” (Lenharo, 1986, p. 47). A repetição incansável das mensagens era uma das estratégias mais significativas.

[...] a propaganda política tinha características particulares: uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras; simplificação das ideias para atingir as massas incultas; apelo emocional; repetições; promessas de benefícios materiais ao povo (emprego, aumento de salários, barateamento dos gêneros de primeira necessidade); promessas de unificação e fortalecimento nacional (Capelato, 1999, p. 167).

Para explorar as estratégias de construção de um inimigo, elites políticas utilizaram principalmente duas mídias que se mostravam à época extremamente eficazes para a alcance de massa, a saber: o cinema e o rádio. O rádio, em especial, apesar de ser novidade no período, foi uma das grandes apostas de Josef Goebels, ministro de propaganda do governo de Hitler, que criou o seu próprio sistema de radiodifusão, controlando programas, conteúdos e todas as informações que eram repassadas à sociedade. Destaca-se que a criação de todos os aparatos comunicacionais midiáticos era sempre justificada no princípio da legalidade e da manutenção da ordem social. Inclusive, como bem lembra Giorgio Agamben (2015), foi exatamente o estado de emergência previsto pelo art. 48 da República de Weimar “que permitiu que Hitler estabelecesse e mantivesse o regime nazista, declarando, imediatamente depois da sua nomeação como chanceler, um estado de exceção que nunca foi revogado” (Agamben, 2015, on-line).

Para além da legitimação do uso da violência física, os meios de comunicação contribuíram, até mesmo, para a formação de guerra psicológica. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a guerra psicológica estava atrelada, sobretudo, ao setor da radio-propaganda. Ela consistia especialmente na manipulação da palavra falada e escrita com o propósito de abalar a moral do inimigo, aumentar a efetividade das operações bélicas, evitar custos dos combates ou, então, para cooptar populações e grupos aliados em potencial (Brandt, 2001).

No sentido oposto ao pensamento crítico da Escola de Frankfurt, no âmbito do behaviorismo norte-americano, a literatura anglo-saxã também passou a investigar a relação entre mídia e violência desde os anos 50. Entretanto, o foco era distinto ao da corrente anterior, por não se preocupar com a relação entre mídia, política e guerra no processo de construção hegemônica em regimes autoritários. A vertente norte-americana se debruçava nos resultados psicológicos individuais, comportamentais e cognitivos da transmissão da violência em meios de comunicação, ignorando o caráter próprio de agência da mídia em si e os processos sociais mais amplos. Pode-se observar que é nesse momento que estudos de mídia e violência inauguram a leitura, adotada até hoje nos Estudos de Securitização, de que a relação entre mídia, violência e espectadores se observa pelos impactos resultantes na audiência, representada aqui por indivíduos particulares (Michaud, 1989). Como exemplo, em levantamento bibliográfico atual no Google Scholar (via *Publish or Perish*), pelos termos “*media*” e “*violence*”, é possível observar que a grande maioria da produção científica mais disseminada (citações totais ou citações por ano) foca no impacto da violência exposta pela mídia no comportamento violento de indivíduos. Tal perspectiva tende a ignorar a mídia como um agente próprio que não apenas reproduz fatos dados, mas constrói igualmente o processo discursivo e o processo social, marcado pela constituição intersubjetiva de valores e ideias.

É apenas mais recentemente que a compreensão de teorias sociais e da comunicação tem sustentado, de maneira mais direta, que a relação da sociedade com o mundo passa pelas imagens e que a definição sobre quais imagens serão selecionadas, montadas e legendadas é parte fundamental do processo de compreensão da realidade. A relação é ainda mais forte quando envolve violências que mobilizam a atenção do público, que há tempo busca por explicações simples e soluções rápidas para problemas complexos. É nesse ponto que o espaço para manipulações e desinformação se abre, de modo que algumas violências são rapidamente condenadas, enquanto outras tornam-se banalizadas. Como descreve Yves Michaud (1989):

[...] apesar de seu caráter de cópias verídicas – e talvez por causa disso mesmo – as imagens são enganosas: ainda que cada uma seja autêntica, podemos selecioná-las, montá-las, legendá-las, podemos enquadrá-las e reenquadrá-las, podemos sobretudo mostrá-las ou não mostrá-las de jeito nenhum. As imagens da violência não escapam dessas distorções.

Por causa delas, não são tanto as violências efetivas que contam, mas sim o que delas ficamos sabendo e imaginamos (Michaud, 1989, p. 49-50).

Mas a definição da informação a ser comunicada não é, de forma alguma, uma decisão apolítica destituída de um contexto de contradições sociais. Ou seja, “a própria informação sobre a violência torna-se uma parada na luta. Trata-se de controlar não só o conflito, mas a maneira como ele aparece” (Michaud, 1989, p. 50).

O segundo movimento em que empreendemos teorizar o papel da mídia no processo de securitização é o da proposição de duas alternativas teóricas possíveis, oriundas do Jornalismo, para compreender propriamente a posição da mídia como agente securitizador (ou eventualmente dessecuritizador) em processos de securitização, quais sejam: o agendamento e a noticiabilidade. Essas perspectivas podem abrir caminhos para que a ação da mídia seja o foco da análise, em suas diferentes formas de atuação, seja em contextos e processos de larga escala, seja em atos de fala que sustentam discursos em contextos pontuais, em favor ou contra intento securitizador, próprio ou de outrem.

Embora os dois fenômenos (agendamento e noticiabilidade, cada qual com sua particularidade) sejam relevantes, entendemos que é a noticiabilidade que possui capacidades mais claras de identificar, não apenas como, mas por que a mídia tem possibilidade de assumir função de agente securitizador em diferentes processos de securitização⁵. Como veremos a seguir, não é objetivo deste artigo resgatar os diversos estudos sobre a temática que existem há mais de século – explorados por Traquina (1993; 2008), Wolf (2008) e Silva, Silva e Fernandes (2014), apenas para citar alguns exemplos). Como afirma Carlos Eduardo Franciscato (2002, on-line), os esforços conceituais, tanto para definir notícia⁶ como para definir noticiabilidade, são insuficientes diante da complexidade e variabilidade de objetos. A ideia aqui, portanto, não é engessar o conceito e tampouco propor critérios para defini-lo. Acredita-se, por outro lado, que a noticiabilidade precisa ser pensada diante da complexa estrutura que envolve a seleção de notícias, que muitas vezes apresentam questões não visíveis e de fácil acesso ou compreensão, sobretudo relacionadas aos âmbitos econômico, político, social, cultural, ideológico, conforme se verá na próxima seção.

É a partir desses movimentos que se compreende que a mídia tem capacidade de empreender discursos securitizadores no dia a dia conectados a agendas próprias que impactam, e muitas vezes normalizam, justificativas para o uso da força pelo Estado ou outros atores sociais. Ela assume, assim, o papel de agente securitizador, que pode ser complementado, posteriormente, pela mobilização política tradicional. Portanto, a mídia pode atuar não como mero ator funcional do processo ou espelho do que é aceito pela audiência. Sugere-se, neste artigo, que é pelo mecanismo da noticiabilidade que a mídia tem condições de assumir esse papel de destaque na constituição do processo de securitização.

A mídia produz e reproduz discursos securitizadores relacionados a processos e interesses próprios. Tais discursos serão destinados a recomendar políticas de maior ou menor uso da força em momentos específicos de maior ou menor urgência explícita. Independentemente das possibilidades de variações, trata-se de atos securitizadores em si e estimulam a construção de uma consciência social sobre em quais situações e contra quem a violência deve ser aplicada. Mais do que isso, o poder da noticiabilidade de construir pautas específicas e na frequência desejada é capaz de defender e legitimar ações emergenciais que autorizam o uso da força excepcional por atores políticos, ao passo que produz o efeito de normalização

5 Não se nega, contudo, a importância do agendamento, seus reflexos e desdobramentos desde McCombs e Shaw (1972).

6 Em termos gerais, notícias podem ser consideradas unidades narrativas que apresentam informações diversas sobre determinados fatos ou acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais etc. (Duarte, 2022).

da percepção pública de que a violência (como a militarização das respostas) se faz necessária como resposta à ameaça designada.

PAPEL DA NOTICIABILIDADE (E DO TELEJORNALISMO) NO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO

O entendimento sobre a força social e a capacidade de agência da mídia já é disseminado nas Ciências Sociais. Anthony Giddens (2005), em seu manual de sociologia, ao realizar um diagnóstico geral sobre alguns dos principais problemas sociológicos da contemporaneidade, destaca entre eles o tema da mídia. De forma introdutória, Giddens lembra que a mídia de massa ou comunicação de massa é aquela que atinge uma audiência de massa, ou seja, aquela que alcança um grande número de pessoas. O autor acredita que as mídias de massas, para além do entretenimento, estão envolvidas em diversos aspectos e esferas da sociedade e possuem grande alcance sobre a opinião pública, “não apenas por afetarem nossas atitudes em modos específicos, mas por serem o meio de acesso ao conhecimento do qual dependem muitas atividades sociais” (Giddens, 2005, p. 367).

A cultura da mídia, entre elas a televisiva que possui o foco na grande audiência, ajuda a “modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral” (Kellner, 2001, p. 9). O telejornalismo faz parte dessa dimensão. A depender do caso, por exemplo, é a partir do que é transmitido pela mídia que muitos políticos ou governantes ampliam a sua preocupação em relação a determinados assuntos. Nesse aspecto, é possível pensar a mídia a partir da teoria da midiaticização de Stig Hjarvard, que explica que “as mídias, como estruturas, ou seja, práticas institucionalizadas, conseguiram impulso próprio, o que cada vez mais influencia outras esferas sociais” (Hjarvard, 2014, p. 26). Mas não só. Trata-se de uma via de mão dupla, assim como as mídias podem impactar outras esferas sociais, também podem ser impactadas por interesses diversos.

No âmbito do sistema criminal brasileiro, é possível verificar exemplos claros dessa dimensão midiática. Nilo Batista (2002) já dizia que seria necessário compreender o fenômeno midiático nos estudos que envolvem o direito penal e o direito processual penal – estudos esses que também abarcam os debates sobre segurança pública. Mostra o autor que é preciso perceber que há uma ultrapassagem da mera função comunicativa da mídia (Batista, 2002). Nesse sentido, por exemplo, Marília De Nardin Budó (2018) demonstra que os discursos midiáticos e políticos, muitas vezes, contribuem para uma ideia distorcida da criminalidade e colocam no sistema penal a busca por soluções imediatistas, como forma de conter as ondas de medo e insegurança.

Um clássico exemplo específico dessa dimensão pode ser encontrado na formulação da Lei Nº 8.072 de 1990, popularmente conhecida como Lei dos Crimes Hediondos. Um fato isolado de assassinato ocorrido no país – o caso da atriz Daniella Perez (1992) – repercutiu de forma tão intensa pela mídia que implicou na aceleração de medidas legislativas. Corália Leite e Livia Magalhães (2013) analisam o caso em diversos tipos de mídia, entre elas a televisiva. A investigação das pesquisadoras concentra-se na análise do momento anterior à aprovação da Lei Nº 8.930/94, que reformou a Lei Nº 8.072/90 e introduziu o homicídio qualificado como crime hediondo. Ou seja, centraram-se as autoras “na ação das mídias sobre a população brasileira no movimento de mudança da legislação” (Leite; Magalhães, 2013, p. 2.228).

Destacam as autoras que o assassinato da atriz – fato específico que originou o debate sobre a reforma da lei de crimes hediondos – teve destaque em diversas emissoras. Entre 1992 e 1994, cerca de 2h30min foram dedicadas ao tema pela mídia televisiva, em especial pela Rede Globo de Televisão. O Jornal

Nacional realizou uma edição especial em 20 de dezembro de 1992 sobre o caso. Posteriormente, também assim fizeram o Globo Repórter, em 05 de janeiro de 1993, o Fantástico e um bloco do programa Retrospectiva 92, todos da Rede Globo. Eles deram ênfase à violência perpetuada no crime em específico, argumentando que algo precisava ser feito. O discurso noticioso direcionava-se tanto para punir o agressor quanto para que casos como esse não viessem mais a acontecer. O caso tornou-se notório na sociedade brasileira, houve mobilização em busca de justiça para crimes de grande comoção e para a formulação de uma legislação mais rigorosa, no caso, a alteração da Lei dos Crimes Hediondos (Leite; Magalhães, 2013).

Eugênio Raúl Zaffaroni e José Henrique Pierangeli (2002) afirmam que, a partir de um acontecimento específico, um sentimento de “pânico e de insegurança – muito mais produto de comunicação do que realidade – tinha tomado conta do meio social e acarretava como consequências imediatas a dramatização da violência e sua politização” (Zaffaroni; Pierangeli, 2002, p. 261). No caso, pensamos que o termo mais adequado a ser utilizado seria securitização⁷. Tratou-se de uma medida de emergência, pois a sensação causada pela cobertura noticiosa do caso criminal pela mídia em geral, em especial pelo telejornalismo, foi de que a única alternativa existente era tornar a lei mais rígida e punitivista – projetando e potencializando tal efeito de sentido.

Destacamos, aqui, a importância do telejornalismo nesse processo. Desde a sua concepção, os telejornais, em sua essência, buscaram inspiração nos modelos radiofônicos, especialmente em razão da oralidade. No entanto, diferente do rádio, a televisão precisou ir além do relato oral da notícia. A estruturação dos noticiários de televisão passou a ocorrer a partir da “articulação entre sons e imagens, entre linguagens sonoras e visuais, sobredeterminadas pelos meios técnicos de produção, circulação e consumo próprio do televisual” (Duarte, 2022, p. 17). O telejornalismo, portanto, possui algumas peculiaridades importantes. Em termos de estrutura interna, a identificação de um telejornal é simples. Geralmente, apresenta-se em um estúdio, com âncoras/apresentadores em uma bancada que realizam chamadas de reportagens ou entradas ao vivo de repórteres, com entrevistas, convidados especiais, comentaristas e outros (Backes; Duarte, 2020). [...] cada edição do telejornal – que se divide em blocos com duração de tempo, separados por intervalos publicitários e promocionais – constitui-se de diferentes notícias que apresentam narrativas sobre determinados acontecimentos (Backes; Duarte, 2020, p. 198).

Além disso, em termos simbólicos, o telejornal (ou as telas, como um todo) possui a capacidade de se envolver com o tempo. Ao passo que um acontecimento ocorre, ele pode ser noticiado e, portanto, elimina-se a barreira existente entre o acontecimento e a sua divulgação pela mídia. Por outro lado, nesses casos, o imperativo do imediatismo na informação retira a possibilidade de uma análise mais apurada e de um aprofundamento dos aspectos diversos que levaram àquele fato ou acontecimento (Rezende, 2000). O tempo, assim, é um dos constrangimentos intrínsecos ao trabalho daqueles que realizam as coberturas noticiosas.

É igualmente importante ressaltar que há constrangimentos alheios à vontade de quem pensa ou produz tais coberturas, como é o caso da precarização do trabalho. O excesso de trabalho, a falta de remuneração adequada, o cansaço físico e mental, a ausência de regulamentação de direitos, a insegurança nos instrumentos fornecidos para o trabalho, entre outros, são elementos que não podem passar despercebidos nas matérias jornalísticas.

Muitas vezes, um repórter toma conhecimento dos fatos ao mesmo tempo que os transmite à audiência. Nesse tipo de transmissão, é quase impossível controlar as emoções, dores, alegrias, angústias, os medos ou

7 É interessante notar que os autores chamam de politização da violência algo que os autores da teoria da securitização poderiam identificar como securitização e não apenas politização em si. Aqui, identifica-se o valor do uso de teorias da securitização, o que os autores ignoram.

as euforias, ao repassar informações. Aliás, deve-se reconhecer que são essas emoções e esses sentimentos que em muitos casos transmitem de fato o que ocorre naquele momento. Essa realidade não é ignorada por este artigo, que reconhece, portanto, os diversos desafios enfrentados por quem atua no meio jornalístico.

No entanto, reconhecendo esses fatos, e apesar deles, ainda se faz necessário refletir sobre como coberturas noticiosas buscam a construção de sentidos e efeitos de realidade, os quais podem causar diversas consequências na sociedade. O papel do telejornalismo, portanto, é fundamental. A forma pela qual a construção de efeitos de realidade confere credibilidade a uma matéria jornalística busca passar a ideia de verdade ou efeito de verdade, a partir de um discurso que aparentemente não teria lacunas. No entanto, o efeito de verdade “está mais para o lado do ‘acreditar ser verdadeiro’ do que para o do ‘ser verdadeiro’” (Charaudeau, 2013, p. 49-50).

Como afirma Navarro (2010, p. 86): “é preciso considerar que as fotografias, entrevistas e citações são recortes do real que atestam a característica lacunar dos discursos”. Os textos jornalísticos, portanto, são recortes de realidade. Isto significa que podem apresentar apenas um viés e ocultar ou silenciar, por motivos diversos e de forma intencional ou não, uma maior contextualização, que envolveria a complexidade do problema em termos históricos, econômicos, sociais, culturais, ideológicos. No texto televisual, a fragmentação do real é aquilo que as câmeras mostram, enquadram, e aquilo que é editado – diante de uma enorme gama de possibilidades – para ser mostrado. Trata-se de “uma realidade discursiva que, embora contenha índices do real empírico, nunca será fidedignamente igual a ele” (Backes; Duarte, 2020, p. 200).

Sob o amparo da imparcialidade ou isenção, muitas vezes a fragmentação da realidade não fica esclarecida à audiência ou ao telespectador. É como se o recorte da realidade fosse a única verdade possível. Ou seja, “o discurso que se proclama imparcial e comprometido com a apuração rigorosa dos fatos manifesta o desejo de ser aceito [...] como discurso de verdade” (Navarro, 2010, p. 85). E o “discurso de verdade é aquele que, ilusoriamente, se estabelece como um lugar de completude de sentidos” (Navarro, 2010, p. 84).

Logo, a realidade televisual, enquanto fragmentação do real empírico do mundo, expõe o telespectador a um discurso construído pelo telejornal, sem evidenciar, em sua narrativa, as rupturas promovidas pelos sujeitos da enunciação durante essa construção. Dentre os diferentes níveis de fragmentação do real praticados no teto do telejornal, podem-se considerar: a seleção dos temas que serão ou não abordados; a definição dos sujeitos que vão compor a narrativa; a edição das declarações proferidas por esses sujeitos; os enquadramentos; a seleção das imagens a serem veiculadas; e também, a decisão de reiterar determinados acontecimentos ao longo da programação, em detrimento de tantos outros ignorados (Backes; Duarte, 2020).

Ocorre que a fragmentação da realidade operada pela mídia pode produzir “igualmente mentalidades fragmentadas, diluídas, difusas, que veem o contexto social, a realidade, sem nenhum nexos, sem nenhum fio condutor” (Marcondes Filho, 1989, p. 41). Não há como esperar do público em geral uma compreensão mais aprofundada do assunto, sobretudo por quem desconhece a amplitude da questão, se a transmissão noticiosa é produzida de forma fragmentada, por mais que sejam fragmentos de uma dada realidade. No telejornalismo, diferente do jornalismo impresso, não há uma exposição visual de artigos, uns mais e outros menos, que a audiência possa de certo modo optar. No jornalismo de televisão, existem “pequenas manchetes (‘chamadas’) anunciadas durante a programação que convidam à assistência do telejornal” (Marcondes Filho, 1989, p. 52). Dessa forma, a ilusão de verdade é mais bem transmitida nos telejornais, pois “ao ver as cenas do acontecimento, o receptor rejeita a tese de manipulação pelo fato de ‘ter testemunhado com seus próprios olhos’ o ocorrido” (Marcondes Filho, 1989, p. 52).

Diante da perspectiva em que “a verdade discursiva não coincide com a verdade dos fatos, mas sim com efeitos de sentido de verdade” (Duarte, 2022), importa compreender a forma pela qual os recortes da realidade, que produzem efeitos de sentido de verdade, são levados ao público, em detrimento de outros; e para isso, a compreensão ampliada da noticiabilidade é fundamental. A noticiabilidade pode ser pensada a partir “da compreensão de uma ordem noticiosa que reproduz a percepção de uma dada ordem social” (Hartmann; Silveira, 2018, p. 202). Trata-se de compreender a noticiabilidade como uma gestão jornalística de sentidos sociais, que ocorre por meio de escolhas estratégicas a partir de interesses diversos, que podem ser postos pela tecnologia, pela política, pela emissora, pela sociedade, pelo mercado, por determinados indivíduos, entre outros.

A noticiabilidade é justamente o conjunto de fatores que condicionam as escolhas do quê e de como um determinado fato se tornará notícia e tenta explicar por que determinados assuntos, em detrimento de outros, são veiculados por um noticiário. Não é um fenômeno simples. Pelo contrário, trata-se de um processo complexo, que depende de vários fatores, inclusive o ideológico, como já afirmado anteriormente. Nesse sentido, tornam-se pertinentes as indagações de Terezinha Silva e Vera França (2017, p. 11), quando questionam, por exemplo: “que tipo de interesses portam as notícias? Tratar-se-ia de interesse público? O que tais interesses expressam? O que revelam acerca do que a sociedade (ou grupos sociais específicos) valoram na atualidade?”. Ademais, “como um fenômeno social, é importante questionarmos a natureza da notícia e, ao mesmo tempo, como ela opera socialmente: por que recorremos cotidianamente a ela para sabermos sobre o movimento das coisas do mundo; que consequência sua circulação produz sobre os processos sociais cotidianos? (Franciscato, 2002, on-line).

A definição sobre o que vira notícia e quais são os interesses envolvidos nesse processo é de extrema importância, pois produz consequências reais em diversas esferas. Além disso, vinculada ao mecanismo da noticiabilidade, encontra-se a importância de compreender as notícias não como formas narrativas do jornalismo, mas sim como um modo característico, dentre tantos outros existentes, de construir narrativas (Leal, 2013). E a narrativa jornalística, que pretensamente propõe-se objetiva e neutra, “carrega vieses, valores, pontos de vista, representações e dissimulações das vozes presentes que, muitas vezes, se ocultam sob estratégias discursivas bem construídas, mas não transparentes” (Santana, 2022, p. 143).

Essa observação nos faz refletir sobre o fato de que “o mundo contado nos jornais, à luz da narrativa, é menos da ordem da retórica das imparcialidades e objetividades, do que do jogo de forças, das negociações e dos embates próprios do mundo da vida” (Resende, 2011, p. 16). Esses embates do mundo da vida referidos por Resende (2011) poderiam ser traduzidos nas próprias representações dos sentidos sociais que circundam uma determinada sociedade no tempo e espaço.

As notícias, portanto, conformam narrativas. Ou seja, o jornalismo se apresenta como um possível “modo de narrar que guarda semelhanças e especificidades em relação a outras formas de contar histórias, contribuindo para sua circulação e produção em diferentes âmbitos da vida social” (Leal, 2013, p. 29). Por isso, a necessidade de uma abordagem crítica da atividade noticiosa é essencial, pois cada vez mais torna-se perceptível que “[a atividade noticiosa] possui seus próprios interesses e os impõe mesmo frente a temas socialmente delicados e de graves consequências humanas” (Silveira; Guimarães, 2016, p. 8), como é o caso da segurança pública.

Nesse sentido, entendemos que a mídia assume a condição de agente securitizador de vontade própria e relativamente autônoma no âmbito da segurança pública do Estado brasileiro. Compreendemos que a mídia, em termos amplos, e o (tele)jornalismo, em específico, tem papel fundamental nesse processo. Em um estudo empírico aprofundado, utilizando a análise da semiótica discursiva, verificamos que a ordem da

noticiabilidade nas coberturas do Jornal Nacional da Rede Globo sobre Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), incluindo a Intervenção Federal no Rio de Janeiro em 2018, exemplifica sua atuação como agente securitizador na segurança pública (Schneider, 2023). No caso específico da Intervenção Federal de 2018, o estudo mostra que a compenetração com que a cobertura do Jornal Nacional foi assumida manifesta uma consciência de si não por possuir um papel coadjuvante de ator funcional do processo de securitização, e muito menos como parte integrante da própria audiência. Sua condição de agente apresentou-se, portanto, como manifesta, expressada no esforço intensificado em duas semanas de cobertura noticiosa realizada diariamente – mencionando recorrentemente os problemas de insegurança e medo, dando sinais de que as GLOs, em um nível ainda mais intenso (tal como o de uma Intervenção Federal militarizada), poderiam ser a solução para o caos (Schneider, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta a teoria da securitização em sua formulação originária, as novas abordagens e as concepções dessa teoria, a relação da securitização com a mídia e com a segurança pública, além de destacar a função da mídia e o papel da noticiabilidade e do telejornalismo nesse processo. Vimos que a formulação originária da teoria da securitização inaugurou a ideia de que é mediante o discurso, por meio de atos de fala (*speech act*), que atores securitizadores transformam determinados assuntos em matéria ou agenda de segurança (securitizados), convencendo a audiência de que uma medida extraordinária para conter determinada ameaça é necessária e urgente.

Diversas críticas foram surgindo no debate científico, em especial as relacionadas ao papel da audiência no processo. A mídia começou a aparecer de forma tímida nas teorias da securitização, especialmente relacionada ao papel de interlocução do discurso, o qual é tomado como mera ação de repasse à audiência, no propósito de legitimar ações securitizadoras. No entanto, demonstramos neste artigo que a mídia pode não só atuar na intermediação do discurso à audiência, como também pode atuar como agente securitizador próprio, por meio da noticiabilidade.

A compreensão do complexo processo de securitização é determinante para se avaliar como e por que ocorrem a atribuição de ameaças específicas, a priorização de objetos a serem defendidos e a determinação de respostas coercitivas. Na medida em que a securitização pressupõe que agentes securitizadores tenham impacto significativo para executar o discurso e tenham condições de mobilizar a opinião pública para aceitar tal discurso como sendo coerente e válido para a implementação de medidas extraordinárias, a mídia, por meio da noticiabilidade, se torna fundamental no processo de securitização da segurança pública.

Por fim, questionamos também sobre o papel e a responsabilidade social que a mídia deveria assumir diante de assuntos nacionais de extrema relevância, como é o caso da segurança. Se a ordem da noticiabilidade é capaz de securitizar a segurança pública, o que mais ela pode fazer? Reconhecer a forma pela qual legitima-se o uso de medidas extraordinárias, geralmente evadas de uso excessivo e abusivo da força, importa para que haja consciência coletiva das consequências de se apoiar e aceitar determinadas condutas em tempos de frágeis democracias espalhadas pelo mundo todo, em especial na América Latina. Incluindo, aqui, o Brasil, em que discursos conservadores e reacionários ganharam voz ativa nos últimos anos, fragilizando de modo drástico as instituições e o Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. **Entrevista** concedida a Marie Richeux, publicada no jornal La Repubblica, em 24 nov. 2015. Trad.: Moisés Sbardelotto. Giorgio Agamben: O estado de emergência não pode ser permanente. *In*: Portal do Instituto Humanitas Unisinos, 25 nov. 2015, on-line. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/549436-giorgio-agamben-ao-estado-de-emergencia-nao-pode-ser-permanenteq>. Acesso em: 25 jun. 2019.

AYOOB, Mohammed. The security problematic of the Third World. **World Politics**, v. 43, n. 2, p. 257-283, 1991.

AYOOB, Mohammed. **The Third World security predicament**: state making, regional conflict and the international system. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1995.

AZAR, Edward; MOON, Chung-in (Orgs.). **National Security in the Third World**: the management of internal and external threats. College Park, MD: Universit of Maryland CIDCM, 1988.

BACKES, Vanessa Cristina; DUARTE, Elizabeth Bastos. Telejornalismo: estratégias de reconfiguração de uma mesma notícia. **Intexto**, Porto Alegre, n. 49, p. 196-213, 2020.

BALZACQ, Thierry. The three faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. **European Journal of International Relations**, v. 11, n. 2, p. 171-201, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066105052960>. Acesso em: 5 jul. 2021.

BALZACQ, Thierry; LÉONARD, Sarah; RUZICKA, Jan. 'Securitization' revisited: theory and cases. **International Relations**, v. 30, n. 4, p. 494-531, 2016.

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos**: Crime, Direito e Sociedade, Rio de Janeiro, ano 7, n. 12, p. 271-288, 2002.

BIGO, Didier. Security and immigration: toward a critique of the governmentality of unease. **Alternatives**, v. 27, n. 1, p. 63-92, 2002. DOI: 10.1177/03043754020270S105.

BOURBEAU, Philippe. **The securitization of migration**: a study of movement and order. USA, Canada: Routledge, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRANDT, Joseph E. Segredos da guerra psicológica: reminiscências da Segunda Guerra Mundial. Fonte Digital, EbookBrasil.com. Edição Ridendo Castigat Mores, 2001.

BRASIL. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.930, de 06 de setembro de 1994. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8930.htm. Acesso em: 03 fev. 2025.

BUDÓ, Marília de Nardin. **Mídias e discursos do poder**: estratégias de legitimação do encarceramento da juventude no Brasil. Porto Alegre: Renavan, 2018.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear**: the national security problem in international relations. New York: Harvest Wheastsheaf, Hemel Hempstead, 1983.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The evolution of international security studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security**: a new framework for analysis. Boulder, London: Lynne Rienner, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-179.

CARONE, Iray. Fascismo on the air: estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 195-217, 2002.

CASTELLANO, Igor da Silva. Estudo de Segurança Internacional: Teoria da Securitização. Videoaula em apoio ao estudo a distância para disciplinas de Metodologia para Relações Internacionais (Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PwfsgxDJEUE>. Acesso em: 03 fev. de 2022.

CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Segurança Humana: problemas conceituais e consequências políticas. **Security and Defense Studies Review**, v. 1, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad.: Angela Maria da Silva Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CÔTÉ, Adam. Agents without agency: assessing the role of the audience in securitization theory. **Security Dialogue**, v. 47, n. 6, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0967010616672150>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DUARTE, Elizabeth Bastos. **Ajustando temporalidades, afinando conceitos, atualizando roteiros**: um estudo sobre a televisão 2021-2022. Porto Alegre: Sulina, 2022.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. **Anais do XI Encontro Anual da COMPÓS**, on-line, 2002. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2002/trabalhos/limites-teoricos-e-metodologicos-nos-estudos-sobre-a-noticiabilidade?lang=pt-br>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. São Paulo: Artmed, 2005.

HARTMANN, Camila; SILVEIRA, Ada Cristina Machado. Desigualdade, violência e drogas na pauta noticiosa: a tipificação heteronormativa na narrativa jornalística. In: Aguiar, L.; Silva, M.P.; Martinez, M. (Orgs.). *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo*. São Paulo: Life Editora/Intercom, 2018.

HJARVARD, Stig. Mídiação: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>. Acesso em: 5 jul. 2020.

KAYA, Ayhan. **Islam, migration and integration: the age of securitization**. London: Palgrave Macmillan, 2009.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 25-48.

LEITE, Corália Thalita Viana Almeida; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Mídia e memória: do caso Daniella Perez à previsão do homicídio qualificado na Lei de Crimes Hediondos. **Direito & Política**, Itajaí, v. 8, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/5447>. Acesso em: 3 dez. 2019.

LENHARO, Alcir. **Nazismo: o triunfo da vontade**. São Paulo: Ática, 1986.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. **The Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2747787>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Trad.: L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MIGDAL, Joel. **Strong Societies and Weak States: state-society relations and state capabilities in the Third World**. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. **Securitização e Política de Exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda guerra do Iraque**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2014.

MULLER, Benjamin. (Dis)qualified bodies: securitization, citizenship and ‘identity management’. **Citizenship Studies**, v. 8, n. 3, p. 279-294, 2004.

NAVARRO, Pedro. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádia Regina (Orgs.). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010, p.79-93.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **A Securitização do terrorismo internacional após 11 de setembro de 2011: o caso da África**. 2019. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PIMENTEL, Caroline Carvalho. **A securitização europeia da imigração ilegal na fronteira Marrocos-Espanha**. 2007. 117 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RESENDE, Fernando. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: SILVA, Gislene; KÜNSCH, Dimas; BERGER, Christa; ALBUQUERQUE, Afonso (Orgs.). **Jornalismo Contemporâneo: figuras, impasses e perspectivas**. Salvador: Edufba, 2011, p. 119-138.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus Editorial, 2000.

SALTER, Mark. Securitization and desecuritization: a dramaturgical analysis of the Canadian Air Transport Security Authority. **Journal of International Relations and Development**, v. 11, n. 4, p. 321-349, 2008. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/jird.2008.20>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SANTANA, Eliara. **Jornal Nacional, um ator político em cena: do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro – as bases da construção narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira**. Andradina: Meraki, 2022.

SCHNEIDER, Gabriela. **Mídia e segurança pública no Brasil: o Jornal Nacional e a securitização da intervenção federal no Rio de Janeiro (2018)**. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Terezinha; FRANÇA, Vera. **Jornalismo, noticiabilidade e valores-sociais. E-Compós**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 1-21, 2017.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado; GUIMARÃES, Isabel Padilha. Apresentação. **Cobertura Jornalística: entre noticiabilidade e ambivalência**. In: SILVA, Ada Cristina Machado; GUIMARÃES, Isabel Padilha (Orgs.). **Conexões (Trans)Fronteiriças: mídia, noticiabilidade e ambivalência**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2016.

THOMAS, Raju. What is Third World Security? **Annual Review of Political Science**, v. 6, pp. 205–32, 2003. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.polisci.6.121901.085731>. Acesso em: 03 dez. 2021.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo Volume II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2008.

ARTIGO

A mídia como agente securitizador da segurança pública

Gabriela Schneider, Ada Cristina Machado Silveira e Igor Castellano da Silva

WATSON, Scott. The ‘human’ as referent object? Humanitarianism as securitization. **Security Dialogue**, v. 42, n.1, p. 3-20, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Trad.: Karina Jannini. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Extrato do levantamento bibliográfico realizado no software *Publish or Perish*

Dimensões Abordadas (Seg. Pública e/ou Mídia)	Autores	Título	Ano	Citações	Tipo	Publisher	Idioma	Tema Principal	Caso Principal	Centralidade da Mídia	Papel da Mídia	Mídias
Segurança Pública	EMM Patrício	Securitização da imigração : que impactos sobre os fluxos de imigrantes turcos para a Alemanha e sobre as comunidades turcas aí residentes no período de 1999-2009	2011	2	Dissertação	Universidade do Minho	Português	Migração	Países Ocidentais/ Europa	-	-	-
Segurança Pública	LV Ferreira	A securitização da cooperação para o controle de fronteiras da União Europeia	2011	4	Artigo	Lex Humana	Português	Migração	Países Ocidentais/ Europa	-	-	-
Segurança Pública	M Hirst	Conceitos e práticas da ação humanitária latino-americana no contexto da securitização global	2017	4	Artigo	Estudios Internacionales	Português	Direitos, Ordem/Defesa pública	América Latina	-	-	-
Segurança Pública	PH BRACANTE, RR REIS	A Securitização da Imigração: um mapa do debate sobre e algumas considerações críticas	2009	3	Artigo	Lua Nova, São Paulo	Português	Migração	Países Ocidentais/ Europa	-	-	-
Segurança Pública	ABC Oliveira, BA Manes, BCO Fritzen, ...	Securitização do Tráfico de Drogas: emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem nos morros do Rio de Janeiro	2012	2	Artigo	IX Congresso Acadêmico de Defesa Nacional, na Academia da Força Aérea	Português	Crime organizado	Brasil	-	-	-
Segurança Pública	G Lopes	Reflexos da digitalização da Guerra na política internacional do XXI: uma análise exploratória da securitização do ciberespaço nos Estados Unidos, Brasil e Canadá	2013	2	Dissertação	UFPE	Português	Ciberespaço	Países Ocidentais/ Europa	-	-	-
Segurança Pública	G Sasse	Securitization or securing rights? Exploring the conceptual foundations of policies towards minorities and migrants in Europe	2005	121	Artigo	JCMS: Journal of Common Market Studies	Inglês	Direitos	Países Ocidentais/ Europa	-	-	-

Continua

Segurança Pública e Mídia	A Dorfman	A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil	2013	16	Cap de livro	NAEA	Português	Crime organizado	Brasil	Periférico	Indefinido	Telejornal
Segurança Pública e Mídia	MG Duque	A teoria de securitização e o processo decisório da estratégia militar dos Estados Unidos na Guerra do Iraque	2008	10	Dissertação de mestrado	UNB	Português	Terrorismo	Países Ocidentais/Europa	Periférico	Audiência	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	SSL Velasco	Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexó entre securitização, cidadania e identidade transnacional	2014	8	Livro	eduepb	Português	Migração	Países Ocidentais/Europa	Periférico	Suporte/Veículo/Mediação	Telejornal
Segurança Pública e Mídia	MJ Guia	Crimigração, securitização e o Direito Penal do crimigrante	2012	7	Artigo	Revista Liberdades	Português	Migração	Países Ocidentais/Europa	Periférico	Indefinido	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	CC Pimentel	A securitização Europeia da imigração ilegal na fronteira Marrocos-Espanha	2007	6	Dissertação	UFRGS (LUME)	Português	Migração	Países Ocidentais/Europa	Periférico	Audiência,Suporte/Veículo/Mediação	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	PJR Pereira	Securitização do Crime Organizado Transnacional nos Estados Unidos na década de 1990	2011	5	Tese	Unicamp	Português	Crime organizado	Países Ocidentais/Europa	Periférico	Audiência,Suporte/Veículo/Mediação	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	BVC MOTTA	Securitização e Política de Exceção: o Excepcionalismo Internacionalista Norte-Americano na Segunda Guerra do Iraque.	2014	3	Dissertação	UNESP	Português	Terrorismo	Países Ocidentais/Europa	Periférico	Ator Securitizador (s/ desenv. teórico),Audiência	Revista Impressa,Telejornal
Segurança Pública e Mídia	CCV SILVA	Segurança internacional e novas ameaças: a securitização do narcotráfico na fronteira brasileira	2013	3	Artigo	Humanas	Português	Crime organizado	Brasil	Periférico	Indefinido	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	FRF Nobre	O processo de securitização no subcomplexo amazônico de segurança—explicando as reações do Brasil frente à militarização da Colômbia	2013	2	Dissertação	UFPE	Português	Crime organizado	América Latina	Periférico	Suporte/Veículo/Mediação	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	FS de César	A migração pós-colonial e as identidades nacionais de Argélia e França: nation-building e securitização	2015	1	TCC	UFSM	Português	Migração	Países Ocidentais/Europa	Periférico	Suporte/Veículo/Mediação	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	RVMC Espírito Santo	A questão da securitização da imigração chinesa em Portugal no quadro da União Europeia	2009	1	Dissertação	FEUC	Português	Crime organizado, Migração	Países Ocidentais/Europa	Periférico	Indefinido	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	L Lammerhirt, C Remondeau	Securitização da Questão Colombiana: Contribuições Pós-Positivistas para os Estudos de Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria	2015	1	Artigo	CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Português	Crime organizado	América Latina	Periférico	Ator Funcional	Indefinido

Continua

A mídia como agente securitizador da segurança pública

Gabriela Schneider, Ada Cristina Machado Silveira e Igor Castellano da Silva

Segurança Pública e Mídia	T Berwanger	O discurso de securitização da cibernética nos Estados Unidos da América no período entre 2007 e 2015	2016	1	TCC	UFSC	Português	Ciberespaço, Terrorismo	Países Ocidentais/ Europa	Periférico	Indefinido	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	J Huysmans	The European Union and the securitization of migration	2000	1511	Artigo	JCMS: Journal of Common Market Studies	Inglês	Migração, Ordem/Defesa pública	Países Ocidentais/ Europa	Periférico	Suporte/Veículo/ Mediação	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	JA Vuori	Illocutionary logic and strands of securitization: Applying the theory of securitization to the study of non-democratic political orders	2008	307	Artigo	European journal of international relations	Inglês	Ordem/Defesa pública	China	Periférico	Suporte/Veículo/ Mediação	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	T Balzacq	The policy tools of securitization: Information exchange, EU foreign and interior policies	2008	282	Artigo	JCMS: Journal of Common Market Studies	Inglês	Crime organizado, Ordem/Defesa pública, Terrorismo	Países Ocidentais/ Europa	Periférico	Pressão a governos, Suporte/ Veículo/Mediação	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	A Ceyhan, A Tsoukala	The securitization of migration in western societies: Ambivalent discourses and policies	2002	265	Artigo	Alternatives	Inglês	Crime organizado, Migração, Terrorismo, Violência urbana	Países Ocidentais/ Europa	Periférico	Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Suporte/ Veículo/Mediação	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	MB Salter	Securitization and desecuritization: a dramaturgical analysis of the Canadian Air Transport Security Authority	2008	260	Artigo	Journal of international relations and development	Inglês	Direitos, Ordem/Defesa pública	Países Ocidentais/ Europa	Central	Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Audiência, Pressão a governos, Suporte/Veículo/ Mediação	Documentário, Especialistas da/ na Mídia, Jornal Impresso, Telejornal
Segurança Pública e Mídia	A Buonfino	Between unity and plurality: the politicization and securitization of the discourse of immigration in Europe	2004	231	Artigo	New Political Science	Inglês	Migração, Terrorismo	Países Ocidentais/ Europa	Central	Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Pressão a governos	Jornal Impresso
Segurança Pública e Mídia	D Bigo	The (in) securitization practices of the three universes of EU border control: Military/Navy–border guards/police–database analysts	2014	223	Artigo	Security Dialogue	Inglês	Migração, Vigilância	Países Ocidentais/ Europa	Periférico	Audiência, Suporte/ Veículo/Mediação	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	A Kaya	Islam, migration and integration: The age of securitization	2009	220	Livro	Palgrave Macmillan	Inglês	Migração	Países Ocidentais/ Europa	Central	Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Suporte/ Veículo/Mediação	Cinema, Especialistas da/na Mídia, Esportes e Cultura Pop, Internet, Jornal Impresso, Revista Impressa, Telejornal
Segurança Pública e Mídia	P Bourbeau	The securitization of migration: A study of movement and order	2011	213	Livro	Routledge	Inglês	Crime organizado, Migração	Países Ocidentais/ Europa	Central	Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Audiência, Pressão a governos, Suporte/Veículo/ Mediação	Jornal Impresso
Segurança Pública e Mídia	I Loader	Policing, securitization and democratization in Europe	2002	175	Artigo	Criminal Justice	Inglês	Bem-estar, Ordem/Defesa pública	Países Ocidentais/ Europa	Periférico	Suporte/Veículo/ Mediação	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	J Hyndman	The securitization of fear in post-tsunami Sri Lanka	2007	163	Artigo	Annals of the Association of American Geographers	Inglês	Ordem/Defesa pública	Sri Lanka	Periférico	Suporte/Veículo/ Mediação	Jornal Impresso, Telejornal

Continua

Segurança Pública e Mídia	R Emmers	ASEAN and the securitization of transnational crime in Southeast Asia	2003	147	Artigo	The Pacific Review	Inglês	Bem-estar, Crime organizado, Direitos, Ordem/Defesa pública	ASEAN	Periférico	Suporte/Veículo/Mediação	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	T Balzacq, S Léonard, J Ruzicka	'Securitization' revisited: Theory and cases	2016	132	Artigo	International Relations	Inglês		Sem casos específicos	Periférico	Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Pressão a governos, Suporte/Veículo/Mediação	Indefinido
Segurança Pública e Mídia	SD Watson	The securitization of humanitarian migration: Digging moats and sinking boats	2009	111	Livro	Routledge	Inglês	Migração, Ordem/Defesa pública	Países Ocidentais/Europa	Central	Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico), Audiência, Pressão a governos, Suporte/Veículo/Mediação	Jornal Impresso
Segurança Pública e Mídia	BJ Muller	(Dis) qualified bodies: securitization, citizenship and 'identity management'	2004	110	Artigo	Citizenship studies	Inglês	Direitos, Vigilância	Países Ocidentais/Europa	Central	Ator Securitizador (s/ desenvolv. teórico)	Cinema
Mídia	C Wilkinson	The Copenhagen School on tour in Kyrgyzstan: Is securitization theory useable outside Europe?	2007	295	Artigo	Security dialogue	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	DFL Ventura	Do Ebola ao Zika: as emergências internacionais e a securitização da saúde global	2016	16	Artigo	Cadernos de Saúde Pública	Português	-	-	-	-	-
Mídia	S Roque, K Cardoso	Entre a marginalização e a securitização: jovens e violências em Cabo Verde e na Guiné-Bissau	2013	5	Artigo	Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais	Português	-	-	-	-	-
Mídia	S Guzzini	A história dual da securitização	2015	4	Artigo	DIIS Working Paper	Português	-	-	-	-	-
Mídia	M Carreiro	A guerra cibernética: cyberwarfare e a securitização da Internet	2012	3	Artigo	Revista Cantareira	Português	-	-	-	-	-
Mídia	IDP Acácio	Segurança cibernética na política de defesa brasileira: um caso de securitização	2012	3	Artigo	Anais do VI ENABED	Português	-	-	-	-	-
Mídia	RS PINTO, MM AMIN, MB SILVA	Meio ambiente como questão de securitização da Amazônia	2016	3	Cap. de Livro	NAEA	Português	-	-	-	-	-
Mídia	RDE Campos, FP de Mattos	Os Estados Unidos e a região do Magreb-Sahel: securitização, militarização e terrorismo	2014	2	Artigo	Leviathan (São Paulo)	Português	-	-	-	-	-

Continua

Mídia	B FELDMAN-BIANCO	O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violências	2018	2	Artigo	Revista do Migrante	Português	-	-	-	-	-
Mídia	LM Barbosa	Explorando a Construção de Ameaças: a securitização das mudanças climáticas no sistema internacional	2009	2	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)	Português	-	-	-	-	-
Mídia	MC Williams	Words, images, enemies: Securitization and international politics	2003	1478	Artigo	International studies quarterly	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	M McDonald	Securitization and the Construction of Security	2008	872	Artigo	European journal of international relations	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	AW Neal	Securitization and risk at the EU border: The origins of FRONTEX	2009	442	Artigo	JCMS: Journal of common market studies	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	M Ibrahim	The Securitization of Migration: A Racial Discourse ¹	2005	347	Artigo	International migration	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	L Hansen	Theorizing the image for Security Studies: Visual securitization and the Muhammad Cartoon Crisis	2011	317	Artigo	European Journal of International Relations	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	C Boswell	Migration control in Europe after 9/11: Explaining the absence of securitization	2007	292	Artigo	JCMS: Journal of Common Market Studies	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	M MacKenzie	Securitization and desecuritization: female soldiers and the reconstruction of women in post-conflict Sierra Leone	2009	223	Artigo	Security Studies	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	T Balzacq	Constructivism and securitization studies	2009	161	Cap. de Livro	The Routledge handbook of security studies	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	J Cesari	Securitization of Islam in Europe	2009	158	Cap. de Livro	Muslims in the West after 9/11	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	S Léonard, C Kaunert	Reconceptualizing the audience in securitization theory	2010	139	Cap. de Livro	Securitization Theory	Inglês	-	-	-	-	-

Continua

Mídia	H Smith	Bad, mad, sad or rational actor? Why the 'securitization' paradigm makes for poor policy analysis of North Korea	2000	116	Artigo	International affairs	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	S Watson	The 'human' as referent object? Humanitarianism as securitization	2011	114	Artigo	Security Dialogue	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	A Oels	From 'securitization' of climate change to 'climatization' of the security field: comparing three theoretical perspectives	2012	110	Cap. de Livro	Climate change, human security and violent conflict	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	JA Vuori	A timely prophet? The doomsday clock as a visualization of securitization moves with a global referent object	2010	105	Artigo	Security Dialogue	Inglês	-	-	-	-	-
Mídia	M Brzoska Salter	When securitization fails: The hard case of counter-terrorism programs	2010	99	Cap. de Livro	Securitization Theory	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	LM Barbosa, M de Souza	Securitização das mudanças climáticas: o papel da União Europeia	2010	8	Artigo	Contexto Internacional	Português	-	-	-	-	-
Nenhuma	N Mateus	As fronteiras no seu labirinto: permitir ou bloquear o acesso—As políticas de securitização como Gatekeepers	2010	6	Artigo	: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC	Português	-	-	-	-	-
Nenhuma	NK Farret	A Securitização do Narcotráfico nos Estados Unidos e a influência no Brasil	2014	5	Artigo	Conjuntura Global	Português	-	-	-	-	-
Nenhuma	TG Galvão	Securitização e desenvolvimento no espaço amazônico	2008	4	Artigo	Meridiano 47	Português	-	-	-	-	-
Nenhuma	JN URT, AF PINHO	Securitização e dessecuritização da Amazônia contemporânea	2010	3	Artigo	Meridiano 47	Português	-	-	-	-	-
Nenhuma	C Cordeiro	Plano Colômbia: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América	2015	3	Artigo	Conjuntura Global	Português	-	-	-	-	-
Nenhuma	GZ de Oliveira, NCF Cardoso	Renascimento e Securitização da África no Século XXI	2015	2	Artigo	VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP).	Português	-	-	-	-	-

Continua

Nenhuma	FA de Queiroz, TB Cardoso	A legitimidade da guerra sob a ótica do ato-discurso: a construção de movimentos de securitização nos casos da Primeira e da Segunda Guerra do Golfo (1991/2003) em perspectiva comparada	2017	2	Artigo	CENEGR	Português	-	-	-	-	-
Nenhuma	O Wæver	Securitization and desecuritization	1993	3360	Cap. de Livro	CIAO	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	T Balzacq	The three faces of securitization: Political agency, audience and context	2005	1154	Artigo	European journal of international relations	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	H Stritzel	Towards a theory of securitization: Copenhagen and beyond	2007	724	Artigo	European journal of international relations	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	R Taureck	Securitization theory and securitization studies	2006	343	Artigo	Journal of International relations and Development	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	T Balzacq	A theory of securitization: origins, core assumptions, and variants	2010	326	Livro	Routledge	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	R Abrahamsen	Blair's Africa: the politics of securitization and fear	2005	307	Artigo	Alternatives	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	C Bagge Laustsen, O Wæver	In defence of religion: Sacred referent objects for securitization	2000	291	Artigo	Millennium	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	P Roe	Securitization and minority rights: Conditions of desecuritization	2004	246	Artigo	Security dialogue	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	OF Knudsen	Post-Copenhagen security studies: desecuritizing securitization	2001	209	Artigo	Security Dialogue	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	P Roe	Actor, audience (s) and emergency measures: Securitization and the UK's decision to invade Iraq	2008	206	Artigo	Security Dialogue	Inglês	-	-	-	-	-

Continua

Nenhuma	S Guzzini	Securitization as a causal mechanism	2011	186	Artigo	Security Dialogue	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	R Floyd	Can securitization theory be used in normative analysis? Towards a just securitization theory	2011	179	Artigo	Security Dialogue	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	R Floyd	Human security and the copenhagen school's securitization approach	2007	150	Artigo	Human Security Journal	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	P Roe	Is securitization a 'negative' concept? Revisiting the normative debate over normal versus extraordinary politics	2012	132	Artigo	Security Dialogue	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	NJ Jackson	International organizations, security dichotomies and the trafficking of persons and narcotics in post-Soviet Central Asia: A critique of the securitization framework	2006	118	Artigo	Security Dialogue	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	U Pram Gad, K Lund Petersen	Concepts of politics in securitization studies	2011	117	Artigo	Security Dialogue	Inglês	-	-	-	-	-
Nenhuma	C McInnes, S Rushton	HIV/AIDS and securitization theory	2013	104	Artigo	European Journal of International ...	Inglês	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	K KARAÚJO	A securitização do desenvolvimento da Amazônia e o TCA	2006	6	Dissertação	IPRI	Português	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	RD VILLA	A Securitização, o Overlapping das Guerras às Drogas e ao Terror, na Agenda de Segurança dos Estados Unidos: Caso Colômbia	2009	7	Cap. de Livro	Unesp São Paulo	Português	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	MS GERALDO	A securitização da política energética nas relações internacionais a partir dos anos 1970	2012	3	Artigo	SEBREEI	Português	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	M Évora	A Evolução do Processo de Securitização do Narcotráfico em Cabo Verde: Das limitações do Estado à Displícência da Sociedade Civil	2014	3	Cap. de Livro	Praia: ISCJS	Português	-	-	-	-	-

Continua

A mídia como agente securitizador da segurança pública

Gabriela Schneider, Ada Cristina Machado Silveira e Igor Castellano da Silva

Não avaliado (repetido ou inacessível)	GC Oliveira	A Segurança Internacional nos Estudos de Estratégia e na Teoria da Securitização: uma Abordagem Comparativa Ilustrada pelo Caso da Crise Nuclear ...	2015	2	Artigo	Nação e Defesa	Português	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	O CANINAS	A Securitização da Amazônia: Atores e Agendas	2011	2	-	-	Português	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	GC OLIVEIRA	Securitização da violência privada no mar: a construção da pirataria somali como problema de segurança internacional	2015	2	Cap de um livro	Lisboa: ICS	Português	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	M Silva	A Guerra ao Terror como Exceção: Os Perigos da Marginalização da Sociedade no Discurso de Emergência e a Alternativa da Securitização	2013	2	-	-	Português	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	O Wæver, RD Estrada, FP de Mattos	Securitização e dessecuritização	2015	1	Artigo	Moções	Português	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	SSL VELASCO	A imigração na União Europeia: Uma leitura crítica a partir do nexo entre securitização, cidadania e identidade transnacional	2011	4	Dissertação	PUC-Rio	Português	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	BVC Motta	Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda Guerra do Iraque	2014	1	Dissertação	UNESP	Português	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	GLM Souza	Reflexos da digitalização da guerra na política internacional do século XXI: uma análise exploratória da securitização do ciberespaço nos Estados Unidos, Brasil e Canadá	2013	1	Dissertação	UFPE	Português	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	L Hansen	The politics of securitization and the Muhammad cartoon crisis: A post-structuralist perspective	2011	115	Artigo	Security Dialogue	Inglês	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	A Dorfman	A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil	2013	3	Artigo	EDUFPA	Português	-	-	-	-	-
Não avaliado (repetido ou inacessível)	EMM Patrício	Securitização da imigração: que impactos sobre os fluxos de imigrantes turcos para a Alemanha e sobre as comunidades turcas aí residentes no período de 1999-2009	2011	3	Dissertação	Universidade do Minho	Português	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com apoio do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (GECAP/UFSPM).
Data de elaboração da tabela: 20 dez. 2021.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

DIREÇÃO E PLANEJAMENTO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL NO ENFRENTAMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O RIO GRANDE DO NORTE

GENTILLI ANDERSON LIMA DA SILVEIRA

Especialista em Gestão de Segurança Pública e Inteligência Estratégica. Atuou na gestão de subunidades operacionais, na subchefia de ensino do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMRN, na chefia e análise de inteligência, e como operador/analista em Força-Tarefa de Segurança Pública do MJSP por três anos.

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Norte **Cidade:** Mossoró

Email: gentilli.silveira@pm.rn.gov.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2108-4437>

MARCOS ALAN FERREIRA

Professor Associado no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisador Produtividade do CNPq. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/UFPB). Coordenador da LEPAC (Liga Acadêmica de Estudos para Paz e Análise de Conflitos), UFPB.

País: Brasil **Estado:** Paraíba **Cidade:** João Pessoa

Email: marcosalan@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3196-6508>

Contribuições dos autores: Ambos os autores contribuíram igualmente na concepção e delineamento, análise e interpretação de dados, redação do manuscrito, bem como na revisão final.

Data de Recebimento: 21/07/2023 – **Data de Aprovação:** 10/10/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1968

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de investigar como a fase de orientação do ciclo de inteligência é conduzida pelos Batalhões de Área da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Foram feitas entrevistas com comandantes de Batalhão e chefes das agências de inteligência, para se ter um panorama de como é feita a direção e o planejamento de inteligência voltados ao enfrentamento das facções prisionais. A atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) é dotada de doutrina própria, na qual se indica que o processo de produção de conhecimento deve seguir um ciclo composto de três fases. A primeira dessas fases é a orientação, na qual se definem as diretrizes e o planejamento da atividade. Conclui-se que a fase de orientação é pautada, essencialmente, por demandas verbais pontuais sem vínculos com políticas de governo ou institucionais, bem como que não são utilizados planos de inteligência para delimitar o processo de produção de conhecimento sobre as organizações criminosas de base prisional atuantes nas áreas dos comandantes e chefes entrevistados.

Palavras-Chave: Ciclo de inteligência. Planos de inteligência. Polícia Militar. Facções prisionais.

DIRECTION AND PLANNING OF POLICE INTELLIGENCE IN THE CONFRONTATION OF CRIMINAL ORGANIZATIONS: A CASE STUDY ON RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT

This work aims to investigate how the orientation phase of the intelligence cycle is conducted by the Military Police Area Battalions of the State of Rio Grande do Norte. Interviews were conducted with battalion commanders and heads of intelligence agencies in order to have an overview of how the direction and planning of intelligence aimed at confronting prison factions is carried out. The Public Security Intelligence activity is endowed with its own doctrine in which is indicated that the knowledge production process must follow a cycle composed of three phases. The first of these phases is the orientation, in which the directives and planning of the activity are defined. It was concluded that the guidance phase is carried out essentially by verbal demands without ties to government policies, as well as that intelligence plans are not used to delimit the process of producing knowledge about criminal organizations based on prisons operating in the areas of interviewed commanders and chiefs.

Keywords: Intelligence cycle. Intelligence plans. Military Police. Prison factions.

INTRODUÇÃO

Desde a criação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública – SISP, no ano 2000 (Brasil, 2000), o interesse pela atividade de inteligência tem crescido dentro e fora das forças de segurança pública. Naquele momento, o Comando Vermelho (CV) já era consolidado dentro e fora do Brasil, ao passo que o Primeiro Comando da Capital (PCC) estava prestes a realizar sua primeira grande demonstração de força, em 2001, quando mobilizou uma megarrebelião no sistema prisional paulista (Feltran, 2018; Ferreira, 2019).

Ambas as facções (CV e PCC) são matrizes para a miríade de outras organizações congêneres de menor porte espalhadas pelo país (Amorim, 2008; Barbosa, 2019; 2022). Desde o início da década de 2000, as facções prisionais vêm afetando sobremaneira a segurança pública no país. Conforme apontam pesquisadores: “com a expansão do crime organizado pelo país ao longo dos anos 2000, mais do que nunca estes atores precisam ser observados, de modo a compreender em que medida a sua ação interfere no crescimento e na redução da violência” (FBSP, 2022b, p. 39).

A atividade de Inteligência de Segurança Pública provê a produção de conhecimentos sobre temas de interesse da segurança pública necessários ao processo de tomada de decisão realizado em todos os níveis de chefia e comando (Pruckun, 2015; Ugarte, 2020). A produção desse conhecimento de inteligência se dá por meio de processo específico, concebido doutrinariamente como Ciclo de Inteligência, o qual é (deve ser) continuamente iniciado e reiniciado, conforme a definição de objetivos e necessidades de inteligência por parte dos tomadores de decisão no governo e nos órgãos do sistema de segurança pública (Cepik, 2003).

As organizações criminosas de base prisional se constituem num tipo peculiar de organização, pois se fundamentam na busca de lucro ilícito, domínio territorial e erosão do Estado, por meio do uso da violência, configurando-se como atores não estatais violentos¹ (Ferreira; Frumento, 2020) praticantes

¹ Organizações privadas, relativamente autônomas e com capacidades coercitivas (Ferreira; Frumento, 2020). Geralmente, estão organizadas em redes e tendem à internacionalização; bem como têm tanto a disposição quanto os meios para usarem a violência com o fim de alcançarem seus objetivos (Mandel, 2013).

de insurgência criminal² (Visacro, 2018; 2020; Sullivan, 2011). A estrutura organizacional e a capacidade agregadora dessas organizações, fundadas na narrativa de luta contra o sistema opressor do Estado no ambiente prisional, na distribuição de prestações sociais (Ferro, 2006), somadas à ampla difusão dessa luta no ambiente informacional (Visacro, 2018), as coloca como prioridades para as forças de segurança.

No Rio Grande do Norte, o Primeiro Comando da Capital e o Sindicato do Crime do RN (SDCRN) são as organizações criminosas de base prisional que demandam maior atenção no tocante ao planejamento estratégico e operacional. Ao buscarem atingir seus objetivos, além de causarem danos e prejuízos a pessoas e ao Estado, a rivalidade entre elas leva a episódios sangrentos nas ruas e nos presídios (Barbosa, 2019). Para se ter ideia, no estado do RN, no ano de 2021, a taxa de mortes violentas intencionais (MVI) foi de 32,4 por 100 mil habitantes, enquanto a taxa nacional foi de 22,3 mortes, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 (FBSP, 2022a). O mesmo anuário enfatiza que as taxas elevadas, ainda que multifatoriais, sofrem grande influência da disputa territorial entre PCC e CV. No Rio Grande do Norte, a disputa se materializa entre o PCC e SDCRN, que é reconhecido pelo CV como seu aliado (Barbosa, 2022).

Nesse contexto, considerando a importância da inteligência policial e a ameaça das organizações criminosas, se apresenta o seguinte problema: como são elaborados planos de inteligência voltados a mitigar os efeitos das ações das organizações criminosas de base prisional no âmbito da Polícia Militar do estado do Rio Grande do Norte?

Diante dessa questão, o objetivo geral deste trabalho é investigar como se realiza o processo de direção e planejamento de inteligência no âmbito das unidades de policiamento de área da Polícia Militar do estado do RN, e se tal processo é fundamentado em diretrizes definidas em planos de inteligência ou se é pautado em diretrizes verbais reativas emanadas de chefes e comandantes, conforme o surgimento de situações críticas e problemas mais graves.

Desse objetivo geral decorrem os seguintes objetivos específicos: compreender a relação entre os chefes das agências e seus oficiais comandantes no processo de direção e planejamento; compreender como comandantes de batalhão e chefes de agências concebem a ameaça representada pelas organizações criminosas de base prisional; e identificar a existência ou não de planos de inteligência formais no âmbito das agências de inteligência dos batalhões.

Para se atingir esses objetivos foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis oficiais que atuam como comandantes ou chefes de agências de inteligência, em três batalhões da Polícia Militar. Os entrevistados expuseram suas visões quanto ao processo de direção e planejamento, quanto à ameaça das organizações criminosas de base prisional e quanto ao uso de planos de inteligência no âmbito de suas Unidades.

A pesquisa contribui ao inovar na compreensão sobre a importância da gestão e execução das atribuições de inteligência policial no âmbito da Polícia Militar do RN. Ela examina os pormenores do processo de direção e planejamento da atividade de inteligência e como se dá a participação dos atores envolvidos nesse processo. Além disso, contribui para o estudo da atividade de inteligência policial, tendo em

2 Consiste no enfrentamento contínuo do aparato de segurança estatal, na contestação da legitimidade do Estado, no domínio territorial de áreas não governadas, em corrupção e aliciamento de instituições públicas e ONGs e expansão dos negócios ilícitos (Visacro, 2020). De acordo com Sullivan (2011, p. 7, trad. livre): "A insurgência criminal é diferente do terrorismo convencional e da insurgência, porque o único motivo político dos insurgentes criminosos é ganhar autonomia e controle econômico sobre o território. Eles fazem isso esvaziando o Estado e criando enclaves criminosos para manobrar".

vista que são escassos os trabalhos acadêmicos voltados à pesquisa sobre direção e planejamento de inteligência no âmbito policial militar.

Nas seções a seguir, serão feitas, inicialmente, considerações teóricas sobre direção e planejamento de inteligência, bem como sobre a caracterização das organizações criminosas de base prisional; na sequência, será brevemente exposta a metodologia utilizada. Logo após, será apresentada a discussão e os resultados da pesquisa, seguidos das considerações finais do trabalho.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE DIREÇÃO E PLANEJAMENTO DE INTELIGÊNCIA

Antes de iniciarmos as considerações sobre a etapa de direção e planejamento do ciclo de inteligência, é preciso, ainda que muito brevemente, trazer apontamentos sobre o que é a atividade de inteligência e o ciclo que envolve todo seu processo. Tendo em vista as limitações de espaço, não serão tratados ou discutidos tópicos relativos à história da inteligência, seja em âmbito nacional ou internacional, ou às suas disciplinas de coleta (fontes humanas, interceptação de sinais e comunicações, dentre outras), tendo em vista que o escopo do trabalho é específico para a parte do processo anterior à coleta, ou seja, direção e planejamento.

DEFININDO A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Na concepção clássica de Sherman Kent (1965), inteligência é pautada em conhecimento, organização e atividade. Quanto ao primeiro aspecto, ela é o conhecimento sobre o qual se baseia a política nacional de alto nível em relação a outros Estados. A premissa é que um Estado, em função de sobreviver em um mundo de competição com outros Estados, deve possuir dois tipos de política estatal: uma política positiva, voltada aos interesses de uma ordem mundial melhor e a um maior grau de prosperidade nacional; e outra, defensiva-protetiva, necessariamente voltada à contenção das políticas de outros Estados que sejam hostis às aspirações nacionais. Assim, a inteligência é um conhecimento que permite perceber elementos consolidados, elementos do momento presente e elementos prováveis sobre o futuro.

No que tange ao segundo aspecto, a inteligência é uma instituição, uma organização que busca um tipo especial de conhecimento. Deve estar preparada para vigiar e estabelecer o passado, o presente e o futuro dos atores existentes no cenário onde o Estado atua, a partir da produção de informação útil, relevante, completa, precisa e oportuna sobre aspectos estratégicos do Estado que são direcionados por tomadores de decisão. Para tanto, as organizações de inteligência devem ter pessoas intimamente afeitas à pesquisa, com pensar rigoroso, tolerante ao não usual e ao excêntrico (Kent, 1965).

O terceiro aspecto definidor da inteligência, apontado por Kent, se refere ao processo de sua realização, a atividade em si. Seja para defender ou maximizar os interesses nacionais, “o conhecimento em questão é produzido por um processo de pesquisa” (Kent, 1965, p. 151, trad. livre), que pode se iniciar de duas formas: mediante a solicitação de determinado conhecimento para a formulação da política externa ou pela contínua e sistemática vigilância do que acontece no exterior.

Ainda de acordo com o autor, o método que norteia o processo (atividade) de pesquisa de inteligência possui sete estágios, conforme Quadro 1, a seguir.

QUADRO 1

Estágios do Processo da Atividade de Inteligência

Estágio	Atividade
1	Aparecimento do problema que requer atenção da inteligência.
2	Análise do problema, visando descobrir sua real importância e as prováveis linhas de abordagem mais útil aos consumidores.
3	Coleta de dados relacionados ao problema, conforme formulado no estágio 2 (pesquisa de dados já disponíveis e busca por novos dados necessários).
4	Avaliação crítica dos dados reunidos.
5	Estudo dos dados avaliados, visando encontrar algum sentido inerente (momento mais provável da descoberta das hipóteses, que pode acontecer antes ou depois desse estágio e até mesmo após a finalização do produto).
6	Coleta de mais dados, conforme as linhas indicadas nas hipóteses mais promissoras, visando confirmá-las ou negá-las.
7	Estabelecimento de uma ou mais hipóteses consideradas mais verdadeiras que as outras e sua afirmação como a melhor aproximação atual da verdade (apresentação do produto).

Fonte: Os autores, adaptação de Kent (1965, p. 157-158).

Sherman Kent (1965) e Abram Shulsky e Gary Schmitt (2002) definem a inteligência a partir de três características: informação, atividade e organização; conforme sumarizado abaixo.

- **Informação** (desde o dado bruto ao produto final entregue ao decisor, obtida secretamente ou não) relevante para formulação e implementação de políticas de governo, para o alcance de seus objetivos de segurança e para lidar com ameaças de adversários reais ou potenciais;
- **Atividade** destinada a coletar (geralmente, em bancos de dados disponíveis e fontes abertas), buscar (geralmente, quando é obtida secretamente sem conhecimento do adversário) e analisar a informação relevante sobre o ator adverso; sendo também a atividade para proteger as informações possuídas e buscadas pelo agente adverso (contrainteligência).
- **Organização** governamental encarregada de levar a cabo tais atividades, que tem como uma de suas características mais notáveis o segredo sob o qual desenvolvem suas funções.

Em um estudo recente, Robert Clark (2016) considera o contexto atual dos conflitos no mundo, que são predominantemente assimétricos com a presença de atores armados não-estatais interligados globalmente por meio da internet e das redes sociais. Nesse cenário, o autor afirma que a inteligência é um processo complexo, que traz compreensão e sentido a partir do estabelecimento de fatos e posterior desenvolvimento de inferências válidas, precisas e confiáveis, e que tem a função de reduzir as incertezas na tomada de decisões estratégicas e no planejamento operacional para resolução de conflitos (Clark, 2016).

Cabe destacar que o conflito é entendido pelo autor em sentido amplo, ou seja, não se trata necessariamente do combate físico, mas de qualquer oposição, divergência ou competição entre duas ou mais partes. Dessa forma, Clark segue a mesma linha de Shulsky e Schmitt (2002), que entendem “adversário” como todo ator que tenha interesses opostos àqueles definidos pelo governo de uma nação.

Obviamente, há muitas definições de inteligência na literatura, conforme aponta Hank Prunckun (2015). Todavia, ainda segundo ele, todas elas podem ser deduzidas a quatro sentidos:

1. Ações ou processos utilizados para produzir conhecimento;
2. O corpo de conhecimento produzido;
3. As organizações que lidam com esse conhecimento (por exemplo, uma agência de inteligência); e
4. Os relatórios e briefings³ produzidos no processo ou por tais organizações (Prunckun, 2015, p. 6, trad. livre).

Cabe ainda destacar, conforme Lowenthal (2020), que a inteligência é processo por meio do qual um governo descobre, secretamente, informações sobre adversários e aliados, visando evitar surpresas estratégicas, prover *expertise* de longo prazo, apoiar o processo político e manter o segredo sobre informações, necessidades e métodos utilizados por esse governo. Lowenthal (2020) enfatiza firmemente a relação entre a atividade de inteligência e a elaboração de políticas.

No âmbito das forças policiais, a atividade de inteligência distingue-se por aplicar o processo com fins de subsidiar a tomada de decisão quanto à prevenção, repressão e mitigação de atos criminosos, sejam eles praticados por indivíduos isoladamente ou por organizações criminosas. Destaca-se que, no contexto policial, a inteligência deve entregar, após processo complexo, produtos acabados que garantam a prevenção de crimes e/ou a prisão de criminosos (Buckley, 2014). Em síntese, a inteligência policial

é o produto de um processo analítico que fornece uma perspectiva integrada para informações díspares sobre o crime, suas tendências, as ameaças à segurança e as condições associadas à criminalidade. A necessidade de informações confiáveis e cuidadosamente analisadas é essencial, porque tanto as decisões políticas como as operacionais são tomadas recorrendo-se à inteligência; portanto, deve existir um processo vigilante para garantir que as decisões sejam tomadas com base em critérios objetivos e informados, e não em critérios presumidos (Carter, 2021, p. 7, trad. livre)⁴.

Em síntese, podemos assumir que a inteligência, para os fins deste trabalho, é a atividade realizada com significativo grau de sigilo, por órgão governamental especializado, para reunir, analisar e interpretar informações e dados que serão sintetizados em relatórios ou *briefings*, para atender a demandas de um tomador de decisão político, militar ou policial, visando conter ameaças ao Estado e, conseqüentemente, à sociedade como um todo.

DIREÇÃO E PLANEJAMENTO DO PROCESSO DE INTELIGÊNCIA

A direção e o planejamento de inteligência correspondem, na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – Dnisp (Brasil, 2015), à fase de **orientação**, a primeira de um ciclo de três fases. Este ciclo é tradicionalmente conhecido como Ciclo de Inteligência (Kent, 1965; Herman, 1999; Johnson,

3 Ato de dar instruções precisas ou informações essenciais em reuniões que precedem a execução de tarefas e missões.

4 No original: “*is the product of an analytic process that provides an integrated perspective to disparate information about crime, crime trends, crime and security threats, and conditions associated with criminality. The need for carefully analyzed, reliable information is essential because both policy and operational decisions are made using intelligence; therefore, a vigilant process must be in place to ensure that decisions are made on objective, informed criteria, rather than on presumed criteria*”.

2009; Vandeppeer, 2014; Brasil, 2015; 2016). Nesse sentido, é preciso destacar que, nos estudos sobre Inteligência de Segurança Pública no Brasil, pouca atenção é dada ao Ciclo de Inteligência e menos ainda à sua fase de orientação. Em levantamento feito sobre o estado da arte dos estudos de inteligência no Brasil, Hamada (2020) constata que assuntos relacionados com a doutrina de inteligência, como é o caso do Ciclo, estão em 10º lugar dentre as treze principais categorias temáticas elencadas no estudo.

O Ciclo de Inteligência consiste no seguinte: estabelecidos os objetivos e as necessidades de inteligência, passa-se a coletar dados que serão processados e analisados para que se possa chegar à elaboração final do produto de inteligência, que será, por fim, difundido ao usuário final. Este, por sua vez, ao receber o produto, pode ou não demandar novas necessidades (Johnston; Johnston, 2005). Sendo assim, o modelo gráfico que convencionou-se chamar de Ciclo de Inteligência não representa apenas o momento do processo no qual a análise é efetivamente realizada, mas sim todas as fases do processo, desde o surgimento da demanda até a difusão do produto ao usuário final demandante.

Andrés García (2016) define o Ciclo da seguinte maneira:

O ciclo de inteligência é um processo composto por diferentes etapas ou fases, que serve de referência teórica para ilustrar a produção de inteligência. Esta produção de inteligência desenvolve-se a partir de diferentes níveis – estratégico, operacional e tático – e âmbitos diversos – militar, policial ou econômico (García, 2016, p. 53, trad. livre)⁵.

No que se refere à quantidade de fases do Ciclo e sua nomenclatura, isso pode variar na doutrina de cada país ou organização; assim, parece não haver consenso na literatura dos estudos de inteligência sobre a quantidade de fases que o Ciclo deva ter (Cepik, 2003; Gonçalves, 2017).

Nesse sentido, Judith e Rob Johnston (2005) apontam que, em muitos países, o “ciclo tradicional” de inteligência é composto por cinco estágios: planejamento e direção; coleta; processamento; análise e produção; e difusão. O primeiro estágio (planejamento e direção) “abrange o gerenciamento de todo o esforço e envolve, em particular, a determinação dos requerimentos de coleta baseados nas solicitações do usuário” (Johnston; Johnston, 2005, p. 46, grifo e trad. nossos)⁶. Gonçalves (2017), por sua vez, afirma que o “ciclo básico” pode ser resumido em três fases, conforme adotado na doutrina brasileira: orientação, produção do conhecimento e difusão.

Nos EUA, o chamado “ciclo tradicional de inteligência” (Clark, 2016) é utilizado em várias agências federais, como o Federal Bureau of Investigation (FBI) e o Department of Homeland Security (DHS), e nas forças policiais estaduais e municipais (McGlynn; Garner, 2019; Carter, 2021).

No que se refere ao ciclo de inteligência, Clark (2016) aponta que ele é uma série de seis passos em sequência, na qual: primeiro, estabelecem-se as necessidades de inteligência do tomador de decisão; em seguida, há o planejamento e a direção de como as necessidades serão atendidas, o que deve ser buscado, coletado e pesquisado; no terceiro passo, agentes e analistas reúnem os dados e as informações necessárias sobre a necessidade informada; no quarto, os dados são processados e validados; no quinto

5 No original: “El ciclo de inteligencia es un proceso compuesto por diferentes etapas o fases, que sirve como referencia teórica para ilustrar la producción de inteligencia. Esta producción de inteligencia es desarrollada desde distintos niveles – estratégico, operacional y tático – y ámbitos diversos – militar, policial o económico”.

6 No original: “Planning and direction encompasses the management of the entire effort and involves, in particular, determining collection requirements based on customer requests”.

passo, o material é analisado, fornecendo cenários e hipóteses possíveis sobre a questão levantada, bem como perfis de pessoas de interesse relacionadas ao problema; uma vez finalizada a análise, o sexto passo é a difusão do material produzido para o tomador de decisão, que reiniciará o ciclo com novos requerimentos de inteligência.

A Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência – Dnai (Brasil, 2016, p. 37) aponta o seguinte sobre o Ciclo: “o ramo inteligência, como prática e produto, apresenta um *modus operandi* que, por ter como ponto inicial e final o mesmo elemento (a política), é denominado ‘ciclo de inteligência’, composto de cinco fases”. As cinco fases adotadas para o ciclo de inteligência são: política, planejamento, reunião, processamento e difusão.

No que se refere às fases “política” e “planejamento”, observa-se que tanto demandas específicas quanto documentos oficiais, tais quais a Política Nacional de Inteligência (PNI) e o Plano Nacional de Inteligência (Planint), orientam a produção de inteligência ao identificarem oportunidades e ameaças quanto ao alcance dos objetivos definidos por um governo. É com base nessas orientações que os órgãos de inteligência formulam seus planos de inteligência.

Nesse sentido, no que se refere à atividade de Inteligência de Segurança Pública, há em vigor no Brasil a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (PNISP), que é o “documento orientador da atividade de inteligência de segurança pública” (Brasil, 2021a). Dessa política decorreu, enquanto “documento de orientação estratégica” (Brasil, 2021b), a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública (Enisp). Esta, por sua vez, servirá de orientação para a formulação do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública.

No âmbito do estado do Rio Grande do Norte, no qual existe subsistema de inteligência instituído desde o ano de 2016⁷, não foi ainda instituída uma política ou plano estadual de inteligência de segurança pública. Do mesmo modo, no âmbito da Polícia Militar, apesar de ter sido regulamentado o seu sistema de inteligência próprio, no ano de 2018⁸, ainda não foi instituído plano de inteligência para a corporação.

No que se refere à Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, temos a seguinte definição: “o Ciclo da Atividade de Inteligência é um processo contínuo que objetiva atender necessidades do usuário (decisor), composto basicamente por três etapas: orientação, produção e utilização” (Brasil, 2015, p. 25).

O professor Marco Cepik (2003), por seu turno, afirma que o Ciclo de Inteligência deve ser considerado uma metáfora, um modelo simples, pois não corresponde a nenhum sistema de inteligência existente. Contudo, admite que a ideia de ciclo permite entender a transformação da informação durante seu fluxo desde a demanda criada até a entrega do produto de inteligência.

Num modelo ideal do ciclo, os decisores (políticos eleitos, ministros, secretários, comandantes militares, chefes de polícia) é que deveriam definir os objetivos e as necessidades de inteligência; uma vez definidos, caberia aos órgãos de inteligência planejarem como seriam utilizados os meios técnicos de coleta e as fontes humanas, visando racionalizar o uso dos recursos disponíveis (que não são irrestritos mesmo em países ricos) com o atendimento das demandas dos tomadores de decisão.

7 Lei Complementar nº 582, de 29 de setembro de 2016. Cria o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte (SEISP/RN), e dá outras providências.

8 Portaria Normativa nº 004/CG/PMRN, de 23 de novembro de 2018. Aprova e institui Regimento Interno do Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte – SIPOM/RN.

Como a realidade extrapola o modelo concebido para o fluxo de informações entre as agências e os decisores, Cepik (2003) lembra, no mesmo sentido que Gonçalves (2017), que, mesmo sendo de extrema importância, as etapas de direção e o planejamento são “relativamente invisíveis” (Cepik, 2003, p. 33).

Sobre a fase de orientação, Gonçalves (2017) destaca que:

a orientação encontra-se além da esfera de competência dos serviços de inteligência, muitas vezes esta etapa é colocada de lado ao ser apresentado o ciclo. Entretanto, esta fase é de suma importância, pois é a partir dela que se fará o planejamento estratégico da atividade e que os dirigentes dos serviços poderão estabelecer seus planos de atividade (Gonçalves, 2017, p. 100, grifo nosso).

Deve-se considerar que, apesar de sua importância, a definição de objetivos e necessidades de inteligência não dirige totalmente o ciclo. Os tomadores de decisão são menos racionais do que sugere a metáfora do ciclo de inteligência e, normalmente, requerem demandas bastante genéricas que, se não especificadas durante o processo, podem levar a falhas nas análises.

Dessa forma, os diretores de inteligência deveriam lapidar as demandas dos tomadores de decisão e transformá-las em requerimentos que atendam aos objetivos do usuário final do conhecimento a ser produzido. Isso implicaria, segundo Cepik (2003), que o real ciclo fosse um misto de iniciativa e responsividade, ou seja, a agência coletaria e analisaria informações que avalia como úteis e também coletaria e analisaria aquelas, de fato, solicitadas pelo usuário final.

As limitações procedimentais, cognitivas e mesmo a escassez de recursos mostram que o chamado ciclo da atividade de inteligência depende muito mais da iniciativa das próprias agências de inteligência do que a metáfora de um ciclo iniciado e dirigido por requerimentos formais que os usuários indicam à primeira vista (Cepik, 2003, p. 35).

O fato é que, em ambos os casos, é preciso que alguém (o tomador de decisão ou o diretor de uma agência) defina quais são as necessidades e os objetivos de inteligência que irão orientar o processo. Reconhecer que o ciclo depende mais da iniciativa da agência do que do requerimento formal do tomador de decisão não exclui a definição de necessidades e objetivos, mas a reforça. Ou seja, direção e planejamento são imprescindíveis para o processo de inteligência, uma vez que, seja qual for o modelo de Ciclo adotado, seu objetivo, na área de segurança pública, é:

ter uma metodologia sistêmica, científica e lógica para processar informações de forma abrangente, a fim de garantir que a inteligência acionável mais precisa seja produzida e divulgada às pessoas que fornecem uma resposta operacional para evitar que uma ameaça criminosa se efetive (Carter, 2021, p. 65, trad. livre)⁹.

Nesse sentido, é preciso considerar, conforme aponta Loch Johnson (2009), que o Ciclo de Inteligência é mais do que uma série integrada de fases, constituindo-se numa matriz interativa (composta por intrincadas relações humanas e burocráticas) entre os produtores e os consumidores de inteligência, caracterizada

⁹ No original: “to have a systemic, scientific, and logical methodology to comprehensively process information to ensure that the most accurate actionable intelligence is produced and disseminated to the people who provide an operational response to prevent a criminal threat from reaching fruition”.

por interrupções, correções e múltiplos ciclos de *feedback*. Ainda que reducionista, o conceito de ciclo de inteligência ainda é analiticamente útil.

Na fase de planejamento e direção, “gestores de inteligência e membros da alta administração devem decidir qual informação deve ser coletada [...]” (Jonhson, 2009, p. 34, trad. nossa), visando prover o mais alto decisor e seu círculo decisório mais próximo, com conhecimento útil para suas deliberações políticas. O mesmo se aplica na escala governamental de uma unidade federativa, ou seja, a escala imediata de preocupação é o território estadual, os atores de estados vizinhos e os fatos protagonizados por eles que tenham desdobramento para além de divisas.

Destacam-se, na fase inicial do Ciclo, duas características: o tamanho do escopo da coleta a ser feita e as distorções causadas por falhas de comunicação entre consumidores (decisores) e produtores (agências de inteligência) quanto ao tipo de informação que é preciso obter. Quanto maior a amplitude dos requisitos de inteligência (quanto mais se quer cobrir do ambiente), maior a possibilidade de sucesso e de falhas (Jonhson, 2009). Já quanto às distorções relativas ao que deve ser coletado, normalmente, os decisores se veem impedidos ou não querem articular claramente suas prioridades de inteligência, por vários motivos – desde o desconhecimento da atividade e sua estrutura, passando pela falta de tempo, até chegar em questões ideológicas.

Autores como Michael Herman (1999) afirmam que o Ciclo reflete uma unidade de controle que busca se ajustar de acordo com o *feedback* do destinatário dos produtos de inteligência. Assim, as agências seriam a força motriz de todo o processo e não os requerimentos formais dos tomadores de decisão. Contudo, o autor destaca:

É claro que as reações dos usuários e a busca da inteligência por eles não são a única dinâmica. Os requisitos formais fazem parte do contexto da inteligência e estabelecem o seu território geral; como tal, demonstram conformidade com o mandato legal ao qual a inteligência está autorizada a realizar. Quando os usuários têm necessidades específicas sobre assuntos específicos, estas são forças motrizes importantes por si só – se a inteligência puder fazer alguma coisa para as satisfazer. Na realidade, o ciclo é impulsionado por fatores complexos (Herman, 1999, p. 294, grifo nosso)¹⁰.

Sendo assim, para que a atividade de inteligência de segurança pública possa facilitar a consecução de objetivos institucionais e de governo voltados à segurança pública é preciso que se valorize mais a fase de orientação (direção e planejamento) do ciclo de inteligência, tendo em vista as perdas e os danos materiais e humanos que podem advir da não observância dessa questão doutrinária. Ainda que seja passível de críticas, o ciclo de inteligência e todas as suas fases precisam ser conhecidos e aplicados, considerando-se que ele é complexo e não se limita apenas aos requerimentos formais ou aos *feedbacks* informais dos usuários. Ao contrário, ele deve equilibrar essas duas formas de orientação do processo de produção de inteligência.

Mesmo que o núcleo da atividade seja a fase de produção, não se deve menosprezar a fase de orientação, pois ela compreende a gestão de todo o esforço de produção de conhecimentos requeridos pelos usuários finais (Johnston; Johnston, 2005). O processo de produção de inteligência parte do estabelecimento

10 No original: “of course users’ reactions and intelligence’s search for them are not the only dynamic. Formal requirements are part of intelligence’s background and establish its general territory; as such they demonstrate conformity with the legal mandate for what intelligence is authorized to do. Where users have specific requirements on specific subjects these are important driving forces in their own right – if intelligence can do anything to meet them. In reality the cycle is driven by complex factors”.

de objetivos e necessidades de conhecimento demandados pelo usuário final dos produtos e/ou pelos gestores dos órgãos de inteligência (espontaneamente ou por diretriz expressa do tomador de decisão).

A importância dessa fase do Ciclo torna-se ainda mais perceptível ao se considerar que há várias áreas e assuntos de interesse dos políticos e chefes de polícia que demandariam a produção de conhecimento de inteligência, porém, em contrapartida, os recursos para a execução de todo o processo são limitados. Assim, devem ser elencadas e classificadas as maiores prioridades do tomador de decisão dentro de determinada conjuntura, para se evitar o desperdício de recursos humanos e materiais (Gonçalves, 2017).

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DE BASE PRISIONAL: BREVE CARACTERIZAÇÃO

Um dos assuntos de maior interesse para a segurança pública, que demanda grande esforço das agências de inteligência, é a atuação das organizações criminosas de base prisional, também chamadas de facções prisionais (Gomes, 2019). Tais organizações atuam em redes nacionais e mesmo globais, constituindo-se em ameaças à segurança do próprio Estado, tendo em vista que desafiam sua legitimidade (Sullivan, 2011). Adicionalmente, também tem se tornado comum contextos sociais em que já existe uma governança híbrida, em que convivem, em um mesmo espaço social, a autoridade estatal e a criminosa. Isso tem sido visto, por exemplo, no caso das prisões brasileiras e em muitas das periferias das grandes cidades (Pimenta; Suarez; Ferreira, 2021; Villa; Braga; Ferreira, 2021).

Analisando o quanto a ameaça das facções prisionais havia se tornado terrível, Amorim (2008) constatou que o avanço do CV e do PCC colocou não apenas o cidadão comum sob constante tensão e insegurança, mas também agentes públicos de alto escalão e até mesmo magistrados: “bombas explodem em frente a repartições públicas. Magistrados são emboscados e mortos a tiros. Funcionários de alto escalão são ameaçados. [...] Escolas, comércio e bancos fecham [...]. Os policiais escondem suas identidades” (Amorim, 2008, p. 15).

Facções de base prisional como o PCC e o CV tornaram-se, na visão de Ferreira (2019), atores armados não estatais de alcance transnacional. Indo muito além de gangues prisionais ordinárias com dominância limitada aos muros dos presídios e, no máximo, algumas localidades extramuros, tais organizações têm, já há alguns anos, a capacidade de impor, por meio da violência, seja ela direta, estrutural ou cultural (Ferreira, 2019), a governança sob territórios que se fazem presentes (Pimenta; Suarez; Ferreira, 2021), nos quais a população coaduna (por coerção, mas eventualmente também por consenso) com o ator armado não estatal como apto a manter um sistema normativo consistente e funcional (Kilcullen, 2013).

As organizações brasileiras de base prisional, além de realizarem violência direta (decapitações de inimigos, ataques a agentes públicos e a jornalistas), proveem o fornecimento de bens e serviços, visando o apoio e a legitimidade das comunidades onde atuam. Pode-se afirmar que, assim como no México, a situação no Brasil tem permitido a criação de oportunidades criminais cujo resultado é uma “soberania paralela ou dual” (Sullivan, 2011) ou uma governança híbrida, como apontado em trabalhos recentes (Pimenta; Suarez; Ferreira, 2021). Daí, a importância de se compreender melhor as facções prisionais.

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, há 53 facções prisionais espalhadas por todo o Brasil (FBSP, p. 10, 2022a), que, em maior ou menor grau, articulam-se na teia criminosa engendrada pelas duas maiores organizações criminosas desse tipo no Brasil, o Primeiro Comando da

Capital e o Comando Vermelho, fazendo com que essa realidade não seja privilégio de capitais como São Paulo e Rio de Janeiro.

Tal fenômeno iniciou-se no Brasil há pouco mais de quatro décadas, com a fundação do Comando Vermelho, primeira organização criminosa surgida no âmbito prisional, com características que a colocaram num nível estrutural e operacional bem distinto das gangues prisionais e de rua conhecidas até então (Gomes, 2019). Essa distinção foi fruto do convívio entre assaltantes de banco comuns e assaltantes de banco ligados à luta política do período autoritário vivido no Brasil entre as décadas de 1960 a 1980.

Tanto o clássico estudo de Amorim (1993) como pesquisas mais recentes, como a de Gomes (2019), apontam que os presos políticos intercambiaram conhecimentos com presos comuns que permitiram a estes últimos se organizarem em coletivos que buscavam melhorias das condições no ambiente prisional. Posteriormente, outros objetivos, inclusive ilícitos, vieram à tona. Indo além das gangues prisionais e das gangues de rua, as facções de base prisional materializaram a ideia de um *continuum* entre as ruas e o sistema prisional, o que demonstra um salto qualitativo na organização do crime no Brasil.

Além da organização coletiva, foram assimiladas regras de convivência entre os internos, que perduraram mesmo após a saída dos presos políticos envolvidos com a guerrilha. Essas regras, que serviram para regular a vida social dos internos entre si e a relação deles com as autoridades, ficaram conhecidas como “ética do crime”, conforme apontado por Barbosa (2019).

Os presos comuns observavam que os presos políticos, ao adotarem essas regras, davam mais força para a coletividade e conseguiam ter mais poder de coação com a direção do presídio. [...] As facções criminosas, em regra, usam até hoje esses princípios e eles ficaram conhecidos como a ética do crime (Barbosa, 2019, p. 12).

Nesse sentido, a exemplo de organizações criminosas do tipo mafiosa, as facções prisionais no Brasil são caracterizadas, além do forte caráter associativo, também pela força de intimidação que exercem sobre seu público interno, sobre rivais e sobre autoridades constituídas. Assim, essa ética do crime, apontada por Barbosa, se assemelha muito à *omertà*¹¹ das organizações mafiosas italianas. Conforme aponta Ferro (2006, p. 269), essas características de vínculo associativo e força intimidatória forjam “uma condição de sujeição e de fidelidade”. Note-se que apontamos a semelhança entre os vínculos associativos presentes nas facções prisionais e nas organizações mafiosas, porém, sem inferir que tenhamos no caso brasileiro máfias no sentido estrito. Ao tratar do PCC, Sampó e Ferreira (2020, p. 111) apontam que essa organização possui características de máfia, no que se refere aos vínculos de relação entre seus membros.

A título de exemplo de como as facções prisionais constroem e aplicam verdadeiros sistemas de valores, vejamos o que diz um artigo do estatuto do Primeiro Comando da Capital: “o Comando não admite entre os seus integrantes: estupro, pedófilos, caguetagem, extorsão, inveja, calúnia e outros itens que ferem a ética do crime” (Barbosa, 2022, p. 96). Da mesma forma, se observa regulação de condutas no Comando Vermelho e no Sindicato do Crime do RN, respectivamente, conforme os trechos abaixo:

Art. 8º. Não será permitido e será passível de correções as seguintes condutas: a) agressão entre irmãos, amigos e companheiros; b) irresponsabilidade e qualquer

11 Conforme apontado por Ferro (2006), a *omertà* se refere a um código moral que envolve a honra e o silêncio entre os membros da Máfia, no que se refere às práticas criminosas da organização.

tipo de pilantragem; c) faltar com o comando (Que somos todos nós); d) se apoderar indevidamente de áreas dos irmãos; e) derramar sangue inocente; f) causar desavenças, intrigas ou a desunião entre irmãos; g) derramar sangue de irmãos antes do caso ter passado pela avaliação do Conselho para sair o decreto (Barbosa, 2022, p. 147).

5º. Todo integrante deve seguir a ética do crime. [...]

18º. A facção SDC-RN tem a sua ética e conduta moral, que deve ser respeitada e cumprida por todos os irmãos. Todos os integrantes têm o dever e a obrigação de manter a sua postura e moral de faccionado. Por isso não vamos aceitar de nenhuma forma um irmão com conduta indecente e desrespeitosa. Caso seja identificado algum irmão com tais atitudes, ele será avaliado pelo Conselho e pela Final (Barbosa, 2022, p. 56).

A ausência do Estado nos mais diversos setores facilita o recrutamento de jovens e adultos por meio de prestações sociais ofertadas pelo coletivo da facção, que apresenta uma áurea de seletividade para aqueles que se filiam a ela. Para o ingressante nas facções, é como se houvesse uma ruptura daquela realidade de descaso do Estado para uma situação de acolhimento e pertença, além de representar certa ascensão do criminoso no chamado mundo do crime, já que, uma vez filiado, passa a ser portador de uma marca (simbólica) que o diferencia dos demais.

Essa construção simbólica das organizações criminosas de base prisional é dinamizada por meio de negociações voláteis enredadas em relações pessoais dispostas territorialmente em redes que

sofrem processos de hierarquização e agrupamento, forjando coletivos, invariavelmente frágeis e reconfigurados, às vezes em função de dinheiro, ou de considerações de uns sobre ações de outros. [...] ainda que confinados em instituições potencialmente dessocializantes (sic!), eles conseguem construir redes que chegam também a se fundamentar enquanto forças organizadas e pautadas no simbolismo do crime (Gomes, 2019, p. 190).

Outra característica das facções prisionais é o uso instrumental da violência para obtenção de seus objetivos criminosos. A capacidade de imprimir medo e regras próprias afeta desde grupos rivais, passando pela população das comunidades onde se fazem presentes, e chegando a afetar a própria atuação do Estado. Dessa forma, se constituem no que Ferreira e Framento (2020) chamam de ator não estatal violento (ANEV). Nesse sentido, um ator não estatal violento é uma organização autônoma, alheia ao controle do Estado, com capacidade coercitiva e disposição para o uso da violência visando a obtenção de seus objetivos. Em outras palavras, tais atores combinam “autonomia coercitiva e desafio latente às instâncias formais de poder” (Ferreira; Framento, 2020, p. 79).

Observando a trajetória do PCC, Ferreira e Framento (2020) apontam no mesmo caminho de Dias (2011), ao mostrarem que toda a engrenagem das facções prisionais é movida, desde o início, pela força de um sistema de governança em expansão criado e fortalecido ao longo dos anos, capaz de pacificar o ambiente prisional e as comunidades por meio de mediação de conflitos e prestações sociais diversas, em substituição da governança legítima do Estado. Nesse sentido, “o PCC cumpre o papel que o Estado é incapaz de exercer, sendo um ANEV com monopólio da violência direta e que aplica seu próprio código de conduta, policiamento e justiça em áreas sob seu domínio” (Ferreira; Framento, 2020, p. 79).

Dessa forma, o nível de organização das facções parece garantir que o sistema prisional e as comunidades onde estão presentes funcionem regularmente, sem desordens constantes e/ou aparentes. Isso é possível

por meio dos repertórios de ação (Gomes, 2019) utilizados por elas: as negociações, as rebeliões, o uso instrumental da violência e a queima de ônibus.

Dos repertórios apresentados por Gomes (2019), apenas a negociação não se manifesta de forma violenta. Nas rebeliões, há a materialização da hostilidade e do protesto dos detentos contra o poder constituído do Estado e contra seus inimigos. No contexto das rebeliões, surgem os massacres dentro e fora dos presídios, em decorrência das rivalidades entre as facções. Da mesma forma, usando de violência, as facções usam outro repertório para se fazerem ouvidas: a queima de ônibus de forma orquestrada¹².

Por fim, é importante destacar que as maiores facções de base prisional no Brasil são amplamente organizadas e difusas em redes de atuação criminosa, cujo poder é exercido “por sua classe dirigente, que escreveu seus respectivos estatutos” (Gomes, 2019, p. 193). A maioria desse núcleo dirigente, ao contrário do que se pensa, não está atrás das grades e explora a desumanização que ocorre no ambiente prisional para se locupletar. As narrativas de opressão do Estado sobre a população carcerária servem tanto para atrair novos membros como para lhes garantir blindagem nos momentos em que eventualmente venham a ser presos.

Em linhas gerais, pode-se caracterizar as organizações criminosas de base prisional conforme segue:

- a) Tem origem no ambiente prisional – embora atuem intensa e extensivamente em comunidades e bairros das cidades e tenham alcance internacional, o lócus de sua criação, consolidação e manutenção está no ambiente prisional;
- b) São fundamentadas num sistema de valores engendrados a partir da amálgama entre ideais de coletivismo social e fins lucrativos ilícitos. Esse sistema de valores promove o sentimento de pertença e identidade que leva a obediência praticamente irrestrita aos ditames estabelecidos em regras escritas ou em costumes e hábitos internalizados pelos membros;
- c) Exercem sobre seus membros e sobre as populações das comunidades onde estão presentes um sistema de governança próprio, lastreado pelo seu sistema de valores;
- d) Utilizam-se da violência instrumentalizada para alcançar seus objetivos. Ainda que nem todas as atividades das organizações criminosas de base prisional sejam violentas, o recurso a punições físicas, morte e táticas de terror são parte de sua identidade criminosa.

Uma vez estabelecidos os pontos essenciais de entendimento sobre a direção e o planejamento de inteligência, bem como sobre as facções prisionais, a seguir será detalhada a metodologia utilizada nesta pesquisa.

METODOLOGIA

Para a pesquisa foi realizada abordagem qualitativa da questão levantada no começo deste artigo, com o intuito de explorar o entendimento que os indivíduos que participam do processo de direção e planejamento de inteligência atribuem à questão levantada inicialmente.

¹² No estado do Rio Grande do Norte, a facção Sindicato do Crime realizou, entre os dias 14 e 21 de março de 2023, quase 300 ataques contra transporte e prédios públicos. O objetivo era obter flexibilização da disciplina no sistema prisional, obter visitas íntimas e o fim de alegados maus tratos, dentre outras pautas.

Primeiro, foi realizada breve revisão bibliográfica sobre o tema do planejamento e da direção de inteligência, bem como sobre a natureza das organizações criminosas de base prisional no Brasil.

Em seguida, a coleta de dados foi feita mediante o uso de entrevistas semiestruturadas com os participantes da pesquisa. O grupo de indivíduos que foi pesquisado é composto por policiais militares investidos nas funções de Comando de Unidades de Área (Batalhões) e de Chefia das Agências Locais de Inteligência daquelas Unidades.

Foram selecionados, inicialmente, quatro Batalhões nos quais havia agências de inteligência, contudo, foi possível realizar as entrevistas em apenas três deles. Dessa forma, foram coletados dados em seis entrevistas.

O protocolo de entrevista foi dividido em seis blocos. No primeiro, constam as informações básicas sobre a pesquisa (dados do pesquisador e orientador) e as garantias de sigilo sobre a participação; o segundo conta com a apresentação geral da pesquisa; já o terceiro bloco é utilizado para conhecer o perfil profissional dos participantes; no quarto bloco, são feitos questionamentos sobre a interação entre os comandantes e os chefes de inteligência dos Batalhões, no que se refere ao planejamento de inteligência; o quinto bloco, por sua vez, indaga os participantes sobre seus conhecimentos quanto às facções prisionais; e por fim, o sexto bloco, focado na percepção dos entrevistados sobre os planos de inteligência e sua utilização por parte deles.

Realizadas as entrevistas, os dados foram analisados e integrados para que fosse possível compará-los, interpretá-los e apresentar os resultados. Espera-se que a análise do material coletado permita descrever como se dá o processo de planejamento e direção de inteligência voltado ao enfrentamento de facções prisionais no âmbito das Unidades de Policiamento de Área da PMRN.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção, apresentam-se os resultados obtidos durante a pesquisa. Na sequência, duas subseções descreverão: a interação entre comandantes e chefes no processo de direção e planejamento e suas percepções sobre as facções prisionais; e as percepções sobre a importância dos planos de inteligência voltados ao enfrentamento daquelas facções.

INTERAÇÃO ENTRE COMANDANTES E CHEFES NO PROCESSO DE DIREÇÃO E PLANEJAMENTO DE INTELIGÊNCIA E PERCEPÇÃO SOBRE AS FACÇÕES PRISIONAIS

A atividade de inteligência é um ofício de assessoria ao processo decisório no qual os profissionais de inteligência e os usuários dessa assessoria (os tomadores de decisão) precisam cultivar relação equilibrada, visando o aperfeiçoamento da atividade e a não politização dos serviços desempenhados pelas agências (Afonso, 2009). Os dois atores essenciais da atividade de inteligência nesse processo são o produtor de inteligência e o usuário dos produtos de inteligência. Esses dois atores participam ativamente do ciclo de inteligência e dão início (fase de direção e planejamento) a ele de duas formas: por demanda originada pelo usuário diante de mudanças de cenário ou por demanda identificada pela agência.

Nessa subseção, busca-se trazer justamente a visão de comandantes (usuários) e chefes de agência de inteligência (produtores), sobre como eles interagem no processo de direção e planejamento de inteligência voltado ao enfrentamento das facções de base prisional.

De maneira geral, os comandantes são favoráveis à utilização das agências e costumam demandá-las com regularidade, predominantemente de forma verbal; mesmo que demonstrem abertura para receber demandas identificadas pelas agências, dois deles indicam que isso não ocorre ou ocorre com pouca frequência. Nenhum deles foi específico ao relatar como se daria a interação para direção e planejamento de inteligência sobre facções prisionais. As falas indicam que questões relativas à produção de inteligência propriamente dita (análise) ou ao planejamento de operações foram confundidas pelos respondentes como sendo parte da fase de orientação do ciclo de inteligência.

Os chefes de inteligência focaram suas falas nas ações realizadas pelas agências, no tocante ao subsídio de operações policiais, e confirmaram que os comandantes regularmente demandam as agências. Apenas um deles foi enfático ao afirmar que a interação entre o chefe da agência e o comando do batalhão é positiva e que produz inteligência com foco em ações futuras das facções prisionais; outro entrevistado não deixou claro o nível de interação, e o terceiro afirmou haver pouca interação entre ele e seu comandante. De maneira geral, apontam que a interação é afetada por questões político-institucionais.

O meio de transmissão verbal é utilizado por todos para fazerem as indicações dos objetivos de inteligência para os comandantes. As falas indicam que não há interação voltada ao planejamento de inteligência para se trabalhar em médio ou longo prazo. O atendimento de demandas operacionais imediatas predomina frente a ações previamente dirigidas e planejadas.

Com relação à percepção sobre as facções prisionais, constata-se que na área de atuação de todos os oficiais há presença da facção prisional autoproclamada Sindicato do Crime do RN. Um dos oficiais relatou que em sua área ainda há presença do PCC, do CV, dos Guardiões do Estado (GDE) e da Okaida, vindas do Ceará e da Paraíba, respectivamente. As facções prisionais foram consideradas pela maioria dos participantes como o maior problema enfrentado pela polícia nos locais onde atuam. Apenas um dos oficiais minimizou a questão em sua unidade.

No que se refere ao controle territorial dos bairros e das comunidades onde há presença das facções prisionais, revela-se que, na visão dos oficiais, com exceção de apenas um deles, ainda que a polícia realize patrulhamento em qualquer local das cidades isso não implica dizer que o Estado tenha de fato o controle territorial.

Um deles disse: “Não! O Estado não tem controle”. Outro relatou que, num determinado bairro de sua cidade, “a polícia entra a hora que quiser, isso aí não resta dúvida, mas quem controla lá é a facção. [...] Então, esse bairro, ele tá controlado, a comunidade local é muito controlada pela facção. Isso é uma realidade”. Também foi dito pelos Oficiais que a facção prisional “começa a gerir as relações sociais que ocorrem naquele setor pra evitar que a polícia militar ou qualquer outro tipo de força policial apareça na região e atrapalhe sua atividade econômica, que é tráfico de drogas”, e que “a gente entra, patrulha, prende, mas o controle social daquela localidade ali é determinado pela facção”.

Dos policiais entrevistados, apenas dois demonstraram possuir conhecimento da estrutura local da facção prisional atuante em sua área e os demais demonstraram pouco ou nenhum conhecimento. Um deles revelou que é possível apresentar “um organograma das principais lideranças, a gente tem condições,

tem essa capacidade de apresentar aqui quem é quem no momento, bem atualizado isso". Por outro lado, outro entrevistado deu a seguinte resposta quanto ao conhecimento sobre a estrutura da facção prisional: "é um conhecimento básico, de ouvir dizer, é dado não tratado. É tudo muito empírico ou de ocorrências passadas ou de alguém que disse que é, mas nada trabalhado".

PERCEPÇÃO SOBRE DIRETRIZES E PLANOS DE INTELIGÊNCIA

Conforme já apontado neste trabalho, a fase de orientação do ciclo de inteligência é a fase onde predominam decisões políticas e devem ser definidas as demandas para o serviço de inteligência. Já foi visto também que muitas vezes essa fase de direção e planejamento é subestimada. Antes de expor de que forma os oficiais enxergam a importância das diretrizes e dos planos, é importante fazer algumas considerações.

O fato de a fase de orientação do ciclo ser subestimada pelos decisores leva as agências a uma tendência em fornecer produtos a partir de suas próprias definições, constituindo a faceta de *information push* do ciclo de inteligência (Lares, 2013). De acordo com Marrin (2009, p. 131): "*rather than driven by specified information requirements, this process involves the push of information from the intelligence collection and analytic agencies to decision-makers*".¹³ Ou seja, a lacuna de diretrizes é preenchida pela agência a partir do monitoramento corrente que ela realiza e dos *feedbacks* que recebe do usuário.

Todavia, deve-se considerar que os decisores são afetados por suas posições política e intelectual. Portanto, tendem a não receber bem análises que ponham dúvida em sua capacidade decisória ou tragam avaliações negativas sobre opções disponíveis para a ação. É pouco provável que um decisor mude sua estratégia com base numa análise que contrarie suas preferências e opiniões e demonstre pontos fracos das iniciativas de gestão tomadas por ele. Ou seja, durante o processo decisório, os tomadores de decisão podem recorrer ao serviço de inteligência e acatar, ou não, os argumentos trazidos pela agência (Afonso, 2009).

Essas considerações são importantes quando se observa o posicionamento dos participantes quanto à importância de direcionar e planejar a produção de inteligência em suas unidades, tendo em vista que se o comandante não determinar diretrizes e o chefe da agência o fizer na modalidade *push*, isso pode gerar problemas de credibilidade que afastem o usuário dos órgãos responsáveis por seu assessoramento.

Quando questionados sobre a importância de a agência de inteligência dos batalhões elaborar periodicamente planos de inteligência, os participantes foram unânimes na afirmação de que é muito importante que esses planos sejam feitos. Um dos comandantes afirmou que é "Importantíssimo! Porque me dará a visão do momento e mais ou menos a prospecção de futuro, né? Pra eu poder atuar a médio e longo prazo". Já o outro disse: "Com certeza! Porque, com esse plano, a gente teria informações pra se combater o crime organizado e tentar minimizar os efeitos dele". Já um dos chefes de agência afirmou que é "Importantíssimo [...] é importante que se tenha esse plano para que possamos ter um direcionamento do que a gente vai fazer".

Em contrapartida, quando foram indagados se os comandantes direcionam e solicitam a elaboração de planos de inteligência, constata-se que nenhum deles jamais demandou a suas agências que elaborassem tal documento. Um deles disse: "Ainda não, por falta de estrutura". Um deles respondeu que já solicitou, mas sua fala revela que ele se referia a um plano de operação de inteligência, sendo, portanto, outro tipo

13 "Ao invés de ser conduzido por requisitos específicos de informação, esse processo envolve o envio de informações das agências de coleta e análise de inteligência para os tomadores de decisão" (trad. livre).

de plano: “Sim! A gente estava tendo uns homicídios [...], então, eu pedi pra que a inteligência levantasse... Fizesse um plano de operações pra gente tentar diminuir, inibir essas ações”.

No caminho inverso, foi perguntado se os chefes das agências já sugeriram ou produziram, por iniciativa própria, algum plano de inteligência ou documento semelhante. Da mesma forma que os comandantes, ainda que reputeem como sendo de grande importância a existência de planos formais de inteligência, nenhum deles já elaborou ou sugeriu a elaboração de planos.

Por fim, os participantes foram inquiridos sobre os motivos que, na visão deles, impedem que os planos de inteligência sejam efetivamente adotados na fase de direção e planejamento de inteligência de suas unidades. Entre os comandantes predomina a opinião de que a falta de estrutura material e humana somada ao desconhecimento da doutrina por parte de oficiais superiores são as principais razões pelas quais não se utilizam ainda os planos de inteligência: “Eu acho que tem comandantes, ainda, que não conhecem a doutrina de inteligência e acham que inteligência é investigação e não aceitam ou não dão o apoio necessário pra que esse plano seja feito”; “Bem, o que eu acho mais deficitário é a estrutura. Infelizmente, a gente tem essa dificuldade de efetivo, que é uma dor no nosso calcanhar, e da própria estrutura mesmo, da implantação dessas agências no batalhão”. Um deles é mais específico em dizer que o que impede de fato a elaboração dos planos é “o conhecimento do plano. Como é que se elabora um plano. O porquê do plano. Eu acho que é só a fagulha que está faltando”. Ou seja, a fala indica que falta certa orientação institucional para que os planos de inteligência se tornem algo factível.

Já entre os chefes das agências, houve opiniões em três sentidos. O primeiro deles indica que a pressão da sociedade sobre os comandantes por respostas rápidas é canalizada aos chefes de agência e inviabiliza a elaboração dos planos, algo que demandaria tempo e recursos humanos dedicados a tal atividade: “O usuário quer informação, ele quer a informação do dia a dia. Aí, pra fazer um plano de inteligência, você necessitaria de um tempo pra poder conseguir elaborar [...] ele não dá muito tempo pra o chefe da agência”. Em outro prisma, indica-se que é o “conhecimento insuficiente dos operadores” a principal razão pela qual os planos são inviabilizados. Por fim, a terceira opinião indica que não havia justificativa plausível que motivasse a não elaboração do plano da agência, seria muito mais “por falta de iniciativa própria”. Contudo, esse respondente acabou trazendo a perspectiva da falta de orientação institucional mencionada por outro entrevistado. Em sua visão, a Seção da Polícia Militar responsável pela orientação técnica das agências de inteligência deveria investir mais na capacitação dos gestores das agências. Segundo ele, é preciso haver capacitações com “uma visão voltada pra gente discutir gestão de agência, padronização, organização”. Ele continuou dizendo que “nós temos experiência, não resta dúvidas, mas eu pergunto: a gente está sincronizado realmente?”.

Os resultados demonstram que a fase de orientação do ciclo de inteligência no âmbito dos batalhões da Polícia Militar, voltada ao enfrentamento das facções prisionais, é fundamentada em diretrizes verbais, normalmente reativas ao clamor público ou ao surgimento de situações críticas que ensejem produção rápida de conhecimento, não se trabalhando com o direcionamento para produção de inteligência no médio e longo prazo.

Tal fato pode ser fruto da concepção equivocada, vigente desde os anos 1960, de que quanto mais infratores presos, maior dissuasão e prevenção do crime. De acordo com Ratcliff (2008, p. 2, trad. nossa), para manter o “público feliz e responder instantaneamente a ameaças do crime uma vez que elas surjam”, o papel da polícia passou a ser definido com base no combate ao crime e na realização de prisões

(investigações e operações), em detrimento da prevenção.

Esse resultado chama ainda mais a atenção quando justaposto aos resultados relativos à percepção dos entrevistados sobre as facções prisionais. Como foi observado, o problema das organizações criminosas de base prisional é considerado o maior problema para a polícia, na concepção de cinco dos seis entrevistados, que também concordam em afirmar que, nas comunidades onde tais organizações atuam, o Estado não exerce controle territorial efetivo. Somado a isso, a facção Sindicato do Crime do RN está presente em todos os locais visitados durante a pesquisa, sendo que em um dos locais há registros de facções de unidades federativas vizinhas.

Certamente, gera preocupação o fato de se reconhecer a ameaça das facções prisionais, sua capilaridade e seu domínio territorial e, ainda assim, não haver maior direcionamento sobre prioridades de produção de conhecimento sobre elas. Algumas falas dos entrevistados, especialmente dos comandantes, apontam que a realização de prisões e apreensões viabilizadas pelo serviço de inteligência demonstram sua importância; contudo, no que se refere ao crime organizado de base prisional, isso não é o bastante, tendo em vista que combatê-las com eficácia, mas sem resolver problemas que lhe dão causa, apenas retira atores de cena até que outros ocupem o vácuo deixado.

Chama a atenção, também, o apontamento de um dos participantes no que diz respeito à necessidade de se capacitar os gestores de inteligência na Polícia Militar. Um chefe de agência devidamente instruído não apenas sobre os processos de obtenção e análise de dados, mas também sobre os processos de gestão da atividade de inteligência, certamente estaria mais apto à elaboração de diretrizes e planos para sua agência.

Esse aspecto da elaboração de diretrizes nos remete a outro resultado encontrado na pesquisa: mesmo partindo normalmente do comandante, as diretrizes não são sistematizadas por escrito. Mesmo nas raras vezes em que a diretriz é sugerida pelo chefe da agência, isso também não é feito de forma sistemática e escrita. O fato de não serem escritas não é por si só um problema, mas consideramos que esse método aleatório ou baseado apenas em situações correntes empobrece as análises produzidas e o processo decisório. De maneira geral, as agências podem ficar estagnadas na coleta de informações que não contribuem com nada além de propiciar uma prisão ou apreensão, enquanto poderiam estar contribuindo com muito mais.

A maior discrepância identificada nos resultados obtidos é aquela relacionada à elaboração e ao uso dos planos de inteligência. Ao mesmo tempo em que todos os participantes concordam que um plano de inteligência é de suma importância para o batalhão e para a própria agência, nunca foram tomadas iniciativas, seja pelos comandantes ou pelos chefes, no sentido de que se produzisse tal plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciou-se este trabalho mencionando o quanto a ameaça das organizações criminosas de base prisional precisa ser enfatizada pelas agências de inteligência policial, que, mediante doutrina própria, devem produzir conhecimento útil aos tomadores de decisão, visando minimizar ou dissuadir as ameaças e os riscos representados por atores adversos ao Estado e à sociedade, como é o caso das facções prisionais. Daí, indagou-se se no âmbito dos batalhões da PMRN são elaborados planos de inteligência voltados a mitigar os efeitos das ações das organizações criminosas de base prisional.

Nesse sentido, buscou-se investigar se a fase de direção e planejamento de inteligência no âmbito da PMRN é fundamentada em diretrizes preventivas e formalmente definidas em planos de inteligência, ou se tal processo é pautado em diretrizes verbais reativas emanadas de chefes e comandantes, conforme o surgimento de situações críticas e problemas mais graves.

Para tanto, investigou-se: a relação entre os chefes das agências e seus oficiais comandantes no processo de direção e planejamento; como eles concebem a ameaça representada pelas organizações criminosas de base prisional; e, por fim, a existência ou não de planos de inteligência no âmbito das agências de inteligência dos batalhões.

Os motivos apresentados para justificar o fato de não se utilizar planos de inteligência se resumem à falta de orientação técnica por parte da instituição, bem como à falta de estrutura material e humana que garanta a exequibilidade de um plano de inteligência. É bem verdade que, em âmbito estadual, não existe uma política que oriente a elaboração de planos de inteligência de segurança pública, e até mesmo a agência central do sistema de inteligência da Polícia Militar não elaborou ainda plano de inteligência da instituição que pudesse servir de guia para o desdobramento de planos no âmbito das agências do sistema; porém, isso não deveria impedir iniciativas para se começar a tornar mais sistemáticos a direção e o planejamento de inteligência no âmbito dos batalhões.

A inteligência policial pode ser usada para além da resolução de casos pontuais, produzindo conhecimento com fins a atingir prioridades no policiamento, auxiliando no planejamento estratégico e na alocação de recursos, provendo oportunidade real de causar maior impacto no crime e melhorando a integração e a variedade de fontes de informação para se delinear o ambiente criminal, principalmente no que diz respeito às facções prisionais.

Certamente, para que se chegue a esse nível, é preciso, dentre outras coisas, que a Polícia Militar, assim como todas as instituições de segurança pública integrantes do Subsistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública, mova esforços no sentido de provocar o Poder Executivo e o Legislativo estadual, visando a discussão e a elaboração de uma política e de um plano estadual de inteligência que sirva de norte e fomento para a produção de planos de inteligência no âmbito de cada instituição.

No que concerne à própria Polícia Militar, mesmo antes que se institua uma política e um plano estadual de inteligência, uma mobilização da comunidade interna deveria prover as devidas discussões e grupos de estudos, para se viabilizar a elaboração e a execução do plano próprio da instituição, que, dentre outros elementos do ambiente de segurança estadual, daria direcionamento sobre os objetivos de coleta e análise de dados sobre facções prisionais.

Por fim, destaca-se que as conclusões apresentadas são sintéticas e baseadas em conteúdo empírico limitado à realidade de apenas três batalhões e agências. Num universo de 42 unidades operacionais da PMRN, há 27 para policiamento ordinário e 15 para policiamento especial ou especializado. Para este estudo, as unidades selecionadas são de policiamento ordinário, portanto, pode não abranger a realidade das unidades especializadas.

Dessa forma, para uma visão mais acurada e detalhada sobre como funciona não apenas a fase de direção e planejamento de inteligência na instituição, mas sim todo o ciclo de inteligência, é preciso avançar em estudos mais profundos e detidos que contemplem todas as unidades e agências ativas no Sistema de Inteligência da Polícia Militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Leonardo Singer. Considerações sobre a relação entre a inteligência e seus usuários. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, n. 5, p. 7-19, out. 2009.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho**: a história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 1993.

AMORIM, Carlos. **CV-PCC**: a irmandade do crime. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BARBOSA, César. **As Facções Criminosas do RN**: sangue e morte em Alcaçuz. Natal: Offset Editora, 2019.

BARBOSA, César. **As Facções Criminosas do RN 2**: ecos do passado. Edição do Kindle, 2022.

BRASIL. Decreto Nº 3.965, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, n. 246-E, Seção 1, p. 77, 22 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.695%2C%20DE%2021,Intelig%C3%Aancia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 10.777, de 24 de agosto de 2021. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, n. 161, Seção 1, p. 1, 25 ago. 2021a.

BRASIL. Decreto Nº 10.778, de 24 de agosto de 2021. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, n. 161, Seção 1, p. 4, 25 ago. 2021b.

BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Agência Brasileira de Inteligência. **Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência**: fundamentos doutrinários. Brasília: Abin, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. 4 ed. rev. e atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

BUCKLEY, John. **Managing Intelligence**: a guide for law enforcement professionals. Boca Raton: CRC Press, 2014.

CARTER, David. **Law Enforcement Intelligence**: a guide for state, local and tribal law enforcement agencies. 3 ed. Michigan: The U.S. Department of Justice (DOJ), 2021. Disponível em: <https://bja.ojp.gov/library/publications/law-enforcement-intelligence-guide-state-local-and-tribal-law-enforcement>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CLARK, Robert. **Intelligence Analysis**: a target-centric approach. 5 ed. Los Angeles: CQ Press, 2016.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. 385 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Ano 16. São Paulo: FBSP, 2022a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em: 17 jul. 2023.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2018-2021. Especial eleições 2022**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/35eb12ef-b59a-4df1-84b5-2281dbfaac4e>. Acesso em: 7 abr. 2023.

FERREIRA, Marcos Alan. Brazilian criminal organizations as transnational violent non-state actors: a case study of the Primeiro Comando da Capital (PCC). **Trends in Organized Crime**, n. 22, v. 61, p. 148-165, 2019. DOI:[10.1007/s12117-018-9354-7](https://doi.org/10.1007/s12117-018-9354-7).

FERREIRA, Marcos Alan; FRAGMENTO, Rodrigo de Souza. Atores não estatais violentos transnacionais na América do Sul: um exame dos casos do Primeiro Comando da Capital e da Família do Norte. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 72-87, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2020.v14.n1.1011>.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERRO, Ana Luiza Almeida. **O crime organizado e as organizações criminosas**: conceito, características, aspectos criminológicos e sugestões político-criminais. 2006. 846 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

GARCÍA, Andrés de Castro. Ciclo de Inteligencia. In: FERNÁNDEZ, Antonio Díaz (Org.). **Conceptos fundamentales de inteligencia**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2016. p. 53-58.

GOMES, Simone. Da ação coletiva ao crime: repertórios de movimentos sociais e facções prisionais. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 184-200, 2019.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de Inteligência e Legislação Correlata**. 5 ed. rev. e atual. Niterói: Impetus, 2017.

HAMADA, Hélio Hiroshi. Referenciais de Pesquisa em Inteligência no Brasil: o olhar do pesquisador e as tendências da produção científica. In: HAMADA, Hélio H.; MOREIRA, Renato P. (Orgs). **Inteligência de Segurança Pública**: contribuições doutrinárias para o cotidiano policial. Série Inteligência, Estratégia e Defesa Social. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2020. p. 31-57.

HERMAN, Michael. **Intelligence Power in Peace and War**. 3 reimp. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

JOHNSON, Loch. Sketches for a theory of strategic intelligence. In: GILL, Peter; MARRIN, Stephen; PHYTHIAN, Mark (Orgs.). **Intelligence Theory**: key questions and debates. London: Routledge, 2009. p. 33-53.

JOHNSTON, Judith; JOHNSTON, Rob. Testing the Intelligence Cycle through systems modelling and simulation. In: JOHNSTON, Rob. **Analytic Culture in the US Intelligence Community**: an ethnographic study. Washington: Center for the Study of Intelligence, 2005. p. 45-57.

KENT, Sherman. **Strategic Intelligence for American World Policy**. 2 ed. Connecticut: Archon Books, 1965.

KILCULLEN, David. **Out of the Mountains**: the coming age of the urban guerrilla. New York: Oxford University Press, 2013.

LARES, Vitor. Repensando Comportamentos: reflexões sobre planejamento e direção do ciclo de inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, n. 8, p. 69-79, 2013.

LOWENTHAL, Mark. **Intelligence**: from secrets to policy. 8 ed. Thousand Oaks: CQ Press, 2020.

MANDEL, Robert. **Global Security Upheaval**: armed nonstate groups usurping state stability functions. Redwood City: Stanford Security Studies, 2013.

MARRIN, Stephen. Intelligence analysis and decision-making: methodological challenges. *In*: GILL, Peter; MARRIN, Stephen; PHYTHIAN, Mark (Orgs.). **Intelligence Theory**: key questions and debates. London: Routledge, 2009. p. 131-157.

MCGLYNN, Patrick; GARNER, Godfrey. The Intelligence Cycle. *In*: McGLYNN, Patrick; GARNER, Godfrey. **Intelligence Analysis**: fundamentals. Boca Raton: Taylor & Francis Group, 2019.

PIMENTA, Marília Carolina Souza; SUAREZ, Marcial Alécio Garcia; FERREIRA, Marcos Alan. Hybrid governance as a dynamic hub for violent non-state actors: examining the case of Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 64, v. 2, e007, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/YsLymvJ7XLJ67gc4jptK6SC/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 29 jun. 2024.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Portaria Normativa nº 004/CG/PMRN, de 23 de Novembro de 2018**. Aprova e Institui Regimento Interno do Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte – SIPOM/RN. Boletim Geral nº 213, Natal, 23 nov. 2018.

PRUNCKUN, Hank. **Scientific methods of inquiry for intelligence analysis**. 2 ed. London: Rowman & Littlefield, 2015.

RATCLIFF, Jerry. **Intelligence-Led Policing**. Uffculme: Willan Publishing, 2008.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Complementar nº 582, de 29 de setembro de 2016**. Cria o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte (SEISP/RN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Natal, 29 set. 2016. Disponível em: <https://www.al.rn.leg.br/storage/legislacao/2016/11/07/b1c9ab3bcb1db5b231463bcba2cd4e7.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SAMPÓ, Carolina; FERREIRA, Marcos Alan. De la fragmentación de las estructuras criminales a una proto-mafia: un análisis del Primeiro Comando da Capital (PCC) en Sudamérica. **Revista de Estudios en Seguridad Internacional**, v. 6, n. 2, p. 101-115, 2020.

SHULSKY, Abram; SCHMITT, Gary. **Silent warfare**: understanding the world of intelligence. 3 ed. Dulles: Potomac Books, 2002.

SULLIVAN, John. **From Drug Wars to Criminal Insurgency**: mexican cartels, criminal enclaves and criminal insurgency in mexico and central america. Implications for Global Security. Fondation Maison des sciences de l'homme, Working Paper Series, 2011. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-00694083/document>. Acesso em: 22 fev. 2023.

UGARTE, José Manuel. Inteligencia Criminal en Argentina y Brasil, y generalidades en Latinoamerica: concepto, características, comparación con otros modelos. *In*: HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires (Orgs.). **Teorias e Práticas de Inteligência de Segurança Pública**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. p. 31-93.

VADEPEER, Charles. **Applied Thinking for Intelligence Analysis**: a guide for practitioners. Canberra: Air Power Development Centre, 2014.

VILLA, Rafael Duarte; BRAGA, Camila de Macedo; FERREIRA, Marcos Alan. Violent nonstate actors and the emergence of hybrid governance in South America. **Latin American Research Review**, n. 56, v. 1, p. 36-49, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.756>

VISACRO, Alessandro. **A Guerra na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

VISACRO, Alessandro. Fazendo as coisas certas: segurança e defesa do Estado Moderno. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 49-80, 2020.

ARTIGO

GUERRA AO CRIME: PERCEPÇÃO DO MÉTODO *FIND, FIX, FINISH, EXPLOIT, ANALYZE AND DISSEMINATE* ADAPTADO ÀS OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL, MEDIANTE VISÃO DOS DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL

BRUNO BENASSULY MAUÉS PEREIRA

Formado em Direito e Mestre em Segurança Pública, ambos pela UFPA. Delegado de Polícia Federal há quase dezoito anos, tendo presidido ou coordenado dezenas de operações policiais. Chefiou diversas delegacias, dentre as quais a Delegacia Regional de Polícia Judiciária do Pará, Delegacia Ambiental e Delegacia de Combate à Corrupção.

País: Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Belém

Email: bruno.benassuly@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-3955-0571>

JOSÉ GRACILDO DE CARVALHO JÚNIOR¹

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, Mestrado e Doutorado Profissional em Segurança Pública (Diagnóstico, Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação). Pesquisas: Análises; Interpretações; Levantamentos Censitários e Inferências Estatísticas na Segurança Pública.

País: Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Belém

Email: gracildo@ufpa.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5794-2865>

Contribuições dos autores: Bruno Benassuly Maués Pereira, orientando de José Gracildo, realizou a pesquisa, coleta de dados e estudo da bibliografia; análise e interpretação inicial dos dados; elaboração de rascunho e revisão do manuscrito. José Gracildo de Carvalho Júnior, orientador da dissertação de mestrado que gerou o presente artigo, contribuiu com o delineamento da pesquisa e sugestões; análise e interpretação final dos dados; alterações no texto e revisão crítica do manuscrito; aprovação final.

Data de Recebimento: 23/07/2023 – **Data de Aprovação:** 16/11/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1969

RESUMO

O método *Find, Fix, Finish, Exploit, Analyze, Disseminate* combina ações operacionais e de inteligência desde sua criação pelas Forças Armadas americanas. A partir de dezembro de 2018, foi normatizado pela Polícia Federal para uso em suas operações de Polícia Judiciária. O objetivo deste estudo é avaliar a efetividade do método pela percepção dos Delegados Federais. Traçou-se a hipótese que, na visão dos Delegados Federais, o método é efetivo por trazer celeridade, ampliar o conhecimento da investigação, dar maior autonomia para a equipe policial e produzir oportunidades de ação. Realizou-se estudo de natureza aplicada, com abordagem quantitativa, de objetivos exploratório e descritivo, sendo feito levantamento de campo, aplicando-se formulário *on-line*, respondido por 346 participantes, com os resultados analisados por meio de estatística descritiva, exibidos em gráficos e tabelas. Foi confirmada a

¹ Agradeço pela oportunidade de ter orientado as pesquisas acadêmicas de Bruno Benassuly Maués Pereira.

hipótese pois, na percepção dos Delegados Federais, o método F3EAD foi considerado efetivo.

Palavras-Chave: F3EAD. Ações operacionais. Ações de inteligência. Investigação.

WAR AGAINST CRIME: PERCEPTION OF THE FIND, FIX, FINISH, EXPLOIT, ANALYZE AND DISSEMINATE METHOD, ADAPTED TO THE OPERATIONS OF THE FEDERAL POLICE, ACCORDING TO THE VISION OF THE DELEGATES OF THE FEDERAL POLICE

ABSTRACT

The F3EAD method was created by the U.S. Armed Forces, combining operational actions with intelligence actions and, as of December 2018, was standardized by the Federal Police for use in its Judicial Police operations. The objective of the research was to evaluate the effectiveness of the method by the perception of the Federal Delegates. The hypothesis was outlined that, in the view of the Federal Delegates, the method is effective for bringing speed to the investigation, expanding the knowledge of the investigation, giving greater autonomy to the police team and producing new opportunities for action. A study of an applied nature was carried out, with a quantitative approach, with exploratory and descriptive objectives, and a field survey was carried out, applying an *online* form, answered by 346 participants, with the results analyzed by means of descriptive statistics, displayed in graphs and tables. The hypothesis was confirmed because, in the perception of the Federal Delegates, the F3EAD method was considered effective.

Keywords: F3EAD. Operational actions. Intelligence actions. Investigation.

INTRODUÇÃO

Independentemente se o Estado é visto como um poder soberano e centralizador, representado por um monstro bíblico, com poderes concedidos pelos seus súditos por pacto social, para que sejam refreados os ímpetus humanos e assim mantê-los sob controle, impedindo a guerra de todos contra todos e evitando que os seres humanos sejam lobos dos próprios seres humanos (Hobbes, 2014); ou se o Estado é visto como fruto da vontade geral, onde um contrato social retira do indivíduo a sua liberdade natural para lhe conceder liberdade civil, com todos os cidadãos sendo iguais (Rousseau, 2015); independentemente de o Estado ser originado de hereditariedade, conquistado pelas armas (nobrememente ou pelas virtudes de outros), eclesiástico, conquistado pelo crime ou por mercê da graça dos próprios conterrâneos, seja um Estado novo ou mais antigo (Maquiavel, 1999); é certo que seu povo renuncia a uma parte da sua liberdade, em troca de direitos e garantias dados por esse Estado, sendo a segurança uma de suas obrigações.

Nessa linha de pensamento, os cidadãos desistem de dar resposta às ofensas sofridas por meio da vingança privada (justiça com as próprias mãos), garantindo ao Estado, segundo Weber (2020, p. 10), “o monopólio da violência física legítima”, destacando-se “os agentes policiais, que materializam a capacidade coercitiva legal e legítima do Estado” (Muniz; Proença Jr., 2007, p. 160-161), como os especialistas treinados para o exercício desse monopólio. Esse conceito de “violência física” do autor oitocentista deve ser atualizado na visão que o Estado é o legítimo detentor do uso da “força física”, que deve ser proporcional ao injusto a ser reprimido, sendo o seu excesso proibido, tendo a polícia moderna dois elementos essenciais: “A autoridade necessária para intervir quando for imperativo restaurar a ordem pública e o simbolismo da justiça que representa ao atuar na investigação e esclarecimento de crimes” (Bueno; Lima; Teixeira, 2019, p. 787).

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, a segurança pública é dever do Estado e um direito de todos, cabendo à Polícia Federal, com exclusividade, ser a Polícia Judiciária da União (Brasil, 1988), ou seja, é quem tem a atribuição de realizar as investigações de crimes que afetem aos interesses do Estado Federal, devendo ser uma “polícia de Estado” e não uma “polícia de Governo”, pois o autêntico funcionário estatal deve ser apartidário, devendo administrar sem fazer política, cumprindo seu dever sem parcialidade ou ódio (Weber, 2020).

A Polícia Federal conquistou confiança junto à população brasileira (Jornal de Brasília, 2020), sendo que as suas operações de Polícia Judiciária são responsáveis pela visibilidade que a Instituição ganhou nas últimas décadas, com a divulgação diária pelos meios de comunicação (Santos, 2017). Criticadas por uns, apoiadas por outros, as operações deflagradas pela Polícia Federal aumentam a cada ano e nem o período da pandemia de Covid-19 conseguiu reduzir os seus números operacionais (Pereira; Carvalho Jr., 2023).

As investigações criminais, principalmente as que resultam em uma operação policial, são restritivas e invasivas por si mesmas, devendo ser feitas dentro de procedimentos específicos (Meneses, 2012), com atuação científica (Valente, 2015) e dentro da lei. E assim como Descartes (2017) teve a necessidade de explicar os caminhos que seguiu em seu método racional para fugir da Inquisição, a Polícia tem a obrigação de deixar claro os seus procedimentos, como forma de fugir da arbitrariedade.

A partir de 2016, a Polícia Federal passou a estimular o uso de um método desenvolvido pelas Forças Armadas americanas, conhecido como F3EAD, nas suas operações de Polícia Judiciária. F3EAD é acrônimo de *Find, Fix, Finish, Exploit, Analyze and Disseminate*, que pode ser traduzido por “Localizar, Ajustar, Finalizar, Explorar, Analisar e Disseminar”.

Essa adaptação do método F3EAD às operações de Polícia Judiciária precisa ser estudada e, principalmente, avaliada, já que se trata de um método bélico utilizado numa investigação criminal que deve ter caráter civil. Busca-se, assim, com esta pesquisa, analisar a visão dos Delegados da Polícia Federal com relação à efetividade do método F3EAD, procurando responder ao seguinte problema: Qual é a percepção dos Delegados de Polícia Federal sobre a adaptação do método F3EAD às operações especiais de Polícia Judiciária da Polícia Federal?

Para isso, foi proposta a hipótese que o método F3EAD traz efetividade para as operações de Polícia Judiciária, deflagradas pela Polícia Federal, na percepção dos Delegados de Polícia Federal do Brasil, em razão de: a) Ampliar o conhecimento da investigação a todos os policiais envolvidos; b) Trazer maior autonomia decisória para os policiais que cumprem as medidas judiciais (equipe de execução); c) Produzir novas oportunidades de atuação policial; e d) Reduzir o material apreendido nas realizações de buscas e, conseqüentemente, promover maior velocidade na análise dos dados e na conclusão da investigação.

REVISÃO DE LITERATURA

Para uma pesquisa científica ter qualidade, faz-se obrigatória a realização de um levantamento do estado da arte do tema em estudo (Dermeval; Coelho; Bittencourt, 2020). Entretanto, existe pouco material sobre investigação policial no Brasil, com manuais produzidos de forma genérica e superficiais (Mingardi, 2006; Santos, 2017), e há menos estudos, ainda, sobre o método F3EAD.

Essa escassez desmotivou a realização de uma revisão de literatura integrativa, optando-se pela realização de uma revisão narrativa, como forma de buscar um marco teórico e uma atualização do conhecimento do assunto, mas sem a delimitação de método para a busca de fontes ou referências, nem dos critérios usados na seleção dos trabalhos (Rother, 2007).

Faint e Harris (2012) explanam, de forma didática, o método F3EAD e como ele foi utilizado pelas forças especiais dos Estados Unidos. Concluem pela eficiência do método, que poderia ser utilizado com sucesso em qualquer nível organizacional, independentemente do nível de recursos. Outrossim, sugerem que o F3EAD se tornasse um padrão para todas as forças armadas.

Por sua vez, Shultz Jr. (2017) fez pesquisa a respeito do método F3EAD, por meio de estudo de caso, com realização de entrevistas e análise de dados da Força Tarefa 714, das Forças Armadas dos Estados Unidos, que tinha a missão de combater o grupo terrorista Al-Qaeda no Iraque. O autor chega à conclusão de que, com o uso do método F3EAD, houve um domínio da inteligência contra a Al-Qaeda, levando ao seu colapso, em decorrência do controle do ritmo operacional e dos ataques constantes, não permitindo a sua rápida reorganização.

Com relação às operações da Polícia Federal brasileira, Santos (2017) realizou estudo sobre a gênese das megaoperações investigativas, traçando seu panorama histórico e analisando os fatores que propiciaram seu surgimento, a partir da década de 1980 até após os anos 2000, onde houve a massificação da cultura operacional da instituição.

Silva (2017) foi o responsável pela adaptação do método F3EAD para que o mesmo fosse utilizado pela Polícia Federal brasileira. Em sua obra, explica o método, preconizando que a investigação policial deve ser realizada na forma de projetos, defendendo a análise imediata dos dados obtidos nas operações policiais e a exploração, também imediata, de novas oportunidades de ação, como forma de romper o planejamento, a preparação e a execução de crimes, por organizações criminosas.

Zocrato (2018) fez análise da efetividade do método F3EAD, em dezoito operações especiais deflagradas pela Polícia Federal, dentre os anos de 2016 a 2018, em seis estados brasileiros, além do Distrito Federal; para isso, realizou a aplicação de questionário para 41 policiais que integraram as equipes de investigação das operações. O autor chegou à conclusão de que, pela percepção empírica dos policiais participantes do estudo, o método F3EAD adaptado às operações especiais da Polícia Federal estava sendo efetivo, com representatividade que chegou a 75%.

Carvalho (2021) estudou a Operação Hashtag da Polícia Federal, para analisar o fluxo de informação de inteligência contra o terrorismo. Seu trabalho aborda o método F3EAD como modelo utilizado pela Polícia Federal na operação Hashtag. Por meio de análise documental e realização de entrevistas com os policiais envolvidos na investigação, a autora conclui que houve consonância entre as atividades de polícia judiciária e de inteligência, com constância no fluxo de informações entre Polícia, Ministério Público e Justiça.

Em contraponto, Santos (2021) discutiu a investigação criminal de forma epistemológica. O autor tece críticas ao método F3EAD, argumentando que ele já era uma prática na atividade policial, sem qualquer inovação investigativa, entendendo ser desnecessária absorver a doutrina militar americana na metodologia investigativa policial.

Em sua última obra, Silva (2023) retomou vários conceitos do método F3EAD, ao defender uma investigação criminal sistêmica, com a argumentação que a atividade de investigação, o crime e a própria polícia são sistemas adaptativos complexos.

O MÉTODO F3EAD – REFERENCIAL TEÓRICO

O método *Find, Fix, Finish, Exploit, Analyze and Disseminate* (F3EAD) é uma versão de *targeting process* (processo de direcionamento) utilizado pelas Forças de Operações Especiais americanas (Faint; Harris, 2012). O *targeting process* pode ser resumido como um método de selecionar e priorizar alvos, e combinar a resposta apropriada a eles, considerando requisitos e capacidades operacionais, sendo um esforço multidisciplinar com a interação coordenada de várias agências e forças (Estados Unidos, 2010). Existem várias versões de *targeting process*, podendo ser citados o D3A (*decide, detect, deliver and assess* – “decidir, detectar, entregar e avaliar”) e o F2T2EA (*Find, Fix, Track, Target, Engage and Assess* – “encontrar, corrigir, rastrear, direcionar, engajar e avaliar”). Contudo, a exploração dos seus conceitos não é foco deste artigo, que se concentra apenas no F3EAD.

O F3EAD foi projetado nos Estados Unidos para missões de Defesa Interna Estrangeira na América Latina, na década de 1980, para auxiliar os países considerados seus aliados no enfrentamento ao Comunismo, sendo considerado uma metodologia excepcionalmente eficiente para matar ou capturar “Indivíduos de Alto Valor” (*High Value Individual* – HVI) selecionados como “Alvos de Alto Retorno” (*High Pay-Off Targets*) (Gomez, 2011).

Esse método passou a ser utilizado nas guerras do Iraque e do Afeganistão, como forma de enfrentamento à organização terrorista Al-Qaeda, pois esta organização, por atuar em rede, conseguia se reorganizar mais rapidamente do que a capacidade de ataque das Forças Especiais americanas, que operavam apenas com a doutrina de “finalização” dos alvos, demorando em desenvolver novas oportunidades de ações (Shultz Jr., 2017).

Nas palavras do General McChrystal, comandante da Força Tarefa 714 que operou na Guerra do Iraque, para derrotar um inimigo que atuava em rede, as Forças Especiais americanas tinham que se tornar uma rede. Com isso, passou-se a adotar um conceito organizacional de “força tarefa conjunta interagências”, com as ações de inteligência (exploração, análise e disseminação) sendo incorporadas com o padrão operacional de “encontrar, ajustar e finalizar” um alvo (Shultz Jr., 2017).

A relação simbiótica entre as ações operacionais e as ações de inteligência é o aspecto mais significativo do método F3EAD, onde as operações direcionam constantemente o esforço geral de inteligência, e este, por sua vez, alimenta as operações com as informações necessárias para permitir o cumprimento bem-sucedido da missão (Faint; Harris, 2012).

A partir da utilização do método F3EAD, as Forças de Operações Especiais americanas puderam antecipar e prever ações inimigas, com planejamento e execuções de operações contra o inimigo mais rapidamente do que a sua capacidade de reação (Faint; Harris, 2012). Para exemplificar o sucesso do uso do método, em agosto de 2004, a Força Tarefa 714 foi capaz de executar 18 ataques contra a Al-Qaeda, em todo o Iraque. Em agosto de 2006, a mesma força tarefa fez 300 incursões, o que daria uma média de 10 ataques por dia (Shultz Jr., 2017).

As etapas desse método não são fixas e cada etapa pode gerar reinício, alimentação direta ou salto para outra etapa, num ciclo contínuo (Silva, 2017). De acordo com os estudos de Faint e Harris (2012), as fases são exemplificadas na Figura 1, a seguir.

FIGURA 1

Representação esquemática do método F3EAD



Fonte: Faint e Harris (2012).

- **FIND (localizar):** É o processo de estabelecer um ponto de partida para a coleta de inteligência. Esse ponto de partida, geralmente, assume a forma de nomeação do alvo, que pode ser gerada internamente por unidades individuais ou pode ser direcionada de fontes externas. O ponto de partida pode se concentrar em uma pessoa conhecida, uma instalação ou uma organização.
- **FIX (ajustar):** Após o alvo ser selecionado, a capacidade da coleta de inteligência é aplicada para delimitar a sua área de atuação no espaço e no tempo. Ajustar um alvo significa, simplesmente, que o esforço de inteligência progrediu o suficiente para que a função de operações tenha informações suficientes para executar a missão, direcionando o processo para a próxima fase decisiva.
- **FINISH (finalizar):** As duas primeiras fases do F3EAD levam a operações decisivas contra o inimigo (momento da chegada), que podem ser destruição ou tomada de instalações e equipamentos, morte ou captura de um alvo, neutralização de comunicações inimigas ou interrupção de uma rede de correios, dentre outras. Ressalta-se, todavia, que "finalizar", no método F3EAD, se refere mais a terminar uma missão específica do que exterminar forças inimigas.
- **EXPLOIT (exploração):** Essa é considerada a principal etapa do processo, por ser a mais crítica, pois leva à descoberta, fixação e finalização do próximo alvo e à perpetuação do ciclo. No F3EAD, exploração é o processo de examinar e analisar equipamento e material inimigo capturado, bem como fazer interrogatório de pessoas, para fins de inteligência, com o objetivo de gerar conhecimento suficiente e/

ou provas processuais, para perpetuar o processo F3EAD o mais rápido possível. É pertinente ressaltar que, nessa etapa, também se passa a considerar a geração de evidências face à necessidade de originar processos legais bem-sucedidos contra o inimigo.

- **ANALYSE (análise):** A fase de “análise” é onde as informações obtidas nas fases anteriores se transformam em inteligência, que pode ser usada para conduzir operações. Essa produção de conhecimento é realizada com suporte de inteligência de outras agências/órgãos, pois, raramente, as Forças Especiais possuem infraestrutura de inteligência orgânica implementada.
- **DISSEMINATE (disseminação):** Uma das chaves para o sucesso do F3EAD foi a criação de uma rede de disseminação mais ampla do que a tradicionalmente praticada dentro da comunidade de inteligência dos EUA, com a difusão do conhecimento para além das forças militares convencionais, de uma maneira mais ampla, o que inclui nações aliadas, parceiros interagências e até mesmo lideranças civis.

O F3EAD representou uma revolução na maneira como as Forças Especiais americanas passaram a realizar suas ações letais e não letais, sendo mais que um modelo conceitual, refletindo uma mudança fundamental no pensamento, que tornou realidade o conceito de fusão de “operações e inteligência”, podendo ser utilizado com sucesso por qualquer escalão organizacional, com qualquer nível de recursos (Faint; Harris, 2012).

Esse método chamou a atenção de Silva (2017), que propôs a sua adaptação para uso na atividade de Polícia Judiciária da Polícia Federal. Sendo assim, o F3EAD foi normatizado pela Polícia Federal, em 2018, com as Instruções Técnicas Nº 1 e Nº 2 da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – Dicor (Brasil, 2018b; 2018c). Essa adaptação será explicada a seguir, a partir das obras de Silva (2017; 2023) e Silva e Ribeiro (2018).

HIPÓTESE CRIMINAL (FIND): Essa fase, que corresponderia à seleção de um alvo, começa com o recebimento de uma notícia-crime e, a partir daí, deve ser formulada uma hipótese criminal que será a base de toda a investigação, de acordo com os elementos disponíveis ao investigador. Essa hipótese criminal é algo natural no processo de investigação, mas, na maioria das vezes, não é externalizada, permanecendo apenas nas mentes dos investigadores.

A partir da expedição da Instrução Técnica Nº 1 da Dicor/PF, a externalização da hipótese criminal passou a ser, em tese, obrigatória, devendo ser formulada de forma assertiva, direta e objetiva, com o escopo de: I) Definir o propósito da investigação; II) Promover a objetividade e garantir a impessoalidade da investigação; III) Direcionar de forma adequada os recursos empregados na apuração do fato; IV) Garantir transparência para a equipe e para todos os atores do Sistema de Justiça Criminal; e V) Promover a metodologia policial no bojo da investigação (Brasil, 2018b).

A normatização dos parâmetros da hipótese criminal ainda determinou que a hipótese criminal deve conter dados relativos ao tempo e ao local do crime; à autoria, coautoria e participação; ao elemento objetivo do tipo penal; e às circunstâncias em que o crime ocorreu. Também foram determinadas as características da hipótese criminal: a) Clareza; b) Falseabilidade; e c) Provisoriedade (Brasil, 2018b).

Por tais características, percebe-se que a hipótese criminal pode ser modificada durante todo o processo da investigação (provisoriedade), devendo ser confrontada com os demais elementos produzidos nas demais fases para ser corroborada ou refutada (falseabilidade). Em síntese, a hipótese criminal é o ponto de partida da investigação, com a formulação de um pretensão ponto de chegada para delimitação e definição do propósito investigativo, gerando transparência para a equipe e demais atores do Sistema de Justiça Criminal, com a sua confrontação durante todo o percurso do apuratório, devendo ser corroborada ou refutada na consolidação da investigação.

INVESTIGAÇÃO ENCOBERTA (FIX): Essa fase da adaptação do método corresponde à investigação em sentido estrito ou fase encoberta, quando os investigadores buscam elementos para delimitar a hipótese criminal, podendo essa hipótese ser confirmada, alterada ou mesmo eliminada. Nesse momento, a equipe de policiais pode usar um vasto número de recursos para robustecer, enfraquecer ou excluir a hipótese criminal traçada. A investigação pode ser mais ou menos profunda, levando sempre em consideração o princípio da proporcionalidade e a lesividade do crime cometido.

O Delegado de Polícia Federal irá conduzir a investigação criminal, por meio do inquérito policial (Brasil, 2013), devendo respeitar o princípio da legalidade, atentando-se sempre aos limites da sua atuação e representando ao Poder Judiciário, quando necessitar de medidas que somente podem ser efetivadas após a apreciação judicial, como quebras de sigilo ou interceptações de comunicações. O resultado das diligências investigativas pode evoluir para o desencadeamento da próxima fase.

AÇÃO OSTENSIVA (FINISH): É a ação em sentido estrito, que corresponde à deflagração da operação policial para o cumprimento de medidas judiciais, como prisões, realização de busca e apreensão ou sequestro de bens. Tradicionalmente, é feita uma reunião momentos antes da deflagração (*briefing*), onde a equipe de coordenação da operação informa os elementos mínimos para o cumprimento da missão, faz a divisão de recursos e dá as diretrizes gerais.

Contudo, na adaptação do método F3EAD, essa etapa é mais do que o repasse de informações mínimas. É o momento em que a equipe que atuou mais próxima da investigação compartilha com os policiais executores das medidas judiciais os detalhes do que foi apurado, até aquele momento, bem como a descrição da hipótese criminal, com o fim de potencializar as ações voltadas à elucidação dos fatos, esperando-se, como retorno, que os policiais em campo atuem de forma mais proativa, em face do trinômio: comunicação, compartilhamento e confiança.

Essa reunião envolve a discussão do que se sabe e do que não se sabe; se o que está claro está livre de discrepâncias, indica pontos a avançar e os limites de atuação. É uma atividade realizada com preparo e concentração, anterior à ação – isto é, tais debates não se confundem com os *briefings* instrucionais pré-operacionais tradicionais – e são focados na orientação dos policiais recém-agregados para que passem a absorver e refletir o pensamento dos componentes originais da equipe de investigação, habilitando-os a projetar em campo os esforços para esclarecimento dos fatos (Silva, 2023, p. 352).

EXPLORAÇÃO OU ANÁLISE DE ALUVIÃO (*EXPLOIT*): É uma análise explorativa feita no momento da deflagração da operação e, preferencialmente, no local do alvo da ação. Como já citado, no método F3EAD utilizado nas Forças Armadas americanas, essa é a principal etapa.

Nessa fase, espera-se que o compartilhamento das informações com policiais executores, feito na fase anterior, torne-os mais aptos para confrontar a hipótese criminal, com a realização das mais diversas diligências, tais quais: exploração do teatro de operações, com a realização de filmagens e fotografias; realizações de entrevistas e inquirições de testemunhas no calor dos acontecimentos; “garimpagem” de documentos que apenas interessem para a investigação etc.

Não se trata de mera execução de medidas judiciais, mas de realização de trabalho investigativo, onde membros das equipes deverão confeccionar relatórios próprios, reportando desde os motivos das apreensões realizadas até as percepções com relação ao cenário da ação e à reação dos alvos. Entretanto, chama a atenção que tais procedimentos não podem, nunca, fugir da legalidade; por exemplo, só há exploração imediata de material computacional ou de dispositivos eletrônicos de armazenamento com prévia autorização judicial.

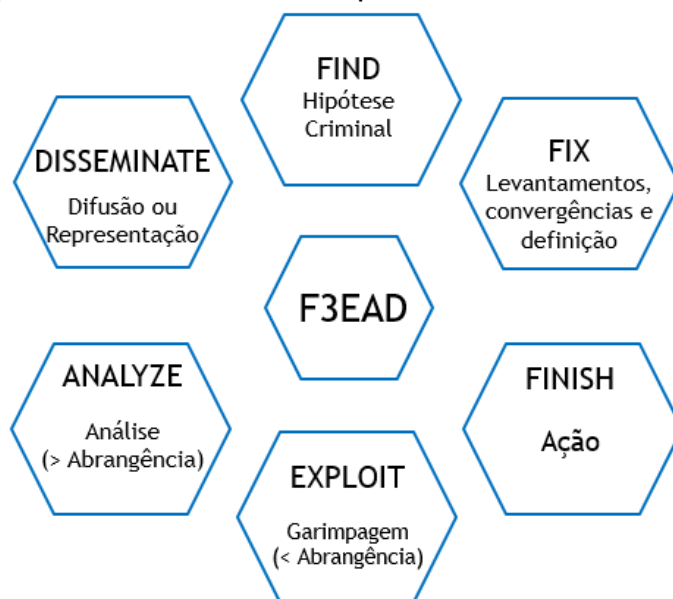
ANÁLISE (*ANALYSE*): A fase de exploração gera celeridade na produção de novas oportunidades de ação, mas muitas vezes não é suficiente para a confrontação da hipótese criminal. Com isso, é necessária a realização da análise propriamente dita, feita por equipe de investigação especializada e/ou setor pericial, de maneira metódica e científica, em conjunto com as demais provas já obtidas.

Os policiais responsáveis pela Análise devem ficar em contato direto, constante e frequente com os demais integrantes da equipe de investigação. Nesse momento, são compilados os dados obtidos, realizadas novas pesquisas, preenchidos os “vazios” (informações ainda não conhecidas) e todo o conjunto de dados colhidos é interpretado.

RELATÓRIO (*DISSEMINATE*): No final do trabalho, a investigação é consolidada com a conjugação de todas as apurações realizadas, organizadas de forma compreensível, com refutação ou corroboração da hipótese criminal. Em regra, a conclusão do Inquérito Policial é feita pelo Delegado de Polícia, por meio do relatório conclusivo, que será encaminhado ao Ministério Público e ao Juízo competente, além de poder subsidiar os gestores do órgão ou o próprio coordenador da operação. Nesse contexto, o método F3EAD passa a ser adaptado à realidade da Polícia Federal do Brasil, como demonstra a Figura 2, com o esquema operacional.

FIGURA 2

Representação esquemática do método F3EAD adaptado



Fonte: Silva (2017, p. 140).

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa empírica, de natureza aplicada, com objetivo exploratório e descritivo, com abordagem quantitativa, tendo como foco a coleta, a análise e a interpretação dos dados (Gil, 2008). Levando em consideração os procedimentos técnicos, foi feito um levantamento de campo, com aplicação de formulários (*e-survey*). Nesse tipo de pesquisa, solicitam-se “informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados” (Gil, 2008, p. 55).

Foi utilizada a plataforma digital *Google Forms* para a construção do instrumento de coleta, em razão da sua facilidade de distribuição (Google, [s.d.]), sendo o *link* de acesso encaminhado para o e-mail institucional dos Delegados de Polícia Federal em atividade, ficando disponível do período de 19 de dezembro de 2022 a 28 de fevereiro de 2023.

O formulário foi dividido em quatro seções, a saber: texto explicativo dos objetivos da pesquisa e dos procedimentos éticos (1ª seção); solicitação de informações gerais do participante (2ª seção); perguntas de dados operacionais do participante (3ª seção); finalizando com perguntas a respeito da percepção do participante com relação à adaptação do método F3EAD às operações especiais de Polícia Judiciária (4ª seção), com o uso de uma escala Likert de cinco possibilidades.

Foi garantida total confidencialidade das informações dos participantes, que colaboraram com a pesquisa por meio da aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, apostado no início do instrumento de coleta, em consonância com a Resolução Nº 466/2012 (fundamentos éticos e científicos em pesquisas envolvendo seres humanos), e com a Lei Nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (BRASIL, 2018a).

A análise dos dados foi feita com a utilização da estatística descritiva, para apresentar e resumir os dados, possibilitando obter conclusões a partir das características analisadas (Magalhães; Lima, 2004), com a exposição dos resultados por gráficos e tabelas, facilitando a compreensão do objeto do estudo (Crespo, 2020).

Por fim, ressalta-se que a pesquisa coletou os dados por meio de demanda espontânea, com o formulário respondido por 346 participantes, totalizando 17,64% da população de 1.961 Delegados de Polícia Federal em atividade, conforme dado fornecido pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Polícia Federal – DGP/PF, em 02/06/2023. Sendo assim, obteve-se uma amostra com 5% de erro e 95% de confiança estatística.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Mediante uma amostra de 346 policiais federais, foi possível obter resultados de diversas características (variáveis) associadas ao perfil pessoal e profissional desses agentes da segurança pública brasileira. Os resultados possibilitaram construir gráficos, tabelas e inferências estatísticas, para melhor compreender como e em que circunstâncias estão atuando esses agentes de polícia judiciária, por exemplo: faixa-etária, tempo de serviço, grau de instrução, gênero, local atual de lotação, participação em operações específicas, dentre outras variáveis, em face de melhor interpretação da atuação policial.

O formulário foi respondido por 346 participantes, perfazendo 17,64% do universo de 1.961 Delegados de Polícia Federal em atividade, conforme dado fornecido pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Polícia Federal – DGP/PF, em 02/06/2023. Caracterizando a amostra, percebe-se que 280 (80,92%) respondentes são do sexo masculino e 66 (19,08%) são do sexo feminino; a participação das mulheres foi um pouco acima do percentual das Delegadas em atividade (296, correspondendo a 15,09% do total).

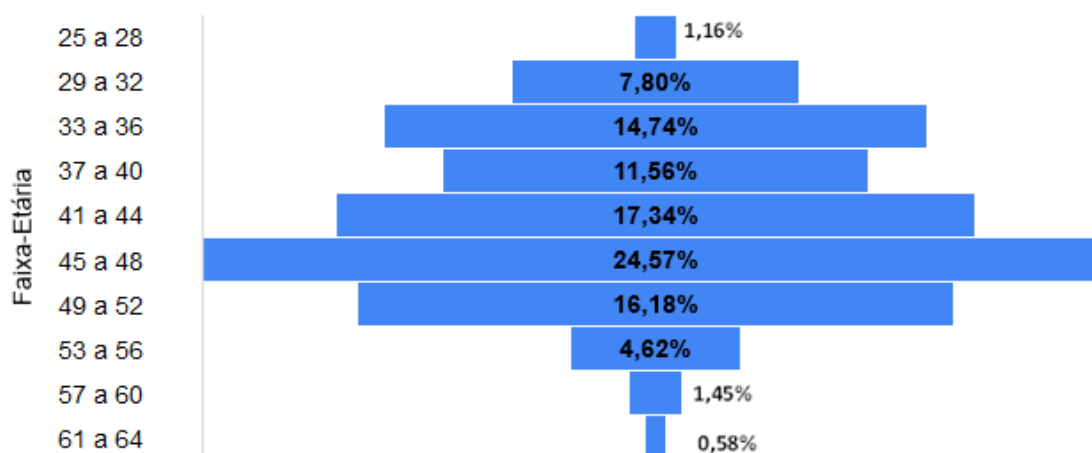
Com relação à idade, há variação de 25 a 62 anos (média de 42,33). Com relação ao tempo de exercício na Polícia Federal, a amostra apresenta variação de recém-empocados (menos de um ano) a 44 anos (média de 12,55), correspondentes às seguintes classes: 1) 3ª classe (até três anos): 53 participantes (15,32%); 2) 2ª Classe (de 3 a 7 anos): 37 participantes (10,69%); 3) 1ª Classe (de 8 a 12 anos): 47 participantes (13,59%); 4) Classe Especial (mais que 13 anos): 209 participantes (60,40%).

No tocante à idade dos participantes, deve ser ressaltado que, apesar da idade mínima para o ingresso no cargo ser de 18 anos, é exigência da carreira ser Bacharel em Direito, curso com duração de 5 anos, o que resulta numa graduação, no mínimo, aos 23 anos de idade, se for considerada a entrada na faculdade aos 18 anos. Com relação à carreira, a aposentadoria do Policial Federal ocorre com, no mínimo, 55 anos de idade, com 30 anos de contribuição e, pelo menos, 25 anos de trabalho policial (Brasil, 2019). Outrossim, segundo os dados fornecidos pela DGP/PF, 64,56% dos Delegados Federais em atividade encontram-se na Classe Especial.

Pela faixa-etária dos policiais federais entrevistados no ano de 2023, é possível inferir, pela Figura 3, a partir da amostra de 346 policiais entrevistados nesta pesquisa científica, que em cada quatro policiais dessa instituição possui idade entre 44 e 48 anos. Segundo o IBGE (2016), a população economicamente ativa no Brasil está localizada entre 10 e 64 anos, porém, quanto à atuação nessa polícia judiciária, a faixa etária fica restrita, em sua maioria (85%), aos policiais com idade entre 32 e 52 anos, o que pode ser justificado pela formação, pelo perfil, pela aptidão e expertise dos profissionais para atuar na instituição. Então, os resultados obtidos nesta pesquisa foram ao encontro do esperado quanto à faixa-etária.

FIGURA 3

Pirâmide Etária dos Delegados da Polícia Federal entrevistados, Brasil (2023)



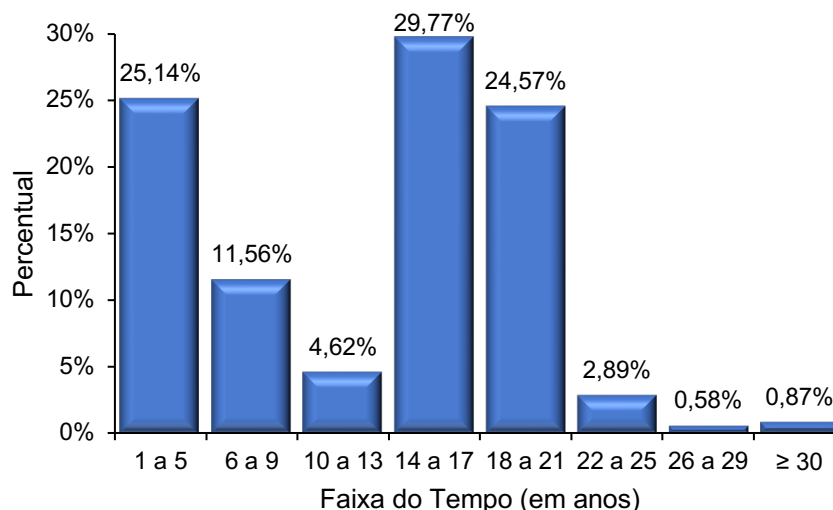
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Quanto ao tempo de serviço na Polícia Federal dos agentes entrevistados em 2023, na Figura 4, é possível perceber que a maioria (54,34%) deles já trabalha na instituição há tempo entre 13 e 22 anos, encontrando-se na Classe Especial, último estágio da carreira, o que impacta diretamente na possibilidade desse grupo de policiais ter uma maior propensão a assumir cargos de chefia ou direção, além de maior chance para liderar grupos de investigação policial nesse órgão, em face de uma maior experiência policial fomentada pela participação em cursos de qualificação promovidos pela própria Polícia Federal ou em instituições acadêmicas escolhidas pelos próprios agentes de forma individualizada, o que, invariavelmente, proporciona maior conhecimento técnico científico, assim como maior expertise para atuação desses profissionais na Polícia Federal brasileira.

Entretanto, também é significativa a participação de policiais recém egressos da formação profissional inicial, pela Academia Nacional de Polícia, com um pouco mais de 25% dos participantes encontrando-se na instituição há até cinco anos, o que gera um contraponto pela percepção de policiais com menos experiência.

FIGURA 4

Histograma do Tempo de Serviço dos Delegados da Polícia Federal entrevistados, Brasil (2023)

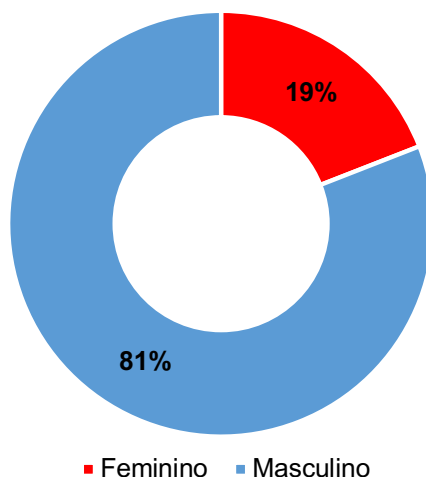


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Sobre o gênero dos policiais federais entrevistados (Figura 5), a maioria da amostra (81%) é composta por homens. O percentual de mulheres participantes (19%) está um pouco acima do percentual de Delegadas em atividade (15%), conforme dados obtidos com a Diretoria de Gestão de Pessoal da Polícia Federal – DGP/PF, em 02/06/2023.

FIGURA 5

Gráfico Setorial do Gênero de Delegados da Polícia Federal entrevistados, Brasil (2023)

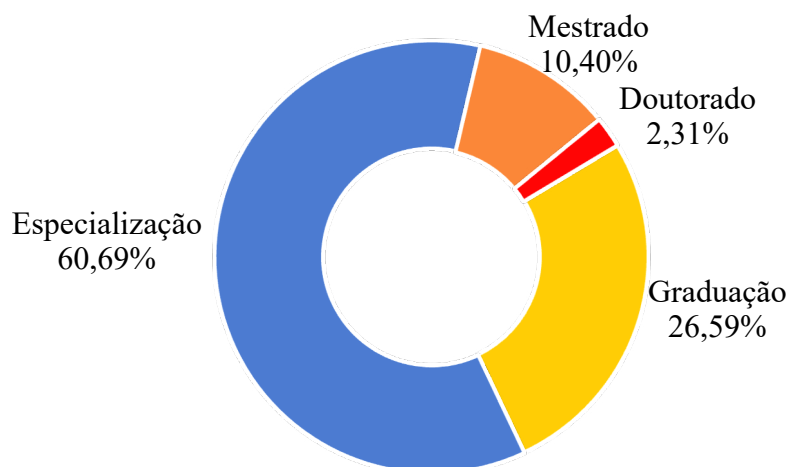


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O nível de formação acadêmica mínimo exigido para o ingresso na Polícia Federal do Brasil é graduação. Na Figura 6, é possível perceber que, na amostra de policiais entrevistados, a maioria (73,41%) possui cursos de pós-graduação, com maior frequência para os cursos de especialização (60,69%), seguido de Mestrado (10,40%); contudo, também existem 2,31% de policiais federais com curso de Doutorado. Apenas um pouco mais de 26% dos entrevistados possuem a graduação em Direito como formação acadêmica.

FIGURA 6

Frequência Relativa da Formação Acadêmica dos Delegados da Polícia Federal entrevistados, Brasil (2023)

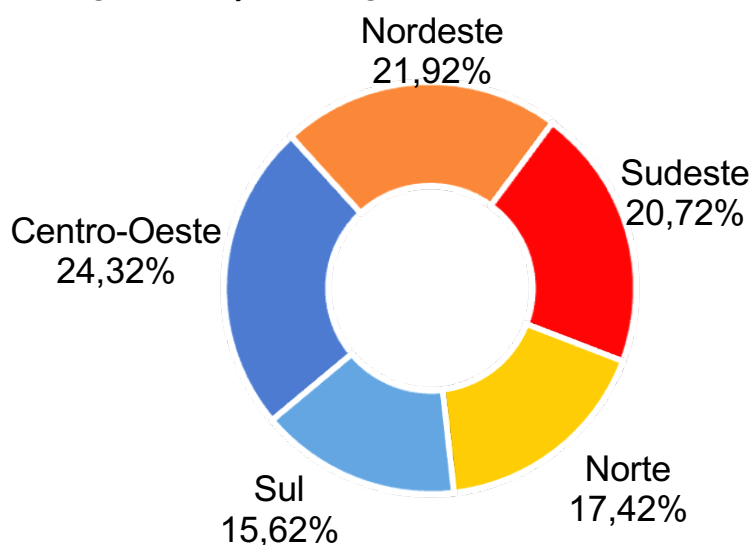


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Em relação ao local de lotação dos Policiais Federais que participaram desta pesquisa, na Figura 7 é possível perceber que a maior parte deles (24,32%) estava lotada, na época da pesquisa, na região Centro-Oeste, seguida com certa proximidade das regiões Nordeste (21,92%) e Sudeste (20,72%). As regiões mais extremas territorialmente do Brasil possuem uma frequência de servidores muito próximas, com 17,42% (Norte) e 15,62% (Sul). Ressalta-se que 3,76% dos servidores entrevistados não informaram sua lotação.

FIGURA 7

Frequência Relativa das Regiões de Lotação dos Delegados da Polícia Federal entrevistados, Brasil (2023)



Nota: Não foi possível a identificação da lotação atual de 3,76% dos participantes.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Dentre as diversas formas de atuação do Policial Federal no Brasil, tem-se a presidência de operações policiais, que pode ser relacionada a vários parâmetros, como tempo de instituição, forma técnica profissional, dentre outros. Na Tabela 1, a maior parte dos entrevistados (33,24%) declarou ter presidido até 5 operações policiais. Porém, as frequências de operações presididas que também devem ser ressaltadas são: de 6 a 10 operações (23,99%) e mais de 15 operações (23,41%). Não obstante, o percentual de policiais federais que nunca presidiram operação corresponde a 8,09%; isso pode ser justificado, por exemplo, devido a: tempo de serviço na instituição, pouca qualificação técnica, cargo ou divisão especializada na instituição, dentre outros fatores relevantes, e que podem contribuir para o servidor dessa polícia judiciária atuar numa posição operacional.

TABELA 1

Frequência dos Delegados da Polícia Federal entrevistados, Brasil (2023), por Presidência de Operações Policiais

Resposta	n	%
Nunca presidiu	28	8,09%
De 1 a 5 operações	115	33,24%
De 10 a 15 operações	39	11,27%
De 6 a 10 operações	83	23,99%
Mais de 15 operações	81	23,41%
Total Geral	346	100,00%

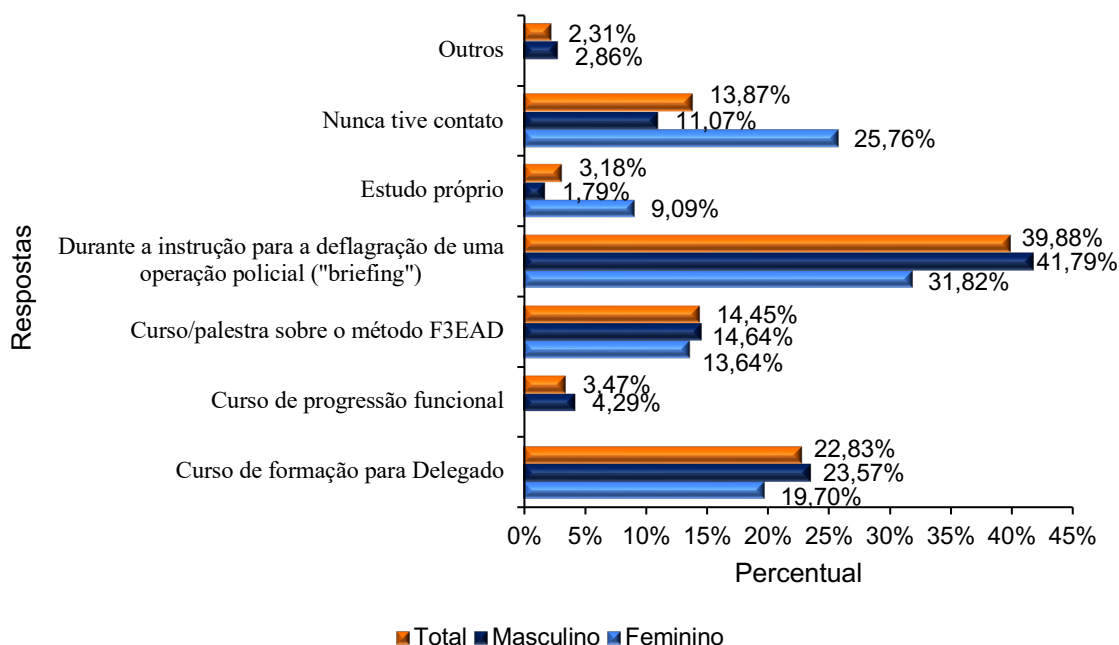
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Avaliando as respostas dos policiais federais entrevistados sobre como tiveram contato com o método F3EAD, a maior parte deles (39,88%) conheceu na instrução para deflagração de operação policial (*briefing*), sendo que nessa categoria a maioria das respostas foi de policiais do gênero masculino. O curso de formação para delegado foi a segunda forma (22,83%) que mais proporcionou contato com o método F3EAD, como pode ser observado na Figura 8; contudo, há de se destacar que 13,87% dos policiais federais entrevistados nunca tiveram contato com o método F3EAD, o que pode suscitar e justificar a necessidade de implementação desse método de investigação para a totalidade de policiais federais do Brasil.

Chama a atenção que, com relação ao gênero, pouco mais de 25% das mulheres entrevistadas declarou nunca ter tido contato com o método, o que pode indicar uma menor participação delas em atividades operacionais.

FIGURA 8

Respostas dos Delegados da Polícia Federal entrevistados, Brasil (2023), sobre como conheceu o método F3EAD, por Gênero



Nota: O total representa quantas vezes uma resposta foi mencionada, em relação a todas as possibilidades de respostas neste item.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A Tabela 2 demonstra a quantidade de operações policiais e quais circunstâncias promoveram o contato dos policiais federais entrevistados com o método F3EAD, onde é possível perceber que, dentro da amostra de policiais do gênero feminino entrevistadas, 34,85% delas não tiveram contato com esse método quando participaram de operações policiais; a maioria das mulheres não teve contato com esse método mesmo presidindo (62,12%) ou coordenando (60,61%) operações policiais, fato que também foi evidenciado nos policiais federais do gênero masculino entrevistados, pois não utilizaram o método F3EAD ao presidirem (53,57%) ou coordenarem (53,93%) operações policiais especiais. Esses resultados ensejam uma forte necessidade de aperfeiçoamento e qualificação técnica e/ou profissional dessas autoridades policiais, em face dos benefícios e das contribuições alcançadas pela utilização desse método para efetividade do planejamento, da execução e da conclusão de operações policiais, algo que já foi comprovado em estudos científicos, como visto em Zocrato (2018).

TABELA 2

Forma de Contato com o Método F3EAD dos Delegados da Polícia Federal entrevistados, Brasil (2023), por Participação, Presidência e Coordenação de Operações Policiais Especiais

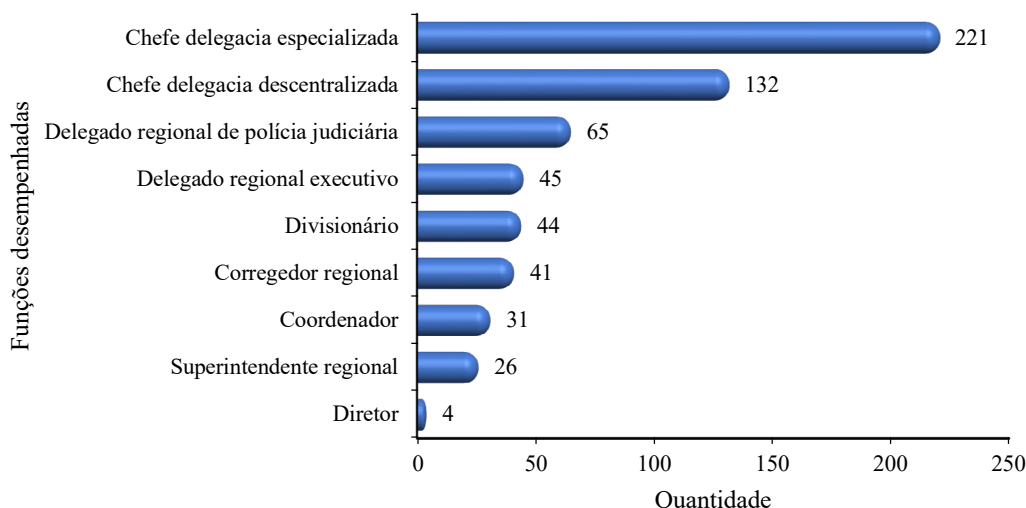
Tipo de Contato	Participação em Operações		Presidência de Operações		Coordenação de Operações	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Não teve contato	34,85%	15,71%	62,12%	53,57%	60,61%	53,93%
Sim (de 1 a 5 operações)	37,88%	37,86%	25,76%	31,07%	25,76%	29,64%
Sim (de 11 a 15 operações)	3,03%	5,71%	3,03%	1,79%	1,52%	3,57%
Sim (de 6 a 10 operações)	13,64%	22,50%	6,06%	10,00%	10,61%	6,79%
Sim (mais de 15 operações)	10,61%	18,21%	3,03%	3,57%	1,52%	6,07%
Total Geral	19,08%	80,92%	19,08%	80,92%	19,08%	80,92%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A pesquisa também indaga sobre informações a respeito das unidades onde os participantes já trabalharam, bem como das funções ocupadas (Figura 9), onde era possível assinalar mais de uma resposta: 1) Órgão Central: 107 participantes; 2) Superintendências Regionais: 293 participantes; e 3) Delegacias descentralizadas: 250 participantes.

FIGURA 9

Quantidade dos Delegados da Polícia Federal entrevistados, Brasil (2023), de acordo com a Função Desempenhada nessa Instituição



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Apesar de não existir nenhum dado da própria Polícia Federal que indique a quantidade ou o percentual de Delegados que já presidiram operações policiais (Garbi, 2019), surpreende o resultado que mais da metade dos participantes (55,20%) nunca presidiu ou coordenou uma operação policial com o uso do F3EAD e que 19,36% sequer participou de uma operação com esse método. Mesmo considerando que o método está em uso há menos de cinco anos, e que nas atribuições da Polícia Federal existem funções administrativas que não lidam com investigação (Brasil, 1988), o resultado obtido neste trabalho pode indicar que autoridades policiais estão utilizando com muita parcimônia o método F3EAD nas operações.

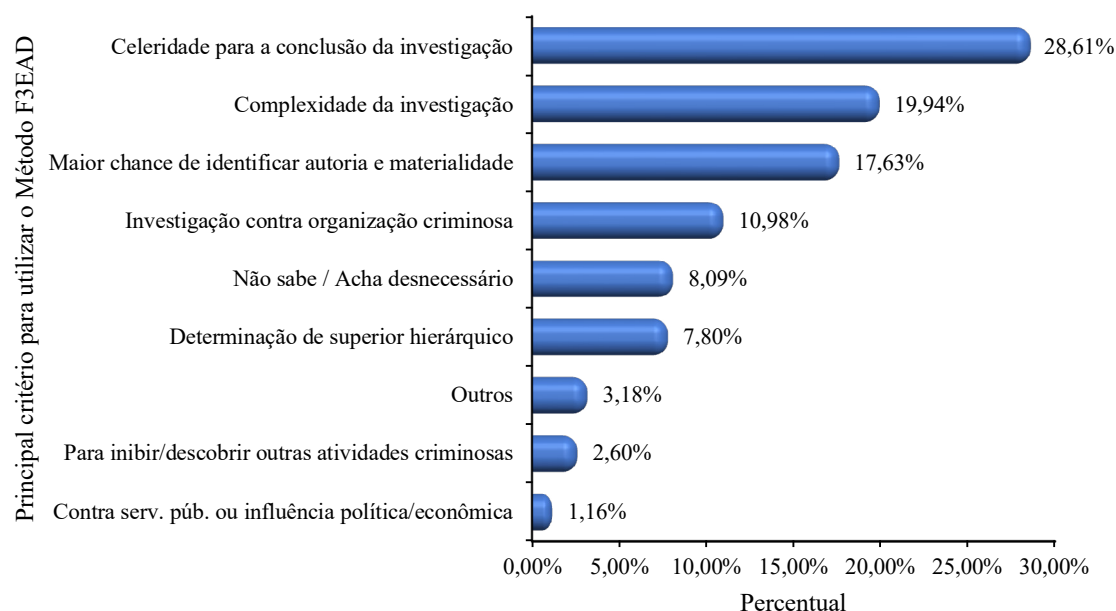
Adentrando na seara da percepção dos Delegados Federais acerca da adaptação do método F3EAD às operações especiais de Polícia Judiciária, utilizou-se a escala Likert de cinco possibilidades, conforme segue: 1) “Discordo totalmente”; 2) “Discordo parcialmente”; 3) “Nem discordo e nem concordo”; 4) “Concordo”; 5) “Concordo totalmente”. As duas primeiras possibilidades representam uma percepção “desfavorável” e as duas últimas uma percepção “favorável”, com a opção central representando uma “indiferença ou neutralidade”. Perguntou-se aos participantes:

- I) O principal critério para o uso do método F3EAD;
- II) As áreas investigativas que devem utilizar o método F3EAD;
- III) A percepção do método com relação a quatro pontos: a) Ampliação do conhecimento da investigação por todos os policiais envolvidos na ação; b) Maior autonomia decisória para a equipe de execução das medidas cautelares; c) Novas oportunidades de atuação policial; e d) Redução de material apreendido, o que gera maior celeridade na conclusão da investigação. Nessa pergunta, utilizou-se o mesmo critério usado por Zocrato (2018), em sua pesquisa sobre “A aplicação do método F3EAD adaptado nas investigações policiais: avaliação da efetividade”.

A Figura 10 representa o resultado da entrevista aos delegados sobre a pergunta: “Na sua percepção, qual é o principal critério para utilização do método F3EAD nas operações da Polícia Federal deflagradas no seu estado?”. Só era possível apontar uma resposta, assim, é possível perceber que a maior parte dos participantes (28,61%) entende que a celeridade para a conclusão das investigações é a principal razão que justifica o uso do método F3EAD; seguida da complexidade da investigação (19,94%) e da maior chance de elucidação dos fatos (17,63%), motivando, então, a maioria dos delegados (66,18%) a utilizarem o método F3EAD, quando o motivo é um desses fatos citados. Ressalta-se que a atuação com rapidez dificulta a reação do autor do crime, fragilizando o seu aspecto moral, retirando a vontade de resistência (Silva, 2023).

FIGURA 10

Frequência Relativa das respostas dos Delegados da Polícia Federal entrevistados, Brasil (2023), quanto à pergunta: “Na sua percepção, qual é o principal motivo para utilização do método F3EAD nas operações da Polícia Federal deflagradas no seu Estado de Lotação Funcional?”



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Apenas 8,09% dos entrevistados consideraram que o método F3EAD é desnecessário ou não têm condições de responder sobre esse assunto; em contraponto, a maioria (91,91%) justifica a utilização do método F3EAD devido a algum motivo que auxilia ou aprimora a operação policial.

A Tabela 3, por sua vez, demonstra os resultados obtidos a respeito da percepção dos delegados sobre o método F3EAD, considerando as áreas de atuação da Polícia Federal, em que foi feita a seguinte pergunta: “Em sua percepção, quais destas áreas investigativas devem utilizar o método F3EAD nas suas operações?”. Todas as áreas investigativas foram bem avaliadas na percepção dos delegados federais, sendo que o combate à corrupção foi a área entendida como a mais propícia ao uso do método, com 72,83% de respostas positivas, enquanto o combate ao crime de patrimônio histórico foi avaliado apenas com 53,47%. Ressalta-se que o combate à corrupção foi a área investigativa que mais produziu operações especiais de Polícia Judiciária, no período de 2008 e 2021 (Pereira; Carvalho Jr., 2023). Esses resultados corroboram com a premissa de uma maior probabilidade de escolha do método F3EAD, de acordo com operações policiais especiais contra tipificações criminais específicas, mas apenas um estudo estatístico inferencial será capaz de ratificar essa suposição.

TABELA 3

Frequências Absoluta e Relativa da Percepção dos Delegados de Polícia Federal entrevistados, Brasil (2023), sobre a Adaptação do Método F3EAD, por Áreas Investigativas da Polícia Federal

Área investigativa	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem discordo e nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Combate à corrupção	32 (9,25%)	15 (1,34%)	47 (13,58%)	107 (30,92%)	145 (41,91%)
Crimes financeiros	36 (10,4%)	13 (3,76%)	52 (15,03%)	115 (33,24%)	130 (37,57%)
Crimes cibernéticos (pedofilia)	35 (10,12%)	18 (5,20%)	71 (20,52%)	102 (29,48%)	120 (34,68%)
Crimes cibernéticos (fraude bancária)	35 (10,12%)	14 (4,05%)	77 (22,25%)	104 (30,06%)	116 (33,53%)
Tráfico de drogas	38 (10,98%)	22 (6,36%)	70 (20,23%)	96 (27,75%)	120 (34,68%)
Crimes previdenciários	37 (10,69%)	16 (4,62%)	80 (23,12%)	109 (31,50%)	104 (30,06%)
Tráfico de armas	36 (10,4%)	27 (7,80%)	72 (20,81%)	99 (28,61%)	112 (32,37%)
Crimes fazendários	38 (10,98%)	21 (6,07%)	86 (24,86%)	103 (29,70%)	98 (28,32%)
Crimes ambientais	39 (11,27%)	17 (4,91%)	89 (25,72%)	106 (30,64%)	95 (27,46%)
Crimes patrimoniais	37 (10,69%)	28 (8,09%)	81 (23,41%)	100 (28,90%)	100 (28,90%)
Crimes envolvendo policiais	39 (11,27%)	23 (6,65%)	87 (25,14%)	92 (26,59%)	105 (30,35%)
Crimes eleitorais	36 (10,40%)	23 (6,65%)	98 (28,32%)	91 (26,30%)	98 (28,32%)
Crimes contra os direitos humanos	36 (10,40%)	19 (5,49%)	102 (29,48%)	99 (28,61%)	90 (26,01%)
Crimes contra o patrimônio histórico	39 (11,27%)	21 (6,07%)	101 (29,19%)	96 (27,75%)	89 (25,72%)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Para finalizar, com o objetivo de direcionar a pesquisa para a confirmação ou a exclusão da hipótese científica, foi solicitado que os participantes expressassem suas percepções empíricas com relação às seguintes perguntas:

- I) O método F3EAD é efetivo por ampliar o conhecimento da investigação a todos os policiais envolvidos?
- II) O método F3EAD traz maior autonomia decisória para os policiais que cumprem as medidas judiciais (equipe de execução)?
- III) O método F3EAD produz novas oportunidades de atuação policial?
- IV) O método F3EAD reduz o material apreendido nas realizações de buscas, gerando uma maior velocidade na análise dos dados e conclusão da investigação?

TABELA 4

Frequências Absoluta e Relativa sobre a Percepção dos Delegados de Polícia Federal entrevistados, Brasil (2023), sobre a Adaptação do Método F3EAD, por Tipo de Resposta

Tema	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem discordo e nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Celeridade para concluir a investigação	24 (6,94%)	26 (7,51%)	46 (13,29%)	95 (27,46%)	155 (44,80%)
Novas oportunidades de atuação policial	26 (7,51%)	22 (6,36%)	63 (18,21%)	135 (39,02%)	100 (28,90%)
Ampliar o conhecimento da investigação aos policiais	33 (9,54%)	50 (14,45%)	59 (17,05%)	114 (32,95%)	90 (26,01%)
Autonomia para a equipe de execução	39 (11,27%)	46 (13,29%)	67 (19,36%)	124 (35,84%)	70 (20,23%)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A Tabela 4 traz os resultados sobre as quatro perguntas supracitadas, com obtenção de percepção positiva para todas, com o tema “celeridade para concluir a investigação” alcançando 72,26% de avaliações positivas; seguido de “novas oportunidades de atuação policial” (67,92%); após “ampliação do conhecimento a todos os policiais” (58,96%); e finalizando com 56,07% de percepção positiva com relação ao tema “autonomia para a equipe de execução”. Em virtude da necessidade de concluir os processos policiais num menor tempo possível, além de constituir um conjunto probatório de investigação robusto, o método F3EAD se mostra muito pertinente na percepção dos participantes.

TABELA 5

Percepção dos Policiais Federais entrevistados, Brasil (2023), sobre o Método F3EAD, por Tempo de Serviço

Percepção do Método	Tempo de Serviço							
	0 a 5	6 a 9	10 a 13	14 a 17	18 a 21	22 a 25	26 a 29	≥ 30
Celeridade para a conclusão da investigação	26,44%	45,00%	43,75%	29,13%	23,53%	0,00%	0,00%	0,00%
Complexidade da investigação	14,94%	25,00%	31,25%	14,56%	23,53%	30,00%	50,00%	100,00%
Determinação de superior hierárquico	4,60%	7,50%	6,25%	9,71%	10,59%	0,00%	0,00%	0,00%
Envolvimento de servidor público ou de pessoas com influência política e/ou econômica	2,30%	0,00%	0,00%	1,94%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investigação contra organização criminosa	11,49%	2,50%	0,00%	12,62%	12,94%	30,00%	0,00%	0,00%
Maior chance de elucidação dos fatos (identificação de autoria e materialidade)	36,78%	5,00%	6,25%	15,53%	10,59%	10,00%	0,00%	0,00%
Não sabe ou considera desnecessário	0,00%	5,00%	0,00%	11,65%	11,76%	30,00%	50,00%	0,00%
Necessidade de inibir ou descobrir outras atividades criminosas	1,15%	5,00%	6,25%	3,88%	1,18%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	2,30%	5,00%	6,25%	0,97%	5,88%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	25,14%	11,56%	4,62%	29,77%	24,57%	2,89%	0,58%	0,87%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Quanto ao tempo de serviço na Polícia Federal (Tabela 5), a maior parte dos delegados entrevistados com até 5 anos de serviço (36,78%) declararam ter percepção que o método F3EAD deve ser utilizado devido a uma maior chance de elucidação dos fatos. A celeridade para conclusão da investigação foi a justificativa declarada pelos delegados com 6 a 17 anos de serviço na Polícia Federal. Na faixa de tempo de serviço de 18 a 21 anos, a maior parte ficou dividida igualmente (23,53%) entre “celeridade para a conclusão da investigação” e “complexidade da investigação”. Com relação à faixa de 22 a 25 anos de serviço, as respostas ficaram divididas equitativamente em 30% entre “complexidade da investigação”, “apuração de crime contra organização criminosa” e “declaração de não sabe ou acha desnecessário”. Já para a faixa de tempo laboral de 26 a 29 anos, metade dos respondentes acredita que a “complexidade da investigação” é o principal motivo para o uso do F3EAD, sendo que a outra metade “não sabe ou considera desnecessário”. Ressalta-se que todos os participantes com mais de 30 anos de atividade na Polícia Federal entenderam que o método F3EAD deve ser utilizado em razão da complexidade da investigação.

TABELA 6

Percepção dos Policiais Federais entrevistados, Brasil (2023), sobre o Método F3EAD, por Região de Lotação

Percepção do Método	Região de Lotação				
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Celeridade para a conclusão da investigação	24,14%	28,77%	34,57%	26,09%	26,92%
Complexidade da investigação	20,69%	23,29%	16,05%	15,94%	21,15%
Determinação de superior hierárquico	3,45%	5,48%	11,11%	10,14%	7,69%
Envolvimento de servidor público ou de pessoas com influência política e/ou econômica	3,45%	2,74%	0,00%	0,00%	0,00%
Investigação contra organização criminosa	17,24%	9,59%	6,17%	8,70%	19,23%
Maior chance de elucidação dos fatos (identificação de autoria e materialidade)	24,14%	21,92%	13,58%	18,84%	9,62%
Não sabe / Acha desnecessário	1,72%	5,48%	8,64%	11,59%	13,46%
Necessidade de inibir ou descobrir outras atividades criminosas	3,45%	1,37%	2,47%	4,35%	1,92%
Outros	1,72%	1,37%	7,41%	4,35%	0,00%
Total	16,76%	21,10%	23,41%	19,94%	15,03%

Nota: Dentre os entrevistados, 3,76% não informaram sua região de lotação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Na Tabela 6, a amostra de delegados entrevistados foi particionada por regiões de lotação atual no Brasil, onde, para a maior parte, a “celeridade para a conclusão da investigação policial” foi a resposta escolhida para indicar a percepção sobre o método F3EAD. Na região Norte do Brasil, também há 24,14% que consideram a “maior chance de elucidação dos fatos” o motivo para adotar o método F3EAD.

TABELA 7

Percepção dos Policiais Federais entrevistados, Brasil (2023), sobre o Método F3EAD, por Formação Acadêmica

Percepção do Método Resposta	Formação Acadêmica			
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Celeridade para a conclusão da investigação	25,00%	29,52%	36,11%	12,50%
Complexidade da investigação	11,96%	24,29%	11,11%	37,50%
Determinação de superior hierárquico	5,43%	8,10%	11,11%	12,50%
Envolvimento de servidor público ou de pessoas com influência política e/ou econômica	2,17%	0,48%	2,78%	0,00%
Investigação contra organização criminosa	16,30%	8,57%	11,11%	12,50%
Maior chance de elucidação dos fatos (identificação de autoria e materialidade)	18,48%	18,57%	11,11%	12,50%
Não sabe/Acha desnecessário	8,70%	7,14%	11,11%	12,50%
Necessidade de inibir ou descobrir outras atividades criminosas	7,61%	0,95%	0,00%	0,00%
Outros	4,35%	2,38%	5,56%	0,00%
Total	26,59%	60,69%	10,40%	2,31%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A formação acadêmica se mostra um fator determinante para a percepção dos delegados entrevistados, em maior parte, na Tabela 7. Quanto ao nível de formação acadêmica dos policiais que responderam que a “celeridade para a conclusão das investigações” é o motivo da escolha do método F3EAD, tem-se: Graduação (25,00%); Especialização (29,52%); e Mestrado (36,11%). Porém, para os delegados da Polícia Federal que possuem curso de doutorado, uma maior parte deles (37,50%) demonstra a percepção que o método F3EAD é mais efetivo para quando as operações policiais especiais forem associadas a investigações complexas.

CONCLUSÃO

Este estudo tem como objetivo fazer uma análise da percepção dos Delegados de Polícia Federal, em atividade no Brasil, a respeito da efetividade da adaptação do método F3EAD para uso nas operações especiais de Polícia Judiciária realizadas pela Polícia Federal. Para tanto, utilizou-se de aplicação de formulários *e-survey*, encaminhados para os e-mails funcionais das autoridades policiais, obtendo-se a participação de 346 Delegados Federais. Assim, foi traçado referencial teórico com a principal literatura a respeito do tema. Os resultados são descritos por meio de estatística descritiva, com exibição mediante gráficos e tabelas. Foi formulada a hipótese de que o método F3EAD, na percepção dos Delegados de Polícia Federal do Brasil, trouxe efetividade para as operações de Polícia Judiciária deflagradas pela Polícia Federal, em virtude de: a) Ampliar o conhecimento da investigação a todos os policiais envolvidos; b) Trazer maior autonomia decisória para os policiais que cumprem as medidas judiciais (equipe de execução); c) Produzir novas oportunidades de atuação policial; e d) Reduzir o material apreendido nas realizações de buscas e, conseqüentemente, promover maior velocidade na análise dos dados e na conclusão da investigação.

Como resultados, observa-se perfil heterogêneo dos participantes, proporcional ao número dos Delegados Federais em atividade, além de proporcionalidade em relação às regiões geográficas de lotação e às experiências profissionais. Porém, verifica-se que apenas 40,75% dos participantes receberam treinamento específico sobre o método F3EAD, o que indica uma deficiência na difusão/explanação e sinaliza a um planejamento mais adequado na formação dos Delegados. A despeito disso, foi constatado que, na visão dos Delegados Federais, o principal critério para utilização do método F3EAD é a celeridade para a conclusão da investigação, com todas as áreas investigativas da Polícia Federal recebendo avaliações positivas em relação à efetividade do método, seja quando a avaliação é realizada por tempo de serviço, região de lotação e formação acadêmica, o que indica pertinência à utilização do método citado.

Da mesma forma, há a confirmação da hipótese científica levantada inicialmente na pesquisa, pois, pela percepção empírica dos Delegados Federais, o método F3EAD é efetivo em razão de: dar celeridade à investigação, por diminuir o material apreendido; oportunizar novas atuações por parte da polícia; ampliar o conhecimento da investigação para todos os policiais envolvidos; e trazer maior autonomia decisória para a equipe de execução dos mandados judiciais. Essas conclusões vão ao encontro dos resultados observados no estudo de Zocrato (2018), que também concluiu pela efetividade do método F3EAD, a partir da percepção dos policiais investigadores, que utilizaram o método em operações especiais de Polícia Judiciária, ratificando a conjectura científica da visão dos Delegados de Polícia Federal, avaliando o método F3EAD como efetivo.

Este estudo contribui para a gestão estratégica da Polícia Federal, pois, a partir dos dados colhidos, analisados e interpretados, é possível reavaliar a plena utilização do método F3EAD, com o intuito de aprimorar e otimizar as operações policiais, para uma melhor integração à cultura da instituição, bem como na instrução/divulgação de conceitos e processos.

Por fim, esta pesquisa é limitada ao uso de instrumento de coleta on-line (*e-survey*), sem que os pesquisadores tivessem contato com os participantes. Outros estudos podem ser feitos com os dados coletados, além de outras abordagens, como a realização de pesquisa qualitativa com a utilização direta de entrevistas e/ou estudos de casos, que podem contribuir para a ampliação do conhecimento do método F3EAD, além de testes estatísticos de significância para comprovar ou não associação estatística entre as variáveis e/ou categorias que foram consideradas nesta pesquisa, fomentando, desta forma, inferências estatísticas além das alcançadas nos resultados deste trabalho, o que pode, possivelmente, contribuir positivamente para o aprimoramento e/ou aperfeiçoamento do treinamento e da implementação de cursos na formação de futuros policiais federais, além de fomentar o aumento da capacidade de combate às ações criminosas em constante evolução e que necessitam de repressão à altura por parte dos órgãos de segurança pública, mediante técnicas e procedimentos eficientes de combate e repressão aos mais variados tipos de crimes, em face da garantia de direitos e cumprimento das leis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 5 out. 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei No 12.830, de 20 de junho de 2013. Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, p. 1, 21 jun. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei No 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, Edição Extra, 15 ago. 2018a.

BRASIL. **Instrução Técnica No 01-DICOR/PF, de 19 de dezembro de 2018**. Estabelece requisitos, parâmetros e regramentos da hipótese criminal. Polícia Federal, 2018b.

BRASIL. **Instrução Técnica No 02-DICOR/PF, de 20 de dezembro de 2018**. Estabelece diretrizes de atuação de equipes policiais durante exploração em local de interesse da investigação. Polícia Federal, 2018c.

BRASIL. Câmara dos Deputados; Senado Federal. Emenda Constitucional No 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 13 nov. 2019.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Limites do uso da força policial no Estado de São Paulo. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, ed. esp., p. 783-799, 2019.

CARVALHO, Rossana Gleucy de Ávila Chagas e. **Fluxos de informação na inteligência antiterrorismo: Operação Hashtag da Polícia Federal brasileira**. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística**. 20 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

DERMEVAL, Diego; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; BITTENCOURT, Ig Ibert. Mapeamento Sistemático e Revisão Sistemática da Literatura em Informática na Educação. *In*: JAQUES, Patrícia; SIQUEIRA, Sean; BITTENCOURT, Ig; PIMENTEL, Mariano (Orgs.). **Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação: Abordagem Quantitativa**. Porto Alegre: SBC, 2020. (e-book). Disponível em: https://ceie.sbc.org.br/metodologia/wp-content/uploads/2019/11/livro2_cap3.pdf. Acesso em: 17 jan. 2025.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: LaFonte, 2017.

ESTADOS UNIDOS. **The Targeting Process** – Army Field Manual. Washington, DC, 2010.

FAINT, Charles; HARRIS, Michael. F3EAD: Ops/Intel Fusion “feeds” the SOF Targeting Process. **Small Wars Journal**, 2012.

GARBI, Fabrício. **Conversão de investigações comuns em operações policiais federais**. 2019. 87 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia de Produção) – Centro de Tecnologia e Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMEZ, Jimmy. The Targeting Process: D3A and F3EAD. **Small Wars Journal**, 2011.

GOOGLE. Google Forms. **Google**, Formulários Google: criador de formulários on line, Google Workspace, [s.d.]. Disponível em: https://www.google.com/forms/about/?utm_source=gaboutpage&utm_medium=formslink&utm_campaign=gabout. Acesso em: 1 jul. 2022.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 1 ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries Estatísticas & Séries Históricas. **IBGE**, 2016 . Disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=19&no=7. Acesso em: 27 maio 2023.

JORNAL DE BRASÍLIA. Pesquisa indica que PF é instituição mais confiável entre brasileiros. **Jornal de Brasília**, Notícias, Brasil, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/pesquisa-indica-que-pf-e-instituicao-mais-confiavel-entre-brasileiros/>. Acesso em: 7 out. 2021.

MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedrosa de. **Noções de probabilidade e estatística**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 2 ed. Bauru: Edipro, 1999.

MENESES, Romero Luciano Lucena. **Manual de planejamento e gestão da investigação policial**. Olinda: Livro Rápido, 2012.

MINGARDI, Guaracy. **A investigação de homicídios – construção de um modelo**. Relatório Final de Pesquisa. Brasília: Ministério da Justiça; Senasp, 2006. (Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública). Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1483>. Acesso em: 14 set. 2023.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JR., Domício. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. **Estudos Avançados**, Dossiê Crime Organizado, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 159-172, 2007.

PEREIRA, Bruno Benassuly Maués; CARVALHO JR, José Gracildo de. Polícia Federal: análise estatística das operações especiais deflagradas após a adaptação do método find, fix, finish, exploit, analyze, disseminate. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 14, n. 12, p. 35-54, 2023.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. V-VI, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. 2 ed. São Paulo: Edipro, 2015.

SANTOS, Célio Jacinto dos. A gênese das grandes operações investigativas da Polícia Federal. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 11-68, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/526/309>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SANTOS, Célio Jacinto dos. **Teoria da Investigação Criminal**. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021.

SHULTZ JR., Richard. U.S. counterterrorism operations during the Iraq war: a case study of task force 714. **Studies in Conflict and Terrorism**, v. 40, n. 10, p. 809-837, 2017.

SILVA, Élzio Vicente da. **Operações Especiais de Polícia Judiciária**. São Paulo: Novo Século, 2017.

SILVA, Élzio Vicente da. **Investigação Criminal Sistêmica: por uma abordagem multidimensional**. Barueri: Novo Século, 2023.

SILVA, Élzio Vicente da; RIBEIRO, Denisse Dias Rosa. **Colaboração premiada e investigação: princípios, vulnerabilidades e validação da prova obtida de fonte humana**. Barueri: Novo Século, 2018.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **A Polícia do Estado Democrático e de Direito**. 1 ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

WEBER, Max. **Política como vocação e ofício**. Petrópolis: Vozes, 2020.

ZOCRATO, Renata Comanduci. **Aplicação do método F3EAD adaptado nas investigações policiais: avaliação da efetividade**. 2018. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciência Policial e Inteligência) – Academia Nacional de Polícia, Brasília, 2018.

ARTIGO

REINCIDÊNCIA CRIMINAL: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS¹

PEDRO REIS LIMA²

Economista pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestrando em Economia pelo CAEN/UFC. Suas pesquisas focam em microeconomia aplicada, segurança pública e escolha de locação criminal. Possui experiência anterior no mercado privado, atuando com inteligência de negócios.

País: Brasil **Estado:** Ceará **Cidade:** Fortaleza

Email: pedroreisrl@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0008-1876-2560>

GEORGEANA AMARAL MACIEL DA SILVEIRA

Doutora em Economia pelo CAEN/UFC. Professora dos cursos de Ciências Econômicas e Finanças UFC/Sobral.

País: Brasil **Estado:** Ceará **Cidade:** Fortaleza

Email: econgams@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5928-0658>

GUILHERME IRFFI

Professor associado do Departamento de Economia Aplicada da FEAAC/UFC e do Programa de Pós-graduação em Economia, CAEN/UFC.

País: Brasil **Estado:** Ceará **Cidade:** Fortaleza

Email: irffi@caen.ufc.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3558-7628>

WALACY MACIEL DE OLIVEIRA

Economista, com trabalho dedicado a produzir conhecimento para subsidiar melhores desenhos e tomadas de decisão em políticas públicas. Tenho investigado sobre macro e micro condições para o sucesso de implementação de políticas públicas municipais, principalmente no setor educacional e de prevenção à violência.

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** Ribeirão Preto

Email: walacymaciel@caen.ufc.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0041-5965>

Contribuições dos(as) autores(as): Pedro Reis contribuiu com coleta e análise de dados, discussão dos achados, redação e revisão. Georgeana Silveira contribuiu com planejamento, análise de dados, redação e revisão. Guilherme Irffi contribuiu com planejamento, discussão dos achados e revisão. Walacy Maciel contribuiu com discussão dos achados e revisão.

Data de Recebimento: 28/07/2023 – **Data de Aprovação:** 16/07/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1970

RESUMO

O presente trabalho busca compilar literatura sobre reincidência criminal no Brasil, especificando métricas de reincidência e identificando quais intervenções funcionam no processo de reintegração dos apenados.

¹ Este artigo deriva de Trabalho de Conclusão de Curso defendido por um dos autores.

² Agradeço à professora Georgeana Silveira e ao professor Guilherme Irffi, que, durante a pandemia, foram meu pilar na universidade e, até hoje, seguem me inspirando a ser um economista tão profissional quanto eles.

Ao longo da pesquisa, ficou clara a ausência de evidência empírica para os programas de ressocialização disponíveis no Brasil, o que motivou a exploração da literatura estrangeira. Utiliza-se, então, a metodologia de revisão bibliográfica baseada no escore de Maryland, referência em segurança pública baseada em evidências. Foram encontrados 75 programas, dos quais 31 se enquadram nos critérios de inclusão, 17 têm escore mínimo para avaliação e 8 demonstram efeitos positivos na reintegração. Dessa forma, essas intervenções podem ser replicadas e avaliadas no Brasil, de forma a averiguar a validade externa desses programas, que servem de ponto de partida para os gestores locais.

Palavras-Chave: Reincidência criminal. Políticas públicas. Políticas penais. Prisões.

CRIMINAL RECIDIVISM: SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW ON PROGRAM EVALUATION

ABSTRACT

This paper aimed to compile literature on criminal recidivism in Brazil, specifying recidivism metrics and identifying which interventions work in reintegrating inmates. Throughout the research, the absence of empirical evidence for the re-socialization programs available in Brazil became evident, which motivated the exploration of foreign literature. The methodology of bibliographic review, based on the Maryland score, a reference in evidence-based public security, was then used. In our research 75 programs were found, of which 31 met the inclusion criteria, 17 had a minimum score for evaluation, and 8 demonstrated positive effects in reintegration. Thus, these interventions can be replicated and evaluated in Brazil to verify the external validity of these programs, which serve as a starting point for local managers.

Keywords: Recidivism. Public policy. Penal policies. Prisons.

INTRODUÇÃO

A criminalidade no Brasil há muito desafia o poder público a instituir políticas efetivas de combate e prevenção (Cerqueira; Ferreira; Bueno, 2021; Irffi, 2020). Em especial, o crescimento do crime organizado e sua atuação dentro das penitenciárias ameaçam continuamente a liberdade da sociedade civil (Rodrigues; Rezende, 2022). Assim, é essencial entender os mecanismos que levam à participação no crime para evitar perpetuação e agravamento do problema, o que exige, dentre outras medidas, aprimorar o processo de ressocialização.

O papel da prisão é descrito no art. 1º da Lei de Execução Penal (LEP): “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (Brasil, 1984). Nesse sentido, são diversos os indicadores de comportamento dos presos antes, durante e depois de sua soltura, como os números de episódios violentos dentro da prisão, proeminência de comportamentos sexuais de risco, incidência de comportamentos antissociais, empregabilidade, envolvimento com drogas etc. Entretanto, destaca-se a importância do estudo das taxas de reincidência criminal junto da análise de seus determinantes, porque, se confiáveis e bem descritas, se tornam uma medida da eficácia da execução penal e das políticas públicas voltadas aos egressos desse sistema (Ipea, 2015).

O sistema penitenciário, se não for capaz de ressocializar os apenados, pode corroborar para um ciclo inercial em que os detentos entram em contato com o crime organizado dentro dos presídios e seguem vinculados a atividades criminosas (Rodrigues; Rezende, 2022). Mesmo sendo o 3º país em população carcerária e o 13º com maior taxa de aprisionamento, segundo o *World Prison Brief* (2022), percebe-se a

persistência de altas taxas de criminalidade no Brasil (Cerqueira; Ferreira; Bueno, 2021). Dados do estudo mais amplo e recente disponível para o Brasil apontam taxa média de reincidência de 37,6% (Carrillo *et al.*, 2022), sugerindo que há margem para melhorias no processo de ressocialização.

Com a finalidade de combater eficientemente a reincidência criminal, fica clara a necessidade de conhecer e implementar políticas públicas baseadas em evidências, de modo a fazer o melhor uso possível dos recursos alocados em segurança pública. Sendo assim, se objetiva, neste artigo, fazer levantamento da literatura disponível, além de conhecer as diferentes métricas de reincidência, analisar disponibilidade e qualidade das avaliações de impacto de programas/intervenções sobre reintegração social, e compilar a evidência sobre o que realmente funciona para inibir o retorno ao crime.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CONCEITO DE REINCIDÊNCIA CRIMINAL

Um dos desafios de mensurar a reincidência está na sua definição, o que torna a literatura pouco homogênea. Um indicador de reincidência deve estabelecer: tempo entre condenações, isto é, a janela temporal de acompanhamento do indivíduo; retorno provisório ou definitivo à prisão; se o segundo delito precisa ser da mesma natureza do primeiro; se delitos ocorridos após fugas são computados etc.

Há classificações várias para os possíveis tipos de reincidência criminal, que Julião (2020) busca sintetizar em 4 tipos: genérica, legal, penitenciária e criminal. O autor defende que, independentemente dos problemas e das definições conceituais de reincidência, se o conceito é mensurado da mesma forma ao longo do tempo, a comparação tem validade. Mais abrangente, porém, é a categorização de Capdevila e Puig (2009), descrita no Quadro 1, a seguir.

QUADRO 1

Graduação dos tipos de reincidência

Tipo de reincidência	Definição
i. Reincidência por autculpa	novo delito declarado pelos próprios perpetradores.
ii. Reincidência policial	a partir da segunda detenção da mesma pessoa por outros delitos.
iii. Reincidência penal	a partir do segundo processo da mesma pessoa por outros delitos.
iv. Reincidência judicial	a partir da segunda condenação da mesma pessoa.
v. Reincidência penitenciária	a partir de segundo ingresso em uma penitenciária.
vi. Reincidência jurídica	a partir do segundo processamento do mesmo indivíduo por nova prática de crime do mesmo título no Código Penal.

Fonte: Capdevila e Puig (2009).

Em razão da variabilidade de conceitos de reincidência entre os trabalhos, a comparação e a replicação de resultados nessa área de estudo são tarefas árduas.

ANÁLISE DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL NO BRASIL

A divulgação de informações acerca de reincidência nas prisões tem sido débil, tendo o último censo penitenciário acontecido em 1995 (Julião, 2020). Outro desafio é o fato de que a pesquisa brasileira não seguiu apenas uma metodologia de reincidência, o que gera uma descontinuidade dos dados ao longo do tempo e entre localidades, dificultando o estudo do tema.

A pesquisa de Adorno e Bordini (1986) defendeu a divulgação de informações baseadas em pesquisas empíricas, tendo como objetivos específicos avaliar o indicador de reincidência e analisar o perfil social dos reincidentes. Suas hipóteses eram de que a reincidência no Estado seria alta e de que os perfis dos reincidentes e não reincidentes seriam distintos. Os autores usaram dados extraídos da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo, do período de janeiro de 1974 a dezembro de 1985, e consideraram reincidente criminal o indivíduo que tivesse condenação anterior por crime sentenciado e julgado, independentemente do tipo de delito ou condenação por novo crime ou contravenção penal, no prazo de 5 anos do cumprimento de pena anterior. Por fim, constataram similitude dos perfis de reincidentes e não reincidentes (considerando cor, ocupação, escolaridade, periculosidade³ etc.), e que o índice de reincidência foi de 46,03%. Além dessas características, afirmam não ser possível descrever os mecanismos que presidem a produção da reincidência penitenciária e que, a princípio, não teriam relação com as práticas reabilitadoras do sistema penitenciário.

Lemgruber (1989), por sua vez, administrou uma pesquisa dimensionando a reincidência no estado do Rio de Janeiro e identificando o perfil do reincidente em comparação com o do não reincidente. Dessa vez, é utilizada metodologia de *reincidência penitenciária* (Capdevila; Puig, 2009), mas sem definição de janela de tempo; logo, indivíduos com mais tempo desde o primeiro delito teriam mais oportunidades de reincidir, gerando viés. Os dados vieram do Departamento Geral do Sistema Penal do Rio de Janeiro, coletados no segundo semestre de 1988, sendo amostra aleatória de 5% dos detentos no Rio de Janeiro, com segmentação por idade, totalizando 8.269 homens e 251 mulheres privados de liberdade. A autora esperava que a taxa de reincidência fosse alta e variasse em função da faixa etária, e que os perfis de reincidentes e não reincidentes fossem distintos. A pesquisa encontrou uma taxa de reincidência penitenciária de 30,7% geral, 31,3% para homens e 26% para mulheres. Quanto ao perfil social, identifica uma concentração maior de reincidentes nas faixas de idade mais altas, o que reforça o problema da falta de delimitação de tempo; o grau de escolaridade, por sua vez, não pareceu influenciar a reincidência.

Já o trabalho de Julião (2009), também para o Rio de Janeiro, procurou analisar o funcionamento dos programas laborais e educativos no sistema penitenciário, a percepção dos agentes penitenciários e o efeito dessas atividades sobre a reincidência criminal. Com dados do Sistema de Informação Penitenciária da Vara de Execuções Penais do Estado do Rio de Janeiro, usa a metodologia de *reincidência penitenciária* (Capdevila; Puig, 2009), com análise para os anos de 1996 a 2006. O trabalho possui 4 hipóteses: o perfil dos reincidentes e não reincidentes seriam diferentes; apenas os que participam de programas laborais e educativos teriam menor reincidência; detentos mais interessados em estudar participariam mais dos

3 Isto é, o potencial ofensivo do indivíduo, de acordo com seu histórico de delitos.

programas disponíveis e reincidiriam menos; e a taxa de reincidência dos que participam de práticas educativas seria menor do que daqueles que participam de programas laborais. A pesquisa encontrou reincidência criminal total de 24%, sendo 24,3% para homens e 15,1% para mulheres. Além disso, o autor declara efeito de redução da reincidência: dentre os que trabalharam, 11,2% reincidiram, e 26% dos que não trabalharam reincidiram; dentre os que estudaram, apenas 6,3% reincidiram, e 24,2% dos que não estudaram reincidiram (Julião, 2009). Cabe mencionar que, nesse estudo, não há garantia de que o viés de seleção foi mitigado.

O trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2015) buscou mapear a reincidência criminal em alguns estados brasileiros. Durante as avaliações de coleta, alguns estados apresentaram dados falsos, subnotificados ou incompletos, e por isso foram excluídos do estudo, restando apenas Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Alagoas e Pernambuco. Além da identificação da taxa de reincidência, a pesquisa tem como foco analisar programas, projetos e iniciativas nos presídios, estratégias de implementação de programas, percepção dos agentes penitenciários sobre os programas, percepção dos agentes de justiça sobre as políticas de reintegração e a percepção dos apenados sobre os programas de que participavam. A coleta de dados aconteceu ao longo de 2013, usando o conceito legal de *reincidência penitenciária* (Capdevila; Puig, 2009), e resultou numa taxa de reincidência de 24,4%, calculada por média ponderada dos estados.

Sapori, Santos e Maas (2017) desenvolveram pesquisa para Minas Gerais, em que utilizam conceito de *reincidência genérico* (Julião, 2020) ou *policia* (Capdevila; Puig, 2009), com dados do Sistema de Informações Policiais, em congruência com dados do Infopen. O universo da pesquisa foi composto por todos os presos das penitenciárias administradas pela Subsecretaria de Administração Prisional de Minas Gerais que foram soltos em 2008, sendo 2.116 contemplados pelo critério, dos quais foi selecionada uma amostra aleatória de 800 presos, acompanhados ao longo de cinco anos (2008 a 2013). Nessa amostra, o resultado da taxa de reincidência criminal foi de 51,4% no total, 53% para homens e 32,7% para mulheres.

Por fim, a pesquisa de reincidência do Grupo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa Econômica (Carrillo *et al*, 2022) é a de maior espaço amostral em números de infratores e de estados contemplados no Brasil, sendo 979.715 infratores (para o critério de reincidência mais abrangente) e 13 estados. O trabalho foi desenvolvido com dados em painel, o que propicia informações sobre o tempo médio de encarceramento, e com dois conceitos distintos de reincidência penitenciária. Sob o conceito penitenciário mais restrito – que considera reincidência a entrada para cumprimento de pena após saída por decisão judicial, fuga ou progressão de pena –, a taxa de reincidência criminal de 2010 a 2021 foi de 33,5%, em até 5 anos. A taxa adotada como referência pelo trabalho, porém, considera reincidência a partir de qualquer entrada após saída por decisão judicial, fuga ou progressão de pena, e chegou a 37,6% em até 5 anos. Um dos principais achados é que a reincidência se dá, principalmente, no primeiro ano (23,1%) e, dentre os presos que reincidem no primeiro ano, 29,6% o fazem no primeiro mês.

No Quadro 2, abaixo, segue elencada a literatura discutida nessa seção, com números de reincidência e sua tipificação. É possível verificar a grande variabilidade nas taxas, o que corrobora a necessidade de padronização dessa medida para o devido acompanhamento de sua evolução no tempo e de sua resposta às intervenções.

QUADRO 2

Literatura de mensuração da reincidência criminal no Brasil

Período	Estudo	Abrangência	Tipo de reincidência	Resultados
1975 a 1985	Adorno e Bordini (1986)	SP	Penitenciária	46,03%
1988	Lemgruber (1989)	RJ	Penitenciária	Geral: 30,7% Homens: 31,3% Mulheres: 26%
1996 a 2006	Julião (2009)	RJ	Penitenciária	Geral: 24% Homens: 24,3% Mulheres: 15,1%
2013	Ipea (2015)	RS, PR, MG, RJ, ES, AL, PE	Legal	24,4%
2008 a 2013	Sapori, Santos e Maas (2017)	MG	Policial	Geral: 51,4% Homens: 53% Mulheres: 32,7%
2010 a 2021	Carrillo <i>et al.</i> (2022)	AC, BA, CE, DF, MA, MT, MS, PB, PR, PI, RN, SP, TO	Penitenciária	37,6%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Já a literatura nacional de avaliação de impacto de programas de prevenção à reincidência é ainda bastante restrita, tendo a busca retornado 15 trabalhos⁴, entre artigos e textos acadêmicos. Desses, 5 tratam de intervenções várias (terapia cognitivo-comportamental, programas multifatoriais de reinserção, programas com atividades laborais/educacionais) e 10⁵, do método alternativo de reabilitação conhecido como Apac (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados).

Dos 5 trabalhos com intervenções diversas, 4 puderam ser acessados; destes, apenas 2 apresentam grupos de controle. Saffi (2009) tenta avaliar o impacto da abordagem cognitivo-comportamental, mas não obtém resultados satisfatórios sobre a redução de reincidência, declarando que isso se deve ao pequeno período da intervenção. Já Souza (2021) afirma que atividades laborais em Santa Catarina/ES reduziram reincidência em 14%, enquanto atividades educacionais geraram redução de 32%.

Os demais artigos trazem apenas resultados declarados do método Apac, não configurando, portanto, trabalhos experimentais ou quase-experimentais, capazes de identificar relação causal entre programa e resultados observados. Cabe mencionar, ainda, que o referido método opera com participação voluntária dos presos, atraindo, possivelmente, indivíduos mais propensos à ressocialização, gerando viés.

4 Busca na plataforma Google Acadêmico, sem restrição de período, usando os termos “programas reincidência criminal”, “intervenções reincidência criminal”, “reincidência APAC”. Foram excluídos artigos descritivos dos problemas carcerários, assim como artigos referentes ao sistema prisional de Portugal.

5 Carvalho (2016); Veloso; Silva; Nobre (2016); Andrade; Medeiros (2020); Souza; Medeiros; Cunha (2020); Almeida (2021); Costa (2021); Dembogurski; Oliveira; Duraes (2021); Fernandes (2021); Freitas; Silva (2021); Menezes; Lima (2021).

RESSOCIALIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO

A legislação penal brasileira tem como objetivo basilar a reintegração do apenado à sociedade, como é descrito na LEP. Assim, com fulcro no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, prevê que o preso receba assistência nas áreas jurídica, material, educacional, social, religiosa e de saúde (Brasil, 1984).

Admite-se que o objetivo do aprisionamento é que o indivíduo que feriu as normas da sociedade possa voltar ao convívio disposto a segui-las. Embora a literatura mostre percepções controversas em torno do tema (Baratta, 1990; Julião, 2020), é consensual entre as interpretações almejar alteração na trajetória de vida dos encarcerados.

Uma das correntes principais – que discorda da efetividade das prisões como meio de ressocialização – é a da criminologia crítica. Segundo seus defensores, a ressocialização implica na violação do livre arbítrio e da autonomia do sujeito. Shecaira (1997) afirma que as penas institucionais têm efeito criminógeno, pois mantêm os condenados presos à ociosidade, multiplicando seus vícios, e que, quando esses são libertos, retornam à sociedade mais propensos ao crime, por conta do estigma e da discriminação pelo resto da sociedade. Portanto, há um paradoxo na aplicação da ressocialização pela lei: como pode ocorrer ressocialização quando o preso é inserido em um ambiente alheio à sociedade, com normas e cultura diferentes?

Segundo Baratta (1990), depois dos anos 1980, houve uma mudança no discurso sobre as prisões, em que era possível identificar duas posturas: a de prevenção especial positiva (ressocialização) e a de prevenção especial negativa (neutralização). Atualmente, a discussão caminha em duas direções: a realista e a idealista. Segundo o autor, os realistas identificam a ineficácia da prisão como instrumento de ressocialização, que a única finalidade da prisão é neutralizar e a pena não significa uma oportunidade de reintegração, mas sim um sofrimento imposto como castigo, prevalecendo a prevenção especial negativa. Já os idealistas reconhecem o fracasso da prisão como instituição de prevenção especial positiva, mas defendem que ela ainda deve ser considerada como lugar de ressocialização, para não se dar cabimento a teorias de retribuição e neutralização.

Assim, as duas perspectivas perpetuam contradições; no caso da realista, comete-se a falácia “naturalista”, ao elevar a análise positiva à norma ou deduzir normas de fatos. No segundo caso, comete-se a falácia “idealista”, onde se apresenta uma contraproposta que não pode ser concretizada, uma norma impossível (Baratta, 1990). Para Baratta, a discussão se trata de uma falsa questão: a melhor prisão para ressocialização é a que não existe, mas existem prisões piores que outras, e por isso deve-se identificar políticas e programas capazes de alterar a trajetória do apenado. Ressalta, por fim, a necessidade de abertura da prisão à sociedade e, reciprocamente, da sociedade para a prisão, pois entende impossível segregar pessoas pretendendo sua ressocialização.

Nesse sentido, a literatura tende à rejeição do termo “ressocialização” (Baratta, 1990; Sá, 2005), pois esse conceito pressupõe uma participação passiva do apenado e ativa das instituições, sendo esse ideal uma herança anacrônica da criminologia positivista. Em contrapartida, é defendido o uso do termo “reintegração social”, por indicar que o apenado seria reincluído na sociedade, um processo “no qual os cidadãos reclusos se reconheçam na sociedade e esta, por sua vez, se reconheça na prisão” (Baratta, 1990).

A reabilitação do apenado para o convívio social depende, dentre outros fatores, das características do ambiente em que cumpre sua pena (Dembogurski; Oliveira; Duraes, 2021; Dick, 2021; Queiroz; Gonçalves,

2020; Passos, 2020; Machado; Sloniak, 2015). No caso brasileiro, as condições das prisões são, em geral, precárias, a começar pela taxa de ocupação. Segundo dados do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no segundo trimestre de 2021, as prisões masculinas tinham ocupação de 142,84%, apresentando superlotação em todas as regiões do país; as prisões femininas, por sua vez, operavam acima da capacidade no Centro-Oeste (111,5%), no Nordeste (106,34%) e no Sul (100,33%) (Brasil, 2022). Além disso, apenas um em cada três presídios separa os presos com base em necessidades de intervenção e periculosidade (Passos, 2020). Dessa forma, indivíduos com diferentes potenciais de ofensa e de reabilitação são expostos às mesmas intervenções, o que não segue os preceitos da abordagem *risk-need-responsivity*⁶.

Essa interação possibilita, segundo Passos (2020), a cooptação do preso de menor periculosidade pelas facções, em razão de sua necessidade de garantir melhores condições de vida e segurança ao longo do cumprimento da pena. Os dados de 2021 do CNMP apontam que, dentre os 1.400 estabelecimentos visitados, houve registros de mortes em 243 (17,4%), maus tratos em 15 (1,1%) e lesão corporal em 184 (13,1%), evidenciando que as prisões podem ser ambientes insalubres, nos quais os apenados se beneficiariam da proteção de um grupo organizado.

Em liberdade, o indivíduo enfrenta o estigma de ter sido preso, o que dificulta seu acesso ao mercado de trabalho (Dembogurski; Oliveira; Duraes, 2021), e a maioria das reentradas no sistema penal ocorre já nos primeiros meses após soltura (Carrillo *et al.*, 2022). É imprescindível, então, propiciar educação e profissionalização nas prisões, de forma a facilitar obtenção de emprego e minimizar as chances de reincidência (Dick, 2021).

A literatura, porém, indica precariedade também nessas iniciativas no país, relatando problemas de liberação de recursos para execução de projetos de trabalho em regime fechado e estruturas deficientes para essas atividades (Queiroz; Gonçalves, 2020; Machado; Sloniak, 2015). Os dados do CNMP de 2020 reafirmam essa realidade: em todo o país, apenas 13,34% dos homens presos trabalham internamente e 2,35%, externamente; 25,33% das mulheres presas trabalham internamente e 6,65%, externamente (Brasil, 2022). Além disso, não há oficinas de trabalho na maioria dos estabelecimentos prisionais do país (Sudeste: 48,16%; Sul: 45,83%; Centro-Oeste: 41,09%; Norte: 38,1%; Nordeste: 36,31%), mas há um esforço para a realização de parcerias com entidades públicas e privadas na reserva de vagas de emprego para detentos (Sudeste: 59,19%; Sul: 77,08%; Centro-Oeste: 55,04%; Norte: 48,57%; Nordeste: 31,85%).

Quanto ao acesso à educação, dos 759 estabelecimentos verificados no ano de 2020 pelo CNMP, há assistência educacional em 474 (63,45%) em todos os níveis, a saber: alfabetização (56,92%), Ensino Fundamental (62,19%), Ensino Médio (47,17%), ensino profissionalizante (29,51%) e ensino superior (10,54%). As vagas, entretanto, sobram: no Centro-Oeste, a ocupação é de 72,52%, seguida por 64,37% no Norte, 58,72% no Nordeste, 57,93% no Sudeste, e 56,26% no Sul (Brasil, 2022).. A subutilização pode resultar de desinteresse por parte dos presos ou de inadequação da oferta de ensino.

Em suma, as penitenciárias brasileiras parecem gerar condições inferiores às ótimas para a reabilitação dos apenados, o que pode influenciar nos resultados das intervenções que objetivam preparar o indivíduo para o retorno ao convívio social.

6 Abordagem para avaliar e tratar criminosos que se baseia na avaliação do risco de reincidência, das necessidades criminogênicas e da capacidade de resposta individual a intervenções específicas (Bonta; Andrews, 2007).

CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA

Gary Becker (1968) identificou que, na decisão do potencial infrator, é avaliado o efeito das possíveis penalidades, a probabilidade de ser condenado, a recompensa esperada do crime, o custo moral, o custo de planejamento e o rendimento do trabalho lícito, sua opção externa. O modelo é útil na análise da reintegração do preso, pois sugere dois pontos que podem afetar o comportamento criminal: aumentar os custos esperados dos delitos ou aumentar o retorno esperado por atividades lícitas.

A passagem pela prisão pode significar uma desvantagem no mercado de trabalho, dado que a população privada de liberdade tem baixa escolaridade, pouca experiência de trabalho formal e histórico criminal (Lattimore; Witte; Baker, 1987). Shecaira (1997), ao descrever o paradoxo da reintegração e o estigma social da prisão, indica a possibilidade de efeito sinalização (Spence, 1973) do apenado que, em um mercado de informação assimétrica, reduz empregabilidade e rendimentos esperados no mercado lícito. Além disso, há indícios de que o trabalho prisional, por sua especificidade, nem sempre aumenta empregabilidade de ex-detentos (Jorge; Carvalho, 2006).

Desse modo, em congruência com o modelo inicial de Becker, algumas implicações são identificadas: o ex-presidiário tem menor tempo de trabalho que um indivíduo que não passou pelo sistema prisional e, além disso, seu trabalho dentro da prisão tem efeito menor em sua valorização no mercado de trabalho. Assim, o indivíduo que completa sua pena tende a receber um salário menor que a média do mercado, o que pode intensificar os ganhos líquidos do trabalho ilícito.

METODOLOGIA

A abordagem utilizada neste trabalho foi de revisão bibliográfica, fazendo um levantamento das publicações acerca do tema no Brasil e uma revisão sistemática de evidências de intervenções voltadas para reintegração social na literatura internacional, utilizando o instrumental proposto pelo Maryland Report, com auxílio do *Guide to scoring methods using the Maryland Scientific Methods Scale* (WWCLEG, 2015).

Identificar a reincidência criminal no Brasil é basilar, contudo, reconhecer o indicador é apenas uma das ferramentas para se analisar a eficácia do sistema penal. Por isso, é necessário avaliar as medidas tomadas e identificar estatisticamente os seus efeitos, especialmente atribuindo causalidade. Essa é uma tarefa fundamental para a literatura de políticas públicas, justificando a pertinência do *Método de Escala Científica de Maryland*.

Na ausência de quantidade significativa de trabalhos experimentais ou quase-experimentais brasileiros a serem pontuados, optou-se por fazer uma revisão de estudos internacionais disponíveis na plataforma do *National Institute of Justice* (NIJ) dos Estados Unidos.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Para identificar intervenções eficazes na reintegração social dos presos de forma transparente quanto à metodologia, utilizou-se o formato PICO – *Participants, Intervention, Control, Outcome*, no original – (Richardson *et al.*, 1995) para descrever a questão de pesquisa:

- Participantes: indivíduos adultos privados de liberdade que participem de algum programa de intervenção;
- Intervenção: qualquer tipo de intervenção, aplicada por lei, programa, projeto ou planos, de caráter público ou privado;
- Controle: o estudo precisa ter um grupo de controle para comparação de resultados;
- Resultado: o estudo precisa avaliar o efeito das intervenções em algum conceito de reincidência criminal.

Apenas artigos publicados foram incluídos, sem restrições de idioma, localidade ou período. Foram considerados trabalhos que aferiram diversos tipos de reincidência, inclusive as que são características da legislação de outros países, como a reincidência por ferir termos de liberdade condicional.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Trabalhos que não estavam disponíveis ao acesso público foram descartados. Além disso, qualquer intervenção que objetivava influenciar a reincidência criminal por meio de algum aspecto específico, como o tratamento e a prevenção de HIV, mas não avaliasse taxa de reincidência, também foi excluída da análise. Qualquer republicação ou repetição do mesmo artigo também foi excluída.

Trabalhos com contextos muito específicos de outros países também foram desconsiderados; casos, por exemplo, em que a legislação é diferente e o programa foca em um crime que não é descrito no código penal brasileiro.

MÉTODO DE BUSCA

Foi utilizado o agregador americano de programas de segurança pública *Crime Solutions* do NIJ. Dentro do sítio, foi consultado o tópico "*Corrections & Reentry*", com população alvo "*Prisoners*" e descritor (*keyword*) "*recidivism*"; nenhum outro filtro foi aplicado na busca.

O portal *Crime Solutions* se mostrou uma opção coerente, pois sua finalidade é catalogar e avaliar programas e práticas que passaram por rigorosas avaliações. O agregador possui, majoritariamente, intervenções nos Estados Unidos da América (EUA), mas também contempla estudos de outros países.

AValiação DOS TRABALHOS

Decidiu-se avaliar os trabalhos com enfoque no tipo de abordagem metodológica do estudo, com prioridade para trabalhos mais próximos do padrão-ouro do estudo randomizado controlado (ERC), e abordagens quase-experimentais. Nesse sentido, a escala de Maryland (WWCLEG, 2015) visa classificar exatamente essas características, identificando não só a metodologia, mas as possíveis falhas de desenho que geram vieses.

QUADRO 3

Níveis de robustez experimental baseado na escala de Maryland

Tipo de estudo	Nível na escala de Maryland	Descrição
Não experimental	Nível 1	Trabalho que identifica a existência de correlação entre intervenção e resultados relativos à criminalidade, mas não possibilita estabelecer uma relação de causalidade.
	Nível 2	Abordagem de comparação <i>antes e depois</i> , sem utilização de grupo de controle ou com grupo de controle não equivalente.
Quase-experimental	Nível 3	Introdução de métodos de pareamento do grupo de controle e intervenção, uso de variáveis de controle adequadas e métodos estatísticos.
	Nível 4	Junto das condições do Nível 3, agrega elementos de quase aleatoriedade, indicando que o grupo de controle e de intervenção diferem apenas na alocação do tratamento.
Experimental	Nível 5	Nível reservado a estudos que explicitam a randomização dos grupos de controle e teste, sendo os estudos randomizados controlados (ERC) o referencial.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em WWCLEG, 2015.

Assim, foram identificados todos os estudos que fundamentaram os programas encontrados no *Crime Solutions* e classificados seguindo essa lógica. O ponto de corte para avaliação de resultados foi do Nível 3 para mais, propondo uma revisão dos trabalhos experimentais e quase-experimentais. Além disso, foram categorizadas como: (1) “intervenções que funcionam” aquelas que geram resultados significativos na diminuição da reincidência; e (2) “intervenções que não funcionam” aquelas que geram aumento significativo da reincidência ou têm efeito nulo.

RESULTADOS

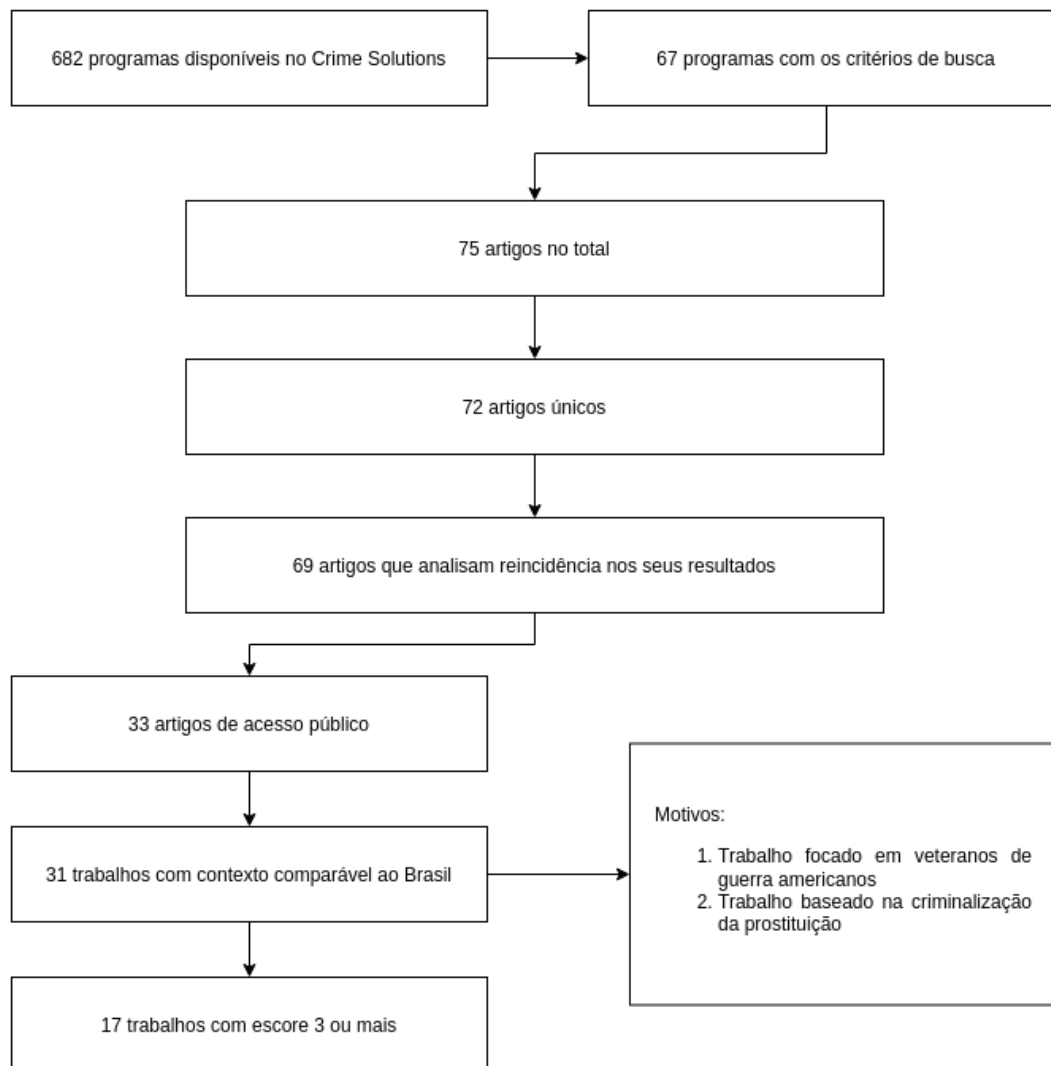
RESUMO DOS METADADOS DE PESQUISA

De um total de 682 programas no *Crime Solutions*, 67 correspondiam aos descritores e filtros de interesse, que continham referências a 75 artigos no total. Destes, dados os critérios de inclusão e exclusão, resultaram 17 trabalhos com escore 3 ou superior. Ressalta-se que, depois da imposição dos critérios, restaram apenas programas aplicados nos EUA.

FIGURA 1

Fluxograma da seleção de artigos

Figura 1: Fluxograma da seleção de artigos



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

APLICAÇÃO DA ESCALA DE MARYLAND

No processo de pontuação, foram avaliadas tanto a metodologia quanto as possíveis fragilidades de cada trabalho. Nos casos em que um trabalho possuía mais de uma metodologia de avaliação, a pontuação inicial era da metodologia de maior robustez. Por outro lado, a identificação de falhas se deu de forma mais rigorosa, e qualquer aspecto que enfraquecesse a hipótese de randomização foi considerado, além dos erros de processo já mencionados na Escala. Falhas comuns foram o atrito dos participantes e o viés de seleção em intervenções com voluntários; artigos que relataram atrito gerador de viés foram excluídos. Assim, os artigos foram pontuados e seguem descritos no Quadro 4, a seguir.

QUADRO 4

Classificação final dos artigos segundo escala de Maryland

Nível na escala de Maryland	Artigos
Nível 1	<ul style="list-style-type: none"> The Dangerous Mentally Ill Offender Program (Mayfield, 2009)
Nível 2	<ul style="list-style-type: none"> Evaluation of the Allegheny County Jail Collaborative Reentry Programs (Willison <i>et al.</i>, 2014) Reconviction Following a Cognitive Skills Intervention (Travers <i>et al.</i>, 2013) Three-Year Reincarceration Outcomes for Amity In-Prison Therapeutic Community and Aftercare in California (Wexler <i>et al.</i>, 1999) Amity Prison-Based Therapeutic Community: 5-year outcomes (Prendergast <i>et al.</i>, 2004) Community In-Reach Through Jail Reentry: Findings from a Quasi-Experimental Design (Miller; Ventura, 2010) Increased Earned Release from Prison (Drake <i>et al.</i>, 2009) The Effects of Postsecondary Correctional Education (Winterfield, 2009) Quehanna Motivational Boot Camp (Pennsylvania Department of Corrections, 2016) Supportive Housing for Returning Prisoners (Fontaine, 2012) Reducing Juvenile Recidivism Through Specialized Reentry Services (Calleja <i>et al.</i>, 2016) The Effects of Private Prison Confinement on Offender Recidivism (Duwe <i>et al.</i>, 2013) Returning to Work After Prison: Final Results for the Transitional Jobs Reentry Demonstration (Jacobs, 2012)
Nível 3	<ul style="list-style-type: none"> Evaluation of the Impact of the HM Prison Service Enhanced Thinking Skills Programme on Reoffending Outcomes of the Surveying Prisoner Crime Reduction (SPCR) Sample (Sadlier, 2010) Community Mediation Maryland: Reentry Mediation In-Depth Recidivism Analysis (Flower, 2014) Creating Lasting Family Connections (McKiernan <i>et al.</i>, 2013) Prison Visitation and Recidivism (Mears <i>et al.</i>, 2011) Correctional Industries Preparing Inmates for Re-entry (Smith <i>et al.</i>, 2006) The Effects of Prison Visits from Community Volunteers on Offender Recidivism (Duwe; Byron, 2016) Smoothing the Path from Prison to Home (Wilson <i>et al.</i>, 2005) Improving Reentry for Ex-Offenders in San Diego County (Mulmat <i>et al.</i>, 2012)
Nível 4	<ul style="list-style-type: none"> An Experimental Evaluation of a Comprehensive Employment-Oriented Prisoner Re-entry Program (Cook <i>et al.</i>, 2014) The Georgia Cognitive Skills Experiment Phase I (Voorhis <i>et al.</i>, 2001) An Evaluation of the Minnesota Comprehensive Offender Reentry Plan (MCORP) Pilot Project: Final Report. St. Paul, Minn (Duwe, 2013) The Georgia Cognitive Skills Experiment Phase II (Voorhis <i>et al.</i>, 2002) Sandhills Vocational Delivery System Experiment (Lattimore; Witte; Baker, 1987) An Evaluation of Seven Second Chance Act Adult Demonstration Programs (D'Amico; Kim, 2018) Chronic Juvenile Offenders Final Results from The Skillman Aftercare Experiment (Greenwood; Deschenes; Adams, 1993) How Damaging is Imprisonment in the Long-Term? (Killias <i>et al.</i>, 2010)
Nível 5	<ul style="list-style-type: none"> Coming Home to Harlem (Ayoub; Pooler, 2015)

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

PROGRAMAS EFICAZES E INEFICAZES

Com o intuito de facilitar a visualização dos programas e seus resultados, trabalhos foram agrupados por tipos de intervenção, como descrito no Quadro 5, abaixo.

QUADRO 5

Categorias de intervenção e respaldo empírico

Intervenção	Descrição	Artigos
Acompanhamento em liberdade	Intervenções que se baseiam em acompanhar o indivíduo após soltura, ajudando-o em suas principais queixas e o conectando com serviços de apoio.	<p>Funciona:</p> <ul style="list-style-type: none"> Coming Home to Harlem (Ayoub; Pooler, 2015) <p>Não funciona:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sandhills Vocational Delivery System Experiment (Lattimore; Witte; Baker, 1987) How Damaging is Imprisonment in the Long-Term? (Killias <i>et al.</i>, 2010)
Empregabilidade	Ações voltadas para desenvolver a empregabilidade dos apenados e inseri-los no mercado de trabalho.	<p>Funciona:</p> <ul style="list-style-type: none"> Correctional Industries Preparing Inmates for Re-entry (Smith <i>et al.</i>, 2006) <p>Não funciona:</p> <ul style="list-style-type: none"> An Experimental Evaluation of a Comprehensive Employment-Oriented Prisoner Re-entry Program (Cook <i>et al.</i>, 2014)
Habilidades cognitivo-comportamentais	Treinamento de habilidades cognitivas e controle de comportamento.	<p>Funciona:</p> <ul style="list-style-type: none"> Evaluation of the Impact of the HM Prison Service Enhanced Thinking Skills Programme on Reoffending Outcomes of the Surveying Prisoner Crime Reduction (SPCR) Sample (Sadlier, 2010) <p>Não funciona:</p> <ul style="list-style-type: none"> The Georgia Cognitive Skills Experiment Phase I (Voorhis <i>et al.</i>, 2001) The Georgia Cognitive Skills Experiment Phase II (Voorhis <i>et al.</i>, 2002)
Planejamento de libertação	Ações pautadas na criação de roteiro de soltura do apenado.	<p>Funciona:</p> <ul style="list-style-type: none"> An Evaluation of the Minnesota Comprehensive Offender Reentry Plan (MCORP) Pilot Project: Final Report. St. Paul, Minn (Duwe, 2013) <p>Não funciona:</p> <ul style="list-style-type: none"> Smoothing the Path from Prison to Home (Wilson <i>et al.</i>, 2005) An Evaluation of Seven Second Chance Act Adult Demonstration Programs (D'Amico; Kim, 2018) Chronic Juvenile Offenders Final Results from The Skillman Aftercare Experiment (Greenwood; Deschenes; Adams, 1993) Improving Reentry for Ex-Offenders in San Diego County (Mulmat <i>et al.</i>, 2012)
Visitação	Projetos que envolvam a visitação por familiares, funcionários ou voluntários.	<p>Funciona:</p> <ul style="list-style-type: none"> Community Mediation Maryland: Reentry Mediation In-Depth Recidivism Analysis (Flower, 2014) Prison Visitation and Recidivism (Mears <i>et al.</i>, 2011) The Effects of Prison Visits from Community Volunteers on Offender Recidivism (Duwe; Byron, 2016) Creating Lasting Family Connections (McKiernan <i>et al.</i>, 2013)

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

ACOMPANHAMENTO EM LIBERDADE

Bastante característico do sistema penal dos Estados Unidos, o acompanhamento em liberdade busca acompanhar os infratores durante o período de liberdade condicional ou plena, e facilitar seu processo de reintegração. Alguns trabalhos apresentam períodos de intervenção antes e depois da soltura; em sua maioria, buscam oferecer informações úteis, como mediar acesso a programas gratuitos de tratamento para usuários de drogas, oportunidades de emprego, serviços de acesso a moradia, dentre outros benefícios.

Nesse tipo de intervenção, um trabalho teve resultados satisfatórios (Ayoub; Pooler, 2015) e outros dois não encontraram efeito (Lattimore; Witte; Baker, 1987; Killias *et al.*, 2010) sobre reincidência. O primeiro artigo trata de um estudo randomizado controlado minucioso, com planejamento de soltura, assistência jurídica, coordenação de serviços de apoio e incentivos positivos para sucesso dos indivíduos em sua reintegração. Nesse programa, o índice penitenciário de reincidência foi de 51% para tratados e 56% para controle, além de efeitos benéficos na empregabilidade, já que, na média, os tratados trabalharam mais que o dobro de horas do que aqueles do grupo de controle.

Já o estudo de Lattimore, Witte e Baker (1987) promoveu acompanhamento de infratores de 18 a 22 anos, e se baseou em atividades preparatórias para reintegração em comunidade e realocação no mercado de trabalho. Foram registrados atrito e contaminação do grupo de controle, além da ausência de efeito sobre reincidência. O terceiro trabalho (Killias *et al.*, 2010) avaliou substituição da pena por acompanhamento e serviço comunitário, partindo da premissa de que a prisão no longo prazo teria efeitos negativos, então encurtar a pena ao substituí-la por serviços poderia acelerar a reintegração e diminuir os impactos da privação de liberdade. Teve, também, problemas com atrito e não demonstrou efeito sobre reincidência.

EMPREGABILIDADE

Em congruência com a discussão sobre incentivo ao trabalho lícito, as intervenções que buscam fomentar a empregabilidade corroboram a teoria econômica (Becker, 1968).

Cook *et al.* (2014) argumentam que o trabalho lícito aparenta baixa efetividade, pois metade do grupo de controle registrou rendimento menor que US\$ 500,00 no primeiro ano, tendo o grupo de tratados alcançado parâmetros apenas ligeiramente maiores. Mais especificamente, os autores argumentam que o trabalho formal não parece ser um dos fatores definitivos na reintegração no primeiro ano, considerando a possibilidade de trabalhos informais, não declarados, serem mais acessíveis à população com histórico criminal. Cabe salientar que nos EUA, local do estudo, alguns estados não regulam a utilização de histórico criminal no processo de contratação, o que pode intensificar o efeito sinalização da condenação do indivíduo. De todo modo, os autores ressaltam os efeitos positivos do aumento do investimento em capital humano dos reclusos.

O estudo de Smith *et al.* (2006) avalia um programa de parceria entre setor privado e prisão, em que o prisioneiro é inserido em ambientes de trabalho realistas, recebe salário e desenvolve habilidades comercializáveis para aumentar seu potencial de empregabilidade quando em liberdade. O trabalho, porém, não detalha o processo do programa, restringindo-se a avaliar a lei do sistema de justiça prisional dos EUA desde 1979. Em suma, os autores ressaltam resultados significativos em diversos indicadores de empregabilidade (taxa de

empregabilidade no primeiro ano, média salarial, duração do primeiro emprego etc.), além de redução da reincidência em 7 pontos percentuais – 6 pontos percentuais já no primeiro ano em liberdade.

HABILIDADES COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS

Terapias cognitivo-comportamentais (TCC ou CBT – *Cognitive Behavioral Therapy*), que se tornaram mais proeminentes no início do século XXI, se baseiam em utilizar exercícios para desenvolver, em indivíduos de médio e alto risco, habilidades de solução de problemas, pensamento crítico e autocontrole.

Na revisão de Sadlier (2010), percebe-se que os primeiros estudos da técnica foram controversos, em razão da ambiguidade dos resultados. Sobre isso, o trabalho identifica que um problema comum era o de limitação metodológica no que se referia ao controle do viés de seleção por conta de fatores de risco não observados. Como solução, foram introduzidas variáveis de controle para representar a dinâmica de risco dos presos (por exemplo, uso de drogas, situação domiciliar, motivação, atitudes, educação, estado civil). O trabalho teve resultados significativos: o grupo de teste teve taxa de reincidência legal de 27,2% em comparação com o grupo de controle, com 33,5% de reincidência em um ano.

Dois artigos citados por Sadlier (2010) foram contemplados na revisão sistemática, se tratando de avaliações do mesmo programa em duas fases (Voorhis *et al.*, 2001; 2002). De fato, como mencionado por Sadlier, as avaliações de Voorhis *et al.*, por mais que configurassem ERCs, relatam atrito com potencial viés. Esses não aferiram resultados significantes na reincidência criminal, reconhecendo a baixa taxa de adesão ao programa, por mais que relatassem percepção positiva dos tratados.

PLANEJAMENTO DE LIBERTAÇÃO

A categoria mais representativa em estudos é a de planejamento de libertação, que também se mostra uma das iniciativas mais comuns no sistema penal dos Estados Unidos. Trata-se de uma gestão de caso individual que busca identificar o contexto do infrator e situá-lo nos possíveis caminhos de reintegração, de acordo com suas necessidades.

O trabalho que demonstrou o sucesso da intervenção (Duwe, 2013) fundamentou-se em construir laços colaborativos entre assistentes sociais e agentes de supervisão nas comunidades. Desse modo, possibilitou planejamento de reintrodução dinâmico e integrado com a comunidade. A intervenção iniciava dentro da prisão, com os assistentes sociais auxiliando os infratores a encontrarem emprego, com treinamento vocacional, educação, moradia, mentoria, programas religiosos e de transferência de renda. O resultado na diminuição da reincidência foi significativo, mas é importante ressaltar que a metodologia de aferição da reincidência não foi consistente, pois houve grande variabilidade no intervalo de tempo entre libertação e reincidência (18 a 53 meses) dos indivíduos. De todo modo, são relatadas reduções de risco relativo de nova detenção (-20%), de nova condenação (-21%) e de retorno à prisão (-24%). Além disso, participantes reincidiram com menor frequência e com maior lapso temporal, 'sobrevivendo' mais tempo em comunidade sem incorrer em crime.

Os outros trabalhos da categoria não apontam efeitos sobre a reincidência; em especial, D'Amico e Kim (2018) identificaram um aumento na reincidência criminal no grupo de intervenção. Esses resultados

sugerem mais atenção a ações intensas de curto prazo, como era o caso do programa em questão, que visava uma intervenção de planejamento de baixo custo.

VISITAÇÃO

A visitação se destaca por ser umas das mais diretas categorias de intervenção, mas com diversos tipos de aplicação. Há um trabalho focado em criar relacionamentos familiares entre infratores usuários de drogas (McKiernan *et al.*, 2013), com resultados significativos tanto na diminuição da reincidência quanto na diminuição da incidência de comportamentos antissociais; mais especificamente, indivíduos no grupo de controle apresentaram chance 2,94 maior de praticar novo crime.

Outros dois programas voltam-se para a visitação pelos familiares dos presos, a fim de que discutissem o passado do detento e seu caminho de reinserção na sociedade em uma sessão mediada (Flower, 2014; Mears *et al.*, 2011). Ambos apresentam resultados significativos na diminuição da reincidência criminal: no primeiro, quedas de 12% na probabilidade de ser detido e de 9% na probabilidade de nova condenação, além de maior tempo até o indivíduo cometer novo delito; no segundo, queda de 8,3% da reincidência de indivíduos que receberam oito ou mais visitas.

No último programa (Duwe; Byron, 2016), voluntários – em sua maioria líderes religiosos ou comunitários – tiveram a oportunidade de contribuir no processo de reintegração dos presos. Os resultados na diminuição da reincidência penitenciária foram significativos: 52,6% no grupo de tratados em comparação com 62,7% no grupo de controle, fortalecendo a hipótese de que o senso de comunidade pode gerar efeito de dissuasão.

Nesses trabalhos, os autores ressaltam, por fim, que: i) o número de sessões de visitação importa (mais é melhor do que menos); ii) o efeito marginal da visitação é decrescente. Esses resultados são de especial interesse, dado que a visitação é prevista no código penal brasileiro e já ocorre nos presídios; segundo o art. 41, inc. X, é direito do preso visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados (Brasil, 1984). Entretanto, o que parece ter resultado é uma visitação mediada, diferente da implementada no país atualmente.

CONCLUSÃO

A análise da literatura evidencia necessidade de informações mais precisas acerca da reincidência criminal no Brasil. Em virtude da dificuldade do acesso a dados públicos (Julião, 2020) e interpretações distintas do conceito de reincidência, não foi possível apresentar taxas para todos os estados brasileiros.

A literatura sobre reintegração se mostra bastante crítica ao sistema prisional vigente, defendendo que o processo de reclusão marginaliza ainda mais os infratores e se torna um dos determinantes da persistência do comportamento ilícito (Shecaira, 1997; Baratta, 1990). Nesse sentido, as evidências encontradas reforçam alguns conceitos da reintegração social, em especial ao identificar efeitos positivos na conexão com a comunidade (Flower, 2014; Mears *et al.*, 2011; Duwe; Byron, 2016; McKiernan *et al.*, 2013).

Quanto às intervenções, todas as categorias apresentam ao menos uma aplicação de sucesso, abrindo caminho para replicações no Brasil e testes da sua validade externa. Intervenções que não funcionam, por

sua vez, são úteis para identificar falhas de processo ou de desenho e evitar repeti-las. No que tange à metodologia, 9 trabalhos utilizam estudos randomizados controlados, mas 8 deles acusam atrito, jogando luz aos problemas de adesão ao tratamento e dificuldade de acompanhamento dos grupos.

Algumas características foram identificadas como princípios para o sucesso das intervenções, a saber: a continuidade do tratamento dentro e fora da prisão; a participação de membros da comunidade, como família, líderes religiosos e voluntários (Duwe; Byron, 2016; Mears *et al.*, 2011; Flower, 2014; McKiernan *et al.*, 2013); intervenções de longa duração (Ayoub; Pooler, 2015); envolvimento em atividades de trabalho realistas, semelhantes ao mercado de trabalho fora da prisão (Smith *et al.*, 2006). Por outro lado, algumas características parecem prejudiciais, como intervenções intensivas de curto período (Wilson *et al.*, 2005) e intervenções muito generalistas (Mulmat *et al.*, 2012). Uma das categorias que se destaca na possível convergência com o cenário brasileiro é a de visitas, porque esse é direito descrito no código penal brasileiro e já se implementa; entretanto, os bons resultados parecem estar relacionados a visitas mediadas, o que precisaria ser, ainda, integrado à prática.

Por fim, cabe ressaltar a limitação desses resultados no contexto brasileiro. Como identificado na fundamentação teórica, o conceito de reincidência pode variar bastante a depender do contexto jurídico e da disponibilidade de dados; em caso de legislações de países diferentes, por exemplo, há de se esperar que as taxas de reincidência sejam fundamentalmente diferentes, tanto em dimensão como em conceito. A proeminência de certos regimes penais pode não ser tão comum no Brasil quanto em outros países e vice-versa. É possível, ainda, que os determinantes de engajamento com o crime em outros países difiram, o que significa que o que funciona internacionalmente talvez não atinja os mesmos resultados ao ser replicado internamente. De todo modo, dada a carência na literatura nacional no âmbito experimental, a experiência de políticas públicas em outros países é útil como ponto de partida.

Um aspecto não abordado neste trabalho é a análise de custo-benefício dessas políticas, ponto válido a ser explorado em estudos futuros. Uma intervenção pode diminuir despesa pública com prisões ao aumentar o tempo médio para a reincidência, por exemplo, mesmo que a taxa de reincidência não tenha diminuído. Há muitos pontos de interesse na questão de mitigação de custos, que podem ajudar a justificar e atrair investimentos no desenvolvimento de pesquisas nas prisões e fundamentar as escolhas dos gestores de recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana Blumer. Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo: 1974 a 1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 3, p. 70-94, 1986.

ALMEIDA, Beatriz Schimith de. **A eficácia do método APAC na prevenção à reincidência**. Monografia (Graduação em Direito) – Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha – Univem, 2021.

ANDRADE, Geovana Santos; MEDEIROS, Laís Thalita. **A (in)viabilidade do método APAC**. 2020. 37 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília, 2020.

AYOUB, Lama Hassoun; POOLER, Tia. **Coming Home to Harlem**: a randomized controlled trial of the Harlem Parole Reentry Court. New York: Center for Court Innovation, 2015. Disponível em: <https://www.innovatingjustice.org/sites/default/files/documents/Harlem%20Final%20Report%20-%20June.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2025.

Reincidência criminal: revisão sistemática da literatura de avaliação de programas

Pedro Reis Lima, Georgeana Amaral Maciel da Silveira, Guilherme Irffi e Walacy Maciel de Oliveira

BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social**: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. Alemanha: Universidade de Saarland, 1990.

BECKER, Gary Stanley. Crime and punishment: an economic approach. **Journal of Political Economy**, v. 76, n. 2, p. 169-217, 1968.

BONTA, James; ANDREWS, Donald Arthur. **Risk-need-responsivity model for offender assessment and rehabilitation**. Public Safety Canada, 2007. Disponível em: <https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrscs/pblctns/rsk-nd-rspnsvty/index-en.aspx>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de execução Penal. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 10.227, 13 jul. 1984.

BRASIL. **Sistema Prisional em Números**. Relatórios BI – Resolução CNMP 56/2010. Versão compilada e atualizada on-line. Atualização on-line. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CALLEJA, Nancy G; DADAH, Ann; FISHER, Jeri; FERNANDEZ, Melissa. Reducing juvenile recidivism through specialized reentry services: A second chance act project. **Journal of Juvenile Justice**, v. 5, n. 2, p. 1-11, 2016. Acesso em: <https://www.ojp.gov/pdffiles/251065.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CAPDEVILA, Manel i Capdevila; PUIG, Marta Ferrer. Tasa de reincidencia penitenciaria 2008. Documents de treball. Investigació (investigació pròpia, 2008). **Àmbit social i criminològic**, Centre d’Estudis Jurídics i Formació Especialitzada, Generalitat de Catalunya, Departament de Justícia, Barcelona, 2009. Disponível em: https://repositori.justicia.gencat.cat/bitstream/handle/20.500.14226/77/SC-1-076-09_cat.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 11 jan. 2025.

CARRILLO, Bladimir; SAMPAIO, Breno; BRITTO, Diogo; SAMPAIO, Gustavo; VAZ, Paulo; SAMPAIO, Yony. **Reincidência Criminal no Brasil**. Grupo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa Econômica. Universidade Federal da Paraíba, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/assuntos/noticias/depen-divulga-relatorio-previo-de-estudo-inedito-sobre-reincidencia-criminal-no-brasil/reincidencia-criminal-no-brasil-2022.pdf/view>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CARVALHO, Fellipe Simões Guimarães. **A eficácia do método “APAC” no cumprimento das penas privativas de liberdade**. 2016. 33 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdades Unificadas de Guarapari, Guarapari, 2016.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (Coords.). **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

COOK, Philip; KANG, Songman; BRAGA, Anthony; LUDWIG, Jens; O’BRIEN, Mallory. An experimental evaluation of a comprehensive employment-oriented prisoner re-entry program. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 31, n. 3, p. 355-382, 2014.

COSTA, Graziely Bortoluzzi de Oliveira. **Impactos da implantação do método APAC no sistema carcerário do Distrito Federal**. 2021. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS), Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2021.

D'AMICO, Ronald; KIM, Hui. **Evaluation of seven second chance act adult demonstration programs: findings at 30 months.** Nº doc.: 251702. Office of Justice Programs, National Criminal Justice Reference Service, maio 2018. Disponível em: <https://www.ojp.gov/pdffiles1/nij/grants/251702.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

DE SOUZA MORAIS, Leandro. RESSOCIALIZAÇÃO E REINCIDÊNCIA DO APENADO DIANTE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO SOB UMA PERSPECTIVA CRÍTICA. **Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso**, 2021. Disponível em: <https://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositoriottcc/article/view/3356>. Acesso em 20 jan. 2025.

DEMOGURSKI, Lucas Sena de Souza; OLIVEIRA, Djaci David de; DURAES, Telma Ferreira Nascimento. Análise do processo de ressocialização: o método da Associação de Proteção e Assistência a Condenados. **Revista de Ciências Sociais**, v. 34, n. 48, p. 131-154, 2021.

DICK, Cássio Samuel. Ressocialização do preso: uma revisão bibliográfica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 518-528, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i1.1063>.

DRAKE, Elizabeth; BARNOSKI, Robert P.; AOS, Steven. **Increased earned release from prison: Impacts of a 2003 law on recidivism and crime costs, revised.** Olympia, WA: Washington State Institute for Public Policy, 2009. Acesso em: <https://www.ojp.gov/library/publications/increased-earned-release-prison-impacts-2003-law-recidivism-and-crime-costs>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DUWE, Grant. **An evaluation of the Minnesota Comprehensive Offender Reentry Plan (MCORP) Pilot Project: Final Report.** St. Paul: Minnesota Department of Corrections, 2013. Disponível em: https://mn.gov/doc/assets/MCORP_Evaluation_Final_DOC_Website_tcm1089-271479.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

DUWE, Grant; CLARK, Valerie. The effects of private prison confinement on offender recidivism: Evidence from Minnesota. **Criminal Justice Review**, v. 38, n. 3, p. 375-394, 2013. Acesso em: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/effects-private-prison-confinement-offender-recidivism-evidence>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DUWE, Grant; BYRON, Johnson. The effects of prison visits from community volunteers on offender recidivism. **The Prison Journal**, v. 96, n. 2, p. 279-303, 2016.

FERNANDES, Claudio Roberto. Análise da APAC de Pouso Alegre-MG na percepção dos dirigentes e recuperandos. **Revista de Ciências Jurídicas**, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 41-48, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17921/2448-2129.2021v22n1p41-48>.

FLOWER, Shawn. **Community Mediation Maryland: reentry mediation in-depth recidivism analysis.** Greenbelt, MD: Choice Research Associates, nov. 2014. Disponível em: <https://abell.org/wp-content/uploads/2022/02/afr-cmmrecidivism1114.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FONTAINE, Jocelyn; GILCHRIST-SCOTT, Douglas; ROMAN, John; TAXY, Samuel; ROMAN, Caterina. **Supportive housing for returning prisoners: Outcomes and impacts of the Returning Home-Ohio Pilot Project.** Washington, DC: Urban Institute. 2012. Acesso em: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/supportive-housing-returning-prisoners-outcomes-and-impacts>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FREITAS, Maria Milene de Oliveira; SILVA, Marina Oliveira. **O método APAC e sua eficácia na recuperação e na ressocialização do condenado**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Instituição de Ensino Superior (IES) da Rede Ânima Educação, 2021.

GREENWOOD, Peter; DESCHENES, Elizabeth; ADAMS, John. **Chronic juvenile offenders**: final results from the Skillman Aftercare Experiment. Santa Monica, CA: Rand Corporation, 1993. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR220.html. Acesso em: 15 jan. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Reincidência criminal no Brasil**: Relatório de Pesquisa. Relatório final de atividades da pesquisa sobre reincidência criminal, conforme Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ipea (001/2012) e respectivo Plano de Trabalho. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7510>. Acesso em: 15 jan. 2024.

IRFFI, Guilherme (Coord. Geral); IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Corteza; SILVEIRA, Georgeana Amaral Maciel da; SALES, Isabela Braga; PEREIRA, Marcelo Eduardo Lamas; SAMPAIO, Maria Analice dos Santos; KJAER, Rosália de Azevedo; DRECKSLER, Thiago Souza. **Nordeste Pacífico**: combate e prevenção à violência. Meta 3. Violência e Criminalidade no Brasil e no Nordeste: perda econômica e análise dos programas de combate e prevenção. Produto 2. Universidade Federal do Ceará, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/ted142020-produto15.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

JACOBS, Erin. Returning to work after prison-final results from the transitional jobs reentry demonstration. **Available at SSRN 2056045**, 2012. Acesso em: <https://ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/returning-work-after-prison-final-results-transitional-jobs-reentry>. Acesso em: 20 jan. 2025.

JORGE, Marco Antonio; CARVALHO, Tereza Caroline de Ávila. Reincidência criminal e inserção precária no mercado de trabalho. In: MACAMBIRA, Júnior (Org.). **O mercado de trabalho formal no Brasil**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006, p. 235-261. Disponível em: https://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2019/01/001_O_Mercado_de_Trabalho_Formal_no_Brasil.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. 2009. 440 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Sistema Penitenciário Brasileiro**: aspectos conceituais, políticos e ideológicos da reincidência. Rio de Janeiro: Revan, 2020.

KILLIAS, Martin; GILLIERON, Gwladys; VILLARD, Françoise; POGLIA, Clara. How damaging is imprisonment in the long-term? A controlled experiment comparing long-term effects of community service and short custodial sentences on re-offending and social integration. **Journal of Experimental Criminology**, v. 6, n. 2, p. 115-130, 2010. DOI:10.1007/s11292-010-9093-5.

LATTIMORE, Pamela; WITTE, Ann; BAKER, Joanna. **The Sandhills vocational delivery system experiment**: an examination of correctional program implementation and effectiveness. National Institute of Justice under grant N°: 85-IJ-CX-0060, U.S. Department of Justice, 1987. Disponível em: <https://www.ojp.gov/pdffiles1/Digitization/108967NCJRS.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

LEMGRUBER, Julita. Reincidência e reincidentes penitenciários no Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro. **Revista da Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 1, v. 1, n. 2, p. 45-76, 1989.

MACHADO, Bruno Amaral; SLONIAK, Marcos Aurélio. Disciplina ou ressocialização? Racionalidades punitivas, trabalho prisional e política penitenciária. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 189-222, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-2432201509>.

MAYFIELD, Jim. **The dangerous mentally ill offender program: Four-year felony recidivism and cost effectiveness**. Olympia: Washington State Institute for Public Policy, 2009.

MCKIERNAN, Patrick; SHAMBLEN, Stephen; COLLINS, David; STRADER, Ted; KOKOSKI, Christopher. Creating lasting family connections: reducing recidivism with community-based family strengthening model. **Criminal Justice Policy Review**, v. 24, n. 1, p. 94-122, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/0887403412447505>.

MEARS, Daniel; COCHRAN, Joshua; SIENNICK, Sonja; BALES, William. Prison visitation and recidivism. **Justice Quarterly**, v. 29, n. 6, p. 888-918, jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/07418825.2011.583932>.

MENEZES, Renatieli Kaline Lima; LIMA, Teófilo Lourenço de. A solução da falência do sistema prisional através da metodologia da APAC. **Anais do VII Fórum Rondoniense de Pesquisa: a importância da escrita na ciência**, Ji Paraná, v. 2, n. 7, 2021.

MILLER, Holly Ventura; MILLER, J. Mitchell. Community in-reach through jail reentry: Findings from a quasi-experimental design. **Justice Quarterly**, v. 27, n. 6, p. 893-910, 2010. Acesso em: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/community-reach-through-jail-reentry-findings-quasi-experimental>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MULMAT, Darlene Hctor; HOWARD, Lisbeth; ROHANNA, Kristen; DOROSKI, Elizabeth; BURKE, Cynthia. **Improving reentry for ex-offenders in San Diego County**. SB 618 Final Evaluation Report. San Diego, CA: SANDAG, 2012. Disponível em: <https://www.sandag.org/-/media/SANDAG/Documents/PDF/data-and-research/criminal-justice-and-public-safety/evaluation-services/adults/cj-improving-reentry-for-ex-offenders-san-diego-county-sb-618-final-evaluation-report-2012-06-01.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PASSOS, Daiana Samara. **Organização criminosa: A influência das facções criminosas no processo de ressocialização dos apenados no sistema penitenciário brasileiro**. 2020. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

PENNSYLVANIA DEPARTMENT OF CORRECTIONS. **Quehanna Boot Camp Report: 2016**. Pennsylvania, 2016. Disponível em: <https://www.pa.gov/content/dam/copapwp-pagov/en/cor/documents/resources/statistics/reports-and-dashboards/qbc-report-2016.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

PRENDERGAST, Michael L; HALL, Elizabeth; WEXLER, Harry; MELNICK, Gerald; CAO, Yan. Amity prison-based therapeutic community: 5-year outcomes. **The Prison Journal**, v. 84, n. 1, p. 36-60, 2004. Acesso em: <https://www.ojp.gov/library/publications/amity-prison-based-therapeutic-community-5-year-outcomes>. Acesso em: 20 jan. 2025.

QUEIROZ, Amanda Maciel; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Políticas de ressocialização no sistema prisional: Situação atual, limitações e desafios. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, Brasília, v. 11, n. 41, p. 216-228, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4253366>.

RICHARDSON, Scott; WILSON, Mark; NISHIKAWA, Jim; HAYWARD, Robert. The well-built clinical question: a key to evidence-based decisions. **ACP Journal Club**, v. 123, n. 3, 1995.

RODRIGUES, Pedro Victor Carvalho; REZENDE, Ricardo Ferreira. A dominância das facções criminosas dentro e fora do sistema penitenciário e as consequências para a sociedade. **JNT – Facit Business and Technology Journal**, Araguaína, v. 2, n. 39, p. 397-412, 2022.

SÁ, Alvin August de. Sugestão de um esboço de bases conceituais para um sistema penitenciário. *In*: SAP/SP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. **Manual de projetos de reintegração social**. São Paulo: SAP/SP, 2005, p. 19-43. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13250-13251-1-PB.pdf>.

SADLER, Greg. Evaluation of the impact of the HM Prison Service Enhanced Thinking Skills Programme on reoffending outcomes of the Surveying Prisoner Crime Reduction (SPCR) sample. **Ministry of Justice Research Series**, 19/10, 2010. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5a7ab480e5274a34770e68af/eval-enhanced-thinking-skills-prog.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SAFFI, Fabiana. **Avaliação de terapia cognitiva-comportamental para prevenção de reincidência penitenciária**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-31082009-152701/en.php>. Acesso em: 1 jan. 2025.

SAPORI, Luis Flávio; SANTOS, Roberta Fernandes; MAAS, Lucas Wan Der. Fatores sociais determinantes da reincidência criminal no Brasil: o caso de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, 2017.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Prisões do futuro? Prisões no futuro?. *In*: PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto Baptista Dias da (Orgs.). **Conversações abolicionistas: Uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva**. São Paulo: IBCCrim, 1997, p. 171-175.

SISTEMA PRISIONAL EM NÚMEROS. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), 2022. Disponível em <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SMITH, Cindy; BECHTEL, Jennifer; PATRICK, Angie; SMITH, Richard; WILSON-GENTRY, Laura. **Correctional industries preparing inmates for re-entry: recidivism & post-release employment**. Final report. Doc. Nº: 214608. National Institute of Justice, U.S. Department of Justice, 2006. Disponível em: <https://www.ojp.gov/pdffiles1/nij/grants/214608.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SOUZA, Carolaine Gomes; MEDEIROS, Louis Henrique Rodrigues; CUNHA, Daniel Antônio. Análise da reincidência dos apenados no sistema APAC em Paracatu/MG: estudo de caso comparativo ao regime comum. **Anais do III Simpósio de TCC, das faculdades FINOM e Tecsoma**, 2020, p. 357-374.

SPENCE, Michael. Job market signaling. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 87, n. 3, p. 355-374, 1973. DOI: <https://doi.org/10.2307/1882010>.

TRAVERS, Rosie; WAKELING, Helen; MANN, Ruth; HOLLIN, Clive. Reconviction following a cognitive skills intervention: An alternative quasi-experimental methodology. **Legal and Criminological Psychology**, v. 18, n. 1, p. 48-65, 2013. Disponível em: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/reconviction-following-cognitive-skills-intervention-alternative>. Acesso em: 20 jan. 2025.

VELOSO, Cynara Silde Mesquita; SILVA, Luany Magalhães; NOBRE, Samanta Cardoso. Humanização e ressocialização através do método APAC. **Anais do V Congresso em Desenvolvimento Social: Estado, meio ambiente e desenvolvimento**. Montes Claros, 2016.

VOORHIS, Patricia Van; SPRUANCE, Lisa; LISTWAN, Shelley Johnson; RITCHEY, Neal; PEALER, Jennifer; SEABROOK, Renita. **The Georgia Cognitive Skills Experiment: Outcome Evaluation, Phase I. Final Report**. Cincinnati, Ohio: University of Cincinnati, 2001. Disponível em: https://www.uc.edu/content/dam/uc/ccjr/docs/reports/project_reports/Georgia_Phase_1_final_report.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

VOORHIS, Patricia Van; SPRUANCE, Lisa; RITCHEY, Neal; LISTWAN, Shelley Johnson; SEABROOK, Renita; PEALER, Jennifer. **The Georgia Cognitive Skills Experiment: Outcome Evaluation, Phase II. Final Report**. Cincinnati, Ohio: University of Cincinnati, 2002. Disponível em: https://www.uc.edu/content/dam/uc/ccjr/docs/reports/project_reports/Georgia_Phase_II_final_report.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

WEXLER, Harry K; MELNICK, Gerald; LOWE, Lois; PETERS, Jean. Three-year reincarceration outcomes for Amity in-prison therapeutic community and aftercare in California. **The Prison Journal**, v. 79, n. 3, p. 321-336, 1999. Disponível em: <https://ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/three-year-reincarceration-outcomes-amity-prison-therapeutic-0>. Acesso em: 20 jan. 2025.

WILLISON, Janeen Buck; BIELER, Sam G.; KIM, K. Evaluation of the Allegheny County Jail collaborative reentry programs. **Washington, DC: Urban Institute**, 2014. Disponível em: <https://www.urban.org/sites/default/files/publication/33641/413252-Evaluation-of-the-Allegheny-County-Jail-Collaborative-Reentry-Programs.PDF>. Acesso em: 20 jan. 2025.

WILSON, James; CHERYACHUKIN, Yuri; DAVIS, Robert; DAUPHINEE, Jean; HOPE, Robert; GEHI, Kajal. **Smoothing the path from prison to home: an evaluation of the Project Greenlight transitional services demonstration program**. New York, N.Y.: Vera Institute of Justice, 2005. Disponível em: https://www.vera.org/downloads/publications/Greenlight_Technical_Report_FINAL.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

WINTERFIELD, Laura; COGGESHALL, Mark; BURKE-STOVER, Michelle; CORREA, Vanessa; TODD, Simon. The Effects of Postsecondary Correctional Education: Final Report". **Urban Institute (NJ1)**, 2009. Acesso em: <https://ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/effects-postsecondary-correctional-education-final-report>. Acesso em: 20 jan. 2025.

WWCLEG – What Works Centre for Local Economic Growth. **Guide to scoring evidence using the Maryland Scientific Methods Scale**. London, England: What Works Centre for Local Economic Growth, 2016. Disponível em: https://whatworksgrowth.org/wp-content/uploads/16-06-28_Scoring_Guide.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

ARTIGO

FACES DO JUVENICÍDIO: ANÁLISE DOS DADOS DE MORTALIDADE JUVENIL EM PORTO ALEGRE/RS

LAÍS SILVA STAATS

Assistente Social. Pesquisadora. Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Atua principalmente nos seguintes temas: juventudes, violência estrutural, políticas públicas, proteção social, seletividade penal e direitos humanos.

País: Brasil **Estado:** Santa Catarina **Cidade:** Joinville

Email: lais.staats@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-7394-6938>

GIOVANE ANTONIO SCHERER

Doutor em Serviço Social pela PUCRS. Professor do departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, junto à graduação e ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS. É coordenador do Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas - GEJUP/UFRGS. Bolsista produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Sul **Cidade:** Porto Alegre

Email: giovane.scherer@ufrgs.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-3847-7202>

Contribuições dos(as) autores(as): Laís Silva Staats é pesquisadora integrante da equipe de pesquisa. Responsável pela coleta, tabulação e análise das informações junto ao Sistema de Informações de Mortalidade – SIM. Contribuiu no processo de análise de dados e mediações teóricas ao longo da produção do material. Giovane Antonio Scherer é coordenador do projeto de pesquisa, desenvolvimento da metodologia e orientação dos processos metodológicos. Contribuiu no processo de análise de dados e mediações teóricas ao longo da produção do material.

Data de Recebimento: 27/07/2023 – **Data de Aprovação:** 08/05/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1973

RESUMO

O presente artigo analisa a dinâmica dos homicídios de jovens em Porto Alegre/RS, considerando o contexto histórico brasileiro e as múltiplas determinações do juvenicídio – fenômeno que é associado à violência estrutural, acarretando a interrupção de projetos de vidas devido aos homicídios de jovens. Por meio da análise documental dos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) sobre a cidade de Porto Alegre, observa-se a relação entre mortalidade juvenil e desigualdade social, materializada na análise do território da cidade, bem como suas mediações com a criminalização da pobreza, tendo o racismo estrutural como pilar central do juvenicídio. As vidas descartadas pela violência letal são, em sua maioria, de jovens do sexo masculino, negros e moradores de territórios com precários acessos às políticas públicas. Aponta-se para a necessidade de políticas públicas de proteção social para as juventudes, materializando os princípios legais no que se refere aos direitos juvenis.

Palavras-Chave: Juvenicídio. Juventude. Violência estrutural. Território. Proteção social.

DIMENSIONS OF JUVENICIDE: AN ANALYZES OF YOUTH MORTALITY DATA IN PORTO ALEGRE/RS

ABSTRACT

This article analyzes the dynamics of youth homicides in the city of Porto Alegre/RS, considering the Brazilian historical context and the multiple determinations of juvenile murder - a phenomenon that is associated with structural violence, contributing to the interruption of life projects due to homicides of young people. Through documentary analysis of data from the Mortality Information System - SIM on the city of Porto Alegre, the relationship between juvenile mortality and social inequality is understood, materialized in the analysis of the city's territory, as well as its mediations with criminalization of poverty, with structural racism as the central pillar of youth crime. The lives discarded by lethal violence are mostly young men, blacks living in territories with precarious access to public policies. It points to the need to establish public policies for social protection for youth, materializing the legal principles with regard to youth rights.

Keywords: Juvenicide. Youth. Structural violence. Territory. Social protection.

INTRODUÇÃO

A construção sócio-histórica do Brasil é marcada por diversas violências, desde a sua colonização até atualmente, as quais se manifestam de inúmeras formas, impactando especialmente nas trajetórias de vida de pessoas de segmentos sociais mais empobrecidos da classe trabalhadora. No capitalismo, modo de produção em que tudo é transformado em mercadoria, a vida e a morte são ameaçadas constantemente, tornando-se muitas vezes descartáveis e sendo interrompidas sistematicamente, expondo também a violência estrutural (Silva, 2010) que atinge, em especial, as juventudes brasileiras. Compreender esse fenômeno, que não é "novo", mas que marca a história brasileira, implica no movimento de desvendar outras relações da sociedade que se tornam letais para esse segmento. Assim, compreender a morte de jovens enquanto "juvenicídio", conceito criado por Valenzuela (2015), permite analisar tais mortes para além dos dados quantitativos, por considerar fatores históricos, sociais, econômicos, entre outros, que são basilares do juvenicídio.

No Rio Grande do Sul/RS, a dinâmica da violência letal não se apresenta diferentemente da realidade brasileira. Também com altos índices de homicídios, o estado apresentou uma taxa de 50,8 homicídios de jovens de 15 a 29 anos, por 100 mil habitantes, em 2018 (Ipea; FBSP, 2020), sendo destaque como um dos estados que tem apresentado maior taxa de crescimento de mortalidade juvenil no Brasil na última década. A fim de desvendar as múltiplas determinações do fenômeno do juvenicídio no Rio Grande do Sul, compreendendo-o como expressão mais trágica de um contexto de violação de direitos, é constituída uma investigação com o objetivo de analisar a relação entre os altos índices de mortalidade juvenil e o acesso das juventudes às políticas públicas. A investigação nasce de uma articulação entre o Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas/GEJUP, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, e a Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil/FEMJUV, movimento social que busca pautar o tema da violência letal juvenil junto a diversos espaços no Rio Grande do Sul.

O presente estudo possui financiamento público captado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

– FAPERGRS e é constituído de diversas etapas, sendo que o presente artigo apresenta a análise dos dados da primeira fase do estudo, na qual foi realizada a pesquisa documental a partir da coleta de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), que respondeu ao primeiro objetivo específico da pesquisa: identificar as características dos jovens da violência letal.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva apresentar os resultados advindos da pesquisa documental, analisando-os a partir de outros estudos com temáticas correlatas. A análise sobre o juvenicídio exige uma leitura não pulverizada do fenômeno, compreendendo a cadeia de mediações existentes na constituição da mortalidade juvenil, a qual está inserida em um complexo de complexos, que necessita ser desvendada em suas dimensões particulares, singulares e universais.

Assim, organizado em dois momentos, o artigo propõe desenvolver a discussão sobre a “descartabilidade” e a interrupção da vida de jovens vítimas de homicídios. Sobre a descartabilidade, considera-se a concepção de juvenicídio relacionada à reificação humana no Brasil no modo de produção capitalista, cuja construção sócio-histórica é marcada por diversas violências, na qual emerge-se a análise da transversalidade do racismo estrutural como pilar central da dinâmica do juvenicídio. Referente à interrupção dessas vidas, são apresentados os dados da pesquisa documental sobre os homicídios de adolescentes e jovens de 12¹ a 29 anos em Porto Alegre/RS, apresentando características referentes ao número de vítimas de homicídios nessa faixa etária, ao sexo, à cor/raça e ao bairro de residência das vítimas de homicídio, analisando-os a partir da articulação com debates propostos em outros estudos referentes à temática. Este estudo identifica a necessidade de criação e implementação de políticas públicas de proteção específicas para esse segmento social, considerando elementos históricos que precisam ser superados para que a juventude negra pare de ser vitimada pelo juvenicídio.

VIDAS DESCARTÁVEIS: JUVENICÍDIO E REIFICAÇÃO HUMANA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O solo sócio-histórico brasileiro é irrigado com sangue! Essa constatação só é possível ser percebida quando a “história é escovada a contrapelo” (Benjamim, 1987), isso é: no momento em que se analisa o processo histórico pela lógica daqueles que foram atropelados pela civilização, pelo progresso e pela modernidade. O poder de uma classe dominante resulta, dentre diversos fatores, do pressuposto triunfo histórico no combate às classes subalternas, na utilização de uma visão evolucionista da história como acumulação de “conquistas”, onde “os de baixo” são percebidos como vencidos (Löwy, 2005). A história do Brasil é construída pela lógica dos “vencedores”, sendo necessário alterar essa perspectiva, para demonstrar elementos que foram apagados pela classe dominante na constituição das particularidades do capitalismo brasileiro.

O genocídio da população indígena, inaugurado com a invasão europeia ocorrida a partir de 1.500; a dinâmica do escravismo que violentou e assassinou milhares de vidas negras no país ao longo de mais de 300 anos; as mortes e perseguições resultantes da ditadura civil-militar a partir de 1964, entre outros, demonstram com nitidez exemplos explícitos de como o descarte da vida humana é articulado no Brasil como forma de efetivação de projetos de sociedade ao longo da história. O capitalismo brasileiro se

1 Inicialmente, a pesquisa pretendia analisar a dinâmica da mortalidade juvenil de jovens de 15 a 29 anos; porém, optou-se por ampliar a faixa etária para 12 a 29 anos, após relatos de profissionais e militantes do Movimento Social que participaram da execução da pesquisa referente à vitimização por homicídio precoce em Porto Alegre/RS.

consolidou por meio de um processo constitutivo de marcas profundas de seu passado colonial, enquanto uma colônia de exploração, reabsorvendo e redefinindo as desigualdades presentes nas relações raciais do passado escravista, por meio do advento do trabalho “livre” e de novas condições sócio-históricas (Fernandes, 2006). O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu mantendo os “elementos arcaicos” (Fernandes, 2006), consolidando reformas na perspectiva que tornassem inalteradas a dinâmica da desigualdade social histórica e mantendo a dependência com países de capitalismo central.

As mudanças para a implantação do capitalismo brasileiro foram feitas “pelo alto”, com pouca participação popular em suas decisões (Iamamoto, 2007). Nos termos de Gramsci (1978), vivenciou-se no Brasil uma “revolução passiva”, em que a hegemonia se adianta em qualquer movimento contra-hegemônico, desenvolvendo reformas na perspectiva da manutenção do poder. Em uma síntese dialética entre o arcaico e o novo, o Brasil constrói a sua história mantendo intacta a dinâmica da desigualdade social, sendo que a lógica genocida do passado se reapresenta no presente com novas roupagens, mas que mantém a perspectiva da reificação da vida humana para as classes subalternas, uma vez que “a estrutura da reificação penetra cada vez mais profundamente, fatalmente, constitutivamente, na consciência” (Lukács, 1989, p. 108). Com o desenvolvimento das forças produtivas na realidade brasileira, que mantém intocável os privilégios de uma burguesia submissa aos desígnios do capital internacional, reforça-se a prerrogativa dos atributos das coisas em detrimento das relações sociais que as qualificam (Iamamoto, 2007). Reifica-se a vida humana no momento que essa é transformada em um objeto, sem utilidade, descartado na lógica da produção mercantil de valores, na dinâmica do capital em seu atual momento histórico.

Não somente a força de trabalho é descartada no âmbito das relações capitalistas, em um momento histórico da agudização da crise estrutural do capital², mas a própria vida de determinados seres humanos se constitui enquanto um elemento descartável. Dessa forma, em cada momento da história do Brasil, vidas são exterminadas e argumentos são construídos para que essa banalização da vida humana possa se legitimar de forma coletiva. Em uma conjuntura em que a racionalidade neoliberal impera, mortes são comemoradas e televisionadas construindo uma narrativa fetichizada que, por meio de diversos discursos, busca ocultar a intensa barbárie estabelecida nas relações sociais contemporâneas. O fetiche, enquanto uma mera construção artificial que disfarça as relações sociais constituídas por meio dessa sociabilidade (Harvey, 2013), é acionado na perspectiva de legitimar um conjunto de valores calcados na desvalorização do direito de viver de algumas pessoas.

A produção argumentativa de discursos que justificam a banalização da vida, muito em voga na realidade contemporânea, mantém suas bases fixas em concepções muito presentes ao longo da história do Brasil, de cunho racista, eugenista e conservador. Tais concepções se reapresentam – ora explícitas, ora ocultas –, e se fundamentam em uma direção neoconservadora que age como um recurso ideológico e que esfumaça as raízes das relações sociais de produção, criando figuras imaginárias que são responsáveis por crises e violências.

Na perspectiva neoconservadora, o que se deseja conservar são as estruturas para que o capitalismo possa se reproduzir, para isso lançam mão de um arsenal ideológico que se forma por meio, dentre outros elementos, da criminalização da pobreza e da militarização da vida cotidiana (Barroco, 2011). A criminalização da pobreza, com fortes recortes raciais, é acionada como meio de justificar o massacre de populações que vivem em localidades violentadas pela dinâmica estrutural do capital, reconstruindo,

2 A crise estrutural do capital é formada por consequências nunca vistas na história. Embora não seja nova, tal crise possui como características: o caráter universal, não resumido em um ramo de produção; e o escopo global, em contínua permanência com desdobramentos graduais, não sendo apenas uma crise cíclica (Mészáros, 2011).

por meio do discurso da “limpeza social” e das “guerras às drogas”, o passado, que se faz presente e continua a irrigar com sangue negro o solo do Brasil. Constrói-se, assim, uma simbiose entre a dinâmica neoconservadora e neoliberal, emergente no atual cenário brasileiro, sendo que o neoconservadorismo mostra-se funcional ao projeto neoliberal, por justificar os efeitos perversos das políticas econômicas neoliberais, através de uma retórica excludente e práticas autoritárias de controle à população indesejada (Casara, 2018). Com relação a esse aspecto, Scherer e Nunes (2018, p. 12) evidenciam que: “É nesse ponto de interseção que se relacionam concepções conservadoras com ideários neoliberais, que criam socialmente a ideia do sujeito perigoso, ao mesmo tempo que geram ausências de políticas públicas, ampliando a precarização da vida de determinados segmentos”.

A partir de mediações históricas, reafirmadas pela racionalidade neoliberal e pela ideologia neoconservadora, se criam discursos que legitimam a morte na realidade contemporânea. Para analisar como esses mecanismos se manifestam na perspectiva da banalização da vida, é importante compreender quem são as “vidas matáveis” no contexto atual. Nesse sentido, o estudo *Global Study On Homicide: Understanding homicide – typologies, demographic factors, mechanisms and contributors*, organizado em 2019 pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), coloca o Brasil entre os países com maiores índices de homicídios do mundo, destacando que, embora o país esteja experimentando uma redução considerável em sua população juvenil, em termos demográficos, nos últimos anos, a taxa de homicídios não tem seguido a mesma tendência de declínio entre essa população, mas em vez disso aumentou consideravelmente nas últimas décadas (UNODC, 2019). A faixa etária é um traço marcante das características das vítimas de violência letal no Brasil, sendo que a juventude se constitui como segmento social mais afetado pela violência homicida no Brasil.

O Atlas da Violência 2020, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), dedica uma sessão exclusiva para debater acerca da mortalidade juvenil, destacando que no Brasil os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens, grupo etário de pessoas entre 15 e 29 anos. O estudo aponta que os homicídios foram a principal causa dos óbitos da juventude masculina, responsável pela parcela de 55,6% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos; de 52,3% daqueles entre 20 e 24 anos; e de 43,7% dos que estão entre 25 e 29 anos (Ipea; FBSP, 2020).

Essa dinâmica homicida está presente na maior parte dos países que concentram altas taxas de homicídios, levando o pesquisador mexicano José Manuel Valenzuela a cunhar o termo *juvenicídio* para designar o fenômeno da mortalidade juvenil por meio dos homicídios. Para Valenzuela (2015), o juvenicídio é um fenômeno que atinge os jovens, sendo a classe social o eixo central nesse processo, haja vista a relação de subalternização imbricada nessa dinâmica. O autor também identifica que tal relação vivenciada pelos jovens diminui as opções disponíveis para que eles possam desenvolver projetos de vida, sendo esse um dos fatores que levam à interrupção precoce de suas vidas.

Diante disso, é importante destacar que o juvenicídio se constitui, portanto, enquanto processo que leva os jovens à morte de forma violenta por meio de homicídios decorrentes, especialmente, pela condição de precarização existencial, provocada pela violência estrutural, a qual impossibilita a construção de projetos de vida e futuro. Para Silva (2010) a violência estrutural pode ser definida como:

[...] uma forma de violência que constitui a estrutura que sustenta a sociabilidade burguesa (necessária à reprodução do capital), que nasce e emana diretamente dela, que se utiliza de uma força não necessariamente física (ainda que não abdique dela quando

necessário), capaz de impor regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais, normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua natureza. A violência, então, na sua forma estrutural, se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica por onde se organiza o modelo societário (a infraestrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura), sem que, com isso, seja endossada uma abordagem que emasculé o papel da segunda em relação à primeira [...] (Silva, 2010, p. 31).

Nesse sentido, a forma de produção e reprodução do capital gera um processo de violência estrutural, sendo que ela se encontra “[...] na sociedade, [...] terreno sócio-histórico em que se manifestam as múltiplas manifestações das violências, compreendidas como um fenômeno pluridimensional” (Scherer; Nunes, 2018, p. 8), que possui traços comuns com relação à dinâmica de classes sociais. Vázquez (1977, p. 395) aponta para a importância da análise da violência estrutural em uma perspectiva classista, uma vez que: “esquecida a raiz objetiva, econômico-social, de classe, da violência, o caminho fica livre para que a atenção se centralize na própria violência, e não no sistema que a engendra [...]”. As inúmeras condições de vulnerabilidade e de precarizações vivenciadas por grande parte dos segmentos sociais juvenis que têm suas vidas ceifadas, são resultantes de processos sociais, portanto, calcados na histórica desigualdade social que impera e se fortalece na realidade brasileira.

Além da questão de classe, o juvenicídio no Brasil também possui um nítido recorte racial, uma vez que a dinâmica do racismo estrutural é componente constitutivo da dinâmica da letalidade nesse país. O Atlas da Violência de 2020 ressalta que as taxas de mortes de jovens negros apresentaram forte crescimento ao longo dos anos; entre os brancos, os índices de mortalidade são muito menores quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentam redução. No ano de 2018, os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas), a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos (Ipea; FBSP, 2020).

A análise dos dados e da mortalidade juvenil no Brasil é reveladora no que diz respeito à dinâmica da descartabilidade da vida humana, que se sustenta no racismo estrutural, amparada e fundamentada pelo neoconservadorismo de cunho neoliberal. Observa-se, de forma nítida, que a lógica genocida do passado se reapresenta no presente com novas roupagens. Diante dessa realidade, mostra-se fundamental analisar como essa dinâmica homicida se particulariza no Brasil, a fim de compreender com maior densidade as particularidades da dinâmica homicida em um país com extensões continentais. No próximo item, será debatida a dinâmica homicida na cidade de Porto Alegre/RS.

VIDAS INTERROMPIDAS: A REALIDADE SOBRE OS HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM PORTO ALEGRE/RS

Uma das manifestações mais brutais da violência estrutural é a interrupção de vidas, durante e após sistemáticas violações de direitos. Essa realidade é possível de ser observada em todos os estados do Brasil que apresentam altas taxas de mortalidade juvenil, sendo que o estado do Rio Grande do Sul foi a unidade da Federação brasileira do Sul do país que apresentou maior crescimento nas taxas de juvenicídio nos últimos 10 anos. Com relação ao segmento juvenil, aponta-se um crescimento que chega a 64%, sendo que, no ano de 2006, foram assassinados 908 jovens e, em 2016, foram assassinados 1.608 jovens (Cerqueira, 2018).

A cidade de Porto Alegre/RS é a 12ª capital no *ranking* das capitais brasileiras com maiores taxas estimadas de homicídios, sendo a que apresenta maiores taxas de homicídio do Sul do Brasil, ficando à frente de cidades como Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, São Luís/MA e Vitória/ES (Ipea; FBSP, 2019). Para analisar essa realidade, um grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal, em articulação a um Movimento Social, desenvolveu um estudo com o objetivo de analisar como a relação entre os altos índices de mortalidade juvenil e o acesso das juventudes às políticas públicas no Rio Grande do Sul vinha se constituindo, a fim de subsidiar ações no âmbito da proteção social para esse segmento. Dentre seus objetivos, a investigação procura mapear os dados de mortalidade juvenil por homicídio no Rio Grande do Sul, mais especificamente no que diz respeito à cidade de Porto Alegre, a fim de identificar as características dos jovens vítimas da violência letal; bem como identificar os territórios de maior ocorrência de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre³.

Para alcançar tais objetivos, foi realizada uma análise documental a partir de registros oficiais do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).

O SIM foi desenvolvido pelo Ministério da Saúde, em 1975, e é produto da unificação de mais de quarenta modelos de instrumentos utilizados, ao longo dos anos, para coletar dados sobre mortalidade no país. Possui variáveis que permitem, a partir da *causa mortis* atestada pelo médico, construir indicadores e processar análises epidemiológicas que contribuam para a eficiência da gestão em saúde (Brasil, s.d.).

No âmbito desse sistema, foram analisados os dados específicos de mortalidade juvenil, de adolescentes e jovens de 12 até 29 anos, vitimados na cidade de Porto Alegre/RS nos anos de 2015 a 2018⁴. Buscou-se realizar diversos cruzamentos de dados, com o intuito de perceber com mais profundidade o fenômeno da mortalidade juvenil, como o perfil dos jovens mortos, os territórios onde ocorreram as mortalidades, as principais causas, entre outros.

Importante considerar que tais informações sobre a dinâmica da mortalidade de adolescentes e jovens dão visibilidade acerca do fim dessas vidas e, ao mesmo tempo, reafirmam a importância e a necessidade de que as histórias de vida desses adolescentes e jovens sejam contadas na sua integralidade, enquanto eram vividas, e reconhecidas pela sociedade como vidas que foram interrompidas violentamente. Os números não captam as dores e os vazios deixados por uma morte prematura que, não raras as vezes, são associadas a uma visibilidade perversa, sendo a importância das suas trajetórias de vida jogada a um segundo plano. Assim, essas histórias são contadas a partir do seu fim e de registros quantitativos, mas com a constante provocação de que seja pensado no “durante” dessas vidas interrompidas e das vidas que ainda estão vivas – mas em situação de risco letal –, e com a proposta de subsidiar na elaboração de políticas públicas de proteção social.

3 A presente investigação possui diversos outros objetivos e elementos metodológicos que não serão problematizados no âmbito do presente artigo.

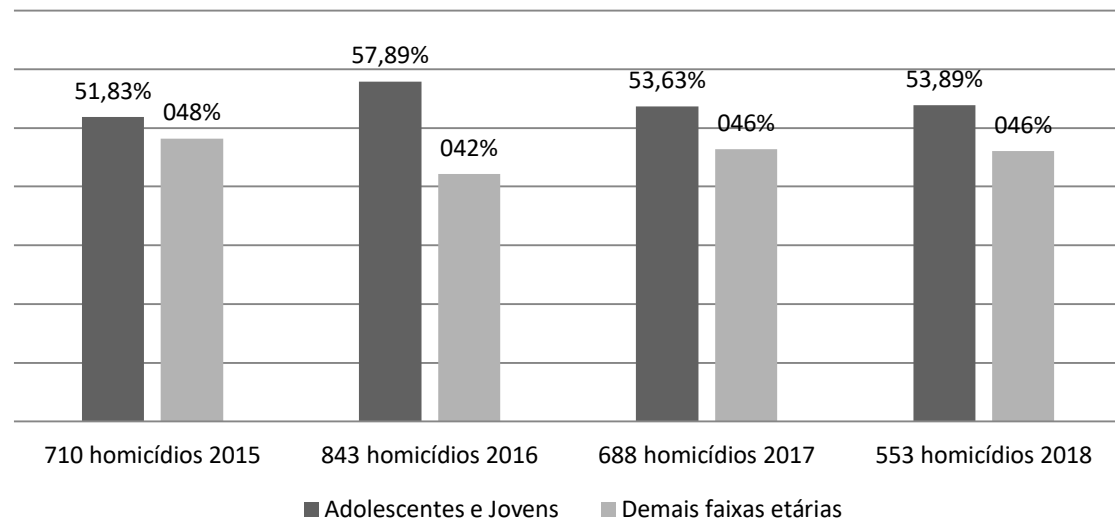
4 Originalmente, a pesquisa buscava analisar os dados dos homicídios nos anos de 2015 a 2019. Entretanto, na época em que a coleta e a análise foram realizadas, os dados de 2019 não estavam atualizados, optando-se por expor, em um primeiro momento, os dados apenas até o ano de 2018.

RASTROS DE SANGUE: A DINÂMICA DA MORTALIDADE NOS ANOS DE 2015 ATÉ 2018

Identificou-se durante a tabulação e análise dos dados do SIM, que a cidade de Porto Alegre/RS registrou, nos anos de 2015 a 2018, 2.794 homicídios, sendo 54,5% dos homicídios de adolescentes e jovens de 12 a 29 anos de idade, e 45,5% de pessoas das demais faixas etárias. Não apenas no somatório dos anos é percebido o elevado número de homicídios de adolescentes e jovens em relação às demais faixas etárias, como em cada um dos anos individualmente. O ano de 2016 foi o que apresentou maior ocorrência de homicídios, tendo sido registrados 843, nos dados do SIM.

GRÁFICO 1

Homicídios de adolescentes e jovens e demais faixas etárias, nos anos de 2015 a 2018



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (2015-2018).

Apesar de o elevado índice de homicídios em todos os anos na cidade de Porto Alegre/RS chamar a atenção, observa-se o pico no ano de 2016. Esse ano se constitui como o “ano sangrento” na cidade, uma vez que foi o período que mais concentrou mortes violentas da história de Porto Alegre, desde que o SIM iniciou a série histórica do processo de tabulação das *causas mortis* na cidade. Nessa perspectiva, torna-se frutífera a análise de Cipriani (2019), que em sua pesquisa procura analisar a emergência de um ciclo de mortes naquele ano, por meio de entrevistas, observações em alguns territórios e análises documentais. A autora ressalta que 2016 é marcado por uma guerra entre facções, com a polarização entre duas facções, chamadas de “Bala na Cara” e “Antibala”, redimensionando conflitos microlocais e englobando os grupos da capital em torno do binômio aliados e contras. Por meio dos atentados e da “caçada aos inimigos”, as facções ampliaram as vítimas em potencial, inaugurando um ciclo retaliatório de violência letal (Cipriani, 2019).

A análise de Cipriani (2019) demonstra as relações do tráfico de drogas como um elemento catalizador dos processos de mortalidade, tendo uma relação intrínseca com o juvenicídio, enquanto a interrupção de vidas jovens por mortes violentas é causada pela ausência ou diminuição das possibilidades de construções de projetos de vida. Diante do acirramento das condições de vida de toda a população, fruto da dinâmica de acumulação neoliberal, “[...] cresce – especialmente nos territórios violentados pela lógica do capital,

de forma exponencial – um mercado de trabalho extremamente lucrativo, proporcionando a possibilidade de inserção de muitos sujeitos no circuito do capital: o tráfico de drogas [...]” (Scherer, 2018, p. 259).

Além disso, entende-se que a dinâmica do tráfico de drogas é uma das que mais cresce nas regiões metropolitanas brasileiras (Soares, 2006), sendo que a resposta a esse crescimento, calcado no paradigma da guerra às drogas, resulta em confrontos armados e aumento significativo do número de óbitos (Silva; Fernandes; Braga, 2008). Nesse contexto, o tráfico de drogas se constitui como reflexo perverso da violência estrutural, que se constitui elemento basilar no processo de juvenicídio em Porto Alegre/RS, assim como em demais cidades da América Latina.

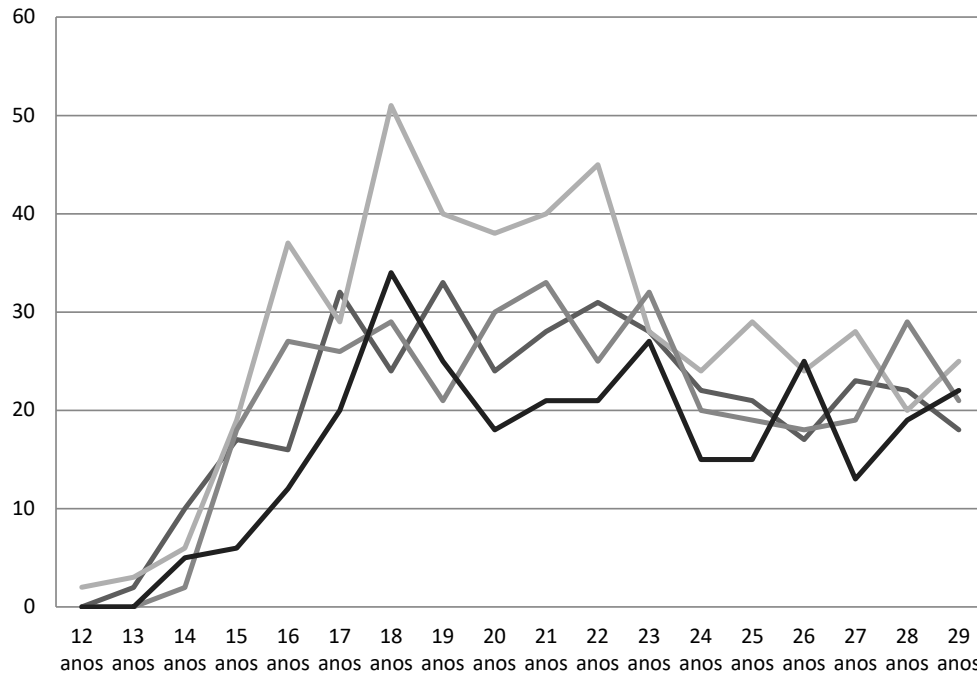
As relações com base no tráfico de drogas podem explicar as flutuações com relação à dinâmica da mortalidade, não somente em Porto Alegre/RS, mas em todo o Brasil. O Atlas da Violência de 2020 (Ipea; FBSP, 2020) refere que longos períodos de guerra entre facções⁵ ocasionam altos custos para ambos os lados, em termos de letalidade e aquisição de armas e munição, sendo que a guerra entre grupos criminais se torna inviável economicamente por um longo tempo. Esse fato poderia explicar a diminuição das taxas de homicídio juvenil em Porto Alegre/RS a partir do ano de 2016, sendo fundamental o alerta do Atlas da Violência 2020 (Ipea; FBSP, 2020, p. 13) de que a presunção sobre a correlação de forças entre as facções “pode mudar ao longo do tempo, gerando novos incentivos para guerras”, sendo que “a trégua entre facções é sempre instável e cíclica, o que pode ocasionar novos conflitos a partir de 2020”. Tal contexto se agrava com uma política de segurança pública de enfrentamento às drogas altamente ineficaz, calcada nos pressupostos de “guerra às drogas”, que vem produzindo mais mortalidade e menos perspectiva de proteção social para as populações que vivenciam precárias condições de vida.

PERFIL DE VIDAS CEIFADAS: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS VÍTIMAS POR MORTALIDADE JUVENIL EM PORTO ALEGRE/RS

O elevado número de homicídios de adolescentes e jovens indica as marcas do juvenicídio na cidade de Porto Alegre/RS, sendo observado um aumento nos índices a partir dos 15 anos de idade, que se intensificam principalmente a partir dos 16 até os 23 anos de idade, com um agravamento nos índices de mortalidade aos 18 anos.

GRÁFICO 2

Faixa etária das vítimas de homicídio, nos anos de 2015 a 2018



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (2015-2018).

Como pode ser observado no gráfico acima, o ano de 2016 apresenta não apenas maior índice de homicídios no município, dentre os quatro anos analisados, como também é o ano em que jovens de 18 anos foram mais assassinados, com 51 homicídios registrados, seguido de jovens de 22 anos, com 45 homicídios. A pesquisa de Barros *et al.* (2019), que procura investigar os homicídios de jovens na cidade de Porto Alegre/RS entre os anos 2015 à 2017, ao analisar a série histórica da mortalidade juvenil, aponta para uma tendência de redução da faixa etária da mortalidade juvenil nos últimos anos. Os homicídios entre 15 e 24 anos na cidade de Porto Alegre/RS, em 2006, representavam 34% do total de vítimas, sendo que em 2016 corresponde a 43,1% do número total (Barros *et al.*, 2019). Observa-se, assim, que o juvenicídio vem ceifando vidas cada vez mais jovens na capital gaúcha, o que aponta para a urgência de mecanismos de proteção social para esse segmento.

Além da faixa etária que mais apresenta a interrupção das vidas para as juventudes, há também que se considerar outras informações, tais como: sexo, raça/cor, local de residência e da ocorrência do homicídio. Sobre o sexo das vítimas de homicídio, destaca-se que a maioria é do sexo masculino, haja vista que, entre os anos de 2015 a 2018, representaram 91,86% dos que foram vitimados; 7,94% eram do sexo feminino; e 0,20% tiveram o sexo registrado no SIM como IGN (ignorado). Observa-se, diante disso, que Porto Alegre/RS segue a tendência nacional no que diz respeito à vitimização por mortes violentas que se concentram em jovens do sexo masculino.

Nesse sentido, também observa-se a predominância dos homicídios de adolescentes e jovens do sexo masculino em cada um dos anos individualmente, ultrapassando os 90% em 2015 e 2016. Referente aos homicídios de adolescentes e jovens do sexo feminino, verifica-se aumento no número de ocorrências

a partir de 2016: 2015, com 19 homicídios (1,25%); 2016, com 33 homicídios (2,17%); 2017, com 38 homicídios (2,50%); e 2018, com 31 homicídios (2,04%). Nesse sentido, mostra-se necessário observar o aumento da mortalidade de jovens do sexo feminino na cidade e as possíveis causas desse aumento ao longo dos últimos anos.

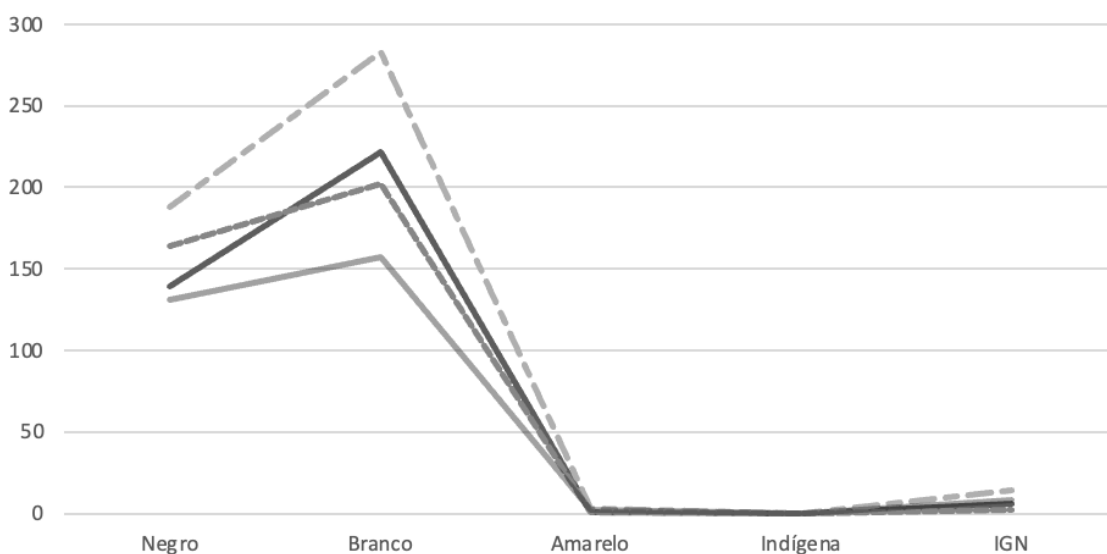
A análise referente à raça/cor se constitui em um elemento fundamental para a compreensão da dinâmica da mortalidade juvenil, uma vez que, como referido anteriormente, o juvenicídio no Brasil possui um nítido recorte racial, haja vista que a juventude negra no Brasil (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE), em 2018, representou 75,7% das vítimas de homicídios no Brasil (Ipea; FBSP, 2020).

No contexto de Porto Alegre/RS, identifica-se, a partir desta pesquisa, que dos 1.523 homicídios ocorridos anos de 2015 a 2018, foram registrados, em números absolutos, mais homicídios de jovens e adolescentes da raça/cor branca, com 864 (56,73%) ocorrências; seguida da negra, com 622 ocorrências (40,84%); da amarela, com 7 ocorrências (0,46%); 30 (1,27%) desses homicídios foram registrados como IGN (ignorado); e não foram registrados homicídios de pessoas indígenas.

O Gráfico 3, abaixo, demonstra os dados da raça/cor das vítimas de homicídios em Porto Alegre/RS nos anos de 2015 a 2018.

GRÁFICO 3

A raça/cor dos adolescentes e jovens vítimas de homicídio



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (2015-2018).

Apesar de terem morrido mais brancos que negros, em números absolutos, há que se considerar, contudo, que a população negra correspondia, em 2010, a somente 20,24% da população no município de Porto Alegre/RS⁶. Assim, ao analisar as taxas proporcionais de mortalidade de adolescentes e jovens no município, considerando o índice populacional desse segmento social na cidade, segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010; 2011), é possível observar que Porto Alegre segue a tendência nacional de vitimização

6 A cidade de Porto Alegre/RS contava com 79,23% de residentes do município autodeclarados brancos e 20,24%, autodeclarados pretos ou pardos, de um total de 1.409.351 habitantes (IBGE, 2010; Observa POA, 2013; PMPA, 2024).

maior de jovens negros do que de brancos por homicídios: no período estudado de 2015 a 2018, os adolescentes e jovens negros vitimados representam 0,22%, ao passo que os adolescentes e jovens brancos representam 0,08%.

Além desses aspectos, a partir da realização da tabulação e análise dos dados do SIM, identificou-se que um aumento considerável dos índices de mortalidade juvenil entre negros na cidade de Porto Alegre/RS, subindo de 37,7% em 2015 (de um total de 368 homicídios), para 43,96% no ano de 2018 (de um total de 298 homicídios). No mesmo período, os índices de homicídios de adolescentes e jovens brancos diminuíram de 60,33% em 2015 para 52,68% em 2018.

Tal análise corrobora com outros estudos acerca da vitimização de jovens na cidade, como os apontamentos do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA), que divulga informações sobre o homicídio juvenil masculino negro, de jovens de 15 a 29 anos de idade, referindo que, de 2000 a 2010, o indicador da mortalidade de jovens negros teve uma ampliação de taxa subindo de 217,28 para 240,76; enquanto da população não negra teve uma diminuição de suas taxas passando de 107,20 para 52,62 (ObservaPOA, 2013). Isso aponta que os índices de vitimização de jovens negros na cidade de Porto Alegre/RS tiveram um aumento considerável na última década, dando visibilidade para o genocídio da juventude negra na cidade.

O estudo de Barros *et al.* (2019) também aponta para uma curva ascendente da representação dos negros em relação ao conjunto de homicídios dos jovens moradores de Porto Alegre, que é acompanhada por uma curva descendente da representação dos homens na totalidade das vítimas, sendo que o acréscimo das mortes por homicídios na última década se concentrou sobre a população negra do estado. As características da dinâmica homicida na cidade também se expressam territorialmente, compreendendo o território como um espaço vivo, formado por sujeitos que tecem espacialmente seu cotidiano e constroem suas histórias, e que ilustra desigualdades e resistências no processo de desenvolvimento de determinados espaços.

TERRITÓRIOS VIOLENTADOS E JUVENICÍDIO: A MORTALIDADE NA GEOGRAFIA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

Compreende-se o território como o espaço onde se estabelecem as relações sociais, considerando também a dinâmica capitalista de produção em que se desenrolam. Dessa forma, os territórios são heterogêneos e são construídos social e historicamente, permeados por contradições e lutas no cotidiano das populações (Scherer, 2018). Nesse sentido, a cidade de Porto Alegre/RS, assim como grande parte das capitais brasileiras, ilustra em sua geografia um enorme processo de desigualdade social. Entende-se que o capitalismo permeia as relações estabelecidas nesse território, de modo que influi nas relações de poder e da luta de classes, evidenciando também uma dinâmica de segregação, sendo que todas essas questões selecionam segmentos específicos das juventudes porto-alegrenses (jovens negros, do sexo masculino e em situação de pobreza). Entende-se, portanto, que a mortalidade juvenil é parte e expressão desse processo, em que as desigualdades territoriais se expressam na forma mais cruel de violação de direitos: o direito à vida. Assim, são nos territórios com maiores índices de pobreza, vulnerabilidade e precariedade no acesso às políticas públicas que se concentram as maiores taxas de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre/RS.

A própria dimensão espacial também revela dimensões do racismo estrutural, transversalizado em todas as relações sociais tecidas no âmbito da sociedade capitalista. Nos registros do SIM, é possível

identificar os bairros de residência dos adolescentes e jovens vítimas de homicídio e, a partir disso, foram identificados aqueles com os maiores índices de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre/RS, nos anos pesquisados: Restinga (17,68%), Lomba do Pinheiro (11,17%), Sarandi (10,41%), Santa Tereza (9,87%) e Rubem Berta (8,99%). Esses bairros, segundo o IBGE (2010), apresentam maior concentração da população negra na cidade de Porto Alegre. A composição racial da capital gaúcha apresenta 20,24% de pessoas negras (IBGE, 2012; Observa Poa, 2013; PMPA, 2024), sendo que todos os bairros supracitados da capital gaúcha superam essa média. Em contraponto, os bairros que apresentam menor concentração de população negra são aqueles que apresentam os mais baixos índices de violência letal contra a juventude que ali reside, no período de 2015 a 2018, conforme identificado na coleta e análise dos dados do SIM, sendo: Moinhos de Vento (0%), Chácara das Pedras (0%), Três Figueiras (0%), Higienópolis (0%) e Boa Vista (0,1%), sendo que, nas quatro primeiras localidades referidas, não foi registrado nenhum homicídio contra jovens no período analisado.

Visto isso, é relevante perceber a relação entre os dados de mortalidade dos residentes dos bairros com maiores índices de homicídio, com os índices de Desenvolvimento Humano (IDH), os quais, em sua maioria, demonstraram baixos valores se comparados ao IDH geral do município, que foi de 0,805, considerado “muito alto” entre as faixas elencadas para medir o desenvolvimento dos municípios (PMPA, s.d; IBGE, 2010). Restinga apresentou IDH de 0,685; Lomba do Pinheiro, de 0,683; a região Norte do município, onde Sarandi está localizado, apresentou IDH de 0,729; a região do Eixo Baltazar, onde está Rubem Berta, o IDH era de 0,779; e a região Cruzeiro, onde se localiza Santa Tereza, o IDH era de 0,747 (Santos; Massuquetti; Cardoso Michels, 2020)

Dessa forma, a análise dos territórios com altos índices de mortalidade juvenil de seus residentes na cidade de Porto Alegre/RS revela a nítida relação existente entre a divisão capitalista do espaço, o racismo e a dinâmica da mortalidade juvenil. A cidade de Porto Alegre se consolidou como uma capital marcada por processos de dialética contraditória entre gentrificação e favelização⁷, onde as populações residentes nos territórios com piores índices de desenvolvimento humano e precários acessos às políticas públicas vivenciam, em seu cotidiano, o juvenicídio enquanto expressão mais trágica das violações de direitos. Urge, nesse sentido, a construção de políticas públicas que possam, de forma efetiva, consolidar perspectivas de proteção social para as juventudes, especialmente nos territórios que apresentam maiores índices e mortalidade juvenil, contrapondo a hegemonia neoliberal e neoconservadora. A luta na perspectiva da garantia de direitos das juventudes é elemento central, em uma conjuntura em que o sangue jovem é derramado, mortes são naturalizadas e dores apagadas, em um processo perverso que ilustra a barbárie em nome da ordem do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O juvenicídio se constitui como a expressão mais perversa de um complexo processo que envolve diversos elementos, estando calcado na lógica da reificação humana, típica da forma de sociabilidade do capital, diante de um momento de agravamento de sua crise estrutural. No atual contexto, o avanço neoliberal, compreendido como racionalidade que, grande parte das vezes, se fundamenta e se fortalece em perspectivas neoconservadoras, auxilia na naturalização e no aprofundamento desse fenômeno. A

7 Conforme aponta Scherer *et al.* (2021), o termo gentrificação emerge na década de 1960, através dos estudos da socióloga inglesa Ruth Glass, para designar o fenômeno que se refere à concepção de “tornar nobre” um determinado espaço. Para o autor, o processo de gentrificação acarreta, de um lado, a produção de “bairros nobres” e, de outro, a ampliação de espaços de favelização em determinados territórios, em uma nítida contradição estrutural da cidade sob os signos neoliberais.

retração de direitos e o avanço do Estado Penal, por meio dos processos de criminalização da pobreza, escamoteada por meio das estratégias de “guerra às drogas”, se constituem como elementos que tendem a agravar esse fenômeno. A precarização existencial contribui para absorção de uma gama de jovens no mercado varejista do tráfico de drogas, se constituindo como elemento catalizador da dinâmica da mortalidade, tanto por suas relações entre facções como pela forma que se estabelece a política de segurança pública do Estado brasileiro.

A lógica do descarte de vidas humanas não se constitui como fenômeno novo na realidade do Brasil, sendo que o contexto contemporâneo apresenta, com novas roupagens, as velhas estratégias de reificação da vida humana, constitutivas do seu processo de constituição histórica. A imensa desigualdade social, agravada ainda mais em tempos de pandemia, é elemento fundante do juvenicídio, sendo que tal desigualdade se constitui na essência da lógica do capital, potencializada no capitalismo brasileiro – constituído na lógica da superexploração da força de trabalho como requisito fundamental da marca da dependência do capital internacional.

A análise dos dados, realizada por meio do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), acerca da cidade de Porto Alegre/RS é reveladora no que se refere à dinâmica do juvenicídio na cidade, sendo que a capital gaúcha segue a tendência nacional de vitimização de jovens. A dinâmica da mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre, no período analisado, inicia com maior incidência a partir dos 15 anos de idade e se intensifica principalmente a partir dos 16 até os 22 anos de idade, com um agravamento nos índices de mortalidade aos 18 anos. Na série histórica analisada, o ano de 2016 se constitui como o período com maior ápice dos índices de mortalidade, o que indica para os impactos das guerras entre facções nos índices de mortalidade juvenil. Evidencia-se o racismo estrutural como elemento que compõe o juvenicídio no Brasil, sendo que, proporcionalmente, Porto Alegre/RS tem ceifado mais as vidas de jovens negros do sexo masculino. São os jovens moradores de territórios habitados por corpos negros que vivenciam com mais intensidade a dinâmica da mortalidade juvenil. Os territórios que concentram os maiores índices de mortalidade juvenil vivenciam com maior intensidade a precarização de políticas públicas e a falta de serviços básicos na perspectiva da proteção social.

A investigação também revela lacunas no âmbito do monitoramento da mortalidade juvenil, uma vez que há informações registradas no SIM, como “IGN- ignorado” ou “Vazio”, que dificultam a análise dos dados coletados. Por exemplo: se for considerado o critério de análise “bairro”, observa-se que 249 adolescentes e jovens tiveram seus bairros de residência registrados como IGN ou Vazio; isso ocorre, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, quando não é possível identificar os bairros de residência ou quando a pessoa não possui residência alguma. O mesmo ocorreu referente à raça/cor e ao sexo: no total dos anos pesquisados, 30 adolescentes e jovens tiveram sua raça/cor registrada como “IGN”, bem como 3 pessoas tiveram seu sexo registrado também como “IGN”. Sem essas informações, torna-se mais difícil a construção de estratégias de prevenção à mortalidade juvenil, não apenas nos bairros de residência, mas também nos bairros onde os homicídios ocorrem, tendo em vista a proteção dos adolescentes e jovens mais vitimados pelo juvenicídio. As lacunas indicadas apontam para a necessidade de visibilizar melhor tais informações, para que se possam ser identificadas mais características da dinâmica homicida em Porto Alegre/RS.

Evidencia-se, nesse sentido, a urgente necessidade de construção de políticas de proteção social para as juventudes, uma vez que, apesar dos avanços legais nas últimas décadas acerca do reconhecimento dos direitos juvenis, observam-se poucas e frágeis políticas públicas para as juventudes na realidade brasileira em nível nacional, com frágeis capilaridades entre os estados e municípios. O estado do Rio Grande do

Sul e a cidade de Porto Alegre, assim como a maior parte dos estados e das cidades do Brasil, não contam com planos de enfrentamento aos homicídios de adolescentes e jovens, descumprindo com o seu papel de construir políticas públicas para a proteção social de seus cidadãos, como indica os preceitos constitucionais. O juvenicídio escancara da forma mais trágica possível a desproteção social das juventudes, sendo que o sangue jovem continuará sendo derramado, caso não seja revertida a tendência de retração estatal de precarização de políticas públicas, que se constitui como marca do Estado brasileiro no cenário atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROS, Betina Warmling; COSTA, Ana Paula Motta; ARAÚJO, Giovanna da Silva; CUNHA, Victória Hoff da. Territórios de morte: visibilidade dos jovens residentes em Porto Alegre vítimas de homicídio nos anos de 2015, 2016 e 2017. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 225-252, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/39935>. Acesso em: 16 set. 2021.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jurgen. **Textos escolhidos**. Trad.: José Lino Grunnewald *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1987. (Os Pensadores). p. 166-196

BRASIL. **Apresentação do Sistema de Informações sobre Mortalidade**. Brasília, DF, s.d.: Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE); Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis DAENT/SVSA/MS. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/cgiae/sim/apresentacao/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CASARA, Rubens. Precisamos falar sobre a “direita jurídica”. In: GALLEGO, Esther Solano (Org). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 75-81

CERQUEIRA, Daniel (Coord.). **Atlas da Violência 2018: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2DZlgU7>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CIPRIANI, Marcelli. **Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a “paz” na prisão e a guerra na rua**. 2019. 291 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2019. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/10345/2/Marcelli_Cipriani_Rodrigues_Dis.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Porto Alegre: Censo 2010. **Portal do IBGE**, Cidades, Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Censo 2010, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 10 jan. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Orgs.). **Atlas da Violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea; São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3iy4St2>. Acesso em: 10 jan. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2020**. São Paulo: FBSP; Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad.: Wanda Nogueira Caldeira Brant. Trad. das teses: Jeanne Marie Gagnebin; Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Trad.: Telma Costa. 2 ed. Rio de Janeiro: Elfos; Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OBSERVAPOA. Observando as condições Sociais da População Negra em Porto Alegre. **Revista do Observatório de Porto Alegre**, Porto Alegre, v.1, n.1, 2013. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_img/observapoa/Revistas/3.%20observando_v.3_n.2_2013_cond%20populacao%20negra.pdf p. 10. Acesso em: 19 jan. 2025.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de. Porto Alegre atinge faixa mais alta do IDH dos municípios. Porto Alegre, s.d. Disponível em: [https://www2.portoalegre.rs.gov.br/acessibilidade_smarty/default.php?projeto_sec=144&p_secao=3&pg=258&p_req=162492#:~:text=Os%20munic%C3%ADpios%20ga%C3%BAchos%20t%C3%AAm%20IDHM,educa%C3%A7%C3%A3o%20\(0%2C642%20no%20RS\)](https://www2.portoalegre.rs.gov.br/acessibilidade_smarty/default.php?projeto_sec=144&p_secao=3&pg=258&p_req=162492#:~:text=Os%20munic%C3%ADpios%20ga%C3%BAchos%20t%C3%AAm%20IDHM,educa%C3%A7%C3%A3o%20(0%2C642%20no%20RS).). Acesso em: 19 jan. 2025.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de. **Boletim epidemiológico**: População Negra. Secretaria Municipal de Saúde, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/hotsites/sms/vigilancia-em-saude/BOLETINS%20TEMATICOS/BT_Novembro_Negro_2024.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de. **Sistema de Informações sobre Mortalidade**. Eventos Vitais. Porto Alegre: PMPA, 2015-2018. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sms/vigilancia-em-saude/eventos-vitais#:~:text=O%20Sistema%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20sobre,emitida%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SANTOS, Graciela Lobato dos; MASSUQUETTI, Angélica; CARDOSO MICHELS, Karen Forneck. O Desenvolvimento Humano em Porto Alegre: uma Análise das Dimensões Longevidade e Saúde, Educação, Renda e Trabalho em Regiões Seleccionadas no Período 2000-2010. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 34, n. 2, 2020. DOI: 10.14393/REE-v34n2a2020-41669. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/41669>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: Presente e futuro. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10124/11705>. Acesso em 20 de jan. 2025.

SCHERER, Giovane Antonio. Territórios violentados e vidas descartáveis: a dinâmica espacial do capital diante da crise estrutural. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 18, n. 2, p. 251-265, 2018. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10904/209209210378>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SCHERER, Giovane Antonio; NUNES, Cíntia Florence. Juvenicídio: a descartabilidade da vida humana no Brasil contemporâneo. In: **Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social; 13º Encontro Nacional de Política Social**. Eixo: Direitos humanos, segurança pública e sistema jurídico. Vitória/ES, 4-7 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20082/13427>. Acesso em: 25 maio 2023.

SCHERER, Giovane Antonio; BRAGAGNOLO, Cristina Bettio; VALLS, Laura Barcellos de; CÉSAR, Maurício da Silva. Gentrificação e Juvenicídio: uma análise dos índices de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 22, n. 58, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.120985>.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?**. 2010. 210 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106702/silva_jfss_ld_franca.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 maio 2023.

SILVA, Jailson de Souza e; FERNANDES, Fernando Lannes; BRAGA, Raquel Willadino. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 16-24.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. **Global Study on Homicide: understanding homicide: typologies, demographic factors, mechanisms and contributors**. Vienna: UNODC, 2019. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet_3.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

VALENZUELA, José Manuel (Org.). **Juvenicídio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y España**. Barcelona: NED Ediciones, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

PLANO DE DEFESA CONTRA ATAQUES DO NOVO CANGAÇO: APLICAÇÃO DO *DESIGN SPRINT* COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PELA PM/RN¹

FLÁVIO VALDEZ MARTINS DA SILVA FILHO

Major da PMRN, Mestre em Gestão Pública pela UFRN, especializado em Operações Especiais-BOPE PMMG, Operações Rurais-BOPE PMMS e BOPE PMMA, Aplicações Táticas-BOPE PMRN, Choque FNSP, Tropa Montada-PMESP. Possui 5 artigos e um livro publicados. Instrutor da PMRN e do Ministério da Justiça.

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Norte **Cidade:** Caicó

Email: valdezfilho@yahoo.com.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5564-5215>

ALINE VIRGÍNIA MEDEIROS NELSON

Doutora em Ciências Jurídicas (UFPB). Docente do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública (PPGP) e do Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAGS/CCSA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Norte **Cidade:** Natal

Email: aline.nelson@ufrn.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8931-3833>

MARIA TERESA PIRES COSTA

Professora do Departamento de Administração Pública e Gestão Social e dos Programas de Pós-graduação em Gestão Pública e Gestão, Trabalho Educação e Saúde, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Norte **Cidade:** Parnamirim

Email: teresa.pires@ufrn.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9335-3937>

Contribuições dos(as) autores(as): Flávio contribuiu na escrita geral do artigo, no levantamento tanto dos fundamentos teóricos, quanto da coleta e da análise dos dados da pesquisa. Aline contribuiu com orientação, escolha de metodologia, revisão da pesquisa e escrita do texto. Maria Teresa contribuiu na formulação, orientação e revisão da pesquisa.

Data de Recebimento: 27/07/2023 – **Data de Aprovação:** 11/12/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1974

RESUMO

O objetivo deste trabalho é expor o processo de construção de um plano de defesa por meio do uso da ferramenta de *Design Sprint*, por um Batalhão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, localizado no interior potiguar, como instrumento de inovação em gestão para o enfrentamento de ataques a instituições financeiras em municípios do interior por organizações criminosas especializadas, conhecidas como Novo Cangaço. Para isso, a metodologia utilizada foi empírica, qualitativa, em que se fez uso do método do *Design Science Research*, no período de maio 2019 a junho de 2020, em que foram utilizados,

¹ Este artigo é fruto de projeto de intervenção, proposto para obtenção de título de mestre e defendido com méritos no ano de 2021 por Flavio Valdez.

como instrumentos de coleta de dados, entrevista, grupo focal e aplicação de questionários. Nos resultados, propõe-se um *framework* orientador das expectativas de atuação de instituições vinculadas ao plano de defesa, tanto em ações preventivas, quanto durante e após a realização dos crimes.

Palavras-Chave: Novo Cangaço. Planos de defesa. Design Sprint. Polícia Militar.

DEFENSE PLAN AGAINST NEW CANGAÇO ATTACKS: APPLICATION OF THE SPRINT DESIGN AS A MANAGEMENT TOOL BY PM/RN

ABSTRACT

The objective of this work is to expose the process of construction of the defense plan, through the use of the Design Sprint tool by the 6th Military Police Battalion of Rio Grande do Norte, located in the Potiguar interior, as an instrument of innovation in management to face attacks on financial institutions in inland municipalities by specialized criminal organizations, known as Novo Cangaço. For this, the methodology used was empirical, qualitative, in which the Design Science Research method was used, from May 2019 to June 2020, in which data collection instruments were used: interview, focus group and application of questionnaires. In the results, this article proposed a framework to guide the performance expectations of institutions linked to the defense plan, both in preventive actions, during and after the crimes were committed.

Keywords: Novo Cangaço. Defense plans. Design Sprint. Military Police.

INTRODUÇÃO

A violência, em suas diversas modalidades, cresceu de forma exponencial no Brasil, em especial na última década, tornando-se uma realidade presente no cotidiano das relações sociais e influenciadora da mudança de comportamentos das pessoas. O estado do Rio Grande do Norte desponta nas estatísticas dos mais variados crimes, tendo sido o estado que teve o maior índice de aumento nos crimes violentos letais intencionais no país, aproximadamente 356,65% do ano de 2005 ao ano de 2016; nos últimos três anos, o estado ocupou o ranking de 2º lugar com a maior taxa de homicídios de jovens do país, com o índice médio de 119,3 por 100 mil (Ipea; FBSP, 2020).

Somado a isso, crimes contra as instituições financeiras, roubos e furtos que ocorrem em bancos, carros-fortes, empresas de guarda-valores e arrombamentos de caixas eletrônicos (Aquino, 2020) acontecem com frequência alarmante. Aproveitando-se da fragilidade na qual o Estado se encontra, quadrilhas especializadas no Novo Cangaço têm aumentado a incidência dos ataques e demonstrado cada vez mais organização na atuação e na conduta (Aquino, 2020; Sodré, 2018). Essas quadrilhas têm se capitalizado e adquirido armamentos, equipamentos e explosivos, exigindo uma intervenção policial emergencial e não rotineira, ou seja, há a necessidade de um planejamento prévio bem definido (Cotta, 2009), sendo esta uma das atribuições da Polícia Militar. Tal fato ocorre em vários estados da Federação, mas neste artigo abordar-se o caso do estado do Rio Grande do Norte.

Conquanto instituição de segurança, a Polícia Militar tem sua missão prevista constitucionalmente no art. 144, da Carta Magna de 1988, no seu § 5º: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (Brasil, 1988). A Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte

foi instituída pela Lei Complementar nº 090, de 4 de janeiro de 1991, em que os órgãos de execução foram constituídos pelas Unidades Operacionais, realizando a atividade-fim da Polícia Militar, cumprindo as missões, os objetivos e as diretrizes e ordens emanadas das instâncias de direção nos termos da Lei (PMRN, 2020).

Dentre esses órgãos de execução, estão os Batalhões de Polícia Militar; dentre esses, os localizados na região Seridó do Rio Grande do Norte, sertão potiguar, em que uma companhia é a sujeita organizacional deste estudo, e que sofre com as consequências da escalada da violência e da falta de recursos materiais e humanos de forma ideal para a prestação de seus serviços. Entretanto, conta com 10 viaturas, boa infraestrutura, além de boa quantidade de efetivo diário empregado em comparação aos demais batalhões (PMRN, 2020); sua área de abrangência impõe a necessidade de estabelecer estratégias contra o novo cangaço.

Destarte, o presente trabalho tem por objetivo geral expor o processo de construção de um plano de defesa, por meio do uso da ferramenta de *Design Sprint*, pelo Grupo Tático Operacional de Companhia de Batalhão de Polícia Militar do Rio Grande Norte, tendo ainda, por objetivos específicos: a) adaptar a ferramenta *Sprint* às necessidades da resolução de problemas de enfrentamento do Novo Cangaço pelo referido Batalhão da PMRN; b) identificar o cumprimento de cada etapa do *Sprint*, expondo a forma com que foi realizada a elaboração, a testagem e a avaliação; e c) propor um *framework* orientador das expectativas de atuação de instituições vinculadas ao plano de defesa, tanto em ações preventivas quanto em ações durante e após a realização dos crimes.

Nesse ínterim, este trabalho integra uma pesquisa construída em âmbito de Mestrado Profissional em Gestão Pública, que está em fase de estudo de implantação pela Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte, servindo de projeto-piloto para ser replicado em todos os Batalhões da PMRN e já tendo sido apresentado ao Ministério da Justiça e de Segurança Pública para que a possibilidade de replicabilidade seja em âmbito nacional.

O NOVO CANGAÇO E O PLANEJAMENTO DE AÇÕES CONTRA A CRIMINALIDADE

Tornou-se parte do vocabulário das instituições de segurança pública, dos meios de comunicação e da população dos municípios interioranos, vítimas de ocorrências relacionadas a roubos contra instituições financeiras, a utilização dos termos “Cangaço” e “Novo Cangaço” (Marques, 2019). Nesse viés, é necessário o entendimento dos termos, bem como de suas origens, para que se possa compreender o fenômeno social que vem ocorrendo atualmente, no que tange ao crescente número de ocorrências de ataques às cidades, com o fulcro de obter valores provenientes dos bancos e das demais organizações que guarnecem numerários.

Inicia-se, assim, pela conceituação do “Cangaço”, termo que provém da palavra “canga”, que é uma peça de madeira utilizada em pescoços de boi para transporte, uma vez que os chamados “cangaceiros” tinham que carregar os seus pertences junto ao corpo. A origem do movimento é nas próprias questões sociais e fundiárias do Nordeste, onde homens isolados ou em bandos assaltavam fazendas, sequestravam e matavam coronéis, além de saquear o que podiam: os cangaceiros, em geral, viviam cometendo crimes, fugindo e se escondendo (Olivieri, 2008).

As quadrilhas da época do cangaço, final do século XIX, eram formadas, inicialmente, por reunião de familiares como pai, filhos, irmãos e outros indivíduos que iam se agregando (Pericás, 2010). Com a morte dos principais líderes do cangaço, por volta de 1940, os fatos relacionados à violência não cessaram,

porém, a terminologia “cangaço” ficou abafada. Em meados dos anos 1950, o Nordeste recebeu grandes incentivos financeiros, fazendo com que houvesse crescimento das cidades e infraestrutura para receber, guardar e distribuir esses recursos. Nesse contexto, inicia-se o “Novo Cangaço”, proveniente das lutas históricas de famílias do Nordeste, da união dessas com bandidos dos mais diversos estados do país e da perpetuação da cultura de violência no Sertão.

A Família Carneiro, do Rio Grande do Norte, é considerada por alguns estudiosos como o grupo que deu origem à modalidade do Novo Cangaço (Barbosa; Nascimento, 2013). Essa família iniciou uma guerra contra a polícia, em decorrência da morte de um dos integrantes por um policial, em 1972 (Lopes Jr., 2006).

Outras famílias também se enveredaram por essa modalidade de crime, como o caso da Benvindos e da Araquãs, que permaneceram em guerra por longo período, disputando o domínio do tráfico na região do Polígono da Maconha, em Pernambuco. Atualmente, diversas organizações criminosas atuam no Cangaço Noturno. Mesmo não tendo tradição familiar, essa prática constitui-se numa forma de financiar a compra de armas, assegurar a manutenção do domínio das áreas de tráfico das grandes cidades e capitalizar as facções criminosas (Marques, 2019).

Assim, o Novo Cangaço caracteriza-se como sendo o mais violento dos crimes contra instituições financeiras e que oferece maior risco para a população, para os policiais, bem como para os funcionários da agência bancária-alvo, tendo em vista que a ação é executada por meio da tomada da cidade, com bloqueios, carros em chamas, atiradores posicionados em pontos estratégicos para monitorar e evitar a ação de policiais, tomada de reféns e demonstração de força constante (Costa, 2016).

O delito é iniciado com a invasão de unidades policiais-militares e delegacias; por vezes, ameaçam os policiais em suas próprias residências, bloqueiam as vias de acesso ao alvo e espalham grampos nas rodovias, objetivando facilitar a fuga e inviabilizar a ação de reforços policiais (Borges, 2019; França, 2016; Costa, 2016).

Há também a prática de capturar moradores para transformá-los em reféns, geralmente, obrigando-os a formar um escudo humano em frente à agência. Outros elementos comuns nessa prática delituosa são disparos constantes de armas de fogo e invasão à agência bancária com ameaça aos funcionários, para que estes abram os cofres e os terminais (Borges, 2019; França, 2016).

Ao buscar-se conceituações desse banditismo moderno, o Novo Cangaço pode ser entendido como: “[...] associação criminosa que possui o desiderato de roubar instituições financeiras, normalmente apresentando como principal característica a subjugação da força policial local por parte do grupo criminoso” (Oliveira; Bezerra, 2011, p. 10).

Já o Cangaço Noturno, apesar de semelhante, está voltado, preponderantemente, para a prática de estouro de caixas eletrônicos a invasão de instituições financeiras pelo uso de explosivos, ante a ausência de funcionários para fazer a abertura dos cofres. Ambas as modalidades, apresentam planejamento prévio, associação criminosa e domínio violento da cidade-alvo por emprego de armas de uso restrito e extrema violência (Borges; Brandão, 2016, p. 13).

O Cangaço seria uma modalidade de banditismo universal, presente, inclusive, em outros países, proveniente de um contexto de violência, guerras de famílias e dificuldades sociais, recebendo, no

Nordeste brasileiro, características próprias em termos de fenômeno social. Nesse sentido, essa forma de banditismo, historicamente caracterizou-se por ações que envolvem roubo a banco, extorsão mediante sequestro, homicídio e lesões corporais (Mello, 2011; Aquino, 2020). Caracterizam-se, ainda, por suas ações gerarem pânico coletivo pela extrema violência, pelo comum uso de artefatos explosivos e pelas rotas de fugas cinematográficas, que se valem de reféns e das características difíceis da vegetação da caatinga (Dantas, 2022; Silva Filho; Nelson, 2023).

Por essas características de terror, a cobertura midiática torna-se intensa e, em termos da realidade de uso de redes sociais, tende a espalhar pânico rapidamente na região vitimizada pelas ações criminosas. Além disso, a linguagem, usualmente apelativa nas publicações jornalísticas, com descrições metafóricas de “cidade em guerra” (Palermo, 2018), pode agravar a sensação de violência e provocar distorções ao debate público, gerando ainda mais pressões ao aparato policial.

Pelos graves prejuízos não somente materiais, mas sobretudo de afetação de vidas, o tema ganha cada vez mais repercussão em termos de políticas de segurança pública. A título ilustrativo, cita-se a Lei Federal N° 13.654/2018 (Brasil, 2018), que alterou o Código Penal, a fim de contemplar algumas práticas criminais comuns ao Novo Cangaço e ao Cangaço Noturno, tais como o crime de “sapatinho”, que é a extorsão mediante o sequestro de gerente de banco ou de sua família. Entretanto, alterações legislativas penais não estão sendo suficientes para coibir os danos ocasionados por essas práticas e suas organizações criminosas como complexo fenômeno social, exigindo-se um amplo aperfeiçoamento dos instrumentos organizacionais e de gestão estratégica das secretarias de justiça e de segurança pública.

Diante do exposto, mais uma vez, percebe-se a necessidade de atuação especial e não rotineira do Estado, no sentido do tratamento da complexidade dessas ocorrências (Cotta, 2009). É fundamental o planejamento prévio por parte dos gestores públicos e que leve em consideração todos os atores envolvidos nos processos relacionados à prevenção e à atuação durante e após o evento crítico, sendo este, além de busca por eficiência e satisfação da população, dever do Estado.

ELABORAÇÃO DE PLANOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA CONTRA O NOVO CANGAÇO

Inicialmente, deve-se destacar, como teoria e como método de elaboração e gestão estratégica de planos na Administração Pública, o Planejamento Estratégico Situacional (PES), proposto por Matus (1993), para quem um planejamento deve ser estruturado em quatro momentos, encadeados de forma a não terem início nem fim; os momentos voltam a se repetir para passarem por situações diferentes, dividindo-se em momentos explicativo, normativo, estratégico e tático-operacional.

O momento explicativo é dedicado à declaração do problema, a realidade do jogo em seu momento inicial, feita por meio da análise situacional das questões importantes na conjuntura de partida, realizada por meio do Vetor de Descrição dos Problemas, que enumera e explica suas causas. O normativo aborda a forma pela qual se atinge a situação-objetivo, ou seja, como se provoca mudanças no Vetor de Descrição dos Problemas através da atuação em nós críticos. Essa atuação deverá causar as mudanças situacionais necessárias ao alcance das metas pretendidas (Matus, 1993). Por conseguinte, o momento estratégico é responsável pela avaliação e construção da viabilidade de um plano; sendo o tático-operacional o momento do jogo em si, a execução do plano simultaneamente à análise dos problemas emergentes. É o ponto central na mediação entre o conhecimento e a ação (Huertas, 2004).

A aplicação concreta do planejamento estratégico situacional perpassa pelos momentos supramencionados, os quais são entrelaçados, complementares e se repetem, permitindo a aplicação de forma metódica e sistematizada, em um ciclo constante, integrado e sustentável até a consecução das metas (Migliato, 2004).

No que toca especificamente aos Planos de Defesa, estes podem ser definidos como planos de contingência que contemplem ações integradas entre Polícia Militar, instituições financeiras e sociedade, para minimizar a possibilidade de confronto e fuga dos criminosos. Assim, contemplam respostas imediatas a situações críticas de crimes violentos contra o patrimônio, envolvendo ações integradas entre as instituições de segurança disponíveis e voluntários da sociedade, atribuindo-lhes missões específicas, no sentido de frustrar o planejamento de fuga ou descobrir a rota de fuga dos criminosos (PMMS, 2016).

Em termos de planos de defesa para enfrentamento no Novo Cangaço e do Cangaço Noturno, destacam-se as experiências profissionais de policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Mato Grosso (Bope/PMMT), que diante de grande número de ocorrências relacionadas, desenvolveram curso específico para capacitar policiais no planejamento e nas operações de combate às quadrilhas do Novo Cangaço (PMMT, 2015).

O Bope – MT realizou diversas edições para polícias, como as do Rio de Janeiro, do Mato Grosso do Sul, do Pará, do Tocantins, de Rondônia, de Goiás, da Bahia e de Minas Gerais, assim como recebeu alunos de outros estados em suas edições próprias. Esse compartilhamento de experiências e conhecimentos ajudou a formar uma linha de ação para o combate aos criminosos, sendo os Planos de Defesa essenciais para tal mister (PMMS, 2016).

Os planos perpassam etapas preliminares que constam de: analisar a atual forma de tratar as ocorrências, no sentido de identificar oportunidades e vulnerabilidades; capacitar colaboradores; desenvolver solução (Plano); testar plano; implementar plano; e avaliação constante. O plano leva em consideração os recursos existentes na unidade militar que irá elaborá-lo, como recursos materiais e humanos (PMMS, 2016). Essas etapas iniciais estão inseridas no momento explicativo do PES e objetivam identificar o problema, suas causas, entender o momento histórico no qual ele acontece e os atores envolvidos tanto nas causas como na construção das possíveis soluções (Matus, 1993).

Diante dos recursos disponíveis, gestores podem desenhar ações possíveis de serem executadas no decorrer de ocorrências relacionadas, desde apenas acionar reforços, no caso de redução do efetivo policial e recursos escassos, a executar confirmação de ocorrência, estruturação de gabinete de gestão de crises, coletas de dados e provas, e bloqueios e entrevistas com testemunhas e criminosos presos, no caso de haver estrutura mais robusta na unidade militar (PMMS, 2016). Assim sendo, provocam-se as mudanças situacionais necessárias ao alcance dos objetivos pretendidos, perfazendo a fase normativa do PES.

As medidas específicas relacionadas às etapas supracitadas são de acesso reservado e elaboradas por equipe selecionada pelo comandante do Batalhão, a qual será a única a possuir conhecimento acerca de todos os processos envolvidos. Esse é momento estratégico da teoria de Matus (1993), iniciativa que materializa a fase da construção da viabilidade do plano.

Essa medida é necessária para que o plano não venha a cair em domínio público, afetando a efetividade e a eficiência das ações policiais durante a ocorrência dos ataques. Dessa maneira, as capacitações voltadas a policiais, indivíduos ou quaisquer outras instituições que não façam parte da elaboração resumem-se a

ações pontuais, as quais irão executar de forma a compartimentar o conhecimento na hora do jogo em si, momento tático-operacional. Os processos são expostos em modelos não preenchidos com dados acerca de locais, viaturas, indivíduos, instituições ou qualquer outro dado que coloque em risco a integridade do plano ou das pessoas envolvidas (PMMS, 2016).

INOVAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DEFESA: USO DA FERRAMENTA *SPRINT*

O *Design Sprint* é um processo de cinco dias, desenvolvido pela Google Ventures (GV), que objetiva solucionar problemas críticos utilizando-se de protótipos e testes de ideias. “É uma coletânea dos maiores sucessos da gestão estratégica, da inovação, das ciências do comportamento, do design e mais – tudo condensado em um passo a passo que qualquer equipe pode usar” (Knapp, 2017, p. 21). De acordo com o processo supracitado, deve-se separar cinco dias inteiros em uma semana e selecionar uma equipe formada por especialistas para o desenvolvimento de uma solução para o problema, que será testada e avaliada antes de ser submetida (Knapp, 2017).

Em relação ao *Sprint* na Gestão Pública, a Enap (Escola Nacional de Administração Pública), o apresenta como sendo:

[...] O principal objetivo é comprimir em apenas uma semana de trabalho as idas e vindas de um projeto que tipicamente demoram meses. O Design Sprint confere a capacidade de construir e testar ideias em apenas 40 horas. Ao final da semana de trabalho, temos um protótipo construído e testado (Enap, 2019, p. 46).

No que tange ao tempo, Knapp (2017) afirma que, de acordo com as pesquisas e tentativas da Google Ventures (GV) em usar mais do que cinco dias, a continuidade perdia-se aos fins de semana, a procrastinação instalava-se e não se alcançava mais resultados quando comparado aos cinco dias inicialmente previstos. Quando as tentativas envolveram período menor, isto afetou o desenvolvimento do protótipo bem como do teste; “[...] cinco dias propiciam a sensação de urgência necessária para aumentar o foco e cortar os debates desnecessários, mas também espaço suficiente para construir e testar um protótipo sem que se trabalhe à exaustão” (Knapp, 2017, p. 58).

Em relação à equipe, o processo em questão recomenda que seja formada por sete pessoas ou menos, sendo constituída pelos principais executores e especialistas convidados. A formação da equipe se inicia pela escolha do Definidor, indivíduo que oficialmente toma as decisões acerca do projeto, que entende o problema profundamente, tem opiniões fortes e auxilia a escolha da melhor solução (Knapp, 2017).

Após essa escolha, somam-se à equipe os demais integrantes, escolhendo-se um deles para ser o Facilitador, que atua como administrador do tempo e dos debates; pode ser um convidado externo à equipe, que costuma trabalhar junto, estando imparcial no tocante às decisões. Dessa forma, não é interessante o acúmulo das duas funções supracitadas, Definidor e Facilitador, em uma única pessoa (Knapp, 2017). Destaca-se que como uma ferramenta estratégica, esta ferramenta de *design* pode se adequar ao ambiente interno e externo, podendo ser modelada às circunstâncias organizacionais e sociais.

METODOLOGIA

A fim de cumprir os objetivos, optou-se pela metodologia empírica qualitativa, utilizando-se o método científico do *Design Science Research* (DSR) e a ferramenta *Design Sprint*. O DSR é o método científico que nasceu nas pesquisas de engenharias e foi trazido nesta década para as ciências sociais, fundamentado para construção de solução que pretenda gerar um artefato ou uma prescrição, sendo orientado para a solução de problema identificado de forma a alterar uma realidade para melhor (Dresch; Lacerda; Antunes Jr., 2015).

Assim, o método DSR buscar construir ciência por meio da construção de artefatos, que se trata de algo artificial, ou seja, produzido ou inventado pelo homem, que não é natural, e que serve para resolver ou auxiliar na resolução de problemas (Dresch; Lacerda; Antunes Jr., 2015). Isso significa que, em pesquisas para inovação de gestão, não se pretende apenas descrever um fenômeno, mas propor a construção de uma tecnologia que possa ajudar a resolver o problema da pesquisa.

Dessa forma, a explicação da escolha da opção metodológica pelo DSR está na distinção entre as pesquisas voltadas à descrição e as voltadas à prescrição, e no produto que ambas entregam como legado. As ciências tradicionais explicam, descrevem e podem chegar a fazer previsões relativas aos fenômenos naturais e sociais. O DSR tem como foco entregar, ao término da pesquisa, a solução por meio de produto prescritivo. Ressalta-se ainda que as vertentes aqui tratadas não se excluem, mas se complementam, podendo uma contribuir com a outra na execução de suas fases de pesquisa (Dresch; Lacerda; Antunes Jr., 2015). O Quadro 1, a seguir, apresenta esquematização acerca dos conceitos supramencionados.

QUADRO 1

Distinção entre a pesquisa orientada à descrição e à prescrição

CARACTERÍSTICA	PROGRAMAS DE PESQUISA ORIENTADOS À DESCRIÇÃO	PROGRAMAS DE PESQUISA ORIENTADOS À PRESCRIÇÃO
Paradigma dominante	Ciência explicativa	<i>Design Science</i>
Foco	No problema	Na solução
Perspectiva	Observação	Participação
Típica questão de pesquisa	Explicação/Explicação	Soluções alternativas para uma dada classe de problemas
Típico produto de pesquisa	Modelo causal; lei quantitativa	Regra tecnológica testada e fundamentada

Fonte: Dresch; Lacerda; Antunes Jr. (2015, p. 60).

No que concerne ao problema, o DSR parte, inicialmente, da ideia de que os problemas organizacionais são específicos, porém essa especificidade pode impedir que determinado conhecimento se torne apto a ser generalizado e contribua para a evolução de áreas específicas, por compartilharem tanto de características quanto de soluções.

No que diz respeito à condução do DSR, segundo Manson (2006), essa é composta pelas etapas de Conscientização, Sugestão, Desenvolvimento, Avaliação e Conclusão. A primeira se caracteriza pela compreensão da problemática envolvida e a busca por conhecimento relativo às suas fronteiras e formalização. A segunda etapa, Sugestão, é a idealização de um ou mais artefatos para solucionar o problema formalizado. Em continuidade, surge a etapa do Desenvolvimento, que se refere à construção

do artefato, podendo utilizar as mais diversas abordagens, desde maquetes a protótipos. Na sequência, se dá a Avaliação rigorosa do artefato no ambiente ao qual foi projetado para funcionar; e, por fim, vem a etapa da Conclusão, que é a formalização geral do processo e a comunicação às comunidades acadêmica e de profissionais (Manson, 2006).

Para a execução do método do DSR, optou-se pela ferramenta do *Sprint*, abordagem de inovação, já apresentada no referencial teórico, que tem como vantagem promover o engajamento de uma equipe para prototipar e solucionar problemas de forma rápida (Silva, 2018), sendo, portanto, uma ferramenta onde o facilitador mobiliza o comportamento dos participantes, com o objetivo de colaboração e cooperação baseadas na confiança recíproca (Enap, 2019).

Pelo *Sprint*, antes da construção do artefato, é necessário: selecionar a equipe que conceberá a construção do artefato; escolher o Facilitador, que liderará o grupo no cumprimento das metas diárias do *Sprint*; escolher o Definidor, assumido pela figura da chefia; e escolher avaliadores, agentes externos ao experimento, geralmente, destinatários do serviço testado, que assumem a figura de clientes (Knapp, 2017).

No caso em tela, compuseram a equipe de construção do artefato parte do Grupo Tático Operacional de uma Companhia de um Batalhão de Polícia Militar do Rio Grande Norte, composta por 15 policiais militares, dos quais 6 integraram o *Sprint*. Essa tropa é responsável por atender ocorrências de maior complexidade na área de responsabilidade da unidade militar. Estiveram presentes, também, 2 especialistas em Operações Policiais Especiais e combate ao Novo Cangaço do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Rio Grande do Norte - Bope. A figura de Facilitador foi assumida pelo pesquisador, que utilizou a ferramenta do *Sprint* por instrumento de questionário e de grupo focal. O Definidor foi o Comandante do Batalhão; e a figura de Avaliador foi assumida por outras instituições que participaram da testagem, escolhidas por serem sujeitos passivos do Novo Cangaço ou que prestam serviços de apoio às vítimas ou que exercem atuação funcional para enfrentamento do crime: Bancos, instituições públicas e privadas limítrofes, rede hoteleira, Ministério Público, Poder Judiciário, Samu, Polícia Federal e Polícia Civil.

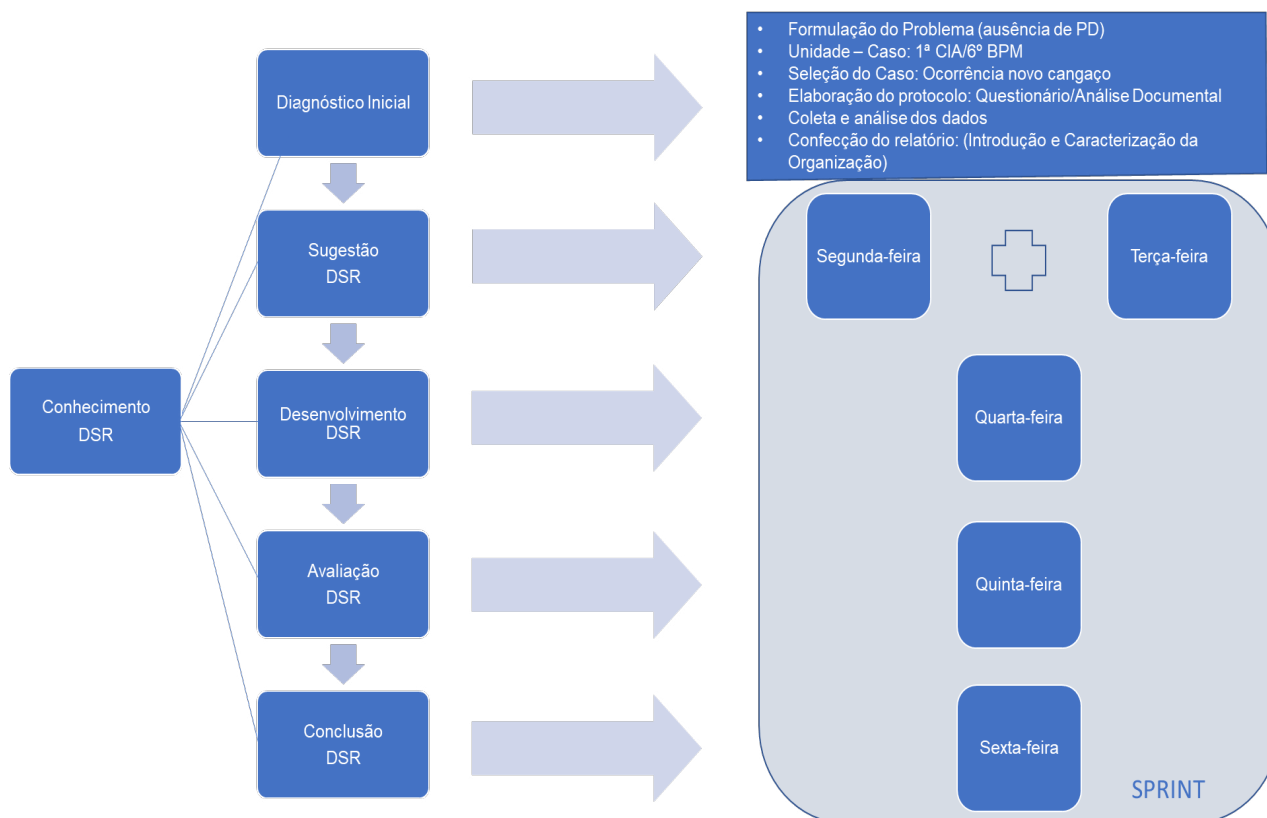
Salienta-se que, em decorrência das circunstâncias organizacionais, foi necessário adaptar-se à ferramenta *Sprint*. Dessa maneira, para uma completa coleta de dados, os pesquisadores entenderam ser necessário: verificar os relatórios de atuação do Batalhão em enfrentamentos dos grupos do Novo Cangaço, para composição de diagnóstico; e entrevistar todo corpo operacional do Grupo Tático Operacional da Companhia do Batalhão de Polícia Militar do Rio Grande Norte, sendo utilizado para isso um levantamento através de questionário.

É importante salientar, também, que os procedimentos éticos constantes na Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016), que trata da pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais, foram obedecidos. Após a permissão institucional da PMRN para que os participantes fossem incluídos no *Sprint*, elaborou-se um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os sujeitos e antes da aplicação dos instrumentos de pesquisas, houve o esclarecimento pormenorizado e completo sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos e métodos. Além desses procedimentos tradicionais, como o plano é destinado à segurança pública, os pesquisadores envolvidos trabalharam em grau de sigilo quanto aos dados acessados, assumindo o compromisso ético de não replicar informações estratégicas da instituição ou de seus membros. Portanto, o método usado é aqui descrito para a construção do plano é aqui descrito, mas o plano resultante, não.

A Figura 1, a seguir, apresenta o desenho do método do DRS e o uso da ferramenta *Sprint*, conforme utilizados nesta pesquisa:

FIGURA 1

Processos metodológicos do projeto



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Uma vez explicitados os procedimentos metodológicos, passa-se para a apresentação dos dados e a análise dos resultados.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO DRS

No Quadro 2, a seguir, são apresentadas as fases do DRS bem como os objetivos traçados, para melhor compreensão do caso em estudo, correspondendo a seis momentos, denominados aqui de Dias 01 a 06:

QUADRO 2

Relação DSR com as técnicas para coleta e análise de dados

Fase do DSR	Técnicas de coletas e de análise de dados
Conscientização	A conscientização do problema ocorreu por meio de revisão de literatura, em um momento prévio à realização do <i>Sprint</i> pelos pesquisadores; e por levantamento de percepções da equipe, através de questionário aplicado, além da análise de documentos técnicos cedidos pela Polícia Militar do Rio Grande do Norte, a fim de se construir o diagnóstico situacional. Correspondeu ao Dia 01 do <i>Sprint</i> .
Sugestão	Foi concebido, inicialmente, por meio de questionário aplicado à equipe pelo pesquisador facilitador, de forma prévia, com sugestões de objetivos e estratégias para composição do artefato (o modelo de plano de defesa). Os resultados da análise dos questionários foi apresentado à equipe no Dia 02, por meio de grupo focal.
Desenvolvimento	Ocorreu no Dia 03, em que foram pensadas formas de elaboração do protótipo, bem como preparação para o mesmo. Decidiu-se pela realização de uma encenação, simulando-se um ataque e pondo em prática o plano construído. Para tanto, foi realizado o grupo focal. No Dia 04, o Definidor, ao lado da equipe, providenciou as medidas administrativas e legais necessárias à testagem.
Avaliação	No Dia 05, ocorreu a testagem do protótipo, por meio da encenação.
Conclusão	No Dia 06, a equipe, juntamente com representação das instituições, realizou grupo focal, a fim de avaliar os resultados da testagem e elaborar um relatório final.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Uma vez tendo-se apresentado o panorama geral de apresentação da coleta de dados, segue-se para a exposição dos momentos de conscientização e de sugestão.

CONSCIENTIZAÇÃO E SUGESTÃO

A primeira etapa do DSR é caracterizada por aprendizado constante acerca da problemática (Dresch; Lacerda; Antunes Jr., 2015). Envolve a imersão acadêmico-científica do problema, bem como a realização do diagnóstico.

Diante desse aspecto, na fase de Conscientização acerca do problema e no intuito da busca por conhecimento relativo às suas fronteiras e formalização, foi realizada a pesquisa por literaturas acerca do tema aqui tratado, bem como por outros paralelos que pudessem robustecer o referencial teórico e normativo relacionado aos assuntos, realizando-se um aprofundamento por meio de um desenho do estado da arte.

A presença da revisão mencionada se faz importante na medida em que os resultados obtidos pela metodologia escolhida na realização deste trabalho pretendem oferecer como legado conhecimento reconhecido pela comunidade acadêmica, útil aos profissionais da área à qual o trabalho se debruça e que auxilia a manutenção da ausência de viés, a rigorosidade da pesquisa e a replicabilidade do referencial gerado (Dresch; Lacerda; Antunes Jr., 2015).

No que tange às buscas, inicialmente, foram feitas de maneira a encontrar literaturas acerca de quais soluções relativas ao enfrentamento dos crimes contra instituições financeiras fizeram uso do paradigma do Plano de Defesa. A escolha de fontes de dados se realizou por meio de pesquisa, no dia 21 de novembro de 2019, na base do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell) e na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram utilizadas as palavras-chave “plano de defesa”, “planejamento estratégico” e “segurança pública”.

Os filtros utilizados foram três; tratou-se de trabalhos realizados nos últimos cinco anos (2015 – 2020), na grande área de conhecimento das Ciências Sociais e Aplicadas e na área de conhecimento da Administração Pública. As buscas não retornaram trabalhos que tratassem do mesmo escopo aqui realizado, no entanto, ao se utilizar palavra-chave isolada, foram encontrados textos referentes a planejamento estratégico bem como segurança pública. No que diz respeito ao “plano de defesa”, não retornou resultados. Destarte, foi possível selecionar literaturas que serviram para trabalhar o tema deste projeto de forma paralela.

Os critérios de inclusão e de exclusão dos trabalhos encontrados também foram três. O primeiro trata-se da teoria, incluindo-se apenas os que abordavam planejamento; o segundo foi a escolha pelos que estudam organizações públicas; e o terceiro critério foi excluir todos aqueles que não se concentram na segurança pública.

Diante da escassez de trabalhos relacionados ao escopo deste artigo, foi consultada a *grey literature* (literatura cinza), que é formada por estudos realizados por governos, academias, escolas de negócios, entre outras produções científicas não veiculadas nos meios usuais de publicação.

Se fez uso, também, da técnica da bola de neve, quando do contato com técnicos e especialistas no assunto, como policiais especializados. Estes profissionais sugerem referências a serem consultadas e este processo aconteceu durante todo o decorrer da construção da pesquisa, caminhando assim no mesmo sentido de outra técnica aqui utilizada, conhecida como *backward* e *forward*, que se concretiza em busca permanente nas bases de dados para contribuir com o aperfeiçoamento das referências utilizadas (Costa; Zoltowski, 2014; Morandi; Camargo, 2015). Dessa maneira, diante dos critérios utilizados e especificados acima, obteve-se seis trabalhos, apresentados no quadro abaixo:

QUADRO 3

Síntese de trabalhos obtidos

REFERÊNCIA	OBJETIVO GERAL	RESULTADOS
(BORGES, 2019)	Desenvolver forma de atuação da Polícia Militar da Bahia mais segura e eficiente no atendimento de ocorrências criminosas contra instituições financeiras.	Apresentação de um conjunto de primeiras medidas e plano de contingência para o atendimento de ocorrências de crimes contra instituições financeiras.
(CARDOSO, 2013)	Analisar as medidas tomadas pelo policiamento local no momento do assalto.	Confecção de um Plano de Acionamento criado pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco) e pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope).
(GASPAROTO, 2013)	Compreender se existe influência da Atividade de Inteligência para as ações do Bope da PMMT em ocorrências de roubo a instituições financeiras, buscando aperfeiçoar a interação dessas.	Constata-se que o Bope utiliza a Inteligência de Segurança Pública no desenvolvimento de suas ações como forma de subsidiar as suas decisões e ações.
(FRANÇA, 2016)	Entender se são aceitáveis os riscos que o policial se submete ao atender uma ocorrência de roubo a banco na modalidade Novo Cangaço, em conformidade com POP 502.	Contradição do POP 502 com dados e opiniões de policiais que estiveram em atendimento de ocorrências de roubo a banco na modalidade Novo Cangaço e a identificação de procedimentos inexecutáveis.
(COSTA, 2016)	Verificar a dinâmica de incidência do crime organizado de assaltos a banco da modalidade conhecida por “Novo Cangaço” ocorridos no estado do Pará, no período de 2009 a 2015.	Conclui-se que certos grupos criminosos do Novo Cangaço atuam em determinadas regiões, preferindo cidades onde encontram fatores geográficos, econômicos, estruturais e sociais favoráveis ao ataque delitivo.
(LESSA, 2018)	Analisar as Políticas de Segurança Pública do Estado de Rondônia implementadas entre 2008 e 2017, período em que o Estado não teve Plano Estadual de Segurança Pública.	As ações e os programas implementados para a área da segurança pública não fazem parte de um planejamento estratégico, são fruto de ações desordenadas, totalmente ineficazes, ineficientes e sem efetividade.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no resumo dos trabalhos citados neste Quadro (2020).

Pela análise do quadro acima, verifica-se que todos os trabalhos foram orientados à descrição e não à prescrição, de forma que, apesar de importante para imersão e conscientização do problema a ser enfrentado, pouco contribuíram em termos de construção do artefato na fase de desenvolvimento; aumentando o desafio desta pesquisa e ressignificando sua contribuição acadêmico-científica.

Por conclusão desse primeiro momento de conscientização, faz-se necessária a inclusão do problema da pesquisa em Classes de Problemas, que resultam da pesquisa dos referenciais (Dresch; Lacerda; Antunes Jr., 2015). Essas classes podem ser definidas como “a organização de um conjunto de problemas, práticos ou teóricos, que contenha artefatos avaliados, ou não, úteis para a ação nas organizações” (Lacerda *et al.*, 2013, p. 747).

Nesse contexto, o problema tratado no trabalho em tela pode ser enquadrado na classe de problemas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio, na modalidade Novo Cangaço, de acordo com as Classes de

Problemas, conforme a elaboração do Quadro 4, o qual apresenta a identificação de classes de problemas, artefatos e seus conceitos.

QUADRO 4

Identificação das Classes de Problemas

CLASSE DE PROBLEMAS	ARTEFATOS	CONCEITO
Planejamento Estratégico	Planejamento Estratégico Situacional	Teoria de planejamento estratégico para Administração Pública, aplicável também às organizações que não estejam focadas apenas em mercado, mas no jogo político e social (Matus, 1993).
Crimes Violentos Contra o Patrimônio (Novo Cangaço)	Plano de Defesa	Planos que contemplam respostas imediatas a situações críticas de crimes violentos contra o patrimônio, envolvendo ações integradas entre as instituições de segurança disponíveis e voluntários da sociedade, atribuindo-lhes missões específicas, no sentido de frustrar o planejamento de fuga ou descobrir a rota de fuga dos criminosos (PMMS, 2016).

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Uma vez identificada a classe de problemas, é necessário tipificar o artefato que se pretende construir. Em termos de classificação, esse pode ser tipificado em Constructo, Modelo, Método e Instanciação. Os Constructos são conceituações utilizadas para descrever problemas dentro de um domínio e para fazer com que as soluções desse sejam especificadas. Já os Modelos são os conjuntos de proposições ou declarações que expressam as relações entre os constructos, tendendo a ser imprecisos, porém necessitando captar a estrutura da realidade para que sejam úteis. Os Métodos se apresentam como um conjunto de passos para executar uma tarefa; e as Instanciações são a concretização de um Artefato em seu ambiente (March; Smith, 1995). O artefato proposto por este trabalho se constitui em um Método.

Finalizada a primeira fase da conscientização, esta foi apresentada ao Comandante do Batalhão, em junho de 2019, convidado a ser Definidor. Em entrevista, o Pesquisador-Facilitador apresentou os resultados, o que levou a uma predefinição quanto à necessidade de construção do plano de defesa para enfrentamento da ação de uma organização criminosa com atuação semelhante ao Novo Cangaço, bem como levantamento das necessidades administrativas e legais para que ocorresse a avaliação – que foi proposta pelo Definidor em uma simulação de roubo – e possibilitassem a testagem, tais como comunicação das instituições financeiras e de autoridades da cidade. Uma vez que essas medidas foram tomadas, a equipe de elaboração foi convidada.

O Pesquisador-Facilitador apresentou a proposta da pesquisa aos demais sujeitos partícipes, bem como foi construída a agenda dos grupos focais e objetivos diários, esclarecendo a todos sobre o método científico DSR e a abordagem de inovação *Sprint*, conforme Quadros 5 e 6.

QUADRO 5

Relação entre o Ciclo da Design Science Research e o Processo de Execução do *Sprint*

Ciclo da DSR (Manson, 2006)	Processo de execução do <i>Sprint</i> (Knapp, 2017)
Conscientização	Inicia-se no diagnóstico e se caracteriza por aprendizagem constante durante todo o processo.
Sugestão	Segunda-feira: mapeamento e escolha do alvo. Terça-feira: esboçar soluções.
Desenvolvimento	Quarta-feira: escolher melhor proposta. Quinta-feira: construir protótipo.
Avaliação	Sexta-feira: teste e avaliação.
Conclusão	Submissão da proposta.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Uma vez definido o processo de execução do *Sprint*, esse foi adequado à realidade institucional da Companhia do Batalhão (BPM/RN), bem como à necessidade de contenção do Novo Cangaço, sendo proposta a agenda específica para o desenvolvimento do artefato pela equipe por meio de grupo focal.

QUADRO 6

Quadro-horário do processo de execução do *Sprint*

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Apresentações; explicar como funciona o <i>Sprint</i>.	Demonstração relâmpago: análise das soluções existentes.		Escolher solução mais promissora seguindo as fases: 1) expor esboços em fileiras nas paredes; 2) votação por mapa de calor; 3) críticas relâmpagos (3min); 4) pesquisa de intenção de voto; 5) voto maior do Definidor.	Construir o protótipo com a solução escolhida.	Execução do teste e entrevistar avaliadores.
10h15	Definir objetivos a longo prazo; listar perguntas do <i>Sprint</i> .				
11h30	Traçar mapa (fluxograma de início e conclusão do problema).		Separar esboços vencedores e decidir por um ou por junção de ideias.		
13h	Intervalo para almoço.	Intervalo para almoço.	Intervalo para almoço.	Intervalo para almoço.	

Continua

14h	Conversar com especialistas, formulando perguntas de acordo com o trabalho da manhã. Em notas autoadesivas, identifica-se cada problema e usa-se a técnica do “Como poderíamos”: cada componente propõe uma solução ao problema identificado.	Esboço em quatro etapas: todos deverão propor soluções com base em 4 fases: 1) fazer anotações (20min); 2) criar ideias (20min); 3) Dobrar uma folha em 8 quadrantes e desenvolver 8 variações de protótipos (8min); 4) esboço da melhor solução: criar um <i>storybord</i> de 3 painéis em notas autoadesivas, simples, anônima e autoexplicativa.	Em um quadro branco, fazer um <i>storybord</i> em 15 quadrados com a solução escolhida.	Testar o protótipo entre a equipe e concluí-lo. Escrever roteiro de avaliação, direcionado aos avaliadores.	Identificar padrões positivos, negativos ou neutros.
16h	A equipe vota nas melhores sugestões e as coloca no mapa.				Finalizar o <i>Sprint</i> .

Fonte: Elaborado pelos autores baseados em Knapp, 2017 (2020).

Após a apresentação da agenda, a equipe levantou um diagnóstico situacional por meio de um mapeamento das investigações dos últimos casos de práticas de crimes contra as instituições financeiras enfrentados pelo batalhão na cidade de Caicó/RN e que já haviam sido pré-selecionados e analisados pelo Pesquisador-Facilitador. Assim, o diagnóstico inicial foi elaborado por meio do estudo de casos, auxiliando a constatação da situação-problema.

Superada a fase da busca por conhecimento acerca do problema, as etapas seguintes da condução do DSR são: Sugestão, Desenvolvimento, Avaliação e Conclusão.

A fase da Sugestão foi realizada na segunda-feira e na terça-feira, em que foi construído o plano de defesa, por meio das técnicas utilizadas no *Sprint* e que constam no quadro-horário apresentado anteriormente (Quadro 6).

DESENVOLVIMENTO

A fase do desenvolvimento foi realizada na quarta-feira e na quinta-feira. Foram propostas várias ideias de como poderia se experimentar o plano, a fim de possibilitar uma avaliação o mais fiel possível da realidade. Afinal, para que a pesquisa em DSR seja confiável, a simples confecção do artefato não se faz suficiente, na medida em que o mesmo precisa ser rigorosamente testado, objetivando evidenciar que possa ser utilizado para resolver problemas reais (Lacerda *et al.*, 2013).

A avaliação do Artefato pode ocorrer pelos métodos Observacional, Analítico, Experimental, Teste e Descritivo. O Método Observacional pode fornecer avaliação mais ampla do funcionamento dos Artefatos por meio do Estudo de Caso e do Estudo de Campo. O Analítico se dá por meio de análise estatística, de arquitetura, de otimização e dinâmica. Já no método Experimental, o Artefato é estudado em ambiente controlado ou em simulação com dados artificiais. Em continuidade, o Teste avalia falhas, defeitos ou métricas para a implementação. Por fim, o Método Descritivo por Argumento Informado, que tem por objetivo a utilização das

bases de conhecimento para a construção de argumento convincente, ou por Cenários, que constrói cenários detalhados em torno do Artefato para demonstrar sua utilidade (Lacerda *et al.*, 2013).

No que concerne à escolha do método de avaliação, esta deve estar afinada com a tipificação do artefato desenvolvido (Lacerda *et al.*, 2013). Assim sendo, e em consequência do artefato abordado neste trabalho tratar-se de um método que se propõe a criar ações e estratégias para ação antes, durante e após as ocorrências do Novo Cangaço, a avaliação ocorreu por meio de Teste, conforme o Definidor já havia proposto em entrevista, no momento preparatório ao *Sprint*.

Na quarta-feira, após análise de várias sugestões por meio da adoção do procedimento do Quadro 5, a equipe começou a definição de como deveria ocorrer a simulação de ação de uma ação criminosa a uma instituição financeira, localizada no centro da cidade da Caicó/RN. O Definidor, ao lado da equipe, confirmou a prévia realização das medidas administrativas e legais necessárias para que ocorresse a testagem do plano de defesa, tais como: convidando demais instituições partícipes, requerendo autorizações e realizando convite a policiais militares, militares de forças armadas e representantes de Polícias Militares Coirmãs, para que participassem da encenação.

AVALIAÇÃO E CONCLUSÃO

O teste da sexta-feira ocorreu por meio de simulação de assalto a banco na modalidade Novo Cangaço em uma das principais cidades do interior do Rio Grande do Norte, município onde a Companhia aqui tratada executa a manutenção da ordem pública. Para tanto, foi solicitada autorização ao comandante do Batalhão para que fosse utilizado todo o efetivo de serviço do dia do teste na execução dos processos desenvolvidos, que objetivaram quebrar o planejamento, recolher provas e identificar a rota de fuga dos criminosos, os quais se constituíram em policiais na função de figurantes. A simulação durou mais de 24h, contando com a participação dos alunos e da equipe de instrução do VI Curso de Operações Especiais da PMRN, sendo utilizados como equipe de busca e captura de criminosos em região de alto risco e difícil acesso, atribuição essa exclusiva do Bope. O tempo foi contabilizado, iniciando-se com a encenação de invasão da cidade e encerrando-se com a captura dos criminosos.

O Quadro 7, abaixo, representa a síntese do roteiro de encenação de ações repressivas, orientando as instituições que participariam da simulação.

QUADRO 7

Roteiro de encenação

ROTEIRO DE ENCENAÇÃO: AÇÕES REPRESSIVAS PARA O CURSO DA AÇÃO CRIMINOSAS	
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Confirmar a ocorrência; Acionar a Polícia Militar; Disponibilizar as imagens em tempo real para que se possa ver quantos indivíduos, quais os carros utilizados, para que lado fugiram, quais as vestes e o armamento utilizado, e para composição de provas.
REDE CIVIL DE APOIO	Os voluntários cadastrados poderão disponibilizar as imagens das câmeras em tempo real e/ou pós-evento; Poderão, se estiverem seguros, filmar e fotografar a ação; Os fazendeiros voluntários poderão bloquear vias de fuga cadastradas com material disponibilizado pela PM e informar a passagem dos criminosos pela região.
ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	Deverão confirmar a ocorrência; Acionar o Plano de Defesa; Instituir o Gabinete de Gestão de Crises e Inteligência; Coletar dados; Instituir os pontos de bloqueio e observação; Instituir as Barreiras Policiais e entrevistar testemunhas, reféns e criminosos presos. No que tange à PMRN, para cada ação em tela, deverá ser observado o Procedimento Operacional Padrão (POP), institucionalizado.
INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	Após acionadas pelo plano de chamada, deverão ficar em prontidão para socorro de cidadãos infratores, civis e militares que por ventura venham a se tornar vítimas de acidentes ou confrontos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O resultado, além da própria produção do plano de defesa contra ações criminosas do Novo Cangaço, foi a construção de um *framework* orientador das expectativas de atuação de instituições vinculadas ao plano de defesa, tanto em ações preventivas quanto em ações durante e após a realização dos crimes.

QUADRO 8

Framework de expectativas de atuação de instituições vinculadas ao plano de defesa

PLANO DE DEFESA: AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO PARA INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE	
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Contatos diários com os gerentes dos Bancos, estabelecendo senha e contrassenha para a identificação de possíveis ocorrências de sequestro de gerentes e funcionários (Sapatinho), além de disponibilização do acesso às câmeras em tempo real.
REDE HOTELEIRA	Contato com a rede hoteleira para que o registro dos hóspedes seja sempre realizado e disponibilizado, existindo sempre a comunicação de atitudes suspeitas por meio de cidadãos de passagem pela cidade.

Continua

REDE CIVIL DE APOIO	Realização de rede de apoio composta por pessoas residentes na proximidade das instituições financeiras, comerciantes, fazendeiros e órgãos públicos e privados que possam acionar, no menor tempo possível, as instituições do Estado responsáveis pela repressão aos crimes, por apoio médico e defesa social, disponibilizar imagens em tempo real, fotografar e bloquear vias de fuga.
ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	Planejamento de emprego diário das equipes de serviço disponíveis na região, em outros comandos e de tropas especializadas, contendo, pormenorizadamente, o que cada uma, dentro de suas atribuições específicas, deverá fazer durante um possível crime, como pontos de bloqueio, observação, lançamento de drones e confronto direto. Investigação e produção de conhecimento acerca dos criminosos e rede de fuga, evasão e esconderijos. Realização de instruções ao efetivo policial e palestras e reuniões com a sociedade, para tratar as formas de atuação antes, durante e após as ocorrências em questão.
MINISTÉRIO PÚBLICO E JUDICIÁRIO	Formação de força tarefa para compartilhamento de informações e realização de operações.
INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	Participação em plano de chamada durante o decorrer do crime para que equipes de plantão estejam preparadas para socorrer e receber possíveis vítimas.
AÇÕES PÓS-CRIMES	
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Recepcionar os policiais e peritos para a produção de provas; Aplicar soluções para garantir a segurança de seus bens; Comparecerem às audiências na Polícia Civil ou Federal como testemunhas.
REDE DE APOIO CIVIL	Disponibilizarem imagens; Comparecerem às delegacias para serem ouvidos na condição de testemunhas.
POLÍCIA MILITAR	Equipes de inteligência deverão colher informações para subsidiar futuras operações; Equipes empregadas nos pontos de bloqueio e de barreiras policiais deverão informar as observações feitas durante a ocorrência; O Grupo Tático Operacional deverá relatar as observações feitas no decorrer da ocorrência; Todos os envolvidos na ocorrência deverão comparecer à reunião final, antes de serem liberados para a passagem do serviço às equipes que os substituem, para subsidiar estudo de caso apresentado posteriormente; Adequação das instruções às realidades observadas no estudo de caso; Ajustes no plano de defesa diante das observações apontadas no estudo de caso.
JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO	Receber as provas colhidas pelas instituições policiais e periciais para robustecer as investigações; Compartilhar informações das investigações com as instituições participantes da força-tarefa; Recomendar novas ações às instituições bancárias, para melhoria da segurança de suas instalações e transporte de numerários.
INSTITUIÇÕES POLICIAIS FEDERAIS E POLÍCIA CIVIL	Compartilhar informações colhidas com as demais organizações de inteligência; Investigar a organização criminosa que atuou no crime; Identificar esconderijos e fornecedores de esconderijos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O tempo de duração da encenação impossibilitou a avaliação na sexta-feira, a qual foi realizada por meio de entrevistas na semana seguinte, em que foram convidados representantes das entidades,

escolhidos como especialistas externos do *Sprint*, partícipes de forma direta e indireta da testagem, e que compuseram o *framework* apresentado no Quadro 8, acima.

Após a simulação, as entrevistas e o registro das observações, foi confeccionado relatório detalhado de todos os processos envolvidos na construção do Plano de Defesa, validado pela equipe envolvida e submetido ao Comandante Geral da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, para avaliação e abertura de caminho para aperfeiçoamento e implantação do modelo, tanto na unidade-caso quanto em todas as unidades policiais da PMRN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo exposto, verifica-se ser a ferramenta *Sprint* adaptável à construção de planos de defesa adequados à realidade local e de forma ágil pelas equipes gestoras da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, demandando cinco dias de mobilização policial.

Em termos de construção do processo de *Design Sprint*, este foi concebido com sucesso. Na avaliação final realizada pela equipe, constata-se que o plano de defesa apresentou pontos de sucesso e de falhas, necessitando de ajustes e de um novo processo de prototipagem, a fim de se tornar um projeto-piloto. Verifica-se, ainda, que para construção do novo artefato, a simulação não é a forma mais adequada de testagem, em decorrência da necessidade de uma grande mobilização burocrática e legal, demandando uma decisão prévia quanto à forma avaliativa, o que se mostrou prejudicial à ideia do *Sprint* de que todas as decisões fossem tomadas coletivamente pela equipe realizadora em cinco dias.

Além disso, a encenação foi custosa e de longa duração, envolvendo mobilização de equipes e de armamentos, bem como trouxe bastante atenção à forma de condução do plano de defesa, com potencial de prejudicar a confidencialidade necessária ao sucesso das operações. Por outro lado, em termos de pontos positivos, a testagem permitiu uma experiência muito próxima à realidade dos policiais, que puderam avaliar de forma contumaz a viabilidade do plano de defesa, bem como verificar falhas nas decisões estratégicas tomadas, notadamente, quanto ao tempo de ação, aos pontos de bloqueio e à proteção de vítimas.

Por fim, conclui-se que tanto a ferramenta de *Design Sprint* quanto o método científico de DSR são extremamente recentes nas publicações científicas na área de segurança pública, denotando a carência de estudos quanto à gestão de inovação e à necessidade de se investir mais espaço acadêmico às pesquisas prescritivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. Violência e performance no chamado ‘novo cangaço’: cidades sitiadas, uso de explosivos e ataques a polícias em assaltos contra bancos no Brasil. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 615-643, set. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-27922020000300615&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Lei Complementar Nº 090, de 4 de janeiro de 1991

BORGES, Fernando Afonso Cardoso. **Primeiras respostas para o atendimento de ocorrências de crimes contra Instituições Financeiras no âmbito da PMBA**: um estudo realizado na 97ª CIPM/Irará. 2019. 251 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) – Faculdade de Direito/Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

BORGES, Fernando Afonso Cardoso; BRANDÃO, Carlos Eduardo Neves. **Plano para atendimento de ocorrências de crimes contra instituições financeiras na Área de Responsabilidade 97ª CIPM/Irará**. Salvador: Polícia Militar, 2016.

BRASIL. Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 44-46, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 9 jan. 2025.

BRASIL. Lei Nº 13.654, de 23 de abril de 2018. Altera o Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre os crimes de furto qualificado e de roubo quando envolvam explosivos e do crime de roubo praticado com emprego de arma de fogo ou do qual resulte lesão corporal grave; e altera a Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para obrigar instituições que disponibilizem caixas eletrônicos a instalar equipamentos que inutilizem cédulas de moeda corrente. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 24 abr. 2018.

CARDOSO, Hélio Alves. **Análise das medidas iniciais tomadas pelo 26º Batalhão de Polícia Militar em Nova Mutum, nas ações do “Novo Cangaço”**. 2013. 125 f. Monografia (Bacharelado em Segurança pública) – Curso de Formação de Oficiais (CBSP/CFO), Academia de Polícia Militar Costa Verde, Várzea Grande, 2013.

COMISSÃO EUROPEIA. **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões**. Estado da União da Inovação 2012 – Acelerar a Mudança. Bruxelas, 21 mar. 2013. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2013:0149:FIN:pt:PDF#:~:text=A%20iniciativa%20emblem%C3%A1tica%20Un%C3%A3o%20da%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20em%20particular%20visa%20criar,de%20trabalho%20de%20alta%20qualidade>. Acesso em: 14 mar. 2021.

COSTA, Carlos André Viana da. **“Novo Cangaço” no Pará**: a regionalização dos assaltos e seus fatores de incidência. 2016. 66 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, Silvia; COUTO, Maria Clara de Paula; HOHENDORFF, Jean Von (Orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014, p. 55-70.

COTTA, Francis Albert. Protocolo de intervenção policial especializada: uma experiência bem-sucedida da Polícia Militar de Minas Gerais na gestão de eventos de defesa social de alto risco. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 52-66, 2009. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/51>. Acesso em: 9 jan. 2025.

DANTAS, Régis Façanha. Violência e vulnerabilidades urbanas: teoria da ambiência restritiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 277-302, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15n1.40294>.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JR., José Antonio Valle. **Design Science Research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Design Thinking e Design Sprint: kit de ferramentas**. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4502>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FRANÇA, Lucélio Ferreira Martins Faria. **Normas de conduta policial: os desafios impostos pelas ocorrências de roubo a banco na modalidade novo cangaço**. 2016. 31 f. Especialização (Gestão de Segurança Pública) – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da APMCV-PMMT, Cuiabá, 2016.

GASPAROTO, Késsia Adriane Ferraz. **A influência da atividade de inteligência para as ações do Bope da PMMT em ocorrências de roubo as instituições financeiras**. 2013. Monografia (Bacharelado em Ciências Militares) – Curso de Formação de Oficiais CBSP/CFO, Várzea Grande, 2013.

HUERTAS, Franco. **O Método PES: entrevista com Matus**. São Paulo: Fundap, 2004.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2020**. São Paulo: FBSP; Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 9 jan. 2025.

KNAPP, Jake. **Sprint: o método usado no Google para testar e aplicar novas ideias em apenas cinco dias**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

LACERDA, Daniel Pacheco; DRESCH, Aline; PROENÇA, Adriano; ANTUNES JR., José Antonio Valle. **Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção**. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 741-761, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2013000400001. Acesso em: 15 mar. 2021.

LESSA, Sávio Antiógenes Borges. **Planejamento estratégico e política de Segurança Pública: análise do processo de formulação das políticas de Segurança Pública implementadas pelo estado de Rondônia no período de 2008 a 2017**. 2018. 213 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

LOPES JR., Edmilson. Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil. **Cronos**, Natal, v. 7, n. 2, p. 353-372, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3216/2606>. Acesso em: 9 jan. 2025.

MANSON, Neil. Is operation research really research?. **Orion**, v. 22, n. 2, p 155-180, 2006. DOI: <https://doi.org/10.5784/22-2-40>.

MARCH, Salvatore; SMITH, Gerald. Design and natural science research in Information Technology. **Decision Support Systems**, v. 15, n. 4, p. 251-266, 1995. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222484351_Design_and_Natural_Science_Research_on_Information_Technology. Acesso em: 21 mar. 2021.

MARQUES, Daniel Cardoso. A inadequada subsunção do crime de roubo às instituições financeiras no Brasil: a Lei do Antiterrorismo. **Âmbito Jurídico**, 2 out. 2019. Disponível em <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-inadequada-subsuncao-do-crime-de-roubo-as-instituicoes-financeiras-no-brasil-a-lei-antiterrorismo>. Acesso em: 1 dez. 2019.

MATUS, Carlos. **Política, planejamento e governo**. v. 1. Brasília: Ipea, 1993.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do Sol: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2011.

MIGLIATO, Antonio Luiz Tonissi. **Planejamento estratégico situacional aplicado à pequena empresa: estudo comparativo de casos de empresas do setor de serviço (hoteleiro) da região de Brotas-SP**. 2004. 222 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Paulo, São Carlos, 2004.

MORANDI, Maria Isabel Wolf Motta; CAMARGO, Luis Felipe Riehs. Revisão sistemática da literatura. *In*: DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JR., José Antonio Valle. **Design Science Research: método e pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2015, p. 141-175.

OLIVEIRA, Dominique de Castro; BEZERRA, Marco Aurélio Souza(Coords.). **Manual de investigação de crime de roubo de valores**. Brasília: Departamento de Polícia Federal, Diretoria de Combate ao Crime Organizado, 2011.

PALERMO, Luis Claudio. A cobertura da mídia impressa e o enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 212-236, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/r6p9h5GpCRjz4FsrVzd5DkM/#>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Bomtempo, 2010.

PMMS – Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. I **Curso de Especialização de Patrulha em Ambiente Rural (Cepar) da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SSPMS, 2016.

PMMT – Polícia Militar do Estado do Mato Grosso. **Segurança: Curso de Patrulhamento Rural do Bope**. Cuiabá: Secretaria Estadual de Segurança Pública, 2015.

PMRN – Polícia Militar do Estado do Rio Grande Do Norte. **Relatório Mensal de Junho de 2020 da 4ª Seção do 6º Batalhão (P4/6º BPM)**. Natal: SSPRN, 2020.

SILVA, Elton José da. Design Sprint como ferramenta para engajamento da equipe: um estudo de caso. **Human Factors in Design**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 191-202, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5965/2316796307132018191>.

SILVA FILHO, Flávio Valdez Martins da; NELSON, Aline Virgínia Medeiros. Planejamento para enfrentamento de crimes contra instituições financeiras em municípios interioranos: o caso de um Batalhão de Polícia Militar do Rio Grande do Norte. **Direito e Liberdade**, Natal, v. 25, n. 2, p. 141-166, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/177907?mode=full>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SODRÉ, Ronaldo Barros. O novo *cangaço* no Maranhão. **Confins**. Revista Franco-Brasileira de Geografia, São Paulo, n. 37, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.15811>.

ARTIGO

QUALIDADE METODOLÓGICA DAS PESQUISAS DOCUMENTAIS SOBRE CONTROLE DISCIPLINAR INTERNO DA POLÍCIA MILITAR: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA¹

EDVALDO MARQUES DE ARAÚJO

Graduado em Psicologia (UNIVASF) e integrante do grupo de pesquisa Comportamento, Cooperação e Cultura (3C). Possui interesse nas áreas de Psicologia, Análise do Comportamento, Metodologia Científica e Relações Raciais.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Petrolina

Email: edvaldomdearaujo@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0629-249X>

RAQUEL ROCHA DA SILVA OLIVEIRA

Psicóloga pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Pós-graduanda em ABA aplicada ao Autismo e Deficiência Intelectual pelo Child Behavior Institute of Miami (CBI of Miami) e mestranda em Processos Cognitivos e Comportamentais pela UNIVASF. Atualmente integra o GPAC - Grupo de pesquisa Conceitual, Básica, e Aplicada em Análise do Comportamento. Possui interesse em Comportamento Verbal e Análise do Comportamento Aplicada ao TEA.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Petrolina

Email: psiraquelrocha@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0007-5861-5672>

ANGELO AUGUSTO SILVA SAMPAIO

Professor da Graduação e da Pós-graduação em Psicologia da Univasf. Doutor (USP) e mestre (PUC-SP) em Psicologia Experimental e graduado em Psicologia (UFBA). Editor adjunto da Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva e membro do Corpo Editorial da Behavior and Social Issues.

País: Brasil **Estado:** Pernambuco **Cidade:** Petrolina

Email: angelo.sampaio@univasf.edu.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-7154-0862>

Contribuições dos(as) autores(as): Todos os autores contribuíram substancialmente nas etapas de coleta de dados; análise e interpretação dos resultados; e redação e revisão crítica. Edvaldo Araújo e Angelo Sampaio desenvolveram a etapa de concepção e delineamento do projeto.

Data de Recebimento: 04/08/2023 – **Data de Aprovação:** 03/10/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1976

RESUMO

O desempenho dos órgãos de controle disciplinar da atividade policial tem sido investigado para compreender a relação de intervenções policiais com a violência urbana. Para caracterizar e avaliar a qualidade metodológica dessas pesquisas, o presente trabalho revisa sistematicamente a literatura entre

¹ Nossos agradecimentos à Universidade Federal do Vale do São Francisco pela bolsa de iniciação científica concedida a Edvaldo Araújo para a realização desta pesquisa e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de iniciação científica concedida a Raquel Rocha em período concomitante com a realização desta pesquisa. Além disso, agradecemos aos membros do grupo de pesquisa Comportamento, Cooperação e Cultura (3C) e ao Prof. Dr. Adalton Marques pelas considerações sobre a presente pesquisa durante e após o seu desenvolvimento.

2012 e 2022. A busca por artigos, teses e dissertações sobre processos administrativos disciplinares das Polícias Militares aconteceu na Scielo, na BDTD e no CTD/CAPES. Foram incluídos na revisão 14 textos. A literatura da área encontra-se majoritariamente no formato de dissertações, concentrada em estados que possuem programas de pós-graduação com linhas de pesquisa sobre o tema e realizando análises estatísticas descritivas. Em relação à qualidade metodológica, a maioria dos trabalhos falhou em descrever um ou mais aspectos relevantes da metodologia. Mudanças metodológicas na área são necessárias para melhorar a confiabilidade e a qualidade das pesquisas sobre o tema.

Palavras-Chave: Corregedoria. Controladoria. Polícia Militar. Controle disciplinar. Accountability.

METHODOLOGICAL QUALITY OF DOCUMENTARY RESEARCH ON INTERNAL DISCIPLINARY CONTROL OF THE MILITARY POLICE: SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

The performance of police disciplinary control bodies has been investigated to understand the relationship between police interventions and urban violence. To characterize and evaluate the methodological quality of these studies, the present work systematically reviewed the literature between 2012 and 2022. The search for articles, theses and dissertations on disciplinary administrative processes of the Military Police was conducted in Scielo, BDTD and CTD/CAPES. 14 texts were included in the review. The literature in the area is mostly in the form of theses, concentrated in Brazilian states that have graduate programs with lines of research on the subject, and performing descriptive statistical analyses. Regarding methodological quality, most studies failed to describe one or more relevant aspects of its methodology. Methodological changes in the area are needed to improve the reliability and quality of research on the subject.

Keywords: Internal Affairs. Controllership. Military Police. Disciplinary control. Accountability.

INTRODUÇÃO

As polícias são os órgãos do Estado responsáveis por resguardar a segurança pública e preservar a ordem pública (Brasil, 1988). Entretanto, parte considerável da violência urbana está relacionada à própria intervenção policial. Somente em 2019, por exemplo, as intervenções policiais provocaram 6.357 mortes, 13,3% do total de mortes violentas intencionais do Brasil (FBSP, 2020). Essas intervenções também tiveram como alvo principal a população negra, sobretudo o jovem negro do sexo masculino (IBGE, 2019; Ipea; FBSP, 2020). Das vítimas da intervenção policial em 2019: 79,1% eram negras; 74,3% eram jovens; e 99,2% eram homens (FBSP, 2020).

Além das mortes provocadas, a intervenção policial pode originar outros tipos de violência e vitimização para a população negra. Por exemplo, homens negros moradores de área urbana e de baixa escolaridade têm maior chance de serem vitimizados por policiais (Teixeira *et al.*, 2022) e jovens negros do sexo masculino podem estar mais vulneráveis à filtragem racial e a práticas violentas durante a abordagem policial (Silva, 2022). A despeito dos indicadores citados, a violência praticada pela própria polícia e sua possível redução não são levadas em consideração na avaliação da eficiência das polícias pelo poder público brasileiro (Rolim; Pereira, 2022).

Os dados mencionados demonstram a presença do racismo institucional no âmbito da segurança pública, isto é, a incapacidade das polícias em prover “serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de

Qualidade metodológica das pesquisas documentais sobre controle disciplinar interno da Polícia Militar: revisão sistemática da literatura

Edvaldo Marques de Araújo, Raquel Rocha da Silva Oliveira e Angelo Augusto Silva Sampaio

sua cor, cultura, origem racial ou étnica" (CRI, 2006, p. 22 *apud* López, 2012, p. 128), implicando em que a população negra se encontre mais vulnerável à violência urbana e policial (Freitas Filho; Correia Jr., 2015). Dados como esse suscitam a necessidade de compreender os fatores mantenedores da violência policial e do racismo institucional nos órgãos de segurança pública².

Diferentes aspectos comportamentais e culturais convergem na manutenção do racismo institucional em órgãos policiais, como a negligência institucional em investigar mortes causadas por intervenções policiais (Moço, 2018), a impunidade (Mizael; Sampaio, 2019) e a corrupção (Barros, 2008). Esses fatores sugerem a urgência de se avaliar os mecanismos de controle da atividade policial, os quais deveriam atuar para evitar tal negligência e impunidade. O controle externo da atividade policial é exercido pelo Ministério Público, enquanto as corregedorias e ouvidorias exercem o que é chamado de controle interno. As corregedorias e ouvidorias têm a responsabilidade de manter a ordem e a hierarquia interna e exercer o controle formal e legal da atividade policial, fiscalizando e punindo os desvios de conduta considerados ilegais ou ilegítimos. É através desses órgãos que são instaurados, apurados e fiscalizados os procedimentos administrativos que visam a cessar dúvidas ou reunir provas sobre uma conduta policial (Silva, 2017).

O funcionamento dos órgãos de controle interno da atividade policial tem sido analisado por diversas pesquisas (*e.g.*, Brito, 2018; Lemos-Nelson, 2001; Misse; Grillo; Neri, 2015; Nascimento, 2017; Oliveira, 2005). Algumas têm analisado o funcionamento interno e a eficácia desses órgãos através de documentações relacionadas às suas atividades, como os processos administrativos disciplinares. Cabral, Barbosa e Lazzarini (2008), por exemplo, analisaram os processos administrativos contra policiais civis na Corregedoria Geral da Bahia; encontraram punições em geral mais brandas para oficiais de alta patente e punições mais duras para casos com grande cobertura midiática. Além disso, a chance de alguma punição ser aplicada foi maior quando os casos eram investigados por comissões especializadas, em vez de comissões temporárias. Misse, Grillo e Neri (2015), por sua vez, analisaram os homicídios policiais na cidade do Rio de Janeiro de 2001 a 2011, e sugeriram que os policiais utilizam o auto de resistência com a finalidade de evitar serem punidos ou presos pela violência presente em sua atuação. Essa tipificação utilizada de maneira indiscriminada ocultaria os excessos do uso da força e garantiria ao policial uma proteção diante de punições aplicáveis a práticas ilícitas ou ilegítimas. Nascimento (2017), por fim, investigou a impunidade relacionada à corrupção nas Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro entre 2009 e 2013, encontrando um aumento no número de reclamações na Ouvidoria, acompanhado de uma diminuição nas punições executadas. As reclamações cresceram 93% contra a PM e 68% contra a Polícia Civil, no entanto o número de punições diminuiu, respectivamente, de 21 e 22, em 2009, para 3 e 1, em 2013.

Dessa forma, a análise de documentações internas desses órgãos pode ser útil para compreender seu funcionamento e entender criticamente o controle disciplinar da polícia no Brasil, especialmente o da PM, que possui uma atividade mais ostensiva e com maior recorrência de conflitos que culminam em morte (FBSP, 2020). A análise dessas documentações tem como algumas de suas vantagens o uso de dados previamente coletados e, portanto, prontamente disponíveis, além do caráter oficial dos dados, o qual converge com a necessidade da institucionalização de um controle interno contínuo. No entanto, para que análises como essas sejam úteis, é necessário que elas sejam adequadas à metodologia científica e da pesquisa documental, de modo a permitir que as informações derivadas desses trabalhos sejam confiáveis e de qualidade (Gil, 2002). Por isso, este trabalho realiza uma revisão sistemática de literatura para avaliar a qualidade metodológica das pesquisas sobre o controle disciplinar da atividade da PM por órgãos internos, como Corregedorias ou Controladorias, a fim de descrever as características da literatura vigente e tecer

2 Para uma interpretação culturo-comportamental sobre o tema, ver Mizael e Sampaio (2019).

considerações sobre seu estado e possíveis melhorias metodológicas a serem adotadas. Os objetivos específicos são descrever as características e a qualidade metodológica das pesquisas que analisaram os processos administrativos disciplinares dos órgãos de controle disciplinar da PM, sintetizando o estado da literatura e propondo melhorias para a área, de modo a fomentar pesquisas e relatos de melhor qualidade.

MÉTODO

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de inclusão adotados por esta revisão são: o texto: (1) ser artigo, tese ou dissertação; (2) ter sido publicado ou defendido entre 2012 e 2022; (3) ser redigido em língua portuguesa, já que o foco foi em um órgão brasileiro (PM) e a literatura sobre o tema tem sido escrita nesse idioma; e (4) ter como amostra os processos administrativos disciplinares de Corregedorias ou Controladorias da PM.

FONTES DE INFORMAÇÃO

As fontes de informação utilizadas são a Biblioteca Eletrônica Científica Online (Scielo.br), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e o Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A escolha da plataforma Scielo.br se deu por ser uma biblioteca eletrônica multidisciplinar brasileira e com ferramentas de buscas avançadas, facilitando a realização de uma revisão sistemática. A BDTD e o CTD foram escolhidas considerando a grande quantidade de pesquisas em formato de dissertações e teses sobre segurança pública encontradas em uma pesquisa-piloto realizada pelos autores desta revisão (e.g., Lino, 2017; Silva, 2017; Souto, 2017).

BUSCAS

As buscas foram realizadas no dia 14 de março de 2022. Na plataforma Scielo.br, o *script* da busca realizada foi: (polícia*) AND (corregedor* OR controlador* OR "processo administrativo" OR controle OR accountability). A busca foi realizada para todos os índices e com o filtro de ano de publicação, para restringir a busca para os anos de 2012 a 2022. A extração dos resultados foi realizada pela ferramenta de exportação de todos os registros de uma única vez em formato .RIS.

Na BDTD optou-se pela busca avançada para utilização de dois grupos de descritores na mesma busca. No primeiro grupo, adicionou-se o descritor polícia* para busca em todos os campos de qualquer termo. No segundo grupo, foram utilizados os descritores corregedor*, controlador*, "processo administrativo", controle e accountability, cada um em uma das linhas de busca, também para busca em todos os campos e de qualquer termo. O *script* da busca realizada foi: (Todos os campos:polícia*) E (Todos os campos:corregedor* OU Todos os campos:controlador* OU Todos os campos:"processo administrativo" OU Todos os campos:"controle interno" OU Todos os campos:"controle disciplinar" OU Todos os campos:accountability). Nessa plataforma, foi utilizado o filtro de ano de publicação para restringir a busca para os anos de 2012 a 2022 e os resultados da busca foram exportados individualmente em formato .ENW.

No CTD, as buscas foram realizadas utilizando o descritor policia* combinado com cada um dos demais descritores separadamente, empregando o operador booleano AND (policia* AND corregedor; policia* AND controlador*; policia* AND “processo administrativo”; policia* AND “controle interno”; policia AND “controle disciplinar”; policia* AND accountability). Nessa plataforma, os textos completos foram baixados por meio da Plataforma Sucupira, a partir do link disponível no próprio CTD ou, quando não estavam disponíveis, os textos foram buscados no Google Acadêmico, na BDTD e no repositório institucional da instituição na qual o trabalho foi defendido. Não foram utilizados os filtros dessa plataforma em decorrência de problemas encontrados pelos pesquisadores em uma pesquisa-piloto (*e.g.*, a busca com o filtro de ano apontar um determinado número de textos divergente do resultado encontrado sem o filtro). As buscas pelos textos completos no Google Acadêmico retornaram artigos aparentemente relacionados às dissertações e às teses (com mesma autoria, título e filiação), os quais também foram incluídos para análise nas etapas seguintes desta revisão. Os textos encontrados foram baixados nos formatos disponíveis (*e.g.*, em formatos do MS Word ou pdf).

Os resultados das buscas na Scielo, na BDTD e no CTD (incluindo os artigos relacionados encontrados na busca por textos completos nessa última base) foram registrados em uma planilha MS Excel, com a adição de um código identificador numérico e a especificação de em qual base de dados foi encontrado e o tipo de texto (artigo, dissertação ou tese).

SELEÇÃO DOS ESTUDOS

A seleção dos estudos foi realizada de acordo com as etapas a seguir, com o registro do número de artigos restantes e excluídos em cada uma. As justificativas para as exclusões de cada texto foram indicadas.

Identificação

Na fase de identificação, as referências constantes na planilha do MS Excel foram checadas para a identificação de resultados duplicados. Para isso, cada referência foi analisada individualmente, empregando a ferramenta de busca do MS Excel para identificar autores com o mesmo sobrenome. Ao identificar autores com o mesmo sobrenome, verificou-se se os outros elementos das referências (como título e ano) eram idênticos. Nessa etapa, excluíram-se os artigos, as teses e as dissertações duplicadas. Artigos potencialmente derivados de dissertações e teses foram passados para a fase seguinte, para verificação por meio de seus resumos e suas palavras-chave.

Triagem

Na fase de triagem, foi realizada a análise dos títulos, dos resumos e das palavras-chave. Foram levados para a etapa seguinte, de elegibilidade, os textos que atendiam aos critérios de elegibilidade da presente revisão. Também foram passados para a fase de elegibilidade os casos de incerteza quanto à adequação a algum critério ou os casos de textos encontrados sem resumo, de modo que fosse possível realizar a consulta do texto completo.

Elegibilidade

Na fase de elegibilidade, os textos restantes foram lidos integralmente e foram excluídos aqueles que não se encaixavam nos critérios de elegibilidade desta revisão. Ao final dessa etapa, os textos considerados selecionados passaram para a etapa de extração dos dados.

EXTRAÇÃO DOS DADOS

A extração de informações dos textos incluídos na revisão se deu por meio do preenchimento de uma planilha do MS Excel com as seguintes informações: (1) autoria; (2) filiação do primeiro autor; (3) ano de publicação ou defesa; (4) tipo de texto (artigo, tese ou dissertação); (5) polícia estudada (se apenas a PM ou se várias polícias simultaneamente); (6) estado a que pertencia o(s) órgão(s) em questão; (7) número de documentos analisados; (8) período analisado, em anos; e (9) tipo de análise estatística aplicada (descritiva ou inferencial; quando inferencial, qual modelo de análise).

Para analisar a qualidade metodológica dos estudos, os textos foram lidos completamente e analisados quanto à descrição: (1) das suas hipóteses; (2) do procedimento de coleta de dados; (3) do tratamento dos dados; e (4) da análise dos dados. Foram considerados: adequados, quando possuem todos os elementos necessários; parcialmente adequados, quando possuem pelo menos metade dos elementos necessários; e insuficientes, quando não possuem nenhum dos elementos avaliados descritos. A descrição das hipóteses foi considerada adequada quando o texto apresenta as hipóteses de pesquisa adotadas pelo trabalho. O procedimento de coleta de dados foi considerado adequado quando há a descrição da fonte dos dados (*e.g.*, Diário Oficial do Estado, Boletins Gerais Ostensivos [BGO], sistemas de informação das corregedorias, a própria instituição ou seus setores internos) e a forma como esses dados foram acessados (*e.g.*, se solicitado diretamente ao órgão ou indiretamente por meio de algum recurso de acesso à informação, ou *in loco*). Em relação ao tratamento dos dados era esperada a descrição de alguma etapa de tabulação, limpeza ou conferência dos dados, de modo a retirar possíveis erros ou *outliers* e, quando necessário, a descrição da categorização das suas variáveis. A análise dos dados foi adequada quando o texto descreve como os dados são analisados e, quando pertinente, os softwares, as técnicas estatísticas e as variáveis utilizadas na análise, além da adequação dos dados aos pressupostos do teste.

ACORDO ENTRE OBSERVADORES

As etapas de busca e seleção dos dados foram realizadas por dois juízes independentes e a porcentagem de concordância entre eles foi avaliada ao final de cada etapa. Em caso de discordância entre ambos, um terceiro juiz independente realizou o desempate.

RESULTADOS

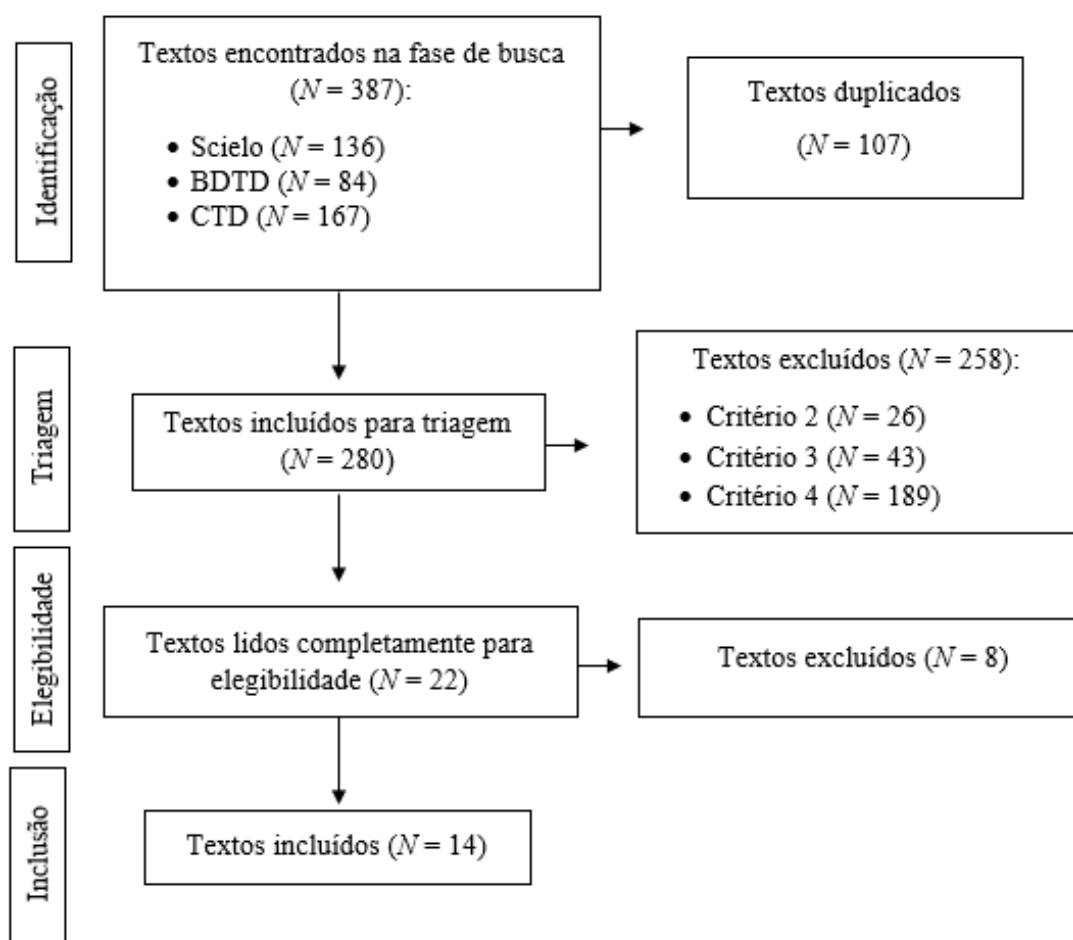
A Figura 1 exibe a quantidade de artigos em cada etapa do processo de seleção dos textos da presente revisão (de acordo com o fluxograma do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*; Page *et al.*, 2020). Foram encontrados 387 textos em todas as bases de dados. Após a exclusão dos 107 textos duplicados, os 280 restantes tiveram seus títulos, resumos e palavras-chave lidos. Foram

excluídos: 26 textos por terem sido publicados antes de 2012 (Critério 2); 43, por não estarem em língua portuguesa (Critério 3); e 189, por não terem como amostra processos administrativos disciplinares de corregedorias ou controladorias de PM (Critério 4). Nenhum texto foi excluído por não ser artigo, tese ou dissertação (Critério 1), o que era esperado, em razão das bases de dados utilizadas.

Dentre os textos que avançaram para a elegibilidade, 10 o foram por incerteza quanto à adequação a algum critério (majoritariamente, o Critério 4) e 5, por estarem sem resumo. Dos 22 artigos analisados para elegibilidade, 8 foram excluídos por não se adequarem ao Critério 4. Ao final, apenas 14 textos foram incluídos no *corpus* de análise desta revisão e avançaram para a extração dos dados; dentre eles, 2 se referem à mesma pesquisa e foram analisados conjuntamente (Pereira, A., 2016; Pereira, A.; Cabral; Reis, 2020). A porcentagem de concordância entre os juízes foi de 98,4% na fase de identificação, 89,3% na fase de triagem e 77,3% na elegibilidade. Analisando as etapas de seleção dos textos, os termos de busca retornaram 136 artigos potencialmente elegíveis no Scielo.br, mas dos 14 textos incluídos na revisão, apenas 2 são artigos, sendo um deles oriundo de uma dissertação também analisada nesta revisão. O restante da literatura analisada foi encontrada no formato de dissertação.

FIGURA 1

Fluxograma das etapas da Revisão da Literatura (de acordo com o Prisma)



Fonte: Elaboração própria (2023).

A Tabela 1 apresenta as características dos estudos. As defesas das dissertações analisadas concentraram-se entre 2015 e 2017 (9 de 12), afetando o período dos documentos analisado nessas dissertações, majoritariamente produzidos entre 2013 e 2016. Também é possível observar que o vínculo institucional dos autores é um preditor da instituição estudada. A maior parte das dissertações são oriundas de programas de pós-graduação (PPG) de instituições localizadas nos estados do Ceará (n = 5), da Bahia (n = 3), de Minas Gerais (n = 2) e do Pará (n = 2). A maior parte das pesquisas sobre controle disciplinar da PM tem se concentrado em estados que possuem PPG com linhas de pesquisas voltados para o tema, o que é positivo para esses estados, mas limitam as pesquisas sobre o controle disciplinar da PM em outros estados. Desse modo, faz-se necessário que pesquisas futuras busquem investigar o controle disciplinar da PM em estados que não foram investigados pela literatura presente.

TABELA 1

Características dos estudos incluídos na Revisão de Literatura

Autoria (ano)	Filiação	Tipo de Produção	Órgão estudado	Estado	Nº de Documentos analisados	Período analisado	Análise aplicada
Augusto (2015)	FPL	Dissertação	PM	MG	111	2012-2014	Estatística descritiva
Costa (2014)	UEAM	Dissertação	PC, PM, BM e DET	AM	Não informado	2004-2013	Estatística descritiva e inferencial (Teste t)
Cunha (2018)	UECE	Dissertação	PM	CE	2.111	2013-2017	Estatística descritiva
Lino (2017)	UECE	Dissertação	PM	CE	1.262	2011-2016	Estatística descritiva
Machado (2015)	UFPA	Dissertação	PM	PA	91	2013	Estatística descritiva
Oliveira (2016)	UECE	Dissertação	PM	CE	1.882	2011-2015	Estatística descritiva
Pereira, A. (2016) / Pereira, A.; Cabral; Reis (2020)	UFBA	Dissertação /Artigo	PM	BA	797	2005-2012	Estatística descritiva e inferencial (Regressão Probit)
Pereira, F. (2016)	UFMG	Dissertação	PM	MG	954	2011-2014	Estatística descritiva
Pinheiro (2013)	URCA	Artigo	PM e PC	CE	18	1999-2007	Qualitativa
Silva (2013)	UFCE	Dissertação	PM	CE	93	2011-2012	Estatística descritiva e inferencial (Regressão Tobit)
Silva (2015)	UFPA	Dissertação	PM	PA	1.131	2013	Estatística descritiva
Silva (2017)	UFBA	Dissertação	PM	BA	2.162	2016	Estatística descritiva
Simões (2017)	UCSAL	Dissertação	PM	BA	102	2013-2014	Estatística descritiva

Nota: PM = Polícia Militar; PC = Polícia Civil; BM = Bombeiro Militar; DET = Departamento Estadual de Trânsito.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A maioria das pesquisas (n = 11) estuda exclusivamente a PM. Entretanto, mesmo quando o interesse foi assim restrito, os dados utilizados puderam ser oriundos de outros órgãos além das Corregedorias e Controladorias, como delegacias de Polícia Civil ou Federal (Augusto, 2015; Pereira, F., 2016). Os órgãos de controle disciplinar mais gerais, como as Controladorias, possuem dados de diferentes polícias, o que permite analisá-las simultaneamente ou exige que o pesquisador recorte os dados analisados apenas para

sua polícia de interesse, o que depende dos objetivos da pesquisa em questão. Quanto a isso, excetuando-se Cunha (2018), os trabalhos analisados utilizaram dados relacionados apenas ao seu objeto de estudo (*e.g.*, ter como objeto de estudo a PM e analisar apenas processos relacionados à PM). No caso de Cunha (2018), apesar da pesquisa objetivar compreender o controle disciplinar da PM, foram analisados dados gerais do funcionamento da Controladoria Geral Disciplinar dos Órgãos de Segurança Pública, o que inclui processos contra policiais de outras forças.

A maior parte dos estudos ($n = 12$) realiza análises estatísticas descritivas e utiliza recursos visuais, como gráficos e tabelas, para expor seus dados. Apenas 3 estudos realizam análises estatísticas inferenciais; este resultado pode se dar por diferentes questões. Por exemplo, os autores, mestrandos das áreas de Administração, Direito ou Sociologia, poderiam não ter conhecimentos sobre estatísticas inferenciais, algo que é comum às ciências sociais (Cano, 2012); uma segunda explicação poderia ser o caráter exploratório da maioria dos estudos, em que não se busca testar hipóteses, focando apenas em caracterizar os dados encontrados (Cunha, 2018; Lino, 2017; Machado 2015; Oliveira, 2017; Silva, 2015; Silva, 2017; Simões, 2017); e por fim, os dados coletados poderiam estar em um estado impossível de serem analisados inferencialmente, por exemplo, o órgão não ceder os dados brutos, mas apenas dados de eventos totais, como em Cunha (2018).

Dentre os 3 estudos que realizam análise estatística inferencial, 2 realizam regressões para estimar o impacto de variáveis preditoras sobre as variáveis de interesse (Pereira, A., 2016; Pereira, A.; Cabral; Reis, 2020; Silva, 2013) e 1 realiza um teste t para comparar a diferença entre o tempo transcorrido entre denúncia e instauração dos inquéritos, nos períodos de 1998 a 2008 (durante a vigência de Corregedorias Orgânicas) e de 2009 a 2013 (durante a vigência da Corregedoria Geral) (Costa, 2014). Esses trabalhos, apesar de iniciais, destacam os esforços dos pesquisadores na direção da construção de evidências mais sólidas quanto ao funcionamento do controle disciplinar da PM. No entanto, ainda pecam quanto ao uso desse tipo de análise, por se aterem apenas ao nível de significância estatística (valor de p) (Costa, 2014; Pereira, A., 2016; Pereira, A.; Cabral; Reis, 2020) ou descreverem os resultados apenas de maneira narrativa, sem informar nenhum valor estatístico (Silva, 2013). Ao realizar uma análise inferencial, é necessário informar a adequação dos dados aos pressupostos dos testes e outras estatísticas além do valor de p, como medidas de associação e intervalos de confiança, de modo que seja possível concluir mais precisamente o impacto das variáveis umas sobre as outras ou a dimensão das diferenças entre os grupos analisados (Greenland *et al.*, 2016; Wasserstein; Lazar, 2016).

Um único estudo analisa qualitativamente os processos administrativos (Pinheiro, 2013). Seus objetivos diferem dos demais estudos, que buscaram produzir um panorama mais geral sobre o funcionamento dos órgãos de controle disciplinar. No entanto, em estudos qualitativos também é necessário descrever procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados (Capelle; Melo; Gonçalves, 2011), o que não acontece no trabalho de Pinheiro (2013). Além da descrição metodológica necessária, também é possível utilizar técnicas sistematizadas de análise de dados textuais (Bardin, 1977) ou ferramentas de análise textual, como o IRaMuTeQ (Camargo; Justo, 2013; Ratinaud, s.d.), para facilitar o tratamento de um grande quantitativo de processos administrativos ou complementar a análise de dados qualitativa, permitindo a triangulação dos dados a partir de diferentes análises, e melhorar a confiabilidade dos resultados (Santos *et al.*, 2020).

O quantitativo de documentos analisados pelos estudos depende de variáveis distintas, como o período analisado, o fenômeno de interesse (*e.g.*, o controle disciplinar como um todo ou apenas óbitos civis causados por policiais) e a quantidade de fontes de informação. Considerando isso, a maior parte dos estudos tem mais de uma centena de observações, o que é um fato positivo quanto à riqueza de

informações oriundas desses documentos. No entanto, para que esse quantitativo seja realmente útil, os autores precisam tratar e analisar adequadamente seus dados, de modo que seja possível retirar conclusões sólidas dessas informações. Dentre os estudos analisados, apenas 1 não informa o quantitativo de eventos analisados (Costa, 2014).

Com base nesses resultados, é possível verificar que a presente literatura está concentrada no formato de dissertações e é desenvolvida em estados que possuem PPGs voltados para a Administração ou a Segurança Pública, revelando um cenário de produção de pesquisa que tem investigado polícias específicas e, por consequência, a inexistência de um panorama mais generalizado das Corregedorias e Controladorias do Brasil. A maioria dessas pesquisas, provavelmente pelo caráter recente da área, tem se debruçado nesses dados apenas de maneira descritiva, mas alguns trabalhos buscaram analisar seus dados com estatística inferencial, o que pode ser considerada uma estratégia promissora para a área e fornecer futuramente informações mais sólidas sobre os fenômenos estudados. Independente da técnica de análise de dados adotada, é necessário que as pesquisas tenham um rigor metodológico adequado.

A Tabela 2 apresenta os resultados da análise da descrição dos elementos metodológicos. Quanto à descrição da coleta dos dados, 7 textos descrevem adequadamente essa etapa, informando quais documentos são analisados e como esses documentos foram recuperados, seja por solicitação ou *in loco*, no órgão. O restante dos textos realiza essa descrição parcialmente ou não descreve nenhum desses itens. Por se tratar de pesquisas documentais, é fundamental que os procedimentos de recuperação de documentos e informações sejam descritos claramente, de modo a tornar compreensível o que foi feito e analisar possíveis problemas procedimentais que poderiam afetar as conclusões do estudo. Considerando esses pontos, o trabalho de Augusto (2015) é um bom exemplo de descrição de coleta de dados, visto que o autor apresenta um roteiro de coleta de dados que descreve todas as suas etapas, desde a ordenação das etapas até os documentos solicitados a cada órgão.

TABELA 2

Análise da qualidade metodológica dos estudos incluídos na Revisão de Literatura

Autoria (ano)	Hipóteses	Coleta de Dados	Tratamento	Análise de Dados
Augusto (2015)	-	+	+	+/-
Costa (2014)	-	+/-	+	+/-
Cunha (2018)	-	-	-	-
Lino (2017)	-	+	+	-
Machado (2015)	-	+	+	+/-
Oliveira (2016)	-	+/-	-	-
Pereira, A. (2016) / Pereira, A.; Cabral; Reis (2020)	+	+	+	+/-
Pereira, F. (2016)	+	+	+	+
Pinheiro (2013)	-	-	-	-
Silva (2013)	-	+	+	+/-
Silva (2015)	-	+	+	-
Silva (2017)	-	+/-	-	+/-
Simões (2017)	-	-	-	-

Nota: + = Descrição adequada; +/- = Descrição realizada parcialmente; - = Descrição insuficiente.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em relação ao tratamento dos dados, 8 trabalhos descrevem algum procedimento de tabulação, limpeza ou conferência dos dados. Etapas de limpeza e conferência são fundamentais para observar se algum dado foi tabulado de maneira equivocada ou se há presença de *outliers*, o que poderia vir a prejudicar a análise realizada. Sobre o mesmo tema, como os órgãos estudados podem adotar diferentes terminologias ou categorias de análise para seus dados internamente, os pesquisadores poderiam ter adotado categorizações comuns, de modo a permitir uma interlocução mais adequada entre seus resultados, como realizado por Fernando Pereira (2016), que codificou 54 tipos de delitos cometidos pelos policiais em 10 categorias relacionadas à natureza do delito. A criação de categorias de análise que reagrupem os dados originais pode ser uma estratégia produtiva para a área, mas ainda é pouco utilizada (Pereira, F., 2016).

Quanto à análise dos dados propriamente dita, apenas 1 trabalho a descreveu adequadamente. A maioria dos trabalhos falhou em descrever o *software* adotado e como os dados foram analisados, o que pode ser considerado de menor importância em análises descritivas, mas é vital no uso de análise inferencial. Em relação a esse tópico, apesar do trabalho de Augusto (2015) não descrever o *software* utilizado pelo autor, ele é novamente um bom exemplo de descrição, haja vista o esforço do autor em descrever de que forma os dados foram utilizados para responder cada objetivo de sua pesquisa.

Da mesma maneira que a análise dos dados, apenas 2 trabalhos descrevem suas hipóteses de pesquisa (Pereira, A., 2016; Pereira, A.; Cabral; Reis, 2020). Isso provavelmente também se dá pela natureza exploratória dos trabalhos analisados, a qual implica o objetivo de gerar hipóteses futuras e não de testá-las (Gil, 2002).

Dentre os estudos analisados, apenas o de Fernando Pereira (2016) alcança uma avaliação considerada adequada em todas as categorias de análise do presente trabalho; outros 6 trabalhos têm pelo menos duas categorias consideradas adequadas e 5 trabalhos não têm nenhuma (vide Tabela 2). Esse resultado pode ser explicado por alguns estudos não terem a análise dos processos como objetivo central (Pinheiro, 2013; Silva, 2017; Simões, 2017), mas também indica a necessidade de que pesquisas futuras sobre o funcionamento do controle disciplinar da PM tenham maior cuidado quanto à descrição de sua metodologia. Com base nos elementos analisados, é perceptível que a descrição metodológica das pesquisas da área pode melhorar, haja vista que o relato mais detalhado dos procedimentos utilizados durante a pesquisa é importante para que seja possível analisar a qualidade dos resultados. Por isso, é necessário que pesquisas futuras descrevam suas hipóteses, a fonte dos seus dados e como foram alcançados, suas etapas de tratamento e limpeza, o *software* utilizado e seus procedimentos de análise dos dados, especialmente no que tange à análise inferencial. Pesquisas futuras também podem buscar fornecer seus bancos de dados em sítios eletrônicos (*e.g.*, *Open Science Framework*), de modo a permitir alguma checagem de suas análises.

A presente revisão teve como objetivo inicial avaliar a eficácia dos órgãos de controle disciplinar da PM, o que não foi possível alcançar diante das características da literatura atual. Em primeiro lugar, o caráter exploratório e apenas descritivo dos dados não fornece, de maneira confiável, conclusões sobre a eficácia desses órgãos. Além disso, a concentração das pesquisas em PM específicas poderia enviesar os resultados de eficácia e sobrepujar diferenças estaduais relevantes entre polícias. Por último, fica evidente que as pesquisas encontradas precisariam melhorar sua metodologia, no que tange ao relato de seus procedimentos, para que a confiabilidade de seus resultados pudesse ser adequadamente avaliada. Devido a essas dificuldades encontradas na literatura, os objetivos da presente revisão foram modificados para avaliação metodológica e descrição das características da literatura encontrada. Tal análise metodológica, na ausência de instrumentos de avaliação metodológica voltados para pesquisas

documentais, precisou ser conduzida a partir de parâmetros desenvolvidos pelos próprios pesquisadores. Esses parâmetros podem ser revistos por revisões futuras.

Este trabalho também encontrou dificuldades quanto às bases de dados utilizadas e o manejo de *softwares* de organização de referência e revisão sistemática. Quanto às bases de dados, foram selecionadas apenas bases que permitissem realizar de modo minimamente adequado uma revisão sistemática, o que reduziu o quantitativo de bases. Mesmo assim, durante buscas-piloto, diversos problemas foram encontrados nas bases selecionadas, especialmente na CTD, o que exigiu alterações nas estratégias de busca em cada uma delas. Além disso, planejava-se utilizar o *software* organizador de referências Mendeley e o *software* de revisão sistemática Rayyan, mas o uso desses *softwares* foi abandonado devido a vários problemas com a importação de dados de dissertações, o que exigiu, durante a pesquisa, o desenvolvimento de uma nova estratégia de seleção dos dados. Pesquisas futuras podem buscar *softwares* alternativos para realizar essas etapas.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A presente revisão de literatura analisa criticamente as características e a qualidade metodológica da literatura sobre o controle disciplinar da atividade da PM que se voltou para a análise de processos administrativos disciplinares conduzidos por órgãos internos. A revisão inclui 14 textos na análise (12 dissertações e 2 artigos), todos publicados ou defendidos entre 2012 e 2022, redigidos em língua portuguesa e que tomaram como amostra processos administrativos disciplinares de Corregedorias ou Controladorias da PM. A maior parte foi de dissertações oriundas de PPG nos estados do Ceará (n = 5), da Bahia (n = 3), de Minas Gerais (n = 2) e do Pará (n = 2). A maioria dos estudos (n = 12) realiza análises estatísticas descritivas e apresenta seus resultados em gráficos e tabelas. Os aspectos metodológicos com maiores lacunas nos estudos são a apresentação de hipóteses e a descrição de como a análise de dados foi realizada. O panorama apresentado sobre o estado atual da área indica mudanças metodológicas a serem adotadas em pesquisas futuras, especialmente quanto ao relato das pesquisas. Essas mudanças melhorariam a qualidade metodológica dessas pesquisas, fornecendo evidências mais confiáveis sobre seu objeto de estudo.

Nessa direção, a avaliação da eficácia dos órgãos internos de controle disciplinar da PM a partir da análise dos seus processos administrativos ainda não parece viável, devido às características dessa literatura. Aperfeiçoar as metodologias empregadas, portanto, é fundamental para permitir compreender criticamente o papel que o controle interno da PM tem desempenhado – e pode desempenhar – na promoção de uma segurança pública comprometida com os direitos e empenhada em eliminar o racismo institucional. Dado o envolvimento relevante de intervenções policiais na violência urbana (FBSP, 2020), essa é uma tarefa urgente.

Em relação a possíveis limitações da presente pesquisa, é importante destacar que a necessidade de sistematizar suas etapas de busca levou a presente revisão a evitar bases de dados como o Google Acadêmico, que não explicita os mecanismos utilizados em suas buscas, gerando alterações nos resultados mesmo de buscas realizadas muito próximas umas das outras. Além disso, por se ater apenas a textos em língua portuguesa, a revisão pode ter deixado de fora textos sobre o controle disciplinar da PM no Brasil que porventura tenham sido publicados em outra língua. Ademais, o critério temporal recortou os textos analisados apenas para os últimos 10 anos, de forma a proporcionar uma visão sobre o estado atual da área, mas pode ter deixado de fora pesquisas mais antigas e que porventura poderiam ter outras características metodológicas.

Compreender o funcionamento dos órgãos de controle disciplinar da atividade policial é fundamental para um melhor *accountability* das polícias e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da sociedade civil, especialmente para a população negra e pobre, a maior vítima da violência urbana e policial. Com base nessa questão, trabalhos futuros podem buscar analisar variáveis do perfil do denunciado e avaliar a repercussão deste no desfecho dos processos. Além disso, os trabalhos que se seguirão precisarão levar em consideração mudanças fundamentais no funcionamento da atividade policial e, conseqüentemente, dos órgãos de controle disciplinar, como a adesão do uso de câmeras nos uniformes dos policiais em alguns estados. Em todos esses casos, o cuidado com o uso de métodos sistematizados, descritos explícita e detalhadamente em todas as suas etapas, será uma condição essencial para a produção de conhecimento confiável, passível de crítica e capaz de inspirar mais pesquisas e sugestões de intervenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, Flavio Antônio Silva. **As inovações inseridas na administração pública a partir da Constituição Federal de 1988 e suas conseqüências, visando apurar os crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares contra civis em Tempo de Paz**. 2015. 101 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo/MG, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad.: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARROS, Marcelo. Polícia e corrupção: elementos para construção de políticas públicas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2008, p. 120-132. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2008.v2.n1.30>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRITO, Tiago de Jesus. O controle da violência policial na democracia brasileira: uma análise do processamento da letalidade policial na justiça militar. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 335-365, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2018.5105>.

CABRAL, Sandro; BARBOSA, Allan Claudius; LAZZARINI, Sérgio. Monitorando a polícia: um estudo sobre a eficácia dos processos administrativos envolvendo policiais civis na corregedoria geral da Bahia. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 47, p. 87-105, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000400005>.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. DOI: <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.

CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 94-119, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222012000300005>.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 5, n. 1, 2011.

COSTA, Turíbio José Corrêa da. **A integração da atividade policial no contexto disciplinar: corregedoria única como instrumento de controle social**. 2014. 80 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Escola Superior de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus/AM, 2014.

CUNHA, Sílvia Andrea de Oliveira. **Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário: controle da atividade policial militar**. 2018. 152 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2018.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-14/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

FREITAS FILHO, Ismar Donizete de; CORREIA JR., Rubens. A criminalização da pobreza nas ações da polícia militar brasileira. **Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 1-21, 2015. DOI: [https://doi.org/10.17063/bjfs5\(1\)y20151](https://doi.org/10.17063/bjfs5(1)y20151).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREENLAND, Sander; SEEN, Stephen; ROTHMAN, Kenneth; CARLIN, John; POOLE, Charles; GOODMAN, Steven; ALTMAN, Douglas. Statistical tests, Pvalues, confidence intervals, and power: a guide to misinterpretations. **European Journal of Epidemiology**, v. 31, p. 337-350, 2016. DOI: 10.1007/s10654-016-0149-3.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2020**. São Paulo: FBSP; Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 26 jul. 2023.

LEMOS-NELSON, Ana Tereza. **Judiciary police accountability for gross human rights violations: the case of Bahia, Brazil**. 2001. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Government and International Studies, University of Notre Dame, Indiana/EUA, 2001.

LINO, Luiz Paulo Nogueira. **O controle disciplinar da atividade policial militar no Ceará de 2011 a 2016**. 2017. 100 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2017.

LÓPEZ, Laura Cecília. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 121-134, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000004>.

MACHADO, Francisco Celso de Lima. **Mecanismo de controle interno: perfil dos denunciadores e policiais militares denunciados na Corregedoria da Polícia Militar do Pará**. 2015. 65 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2015.

Qualidade metodológica das pesquisas documentais sobre controle disciplinar interno da Polícia Militar: revisão sistemática da literatura

Edvaldo Marques de Araújo, Raquel Rocha da Silva Oliveira e Angelo Augusto Silva Sampaio

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph; NERI, Natasha Elbas. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, ed. esp., n. 1, p. 43-71, 2015.

MIZAEEL, Táhcita Medrado; SAMPAIO, Angelo. Racismo Institucional: aspectos comportamentais e culturais na abordagem policial. **Acta Comportamental**: Revista Latina de Análisis de Comportamiento, v. 27, n. 2, p. 215-228, 2019.

MOÇO, Vinícius Rocha. Das execuções sumárias cometidas por agentes públicos: um estudo da violência policial e seletividade no Brasil. **Revive**: Revista de Ciência do Estado, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 96-116, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2018.5118>.

NASCIMENTO, Andréa Ana do. A corrupção policial em debate: desvio e impunidade nas instituições policiais do Rio de Janeiro. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 64-82, 2017.

OLIVEIRA, Antonio Santos. **Os fazedores de paz: a polícia cidadã dos oficiais policiais militares da Bahia**. 2005. 302 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **A humanização na abordagem policial militar** – Educação em Direitos Humanos como ferramenta de padronização de ações na Polícia Militar do Ceará. 2016. 88 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Política Pública) – Centro de Estudos Sociais e Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2016.

PAGE, Matthew; MCKENZIE, Joanne; BOSSUYT, Patrick; BOUTRON, Isabelle; HOFFMAN, Tammy; MULROW, Cynthia; SHAMSEER, Larissa; TETZLAFF, Jennifer; AKL, Elie; BRENNAN, Sue; CHOU, Roger; GLANVILLE, Julie; GRIMSHAW, Jeremy; HRÓBJARTSSON, Asbjørn; LALU, Manoj; LI, Tiajing; LODER, Elizabeth; MAYO-WILSON, Evan; MCDONALD, Steve; MCGUINNESS, Luke; STEWART, Lesley; THOMAS, James; TRICCO, Andrea; WELCH, Vivian; WHITING, Penny; MOHER, David. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, p. 1-9, 2020. DOI: [10.1136/bmj.n71](https://doi.org/10.1136/bmj.n71).

PEREIRA, Alisson Barbosa Calasãs. **Accountability interna em forças policiais: um estudo sobre os fatores associados ao desempenho de uma corregedoria de polícia**. 2016. 78 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2016.

PEREIRA, Alisson Barbosa Calasãs; CABRAL, Sandro; REIS, Paulo Ricardo da Costa. Accountability interna em forças policiais: explorando os fatores associados ao desempenho de uma corregedoria de polícia militar. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 92, p. 35-52, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-9270922>.

PEREIRA, Fernando Xavier. **Do controle social ao desvio de conduta**: uma análise do comportamento policial militar, em Belo Horizonte. 2016. 95 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

PINHEIRO, Antonio dos Santos. A polícia corrupta e violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais. **Revista Sociedade & Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 323-349, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000200008>.

RATINAUD, Pierre. IRAMUTEQ: **Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires**. Versão 0.7. s.d. Disponível em: <http://www.iramuteq.org>. Acesso em: 26 jul. 2023.

ROLIM, Marcos Flavio; PEREIRA, Vanessa de Quadros. A eficiência policial e seus indicadores. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 314-331, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2022.v16.n3.1445>.

SANTOS, Karine da Silva; RIBEIRO, Mara Cristina; QUEIROGA, Danlyne Eduarda Ulisses de; SILVA, Ivissou Alexandre Pereira da; FERREIRA, Sonia Maria Soares. O uso da triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 655-664, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018>.

SILVA, Francinilson Mota da. **O impacto da controladoria no tempo de julgamento dos processos disciplinares dos policiais militares do Ceará**. 2012. 82 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Mestrado Profissional em Finanças e Seguros, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2013.

SILVA, José Vicente Braga da. **Crimes praticados por policiais: efeitos da dinâmica do policiamento ostensivo**. 2015. 81 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2015.

SILVA, Luana Barbosa. Racismo estrutural e filtragem racial na abordagem policial a adolescentes acusados de ato infracional na cidade de Campinas/SP. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 152-179, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2022.v16.n3.1346>.

SILVA, Márcio Rios Lima. **Democracia, Accountability & Organismos Policiais no Brasil: um estudo de caso sobre a evolução institucional da Corregedoria da Polícia Militar da Bahia**. 2017. 106 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2017.

SIMÕES, Fabrício Carlos Pichite dos Santos. **Atuação Investigativa da Polícia Judiciária Militar Estadual em Ocorrência de Intervenção Policial com Resultado de Óbito Civil em Salvador**. 2017. 137 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica do Salvador, Salvador/BA, 2017.

SOUTO, Saulo Diógenes Azevedo Santos. **Configuração Institucional da Secretaria da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco: Uma Perspectiva Institucional e Apreciativa**. 2017. 130 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife/PE, 2017.

TEIXEIRA, Evandro Camargos; JARDIM, Stéffany Costa; OLIVEIRA, Pedro Rodrigues; ALVES, Patrick Allan Ferreira. Violência policial no Brasil: fatores socioeconômicos associados à probabilidade de vitimização. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 278-289, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2022.v16.n3.1421>.

WASSERSTEIN, Ronald; LAZAR, Nicole. The ASA Statement on p -Values: context, process and purpose. **The American Statistician**, v. 70, n. 2, p. 129-133, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/00031305.2016.1154108>.

ARTIGO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A INFLUÊNCIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE POLICIAIS MILITARES NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES

ALDINA DE SANTANA LAGO

Doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Atualmente é professora titular na Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP) da UFPA.

País: Brasil **Estado:** Bahia **Cidade:** Salvador

Email: aldina.lago@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0334-8531>

NADIRLENE PEREIRA GOMES

Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1D. Pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Doutorado em Enfermagem (2009) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com estágio na Universidade de Aveiro, Portugal. Pós-graduada em Conciliação e Mediação de Conflitos pelo Centro de Mediadores (2024). Docente associada IV da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde da EEUFB. Editora chefe da Revista Baiana de Enfermagem. Consultora ad hoc de periódicos nacionais e internacionais nas áreas de Ciências da Saúde e Humanas. Líder do Laboratório de Estudos Violência, Saúde e Qualidade de Vida (Vid@).

País: Brasil **Estado:** Bahia **Cidade:** Salvador

Email: npgomes@ufba.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6043-3997>

JEANE FREITAS DE OLIVEIRA

Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (1984), especialização em Enfermagem Comunitária pela Universidade Federal da Bahia (1985), doutorado em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (2008). Docente na Escola de Enfermagem da UFBA.

País: Brasil **Estado:** Bahia **Cidade:** Salvador

Email: jeanefo@ufba.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-8401-8432>

CLEUMA SUELI SANTOS SUTO

Graduação em Enfermagem pela UEFS, Doutorado e Mestrado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da UFBA. Especialista em Obstetrícia e Saúde Pública. Docente da Pós-graduação em Ciências do Cuidar em Saúde da UNEB e do Mestrado Profissional em Enfermagem da UEFS.

País: Brasil **Estado:** Bahia **Cidade:** Feira de Santana

Email: cleuma.suto@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6427-5535>

IONARA DA ROCHA VIRGENS

Enfermeira pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrado e doutorado em andamento pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde da UFBA. Docente de Instituições de Ensino Superior. Membro do Laboratório de estudos VID@ (Violência, Saúde e Qualidade de Vida) e do grupo de pesquisa Pranic Healing como Prática Integrativa e Complementar (CURARTE) (cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq).

País: Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Belém

Email: ionararv@ufba.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6906-514X>

Contribuições das autoras: Aldina de Santana Lago apresentou o projeto de pesquisa e aspectos éticos aos/as policiais; realizou a coleta, a organização e a análise dos dados; e redação do artigo. Nadirlene Pereira Gomes orientadora da pesquisa, orientou e revisou a categorização das entrevistas e discussão dos resultados; participou da revisão final do manuscrito. Jeane Freitas de Oliveira coorientadora da pesquisa, orientou e revisou a construção do método, do instrumento de coleta de dados e roteiro de entrevista; participou da organização e análise dos dados; e da escrita do

manuscrito. Cleuma Sueli dos Santos Suto orientou sobre a utilização do software para a análise dos dados do estudo; participou da análise dos resultados gráficos, e da escrita da discussão e considerações finais. Ionara da Rocha Virgens atuou como tutora, supervisionando todas as etapas da pesquisa; participou da coleta e organização dos dados; participou da escrita da introdução, busca de referências e discussão.

Data de Recebimento: 02/08/2023 – **Data de Aprovação:** 28/10/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1983

RESUMO

A violência doméstica contra a mulher é um problema de saúde e de segurança pública que requer a atuação de diversos setores. Esta pesquisa tem como objetivo identificar os elementos de representação social de policiais militares acerca da violência doméstica que influenciam no atendimento às mulheres. O estudo é qualitativo, fundamentado na Teoria das Representações Sociais, realizado com 22 policiais de Salvador, Bahia, Brasil. A categorização das entrevistas foi realizada no *software* IRaMuTeQ, em quatro eixos temáticos: contexto familiar da violência; medo do companheiro; reconhecimento do machismo; e cotidiano do atendimento das ocorrências. Os resultados apontam elementos que dificultam o enfrentamento pelas mulheres e o atendimento policial, e a necessidade de sensibilização e aperfeiçoamento dos profissionais sobre as questões de gênero e (re)significação dos atendimentos às mulheres.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Violência doméstica. Polícia. Representação social.

DOMESTIC VIOLENCE: THE INFLUENCE OF THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF MILITARY POLICE IN THE ASSISTANCE TO WOMEN

ABSTRACT

Domestic violence against women is a public health and safety problem that requires the action of several sectors. This research aims to identify the elements of social representation of military police officers about domestic violence that influence the care given to women. Qualitative study, based on the Theory of Social Representations, carried out with 22 police officers from Salvador, Bahia, Brazil. The categorization of the interviews was carried out using the IRaMuTeQ software in four thematic axes: the family context of the violence; partner fear; acknowledgment of machismo and the daily routine of dealing with occurrences. The results point to elements that make it difficult for women to cope with police assistance, and the need to raise awareness and improve professionals on gender issues and the (re)signification of assistance to women.

Keywords: Violence against women. Domestic violence. Police. Social representation.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica consiste em um fenômeno sócio-histórico complexo que afeta a população mundial, com grande repercussão para a saúde das mulheres que sofrem agressões perpetradas por parceiros e ex-parceiros íntimos. Nesse contexto, a violência doméstica contra a mulher demanda a articulação intersetorial de vários serviços para o enfrentamento. O primeiro atendimento de urgência às mulheres em vivência de violência doméstica costuma ser feito por policiais militares e as representações sociais, a forma como esses profissionais pensam e entendem esse fenômeno, podem influenciar nos atendimentos às mulheres.

Violência doméstica: a influência das representações sociais de policiais militares no atendimento às mulheres

Aldina de Santana Lago, Nadirlene Pereira Gomes,
Jeane Freitas de Oliveira, Cleuma Sueli Santos Suto e
Ionara da Rocha Virgens

Os efeitos da violência doméstica ultrapassam a mulher, pois repercutem no núcleo familiar e ocasionam danos à saúde e custos econômicos para toda a sociedade. Nesse contexto, os hematomas, as lacerações, as fraturas e os danos no campo emocional, como o Transtorno do Estresse Pós-Traumático, a ansiedade e a depressão, afetam a autoestima e levam ao isolamento social da mulher. A prevalência de mulheres atingidas por violência doméstica em todo planeta é de 27%, segundo levantamento realizado no ano de 2018 (Sardinha *et al.*, 2022).

A violência contra a mulher é uma situação histórica, com repercussões diversas para as mulheres, sua prole e toda sociedade, sendo considerada um grave problema de saúde pública de ordem mundial. Algumas ações foram e continuam sendo adotadas por movimentos feministas e de mulheres na luta por direitos à igualdade e eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

Considerando que a violência sofrida pelas mulheres consiste em violação de direitos humanos, a Constituição Federal determina que o Estado “assegurará a assistência à família [...], criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (Brasil, 1988). Assim, a atuação de serviços integrados e de múltiplas áreas no âmbito da segurança pública, da assistência social, da saúde e da justiça precisam estar articulados para o atendimento adequado às mulheres, assegurando-lhes os direitos previstos em leis e na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, criada em 2011 (Brasil, 2011).

A Política Nacional está estruturada em quatro eixos de intervenção: garantia de direitos, prevenção, combate e assistência. Essa política aponta a implementação de políticas e uma Rede de Atendimento articulada com os setores governamentais, não-governamentais e a comunidade. Entre os serviços da Rede, os agentes da Polícia Militar, na maioria das vezes, são os primeiros profissionais a realizarem o primeiro atendimento e encaminhamento das mulheres aos demais serviços, considerando a necessidade delas (Brasil, 2011).

Por via de obrigação constitucional, compete à Polícia Militar, por meio do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, salvaguardar a integridade física das pessoas e o seu patrimônio (Brasil, 1988). Portanto, o que acontece nos ambientes doméstico e familiar de violação de direitos repercute na necessidade de atuação policial de modo preventivo, atuação das Patrulhas ou Rondas Maria da Penha¹, ou atuação emergencial mediante acionamento das radiopatrulhas que atuam no policiamento (Campos, 2019).

Diferentemente do efetivo especializado da Ronda Maria da Penha, os/as policiais militares realizam o atendimento emergencial às mulheres em vivência de violência doméstica, em meio às diversas ocorrências de violência expressas por roubos, latrocínios, homicídios, tráfico de drogas, entre outros. Contudo, espera-se que esses/as profissionais compreendam e estejam preparados/as para atuar de forma diferenciada diante do contexto familiar e das especificidades de uma violência complexa pelos vínculos e pelas dependências afetivas e econômicas.

O acionamento das radiopatrulhas da polícia militar para o atendimento de ocorrências de violência doméstica ocorre pela Central de Emergência Policial (190), diretamente a guarnição de ronda, ou por meio de ligação telefônica para a unidade policial territorial. Nesse sentido, os números divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022) apontam que, em 2021, foram 619.353 chamadas

¹ O Programa Patrulha ou Ronda Maria da Penha integra o conjunto de políticas públicas em âmbito nacional e dos órgãos de segurança pública, que atua com efetivo policial especializado para garantir o cumprimento da medida protetiva de urgência, a prevenção e o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher (Helaí, 2019).

para a Central 190, significando um aumento de 4% em relação ao ano anterior, que apresentou 230.861 registros de agressões e 1.341 mortes por feminicídio. Os números, sempre ascendentes, ainda não denotam a realidade de desproteção e insegurança vivida pelas mulheres.

Destaca-se que a Lei Maria da Penha (LMP) não esclarece sobre a atuação da Polícia Militar nesse cenário e, na maioria das vezes, são esses os primeiros profissionais acionados para intervir de forma emergencial nos conflitos, restando o entendimento que a autoridade policial deve garantir os direitos e a proteção das pessoas (Brasil, 2006; Campos, 2019). Nesse sentido, os/as policiais realizam a condução do casal ou da mulher à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) para o registro da ocorrência e demais providências; salvo os casos em que as lesões demandam atendimento médico, encaminhados prioritariamente à unidade de saúde, onde será prestado o atendimento por outros profissionais da Rede de Atendimento.

No entanto, o quantitativo de Deams ainda é insuficiente para atender as mulheres que demandam pelo serviço policial; apenas 7,5% dos municípios brasileiros tinham delegacias especializadas até o ano de 2019 (IBGE, 2021). Dessa forma, o atendimento especializado, o acolhimento e o encaminhamento adequado podem ser comprometidos e influenciar as decisões das vítimas, dos agressores e dos responsáveis por garantir a proteção e a segurança das mulheres encaminhadas à delegacia territorial.

Atrelados aos serviços, têm-se os profissionais e a influência da cultura patriarcal, reproduzindo comportamentos e tratamentos indesejados às mulheres (Gomes *et al.*, 2020). Dessa forma, o estudo das representações sociais construídas nas interações sociais e nas práticas cotidianas de policiais militares pode contribuir para identificar como ocorrem os atendimentos das ocorrências de violência doméstica. Ademais, é uma instituição formada majoritariamente por homens; os dados apontam que homens representam mais de 85% do efetivo total das polícias civil e militar do Brasil (IBGE, 2021).

Nessa perspectiva, a Teoria das Representações Sociais, por permitir acessar opiniões, crenças e valores acerca dos fenômenos, pode trazer à tona os elementos de representações sociais dos/das policiais militares acerca da violência doméstica ou da mulher, a partir das experiências práticas com os atendimentos e encaminhamentos na rede de proteção. O convívio social permeado de opressão, machismo² e sexismo, que estruturam o comportamento dos indivíduos e a formação militar, pode interferir na atuação desses profissionais diante de um problema social e de saúde pública complexo. Sendo assim, o objetivo deste estudo é identificar as influências das representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica no atendimento às mulheres.

MÉTODO

Esta pesquisa é descritiva com abordagem qualitativa, fundamentada no referencial teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais (TRS) e utilização de ferramentas que auxiliam a visualização gráfica das análises dos resultados. As representações sociais surgem do conhecimento prático do senso comum construído nas dimensões conceituais e imagéticas acerca do objeto, as quais orientam as atitudes dos indivíduos no grupo de pertença (Moscovici, 2015). Assim sendo, a TRS configura-se como aporte teórico-metodológico, porque valoriza os saberes do cotidiano e a subjetividade dos indivíduos (Moraes; Brêtas, 2018).

2 O machismo é expresso por atitudes, crenças e comportamentos socioculturais sexistas que determinam papéis estereotipados para homens e mulheres, para favorecer superioridade e poder de um sexo sobre o outro, por meio de relações desiguais, violação de direitos e violência contra a mulher (Fernandes; Natividade, 2020).

Violência doméstica: a influência das representações sociais de policiais militares no atendimento às mulheres

Aldina de Santana Lago, Nadirlene Pereira Gomes,
Jeane Freitas de Oliveira, Cleuma Sueli Santos Suto e
Ionara da Rocha Virgens

A pesquisa foi realizada em uma unidade operacional da Polícia Militar da cidade de Salvador, Bahia, Brasil, com 110 participantes; para este recorte, participaram da técnica de entrevista 22 policiais. A cidade de Salvador é dividida em 28 áreas operacionais e cada área está sob a responsabilidade de uma unidade policial, apoiada por viaturas de policiamento especializado. A unidade selecionada apresentou o maior número de chamadas para atendimento de violência doméstica contra a mulher no ano de 2021, direcionadas pela Central 190, o que implica que, diariamente, os/as participantes vivenciam o encaminhamento dos registros das ocorrências na Deam.

Os/As 22 participantes, militares homens e mulheres, foram abordados/as de forma aleatória e se buscou envolver policiais de diversas funções hierárquicas, idades e identidades de gênero como variáveis de importância para a análise. Como critério de inclusão, adotou-se tempo de serviço policial superior a um ano, sendo excluídos/as da investigação aqueles/as que estavam atuando exclusivamente em atividades administrativas por mais de dez anos, por estarem desatualizados/as das práticas de atendimento às mulheres.

O instrumento de coleta de dados consta de questionário para caracterização do perfil social e profissional dos/das participantes e entrevista guiada por roteiro semiestruturado com questões norteadoras sobre a violência doméstica contra a mulher e os atendimentos dessas ocorrências. A abordagem dos/das policiais se deu pela pesquisadora, antes do início das atividades e da saída da viatura para os serviços de ronda, nos meses de julho e agosto de 2022, em sala reservada da unidade policial, enquanto o efetivo do serviço administrativo foi entrevistado no intervalo do expediente.

Os depoimentos foram gravados em aplicativo de celular *smartphone* e transcritos na íntegra para formatação do *corpus* e realização da análise. Os/As participantes foram esclarecidos/as sobre o estudo, o caráter voluntário e o sigilo das informações, mediante identificação por código numérico e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em todas as fases da pesquisa, foram respeitados os princípios éticos e bioéticos das Resoluções nº 466 (Brasil, 2012) e nº 510 (Brasil, 2016) e cumpridas as normas e os critérios de qualidade das diretrizes do *Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research* (Coreq).

O processamento dos dados se deu com o auxílio do *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ), versão 0.7 alpha 2. *Software* de fonte aberta e gratuita, ancorado no programa *R* e na linguagem de programação *python*, desenvolvido por *Pierre Ratinaud*, é utilizado para análises de conteúdos e lexicográficas (Camargo; Justo, 2018; Suto *et al.*, 2021).

O *corpus* textual das entrevistas foi transcrito na íntegra no *OpenWrite* e processado no *software IRaMuTeQ* para a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Para o preparo do *corpus* textual, o conteúdo de cada entrevista foi transcrito e separado por linhas de comandos (asteriscos). Em cada linha de comando, foram inseridos os comandos e a codificação das variáveis de interesse (tempo de atuação policial, sexo, idade, conjugalidade, posto de trabalho), separadas por asteriscos (**** *n_008 *sex_1) para cada Unidade de Contexto Inicial (UCI) (Camargo; Justo, 2018).

A CHD é uma modalidade de análise que classifica os textos das entrevistas por classes de palavras, em função da semelhança dos vocábulos, organizando-os em um dendrograma. Essa análise inicia-se pela lematização para redução do quantitativo de palavras, cálculo da frequência média e do número de *hapax* (palavras com frequência 1). A separação do grupo de palavras no dendrograma (Figura 1) foi organizada em 5 classes descritas em quatro categorias de análise contextualizadas com os trechos das

entrevistas (Camargo; Justo, 2018; Suto *et al.*, 2021). A análise e nomeação das categorias foi realizada pela pesquisadora em conformidade com os depoimentos dos/das policiais militares e o objeto de estudo.

Para a CHD e a AFC, 22 unidades de textos (entrevistas) foram processadas no *IRaMuTeQ*, o qual dividiu o *corpus* em 116 segmentos de textos, contendo 362 termos *hapax* (distintos). Com aproveitamento de 81,03% dos segmentos de textos, onde os termos com frequência maior ou igual a 10 foram considerados para análise, se utilizando do critério estabelecido no cálculo do qui-quadrado (χ^2) decorrente da maior força associativa entre os termos que compuseram as classes da CHD ao considerar apenas os termos com $p \leq 0,001$. Por meio da AFC (Figura 2) é possível observar os subgrupos de policiais, agrupados pelas variáveis de identificação e suas contribuições para configuração de cada classe (Camargo; Justo, 2018).

O estudo vincula-se ao projeto matriz: “Cuidado multiprofissional a homens e mulheres em situação de violência conjugal – Telemonitoramento em tempos de Covid-19”, desenvolvido pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A coleta de dados foi realizada após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFBA, sob Parecer Nº 4.933.325, CAEE Nº 50088120800005531, e parecer da Polícia Militar da Bahia, Nº 2062022.

RESULTADOS

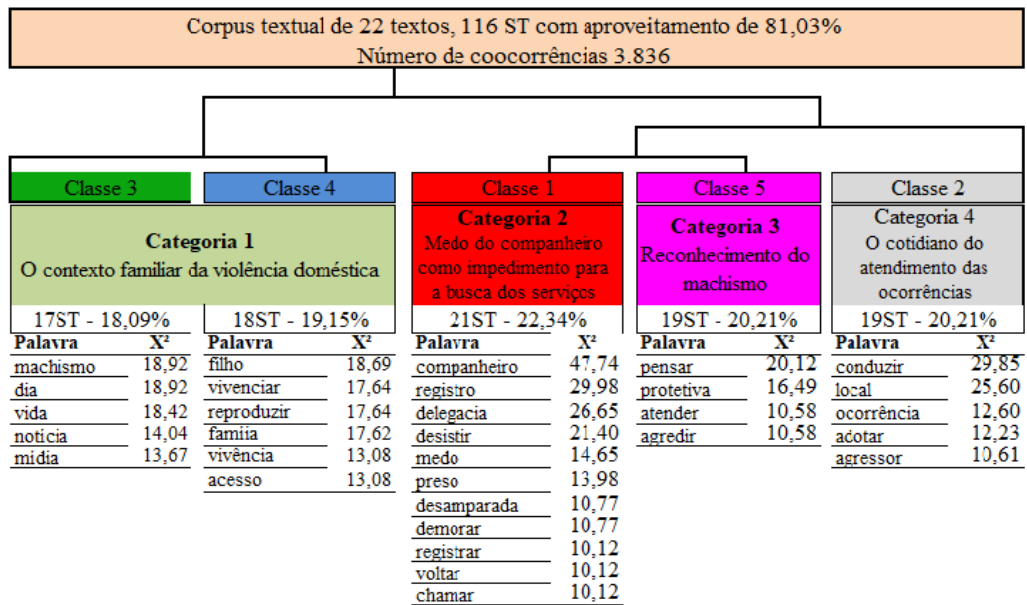
Participaram da pesquisa 22 policiais militares, a maioria homens; todos/as se declararam cisgêneros, com idades entre 28 e 54 anos, em união estável. A maioria dos participantes se autodeclarou de cor parda ou preta (negros), de formação superior, ocupando o posto de praça (soldado, cabo, sargento ou subtenente), com atuação na área da segurança pública entre 6 e 30 anos.

Após a configuração gráfica da análise do *corpus* textual das entrevistas pelo *software*, com a distribuição do grupo de palavras em cada uma das classes, foi realizada a nomeação das quatro categorias de análise, relacionando-as com o objeto da pesquisa (Figura 1).

A distribuição das classes na CHD se deu em quatro partições ou eixos temáticos: o primeiro é contemplado por duas classes de palavras que identificam o contexto familiar da violência doméstica; o segundo destaca o medo do companheiro como impedimento para a busca dos serviços; o terceiro contextualiza o reconhecimento do machismo; e o quarto eixo, associado aos dois anteriores, apresenta o cotidiano dos atendimentos das ocorrências de violência doméstica baseado em condutas formais.

FIGURA 1

Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Salvador, Bahia, Brasil, 2023.

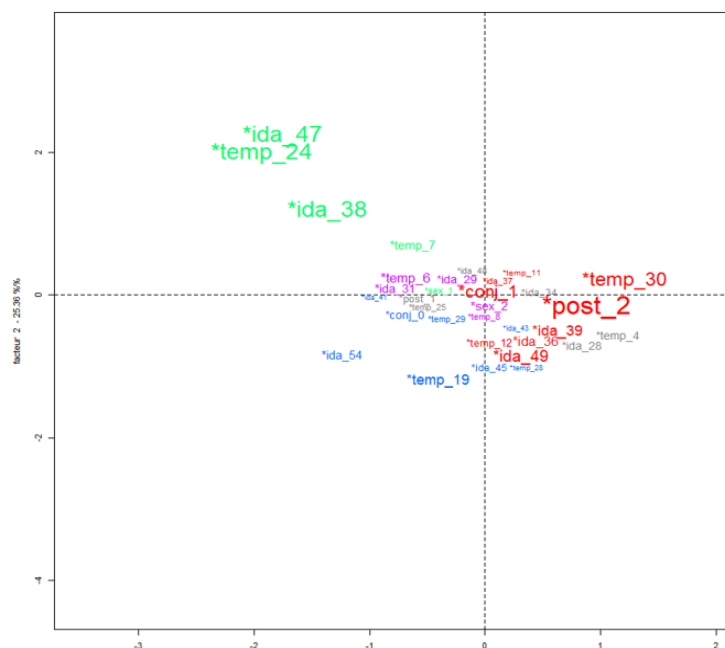


Fonte: Elaboração das autoras, a partir da CHD gerada no IRaMuTeQ.

A análise do *corpus* textual das entrevistas também resultou em um gráfico da AFC (Figura 2), por meio do qual é possível observar os subgrupos de policiais, agrupados pelas variáveis do perfil socioprofissional, e suas contribuições na configuração de cada categoria que se conformou na CHD (Figura 1).

FIGURA 2

Análise Fatorial de Correspondência. Salvador, Bahia, Brasil, 2023.



Fonte: AFC gerada no IRaMuTeQ, a partir dos dados da pesquisa.

Assim, por meio da AFC (Figura 2), as variáveis que mais se aproximam do ponto zero, ponto de intersecção com as duas linhas, revelam que estas perpassam as falas da maioria dos participantes do estudo, configurada pelos elementos da classe 5 (reconhecimento do machismo), e apontam serem falas advindas das participantes mulheres (sex_2), adultas jovens, e dos oficiais (post_2). A classe 1, que aborda o medo que as mulheres sentem de seus companheiros, foi atravessada pelas falas dos policiais casados (conj_1), com mais tempo no serviço policial (temp_30) e com idade de 39 e 40 anos (ida_39; ida_40). Já a preocupação com o contexto familiar durante suas ações (classes 3 e 4) foi uma característica presente nas falas de todos os policiais. Os policiais mais jovens (ida_28), com menos tempo de atividade (temp_4), contribuíram mais para organização da classe 2, onde a importância de cumprir as “tarefas” foi o elemento mais abordado.

CATEGORIA 1: O CONTEXTO FAMILIAR DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Essa categoria constitui-se das classes 3 e 4 e comporta vocábulos que ancoram a violência doméstica contra a mulher ao contexto familiar e ao machismo enquanto principais causas das violações que são noticiadas todos os dias na mídia e perpassam as falas dos/das participantes. Contemplados pelos vocábulos: “machismo”, conforme aponta a classe 3, e “filho, vivenciar, reproduzir, família e vivência”, identificados na classe 4, revelam que essa forma de violência afeta toda a família, principalmente os/as filhos/as, que tendem a reproduzir o mesmo comportamento dos pais em seus relacionamentos íntimos.

A violência doméstica contra a mulher ocorre devido ao **machismo**, para determinação de poder, colocando a mulher em posição de inferioridade e submissão ao homem. Toda essa resistência cultural desencadeia episódios de violência doméstica (PM 022, homem, 49 anos).

A violência doméstica contra a mulher é complexa e muito grave, porque não envolve somente o casal, atinge a **família e os filhos**, desestabilizando-os emocionalmente e prejudicando a mulher em vários aspectos (PM 010, homem, 48 anos).

A violência doméstica contra a mulher está associada às relações familiares, dessa forma, as crianças que convivem com essa violência na família poderão **reproduzir** na fase adulta, em suas relações, porque o filho é o espelho dos pais e da sociedade (PM 034, homem, 38 anos).

CATEGORIA 2: O MEDO DO COMPANHEIRO COMO IMPEDIMENTO PARA A BUSCA DOS SERVIÇOS

Os termos dessa categoria estão separados na classe 3: “companheiro, registro, delegacia, desistir, medo, preso, chamar” e os depoimentos dos/das participantes destacam o “medo” como elemento que dificulta o enfrentamento da violência pelas mulheres. Vale ressaltar que essa classe foi atravessada pelas falas de policiais em união conjugal e com mais tempo de serviço; revelando, assim, nas práticas diárias do grupo investigado, quão perceptível é para os policiais o “medo” que as mulheres demonstram do companheiro e a preocupação com o sustento dos filhos, como elementos que dificultam a decisão pela denúncia das agressões sofridas.

Violência doméstica: a influência das representações sociais de policiais militares no atendimento às mulheres

Aldina de Santana Lago, Nadirlene Pereira Gomes,
Jeane Freitas de Oliveira, Cleuma Sueli Santos Suto e
Ionara da Rocha Virgens

A mulher desiste de fazer o registro na delegacia, porque tem **medo** de que o companheiro fique preso e, ao retornar para casa, as agressões fiquem mais graves (PM 062, homem, 36 anos).

[...] a mulher tem **medo** de registrar a ocorrência de violência na Deam, porque depende financeiramente do companheiro e tem as **despesas dos filhos**. [...] Por medo, chama a polícia naquele momento das agressões, mas o companheiro vai voltar e ela vai passar pela violência novamente. É um ciclo! (PM 007, mulher, 34 anos).

CATEGORIA 3: RECONHECIMENTO DO MACHISMO

Essa categoria é constituída pelos termos apontados na classe 5 e ancora o atendimento às mulheres em termos que objetivam pensamentos e construções machistas em relação às mulheres e à vivência de violência doméstica: “pensar, protetiva, atender e agredir”. Esses elementos foram contextualizados nos relatos das policiais adultas jovens, principalmente, e dos oficiais, e retratam os estereótipos sociais e os preconceitos em relação às mulheres.

Os policiais das unidades operacionais não são capacitados para o atendimento de violência doméstica. Eles vão atender a ocorrência **pensando que a mulher está errada ou gosta de ser agredida**. Essas situações deveriam ser atendidas pela ORMP, mas esse serviço só acompanha as mulheres com Medida **Protetiva** de Urgência (MPU). Na maioria das ocorrências que atendemos, ocorre **banalização** dos colegas (policiais homens), muitas vezes preferem resolver no local, por causa da demora do registro na Deam (PM 066, mulher, 31 anos).

O atendimento das ocorrências de violência doméstica contra a mulher é difícil, porque somos minoria quando é uma mulher que vai atender a ocorrência e se coloca no lugar da outra mulher, mas a maioria dos policiais são homens e **pensam que em briga de marido e mulher não se mete a colher** (PM 004, mulher, 39 anos).

O atendimento das ocorrências de violência doméstica numa corporação com 90% do efetivo masculino **ocorre sem empatia, com descrédito e culpabilização da mulher**. Isso por causa do machismo! (PM 022, homem, 49 anos).

CATEGORIA 4: O COTIDIANO NO ATENDIMENTO DAS OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Os vocábulos que integram essa categoria, identificados pelos termos da classe 2: “conduzir, local, ocorrência e adotar”, designam as condutas formais realizadas rotineiramente pela maioria dos policiais que adotam uma abordagem técnica, assim como em relação às demais ocorrências de condução à delegacia. Os discursos dos policiais mais jovens parecem ser mais carregados de pragmatismo e hierarquização do “fazer” nas ocorrências de violência doméstica.

Violência doméstica: a influência das representações sociais de policiais militares no atendimento às mulheres

Aldina de Santana Lago, Nadirlene Pereira Gomes,
Jeane Freitas de Oliveira, Cleuma Sueli Santos Suto e
Ionara da Rocha Virgens

Quando atendo uma chamada, não costumo resolver no local, faço a **condução do casal à Deam** para o registro da ocorrência. Fico preocupada de quando a polícia sair, o agressor voltar a agredir a mulher, podendo ocorrer um feminicídio (PM 004, mulher, 39 anos).

Nos atendimentos de violência doméstica contra a mulher, procuro não absorver os fatos. Alguns policiais se emocionam e querem dar razão à mulher. Como policial, temos que **ser imparciais, dar o apoio e orientá-las** (PM 021, homem, 38 anos).

No atendimento das ocorrências de violência doméstica, **tento não levar para o pessoal**, o que é muito difícil, porque eu acho uma covardia. Na maioria das vezes, quando chegamos para o atendimento, o agressor já saiu do local para não ser preso (PM 007, mulher, 34 anos).

DISCUSSÃO

Esta pesquisa demonstra que os/as policiais militares associam a violência doméstica ao contexto familiar e ao machismo, e reconhecem o medo das mulheres em denunciar os companheiros, devido à exposição de sofrerem represálias, como elemento representacional a ser valorizado durante os atendimentos das ocorrências. Desse modo, os atendimentos realizados pelos policiais, quando influenciados pelas representações negativas do machismo, podem utilizar uma abordagem técnica que considera a autonomia das mulheres e as especificidades dessa forma de violência.

Os elementos constitutivos da primeira categoria do dendrograma (CHD), formados pelas classes 3 e 4 (Figura 1), associam a violência doméstica ao contexto familiar enquanto representação ancorada no “machismo” como elemento que influencia as relações familiares e sociais. Segundo as falas dos/das participantes, há uma compreensão de que, no machismo, o homem entende a mulher como uma propriedade, exercendo poder e impondo relações assimétricas que precipitam os desentendimentos e as agressões físicas.

Coadunando, pesquisa realizada sobre as representações sociais dos profissionais da rede de enfrentamento do sertão pernambucano em relação à violência doméstica aponta o machismo entre as causas, principalmente para o grupo de policiais que entendem e representam essa violência como agressão e covardia contra a mulher (Lira, 2021). Essas representações sociais podem influenciar de forma protetiva o atendimento dispensado às mulheres que vivenciam a violência doméstica.

Associar a violência doméstica ao machismo demonstra que os/as policiais participantes deste estudo entendem que essa violência ocorre devido às desigualdades que são impostas socialmente às mulheres para manutenção do poder masculino. Dessa forma, espera-se que compreendam o contexto e adotem posturas seguras e de acolhimento das demandas femininas, de forma a não naturalizarem essa violência. No entanto, o “machismo”, ao tempo que é representado como a principal causa da violência doméstica, não deixa de permear os pensamentos e comportamentos dos indivíduos sociais e pode influenciar o atendimento às mulheres, ocasionando mais desrespeito e revitimização, conforme sinalizam alguns estudos (Góes, 2019; Gomes *et al.*, 2020; Santos; Romagnoli, 2017).

Vale ressaltar que como medida ao enfrentamento da violência contra a mulher o Estado brasileiro propõe ações que desconstruam as desigualdades, combatam as discriminações de gênero, interfiram nos padrões sexistas/machistas, ainda presentes na sociedade brasileira, e que possam garantir um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência (Brasil, 2011).

Violência doméstica: a influência das representações sociais de policiais militares no atendimento às mulheres

Aldina de Santana Lago, Nadirlene Pereira Gomes,
Jeane Freitas de Oliveira, Cleuma Sueli Santos Suto e
Ionara da Rocha Virgens

Observa-se na AFC (Figura 2) que os/as participantes deste estudo apresentam uma preocupação com o contexto familiar, visto que o grupo de policiais militares, principalmente os de mais idade e mais tempo de serviço, reconhecem que a violência afeta toda a família. Conforme a TRS, essas representações sociais emergem das reflexões e das experiências dos atendimentos das chamadas de violência doméstica, assim como das relações pessoais ao longo da vida, pois, nesse contexto, se trata de um fenômeno complexo que envolve diferentes gerações que circulam no espaço privado (Honnef *et al.*, 2017).

Considerando que a cultura do patriarcado influencia as relações intrafamiliares, nessa mesma categoria, a classe 4, por meio dos vocábulos “filho, vivenciar, reproduzir, família e vivência”, contextualiza que a violência doméstica atinge toda a relação familiar, principalmente, os filhos e as filhas. De modo que, para o grupo investigado, filhos e filhas que vivenciam essas práticas tendem a replicá-las em seus relacionamentos íntimos na fase adulta. Dessa forma, o contexto da violência vai se reproduzindo nas gerações, porque o homem pensa que é superior e pode dominar a mulher e, meninas e meninos crescem em vivências desiguais e de opressão (Arboit; Padoin, 2022).

No que se refere à prevenção da violência, a Política Nacional aborda sobre ações educativas e culturais que promovam a desconstrução das desigualdades entre homens e mulheres, por meio do respeito e da valorização às diversidades de gênero, raça e etnia (Brasil, 2011). A política ressalta a necessidade e a importância de uma educação para crianças e jovens pautada em relações de respeito e livre de preconceitos para a transformação social e mudanças de comportamentos. Nesse aspecto, questiona-se: o que tem sido feito para o alcance de tal propósito?

Assim, diante das dificuldades ainda enfrentadas pelas mulheres para exercerem a sua autonomia, a Organização das Nações Unidas, em 2015, propôs como Objetivo 5 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 (UNODC, s.d.) a igualdade de gênero para o empoderamento de mulheres e meninas. Pois as desigualdades sociais, ao longo da história, impossibilitaram às mulheres o acesso à educação, à profissionalização e a salários justos, exceto os casos em que, com muita luta, conseguiram romper essas barreiras. Condições que ainda influenciam a autonomia e a independência financeira feminina (Fernandez, 2019).

Pesquisa Nacional de Saúde realizada com mulheres peruanas com idade entre 15 e 49 anos aponta a prevalência de 40,1% de violência por parceiro íntimo em mulheres com baixo nível de autonomia (Barrón-Lozada *et al.*, 2022); situação que potencializam a dependência financeira, o medo e a permanência em relações abusivas.

Nesse contexto, a segunda categoria empírica com base na CHD é ancorada pelos vocábulos da classe 1: “companheiro, registro, delegacia, desistir, medo, preso”. Esses elementos representacionais denotam as experiências práticas do atendimento das ocorrências que identificam emoções (medo) e atitudes (registrar, desistir) das mulheres em relação aos agressores. Nos relatos dos/das participantes, principalmente entre os policiais casados e com mais tempo na função policial, o medo retarda a busca dos serviços e faz a mulher desistir do registro na delegacia, situação respeitada por eles, mas pouco compreendida socialmente (Figura 2).

Por meio da Análise Fatorial de Correspondência foi perceptível que para os/as policiais que possuem mais tempo na atividade e atuam em áreas de vulnerabilidade, no atendimento cotidiano das ocorrências de violência doméstica, a violência se repete na mesma família: “É um ciclo!”. Isso ocorre devido a fatores socioculturais e econômicos que extrapolam a responsabilidade policial. Nos trechos das entrevistas, os policiais relatam que mesmo o agressor ficando preso, quando retorna para casa, as agressões continuam.

Essas vivências negativas em relação à violência geram descrédito nos atendimentos das ocorrências pelas vítimas, pelos agressores e por agentes de segurança.

Estudo realizado com quatro mulheres negras do Sul da Bahia, vítimas de violência doméstica, aponta que elas sentiram medo das agressões, medo dos familiares, amigos e filhos se envolverem para defendê-las e serem agredidos, medo pela “perda” do sustento dos filhos e delas próprias. Nesse estudo, a intersecção dos marcadores sociais raça/cor, classe e gênero dificultam o enfrentamento da violência doméstica, principalmente pelas mulheres pretas (Góes, 2019). As vulnerabilidades sociais, por vezes invisibilizadas socialmente, associadas aos conceitos e às imagens acerca da violência doméstica influenciam nos atendimentos às mulheres e nos encaminhamentos na rede de proteção pelos profissionais.

No atendimento diário das ocorrências de violência contra a mulher, policiais apontam a necessidade e a importância de uma rede de serviços como saúde, educação, assistência social e justiça, para promoção de ações sociais, discussões e capacitações visando à garantia dos direitos das mulheres e de outros grupos em vulnerabilidade, como crianças, adolescentes, idosos e pessoas em situação de rua.

Diante da insegurança e do medo, mulheres negam a agressão sofrida ou desistem do registro da ocorrência, mesmo com a chegada da força policial, o que dificulta a adoção das medidas legais, salvo os casos de flagrante delito das agressões ou que possam ser comprovados por testemunha ou laudos médicos e periciais que justifiquem a prisão do agressor, conforme prevê a Lei Nº 11.340 (Brasil, 2006). Esse contexto vivenciado diariamente por policiais militares, pouco sensibilizados quanto às questões de gênero, influenciam os pensamentos, julgamentos e comportamentos em relação às mulheres que permanecem vivenciando a violência. Tudo isso tende a influenciar os atendimentos às mulheres e o enfrentamento dessa violência.

Dessas experiências emergiu a terceira categoria que, por meio das palavras da classe 5, “pensar, protetiva, atender e agredir”, e nos trechos de falas selecionados, revela que os atendimentos às mulheres são permeados por preconceitos e julgamentos. Segundo os relatos, principalmente das policiais: ocorre banalização da violência; os policiais preferem não conduzir à delegacia; alguns deles entendem como um problema do âmbito privado; ou culpabilizam a mulher. Tais elementos representacionais, enfatizados pelas policiais mulheres, apontam a importância e o envolvimento sensível em suas práticas, decorrente da identificação com o mesmo sexo.

Diante da confluência de dados apresentados na AFC (Figura 2) pode-se inferir sobre o reconhecimento por parte das policiais adultas jovens e dos oficiais responsáveis pela orientação e supervisão do policiamento de que o machismo permeia as práticas dos atendimentos às mulheres realizados pelos policiais homens. Dessa forma, as policiais relataram sobre preconceitos e julgamentos no atendimento e no tratamento às mulheres que não podem ser aceitos ou minimizados.

Assim, fica evidente a necessidade de capacitação dos agentes públicos, conforme previsto no eixo da assistência da Política Nacional. Para tanto, as forças de Segurança Pública precisam articular políticas de educação permanente dos seus agentes para a desconstrução de paradigmas sociais inadequados, com vistas ao atendimento humanizado e qualificado às mulheres (Brasil, 2006).

Pesquisa realizada sobre as representações sociais de mulheres atendidas pelos serviços do Núcleo de Atendimento à Mulher e na Deam de um município baiano aponta, entre os termos mais salientes,

Violência doméstica: a influência das representações sociais de policiais militares no atendimento às mulheres

Aldina de Santana Lago, Nadirlene Pereira Gomes,
Jeane Freitas de Oliveira, Cleuma Sueli Santos Suto e
Ionara da Rocha Virgens

que as mulheres buscaram por apoio, proteção, aplicação da Lei e punição dos agressores; no entanto, se depararam com tratamentos objetivados em: constrangimento, demora e pouca resolução. Para as autoras, as representações sociais das mulheres sugerem medo e insegurança diante de serviços policiais inadequados e que vitimizam as mulheres (Gomes, *et al.*, 2020).

Não somente os/as agentes de segurança pública, mas estudo sobre as representações sociais de profissionais da Atenção Primária em Saúde, a maioria mulheres, emergiu núcleos de sentidos que apontam banalização e naturalização da violência doméstica, ancoradas em questões de gênero que inferiorizam e culpabilizam a mulher. Essas representações sociais sinalizam aceitação da violência e falta de atuação de agentes que têm a obrigação de intervir para assegurar a promoção e a proteção à saúde das mulheres, mas que se mantém desatentos ou omissos diante de um problema grave e com repercussão mundial (Santos, 2018).

Observa-se que a atuação dos profissionais e a falta de acolhimento e encaminhamento adequado da mulher na Rede de Atendimento repercutem em medo de pedir ajuda e de denunciar o agressor. Diante disso, a mulher permanece em vivência de violência doméstica e a subnotificação dos casos de violência aumenta os riscos e agravos à saúde, com sérios danos à saúde física e emocional da mulher e dos filhos (Kieselbach, *et al.*, 2021; Carneiro *et al.*, 2021).

Estudo sobre a rota crítica³ até o Centro de Referência, realizado com 10 mulheres em vivência de violência doméstica, revela que elas passaram por vários serviços fragmentados (policial, jurídico, saúde e social) até chegarem ao Centro de Referência. Soma-se à fragmentação a integração deficiente da Rede, não somente o setor de segurança, mas todos os profissionais, o que aponta a necessidade de capacitação para um atendimento acolhedor, ético e com conhecimento técnico para orientar as mulheres (Baragatti, *et al.*, 2019).

No entanto, não podemos generalizar negativamente os atendimentos às mulheres, mas sinalizar que ocorre certo despreparo policial no atendimento das ocorrências de violência doméstica, assim como ocorre com outros profissionais. Nesse sentido, a necessidade de capacitação coaduna com estudo realizado nos Estados Unidos, que evidencia os efeitos do direcionamento de recursos para ampliação de serviços e capacitação do efetivo policial acerca da violência doméstica, antes entendida como da relação privada, como forma de aumentar as denúncias e reduzir as agressões e os agravos à saúde das mulheres (Jennings; Powers; Perez, 2021).

Os elementos constitutivos da categoria 4, expressos pelos termos da classe 2, “conduzir, local, ocorrência, adotar”, designam o cotidiano dos atendimentos das ocorrências de violência doméstica e as condutas adotadas por policiais militares, conforme preconizado na LMP. Os depoimentos dos participantes relatam preocupação com a integridade física e a atuação da segurança pública para salvaguardar a vida das mulheres e conduzir a autoridade policial designada para adoção das medidas de proteção e encaminhamento aos serviços judiciais.

Nesse sentido, diante dos cenários de violência, os agentes de segurança entendem que devem agir com imparcialidade e impessoalidade para conduzir a mulher ao serviço de saúde e o agressor à delegacia,

3 Rota crítica é o itinerário percorrido pelas mulheres na busca pelos serviços da Rede de Atendimento, passando por várias instituições e profissionais com percepções diferenciadas acerca da violência. Aponta sobre o papel da rede informal para a proteção da mulher e os fatores negativos que limitam a vítima (Baragatti *et al.*, 2019).

sem extrapolar o dever policial. Na Figura 2, a AFC identifica que esses elementos representacionais emergiram dos policiais mais jovens, o que nos leva a inferir que os policiais com menos tempo de serviço estão mais preocupados em adotar a conduta conforme estabelecido na Lei. Ressalte-se o fato que esse grupo se caracteriza, principalmente, por pessoas com formação recente, atualizados na discussão de gênero e nas legislações.

Existem propostas de protocolos para padronização dos atendimentos, com base em procedimentos legais que salvaguarda a segurança jurídica da atuação policial militar, das vítimas e dos agressores (Campos, 2019). Atrelados aos protocolos, a capacitação dos profissionais e a sensibilização sobre a complexidade desse atendimento, diferente das demais ocorrências. Além disso, faz-se necessário o envolvimento das instituições policiais na mesa de debates e discussões sobre um fenômeno de grande repercussão mundial e que, nos últimos anos, tem se mostrado com mais evidência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica contra a mulher constitui objeto de estudo em saúde e esta pesquisa possibilita ampliar o campo de atuação para outros setores da Rede de Atendimento, a exemplo da polícia militar, responsável pela prevenção da violência e, conseqüentemente, pela prevenção dos danos ocasionados pelas agressões físicas e psicológicas por meio de uma atuação mais efetiva. Nesse sentido, ao identificar elementos que constituem o pensamento social de policiais militares, o estudo pode direcionar à criação de políticas públicas mais abrangentes e de melhoria dos serviços, por meio da capacitação continuada dos seus agentes, para que as mulheres se sintam seguras em buscar o serviço policial.

A pesquisa permite constatar que as representações sociais de policiais militares acerca da violência doméstica são ancoradas em machismo, um comportamento que rejeita e se opõe à igualdade de direitos entre os gêneros e nas relações familiares. Os/as participantes desta pesquisa entendem o machismo como a principal causa da violência doméstica contra a mulher, e que este também exerce influência nas práticas dos atendimentos, pois estão permeadas por preconceitos e comentários de recriminação à mulher, que influenciam na forma como as mulheres são atendidas e encaminhadas na Rede de Atendimento.

No conjunto dos depoimentos do grupo investigado, emergiram práticas que buscam um afastamento do machismo, da imparcialidade e da impessoalidade, apreendidas ao longo dos anos do exercício profissional e como características das policiais do sexo feminino, que demonstram ser mais sensíveis ao fenômeno. No entanto, prevalece a necessidade de implementação de estratégias que possibilitem às mulheres um atendimento mais acolhedor e atencioso por todo o efetivo policial. Nesse sentido, propostas de implantação de protocolos para um atendimento padronizado e capacitação dos agentes de segurança quanto às questões de gênero e às especificidades da violência doméstica são imprescindíveis para a melhoria dos serviços policiais.

Embora limitado a um grupo de policiais militares, o estudo pode direcionar ações educativas e políticas públicas para o aperfeiçoamento dos profissionais quanto às questões de gênero e (res)significação dos atendimentos, considerando a importância desses profissionais como os primeiros agentes a prestarem atendimento, favorecendo a decisão pela denúncia dos agressores e a redução dessa forma de violência e dos agravos à saúde das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBOIT, Jaqueline; PADOIN, Stela Maris de Mello. Driving factors and actions taken by women to confront violence: qualitative research based on art. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 37, n. 1-2, p. 102-123, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260520907366>.

BARAGATTI, Daniella Yamada; ROLIM, Ana Carine Arruda; CASTRO, Cristiane Pereira de; MELO, Marcio Cristiano de; SILVA, Eliete Maria. La ruta crítica que recorren las mujeres en situación de violencia: revisión integradora. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 43, p. 1-9, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.34>.

BARÓN-LOZADA, Francisco; BASUALDO-MELÉNDEZ, Gianfranco; VARGAS-FERNÁNDEZ, Rodrigo; HERNÁNDEZ-VÁSQUEZ, Akram; BENDEZU-QUISPE, Guido. Women's autonomy and intimate partner violence in Peru: analysis of a National Health Survey. **International Journal of Environmental Research Public Health**, v. 19, n. 21, 14373, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph192114373>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 nov. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em:

<https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/Politica-Nacional.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; Revoga as (RES. 196/96); (RES. 303/00); (RES. 404/08). Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, n. 12, Seção 1, p. 59, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016. Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, n. 98, Seção 1, p. 44-46, 24 maio. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 2 jan. 2025.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do IRAMUTEQ**: interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. Santa Catarina: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, 2018.

CAMPOS, Sandro Roberto. Uma sugestão de protocolo de atendimento de ocorrências policiais de violência doméstica contra a mulher pelas polícias militares do Brasil. **Revista Ciência & Polícia**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 54-83, 2019. DOI: <https://doi.org/10.59633/2316-8765.2019.77>.

CARNEIRO, Jordana Brock; GOMES, Nadirlene Pereira; ALMEIDA, Lílian Conceição; CAMPOS, Luana Moura; MAGALHÃES, Júlia Renata; LÍRIO, Josinete Gonçalves; VIRGENS, Ionara Rocha das; COSTA, Dália Souza Gonçalves. Revelando desfechos do cuidado com a mulher em situação de violência conjugal. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 34, APE001555, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.37689/actape/2021AO001555>.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Ano 16. São Paulo, FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 4 fev. 2023.

FERNANDES, Nathaly Cristina; NATIVIDADE, Carolina dos Santos Jesuino da. A naturalização da violência contra a mulher. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 76076-76086, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-145>. Acesso em: 15 out. 2024.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. **Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 26, p. 79-104, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12951/8501>. Acesso em: 24 jun. 2023.

GÓES, Eva Dayane Almeida de. A vergonha social e o medo: obstáculos para a superação da violência doméstica contra a mulher. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 11, p. 23627-23645, 2019. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n11-069>.

GOMES, Iracema Costa Ribeiro; LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e; RODRIGUES, Vanda Palmarella; VILELA, Alba Benemérita Alves. Representaciones sociales de las mujeres en relación con la asistencia policial proporcionada en situaciones de violencia doméstica. **Revista Enfermería Actual en Costa Rica**, San José, n. 39, p. 8, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7838681>. Acesso em: 4 fev. 2023.

HELAL, Ana Cecília Carvalho Sousa Moraes; VIANA, Masilene Rocha. Patrulha Maria da Penha no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher: objetivos, limites e experiências no Brasil. **Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 20-23 ago. 2019. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1481_14815cca18f553f5a.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

HONNEF, Fernanda; COSTA, Marta Cocco da; ARBOIT, Jaqueline; SILVA, Ethel Bastos da; MARQUES, Karoline Ardhengui. Representações sociais da violência doméstica em cenários rurais para mulheres e homens. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 368-374, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-885857>. Acesso em: 2 jan. 2025.

Violência doméstica: a influência das representações sociais de policiais militares no atendimento às mulheres

Aldina de Santana Lago, Nadirlene Pereira Gomes,
Jeane Freitas de Oliveira, Cleuma Sueli Santos Suto e
Ionara da Rocha Virgens

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2 ed. **Estudos e Pesquisas**, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

JENNINGS, Wesley; POWERS, Rachel; PEREZ, Nicholas. A review of the effects of the violence against women act on law enforcement. **Violence Against Women**, v. 27, n. 1, p. 69-83, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801220949694>.

KIESELBACH, Berit; KRESS, Howard; MACMILLAN, Harriet; PERNEGER, Thomas. Prevalence of childhood exposure to intimate partner violence and associations with mental distress in Cambodia, Malawi and Nigeria: a cross-sectional study. **Child Abuse & Neglect**, v. 111, 104807, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104807>.

LIRA, Kalline Flávia Silva de. **Violência contra as mulheres**: representações sociais de profissionais da Rede de Enfrentamento no Sertão de Pernambuco. 2021. 373 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

MORAES, Silvia Piedade de; BRÊTAS, José Roberto da Silva. Teoria das Representações Sociais e Teoria Queer: tramas possíveis. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 556-571, 2018. DOI: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2018.v.6.n.12.155>.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: Investigação em psicologia social. 11 ed. Trad.: Pedrinho Guareschi. São Paulo: Vozes, 2015.

SANTOS, Ana Pereira dos; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Entre embaraços, performances e resistências: a construção da queixa de violência doméstica de mulheres em uma delegacia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 454-474, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/37126/26220>. Acesso em: 4 maio 2023.

SANTOS, Walquíria Jesusmara dos; OLIVEIRA, Patrícia Peres de; VIEGAS, Selma Maira da Fonseca; RAMOS, Thiago Magela; POLICARPO, Aryanne Gabrielle; SIVEIRA, Edilene Aparecida Araújo da. . Violência doméstica contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo: representações sociais de profissionais da atenção primária à saúde. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 770-777, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i3.770-777>.

SARDINHA, Lynnmarie; MAHEU-GIROUX, Mathieu; STÖCKL, Heidi; MEYER, Sarah Rachel; GARCÍA-MORENO, Cláudia. Estimativas de prevalência global, regional e nacional de violência física ou sexual, ou ambas, contra mulheres por parceiro íntimo em 2018. **The Lancet**, v. 399, n. 10327, p. 803-813, 2022. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)02664-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)02664-7).

SUTO, Cleuma Sueli Santos; PAIVA, Mírian Santos; PORCINO, Carle; Silva, Dejeane de Oliveira; OLIVEIRA, Jeane Freitas de; COELHO, Edméia Almeida Cardoso. Análise de dados em pesquisa qualitativa: aspectos relacionados a triangulação de resultados. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 241-251, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v10i2.3863>.

Violência doméstica: a influência das representações sociais de policiais militares no atendimento às mulheres

Aldina de Santana Lago, Nadirlene Pereira Gomes,
Jeane Freitas de Oliveira, Cleuma Sueli Santos Suto e
Ionara da Rocha Virgens

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. UNODC, Escritório de Ligação e Parceria no Brasil, s.d. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/embaixadores-da-juventude/conhea-mais/a-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentvel.html>. Acesso em: 4 maio 2023.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

ARTIGO

A “PIRATARIA FLUVIAL” NA AMAZÔNIA: RASTROS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA FLUVIAL

ARTHUR DO ROSÁRIO BRAGA¹

Mestre em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará (2023). Atualmente, é Delegado na Polícia Civil do Pará, cedido para Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, onde atuou como diretor do Grupamento Fluvial e coordenador do Disque-Denúncia, Belém - Pará.

País: Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Belém

Email: arthurbraga1@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1635-5642>

EMMANUELLE PANTOJA SILVA

Pós-doutoranda em Educação no PPGED/UFPA. Doutora e Mestre em Educação (Universidade Federal do Pará/UFPA). Desenvolve pesquisas relacionadas ao comportamento, com base na Teoria Social Cognitiva; Autorregulação; Desengajamento moral; Violência, Violência Escolar; Aprendizagem Docente; Tecnologias na Aprendizagem.

País: Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Belém

Email: emmanuellepantojas@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0134-4350>

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Professor da Universidade do Estado do Pará. Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (2010). Professor dos Programas de Pós-graduação em Geografia (PPGG/UEPA) e Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP/UFPA).

País: Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Belém

Email: claychagas@uepa.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4223-0192>

SILVIA DOS SANTOS DE ALMEIDA

Doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Atualmente é professora titular na Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP) da UFPA.

País: Brasil **Estado:** Pará **Cidade:** Belém

Email: salmeida@ufpa.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4817-7804>

Contribuições dos(as) autores(as): Arthur do Rosário Braga participou ativamente da concepção e delineamento ou ainda análise e interpretação dos dados, além da redação do manuscrito e sua revisão crítica. Emmanuelle Pantoja Silva trabalhou na concepção e delineamento, revisão crítica, revisão e aprovação final da versão a ser publicada. Clay Anderson Nunes Chagas trabalhou na concepção e delineamento e revisão crítica. Sílvia dos Santos de Almeida trabalhou na concepção, análise dos dados e revisão crítica.

Data de Recebimento: 03/08/2023 – **Data de Aprovação:** 24/11/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1984

RESUMO

Objetiva-se caracterizar os crimes de roubo a bordo de embarcação, de residências e estabelecimentos comerciais ribeirinhos (“pirataria”), ocorridos no período de janeiro de 2017 a outubro de 2021, no estado do Pará. Optou-se por uma pesquisa documental, a partir de dados fornecidos pelos órgãos responsáveis,

¹ Aos meus orientadores, minha gratidão pela paciência e pela dedicação com as instruções que levaram ao êxito do trabalho, pela confiança depositada em mim, pelo incentivo para superar desafios que muito engrandeceram o crescimento acadêmico.

os quais são analisados por meio de estatística descritiva, em que se consideram os crimes de roubo praticados em embarcações, estabelecimentos ou residências ribeirinhas. São analisados 689 boletins de ocorrência de crimes praticados em embarcações, estabelecimentos ou residências ribeirinhas, de 2017 a 2021. Os resultados mostram que 92,30% dos crimes ocorreram em embarcações; 6,39% foram em residências e 1,31% aconteceram em estabelecimentos ribeirinhos, sendo que apenas 7% de inquéritos foram investigados pela polícia civil. Sugere-se a criação de um boletim de ocorrência voltado para a realidade fluvial, constando variáveis capazes de definir melhor o local do crime, imagens de residências, estabelecimentos comerciais ribeirinhos, tipo de carga roubadas mais comuns nas embarcações e outros.

Palavras-Chave: Embarcações. Ribeirinhos. Roubo. Polícia.

“RIVER PIRACY” IN THE AMAZON: TRACES TO RIVER PUBLIC SAFETY

ABSTRACT

The aim of this study is to characterize crimes of robbery on board vessels, from residences and commercial establishments along the river (“piracy”), which occurred between January 2017 and October 2021, in the state of Pará. A documentary study was carried out, based on data provided by the responsible agencies, which were analyzed using descriptive statistics, considering robbery crimes committed on vessels, establishments or residences along the river. A total of 689 police reports of crimes committed on vessels, establishments or residences along the river, from 2017 to 2021, were analyzed. The results show that 92.30% of the crimes occurred on vessels; 6.39% were in residences and 1.31% occurred in riverside establishments, with only 7% of the investigations being investigated by the civil police. It is suggested that a police report be created that focuses on the river situation, including variables capable of better defining the crime scene, images of residences, riverside commercial establishments, the most common type of cargo stolen from vessels, and others.

Keywords: Vessels. Riverside. Theft. Police.

INTRODUÇÃO

A navegação há milênios faz parte da vida humana e a necessidade de melhorar a eficiência desse meio de transporte, a fim de explorar territórios desconhecidos, aproximar as pessoas e escoar as mercadorias nas diversas regiões, foi fator fundamental para impulsionar o seu desenvolvimento, que, aos poucos, foi evoluindo, com melhoramentos e tecnologias, até chegarem às formas mais diversificadas que hoje existem na sociedade, atravessando oceanos e movimentando a economia de todo o mundo (Sampaio, 2006).

Atualmente, cerca de 95% das mercadorias brasileiras destinadas ao comércio exterior são transportadas por via marítima, sendo, portanto, a navegação fundamental para o regular andamento da economia mundial, interferindo direta e indiretamente na vida humana, em cada ponto dos continentes, o que demonstra a relevância da mesma e a necessidade de atenção para sua proteção por parte de todos (Antaq, 2022).

Diversos produtos paraenses, também, fazem parte da rota de comércio exterior, que estão incluso nessa dinâmica da economia internacional, como o minério de ferro, as pedras preciosas, os grãos como soja, milho e muitos outros (Brasil, 2019). O açaí paraense, por exemplo, representa 92% da produção nacional (Conab, 2017). Antes de essas riquezas atravessarem as fronteiras do Pará, elas primeiro circulam pelo

A “Pirataria Fluvial” na Amazônia: rastros para a segurança pública fluvial

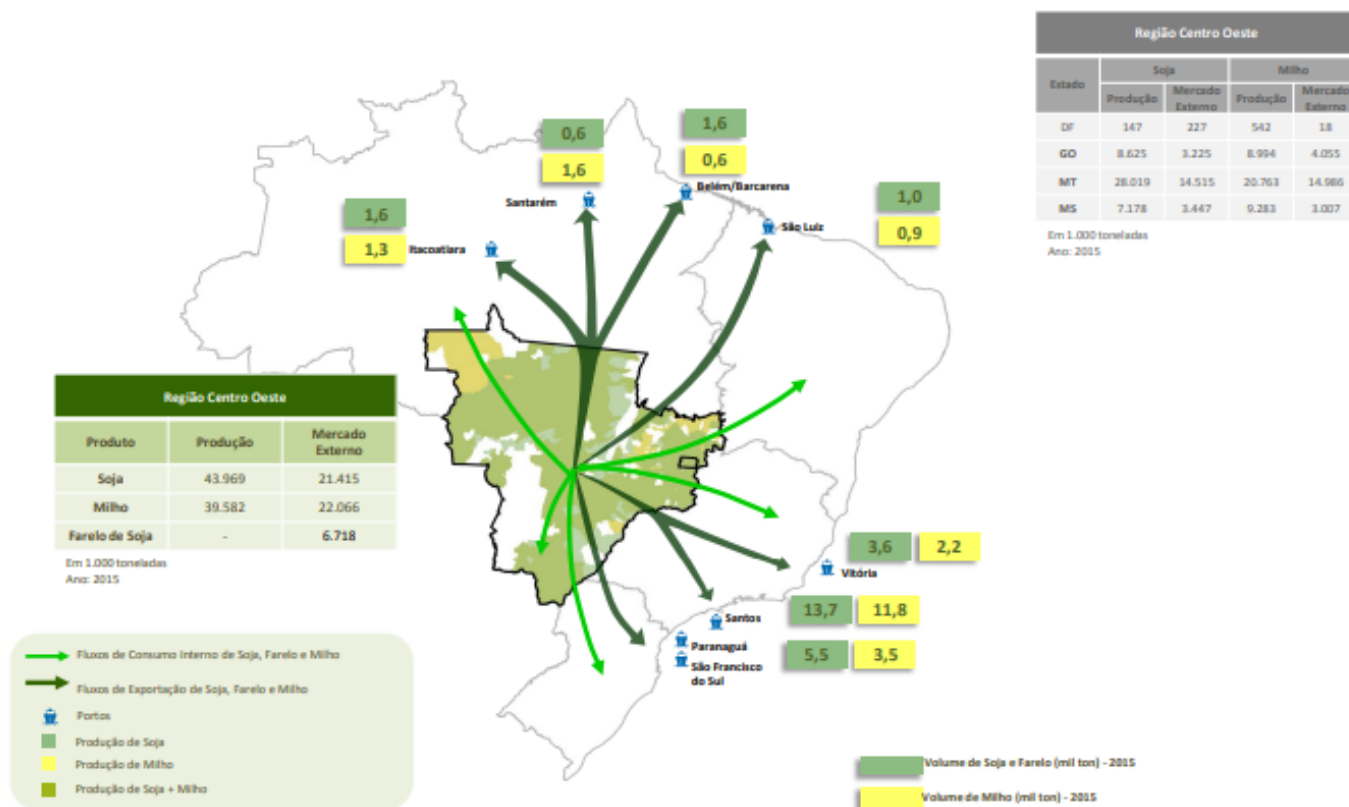
Arthur do Rosário Braga, Emmanuelle Pantoja Silva, Clay Anderson Nunes Chagas e Sílvia dos Santos de Almeida

território paraense que, por sua vez, está situado na maior bacia hidrográfica do mundo, contemplando a maior ilha fluviomarítima mundial, a Ilha do Marajó. Não somente as mercadorias, como também pessoas são transportadas por meio de embarcações, por vários motivos, principalmente, por serem rotas mais viáveis economicamente ou mesmo por ser o único ou o mais predominante meio de transporte da região (Brasil, 2020).

Além de o Pará possuir diversas riquezas produzidas em seu solo, é também um excelente trajeto para a logística de mercadorias, a nível nacional, por estar bem localizado, geograficamente, para escoação de produtos de diversos estados. À título de exemplo, a soja, cuja maior produção é oriunda do Sul e do Centro-Oeste do país, é transportada via rodoviária até o porto de Miritituba (Itaituba-PA), de onde segue por via fluvial com destino aos Portos de Santarém (Santarém-PA) e Vila do Conde (Barcarena) para abastecer o comércio exterior. Esse movimento tende a crescer exponencialmente com o projeto da “Ferrogrão”, que pretende construir uma ferrovia para escoamento, dentre outras coisas, das produções de soja e milho do estado do Mato Grosso até Miritituba no Pará (Antt, 2017).

FIGURA 1

Mapa do corredor logístico da soja e milho para os principais portos exportadores do Brasil, 2023.



Fonte: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (2019).

Nesse entendimento, assim como o transporte marítimo internacional carrega consigo importância estratégica para a economia e para as pessoas do mundo todo, a navegação fluvial dentro do Pará é igualmente relevante pelas mesmas razões. Em ambos os casos, coexiste um sistema econômico interdependente, já que o mesmo navio que transporta minérios de ferro, madeira e outros produtos regionais para outros países

também depende da logística local para cumprir o seu papel, que no caso paraense, em sua grande parte, é feita através do modal marítimo-fluvial dentro do estado do Pará (Pena, s.d.). As semelhanças não param por aí, pois as dificuldades enfrentadas pela navegação marítima internacional, também, se assemelham àquelas que ocorrem durante a navegação dentro das águas paraenses.

Em nível internacional, o isolamento geográfico e a presença de países subdesenvolvidos nas principais rotas de navegação, somados à falta de estrutura estatal com pouca ou inexistente fiscalização, são características que favorecem ataques criminosos a embarcações, sendo tais atos conhecidos como “pirataria” (Speranza Filho, 2014). De forma semelhante, dentro do estado do Pará, a grande circulação de embarcações, o isolamento geográfico e a falta de estrutura estatal acabam facilitando o ambiente social para ataques criminosos contra embarcações, comércios e residências ribeirinhas (Amaral *et al.*, 2009).

A partir da contextualização, elabora-se o seguinte questionamento: afinal, por onde estão os rastros desse delito tão marcante para a sociedade em geral, cujos tentáculos emergem dos rios?

O presente estudo busca caracterizar a “pirataria fluvial”, a fim de identificar os locais de ocorrências, horários, dias da semana e outros dados, no estado do Pará, no período de janeiro de 2017 a outubro 2021, a fim de servir como subsídio ao melhor conhecimento desse delito que tem reflexos diretos no estado e, indiretamente, no Brasil e no mundo.

PIRATARIA NACIONAL E INTERNACIONAL

Para dar prosseguimento com as explanações, é importante perquirir acerca do termo “pirataria”, citado tanto a nível internacional quanto nas questões internas do Pará, a fim de esclarecer conceitos importantes para que se possa tratar do tema de forma mais clara.

Desde a antiguidade até meados da idade moderna, o termo “pirataria” foi usado para se referir aos saques feitos por criminosos que utilizavam suas embarcações tanto para roubar riquezas e territórios nas cidades costeiras quanto para roubos de navios em alto mar ou mesmo que ainda estivessem atracados no porto (Venancio, 2012).

Em meados do ano 735 a.C., a pirataria foi praticada por meio de saques que os gregos realizavam contra embarcações; na Idade Média, os povos normandos e muçulmanos saqueavam cidades, navios e outros. Já na denominada Era do Ouro da Pirataria, que ocorreu no período do século XVI ao XVIII, quando houve uma expansão do transporte de mercadorias por via marítima, a prática foi até mesmo estimulada por países e, também, impulsionada pela revolução industrial em razão do grande fluxo de embarcações transportando riquezas (Rocha Neto, 2009). Ao passo que, em regaste histórico, o Marajó, no estado do Pará, também foi palco desse delito, onde indígenas tiveram que lutar pelos seus territórios contra os europeus que buscavam tomar terras, riquezas e promover escravidão das populações nativas (Schaan; Martins, 2010).

Na região Norte brasileira, o termo “pirataria”, atualmente, ainda é bastante comum e usado para se referir aos casos de roubos que ocorrem contra embarcações e seus tripulantes, assim como àqueles que roubam residências e estabelecimentos ribeirinhos utilizando-se de embarcações para realizar as abordagens (G1 Pará, 2020).

A “Pirataria Fluvial” na Amazônia: rastos para a segurança pública fluvial

Arthur do Rosário Braga, Emmanuelle Pantoja Silva,
Clay Anderson Nunes Chagas e Sílvia dos Santos de Almeida

Pelo viés econômico, a definição de pirataria seria apropriação de bens, propriedade ou pessoas pelos mares ou através dele com o uso de força violenta, segundo (Depizzolatti, 2009). Entretanto, tal termo passou a se tornar inadequado quando utilizado fora dos conceitos estipulados pelo direito internacional, uma vez que em 1958, na convenção das Nações Unidas sobre o Alto Mar, a pirataria que era utilizada de forma genérica para roubos a bordo de embarcações, em cidades costeiras e contra navios atracados passou a ser definida, no contexto internacional, para situações específicas que ocorressem em alto mar, onde não houvesse jurisdição dos estados (Beirão; Piñon, 2015), sendo tal conceito, posteriormente, ratificado em 1982, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (Fiorati, 1997).

Na legislação penal brasileira, entretanto, não existe o termo “pirataria”, pois o Código Penal criminaliza os atos de roubo, independentemente, do local onde ocorrem, sejam a bordo de embarcações ou dentro de residências, bastando que o crime ocorra dentro da jurisdição do Brasil, nos termos dos arts. 5º e 7º do mesmo diploma legal citado (Brasil, 1940).

No presente trabalho, entretanto, para os casos de roubo a bordo de embarcações e os roubos a residências ou estabelecimentos ribeirinhos que ocorram na circunscrição do território paraense, será utilizado o termo “pirataria fluvial”, em razão da similaridade das práticas da Idade Média e da Idade Moderna em que os roubos se davam tanto a cidades situadas nas costas marítimas como contra embarcações, seus tripulantes e passageiros, para que não seja confundido com o termo “pirataria” definido no direito internacional pela Comissão das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM), supramencionada, que apenas considera os ataques em alto mar, fora das jurisdições dos estados.

Nesse entendimento, a pirataria fluvial mencionada nesta pesquisa nada mais é do que o crime de roubo definido no art. 157 e seguintes do Código Penal (Brasil, 1940), quando praticado em embarcações, residências ou estabelecimentos ribeirinhos. Nesses casos, a Constituição de 1988 confere às Polícias Civil, Militar e Federal a atribuição de atuarem para prevenir e reprimir os crimes de roubo, cada uma dentro de suas atribuições (Brasil, 1988).

A Polícia Federal, exemplificando, exerce a função de polícia marítima, a qual compete prevenir e reprimir crimes a bordo de navios ou aeronaves e outras infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União, inclusive nos casos de extensão legal do território nacional, quando, por exemplo, um navio privado de bandeira brasileira é roubado em alto mar por criminosos (Brasil, 1973).

A Polícia Civil, por sua vez, está incumbida das funções de polícia judiciária e apuração de crimes, com exceção daqueles com atribuições de competência da União. Portanto, se no estado do Pará ocorrer roubo praticado dentro de embarcação, residência ou estabelecimento ribeirinho que não seja da competência da União, a Polícia Civil será responsável pela apuração, ao passo que a Polícia Militar tem o dever legal de exercer a ostensividade e a preservação da ordem pública (Brasil, 1988).

Nos casos de competência da Polícia Federal, existe o Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom), a quem compete crimes praticados a bordo, contra ou em relação a embarcações atracadas no porto ou fundeadas nas adjacências, no mar territorial brasileiro e na área portuária (Brasil, 1999).

A Polícia Civil do Pará possui delegacias distribuídas por todas as regiões do estado que têm atribuição de apurar, de modo geral, os crimes de competência da Polícia Civil, inclusive aqueles que ocorram em embarcações, residências e estabelecimentos ribeirinhos, sendo que, para casos mais complexos, há na

capital do referido estado a Delegacia de Polícia Fluvial (DPFlu), que pertence à Divisão de Repressão ao Crime Organizado, a qual é responsável pela apuração de infrações penais que ocorrem contra ocupantes das embarcações que navegam no território paraense, com exceção da competência federal (Pará, 2006).

A Polícia Militar, da mesma forma que a Polícia Civil, está presente em todo o Pará, com o efetivo local, porém, em caso de necessidade de operações nos rios que demandem maior complexidade ou efetivo, pode ter apoio do efetivo da Companhia Independente de Polícia Fluvial (CipFlu) (Pará, 2001), caso solicitado, que possui circunscrição em todo o estado para a preservação da ordem pública nos rios paraenses, com o dever de realizar a ostensividade na área fluvial bem como nas comunidades ribeirinhas (Pará, 2018).

Tanto a Polícia Militar quanto a Civil podem contar com o apoio do Grupamento Fluvial (GFlu), que faz parte da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), e tem como missão potencializar as ações das polícias estaduais, com fornecimento da logística de embarcações, pessoal, combustível e outros, para que as ações de prevenção e combate aos delitos fluviais, como a pirataria fluvial, tenham maior eficiência. Ressalte-se que é comum operações do GFlu serem integradas por órgãos federais e municipais, a fim de fortalecer o poder de ação (Pará, 2011).

MÉTODO

Nesta pesquisa, optou-se por um estudo de natureza aplicada, pois se busca aproximação com uma problemática local que, segundo Perovano (2014), se propõe a buscar resultados práticos com aproveitamento para as organizações, porém limita-se a generalização dos dados. No que diz respeito ao objetivo, é do tipo exploratório e descritivo. Na pesquisa exploratória, a intenção é se aproximar do objeto em questão e alcançar os objetivos definidos, enquanto que a pesquisa descritiva, como o próprio nome sugere, busca descrever os dados, coletando informações específicas de um determinado fenômeno (Perovano, 2014). Quanto ao problema, foram aplicadas técnicas quantitativas em que se propôs a utilização de conhecimentos matemáticos para quantificar o objeto estudado (Günther, 2006). Por fim, quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo do tipo documental, que analisa documentos oficiais; neste caso, foram utilizadas fontes secundárias, uma vez que receberam tratamento analítico em algum momento da pesquisa (Perovano, 2014).

FONTES DA PESQUISA

As fontes documentais foram solicitadas aos órgãos competentes e autorizadas para fins acadêmicos. São consideradas fontes secundárias, por terem recebido tratamento analítico, sendo fornecido pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Siac), contendo o total de 689 ocorrências constatadas no período de janeiro de 2017 a outubro de 2021. Foram também analisados documentos fornecidos pelo Grupamento Fluvial de Segurança Pública (GFlu), bem como seus respectivos boletins de ocorrência, com informações das ocorrências, como: local, ano, município, faixa de hora, dia da semana e outras; além de dados fornecidos pela *International Maritime Bureau* (IMB). Ressalta-se que os boletins de ocorrência foram analisados objetivando suprir termos imprecisos nos filtros da planilha fornecida pelo Siac, onde não era possível identificar a qual grupo de roubo pertencia o dado – se roubo a embarcação, estabelecimento ou residência ribeirinha.

ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados, utilizou-se estatística descritiva, que é responsável por aplicar um conjunto de técnicas para descrever e sintetizar dados; portanto, utilizaram-se cálculos de percentuais com representações gráficas e tabelas (Morettin; Bussab, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados analisados, constata-se que no período de janeiro de 2017 a outubro 2021 não houve registros de roubos relacionados à competência Federal no Brasil, pois segundo dados da *International Maritime Bureau* (IMB), organização sem fins lucrativos que atua no combate a todos os tipos de crimes e imperícias no mar a nível internacional, os últimos ataques no país ocorreram entre 2010 a 2014, conforme Tabela 1.

TABELA 1

Quantidade de registro do crime de roubo a bordo de embarcação, de competência da Polícia Federal, por ano, local e tipo de roubo, no Brasil, no período de 2010 até junho de 2016.

Quantidade	Ano	Local	Tipo de Roubo
2	2010	Mosqueiro – PA	Navio Fundeado
7	2010	Vila do Conde -PA	Navio Fundeado
1	2011	Vila do Conde -PA	Navio Fundeado
1	2011	Belém -PA	Navio Fundeado
1	2011	Belém -PA	Navio Fundeado
1	2012	Macapá- AP	Navio Fundeado
1	2013	Santos -SP	Navio Fundeado
1	2014	Mosqueiro-PA	Navio Fundeado

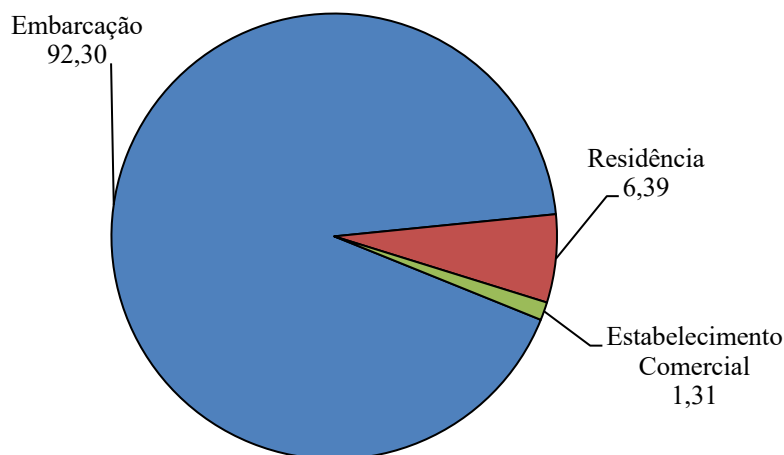
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados do IMB (2018).

Na Tabela 1, é possível observar, no período de janeiro de 2010 até junho de 2016, a ocorrência de apenas 15 registros de roubo a bordo de embarcações, com ênfase no ano de 2010, onde 9 desses registros ocorreram em Mosqueiro e Vila do Conde, ambos no Pará. Na sequência, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014, há 4 registros no Pará, sendo 3 em 2011 e 1 em 2014; ao passo que, em 2013, há um ataque em São Paulo (Porto de Santos) e outro no Amapá (Macapá) e suas adjacências, como Vila do Conde e Mosqueiro. Todos os registros ocorreram quando o navio estava fundeado (ancorado).

Por outro lado, ao analisar os dados disponibilizados pelo Siac, constata-se 689 casos de roubo (pirataria fluvial), de competência estadual, ocorridos a bordo de embarcações, em residências ou estabelecimentos ribeirinhos, no período de janeiro de 2017 a outubro de 2021. A Figura 2, a seguir, demonstra o percentual referente a cada um dos tipos investigados.

FIGURA 2

Percentual de registros de roubo a bordo de embarcação e residência ribeirinha, no Pará, por local de ocorrência do crime, de 2017 a outubro de 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do SIAC (2023).

Na Figura 2, fica evidente que a maioria dos casos registrados diz respeito a roubos a embarcações, que representam 92,30% do total, ao passo que 6,39% dos registros são de roubos a residências ribeirinhas e a menor parcela (1,31%) é de roubos a estabelecimentos comerciais ribeirinhos.

Dos 144 municípios do estado do Pará, 73 possuem acesso por rios, sendo que, por meio dos dados recebidos pelo Siac, 59 deles apresentaram registros de roubo a bordo de embarcações e roubos a residências ou estabelecimentos ribeirinhos. Ressalta-se que estão computados nesses estabelecimentos ribeirinhos tanto os comércios, que funcionam muitas vezes na própria residência dos moradores, quantos os postos flutuantes ou comércios às margens dos rios navegáveis.

Durante a análise exclusivamente pelas planilhas do Siac, as quais extraem dados dos boletins de ocorrência da polícia civil, verificou-se certa limitação para definir o local de ocorrência do roubo, pois existem variáveis com termos como “pirataria”, “pirataria fluvial” e “outros”, que não deixam claro a qual grupo pertence o registro – se roubo a residência ou a estabelecimento comercial ou se relacionado a embarcação. Por esse motivo, utilizou-se dados do GFlu, com acesso aos boletins de ocorrência impressos, para individualizar o grupo de roubo aos quais se enquadram os registros.

Nesse sentido, é importante adequar os dados de preenchimento do sistema de registros da polícia civil (Sisp), com dados e termos relacionados ao ambiente fluvial, a fim de evitar termos que dão margem a interpretações diversas e levam a um incoerente número de registros.

Também foram analisados dados inerentes à instauração de procedimentos pela polícia civil, a fim de verificar o percentual de investigações que, de fato, ocorreram após os registros pelos cidadãos comunicando fatos criminosos ao Estado: constata-se que cerca de 96,70% dos registros de ocorrência não geraram investigação policial e 5,76% deles deram origem à inquérito policial por portaria. Cerca de 0,43% foram instaurados em razão de apresentação de preso por prisão em flagrante e apenas 0,14% foram instauradas por auto de apreensão de adolescente em conflito com a lei.

A “Pirataria Fluvial” na Amazônia: rastros para a segurança pública fluvial

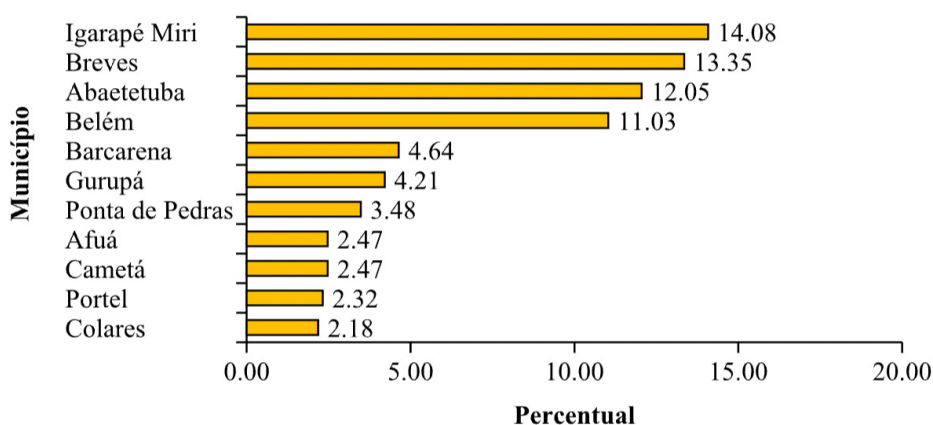
Arthur do Rosário Braga, Emmanuelle Pantoja Silva,
Clay Anderson Nunes Chagas e Sílvia dos Santos de Almeida

Tais dados merecem destaque em razão do baixo índice de crimes efetivamente apurados, demonstrando à sociedade ineficiência da segurança pública contra os roubos nos rios, que continuam sem resposta diante do cidadão, sendo imperioso perquirir mais detidamente acerca das razões dos baixos índices de investigação, que, independentemente do motivo que possam estar atrelados a eles, como falta de estrutura logística, de qualificação profissional ou de efetivo, por exemplo, acabam gerando falta de confiança por parte do cidadão no aparato de segurança pública fluvial e podem servir de incentivo ao criminoso que não tem contra seus atos ilegais investigações efetivas. Esse pode ser também um dos motivos de quase 30% dos registros terem sido comunicados pela internet, por meio da delegacia virtual, em detrimento dos registros presenciais na unidade policial.

A Figura 3, abaixo, consubstancia dados relacionados aos 10 municípios paraenses que mais apresentaram registros de roubo a bordo de embarcações e roubos a residências/estabelecimentos ribeirinhos, a fim de serem identificados os municípios que mais merecem atenção do poder público pela quantidade de registros.

FIGURA 3

Percentual dos 10 municípios com maior incidência de registros de roubo a bordo de embarcação e residência ribeirinha, no Pará, de 2017 a outubro de 2021.



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados do SIAC (2023).

Com base na Figura 3, constata-se que dos 59 municípios que tiveram incidência dos delitos em estudo, 10 deles são, juntos, responsáveis por mais de 70% das ocorrências dos crimes estudados no estado do Pará (489 registros no total). Dentre eles, Igarapé-Miri foi o que mais teve assentamento (14,08%), seguido por Breves (13,35%), Abaetetuba (12,05%), Belém, considerando seus distritos e ilhas (11,03%), Barcarena (4,64%), Gurupá (4,21%), Ponta de Pedras (3,48%), Afuá e Cametá (ambos com 2,47%) e Portel (2,32%).

Apesar de saltar aos olhos o percentual representativo em relação aos 10 municípios com mais registros, também merece destaque o percentual que os 4 primeiros municípios, juntos, representam, qual seja, mais de 50% das ocorrências lavradas nesses tipos de crimes, com ênfase ao primeiro lugar, que é o maior produtor e exportador de açaí do Pará (Brasil, 2019).

Na segunda posição no ranking dos municípios que mais apresentam registros, está Breves (13,35%), situado estrategicamente no ponto de ligação das principais rotas de navegação do Pará, que além de possuir intenso tráfego de embarcações regionais também navegam por seus rios inúmeras embarcações

oriundas do Amazonas, do Amapá e aquelas que ligam o Sul e Centro-Oeste do Brasil, através do Rio Tapajós, com destino à capital paraense e ao Porto de Vila do Conde, em Barcarena, rumo ao comércio exterior (Brasil, 2006).

O município de Abaetetuba, que possui 72 ilhas em seu território, está em terceiro lugar no ranking citado no parágrafo anterior, destacando o fato de Abaetetuba fazer limite territorial com o primeiro colocado Igarapé-Miri e com Barcarena, onde está situado o complexo portuário de Vila do Conde (Conab, 2019).

Em quarto lugar em número de ocorrências está a capital paraense e seus distritos de Mosqueiro, Outeiro e ilhas vinculadas, salientando que Belém recebe os mais diversos tipos de embarcações de carga e passageiros, possuindo portos e pontos de comércio às margens do rio, por exemplo, o Mercado Ver-O-Peso, que concentra diversos barcos regionais oriundos de vários municípios que movimentam produtos como o pescado, o açaí, hortaliças e outros (Leitão, 2013). Na Tabela 2, abaixo, foram ilustrados dados com a quantidade e o percentual dos registros por Região Integrada da Segurança Pública (Risp).

TABELA 2

Quantidade e percentual de registros de ocorrência de roubo a bordo de embarcação e residência ribeirinha, no Pará, por RISP², de 2017 a outubro de 2021.

RISP	Quantidade	Percentual
01^a RISP	76	11,03
02 ^a RISP	7	1,02
03 ^a RISP	51	7,4
04^a RISP	266	38,6
05 ^a RISP	47	6,82
06 ^a RISP	2	0,29
08^a RISP	196	28,45
09 ^a RISP	9	1,31
10 ^a RISP	5	0,73
11 ^a RISP	4	0,58
12 ^a RISP	22	3,19
14 ^a RISP	2	0,29
15 ^a RISP	2	0,29
Total	689	100

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados do SIAC (2023).

Os dados da Tabela 2 evidenciam que das 15 Risps existentes, apenas 3 se destacam pelo volume de ocorrências, representando quase 80% dos registros, quais sejam: a 4^a Risp, com 38,6% das ocorrências; seguida da 8^a Risp, com 28,45 e da 1^a Risp, com 11,03%, fato que se coaduna com o princípio de Pareto, o qual dispõe que cerca de 80% dos efeitos surgem de apenas 20% das suas causas (Koch, 2016), indo ao encontro dos dados encontrados, pois cerca de 80% das ocorrências policiais registradas no estado inteiro foram produzidas por menos de 20% das cidades – 10 cidades entre as 59, exatamente. Com o

2 A Resolução Nº 185/12 - CONSEP aprovou a delimitação circunscricional das Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP, no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, onde os municípios paraenses foram distribuídos em 15 regiões integradas.

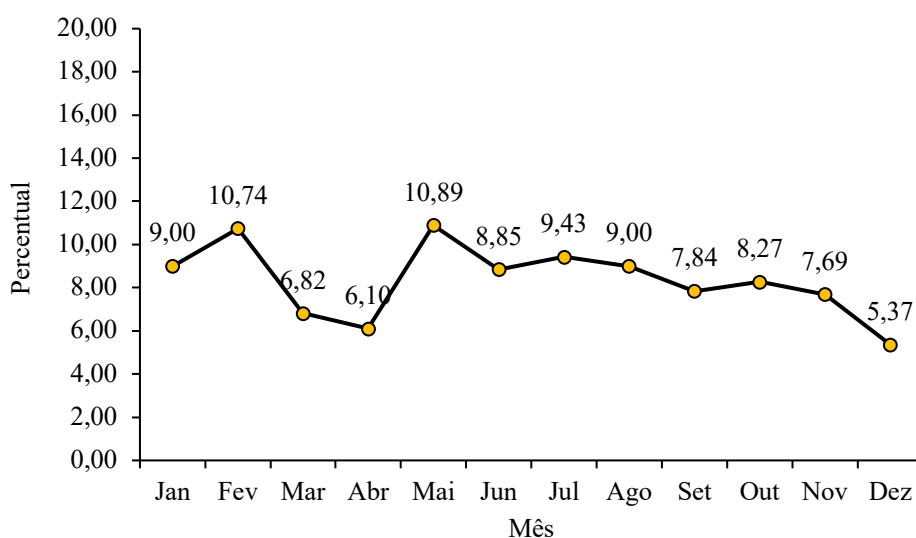
A "Pirataria Fluvial" na Amazônia: rastros para a segurança pública fluvial

Arthur do Rosário Braga, Emmanuelle Pantoja Silva,
Clay Anderson Nunes Chagas e Sílvia dos Santos de Almeida

intuito de caracterizar o perfil do crime, foram construídos dados relacionados ao mês de maior incidência do crime em questão (Figura 4).

FIGURA 4

Percentual de registro de ocorrências de roubo a bordo de embarcação e residências/ estabelecimentos ribeirinhos, no Pará, por mês, de 2017 a setembro de 2021.

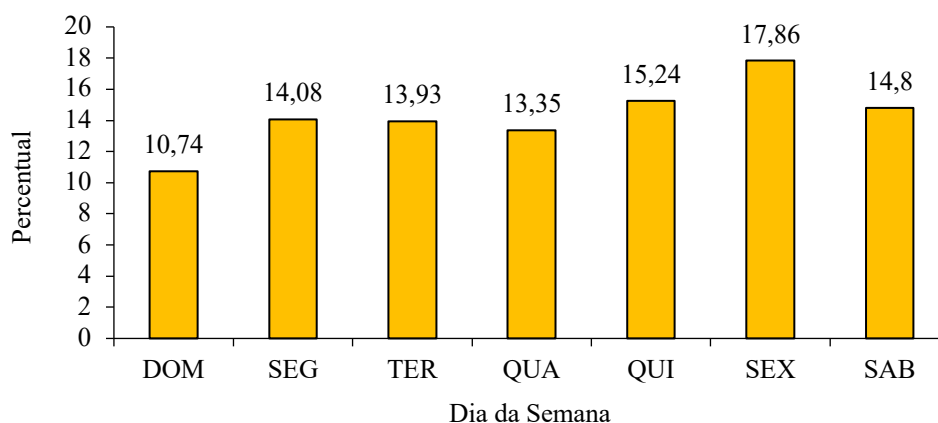


Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados do SIAC (2023).

Com base na Figura 4, observa-se que os meses com maior incidência foram maio (10,89%) e fevereiro (10,74%); seguidos dos meses com índices inferiores, porém elevados, que foram julho (9,43%), janeiro e agosto (9,00%), respectivamente. Foi realizada ainda a análise dos dados relativos aos dias da semana, observando-se como se comporta o crime em questão, conforme demonstrado na Figura 5.

FIGURA 5

Percentual de registro de ocorrências de roubo a bordo de embarcação e residências/ estabelecimentos ribeirinhos, no Pará, por dia da semana, de 2017 a setembro de 2021.



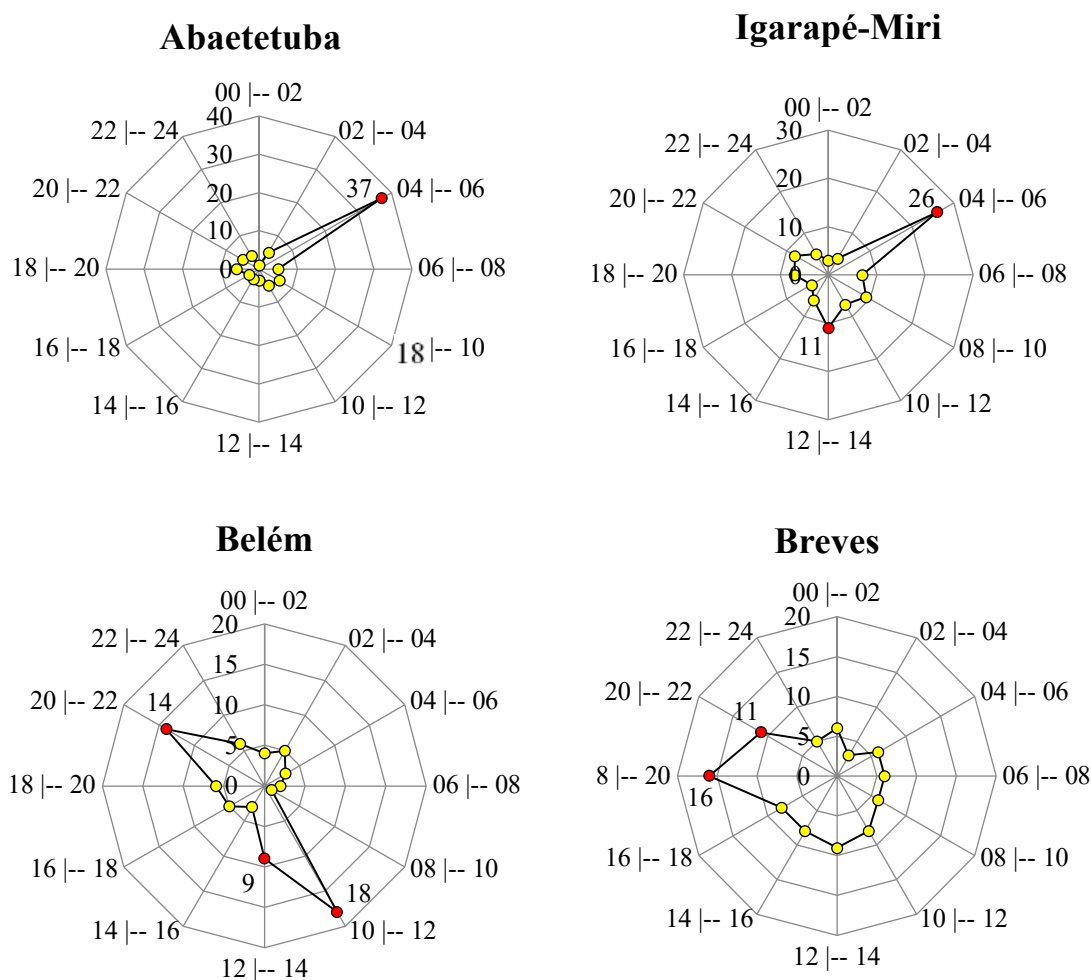
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados do SIAC (2023).

De acordo com os dados consubstanciados na Figura 5, destaca-se com a maior incidência de delitos a sexta-feira, com 17,86% das ocorrências, seguida pela quinta-feira, com 15,24%; o sábado e a segunda-feira aparecem com o mesmo percentual de 14,8%; logo após, seguem os dois dias em que há menos relatos de ocorrências no estado: as quartas-feiras (13,35%) e os domingos, com o menor índice (10,74%).

Tais informações podem subsidiar ações preventivas de patrulhamento, em dias de maior incidência, ou cumprimentos de mandados de prisão, em dias de menor atividade criminosa, por exemplo. Outro dado que vem ao encontro da Figura 4, no sentido de ser relevante para o planejamento de ações de segurança pública, diz respeito aos horários que ocorreram esses delitos; para isso, realizou-se um recorte dos quatro municípios que mais tiveram incidência no período investigado, conforme ilustrado na Figura 6.

FIGURA 6

Comparativo do percentual de registros de roubo a bordo de embarcação e residência ribeirinha, em Abaetetuba, Igarapé-Miri, Breves e Belém, por faixa de hora, de 2017 a 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do SIAC (2023).

Os dados ilustrados pela Figura 6 são considerados de importância estratégica para a segurança pública, pois de um universo de 59 municípios que apresentaram crimes ora investigados, 4 deles (Igarapé-

A “Pirataria Fluvial” na Amazônia: rastos para a segurança pública fluvial

Arthur do Rosário Braga, Emmanuelle Pantoja Silva,
Clay Anderson Nunes Chagas e Sílvia dos Santos de Almeida

Miri, Breves, Abaetetuba e Belém) representam mais de 50% das ocorrências, sendo que 2 desses são limítrofes territorialmente e, inclusive, quando comparada a faixa de hora de ocorrência entre eles, nota-se que tanto em Igarapé-Miri quanto em Abaetetuba o horário de pico dos crimes são na faixa das 04 às 06 horas da manhã. Tal horário coincide com um grande fluxo de pequenas embarcações nos portos das cidades, movimentando cargas como aço e pessoas, por exemplo, sendo um grande atrativo para os criminosos.

Ao analisar os dados da capital paraense, nota-se que os horários das ocorrências são bem diferenciados dos municípios localizados na região do Baixo Tocantins (Abaetetuba e Igarapé-Miri), pois a faixa de hora em que mais ocorre os delitos em Belém é das 10 às 14 horas e das 20 às 22 horas. Já na cidade de Breves, os dados mostram que as maiores incidências criminais se dão, em primeiro lugar, das 18 às 20 horas, seguidas das ocorrências entre 20 e 22 horas. Portanto, com base nos dados analisados, conclui-se ser mais proveitoso para a administração pública trabalhar de forma inteligente seus recursos de logística e de pessoal, otimizando tempo e reduzindo custos em operações planejadas com base na referida estatística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo busca caracterizar os crimes de roubo a bordo de embarcação e de roubo a residência e estabelecimentos ribeirinhos, ora tratados como “pirataria fluvial”, ocorridos no território paraense entre janeiro de 2017 a setembro de 2021, a fim de evidenciar dados concretos sobre eles e possibilitar ações de prevenção e repressão mais efetivas, contribuindo para a redução dos problemas nos rios do Pará e, conseqüentemente, para que os rios sejam mais atrativos para a economia e o desenvolvimento da sociedade.

Com base nos dados obtidos, evidencia-se inexpressivo número de investigações efetivamente realizadas, pois só foram instaurados menos de 7% do total de ocorrências registradas, inclusive cerca de 30% delas foram formalizadas pela internet através da delegacia virtual, sugerindo desinteresse ou impossibilidade da população em se deslocar até uma unidade policial.

Constata-se que, apesar de existirem 59 municípios com registros de crimes de interesse do presente estudo, mais de 70% das ocorrências aconteceram em apenas 10 deles, sendo importante destacar que os quatro municípios com maiores números de registros, a saber: Igarapé-Miri, Breves, Abaetetuba e Belém, representam mais de 50% do total de todas as ocorrências, e quase 80% delas estão concentradas em apenas 3 das 15 Risps existentes. A 4ª Risp aparece em primeiro lugar, com 38,6% das ocorrências, seguida da 8ª Risp, com 28,45%, e da 1ª Risp, em terceiro lugar, com 11,03%.

Outro dado de grande relevância para este estudo foi identificar a faixa de hora com maiores índices de criminalidade nos 4 municípios com maiores índices de crimes, onde Igarapé-Miri e Abaetetuba apresentam horários de incidência crítica semelhantes, o que pode se justificar por fazerem fronteira territorial e apresentarem realidades semelhantes, onde se destacam os registros na faixa das 04 às 06 horas da manhã. Belém, por sua vez, evidencia seu maior número de casos no período das 10 às 14 horas e das 20 às 22 horas; ao passo que Breves tem maiores incidências na faixa das 18 às 20 horas e das 20 às 22 horas.

Portanto, para a segurança pública, tais informações podem servir como instrumento para o direcionamento de ações mais conscientes e efetivas, evitando rondas e gastos desnecessários, planejando ações nos dias e horários mais relevantes, com ações de ostensividade, operações e cumprimentos de mandados mais coerentes.

Da mesma forma, essas informações podem contribuir para que proprietários de embarcações, trabalhadores e até mesmo passageiros possam se precaver, considerando os locais e horários com maior incidência de crimes, tomando, assim, medidas cautelares e preventivas, com o intuito de evitar ou mitigar esse tipo de ocorrência.

Diante das peculiaridades existentes no contexto da navegação e das comunidades ribeirinhas, sugere-se a criação de um boletim de ocorrência policial (B.O.P.) especializado para a realidade fluvial, onde devem constar variáveis capazes de descrever de forma objetiva os dados dos crimes praticados nesse ambiente, eliminando dubiedades de termos, por exemplo, “pirataria fluvial”, em que não se consegue definir o local do roubo, se na embarcação, na residência ou no estabelecimento ribeirinho, criando mecanismos facilitadores ao registrador, como fotos de tipos de embarcações, imagens de residências, estabelecimentos comerciais ribeirinhos, tipo de carga roubadas mais comuns nas embarcações, fotos de armas de fabricação caseira com os nomes conhecidos pela população ribeirinha e outras opções, assim como para o próprio ribeirinho, para que, ao final, se possa extrair informações seguras que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão da segurança pública, com reflexos para a sociedade, que é justamente quem legitima a própria existência do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Silvana; ESCADA, Maria Isabel Sobral; ANDRADE, Pedro Ribeiro de; ALVES, Pedro Assumpção; PINHEIRO, Taíse Farias; PINHO, Carolina Moutinho Duque de; MEDEIROS, Líliam César de Castro; SAITO, Érika Akemi; RABELO, Tiago Nunes. **Da Canoa à Rabeta: estrutura e conexão das comunidades ribeirinhas no Tapajós (PA)**. Pesquisa de Campo jun./jul. 2009. Relatório Técnico de atividade de pesquisa do INPE nos Projetos PIME e GEOMA. São José dos Campos: INPE, 2009.

ANTAQ. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Obstáculos regulatórios ao transporte multimodal**. Brasília: Antaq, 2022. Ciclo de Estudos 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/antag/pt-br/central-de-conteudos/estudos-e-pesquisas-da-antag-1/RelatorioFinalMultimodalidade.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

ANTT. Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Ferrogrão – EF-170**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/novos-projetos-ferroviarios/ferrograo-ef-170>. Acesso em: 1 nov. 2021.

BEIRÃO, André Panno; PIÑON, Charles Pacheco. A IMO e a repressão ao roubo armado contra navios: da retórica internacional à cooperação regional. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 264-287, 2015.

BRASIL. Código Penal. **Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 1 jul. 2022.

**A “Pirataria Fluvial” na Amazônia:
rastos para a segurança pública fluvial**

Arthur do Rosário Braga, Emmanuelle Pantoja Silva,
Clay Anderson Nunes Chagas e Sílvia dos Santos de Almeida

BRASIL. Decreto Nº 73.332, de 19 de dezembro 1973. Define a estrutura do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 13119, 20 dez. 1973.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.

BRASIL. Departamento de Polícia Federal. Instrução Normativa DPF Nº 2, de 5 de agosto de 1999. Disciplina a Organização e o Funcionamento das Atividades dos Núcleos Especiais de Polícia Marítima (NEPOM), estabelece competências e atribuições e dá outras providências. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, 23 set. 1999. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=74598>. Acesso em: 8 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal**: estudos diagnósticos setoriais – PDSA 2005-2008. Belém: Agência de Desenvolvimento da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Organização dos Estados Americanos, 2006.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Plano Nacional de Logística Portuária 2019. **Projeção de demanda e carregamento da malha – Ano Base 2018**. 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/manup/Downloads/2-8%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/manup/Downloads/2-8%20(1).pdf). Acesso em: 8 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Programa Abrace o Marajó**: Plano de Ação 2020-2023. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/outubro/abrace-o-marajo-conheca-o-plano-de-acoes-do-programa-ate-2023/19.10.2020VersoFINALPlanodeAcaoAbraceoMARAJO20202023.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Assessoria Especial de Comunicação. Ministério da Infraestrutura. Tarcísio: Ferrogrão é o principal projeto de transformação logística do país. **Gov.Br**, Assuntos, Notícias, 21 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias/2021/8/tarcisio-ferrograo-e-o-principal-projeto-de-transformacao-logistica-do-pais>. Acesso em: 1 nov. 2021.

FIORATI, Jete Jane. A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982 e os Organismos Internacionais por ela criados. **Revista de informação legislativa**, 1997.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim da Sociobiodiversidade**, Brasília, v.1, n.1, 2017.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim da Sociobiodiversidade**, Brasília, v. 3, n. 4, 2019.

DEPIZZOLATTI, Bruno. **A pirataria contemporânea**. 2009. 63 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

G1 PARÁ. Polícia registra mais de 90 ataques piratas a embarcações nos rios do Pará. **G1 Pará**, Belém, Notícia, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/07/24/policia-registra-mais-de-90-ataques-piratas-a-embarcacoes-nos-rios-do-para.ghtml>. Acesso em: 8 dez. 2021.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-209, ago. 2006.

IMO. International Maritime Organization. **Resolution A.1025(26)**. Code of practice for the investigation of crimes of piracy and armed robbery against ships. Assembleia, XXVI Seção, 18 jan. 2010. (Adotada em: 2 dez. 2009, Agenda item 10).

KOCH, Richard. **A Revolução 80/20**: o poder da escolha: menos trabalho, menos preocupação, mais sucesso, mais diversão. 1 ed. Tradução: Cristina Sant’Anna. Belo Horizonte: Gutenberg, 2016.

LEITÃO, Wilma Marques. Ver-o-Peso: um mercado de coisas boas e belas. In: **Anais** do IV Colóquio Internacional sobre o Comércio e Cidade: uma relação de origem. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 26-28 mar. 2013.

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Estatística básica**. São Paulo: Saraiva Uni, 2017.

PARÁ. Decreto Nº 4.560, de 27 de março de 2001. Cria a Companhia Independente Tático Operacional, a Companhia Independente de Policiamento com Cães e a Companhia Independente de Polícia Fluvial como Unidades de Polícia Militar (UPM), integrantes da Polícia Militar do Pará. Pará/PA: **Diário Oficial do Estado do Pará**, 30 mar. 2001.

PARÁ. Decreto Nº 2.690, de 18 de dezembro de 2006. Homologa a Resolução Nº 002, de 7 de dezembro de 2006, do Conselho Superior da Polícia Civil, que aprovou o Regimento Interno da Polícia Civil do Estado do Pará. Pará/PA: **Diário Oficial do Estado do Pará**, 2006.

PARÁ. Decreto Nº 2.167 de 28 de agosto de 2018. Ativa, denomina e determina circunscrição de Unidades Operacionais de Polícia Ostensiva na Polícia Militar do Pará, bem como altera dispositivos do Decreto nº 1.017, de 4 de abril de 2014. Pará/PA: **Diário Oficial do Estado do Pará**, n. 33.690, p. 5, 30 ago. 2018.

PARÁ. Lei Nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e da reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, e dá outras providências. Pará/PA: **Diário Oficial do Estado do Pará**, n. 32.066, 29 dez. 2011.

PENA, Rodolfo Alves. Transportes na era da Globalização. **Mundo Educação**, Geografia, Geografia Humana, Meios de Transporte, s.d. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/transportes-na-era-globalizacao.htm>. Acesso em: 7 dez. 2021.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia Científica para a Segurança Pública e Defesa Social**. Curitiba: Juruá, 2014.

ARTIGO

A “Pirataria Fluvial” na Amazônia: rastros para a segurança pública fluvial

Arthur do Rosário Braga, Emmanuelle Pantoja Silva,
Clay Anderson Nunes Chagas e Sílvia dos Santos de Almeida

ROCHA NETO, Nelson. Piratas e Corsários na Idade Moderna. **Revista Eletrônica das Monografias do Curso de História da Universidade Tuiuti**, Paraná, 2009, 34 p.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Uma contribuição à história dos transportes no Brasil**: a companhia baiana de navegação a vapor (1839-1894). 2006. 340 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires (Orgs.). **Muito além dos campos**: arqueologia e história na Amazônia Marajoara. 1 ed. Belém: GKNoronha, 2010.

SPERANZA FILHO, Nelson. Pirataria Marítima: ameaça global. **PublicaDireito**, 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=52fe8f09c95a49a4>. Acesso em: 30 dez. 2024.

VENANCIO, Daiana Seabra. A definição de pirataria marítima e as implicações para a segurança na navegação. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 135-157, 2012.

A “Pirataria Fluvial” na Amazônia:
rastros para a segurança pública fluvial

Arthur do Rosário Braga, Emmanuelle Pantoja Silva,
Clay Anderson Nunes Chagas e Sílvia dos Santos de Almeida

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

NOTA TÉCNICA

EFEITOS DO USO DO CINTO DE SEGURANÇA EM VIATURAS POLICIAIS SOBRE OS TEMPOS DE RESPOSTA DE POLICIAIS EM CASOS DE EMBOSCADAS: UM ESTUDO COM DELINEAMENTO EXPERIMENTAL DE CASO ÚNICO¹

JOSÉ ELEUTERIO DA ROCHA NETO

Doutorando em Criminal Justice na Texas State University (EUA). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisador do grupo TFESP, ligado à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, na linha de pesquisa Monitorização da Saúde e da Performance Física em Policiais Militares e Bombeiros Militares. Desenvolve pesquisas sobre o treinamento policial para o uso da força, sobre técnicas, táticas e procedimentos policiais e sobre outros aspectos do trabalho policial.

País: Estados Unidos da América **Estado:** Texas **Cidade:** New Braunfels

Email: osk19@txstate.edu **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6515-3129>

VINÍCIUS NOÉ MILLANI AGOSTINHO²

Vinícius Millani é um entusiasta da atividade policial e das ciências policiais, com dedicação à promoção da segurança pública e ao estudo das dinâmicas que envolvem a aplicação da lei e o emprego de técnicas e táticas voltados a atividade policial. Apaixonado por compreender e aprimorar as práticas policiais, Millani busca alinhar teoria e prática, contribuindo para o desenvolvimento da área com comprometimento e profissionalismo.

País: Brasil **Estado:** Paraná **Cidade:** Maringá

Email: viniciusnoemillani@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0008-2499-0500>

TALISSA PALMA MÜLLER

Pesquisadora, professora de Psicologia em cursos de graduação e servidora pública da política de Assistência Social. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de Análise do Comportamento. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui Formação em Psicologia pela mesma Universidade.

País: Brasil **Estado:** Santa Catarina **Cidade:** São José

Email: psicologatallissamuller@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5416-9918>

Contribuições dos(as) autores(as): José contribuiu com concepção e delineamento, análise e interpretação dos dados, redação do manuscrito. Vinícius contribuiu com concepção e delineamento, análise e interpretação dos dados. Talissa contribuiu com análise e interpretação dos dados, redação do manuscrito, revisão crítica.

Data de Recebimento: 31/05/2023 – **Data de Aprovação:** 04/06/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1932

1 Os autores agradecem à Prof^a. Dr^a. Jocelaine Martins da Silveira e ao Prof. Dr. Bruno Strapasson, ambos do Departamento de Psicologia da UFPR, por suas importantes considerações ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

2 Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao Professor José Eleutério, por sua orientação inestimável durante minha formação acadêmica e pelo apoio dedicado no delineamento deste estudo. Sua paciência, conhecimento e compromisso foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento profissional e pessoal. Seus ensinamentos e conselhos valiosos não apenas contribuíram para o sucesso desta pesquisa, mas também serviram como inspiração para minha trajetória futura. Sou imensamente grato pela oportunidade de aprender sob sua orientação.

RESUMO

O presente estudo investiga como o uso do cinto de segurança durante o patrulhamento em viatura policial afeta os tempos de desembarque e de resposta em caso de emboscada lateral. Participaram quatro policiais militares em formação, no segundo ano do curso. Foram controladas variáveis como gênero, altura, peso e índice de massa corporal (IMC). Os participantes canhotos foram excluídos do estudo, e outras precauções foram tomadas em relação a 21 outras potenciais variáveis de confusão. O método utilizado foi de delineamento experimental de caso único, com replicações sistemáticas. Foi medido o tempo de desembarque do participante e de revide em função de três condições experimentais: utilizando o cinto de segurança, sem o uso de cinto de segurança e condição híbrida. Os resultados mostram que o uso do cinto de segurança (Condição 2) resultou em um aumento no tempo de resposta, com médias individuais variando de 0,75s a 0,99s (um aumento de 25% a 33%). Isso sugere que os policiais envolvidos no estudo poderiam ser alvejados de 2 a 8 vezes mais em um confronto armado devido a esse aumento no tempo de resposta. Quanto à Condição 3 (híbrida), não foi possível estabelecer uma linha de base clara, possivelmente devido à falta de treinamento dos participantes. Apesar de não ser possível estabelecer uma linha de base clara, os achados revelam que a técnica prevista na Condição 3 não tem potencial para apresentar tempos melhores que o simples uso do cinto de segurança. Considerando que acidentes de trânsito têm maior chance de vitimar um policial que um confronto armado, uma análise dos riscos cautelosa é necessária para se definirem normativas acerca do uso de cinto de segurança durante a atividade policial.

Palavras-chave: Polícia. Confronto armado. Táticas para confrontos armados. Sobrevivência policial. Cinto de segurança.

EFFECTS OF SEAT BELT USE IN POLICE VEHICLES ON POLICE RESPONSE TIMES IN AMBUSH CASES: A SINGLE-CASE EXPERIMENTAL DESIGN STUDY

ABSTRACT

Current study aimed to investigate the influence of safety belt use during police patrolling on the times for exiting the vehicle and returning fire in case of shots fired from the side of the police car. An experiment was taken involving four cadets from a southern Brazilian state police department. Gender, height, weight and BMI were controlled for. All participants were right-handed. Experimenters controlled for 21 potential confusion variables. A single case experimental design was used, with single baselines and between-subjects replication. Time for exiting the police vehicle and time for returning fire were registered. Three conditions have been tested: safety belt on, safety belt off and a hybrid/midground condition. Results suggest that the use of safety belts raised the time to return fire by individual averages of 0,75s to 0,99s (25% to 33%). In a real situation, those officers could be hit by 2-8 extra shots, due to such a time difference. It wasn't possible to establish a clear and stable baseline for the hybrid condition (condition 3). Despite that, results suggest condition 3 doesn't have the potential to present better results than any of the other two conditions. Considering traffic accidents are more likely to victimize police officers than shootings, a cautious risk analysis is required before setting policies on the use of safety belts in police vehicles.

Keywords: Police. Armed confrontation. Tactics for armed confrontations; Police survival. Safety belts.

INTRODUÇÃO

A vitimização de policiais em acidentes de trânsito envolvendo viaturas policiais é uma grande preocupação, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo. Em países como os Estados Unidos da América, a Inglaterra e a África do Sul, os acidentes de trânsito representam uma das maiores causas de vitimização policial. Contudo, a despeito da elevada vitimização em acidentes de trânsito, os dados revelam que, em um expressivo número de acidentes, o policial envolvido não estava utilizando o cinto de segurança, tanto no Brasil quanto nos demais países mencionados (Merino, 2010; NHTSA, 2018). A falta do cinto de segurança pode agravar as lesões sofridas.

O uso do cinto é regulado por leis e normativas internas dos departamentos de polícia. No Brasil, o assunto é regulado pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, conhecida como Código de Trânsito Brasileiro (Brasil, 1997). De acordo com o art. 65 do Código de Trânsito Brasileiro, é obrigatório o uso do cinto de segurança: “para condutor e passageiros em todas as vias do território nacional”. A autoridade competente para estabelecer exceções a essa regra é o Conselho Nacional de Trânsito, órgão vinculado ao Ministério da Infraestrutura.

Todavia, o comportamento exibido pela comunidade policial e socialmente aceito por pares e superiores diverge da previsão legal. Os policiais não costumam usar cinto de segurança durante as atividades de policiamento. Alguns ainda o utilizam apenas em deslocamentos emergenciais, durante os quais o veículo policial é submetido a velocidades mais elevadas e a manobras de maior risco – e, mesmo assim, esse grupo é minoritário. Um questionário aplicado a policiais rodoviários federais do Rio de Janeiro apontou que 47,1% dos respondentes não usavam cinto de segurança nas viaturas (Silva; Oliveira; Fernandes, 2023). Outra estimativa sugeriu que 50% dos policiais militares vítimas fatais de acidentes de trânsito no Rio Grande do Sul não usavam o cinto de segurança (Limeira; Donato, 2019). Em outros países, a exemplo dos EUA, a situação não é diferente; muitos policiais também não usam o equipamento rotineiramente, o que pode ser constatado em dados sobre acidentes envolvendo viaturas policiais (NHTSA, 2018).

Independentemente do país, é comum os policiais expressarem preocupação com o uso do cinto de segurança durante as atividades de patrulhamento. Eles argumentam que o cinto de segurança pode aumentar o risco durante desembarques em situações de emergência, abordagens de rotina, atendimento de ocorrências ou em caso de emboscadas (Silva; Oliveira; Fernandes, 2023). Contudo, os dados disponíveis indicam que mais policiais são mortos em decorrência de acidentes de trânsito que de confrontos armados (NHTSA, 2018).

Poucos estudos que tratam sobre temas correlatos foram publicados. Os recortes adotados na literatura foram o risco da não-utilização do cinto de segurança em acidentes com viaturas (La Tourrette, 2015; Jehle *et al.*, 2005) e o impacto de um programa de prevenção de acidentes de trânsito em um departamento de polícia dos EUA (Tiesman *et al.*, 2019). Não foi encontrado qualquer estudo abordando os aspectos táticos do uso do equipamento ou, mais especificamente, o receio dos policiais acerca da dificuldade gerada para o desembarque emergencial.

Uma emboscada é definida como um ataque direcionado à guarnição policial e realizado com grande surpresa. Trata-se de uma das situações mais perigosas do serviço policial, pois o agressor, geralmente, tem tempo para planejar o ataque com antecedência e pode utilizar elementos táticos como surpresa, antecipação e iniciativa de combate. Isso coloca o policial emboscado em uma extrema desvantagem no confronto.

O comportamento exibido pelo policial diante de uma situação de emboscada pode ser dividido em quatro elementos: 1) percepção e localização da ameaça; 2) desembarque da viatura policial; 3) deslocamento a local abrigado; e 4) revide. O primeiro elemento, a princípio, não é influenciado pelo uso do cinto de segurança, posto que não envolve uma atividade motora. Dentre os outros três aspectos, consideramos que o desembarque e o revide são os mais relevantes. O desembarque é crucial, pois marca o momento em que o policial sai da linha de tiro do agressor, reduzindo o risco de ser alvejado. Por sua vez, o revide representa o momento em que o policial deixa a postura defensiva e passa a revidar a agressão. Isso pode resultar na neutralização do agressor ou forçá-lo a adotar uma postura mais defensiva. Em ambas as situações, o policial acaba em uma posição mais segura.

Diante do exposto, estabeleceu-se como objetivo deste estudo investigar como o uso do cinto de segurança, durante o patrulhamento em viatura policial, afeta os tempos para desembarque e revide em caso de emboscada.

MÉTODO

Adotou-se um delineamento experimental de caso único, com linha de base única. A análise dos dados seguiu a inspeção visual dos dados coletados, conforme descrito por Sidman (1960) e Iversen (2016). Quatro participantes voluntários foram selecionados de forma não-aleatória (por conveniência) entre policiais do último ano do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná (CFO/PMPR). A escolha de policiais da mesma turma do CFO/PMPR foi feita para garantir a homogeneidade da experiência e do conhecimento dos participantes. Os participantes possuíam gêneros e características físicas ligeiramente diferentes entre si – notadamente, altura e compleição física, representada pelo Índice de Massa Corporal (IMC) –, de forma a se estabelecer um procedimento de replicações sistemáticas, como descrito por Sidman (1960).

Incluiu-se uma participante feminina para verificar se a diferença de performance decorrente do gênero influenciaria, também, o efeito provocado pelo uso do cinto de segurança. Há muito, já é consenso na literatura que o gênero tem grande influência sobre o desempenho em atividades físicas, sobretudo naquelas que exigem a produção de força e potência musculares (Fortes; Marson; Martinez, 2015; Fuster; Jerez; Ortega, 1998; Grasley; Ayoub; Bethea, 1978; Augustsson *et al.*, 2009). O estudo foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Paraná (CAAE 67320023.4.0000.9247, parecer nº 5.915.382). As características dos participantes estão elencadas na Tabela 1.

TABELA 1

Características dos participantes

	Gênero	Altura (m)	Peso (kg)	IMC (kg/m ²)
Participante 1	Masculino	1,70	72	24,9
Participante 2	Masculino	1,82	84	25,4
Participante 3	Feminino	1,63	60	22,6
Participante 4	Masculino	1,76	70	22,6

Fonte: Os autores (2023).

Efeitos do uso do cinto de segurança em viaturas policiais sobre os tempos de resposta de policiais em casos de emboscadas: um estudo com delineamento experimental de caso único

José Eleuterio da Rocha Neto, Vinícius Noé Millani Agostinho e Talissa Palma Müller

O experimento foi conduzido da seguinte maneira. Os participantes trajavam fardamento e equipamentos orgânicos, conforme representado na Figura 1. O participante era colocado no interior da viatura policial, de onde, a partir de comando por meio de silvo de apito, deveria sair e deslocar-se o mais rapidamente possível até uma barreira posicionada a 3m do veículo, de atrás da qual deveria efetuar disparos em seco contra a ameaça. Os participantes trajavam uniforme e equipamentos regulares para policiais empregados na atividade de radiopatrulha na Polícia Militar do Paraná (Figura 1). Os tempos foram registrados por um único experimentador através de cronômetro de aplicativo de celular (Relógio para Android, versão 6.4 [361440548]). O cronometrador foi posicionado atrás da viatura policial, alinhado com a porta através da qual o participante desembarcava. O cronômetro era aberto a partir do silvo de apito. Através da função “volta” (*lap*), era registrado o tempo de desembarque do participante. O participante era considerado desembarcado a partir do momento em que nenhuma parte de seu corpo se encontrasse no interior do veículo, independentemente da forma com que o participante desembarcasse. O tempo para revide era registrado no momento em que o participante efetuava o primeiro disparo em seco, já atrás da barreira.

A ameaça era representada por um figurante posicionado no lado oposto ao lado de desembarque, a 8m da viatura policial. Todas as distâncias referidas neste estudo foram aferidas com uma trena métrica de fibra (50m, carretel de caixa aberta, marca Vonder). Para criar um efeito de estresse de combate sobre os participantes, o figurante estava armado com uma carabina de pressão (*airsoft*), marca Rossi, modelo AEGM4AR15 Neptune 10”, de funcionamento elétrico, municiada com projéteis esféricos plásticos de calibre 6,0mm, velocidade de disparo de 380 FPS (c/ projéteis de 0,20g), alça e maça de mira rebatíveis com mola. O armamento possui dimensões, características ergonômicas e características operativas que emulam o uso de uma arma de fogo real (carabina Colt M4 Commando). O emprego de estímulos dolorosos através de projéteis plásticos para gerar uma condição de estresse próxima à realidade é eficiente e bem documentado na literatura científica policial (Giessing *et al.*, 2019; Nieuwenhuys; Cañal-Bruland; Oudejans, 2012; Nieuwenhuys; Savelsbergh; Oudejans, 2012; Nieuwenhuys; Oudejans, 2010). O expediente foi necessário para aumentar a validade ecológica dos dados.

A opção por uma emboscada lateral foi feita por conveniência logística, devido à necessidade de se apresentar um estímulo estressor doloroso ao participante. Caso a emboscada fosse simulada de qualquer outra posição (e.g. a partir da frente ou da traseira do veículo), seria necessário adaptar a viatura para que os disparos atingissem o participante, removendo os para-brisas. Tal adaptação exigiria um grande esforço administrativo e burocrático – o que poderia causar resistência da administração da Polícia Militar do Paraná à execução do estudo – além de um custo elevado.

Para o experimento, foi usada uma viatura Renault/Oroch, modelo 2020/2020. Os dados foram coletados em ambiente externo, aberto, gramado, com solo seco, em uma tarde de sol, parcialmente encoberto, de temperatura amena (20°C).

Foram adotadas medidas de segurança típicas de instruções policiais. Todos os presentes usavam óculos de segurança e a condição de segurança das armas de fogo usadas no experimento (que deveriam estar devidamente descarregadas e desmuniadas) era verificada por dois policiais experientes, a cada série de tomadas de tempos. Adicionalmente, as armas usadas no experimento estavam identificadas por uma fita adesiva branca, de forma a diferenciá-las de armas para emprego operacional que pudessem, eventualmente, estar próximas ao local do experimento. Esses protocolos já são corriqueiros há décadas em treinamentos policiais em todo o mundo e se mostraram bastante eficientes ao longo do tempo. A carabina de pressão e a munição plástica utilizadas são corriqueiramente empregadas em treinamentos policiais e militares, e em

Efeitos do uso do cinto de segurança em viaturas policiais sobre os tempos de resposta de policiais em casos de emboscadas: um estudo com delineamento experimental de caso único

José Eleuterio da Rocha Neto, Vinícius Noé Millani Agostinho e Talissa Palma Müller

competições de *airsoft* no meio civil. Dessa forma, são de utilização segura para os participantes, podendo causar não mais que escoriações e lesões leves, se usados os equipamentos de segurança.

FIGURA 1**Fardamento orgânico dos policiais de radiopatrulha da Polícia Militar do Paraná, em maio de 2022³**

Fonte: Os autores (2023).

A disposição do experimento está representada no croqui (Figura 2) e na foto (Figura 3).

³ O fardamento e o equipamento do efetivo de radiopatrulha (policimento regular) estão passando por uma alteração gradual. Por um lado, estão sendo adotados modelos mais modernos, mais ergonômicos e mais individualizados; por outro, o equipamento tende a se tornar mais volumoso, mais pesado e menos padronizado.

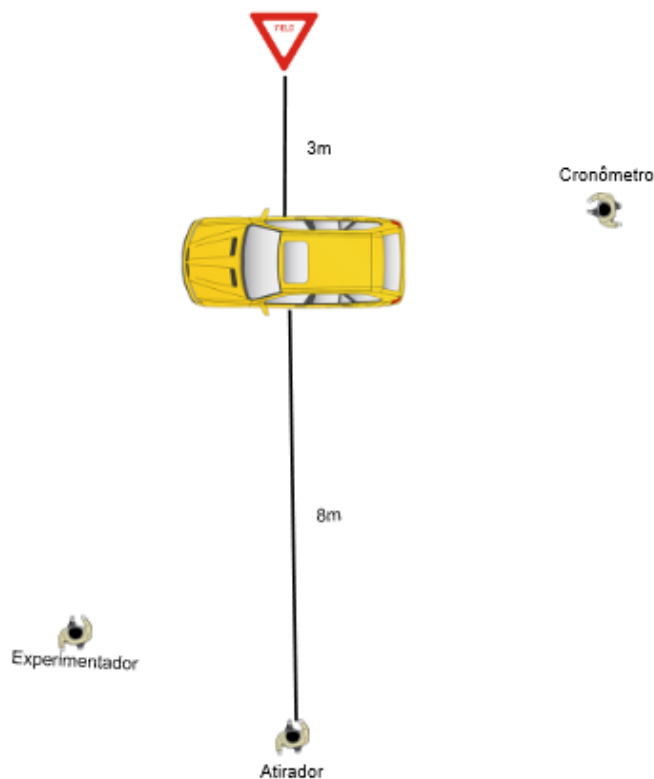
NOTA TÉCNICA

Efeitos do uso do cinto de segurança em viaturas policiais sobre os tempos de resposta de policiais em casos de emboscadas: um estudo com delineamento experimental de caso único

José Eleuterio da Rocha Neto, Vinícius Noé Millani Agostinho e Talissa Palma Müller

FIGURA 2

Croqui do experimento



Fonte: Os autores (2023).

FIGURA 3

Disposição do experimento⁴



Fonte: Os autores (2023).

4 Obs.: O atirador está encoberto pela sombra, à direita da foto.

Efeitos do uso do cinto de segurança em viaturas policiais sobre os tempos de resposta de policiais em casos de emboscadas: um estudo com delineamento experimental de caso único

José Eleuterio da Rocha Neto, Vinícius Noé Millani Agostinho e Talissa Palma Müller

Cada participante foi submetido a duas condições experimentais: sem o cinto de segurança e com o cinto de segurança. Os participantes 2 e 4 foram submetidos a uma terceira condição, híbrida, em que o policial afivela o cinto de segurança no banco e, no momento de um deslocamento, puxa apenas a parte superior por sobre a cabeça, usando o equipamento como um cinto de duas pontas. Essa condição remonta a outra era do policiamento no estado do Paraná, em que os veículos policiais eram de baixíssima qualidade e o sistema de retração do cinto de segurança com frequência apresentava problemas. Recentemente, tem sido proposto o retorno dessa técnica, em virtude dos modernos sistemas de alerta – e, até, de bloqueio do veículo – caso o equipamento não esteja devidamente afivelado. Acreditava-se que tal condição poderia proporcionar um desembarque mais rápido que com o uso normal do cinto, em caso de emergência.

Antes de iniciar a coleta dos dados para cada condição, o participante era instruído a realizar dez desembarques sem a presença do elemento estressor, de forma a familiarizar o participante ao movimento, minimizando o efeito de aprendizagem sobre os resultados. O uso de um período de familiarização é expediente comum a pesquisas envolvendo o desempenho na execução de movimentos (Thomas; Nelson; Silverman, 2012). Devido à própria natureza do estudo, tornou-se inviável adotar qualquer procedimento de cegamento, tanto dos participantes quanto dos pesquisadores. Após o período de familiarização, foram dados ao participante 5min de repouso passivo, antes do início da coleta dos dados.

As linhas de base foram estabelecidas por dez desembarques consecutivos, divididos em duas séries de cinco. A intervenção era alterada a cada dez tentativas, o que se mostrou suficiente para estabelecer linhas de base. Foram dados intervalos de 20s entre cada repetição dentro da série e de 5min entre séries. O intervalo de 5min entre a primeira e a segunda séries, em exercícios que exigem força e potência, é adequado para minimizar a queda no desempenho causada pela fadiga do participante (Salles *et al.*, 2009). O repouso entre as condições não foi controlado, mas foi sempre superior a 15min, considerando que o intervalo era usado para submeter os demais participantes à condição experimental. Dessa forma, considerando que os participantes são submetidos a testes de aptidão física bimestrais ao longo do Curso de Formação de Oficiais, consideramos que o descanso foi adequado para evitar a influência da fadiga. Analisando os dados apresentados adiante, não se verifica efeito de fadiga aparente. A fadiga é uma variável de confusão em potencial, conforme descrita a seguir, que promoveria uma piora sistemática do desempenho ao longo do tempo.

FIGURA 4**Condições experimentais dos participantes⁵**

Fonte: Os autores (2023).

Segundo Sidman (1960) e Iversen (2016), uma das características dos delineamentos experimentais de caso único é um rigoroso controle experimental. Idealmente, as variáveis de confusão devem estar controladas a tal ponto que qualquer efeito observado sobre a variável dependente só possa ter sido fruto da alteração da variável independente estudada. Por isso, adicionalmente ao que já foi descrito, para este estudo, foram previstas e controladas vinte e uma potenciais variáveis de confusão:

- 1) O controle para o peso e a disposição do equipamento foi realizado ao se padronizar uma mesma configuração de equipamento (conforme Figura 1).
- 2) Local na viatura: todos os participantes ocupavam o assento do passageiro (no meio policial, esta posição é usualmente chamada posição M1 ou posição do comandante da guarnição).
- 3) Cadência dos disparos sofridos: o figurante foi treinado para efetuar os disparos e foi auxiliado por um metrônomo, ajustado para a cadência de 215 batimentos por minuto. A cadência foi selecionada considerando o tempo médio para o ciclo de acionamento do gatilho de 0,28s, conforme apontado no estudo de Lewinski, Hudson e Dysterheftt (2014).
- 4) Dimensões da viatura policial: um mesmo veículo foi usado para todas as coletas (pick-up Renault/Oroch, modelo 2020/2020).

5 (a) sem o cinto de segurança; (b) com o cinto de segurança; (c) sequência para a colocação parcial do cinto na Condição 3.

Efeitos do uso do cinto de segurança em viaturas policiais sobre os tempos de resposta de policiais em casos de emboscadas: um estudo com delineamento experimental de caso único

José Eleuterio da Rocha Neto, Vinícius Noé Millani Agostinho e Talissa Palma Müller

- 5) Mão dominante do participante: todos os participantes eram destros. A mão dominante é a que realiza a empunhadura principal da arma de fogo. Na posição adotada para este estudo, a porta fica à direita do policial. Assim, dependendo da mão dominante, o policial pode ter mais ou menos dificuldade para abrir a porta para desembarcar.
- 6) Tipo de armamento usado pelo policial (de porte ou portátil): o tempo para desembarque poderia ser influenciado se os policiais utilizassem armamento portátil (a exemplo de espingardas, submetralhadoras, fuzis e carabinas). Assim, todos os participantes portavam uma pistola marca Taurus, modelo PT 840, desmuniada e sem carregador.
- 7) Condição de travamento das portas: as portas eram mantidas sempre destravadas, facilitando o desembarque.
- 8) Nível de treinamento dos policiais participantes: todos os participantes passaram pela mesma carga-horária no curso de formação e não possuíam experiência policial anterior ao curso. Foi proporcionado a todos o mesmo período de familiarização ao movimento de desembarque antes de cada condição.
- 9) Fadiga física/muscular: foram proporcionados intervalos entre as tentativas, entre as séries e entre as condições, suficientes para a recuperação, de acordo com a literatura. Os tempos eram monitorados a cada tentativa, em busca de quedas bruscas de desempenho, que poderiam indicar fadiga.
- 10) Condição de movimento da viatura: a viatura estava totalmente parada em todas as tentativas.
- 11) Cansaço físico decorrente do serviço: novamente, a fadiga poderia interferir nos resultados. Os participantes não haviam sido empregados na atividade-fim policial na data do experimento.
- 12) Outras condições de fadiga: o participante tinha autonomia para solicitar pausas maiores a qualquer momento. Contudo, não foram solicitadas pausas por qualquer participante.
- 13) Tempo para percepção/identificação/localização da ameaça: os tempos para a percepção da ameaça são partes integrantes do tempo total para o desembarque do policial. Em uma situação de estresse, há alterações na percepção do policial. Desse modo, a percepção dos participantes poderia interferir nos resultados. Por isso, optou-se por sacrificar um pouco do realismo do experimento em nome do controle experimental. Por isso, os participantes tinham ciência da localização da ameaça. Além disso, o início da emboscada simulada era sinalizado por um silvo de apito. Com isso, evitou-se a influência do tempo individual para percepção e identificação da ameaça.
- 14) Posição da arma no interior da viatura: existem normas e procedimentos próprios de cada corporação policial para o porte de armas de fogo no interior da viatura policial. Alguns pregam o uso da arma coldreada; outros defendem o uso da arma em pronto-emprego, ou seja, devidamente empunhada. Neste estudo, padronizou-se que todos os participantes iniciavam a tentativa com a arma em mãos, em empunhadura simples com a mão dominante, com a boca do cano voltada para baixo, apoiada verticalmente sobre o banco, entre as pernas do participante (vide Figura 4). Este procedimento é o preconizado na doutrina de conduta de patrulhamento em vigor na Polícia Militar do Paraná.
- 15) Características idiossincráticas do suspeito: o figurante empregado como suspeito foi o mesmo em todas as coletas.

- 16) Condição do suspeito: o uso de anteparos ou abrigos pelo suspeito poderia dificultar sua performance ao executar os disparos. Potencialmente, isso poderia influenciar no grau de ansiedade percebido pelos participantes e, pois, nos tempos de desembarque. Por isso, o suspeito foi mantido desembarcado e visível para todas as tentativas.
- 17) Comportamento individual do suspeito durante a emboscada: o suspeito foi instruído e treinado para que permanecesse estático na posição predeterminada durante a emboscada, limitando-se a efetuar os disparos. Novamente, tal medida foi necessária para tornar homogênea a performance do suspeito ao efetuar os disparos.
- 18) Distância e direção do suspeito: também visando à padronização da performance na execução dos disparos, o suspeito foi posicionado em local constante para todas as tentativas.
- 19) Posição inicial da arma: para evitar o tempo para engajamento do alvo e prejuízos à performance na execução dos disparos, o suspeito iniciava todas as tentativas com a arma apontada para o participante, já fazendo uso do equipamento de pontaria.
- 20) Local dos disparos e acompanhamento do alvo: também para evitar variações na performance do suspeito, o suspeito foi instruído e treinado a manter a direção dos disparos constante. Também foi orientado e treinado a não fazer o acompanhamento do alvo (*follow through*), ou seja, a não corrigir os disparos à medida que o participante se movimentasse. Para aumentar a segurança, o suspeito foi instruído e treinado a mirar no braço dos participantes.
- 21) Efeito da ordem: os participantes foram submetidos às diferentes condições em ordem aleatória, com o auxílio de uma função geradora de números aleatórios do LibreOfficeCalc.

Os procedimentos inicialmente previstos foram seguidos integralmente. Breves interrupções entre os participantes foram necessárias para a checagem dos itens de segurança e para a recarga da carabina *airsoft*. Os resultados foram relatados conforme a diretriz *Scribe (Single-Case Reporting Guideline In Behavioural Interventions – Diretriz para o relato de caso-único em intervenções comportamentais*, em uma tradução livre) (Tate *et al.*, 2016).

RESULTADOS

Os quatro participantes demonstraram um aumento evidente tanto nos tempos de desembarque quanto nos tempos de reação, durante as três condições testadas. A Condição 1 (sem cinto de segurança) registrou os menores tempos, seguida pela Condição 2 (com cinto de segurança) e pela Condição 3 (híbrida). Contudo, as variações individuais exibidas pelos participantes revelaram algumas peculiaridades.

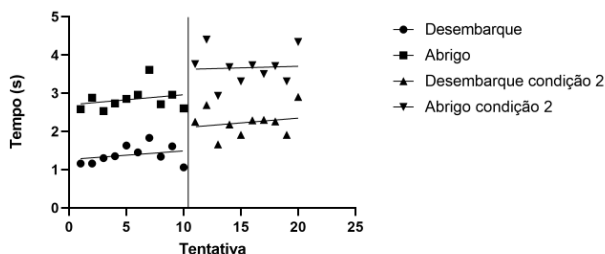
Analisando os dados de cada participante para as diferentes condições (Figura 5), observamos uma tendência de redução no tempo necessário para desembarque e revide na Condição 1 (sem cinto de segurança) em três dos quatro participantes do estudo (participantes 2, 3 e 4). Já o participante 1 apresentou uma tendência oposta, com aumento do tempo necessário tanto para desembarque quanto para revide nessa condição.

FIGURA 5

Resultados dos quatro participantes

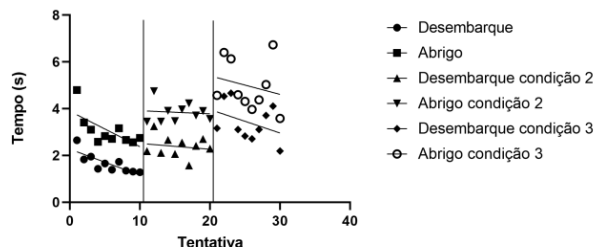
Tempo para desembarque da viatura policial e revide

Sujeito 1



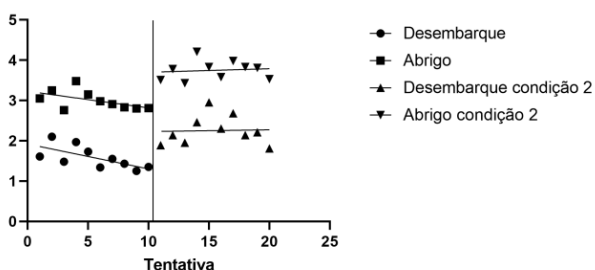
Tempo para desembarque da viatura policial e revide

Sujeito 2



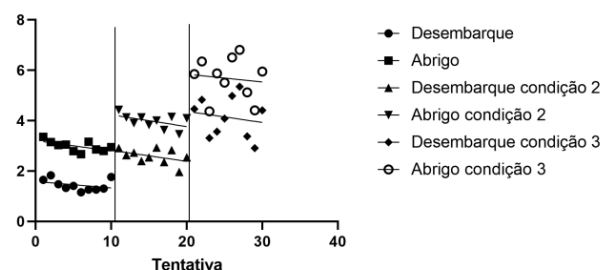
Tempo para desembarque da viatura e revide

Sujeito 3



Tempo para desembarque da viatura e revide

Sujeito 4



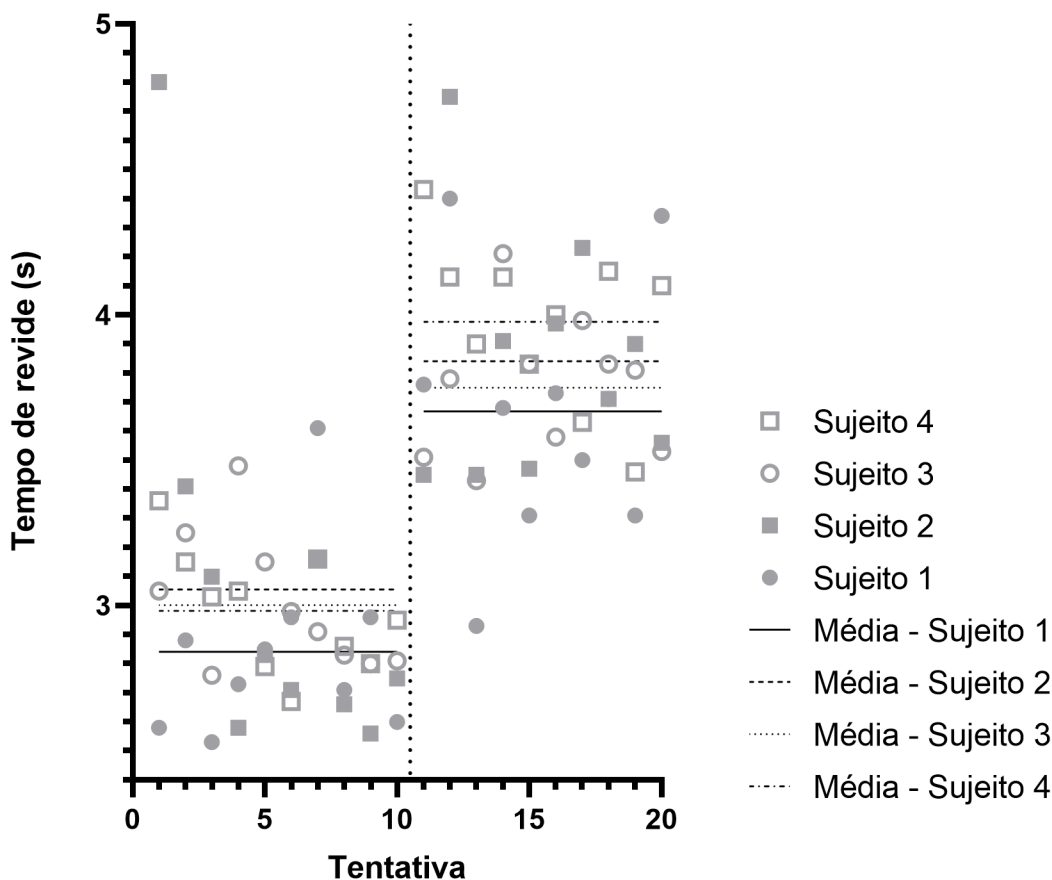
Fonte: Os autores (2023).

Na Condição 2 (com cinto de segurança), observamos que o tempo necessário para o desembarque aumentou ao longo das tentativas para os participantes 1 e 3, enquanto os participantes 2 e 4 demonstraram uma tendência de redução nesse tempo. Quanto ao tempo de revide, os participantes 1 e 2 mantiveram uma estabilidade, o participante 3 apresentou uma tendência de aumento e o participante 4 mostrou uma tendência de redução desse tempo.

Comparando com a Condição 1 (sem cinto de segurança), todos os participantes do estudo experimentaram um aumento tanto no tempo necessário para desembarque quanto para revide na Condição 2 (com cinto de segurança).

FIGURA 6

Tempos de revide – comparação entre participantes na Condição 1 (à esquerda) e na Condição 2 (à direita)



Fonte: Os autores (2023).

Apenas os participantes 2 e 4 foram expostos à Condição 3 (condição híbrida). Isso ocorreu por conta da limitação do tempo dos demais participantes. Ambos os participantes 2 e 4 apresentaram tendência de queda de tempo necessário tanto para o desembarque quanto para revide, ao longo das tentativas. Também para ambos os participantes, o tempo médio necessário para as duas atividades (desembarque e revide) foi superior tanto, comparativamente, em relação à Condição 1 (sem cinto) quanto à Condição 2 (com cinto). Ainda é possível observar que em relação aos dados de tempo decorrido para desembarque e revide, a Condição 3 é a que os tempos necessários para desembarque e revide entre as tentativas mais oscilaram.

A Figura 6 apresenta os dados de tempo necessário para revide dos quatro participantes do estudo, em duas das três condições testadas. Em função da dificuldade de estabelecimento de uma linha de base para a Condição 3 (condição híbrida), esta não foi comparada às demais tentativas. É possível observar concentração dos dados em torno de: três (3) segundos para os participantes desenvolverem a atividade de revide na Condição 1 (sem cinto); e quatro (4) segundos para revide na Condição 2 (com cinto).

Nenhum evento adverso foi constatado para qualquer participante. Todos os participantes completaram as sequências propostas. Nenhuma lesão foi reportada, além de lesões superficiais decorrentes dos disparos de *airsoft*.

DISCUSSÃO

Percebe-se um discreto efeito de aprendizagem para todos os participantes, exceto para o Participante 1. Isso indica que as dez tentativas concedidas para cada participante no período de familiarização não foram suficientes para estabilizar os dados. Pequena variabilidade foi encontrada para a Condição 1 (sem cinto), com os dados se aproximando muito da curva decorrente da regressão linear dos dados. Por outro lado, variabilidades crescentes foram encontradas nas condições 2 e 3. Esse resultado era esperado, considerando que tais condições exigiam movimentos mais precisos e complexos. A despeito do exposto, os dados coletados foram suficientes para estabelecer uma comparação entre as condições. Em estudos futuros, sugere-se que mais medidas sejam tomadas para cada participante, de forma a estabelecer linhas de base mais estáveis. Em adição, sugerimos a adoção de uma fase de reversão, como proposto por Sidman (1960), para acentuar mais as diferenças entre as condições.

O caso do Participante 1 merece uma discussão à parte. Tanto na Condição 1 quanto na Condição 2, o Participante 1 apresentou uma tendência clara de aumento dos tempos. O Participante 1 apresentou altura relativamente baixa e IMC relativamente alto. Porém, como havia participantes mais baixos e com IMC maior que o do Participante 1, é difícil afirmar que tais variáveis influenciam os resultados no sentido apresentado. Uma hipótese plausível é a de que o participante já estivesse fatigado por outros motivos (por exemplo, treinamento físico intenso nos dias anteriores). Em estudos futuros, sugere-se que os participantes se mantenham em repouso por, ao menos, sete dias.

Não foi possível estabelecer uma linha de base clara para a Condição 3 nas condições propostas neste estudo. Isso, possivelmente, se deve à falta de treinamento dos participantes. O movimento de retirar o cinto de segurança por cima da cabeça exige um movimento bastante preciso, tanto em termos do movimento em si quanto, sobretudo, da força aplicada. A aplicação de força excessiva no movimento leva ao acionamento do mecanismo de travamento do cinto de segurança (como ocorre em casos de frenagem brusca ou colisão), o que retarda o desembarque do policial.

A questão do treinamento é particularmente delicada. Já é bem documentado pelas Ciências Policiais o grande decaimento da performance na execução de movimentos complexos em situações de estresse elevado (Anderson *et al.*, 2019; Nieuwenhuys *et al.*, 2009). Movimentos complexos são os que exigem a movimentação de mais de um membro ao mesmo tempo – como o movimento de retirar o cinto de segurança pela cabeça. Com isso, o tempo de treinamento necessário para dominar a técnica descrita e a frequência de treinamento para impedir o decaimento da performance podem se tornar impraticáveis para as corporações policiais. Contudo, a despeito de não ser possível estabelecer uma linha de base clara, os resultados sugerem, convincentemente, que a técnica prevista na Condição 3 não tem potencial para apresentar resultados melhores que o simples uso do cinto de segurança. Isso permite refutar o senso-comum de que tal técnica seria melhor que usar o cinto de segurança. Mesmo assim, mais replicações são desejáveis para fortalecer tal conclusão.

No tocante às condições 1 e 2, a existência de um efeito de retardamento no desembarque, provocado pelo uso do cinto de segurança, fica bastante evidente. A dimensão desse efeito parece bastante preocupante sob o ponto de vista tático. O uso do cinto de segurança provocou um aumento no tempo de revide, cujas médias individuais variaram de 0,75s a 0,99s (ou um aumento entre 25% e 33%). Lewinski, Hudson e Dysterheftt (2014) apontam um tempo médio 0,24s por acionamento do gatilho em disparos sequenciais de armas de fogo, com desvio-padrão de 0,6s. Tomando por base esses resultados, o aumento detectado neste estudo representaria, por si, a possibilidade de os participantes deste estudo serem atingidos por 2 a 8 disparos a mais em um confronto armado.

Nem todas as características físicas dos participantes parecem ter exercido influência sobre os resultados, conforme podemos inferir da Figura 6. O Participante 1 possuía altura intermediária entre o Participante 3 e o Participante 4, porém uma compleição física (i.e. IMC) notadamente maior. O Participante 1 apresentou resultados melhores que o Participante 2 e o Participante 3. Por outro lado, o Participante 2 e o Participante 4 apresentaram diferença de altura semelhante às outras comparações estabelecidas, com o Participante 2 apresentando compleição física maior. Contudo, os resultados do Participante 2 foram piores na Condição 1, mas melhores na Condição 2. Podemos concluir, assim, que não há evidências de que a compleição física, sozinha, tenha exercido influência sobre os resultados. Cabe ressaltar que essa é uma conclusão tangencial e que deve ser tomada com ressalvas, considerando a pequena amostra utilizada.

A altura do participante, por outro lado, parece ter exercido influência negativa sobre seu desempenho na Condição 2. Comparando-se participantes com compleições físicas semelhantes (viz. Participante 1 com Participante 2 e Participante 3 com Participante 4), verificaram-se desempenhos melhores para os participantes mais baixos na Condição 2. Mesmo desconsiderando a compleição física – já que, como discutido anteriormente, não parece ter exercido influência sobre os resultados –, os participantes mais altos (Participante 2 e Participante 4) tiveram desempenho pior na Condição 2 (com cinto). Porém, considerando que o mesmo não foi observado na Condição 1, essa conclusão carece de evidências mais contundentes. Em estudos futuros, sugere-se que sejam incluídos participantes com estatura bem mais elevada (acima de 1,90m, por exemplo), de forma a acentuar eventuais diferenças. Cabe aqui a mesma ressalva feita em relação à discussão acerca da compleição física dos policiais.

Este estudo possui algumas limitações importantes que devem ser consideradas. Primeiramente, não foi conduzida uma análise da confiabilidade das medições de tempo realizadas. Para futuras pesquisas, recomenda-se a utilização de dois cronometradores para garantir a precisão e a confiabilidade das medidas ou, minimamente, verificar o grau de concordância entre os observadores.

Além disso, a amostra utilizada não foi aleatória e não representou adequadamente o perfil do “policial médio”. Os cadetes têm cargas horárias de treinamento consideravelmente mais elevadas do que os soldados, tanto em termos de desempenho físico quanto de habilidades técnicas. Essa diferença no nível de treinamento pode influenciar ainda mais os efeitos do uso do cinto de segurança nos tempos de desembarque e resposta dos soldados. Portanto, sugere-se que estudos futuros incluam também soldados que tenham completado o curso básico de formação na Corporação.

Os efeitos de outras variáveis devem ser avaliados em estudos futuros. Uma dessas variáveis é o uso de coletes modulares, que são significativamente mais volumosos do que o equipamento utilizado neste estudo. É uma tendência em todas as polícias do mundo, e estudos já indicam um grande impacto desse tipo de equipamento sobre o desempenho físico de policiais e militares (Schram *et al.*, 2020).

Outra variável a ser explorada é a posição do policial dentro da viatura. O motorista enfrenta desafios extras, não apenas com o volante e outros equipamentos que podem dificultar o desembarque, mas também deve realizar patrulhas mantendo a arma no coldre, ao contrário dos demais membros da equipe. Em equipes com mais de dois policiais, o espaço no banco traseiro é mais limitado, o que pode afetar o tempo necessário para o desembarque.

Além disso, deve-se avaliar o impacto da mão dominante do participante, pois isso influencia a disposição do equipamento e pode afetar o desempenho de movimentos complexos dependendo do lado. Por fim,

Efeitos do uso do cinto de segurança em viaturas policiais sobre os tempos de resposta de policiais em casos de emboscadas: um estudo com delineamento experimental de caso único

José Eleuterio da Rocha Neto, Vinícius Noé Millani Agostinho e Talissa Palma Müller

é sugerido avaliar o impacto de portar armamentos portáteis, como carabinas, submetralhadoras ou espingardas, que também têm se tornado mais comuns em diversas polícias. O uso dessas armas parece representar uma grande dificuldade durante o desembarque do policial.

Existe uma limitação do delineamento adotado para se determinar a dimensão do efeito descrito para a população policial. Mesmo assim, o receio, difundido no seio da cultura policial das ruas, de que o policial possa ficar preso no cinto em um eventual confronto armado parece encontrar respaldo na evidência produzida por este estudo. Considerando que, como já apontado, acidentes de trânsito têm maior chance de vitimar um policial que um confronto armado, uma análise dos riscos cautelosa é necessária para se definirem normativas acerca do uso de cinto de segurança durante a atividade policial.

Uma solução mais adequada passaria por desenvolver um cinto de segurança próprio para a atividade policial. Como medida simples e de baixo custo, sugerimos que os tradicionais cintos de três pontos sejam adaptados para cintos transversais de dois pontos. De acordo com as observações realizadas durante a condução do experimento, percebeu-se que considerável fração de tempo para se desvincilhar do cinto é gasta para desenroscar o cinto (notadamente, a região do engate) dos braços e do equipamento. O uso de um cinto transversal de dois pontos, *a priori*, parece representar uma solução para esse problema. Faz-se necessário, entretanto, testar experimentalmente essa condição.

CONCLUSÕES

Este estudo indica que o uso do cinto de segurança resulta em um considerável aumento no tempo necessário para o desembarque de uma viatura policial em situações de estresse. Essa diferença pode significar que um policial poderia ser atingido por 2 a 8 disparos adicionais em caso de emboscada ou confronto armado. Portanto, os resultados sustentam a preocupação de que o uso do cinto durante patrulhas possa expor os policiais a riscos em situações que exigem desembarques rápidos. No entanto, é crucial exercer cautela ao aplicar esses dados, considerando também o risco de lesões em caso de acidente de trânsito. Essas informações devem ser levadas em conta na análise de riscos ao definir normas sobre o uso do cinto de segurança, inclusive considerando adaptações, como o uso de cintos de dois pontos, especificamente, para uso policial.

Estudos futuros devem explorar os efeitos de outras variáveis e superar as limitações deste estudo, como a falta de uma análise de confiabilidade entre avaliadores. Além disso, questões relacionadas às táticas e técnicas policiais merecem mais investigação, dado o pouco conhecimento produzido sobre esses temas até o momento.

Os resultados contribuem para a literatura sobre aspectos táticos do trabalho policial, promovendo uma abordagem mais baseada em evidências científicas na padronização de táticas, técnicas e procedimentos policiais, em contraposição a opiniões e experiências pessoais. Isso tem o potencial de tornar o trabalho policial na linha de frente mais eficaz e eficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Gregory; NOTA, Paula; METZ, Gerlinde; ANDERSEN, Judith. The Impact of acute stress physiology on skilled motor performance: implications for policing. **Frontiers in Psychology**, v. 10, 2019.

Efeitos do uso do cinto de segurança em viaturas policiais sobre os tempos de resposta de policiais em casos de emboscadas: um estudo com delineamento experimental de caso único

José Eleuterio da Rocha Neto, Vinícius Noé Millani Agostinho e Talissa Palma Müller

AUGUSTSSON, Sofia Ryman; BERSÅS, Ellen; THOMAS, Elin Magnusson; SAHLBERG, Margareta. Gender differences and reliability of selected physical performance tests in young women and men. **Advances in Physiotherapy**, v. 11, n. 2, p. 64-70, 2009.

BRASIL. Lei No 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, Seção 1, ano 135, n. 184, 1997.

FORTES, Marcos de Sá Rego; MARSON, Runer Augusto; MARTINEZ, Eduardo Camilo. Comparação de desempenho físico entre homens e mulheres: revisão de literatura. **Revista Mineira de Educação Física**, Viçosa, v. 23, n. 2, p. 54-69, 2015.

FUSTER, Vicente; JEREZ, Andrés Santiago; ORTEGA, Ana. Anthropometry and strength relationship: male-female differences. **Anthropologischer Anzeiger**, v. 56, n. 1, p. 49-56, 1998.

GIESSING, Laura; FRENKEL, Marie Ottilie; ZINNER, Christoph; RUMMEL, Jan; NIEUWENHUYTS, Arne; KASPERK, Christian; BRUNE, Maik; ENGEL, Florian Azad; PLESSNER, Henning. Effects of coping-related traits and psychophysiological stress responses on police recruits' shooting behavior in reality-based scenarios. **Frontiers in Psychology**, v. 10, 2019.

GRASLEY, Connie; AYOUB, Mahmoud; BETHEA, Nancy. J. Male-Female differences in variables affecting performance. **Proceedings of the Human Factors and Ergonomics Society Annual Meeting**, v. 22, n. 1, p. 416-420, 1978.

IVERSEN, Iver. Single Case Research Methods: An Overview. *In*: MADDEN, Gregory Jude; DUBE, William; HACKENBERG, Timothy; HANLEY, Gregory; LATTAL, Kennon (Eds.). **APA Handbook of Behavior Analysis**. Volume 1: Methods and principles. Washington, D.C.: American Psychological Association, 2016, p. 3-32.

JEHLE, Dietrich von Kuenssberg; WAGNER, David; MAYROSE, James; HASHMI, Usman. Seat belt use by police: should they click it?. **The Journal of Trauma**, v. 58, n. 1, p. 119-120, 2005.

LA TOURETTE, Tom. Risk factors for injury in law enforcement officer vehicle crashes. **Policing: An International Journal**, v. 38, n. 3, p. 478-504, 2015.

LEWINSKI, William; HUDSON, William; DYSTERHEFTT, Jennifer. Police officer reaction time to start and stop shooting : the influence of decision-making and pattern recognition. **Law Enforcement Executive Forum**, v. 14, n. 2, p. 1-16, 2014.

LIMEIRA, Marcio Luiz da Costa; DONATO, Roberto dos Santos. Análise dos acidentes de trânsito com morte de policial militar em serviço na Brigada Militar – de 2006 a 2016. **Produto & Produção**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, 6 set. 2019.

MERINO, Paulo Sérgio. **Mortalidade em efetivos da polícia militar do Estado de São Paulo**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo, 2010.

NHTSA – National Highway Traffic Safety Administration. **Occupant fatalities in law enforcement vehicles involved in motor vehicle traffic crashes**. Washington, 2018.

Efeitos do uso do cinto de segurança em viaturas policiais sobre os tempos de resposta de policiais em casos de emboscadas: um estudo com delineamento experimental de caso único

José Eleuterio da Rocha Neto, Vinícius Noé Millani Agostinho e Talissa Palma Müller

NIEUWENHUYS, Arne; OUDEJANS, Raoul. Effects of anxiety on handgun shooting behavior of police officers: a pilot study. **Anxiety, Stress & Coping**, v. 23, n. 2, p. 225-233, 2010.

NIEUWENHUYS, Arne; CALJOUW, Simone; LEIJSEN, Maaïke; SCHMEITS, Bart; OUDEJANS, Raoul. Quantifying police officers' arrest and self-defence skills: does performance decrease under pressure?. **Ergonomics**, v. 52, n. 12, p. 1460-1468, 2009.

NIEUWENHUYS, Arne; CAÑAL-BRULAND, Rouwen; OUDEJANS, Raoul. Effects of threat on police officers' shooting behavior: anxiety, action specificity, and affective influences on perception. **Applied Cognitive Psychology**, v. 26, n. 4, p. 608-615, 2012.

NIEUWENHUYS, Arne; SAVELSBERGH, Geert; OUDEJANS, Raoul. Shoot or don't shoot? Why police officers are more inclined to shoot when they are anxious. **Emotion**, v. 12, n. 4, p. 827-833, 2012.

SALLES, Belmiro Freitas de; SIMÃO, Roberto; MIRANDA, Fabrício; NOVAES, Jefferson da Silva; LEMOS, Adriana; WILLARDSON, Jeffrey. Rest interval between sets in strength training. **Sports medicine**, Auckland, v. 39, n. 9, p. 765-777, 2009.

SCHRAM, Ben; ORR, Robin; HINTON, Ben; NORRIS, Geoff; POPE, Rodney. The effects of body armour on mobility and postural control of police officers. **Journal of Bodywork and Movement Therapies**, v. 24, n. 3, p. 190-194, 2020.

SIDMAN, Murray. **Tactics of Scientific Research**. Evaluating experimental data in Psychology. Michigan: Basic Books, 1960.

SILVA, Jaques Jonas Santos; OLIVEIRA, Paulo Silva de; FERNANDES, Lucio Araújo. Treinamento de condução veicular policial: um estudo de caso na polícia rodoviária federal. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 394-428, 2023.

TATE, Robyn; PERDICES, Michael; ROSENKOETTER, Ulrike; SHADISH, William; VOHRA, Sunita; BARLOW, David; HORNER, Robert; KAZDIN, Alan; KRATOCHWILL, Thomas; MCDONALD, Skye; SAMPSON, Margaret; SHAMSEER, Larissa; TOGHER, Leanne; ALBIN, Richard; BACKMAN, Catherine; DOUGLAS, Jacinta; EVANS, Jonathan; GAST, David; MANOLOV, Rumen; MITCHELL, Geoffrey; NICKELS, Lyndsey; NIKLES, Jane; OWNSWORTH, Tamara; ROSE, Miranda; SCHMID, Christopher; WILSON, Barbara. The Single-Case Reporting Guideline in Behavioural Interventions (SCRIBE) 2016 Statement. **Physical Therapy**, v. 96, n. 7, p. 1-10, 2016.

THOMAS, Jerry; NELSON, Jack; SILVERMAN, Stephen. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 6 ed. São Paulo: Artmed, 2012.

TIESMAN, Hope; GWILLIAM, Melody; ROJEK, Jeff; HENDRICKS, Scott; MONTGOMERY, Brian; ALPERT, Geoff. The impact of a crash prevention program in a large law enforcement agency. **American Journal of Industrial Medicine**, v. 62, n. 10, p. 847-858, 2019.



REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

www.forumseguranca.org.br